

JEAN-MARC BERTHOUD

O OITAVO MANDAMENTO NÃO ROUBARÁS

A ECONOMIA, O ROUBO
E A ORDEM DA CRIAÇÃO

O OITAVO MANDAMENTO, *NÃO ROUBARÁS*

A economia, o roubo e a ordem da criação

Jean-Marc Berthoud

Copyright © 2020, de Editora Monergismo

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
EDITORA MONERGISMO
SCRN 712/713, Bloco B, Loja 28 — Ed. Francisco Morato
Brasília, DF, Brasil — CEP 70.760-620
www.editoramonergismo.com.br

1ª edição, 2020

Tradução: *P. S. Athayde Ribeiro*
Revisão: *Felipe Sabino de Araújo Neto*

PROIBIDA A REPRODUÇÃO POR QUAISQUER MEIOS, SALVO EM BREVES CITAÇÕES, COM INDICAÇÃO DA FONTE.

Todas as citações bíblicas foram extraídas da versão *Almeida Revista e Atualizada* (ARA) salvo indicação em contrário.

O Moinho místico[1]

Moisés, vestido com uma túnica curta e os pés calçados como um escravo, se curva sobre o funil de um moinho, no qual derrama o conteúdo de um saco de grãos que traz sobre os ombros. Paulo, com os pés descalços, vestido como um cidadão, estende um outro saco sob a marquise para recolher a farinha. A roda do moinho representa uma cruz incrustada num círculo. A cruz está no centro do capitel, no qual todas as linhas seguem a curva da roda: o corpo dos dois personagens, as dobras das suas vestimentas, arfando com o vento do Espírito, o saco meio vazio sobre o ombro de Moisés, a barba de Paulo, o gesto de seu braço impulsionado pelo movimento da roda e que corrige a curva oposta do seu rosto, com testa e queixo recolhidos, nariz adunco e grandes olhos saltados.

Moisés derrama a semente bruta da Lei antiga na prensa da cruz. Por sua Paixão, Cristo extrai a pura e fina farinha da Nova Aliança, que é recebida pelo apóstolo, liberto da escravidão do pecado que a Lei tornava inevitável (Romanos 6.20 e 7.7), livre como um filho de Deus e irmão de Cristo (Romanos 8.14-17). Esse é o capitel mais famoso da basílica de Madalena, em Vézelay: o moinho místico.

À memória de uma herança:

Teólogos, filósofos, economistas e juristas

João Crisóstomo
Tomás de Aquino
Heinrich Bullinger
Pierre Viret
João Calvino
Théodore Agrippa d'Aubigné
Richard Hooker
Lancelot Andrewes
François Turrettini
Bénédict Pictet
Johann Georg Hamann
Friedrich Julius Stahl
Donoso Cortes
Robert L. Dabney
Herman Bavinck
Klaas Schilder
Hendrik G. Stoker
E. L. Hebden Taylor
Cornelius Van Til
Rousas John Rushdoony
Pierre Courthial

Sumário

Prefácio

Introdução

Capítulo I: A excelência do mandamento

Capítulo II: O conteúdo do Oitavo Mandamento: Transgredir um mandamento é transgredir todos

Capítulo III: O espírito do Oitavo Mandamento: O amor ao dinheiro, a raiz de todos os males

Capítulo IV: O roubo e o Natal

Capítulo V: O roubo antes do Decálogo

Capítulo VI: O Oitavo Mandamento e sua aplicação no Código da Aliança

Capítulo VII: O Código da Aliança e a reparação

Capítulo VIII: O Código da Aliança e as cauções

Capítulo IX: O oitavo mandamento e sua aplicação em Deuteronômio

Capítulo X: A usura (1)

Capítulo XI: A usura (2)

Capítulo XII: O ensino bíblico sobre balanças falsas

Capítulo XIII: Pierre Viret e uma economia sensata

Capítulo XIV: A generosidade de Deus

Capítulo XV: Abraão, o pai do dízimo

Capítulo XVI : Os três dízimos da Lei

Capítulo XVII: Os três dízimos na Nova Aliança: A prática do dízimo na Igreja de Jerusalém

Capítulo XVIII: Os três dízimos na Igreja apostólica: As necessidades da igreja local e da Igreja Universal

Capítulo XIX: Os dízimos na Igreja pós-apostólica: Algumas considerações práticas

Conclusão

Prefácio

Jean-Marc Berthoud

Os sermões que formam o conteúdo essencial deste livro provêm de uma série de pregações mensais dadas ao longo de pouco mais de doze anos na pequena *Assemblée Évangélique de Sion*,[2] cujo pastor chamava-se André Rentmeister. Estes estudos foram dedicados, exclusivamente, aos Dez Mandamentos, começando pela Torá e em seguida percorrendo toda a Bíblia. Agradeço vivamente ao pastor Rentmeister pela grande generosidade em possibilitar essas pregações, como também seu apoio leal, durante todos esses anos, tornando este trabalho possível.

Dois capítulos fogem à regra, porque não constituem pregações: o terceiro capítulo, foi uma conferência dada em um Congresso Internacional na cidade de Sevilha, na Espanha, em 31 de março de 2009, exposição dedicada ao tema *Pierre Viret e uma economia sensata*, e a conclusão desta obra, intitulada *Onde nos situamos? Uma abordagem mais ampla*, que é o resultado de uma abundante correspondência com meus editores brasileiros, Felipe Sabino e Fabrício Tavares de Moraes, da Editora Monergismo, em Brasília, texto publicado em seguida em inglês por Martin Selbrede, no número de novembro-dezembro de 2017 da revista da Fundação Calcedônia, em Vallecito, Califórnia, *Faith for all of Life*.

Agradeço aqui, calorosamente, a esses três amigos! Sou grato também a meus fiéis revisores, em primeiro lugar minha esposa Rose-Marie, como também a Olivier Udriot e, enfim, a Laurence Benoit, que aceitou fazer uma última revisão deste livro. Também uma palavra de vivo reconhecimento ao responsável por todas essas publicações, Pierre Benoit, de Genebra. Sem sua

dedicação incessante e grande competência, nenhuma dessas obras poderia ter sido publicada. Um efusivo agradecimento pela bela *Introdução* de Jean-Pierre Graber, autor evangélico com o qual tenho comunhão de pensamento desde a leitura de seu livro premonitório, de 1983, dedicado aos "perigos totalitários do Ocidente".[3]

Para concluir, algumas palavras sobre a abordagem que caracteriza os diversos capítulos deste livro. Desde a infância sempre tive grande respeito pelos mandamentos da Lei de Deus, respeito que devo certamente à piedade venturosa e corajosa de meus pais, Alexandre e Madeleine Berthoud-Bourquin. Após minha conversão em meados da década de 1960, procurei algumas obras que tratassem dos mandamentos de Deus. Devo assinalar aqui duas influências formadoras: a tradição católica romana antiga sobre a ordem do Direito natural e cristão[4]; toda a obra do grande teólogo calvinista americano, de origem armênia, Rousas John Rushdoony (1916-2001), como também a obra de Pierre Courthial (1914-2009), eminente doutor da Igreja de Jesus Cristo, que tive a honra de editar.

Ocorreu-me, então, que seria útil abordar o estudo da Lei divina, resumida em seu duplo legado, ou seja, através de toda a Bíblia e em sua aplicação à ordem criacional como um todo. Entretanto, tinha em mente que esse estudo da Lei divina deveria ser verdadeiramente "católico", isto é, segundo a totalidade da Revelação especial de Deus (a *Tota Scriptura*, a Bíblia inteira) e conforme a totalidade da revelação geral de Deus (a ordem de toda a criação de Deus e de sua providência pactual concernente a toda a história dos homens). Essa leitura da santa Lei-Palavra de Deus deveria ser feita, não somente pelo que nos diz a Torá, os cinco livros de Moisés, mas através dos ensinos de toda a Bíblia, Novo e Antigo Testamentos, livros de Sabedoria, Profetas, Históricos, Evangelho e o testemunho dos Apóstolos. Em sua grande bondade, Deus me permitiu, em modesta medida, ao longo desses

doze anos de pregação mensais na pequena Assembleia Evangélica de Sion, realizar o esboço de tal ambição, fazendo-me prosseguir nesses estudos sobre o Decálogo.

Foi assim que descobri, mais e mais, como a leitura dos mandamentos justos, santos, bons e verdadeiros de Deus, através de toda a Santa Escritura, permitiu firmar, pela primeira vez, minha convicção sobre a realidade bíblica dessa harmonia distinta, mas perfeitamente complementar, que existe entre a Lei e o Evangelho, essa dupla luz, una e ao mesmo tempo diversa, que ilumina nosso mundo em todas as suas facetas e em cada um dos aspectos de sua realidade e que foi testemunhada com tanta eloquência na capa deste livro, na qual podemos ver reproduzido o célebre capitel denominado *Le Moulin Mystique* [O moinho místico], da Basílica Santa Maria Madalena de Vézelay. Esta cidade da Borgonha foi também o lugar de nascimento do célebre Doutor da Igreja Cristã, Teodoro de Beza (1519-1605), sucessor de João Calvino (1509-1564) como Moderador da Companhia dos Pastores da Igreja de Genebra.

Vê-se no alto, à esquerda do capitel denominado *Le Moulin Mystique*, Moisés derramando a boa semente da Palavra-Lei de Deus; embaixo, à direita, está o apóstolo Paulo recolhendo em um saco a boa farinha do Evangelho. No coração desse quadro de pedra, de maravilhoso significado e de grande beleza, aparece o sinal da cruz do calvário, onde foi realizada nossa salvação. É belo ver também o casamento entre a misericórdia do céu e essa pedra da criação, através de uma arte tão bela, tão sensível e de grande piedade, feita na pedra por um anônimo escultor, modesto construtor dessa bela basílica cristã.

Mas, minha gratidão e adoração, como sempre, se dirigem em primeiro lugar e antes de tudo ao Autor celeste de todo o bem terrestre, o Único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, a quem dou todo louvor, toda honra, toda adoração e

toda glória. Amém e amém!

Lausanne, 2 de fevereiro do ano da graça de 2019.

Introdução

Jean-Pierre Graber

As várias obras de Jean-Marc Berthoud surgiram como resultado de sua conversão radical e profunda ao Deus Trinitário, Pai, Filho e Espírito Santo, como também da corrente teológica calvinista-batista à qual pertence, de sua teologia da aliança, de sua grande capacidade intelectual, sua vasta cultura e formação acadêmica, de seu vigor e coragem.

Seu livro mais recente não foge à regra.

O título principal desta obra é *O oitavo mandamento, não roubarás*. A esse título segue-se um enunciado que lembra muito bem o apego do autor às normas divinas criacionais: “Os Dez Mandamentos à luz da Bíblia, uma Luz divina para nosso tempo”. Segue-se ao título geral, algo que assinala e já revela a extensão dessa obra e a visão teológica que a inspira: “A economia, o roubo e a ordem da criação”.

A teologia sistemática, específica e coerente de Jean-Marc Berthoud inspira todos os seus livros. É a teologia da aliança bíblica fundamentada sobre a ordem criacional, anterior à queda do homem no Éden. Essa ordem, estabelecida por Deus no momento da criação, é imutável.

No número 99 da revista “Promessas”, Jean-Marc Berthoud escreveu que “se os Dez Mandamentos são uma síntese da ordem que o Criador e Legislador divino deu aos homens enquanto indivíduos, da mesma forma são para os homens que vivem em sociedade.” A lei divina não deveria ser aplicada unicamente aos cristãos preocupados em obedecer a Deus, mas a todo homem. Segundo Jean-Marc Berthoud, essa lei divina exerce autoridade sobre todos os seres humanos, em todos os lugares e desde a criação. De maneira pertinente ele mostra que o dízimo era praticado por Abraão antes da redação dos livros do Pentateuco e antes da revelação dos Dez Mandamentos

ao povo de Israel por meio de Moisés. Antes mesmo da inscrição do 6º mandamento nas Tábuas da Lei, a morte de Abel foi considerada como um assassinato executado por Caim. Desde sempre, as bênçãos e as maldições — concernentes às pessoas enquanto indivíduos, aos cristãos, aos não cristãos, à Igreja, às coletividades de qualquer natureza ou mesmo aos Estados-nações — dependem, em larga medida, do respeito às imutáveis leis divinas.

Logicamente, Jean-Marc Berthoud se opõe veementemente à concepção positivista do direito, segundo a qual a legislação em vigor deve se adaptar constantemente às evoluções culturais, societárias, sociais, políticas e econômicas da sociedade. Esta concepção do direito foi teorizada principalmente por Hans Kelsen. Atualmente ela é adotada por todos os relativistas. Jean-Marc Berthoud estima, de maneira perfeitamente justificada, que esse relativismo contribuirá para a falência de todas as civilizações que vivem sob seu império. Essa visão lúcida sobre o nosso tempo se aproxima daquela manifestada pelo papa Bento XVI, quando evocou "a ditadura do relativismo que surge como a única atitude a altura do tempo em que vivemos, atitude que não reconhece nada como definitivo e que tudo mede à luz de seu próprio ego e de seus próprios desejos".

É preciso ter em mente a teologia e a filosofia histórica de Jean-Marc Berthoud para compreender melhor a trama, os desenvolvimentos, o conteúdo e as implicações práticas de seu livro sobre o 8º mandamento.

Como deveria ser, de início Jean-Marc Berthoud definiu de maneira clara o que é o roubo em seu sentido mais imediato. Sabe-se que esta transgressão ao Decálogo diz respeito ao roubo do bem alheio, ao assalto, à fraude, à gestão fraudulenta, como também ao estelionato e falsificações de qualquer natureza. Mas, resumir-se a isso seria evidentemente muito pouco. Nada surpreendente, Jean-Marc Berthoud dá um passo a mais quando justamente afirma: "Tanto a avareza, que é guardar tudo para si, como a prodigalidade,

que é desperdiçar o que Deus nos deu, são graves infrações contra o espírito desse mandamento".

Mas sua grande capacidade de reflexão, seu apego à "Palavra de Deus-Lei" e sua erudição levam-no para mais longe.

Ele mostra que os Dez Mandamentos se relacionam entre si e que estão, por assim dizer, interconectados. "Quem quer que observe toda a lei, mas peque contra um único mandamento, torna-se culpado de todos" (Tiago 2.10). Ao fazer a exegese desse texto, tendo como ponto de partida o roubo, o autor afirma que a transgressão do primeiro mandamento consiste em roubar de Deus sua glória e os soberanos atributos que lhe pertencem. Poderíamos colocar nessa categoria todas as loucuras do homem à maneira de Prometeu. Matar alguém é o mesmo que roubar sua vida. Adulterar equivale a roubar o esposo ou a esposa de outra pessoa. A desobediência ao décimo mandamento — "Não cobiçarás" — resulta frequentemente em roubo. Nessa ótica, compreendemos melhor por que "o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males" (1 Timóteo 6.10).

Jean-Marc Berthoud lembra, igualmente, as compensações claras, mas também sutis, em caso de roubo. Em seguida faz referência às implicações morais, econômicas e sociais do ensino bíblico sobre os pesos e medidas falsos.

Segundo o autor, a proibição do roubo apresenta uma dimensão positiva ainda mais ampla que sua dimensão negativa.

Essa dimensão positiva deve primeiro incitar os cristãos a ser generosos no que diz respeito a tempo e dinheiro, em resposta ao imenso valor que dão à graça da salvação, que lhes foi dada pelo arrependimento e fé no sacrifício expiatório de Jesus Cristo. Os cristãos são também chamados a refletir a generosidade incomensurável de Deus e a oferecer a si mesmos, suas forças e

seu dinheiro “em favor de Deus e de sua Igreja, a esposa do Senhor”.

Mais adiante, Jean-Marc Berthoud assume e desenvolve o pensamento do reformador Pierre Viret, que após declarar que o roubo não seria apenas a subtração do bem, mas também o dano causado à propriedade do próximo, descreveu o conteúdo positivo do 8º mandamento, como segue: em primeiro lugar, empenhar-se para que os bens do próximo sejam conservados e, se possível, aumentados; como também, ter como socorrer o próximo em suas necessidades e para isso fazendo uso, em certa medida, de reservas acumuladas. Essa atitude nobre, generosa e socialmente muito útil, decorre do amor que devotamos a Deus e aos outros.

Após ter tratado do roubo sob a perspectiva da moral pessoal, Jean-Marc Berthoud aborda a temática fundamental do Oitavo Mandamento numa ótica coletiva ou comunitária.

Primeiramente, numa transição da moral pessoal para a moral coletiva, que deveria prevalecer nas empresas, nos bancos e nas grandes instituições financeiras internacionais, Jean-Marc Berthoud condena a usura que desgraça muita gente.

Além disso, ele estigmatiza o próprio princípio do empréstimo a juros e isso de uma maneira que podemos qualificar como profética e sem paralelo no contexto histórico atual, caracterizado por uma economia fortemente financista. Ao fazer isto, se coloca em consonância com as posições firmes adotadas nessa matéria por Aristóteles, pela Igreja Primitiva, pelos Pais da Igreja, pela Igreja Católica — formalmente, até o início do século vinte — e por Lutero. Tomás de Aquino, um dos mais eminentes Pais da Igreja, chegou mesmo a escrever que “receber juros por dinheiro emprestado é em si mesmo injusto, porque isso é fazer com que se pague o que não existe”. Para Calvino, ao contrário, o dinheiro é uma mercadoria como qualquer outra. Disso deduz que o empréstimo a juros, ao contrário da agiotagem, é legítimo.

Jean-Marc Berthoud faz referência a vários textos do Pentateuco, especialmente ao livro de Deuteronômio, para justificar seu ponto de vista.

Com vigor e pertinência, em seguida o autor indica que o marxismo-comunismo, tanto quanto o capitalismo sem regulação, são sistemas econômicos que, intrinsecamente, implicam um roubo coletivo, e questiona os efeitos deletérios do Estado-Providência preconizado pela social-democracia.

No que concerne ao coletivismo marxista, Jean-Marc Berthoud demonstra, sem dificuldade, que esse repousa sobre o roubo da propriedade privada desde sua origem, um roubo selvagem e brutal, quase sempre implementado através de um confisco violento, utilizando-se frequentemente de assassinatos em massa ou por meio de expropriações não indenizadas. Dessa forma, o roubo original faz parte da constituição desse sistema ideológico, político e econômico. A planificação comunista da economia fere gravemente a ordem criacional de Deus, que engloba principalmente a propriedade privada, como também a livre iniciativa econômica, voltada à satisfação das legítimas necessidades pessoais e consagrada ao bem comum.

Mas o autor se opõe igualmente a um capitalismo desenfreado, no qual os atores principais visam somente a maximização de seus lucros e ganhos especulativos, sem nenhuma preocupação com o interesse geral, em prejuízo de uma distribuição mais equilibrada das riquezas, geradas através do esforço comum. Como Pierre Viret, Berthoud desaprova fortemente o comportamento dos novos ricos, que “de maneira arrogante se gloriam na sua nova prosperidade” e acumulam riquezas em detrimento das pessoas menos favorecidas. Aqui, Jean-Marc Berthoud lembra, muito acertadamente, aquela palavra vigorosa do Filho de Deus: “Mas ai de vós, ricos...” (Lucas 6.24).

O autor questiona as premissas filosóficas do capitalismo sem freios e, com razão, recusa o pensamento de Adam Smith, segundo o qual a prosperidade

de todos resultaria da “mão invisível”, de um mecanismo científico autorregulador, independentemente das motivações dos atores econômicos. Jean-Marc Berthoud é bastante persuasivo quando afirma que os atos econômicos moralmente maus não teriam como produzir bens e serviços de qualidade e em abundância e, ao mesmo tempo, reparti-los de maneira equânime, através de uma simples e cega virtude dos mecanismos de mercado.

Vale a pena citar, integralmente, esta admirável passagem do livro, na qual o autor, de maneira notável, descreve os limites e os fundamentos errados do Estado-Providência: “Aqui vemos muito bem até que ponto a obediência geral aos aspectos negativos, como também positivos desse mandamento (a proibição de roubar) poderia perfeitamente substituir a benevolência administrativa, fria e desumana — mas na realidade muito frágil — que é a bondade fictícia desse Estado Providência que, hoje, toma o lugar que deveria ser do amor concreto e mútuo entre homens e mulheres na sociedade. O que chamamos de Estado social, ou o amor pseudo-providencial da administração pública e dos serviços sociais é, na verdade, uma resposta defeituosa, frágil e perecível às misérias do nosso mundo, que, antes de tudo, extrai toda sua força da falência daquele amor fraternal proveniente da obediência dos cristãos e das igrejas ao nosso oitavo mandamento “*Não roubarás*”. Isto não é acidental, mas uma substituição consciente, feita pelos homens, da providência de Deus por um Estado providencial: aquele paraíso revolucionário que não espera mais sua realização futura”.

Jean-Marc Berthoud até mesmo se insere numa forma de modernidade inesperada, com acentos ecológicos, quando se exprime assim a respeito do crescimento: “A ideia de um crescimento constante e ilimitado da produção econômica, em todas as áreas, é contrária ao que se entende como algo benéfico e é a fonte de desestabilização de todas as ordens. O crescimento do

bem-estar material, como finalidade absoluta da atividade humana, é uma miragem autodestrutiva".

Dito isto, o autor insiste no fato de que o mercado, como a propriedade privada e a moeda, enquanto meio de troca, pertencem à ordem criacional de Deus.

Entretanto, para que o mercado, a propriedade privada e a moeda manifestem seus efeitos positivos sobre todos os seres humanos, especialmente sobre os menos favorecidos, devem estar sujeitos, como instituições criacionais, "às exigências econômicas e financeiras da Lei de Deus". Jean-Marc Berthoud deixa particularmente claro que os seres humanos gozam de suas propriedades privadas unicamente por delegação, ou seja, Deus permanece como o proprietário primeiro e último de todos os bens. Isto implica que as propriedades privadas podem, certamente, ser utilizadas para satisfazer as necessidades legítimas de seus donos, mas também devem mirar o bem comum, para permitir aos mais pobres, indiretamente, beneficiar-se delas, como a própria Bíblia prescreve.

Jean-Marc Berthoud subordina o bom funcionamento de um sistema econômico, conforme a ordem criacional divina, a uma última e importante condição: que os proprietários dos meios de produção trabalhem, antes de tudo, pelo bem comum e que os menos favorecidos materialmente não cobicem a fortuna e os rendimentos dos mais ricos.

Ele não deixa nenhuma dúvida que, tanto a nível individual como coletivo, o Oitavo Mandamento proporciona benefícios imensos! De maneira alguma trairíamos o pensamento de Jean-Marc Berthoud se afirmássemos que ao mesmo tempo em que ele abomina o capitalismo especulativo, também reconhece os benefícios do capitalismo produtivo, ou ainda, que enquanto reprova, com veemência, os conflitos sociais resultantes de cobiças e egoísmos de uns em relação a outros, ele saúda a paz social ensejada pelo

contentamento e pela busca do bem comum de todos os autores da vida econômica e social.

Jean-Marc Berthoud termina sua análise do Oitavo Mandamento fazendo considerações bíblicas muito importantes sobre o dízimo. Essa preocupação em concluir através de reflexões extraídas da teologia prática faz com que exorte o povo de Deus a dar seu dízimo por três razões fundamentalmente bíblicas.

Em primeiro lugar, o autor encoraja os cristãos a dar o dízimo por uma questão de consagração pessoal a Deus, o que equivale ao dízimo da *fidelidade*, isto é, o dízimo das festas. Em segundo lugar, para manter o culto comunitário, que equivale ao exercício do dízimo de *justiça* do direito levítico, dado para o sustento dos apóstolos, dos pastores, dos presbíteros ou bispos. Finalmente, para socorrer as necessidades sociais da comunidade dos crentes, que é o exercício do dízimo de *misericórdia*.

Em suas reflexões, Jean-Marc Berthoud se refere à *Suma Teológica* de Tomás de Aquino. Considerando a amplitude, a profundidade e a relevância de suas reflexões sobre o Oitavo Mandamento, pode-se dizer que o autor, do qual acabamos de expor brevemente o pensamento, escreveu um livro notável. Esta obra representa uma verdadeira Suma Teológica sobre o roubo, sobre suas motivações espirituais, suas implicações individuais e coletivas, como também sobre a necessidade do abandono desse pecado e de um arrependimento verdadeiro.

Capítulo I: A excelência do mandamento

Introdução

A oitava palavra do Decálogo, ainda que seja das mais concisas, é um mandamento divino de grande atualidade moral, política, econômica e financeira. Porque muitos dos problemas que atualmente conhecemos no âmbito das relações humanas, dos negócios e das finanças, da vida da cidade, vêm do fato de ignorarmos tanto o seu conteúdo quanto suas implicações.

Mas, antes de abordar o oitavo mandamento, recordemos brevemente em que consiste a fé cristã. A fé cristã é relativamente simples. Mas o fato de que todos fomos, cada um à sua maneira, atingidos pelos efeitos do pecado, isso torna sua compreensão frequentemente mais complicada.

> Eis o que tão somente achei: que Deus fez o homem reto, mas ele se meteu em muitas astúcias. (Eclesiastes 7.29)[5]

Então, como resumir em poucas palavras a fé que confessamos e na qual vivemos? Destaquemos alguns pontos fundamentais de todo cristianismo verdadeiro:

— Todas as coisas criadas por Deus eram boas; o homem Adão foi feito bom, como também toda a criação.

— Por causa do pecado de Adão e, consequentemente, pelo nosso próprio, o homem está perdido, sem referências verdadeiras, longe de Deus e debaixo de justa condenação. Isso vale para todos os homens, com exceção do Filho de Deus, nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem.

— É preciso que esse homem, totalmente desviado do reto caminho, reconheça seu estado de rebelião em relação à Lei divina e seja convencido

do seu pecado, da justiça e do juízo, pelo Espírito Santo e pela Palavra-Lei de Deus, e verdadeiramente se arrependa.

— Pela fé dada por Deus e pelo dom do Espírito Santo, o homem deve ser renovado em seu entendimento e em sua vontade, reconhecendo e fazendo sua a obra redentora da encarnação e expiação do Filho de Deus, Jesus Cristo — pelos pecados do homem — como também a ressurreição do Filho de Deus ao terceiro dia, sua ascensão ao Pai, sua entronização em glória à sua direita, de onde enviou o Espírito Santo, em Pentecoste. Dessa maneira, deve ser regenerado pelo Espírito Santo ("nascido de Deus", conforme João 1.13). Com sua mente iluminada e vontade renovada, pode então conhecer a Deus e voltar-se para ele e, pela graça divina, fazer o bem, ou seja, obedecer progressivamente, cada vez mais, aos mandamentos de Deus. Assim, voltando-se para o seu Salvador, abandona todos os seus pecados e recebe dele o perdão e a justiça que estão em Jesus Cristo. Esta é a justificação, a união do crente a Jesus Cristo, o Filho eterno de Deus feito homem, por meio da fé. O crente, o eleito, é dessa maneira enxertado na natureza humana de Cristo, pois Cristo habita nele, e torna-se membro de seu corpo, que é a Igreja, participando assim, por sua união com Cristo, da natureza divina.

— Em consequência dessa obra de salvação tanto objetiva (em Deus) como subjetiva (nele), o cristão, agora justificado e regenerado, pode e deve andar em obediência aos mandamentos de Deus com uma fé crescente; é a sua santificação.

Assim, a fé cristã pode ser resumida em dois pontos:

a) A fé em Jesus Cristo e em sua obra de salvação por nós pecadores (a justificação);

b) A grata obediência do cristão a todos os mandamentos de Deus, em Cristo, pela força do Espírito Santo que nos foi dado (a santificação).

É isso que aprendemos nos ensinos dos apóstolos e de Jesus Cristo, como também nos ensinos do Antigo Testamento.

1. O apóstolo Paulo afirma claramente

> Porque a lei [o princípio] do Espírito de vida, em Jesus Cristo, me livrou da lei [do princípio] do pecado e da morte. Porquanto o que fora impossível à lei [de Moisés], no que estava enferma pela carne [o princípio de pecado e de morte em nós], isso fez Deus enviando o seu próprio Filho em semelhança da carne pecaminosa e no tocante ao pecado; e, com efeito, condenou Deus, na carne, o pecado, a fim de que o preceito da Lei [de Moisés] se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito. (Romanos 8.2-4)

2. O apóstolo Pedro afirma a mesma coisa

No começo de sua segunda Epístola assim ele escreveu:

> Visto como, pelo seu divino poder, nos têm sido doadas todas as coisas que conduzem à vida e à piedade, pelo conhecimento completo daquele que nos chamou para a sua própria glória e virtude, pelas quais [por sua virtude e por sua glória] nos têm sido doadas as suas preciosas e mui grandes promessas, para que por elas vos torneis coparticipantes da natureza divina [nossa santificação e nossa glorificação em Cristo], livrando-vos da corrupção das paixões que há no mundo, por isso mesmo [em razão do dom da fé e das promessas de Deus], vós, reunindo toda a vossa diligência, associai com a vossa fé [concedida, é uma graça de Deus] a virtude; com a virtude, o conhecimento; com o conhecimento, o domínio próprio; com o domínio próprio, a perseverança; com a perseverança, a piedade; com a piedade, a fraternidade; com a fraternidade, o amor.
>
> Porque estas coisas, existindo em vós e em vós aumentando, fazem com que não sejais nem inativos, nem infrutuosos no pleno conhecimento de nosso Senhor Jesus Cristo. Pois aquele a quem estas coisas não estão presentes é cego, vendo só o que está perto, esquecido da purificação dos seus pecados de outrora. Por isso, irmãos, procurai, com diligência cada vez maior, confirmar a vossa vocação e eleição; porquanto, procedendo assim, não tropeçareis em tempo algum. Pois desta maneira é que vos será amplamente suprida a entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. (2 Pedro 1.3-11)

Portanto, para Pedro como para Paulo, a vida cristã se resume na FÉ e na OBEDIÊNCIA, ou seja, a justificação em Cristo e a santificação, igualmente

em Cristo. É a obra de Deus por nós, primeiramente em Cristo; depois, sua obra em nós pela ação do Espírito de Deus. Assim, esse mesmo Espírito nos imputa a obra de redenção (passiva) e de justiça (ativa) de Jesus Cristo, como também nos dá a fé, renova nossa mente, nos comunica a vida divina, restaura a força de nossa vontade para o nosso bem e nos torna capazes — em estreita comunhão com Jesus Cristo — de obedecer, pela ação do Espírito Santo em nós, a todos os mandamentos de Deus.

3. O apóstolo João diz a mesma coisa

> Esta é a mensagem que dele ouvimos e transmitimos a vocês: Deus é luz; nele não há treva alguma. Se afirmarmos que temos comunhão com ele, mas andamos nas trevas, mentimos e não praticamos a verdade. Se, porém, andarmos na luz, como ele está na luz, temos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado.
>
> Sabemos que o conhecemos, se obedecemos aos seus mandamentos. Aquele que diz: “Eu o conheço”, mas não obedece aos seus mandamentos, é mentiroso, e a verdade não está nele. Mas, se alguém obedece à sua palavra, nele verdadeiramente o amor de Deus está aperfeiçoado. Desta forma sabemos que estamos nele: aquele que afirma que permanece nele, deve andar como ele andou. (1 João 1.5-7; 2.3-6)

4. Jesus Cristo também diz a mesma coisa

Os apóstolos, evidentemente, refletem o ensino de seu Mestre. Vejamos, ainda, o que diz aquele que os inspirou:

> Se me amais, guardareis os meus mandamentos. E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, a fim de que esteja para sempre convosco, o Espírito da verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê, nem o conhece; vós o conheceis porque ele habita convosco e estará em vós... Aquele que tem os meus mandamentos e os guarda, esse é o que me ama. E aquele que me ama será amado por meu Pai, e eu também o amarei e me manifestarei a ele. (João 14:15-17 e 21)

Amar a Deus, crer nele, temer desagradá-lo antes de tudo, e com gratidão obedecer aos seus mandamentos, essa é a fonte e a plenitude da fé cristã. Esse é o ensino de Cristo, como também dos apóstolos. Mas isso também é

verdadeiro para o Antigo Testamento. Vejamos, ainda, a conclusão da pregação de Eclesiastes:

> De tudo o que se tem ouvido, a suma é: Teme a Deus [a fé] e guarda os seus mandamentos [a obediência]; porque isto é o dever de todo homem. Porque Deus há de trazer a juízo todas as obras, até as que estão escondidas, quer sejam boas, quer sejam más. (Eclesiastes 12.13-14)

5. Para concluir nossa introdução, vejamos ainda as palavras de Moisés

Suas palavras têm exatamente o mesmo sentido:

> Porque este mandamento que, hoje, te ordeno não é demasiado difícil, nem está longe de ti. Não está nos céus, para dizeres: Quem subirá por nós aos céus, que no-lo traga e no-lo faça ouvir, para que o cumpramos? Nem está além do mar, para dizeres: Quem passará por nós além do mar que no-lo traga e no-lo faça ouvir, para que o cumpramos? Pois esta palavra está mui perto de ti, na tua boca e no teu coração, para a cumprires.

E Moisés conclui com estas palavras dirigidas ao povo de Deus, àqueles que fazem parte da Aliança divina renovada:

> Os céus e a terra tomo, hoje, por testemunhas contra ti, que te propus a vida e a morte, a bênção e a maldição; escolhe, pois, a vida, para que vivas, tu e a tua descendência, amando o Senhor, teu Deus, dando ouvidos à sua voz e apegando-te a ele; pois disto depende a tua vida e a tua longevidade; para que habites na terra que o Senhor, sob juramento, prometeu dar a teus pais, Abraão, Isaque e Jacó. (Deuteronômio 30:11-14 et 19-20)[6]

Todo cristão fiel deve construir sua casa, não sobre a areia da incredulidade, mas sobre a rocha de uma fé obediente à Palavra de Deus, tomando distância da impiedade e da desobediência.

O Oitavo Mandamento: Não roubarás

Após esta introdução, que, no conjunto das Escrituras nos relembra do elo inseparável entre a fé em Jesus Cristo e a obediência aos mandamentos de

Deus, vamos ao estudo do oitavo mandamento, que nos diz:

> Não roubarás. (Êxodo 20.15; Deuteronômio 5.19)
>
> Tenho constatado que toda a perfeição tem limite; mas não há limite para o teu mandamento. (Salmos 119.96)

É exatamente isso, porque esse mandamento (como de resto toda a Lei divina) reflete precisamente o caráter santo, justo e bom do Deus verdadeiro, cuja natureza claramente não conhece nenhum limite.

Lembremos que a Lei divina revela não somente a ordem moral, própria das criaturas humanas, mas também as estruturas essenciais que o Criador concedeu a todas as suas obras. Porque não se trata apenas de uma estrutura moral conferida por Deus aos indivíduos, mas, como explica a Palavra de Deus, essa Lei é uma ordem conferida pelo Criador à sociedade e ao universo como um todo.

Examinemos agora o nosso texto.

Tu ne commettras pas de vol [Tu não cometerás roubo, lit.]: Êxodo 20.15 (Bible à la Colombe, 1978).

Tu ne déroberas point [Tu não roubarás, lit.]: Êxodo 20.15 (Bible Martin, 1707).

1. O LUGAR DESSE MANDAMENTO NO DECÁLOGO

Lembremos *da posição desse mandamento* no conjunto das dez palavras do Decálogo. O primeiro mandamento nos fala de um único Deus (Êxodo 20, versículo 3); o segundo proíbe a idolatria (versículos 4-6); o terceiro trata da rejeição aos falsos cultos, quando proíbe falar o nome de Deus em vão (versículo 7). Esses três primeiros mandamentos referem-se ao culto que devemos prestar a Deus. São leis relacionadas à piedade.

Em seguida, uma palavra é colocada como em posição de mediação entre os três primeiros mandamentos, que nos falam de Deus, e os seis últimos, que

tratam da obediência que devemos a Deus em relação ao nosso próximo, no âmbito da moral pessoal, social e criacional. Esse mandamento intermediário diz respeito ao sábado (quarta palavra, Êxodo 20, versículos 8-11), o dia consagrado ao culto que o homem deve dar a Deus. Para nós cristãos se trata do domingo porque, desde a ressurreição de Cristo, entramos na nova ordem da criação, marcada por seu novo começo — o dia da ressurreição de Jesus Cristo — ou seja, o primeiro dia da eternidade da nova criação. A antiga criação culminava com o descanso do sétimo dia; a nova começa pela celebração da nova criação em Cristo, no primeiro dia da semana. Mas o quarto mandamento é também um testemunho da ordem antiga da criação, na qual ainda vivemos. É preciso trabalhar seis dias e descansar no sétimo, dia de descanso que agora mudamos para o domingo, porque nossa vida diária ainda é comandada por esse ritmo septenário divino, que ordenará nossa vida terrestre até o fim do mundo.

Esse mandamento intermediário é seguido pelas leis que regulam nossa vida social e moral: honra a teu pai e tua mãe — quinto mandamento — que trata do respeito à origem de nossa vida (versículo 12). Não matarás — sexto mandamento — que diz respeito à defesa da vida humana (versículo 13). Não adulterarás, que trata do respeito e proteção ao casamento (versículo 14). Não roubarás, ou seja, o respeito à propriedade (versículo 15). Não mentirás, que é a defesa da integridade moral dos homens (versículo 16). Não cobiçarás, que é a condenação da raiz espiritual de todo mal (versículo 17), porque é do coração do homem, de suas cobiças, que saem todos os males e ações condenadas pela lei de Deus.

Observe-se a ordem das sete palavras na segunda Tábua da Lei: em primeiro lugar o culto a Deus; depois, o respeito aos pais, que são a imagem da Trindade; em seguida a proteção da vida dos homens, imagens de Deus; depois a proteção da aliança do casamento, fonte de renovação da imagem

divina que são os homens; enfim, a salvaguarda da propriedade, base material de toda vida humana, de toda vida social, de toda liberdade humana. Finalmente, é defendido o caráter sagrado da palavra empenhada e, para terminar, a raiz de todos os males é condenada: a cobiça.

2. A EXTENSÃO DESSE MANDAMENTO

Vejamos agora a extensão do mandamento "*Não roubarás*". Porque o ato de roubar, furtar, subtrair alguma coisa, subornar, cometer estelionato, assaltar, saquear, dilapidar, trapacear, enganar, fraudar, violar, explorar — poderíamos ainda encontrar muitos outros sinônimos — todas essas realidades imorais estão cobertas por esse mandamento. Basta ler os jornais, assistir à televisão, escutar o rádio, ver as notícias pela Internet, olhar em derredor (sobretudo para nós mesmos!), para constatar a que ponto e de que maneira se multiplica, de forma espetacular e afrontosa, a quebra onipresente desse mandamento. Essa desobediência à Lei divina "*Não roubarás*", destrói toda a vida em sociedade, toda a vida sadia em comunidade e aquela mútua confiança, sem a qual a vida econômica das nações e dos povos não poderia prosperar, se fosse dominada por um roubo universal.

Assim, a quebra desse mandamento, que proíbe roubar nosso próximo, não é nada mais do que empobrecer os outros em proveito da nossa própria riqueza. Esse é seu aspecto negativo, porque proíbe. O sentido positivo do mandamento nos leva a fazer o bem, a procurar o benefício do próximo, a trabalhar para que enriqueça com as riquezas verdadeiras, materiais e espirituais. Isso é conseguido, em primeiro lugar, pela nossa honestidade e correção nos negócios. Como vimos várias vezes nas longas exposições em nossos sermões sobre o Decálogo, cada um dos mandamentos contém um aspecto negativo (frequentemente direto, às vezes indireto, como é o caso do quinto mandamento), porque Deus, o Legislador supremo, conhece a

natureza pecaminosa dos homens caídos. Mas contém também um aspecto positivo, porque o oposto do que ali é proibido, é implicitamente ordenado.

Vejamos, em primeiro lugar, seu lado negativo, como explicitamente o próprio mandamento faz. Infelizmente, os homens não estão mais no jardim do Éden; nós, homens e mulheres, não somos mais justos e inocentes. Então, o aspecto diretamente negativo do mandamento está ali explícito para reprimir nossa tendência ao pecado, agora tornada "natural". Mas esse lado negativo do mandamento contém também uma face oculta, uma injunção positiva. Se temos certamente de evitar o mal, precisamos também, e principalmente, nos esforçar para fazer o bem. De fato, em primeiro lugar deve-se obedecer ao mandamento "*Não roubarás*", para não causar danos à propriedade do próximo. Mas isso não constitui uma obediência completa a esse mandamento se não nos esforçarmos, igualmente, para possibilitar — entre outras atitudes, pela nossa honestidade e fidelidade — a posse de bens materiais, a prosperidade e a felicidade real de nosso vizinho. Lembremos, simplesmente, a ordem de Cristo segundo a qual há mais alegria em dar que receber; há muito mais alegria em respeitar a propriedade do outro que abusá-la, roubá-la ou destruí-la. O trabalho aumenta nossa riqueza e a dos outros; a ociosidade destrói todo o bem.

3. A definição da palavra "roubar"

Vejamos o significado da palavra "roubar".

Em seu comentário sobre o oitavo mandamento, Pierre Viret diz o seguinte sobre o sentido dessa palavra:

> A palavra hebraica utilizada por Moisés nesse mandamento significa prejudicar ou subtrair, ou ainda tirar e tomar uma coisa secretamente, sem que os atingidos saibam. [7]

E acrescenta:

> Se entendermos essa palavra como é usada pelas Santas Escrituras, vemos que

> significa não somente tomar o bem do próximo sem que este saiba, mas também enganá-lo e desapontá-lo de forma enganosa, em coisa que lhe pertence.[8]

Esse é o sentido essencial desse mandamento: não se deve enganar o próximo de maneira maliciosa e dissimulada, com o intuito de roubá-lo em alguma coisa.

Mas o mandamento tem ainda um sentido mais amplo e Tomás de Aquino nos faz compreendê-lo:

> Devemos saber que por esse preceito proíbe-se toda a forma injusta de se obter um bem.[9]

Trata-se, então, de atribuir a esta oitava palavra do Decálogo um sentido muito mais geral. Toda forma injusta para obter um bem é por ela proibida. Isso inclui o roubo secreto, mas também o roubo às claras. O delito fraudulento é condenável, mas também o banditismo, a desonestidade para ficar com a propriedade de outro e toda espécie de trapaça e fraude.

Vejamos, ainda, outra definição dada por um dos maiores pregadores ingleses do começo do século 17, o bispo e eminente teólogo anglicano Lancelot Andrewes:

> O direito civil define *furtum* ou *furtare*, roubo ou roubar, como a firme apropriação dos bens de outros homens. O direito eclesiástico define o roubo como sendo o ato de consentir em sua consumação ou de apropriar-se da propriedade de outros. Mostraremos que, para esse mandamento, o fato de cobiçar a propriedade de outros também deve ser considerado como uma forma de roubo.[10]

Então, cobiçar os bens de outro já é roubar, assim como o fato de cobiçar a mulher de outro, segundo o ensino do Sermão da Montanha, já é um ato de adultério. A consumação do ato proibido tem início, segundo Cristo, no fato de cobiçar! Porque do coração vêm as más ações.

A palavra “roubar”, que encontramos em Êxodo 20 — e que aparece também na segunda versão do Decálogo em Deuteronômio 5 — na língua hebraica é *ganab* e significa levar, roubar algo, roubar alguém. O substantivo *geneba* significa roubo ou a coisa roubada; a palavra *ganab* significa também ladrão. Este é o sentido dado por um dicionário de teologia bíblica ao ato de roubar:

> Tomar o que pertence a outro sem seu conhecimento ou consentimento. O significado é restrito a ações que permanecem secretas.[11]

Mas há duas outras palavras que são empregadas na Bíblia que exprimem a ideia de roubo: *gazal* ou *ashaq*. Nos dois casos trata-se de uma ação violenta pela qual alguém toma a propriedade do outro. Todas essas ações são condenadas por esse mandamento.

O mandamento “Não roubarás” (Êxodo 20.15, Deuteronômio 5.19, Levítico 19.11), também está relacionado com a proibição de assaltar e ao ato de apoderar-se de uma pessoa, isto é, sequestrá-la (Êxodo 21.16). A ação de roubar e, por consequência, o próprio roubador eram alvos do maior desprezo em Israel (Jeremias 2.26, Provérbios 6.30). Por outro lado, nos países da África (e em outros também) a complacência com o roubo é tal que se chega a dizer: “Ladrão é aquele que se deixa prender”. A Bíblia trata também do caso daquele que rouba por extrema pobreza, para matar a fome. Tal ato é considerado roubo, mas em geral o ladrão que rouba para matar a fome ou para satisfazer as suas necessidades vitais e da sua família não é tratado com o mesmo rigor. Evidentemente, a Bíblia condena aqueles que roubam para satisfazer sua cobiça.

4. Aplicação do mandamento

Em Israel, o roubo não era reprimido de maneira tão severa como em alguns países vizinhos, nos quais a penalidade aplicada podia ser a pena de morte ou,

como ainda é o caso no direito islâmico, cortava-se a mão direita do ladrão. Lembremos que no direito britânico da época vitoriana do século 19, algo em torno de 130 infrações diferentes de leis, que reprimiam o roubo, eram puníveis pelo enforcamento, isso num país que se considerava fortemente cristão!

A lei em Israel exigia que o ladrão reembolsasse sua vítima o dobro do que havia roubado (Êxodo 22.6). A quantia reembolsada, em razão do roubo, aumentava proporcionalmente em função da gravidade do crime. A compensação era paga, não sob forma de multa ao Estado, mas diretamente à pessoa lesada. Na perspectiva do direito bíblico, obrigar o faltoso a pagar uma quantia ao Estado ou deixá-lo apodrecer numa prisão seriam considerados castigos monstruosos. Portanto, o ladrão devia devolver à sua vítima o que lhe havia roubado, acrescentando o mesmo valor como compensação. Na verdade, ele perdia exatamente a quantia que havia esperado ganhar em seu roubo. A penalidade era dobrada (ou aumentada ainda mais) se o ladrão tivesse matado ou vendido o animal roubado, ações que indicavam que se tratava de roubo por negócio. No caso de roubo de pessoa, de rapto (Êxodo 21.16) ou de roubo de objetos consagrados ao culto (Josué 7.11, 25), a pena era bem mais pesada: o ladrão devia ser condenado à morte. Aqui, o próprio Deus, em sua Pessoa, em seu culto e em sua imagem — que é o ser humano — havia sido atacado pelo ato de roubar.

Esse mandamento nos mostra que o direito à propriedade, tanto familiar e privado como comunitário, era considerado como criacional, natural, tendo sido estabelecido pelo próprio Criador. Esse direito era cuidadosamente protegido pela Lei de Israel, a Torá. Pode-se questionar então: “Qual a origem do grande valor dado à propriedade e à sua proteção na Bíblia?”.

No salmo 24, versos 1 e 2, lemos estas palavras que afirmam a soberana autoridade de Deus sobre toda a criação, propriedade do Deus Criador: “Ao

SENHOR pertence a terra e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nele habitam. Fundou-a ele sobre os mares e sobre as correntes a estabeleceu".

A terra é do Senhor, isto é, foi Ele quem a fez e, em consequência, somente Ele tem o direito de propriedade, de posse última. A terra não pertence ao Estado nem aos grandes proprietários terrenos, nem mesmo aos simples homens do campo, mas ao Senhor Deus e, somente depois dele, por delegação, os homens podem possuí-la. Portanto, os homens são proprietários por delegação e não por direito absoluto, e cada um terá de prestar contas ao Senhor pelo uso que fez da terra colocada sob sua proteção. O livro de Apocalipse fala do Deus que vai "[...] destruir aqueles que destroem a terra" (Apocalipse 11.18).

Esse verso está próximo de algumas preocupações ecológicas de nossa época, mas infelizmente, essas preocupações derivam, com demasiada frequência, para uma impiedade ainda mais grave que a destruição da criação, ou seja, para o panteísmo, abandonando-se ao culto de uma natureza colocada no lugar de Deus como seu bem soberano. Entretanto, segundo a própria Bíblia, nós somos os gestores desta terra e nunca seus proprietários absolutos, como se fôssemos livres para dela extrair sem trégua e restrição, numa exploração furiosa, todas as suas riquezas.

Por outro lado, os céus dos céus pertencem exclusivamente a Deus. Tendo terminado a descrição de toda a obra da criação, o salmo 115.16 diz: "Os céus são os céus do Senhor, mas a terra, deu-a ele aos filhos dos homens".

Dessa forma, Deus transmite aos homens um direito de cultivar e proteger a terra, mas esse direito depende, em última instância, Dele mesmo; um direito que não é primário, mas delegado, cujo exercício é limitado pelas exigências da Lei de Deus. A justificação para tal delegação de propriedade ao homem se encontra bem expressa na ordem dada em Gênesis 1.28: "Enchei a terra e dominai-a".

Assim, o homem pode, pela ordem expressa de Deus, tomar posse da terra e submetê-la, cultivá-la e fazer com que prospere. Nesse mandamento divino, anterior à queda, se encontra o fundamento criacional e legal do direito à propriedade privada, familiar e comunitária. Lancelot Andrewes explica as origens históricas bíblicas da propriedade privada desta maneira:

> Os Patriarcas deviam fazer a mesma coisa [encher a terra e dominá-la]. Foi o que o próprio Noé fez. De uma maneira mais concreta, se o homem tivesse perseverado no seu estado de inocência, todos os seres humanos, por não terem pecado, não teriam dificuldade em satisfazer suas necessidades. Ninguém teria problema com seus apetites desordenados ou dos outros, porque a terra seria amplamente suficiente para todos. Mas após a entrada do pecado no mundo, uma divisão [dos bens] tornou-se necessária [porque agora era preciso proteger a propriedade da cobiça que tinha surgido]. E isso agradou a Deus. Porque, ainda que essa divisão tenha sido feita em razão do mal, vemos aí como as boas leis podem ser causadas pelo mal, criadas a partir de uma necessidade. Foi assim que a perseguição de Abel por Caim permitiu a Sete tomar posse de uma terra e defendê-la. Da mesma forma, depois do estabelecimento da primeira cidade formada por Caim, à qual deu o nome de seu filho (Gênesis 4:17), os Pais foram levados, logo após o dilúvio, a fazer mesmo. Os três filhos de Noé então dividiram o mundo: Cão recebeu a África; Sem, a Ásia e Jafé, a Europa (Gênesis 11:31 e 13:9-11). Mais tarde, houve uma divisão parecida entre Abraão e Ló, que escolheu a planície, enquanto Abraão contentou-se com a montanha [...].[12]

Lancelot Andrewes nos dá ainda esta ilustração esclarecedora:

> Quando um prato com carne é posto sobre uma mesa, pode-se dizer, antes que a carne seja cortada, que seu conteúdo pertence a todos. Mas uma vez a carne cortada e servida nos pratos dos convidados, tendo cada um recebido sua parte, não seria muito conveniente retirá-la dos pratos! Assim, no seu início, a terra pertencia a todos os homens, porém mais tarde, cada um tomou posse de uma parte, como disse o Senhor sobre a terra prometida: “Todo o lugar que pisar a planta de vossos pés, vos será por possessão” (Deuteronômio 11.24).[13]

Mas, ao contrário do que afirma Andrewes, a primeira manifestação do sentido de propriedade entre os homens não estava ligada à sua condição pecadora, mas à ordem criacional, tanto individual como comunitária dos homens. A alma é ontologicamente ligada ao corpo, à matéria. Os objetos

materiais, sendo naturalmente distintos uns dos outros, têm por consequência um caráter espacialmente limitado. Assim, por sua própria natureza, o homem é chamado a ocupar um espaço específico, daí a necessidade de todo homem ter um lugar que lhe seja próprio. O que vale para o indivíduo, com maior razão vale para a família e para toda a comunidade. A propriedade individual e comunitária (e até mesmo nacional) tem, então, um caráter natural, essencial e não acidental. O individualismo provém da cobiça e do pecado, portanto é uma consequência da queda. A natureza humana, em si mesma, não é contrária à vida em comunidade, mas a cobiça é. Esta se opõe à vida em comunidade e à propriedade, que é seu fundamento material. Mas se a existência da propriedade é anterior ao surgimento do pecado no mundo, sua proteção legal teve início com o aparecimento da cobiça entre os homens.

Retomando a imagem de Andrewes, é perfeitamente natural, para cada um dos convidados, assentar-se à mesa do dono da casa e considerar o conteúdo de seu prato como sua propriedade. Mas, é antinatural, porque isso vem do pecado, que os convidados cobicem o que está no prato de seu próximo e, mais ainda, que queiram roubá-lo. A condição do homem antes do surgimento do pecado permitia que cada um ao redor da mesa comesse tranquilamente o que estava em seu prato, ou seja, administrasse sem perturbação seus próprios bens dentro de uma comunidade harmoniosa.

Além disso, é próprio da caridade e do amor fraternal cristão querer compartilhar o que tem em seu prato, com seu vizinho menos aquinhoado. Por outro lado, seria tanto um pecado pessoal, como político e social, se o dono da casa quisesse obrigar uma igualdade absoluta entre todos os convidados, fazendo uso de uma autoridade usurpadora e tirânica. A igualdade absoluta forçada do conteúdo de cada prato, nada mais é que o socialismo de Estado, pecado coletivo estabelecido pelo poder do mais forte. Pecado ainda mais grave é obrigar os convidados a aceitar que o prato de

carne, ainda não fatiado e compartilhado, seja considerado eternamente como pertencente a todos (comunhão absoluta de bens: comunismo). O prato de carne feito propriedade comum, rapidamente vai tornar-se alvo da cobiça de todos e, finalmente, propriedade dos mais fortes e menos escrupulosos que dele tomarão posse, deixando os outros convidados a morrer de fome. Além disso, a recusa absoluta em compartilhar o que se acumulou, sem remorso, em seu prato, de forma legítima ou não, é outra forma de pecado, ou seja, o egoísmo liberal também chamado "avareza". Tomar, através da força ou por algum artifício, o que se encontra no prato do vizinho é uma outra forma de pecado, o roubo sob todas as suas formas. Atualmente, a arte de manipular ações — reais ou virtuais — na bolsa de valores é uma das principais formas do banditismo público. O que vale também para a exploração abusiva das riquezas naturais de países incapazes de se defender.[14]

Assim, foi constituída, desde o início da própria criação, essa realidade natural delimitada da propriedade, como definida pelo mandamento *Não Roubarás*. Dessa forma, os seguintes sistemas sociais podem ser considerados como monstruosos, contrários à ordem estabelecida desde o início, pelo Criador, para o bem de todos:

1. O comunismo: comunhão confusa de todos os bens (a comunhão de corpos, o comunismo sexual incluído). Conduz ao reino dos mais fortes, dos maiores criminosos, dos maiores canalhas, sobre a ordem social.

2. O socialismo: a redistribuição dos bens de maneira matematicamente igual pela força do Estado (o amor ao próximo com o dinheiro dos outros). Trata-se de redistribuir as riquezas da comunidade pela força, com o objetivo de alcançar um igualitarismo material imposto pela violência do Estado.

3. O liberalismo: o estabelecimento de um individualismo absoluto. Trata-se da acumulação egocêntrica, lícita ou ilícita, da maior parte dos bens da sociedade por indivíduos ou grupos de indivíduos, para o benefício próprio.

A Bíblia ensina o contrário:

Que o único absoluto para o homem é o próprio Deus e sua Palavra inspirada e escrita, que nos faz conhecê-Lo. É preciso que o homem ame a Deus de todo seu coração, de toda sua força, de todo seu pensamento e com toda sua alma. O "personalismo", promovido na França por Emmanuel Mounier e Jacques Maritain e popularizado por diversos papas romanos desde o Vaticano II, coloca a pessoa humana individualmente — e não Deus e o bem comum, que inclui todas as ordens da criação — no centro do universo.[15] O homem e seus proclamados direitos tornam-se, como na queda, a medida de todas as coisas. É o caminho aberto para toda espécie de injustiça que, a longo prazo, resulta no totalitarismo.

Que o homem deve amar seu próximo como a si mesmo. Trata-se aqui, entre outras coisas, de trocas legítimas, como também de partilhar caridosa e voluntariamente os seus bens com o próximo. Isto faz com que todos sejam obrigados a respeitar os limites específicos da propriedade pessoal, individual, familiar e comunitária, de seu próximo. O amor ao próximo se manifesta pela generosidade no compartilhamento dos seus próprios bens e não dos outros!

Que a harmonia social, a concórdia entre as classes e não a luta de classes, é a norma criaçional para a sociedade. A paz social helvética, por exemplo, o que chamamos de *a paz do trabalho* é reflexo (entre muitos outros) das relações sociais normais no interior de uma comunidade.

Esses são os benefícios que podem ser colhidos quando a oitava palavra do Decálogo "Não roubarás", é respeitada.

Capítulo II: O conteúdo do Oitavo Mandamento: Transgredir um mandamento é transgredir todos

Introdução

Em primeiro lugar, vejamos como, ao transgredir esse mandamento, violamos todos os outros. É o que nos lembra Tiago, o irmão do Senhor, em sua carta:

> Se vós, contudo, observais a lei régia segundo a Escritura: Amarás o teu próximo como a ti mesmo, fazeis bem; se, todavia, fazeis acepção de pessoas, cometeis pecado, sendo arguidos pela lei como transgressores. Pois qualquer que guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos. Porquanto, aquele que disse: Não adulterarás também ordenou: Não matarás. Ora, se não adulteras, porém matas, vens a ser transgressor da lei. (Tiago 2.8-11)

Vejamos, brevemente, cada um dos dez mandamentos para entendermos que ao roubar nosso semelhante transgredimos todos os mandamentos.

A definição mais comum de justiça é esta: “Pagai a todos o que lhes é devido”.

> Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra. (Romanos 13.7)

O Decálogo está dividido em duas partes.

A Primeira Tábua diz respeito ao que devemos a Deus (Mandamentos de 1 a 4).

A Segunda Tábua diz respeito ao que devemos ao nosso próximo (Mandamentos de 4 a 10).

Vimos nos estudos anteriores — sobre o 4º mandamento — relacionados à guarda do sétimo dia, o sábado, que esse mandamento está ligado à Primeira Tábua (relativa a Deus) e à Segunda Tábua (que diz respeito ao próximo).

Vejamos, agora, como o ato de roubar o próximo, ou não lhe dar o que lhe é devido em relação aos seus bens (pessoais, humanos e espirituais), afronta tanto a Deus como o próximo em seus direitos legítimos.

A. Transgredir um mandamento é transgredir todos

Primeira Tábua da Lei

1. Não há outros deuses

> Não terás outros deuses diante de mim. (Êxodo 20.3)

Deus é o Criador de todas as coisas. Ele é nosso Criador. A ele devemos tudo.

> Pois ele mesmo é quem a todos dá vida, respiração e tudo mais. (Atos 17.25)

Esse Deus Criador, em sua providência, mostra sua bondade:

> [...] fazendo o bem, dando-vos do céu chuvas e estações frutíferas, enchendo o vosso coração de fartura e de alegria. (Atos 14.17)

Não dar graças a esse Deus, nada mais é que usurpar o que lhe é devido. Todas as criaturas no céu, na terra e no mar deveriam declarar em alta voz, num movimento piedoso de adoração ao Deus Criador e Redentor:

> Àquele que está sentado no trono e ao Cordeiro, seja o louvor, e a honra, e a glória, e o domínio pelos séculos dos séculos. (Apocalipse 5.13)

Não adorar a Deus assim, não o amar de todo o coração, de toda sua força e em seus pensamentos, é transgredir o oitavo mandamento. É roubar-lhe a glória que lhe é devida! Ter um outro deus diante da face do Eterno é roubá-lo.

2. Não fazer imagens de escultura

> Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu sou o SENHOR, teu Deus, Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos. (Êxodo 20.4-6)

Aqui vemos, claramente, que prestar culto a qualquer outra criatura é roubar a glória devida somente a Deus. Não devemos adorar nenhuma imagem, mas somente o verdadeiro Deus, Pai, Filho e Espírito Santo. Se a única imagem verdadeira de Deus sobre a terra é o próprio homem, que abominação é

adorar essa imagem! É o culto do homem, como medida de todas as coisas, o Humanismo substituindo Aquele do qual o homem é apenas imagem. É amar a foto dos seus filhos mais do que eles próprios!

Qualquer outro culto que não seja aquele que devemos dar a Deus em Espírito e em Verdade, isto é, segundo o Espírito de Deus e sua Palavra escrita e encarnada, é uma transgressão do mandamento “Não roubarás”.

É assim que não damos a Deus o que lhe é devido!

3. Santificar o nome de Deus

> Não tomarás o nome do SENHOR, teu Deus, em vão, porque o SENHOR não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão. (Êxodo 20.7)

O primeiro pedido na oração do Senhor se refere explicitamente a esse mandamento:

> Santificado seja o teu nome. (Mateus 6.10)

Tomar o nome de Deus em vão (ou seja, considerá-lo como nada), não mostrar temor, respeito, adoração, a fé e o amor que lhe são devidos, é violar a santidade de Deus. É usurpar sua glória e atribuí-la a nada, à vaidade, a uma efemeridade. Esse é o pecado da nossa civilização, a qual foi construída tomando o nome de Deus em vão, tratando Deus como pessoa insignificante. Mas são os próprios homens, como também suas obras, que se tornam vãos quando agem assim. Hoje, essa vaidade salta aos olhos diante do colapso de nosso sistema financeiro baseado sobre o nada — uma moeda virtual que não tem nada de real! Podemos ver isso também no salmo 115, em sua acusação a todos esses adoradores do nada:

> Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória, por amor da tua misericórdia [hesed-bondade] e da tua fidelidade [emunah-fidelidade]. Por que diriam as nações: Onde está o Deus deles? No céu está o nosso Deus e tudo faz como lhe agrada. Prata e ouro [dinheiro virtual = nada!] são os ídolos deles, obra das mãos de homens. Têm boca e não falam; têm olhos e não veem; têm ouvidos e não ouvem; têm nariz e não cheiram. Suas mãos não apalpam; seus pés não andam; som nenhum lhes sai da garganta. Tornem-se semelhantes a eles os que os fazem e quantos neles confiam. Israel confia no SENHOR; ele é o seu amparo e o seu escudo. A casa de Arão confia no SENHOR; ele é o seu amparo e o seu escudo. Confiam no SENHOR os que temem o SENHOR; ele é o seu amparo e o seu escudo. De nós se tem lembrado o SENHOR; ele nos abençoará; abençoará a casa de Israel, abençoará a casa de Arão. Ele abençoa os que temem o SENHOR, tanto pequenos como grandes. O SENHOR vos aumente bênçãos mais e mais, sobre vós e sobre vossos filhos. Sede benditos do SENHOR, que fez os céus e a terra. Os céus são os céus do SENHOR, mas a terra, deu-a ele aos filhos dos homens. Os mortos não louvam o SENHOR, nem os que descem à

região do silêncio. Nós, porém, bendiremos o SENHOR, desde agora e para sempre. Aleluia! (Salmos 115.1-18)

4. Respeito ao dia de repouso

> Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do SENHOR, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque, em seis dias, fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o SENHOR abençoou o dia de sábado e o santificou. (Êxodo 20.8-11)

Como vimos nas pregações sobre o quarto mandamento, a ordem para respeitar o Sábado compartilha das duas Tábuas da Lei, ou seja, esse mandamento diz respeito ao culto dado a Deus (Primeira Tábua) e à ordem criacional, tanto na família como no âmbito do trabalho dos homens, e até dos animais (Segunda Tábua). A transgressão desse mandamento implica um duplo roubo:

1. Rouba-se a Deus o tempo de culto e adoração que deve receber (Primeira Tábua).

2. Rouba-se dos homens e dos animais o tempo de repouso que devem gozar (Segunda Tábua).

Segunda Tábua da Lei

5. Honrar os pais

> Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR, teu Deus, te dá. (Êxodo 20:12)

Aqui também, a transgressão desse quinto mandamento implica um duplo roubo:

1. Priva-se os pais do respeito que lhes é devido enquanto nossos progenitores e educadores.

2. Priva-se-lhes do sustento que devem ter em sua velhice. Foi assim que Cristo compreendeu esse mandamento na luta que teve de travar com os

escribas e fariseus, e contra a distorção que faziam da lei divina por suas tradições humanas:

> Interpelaram-no os fariseus e os escribas: Por que não andam os teus discípulos de conformidade com a tradição dos anciãos, mas comem com as mãos por lavar? Respondeu-lhes: Bem profetizou Isaías a respeito de vós, hipócritas, como está escrito: Este povo honra-me com os lábios, mas o seu coração está longe de mim. E em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens. (Marcos 7.5-7 citando Isaías 29.13)

E Jesus acrescentou:

> Negligenciando o mandamento de Deus, guardais a tradição dos homens. E disse-lhes ainda: Jeitosamente rejeitais o preceito de Deus para guardardes a vossa própria tradição. Pois Moisés disse: Honra a teu pai e a tua mãe; e: Quem maldisser a seu pai ou a sua mãe seja punido de morte. Vós, porém, dizeis: Se um homem disser a seu pai ou a sua mãe: Aquilo que poderias aproveitar de mim é Corbã, isto é, oferta para o Senhor, então, o dispensais de fazer qualquer coisa em favor de seu pai ou de sua mãe, invalidando a palavra de Deus pela vossa própria tradição, que vós mesmos transmitistes; e fazeis muitas outras coisas semelhantes. (Marcos 7.8-13)

6. Nenhum homicídio intencional

> Não matarás. (Êxodo 20.13)

É evidente que o fato de matar um homem com a intenção de destruí-lo (e isto vale até para assassinato involuntário), é o mesmo que roubar seu bem mais precioso, ou seja, sua vida. Isso claramente é uma transgressão do oitavo mandamento “Não roubarás”, que estudamos. Como vimos nos estudos sobre o sexto mandamento, para obedecer corretamente a esse mandamento, não somente temos de deixar o mal, mas dar ao próximo o bem que lhe devemos. A obediência à lei jamais pode simplesmente limitar-se ao abandono do mal!

7. Não trair o cônjuge

> Não adulterarás. (Êxodo 20.14)

Aqui também, a aplicação do oitavo mandamento é evidente: ao cometer adultério, o homem ou a mulher engana seu marido ou sua esposa (e também o marido ou a esposa da pessoa com a qual comete adultério) e priva os

cônjuges enganados de um bem precioso, isto é, da aliança conjugal. Esse é um caso de roubo particularmente vergonhoso e escandaloso. Não foi sem motivo que no direito hebraico, divinamente inspirado, o roubo conjugal por adultério tenha sido punido com a pena de morte, como também o assassinato, no qual o homem rouba do seu semelhante sua própria vida.

8. Não roubar o próximo

> Não roubarás. (Êxodo 20.15)

A relação desse mandamento com o roubo de propriedade dispensa comentários!

9. Não mentir em prejuízo do próximo

> Não dirás falso testemunho. (Êxodo 20.16)

Como veremos no estudo do nono mandamento, a mentira (aqui caracterizada em sua forma mais solene — o perjúrio diante dos tribunais) está frequentemente ligada ao roubo. Vemos isso de maneira particularmente clara na crise financeira atual, responsável por problemas como a falsificação, a dissimulação e a deformação consciente e desejada de dados comerciais e financeiros, a fim de retirar os benefícios, frequentemente de maneira fraudulenta. Isso nos conduz ao último mandamento.

10. A cobiça

> Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo. (Êxodo 20.17)

Aqui nos encontramos na raiz da transgressão do oitavo mandamento (aliás, de todos os mandamentos): a cobiça. É a cobiça dos bens dos outros (uma atitude do coração) que motiva todos os roubos, os furtos, o ato de roubar o que pertence a seu semelhante em todos os níveis, ou seja, desde a falsificação do peso da balança na mercearia da vila, até aquele que falsifica o valor do preço dos bens quando põe pra rodar a máquina de fazer dinheiro ou

provoca a expansão, sem medida, de um dinheiro virtual, imaginário, esse crédito *ex nihilo*, do nada, pelos bancos centrais que reservadamente atribuem a si mesmos os atributos de Deus.

Paulo, em seu tempo, tinha visto na cobiça a raiz de todas as transgressões aos mandamentos de Deus (Romanos 7).

> Que diremos, pois? É a lei pecado? De modo nenhum! Mas eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei; pois não teria eu conhecido a cobiça, se a lei não dissera: Não cobiçarás. Mas o pecado, tomando ocasião pelo mandamento, despertou em mim toda sorte de concupiscência; porque, sem lei, está morto o pecado. Outrora, sem a lei, eu vivia; mas, sobrevindo o preceito, reviveu o pecado, e eu morri. E o mandamento que me fora para vida, verifiquei que este mesmo se me tornou para morte. Porque o pecado, prevalecendo-se do mandamento, pelo mesmo mandamento, me enganou e me matou. Por conseguinte, a lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom. Acaso o bom se me tornou em morte? De modo nenhum! Pelo contrário, o pecado, para revelar-se como pecado, por meio de uma coisa boa, causou-me a morte, a fim de que, pelo mandamento, se mostrasse sobremaneira maligno. (Romanos 7.7-13)

E terminamos esta seção citando as palavras de Jesus Cristo, tiradas da sequência do texto de Marcos, citado acima. Cristo atacava a tradição dos escribas e fariseus, porque eles substituíam a Palavra-Lei de Deus. Diante das falsas regras (não bíblicas) levantadas pelos doutores judeus para inventar novas restrições alimentares e tornar obrigatórios seus inumeráveis rituais de purificação, Cristo diz à multidão:

> Convocando, de novo, a multidão, disse-lhes: Ouvi-me, todos, e entendei. Nada há fora do homem que, entrando nele, o possa contaminar; mas o que sai do homem é o que o contamina. [Se alguém tem ouvidos para ouvir, ouça.] Quando entrou em casa, deixando a multidão, os seus discípulos o interrogaram acerca da parábola. Então, lhes disse: Assim vós também não entendeis? Não compreendeis que tudo o que de fora entra no homem não o pode contaminar, porque não lhe entra no coração, mas no ventre, e sai para lugar escuso? E, assim, considerou ele puros todos os alimentos. E dizia: O que sai do homem, isso é o que o contamina. Porque de dentro, do coração

> dos homens, é que procedem os maus desígnios, a prostituição, os furtos, os homicídios, os adultérios, a avareza, as malícias, o dolo, a lascívia, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a loucura. Ora, todos estes males vêm de dentro e contaminam o homem. (Marcos 7.14-23)

B. O ESPÍRITO DO OITAVO MANDAMENTO

Com a ajuda do belo comentário de Pierre Viret sobre os Dez Mandamentos, vamos agora procurar definir o espírito com que se deve compreender o oitavo mandamento, "Não roubarás" (Êxodo 20.15).

Viret caracteriza de maneira positiva os cinco últimos mandamentos do decálogo, porque para ele (como para os Reformadores do século 16), a formulação negativa desses mandamentos contém, implicitamente, as mais positivas prescrições, tal como a sombra manifesta a luz. Todos esses mandamentos procuram conservar a vida social e política dos homens. O sexto mandamento visa conservar a vida humana (não matarás); o sétimo, preserva o casamento, instituição que deu origem a toda vida social (não adulterarás); o oitavo, preserva a propriedade, fundamento de toda vida social livre e responsável (não roubarás); o nono, preserva a reputação dos homens e a manifestação da verdade na sociedade (não dirás falso testemunho); enfim, o décimo, que busca cortar a raiz de todas as transgressões da Lei de Deus, mostrando que, antes de tudo, o coração deve estar purificado, para poder cumprir a boa, santa e perfeita vontade de Deus. Foi o que há muito tempo e de maneira evangélica Davi declarou em seu grande salmo de arrependimento, o salmo 51:

> Purifica-me com hissopo, e ficarei limpo; lava-me, e ficarei mais alvo que a neve. Faze-me ouvir júbilo e alegria, para que exultem os ossos que esmagaste. Esconde o rosto dos meus pecados e apaga todas as minhas iniquidades. Cria em mim, ó Deus, um coração puro e renova dentro de mim um espírito inabalável. Não me repulses da tua presença, nem me retires o teu Santo Espírito. Restitui-me a alegria da tua salvação e sustenta-me com um espírito voluntário. (Salmos 51.7-12)

Vejamos como Viret caracteriza o espírito desse mandamento. Nesse mandamento:

> Deus não proíbe apenas que, de alguma forma, eu cause dano aos bens de meu próximo, mas antes de tudo ordena que eu me empenhe, por todos os meios ao meu alcance, para conservá-los e aumentá-los; além disso, a prestar assistência e socorrê-lo com minhas posses em suas necessidades.

E acrescenta solenemente:

> Se não fizer isso, não estarei obedecendo a esse mandamento como Deus requer de mim.[16]

Portanto, esse mandamento exige do cristão:

1) Que nada faça contra os bens do seu próximo.

2) Que se esforce para conservá-los e, se possível, aumentá-los.

3) Que tenha meios para socorrer seu próximo em suas necessidades e dificuldades.

Dessa maneira, estamos longe do egoísmo que privilegia o liberalismo puro e rígido (eu e somente eu!) e da caridade artificial estatizada do socialismo, que busca concretizar seu amor tão generoso pelo próximo com o dinheiro subtraído dos outros pelo fisco!

Viret contrasta a caridade, associada à verdadeira liberdade (o ato de amar seu próximo como a si mesmo), com o espírito de cobiça que se manifesta pela avareza. Ele procura a causa dessa mentalidade viciosa que leva o homem a roubar e a encontra, antes de tudo, na falta de fé e da verdadeira confiança num Deus misericordioso e fiel. Vejamos o que escreveu sobre essa pobreza de espírito (o coração quebrantado e contrito de que falou Davi no salmo 51) que, de forma singular, nos permite obedecer a esse mandamento:

> Aqueles que conhecem verdadeiramente como são, se veem inteiramente abatidos em seus corações, não tendo confiança em si mesmos, nem em sua riqueza ou em

> qualquer outra criatura, mas somente no único Deus e em suas riquezas. Porque, qual é a força de nossa cobiça e avareza, senão o desconhecimento da pobreza que há em nós e das riquezas que temos em Deus, e dos meios para obtê-las e utilizá-las? Essa ignorância é tanto a causa da desconfiança que temos em Deus como da confiança que temos em nós mesmos, a qual não teríamos, se não desconfiássemos de Deus; e não desconfiaríamos dele, se verdadeiramente soubéssemos que não podemos obter qualquer bem, senão de suas mãos.[17]

Viret mostra em seguida que o que destrói esse espírito de cobiça e avareza é estar contente com o que Deus nos dá, seja a pobreza ou a riqueza. E aqui cita as palavras do apóstolo Paulo:

> Digo isto, não por causa da pobreza, porque aprendi a viver contente em toda e qualquer situação. Tanto sei estar humilhado como também ser honrado; de tudo e em todas as circunstâncias, já tenho experiência, tanto de fartura como de fome; assim de abundância como de escassez; tudo posso naquele que me fortalece. (Filipenses 4.11-13)

E mostra que os ricos amam mais as riquezas que têm, do que a Deus e isso os torna cruéis e avarentos, fazendo com que sua entrada no céu seja difícil e problemática. Quanto aos pobres, estes amam mais as riquezas que não têm, do que seu Senhor; o que os deixa cheios de cobiça pelos bens daqueles mais aquinhoados do que eles próprios.

> Mas ai de vós, os ricos! Porque tendes a vossa consolação. (Lucas 6.24)
>
> Então, disse Jesus a seus discípulos: Em verdade vos digo que um rico dificilmente entrará no reino dos céus. E ainda vos digo que é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus. Ouvindo isto, os discípulos ficaram grandemente maravilhados e disseram: Sendo assim, quem pode ser salvo? Jesus, fitando neles o olhar, disse-lhes: Isto é impossível aos homens, mas para Deus tudo é possível. (Mateus 19.23-26)

E no sermão da montanha, Cristo mostrou a incompatibilidade total entre o espírito de riqueza e a pobreza de espírito:

> Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um e amar ao outro, ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas. (Mateus 6.24)

Mas, com o Evangelho, pela soberana e bondosa graça de Deus, o que é impossível ao homem torna-se possível. Um rico pode também alcançar a pobreza de espírito. Isto levou o apóstolo Paulo, a respeito dos cristãos ricos deste mundo, a escrever a seu discípulo o seguinte:

> Exorta aos ricos do presente século que não sejam orgulhosos, nem depositem a sua esperança na instabilidade da riqueza, mas em Deus, que tudo nos proporciona ricamente para nosso aprazimento; que pratiquem o bem, sejam ricos de boas obras, generosos em dar e prontos a repartir; que acumulem para si mesmos tesouros, sólido fundamento para o futuro, a fim de se apoderarem da verdadeira vida. (1 Timóteo 6.17-19)

Essa bem ordenada benevolência humana sem dúvida vale muito mais do que esse monstro administrativo, frio, ineficaz e perdulário que é o Estado providência! Viret insiste fortemente sobre o fato de que tudo, absolutamente tudo, nos vem de Deus.

> Porque, uma vez que os bens que temos nos foram dados por Deus, não apenas para nós, mas também para que compartilhemos com nossos irmãos, segundo a regra de caridade que [Cristo] nos deu, não podemos negar que seríamos ladrões ao privarmos nossos irmãos do que nos foi dado para distribuir. Porque fazendo isto, retemos o bem de outro, da mesma maneira que o capelão de um Príncipe roubaria se tivesse retido o dinheiro, posto em suas mãos, para dar aos pobres.[18]

Segundo Viret, podemos resumir esse ensino bíblico como segue:

O que é o roubo?

1) Não exercer caridade;

2) Roubar ativamente, secretamente ou abertamente os bens de nosso semelhante;

3) Tudo nos vem de Deus, portanto roubar o próximo ativamente (por furto), ou passivamente (por recusa à caridade), é roubar o próprio Deus que nos

confiou seus bens;

4) Dilapidar os próprios bens, administrando-os de maneira irresponsável ou vivendo de maneira extravagante, é também roubar a Deus e ao próximo, pois desses bens somos apenas administradores.

Enfim, permanecendo no exame do espírito desse mandamento, Viret nos mostra a que ponto não somente a avareza, mas também o espírito de prodigalidade, o desperdício com o luxo de uma vida espalhafatosa e extravagante, são também marcas da cobiça e, portanto, fazem parte das transgressões do mandamento que nos proíbe o roubo. Vejamos como Viret comenta:

> Como, nesse mandamento, Deus proíbe e condena a cobiça e a avareza, ordenando em seu lugar a caridade e a generosidade, ele proíbe também o esbanjamento, isto é, o vício que, por um lado, se opõe à avareza, mas que é igualmente contrário à generosidade, que é uma virtude contrária a esses dois, ainda que a prodigalidade se cubra frequentemente com o verniz da generosidade. Além disso, precisamos também entender que Deus nos ordena a frugalidade, ou seja, o uso moderado e razoável, sem excesso em nenhuma das partes, que se deve ter na distribuição das coisas que por ele nos foram dadas.[19]

Temos, então, os contrastes seguintes: 1) Fé em Deus e incredulidade; 2) Contentamento e cobiça; 3) Generosidade e avareza egocêntrica; 4) Sobriedade e frugalidade versus prodigalidade e desperdício.

No diálogo moral e teológico de Viret, o personagem Timóteo pergunta e Daniel responde.

Vejamos, brevemente, esse diálogo:

> TIMÓTEO: Então você quer dizer que é preciso ter equilíbrio entre a avareza e o desperdício.
>
> DANIEL: É verdade. Porque o avarento passa da medida, poupando onde não se deve poupar; o perdulário, ao contrário, se excede no outro extremo, gastando de qualquer maneira. Mas o generoso, o moderado e bom administrador de sua casa, equilibra-se

> entre esses dois, dando quando for preciso dar e restringindo quando for preciso restringir. Ora, uma vez que nem o avarento, e nem o esbanjador sabem guardar essa regra com equilíbrio, não podem evitar a avareza, que é uma das principais fontes de roubos e, consequentemente, de vários outros tipos desse pecado. Porque a avareza provém daquela mesma fonte de desconfiança, que procede da falta de fé em Deus. O avarento, temendo a fome e a indigência, é induzido por essa descrença a reter o que tem entre as mãos e, de forma avarenta, não distribui àqueles a quem devia, ou tira para si o bem de outro em razão do medo que tem, para obter alívio e confortar-se, ao invés de confiar em Deus. O perdulário não faz por menos, ainda que siga outro caminho. Porque uma vez que não tem freio nem medida, não pode satisfazer o que deveria, pois o que gastou de maneira irresponsável não pode mais ser investido em coisa mais útil; e depois, precisa buscar em outro lugar alguma coisa a mais para alimentar sua extravagância.

Dessa maneira, o avarento e o perdulário, por razões diferentes, privam suas esposas e filhos do que precisariam para viver. A principal razão disso está no fato de que tanto o avarento quanto o perdulário tomam o lugar de Deus na administração dos seus bens, que se torna autônoma e contrária ao mandamento que proíbe o roubo dos bens dados por Deus, para o conforto de suas famílias e da comunidade como um todo.

O surgimento dos seguros de terra e do Estado Providência (a junção das duas Bestas do Apocalipse) é o fruto conjugado tanto desse espírito de avareza quanto dessa cultura de prodigalidade, como por exemplo, as emissões massivas de crédito dos Bancos centrais baseadas em nada; o sistema bancário de reservas fracionárias.

O desaparecimento das virtudes de caridade, de sobriedade e da administração saudável dos negócios é o fruto direto da exclusão da vida pessoal, familiar e pública, de toda confiança em Deus e do que decorre normalmente dessa confiança na Providência divina, ou seja, a obediência alegre aos mandamentos do nosso bom Pai celeste e as bênçãos materiais e espirituais dela resultantes.

Deixarei a conclusão para Pierre Viret, que mostra como o avarento e o perdulário são insaciáveis. Poderíamos até crer que se trata de uma descrição dos costumes atuais e da maneira como os bancos agem!

> TIMÓTEO: Há muitos que ficam desesperados e furiosos quando veem que o dinheiro está acabando e não sabem mais de onde tirar, como frequentemente acontece; porque ao tirar e não repor, até um mar pode ser esgotado; esvaziar com uma mão e tomar de alguém para encher a outra é roubo. Porque o avarento, o mesquinho e o perdulário são como um tonel furado, que jamais ficará cheio. Porque ainda que o mesquinho e o avarento não derramem o tonel como faz o perdulário, uma vez que jamais têm o bastante e nunca estão contentes, o que têm e o que não têm de nada lhes aproveitará. Porque, quanto ao amor e uso que fazem da riqueza, seu tonel não está menos furado e vazio que o do perdulário, e não são menos perigosos, mas (ousaria dizer) ainda mais; nenhum avarento usufrui do que tem, como fazem os perdulários; entretanto, tudo contado e calculado, não sobra grande coisa.
>
> DANIEL: O perdulário age como se não houvesse amanhã; e o avarento, como se o tempo não tivesse fim. O primeiro vive como se o mundo fosse acabar no dia seguinte e por isso tivesse de gastar tudo o que tem; os avarentos vivem como se nunca fossem morrer e a terra nunca mais lhes viesse dar seus frutos, e toda a provisão que fizeram de uma só vez, para toda a eternidade, não seria suficiente para tanto tempo.[20]

Capítulo III: O espírito do Oitavo Mandamento: O amor ao dinheiro, a raiz de todos os males

Introdução

Continuemos nossos comentários sobre os dez mandamentos. É uma longa peregrinação e espero que isso não nos canse demasiadamente! Pudemos notar que esses estudos possuem uma variedade muito grande. A razão disso é que a Palavra de Deus sonda todas as coisas e o conjunto das verdades e das realidades visíveis e invisíveis que têm relação com nossas vidas pessoais e comunitárias se encontra no interior dos próprios mandamentos. Este é a terceiro estudo sobre o oitavo mandamento *Não roubarás*.

Damos continuidade ao que havíamos começado na segunda parte do nosso último estudo, quando falávamos do espírito do oitavo mandamento.

Nosso texto se encontra em 1 Timóteo 6.1-20.

Façamos algumas observações introdutórias.

Em nosso estudo precedente, tínhamos visto, em primeiro lugar, que a transgressão desse mandamento implicava a transgressão de todos os outros. Vimos que ao roubar os bens de nosso próximo, transgredimos também cada uma das Dez Palavras dadas por Deus a Moisés no Sinai.

Em segundo lugar, começamos a examinar o espírito que caracteriza especificamente esse mandamento. Para isso utilizamos amplamente o comentário de Pierre Viret sobre o Decálogo, que felizmente será reeditado por L'Age d'Homme no próximo ano.[21]

Vimos ali não apenas como a avareza, que é reter tudo para si, e a

prodigalidade, que é o desperdício do que Deus nos deu, são infrações muito graves contra o espírito desse mandamento, mas sobretudo consideramos como a ordem que Deus nos deu para não roubarmos tem em si um caráter iminentemente positivo. Se seu conteúdo é negativo, isso ocorre porque primeiramente serve para restringir a força do pecado no mundo. A aplicação dos mandamentos não está restrita a uma função puramente "religiosa" no seio da Igreja, para santificar os fiéis, mas também diz respeito ao restabelecimento da ordem da criação (o *cosmos*) e da sociedade, o que inclui a restrição do mal fora da Igreja. Mas, no fundo, detém um caráter profundamente positivo, porque, antes de tudo, é preciso amar nosso próximo e fazer-lhe bem. Fazer o bem, nos diz Paulo, não é contrário à Lei, mas seu cumprimento! Vimos também que Pierre Viret resumia em três pontos o conteúdo completo e positivo desse mandamento:

1. Não causar nenhum dano aos bens do próximo.

2. Empenhar-se para que seus bens fossem preservados e, se possível, aumentá-los.

3. E enfim, ter como socorrer o próximo em suas necessidades e dificuldades — por alguma acumulação de reservas — e para isso fazendo uso dos próprios bens. Esse é o aspecto de complementaridade do rico em relação ao pobre. A dialética marxista destrói essa complementaridade, porque produz uma animosidade profunda entre eles, isto é, a luta de classes, fundamento da dialética social. A dialética marxista tem sua raiz na visão liberal (Adam Smith 1723-1790 e David Ricardo 1772-1823) da concorrência como produtora de riquezas.

Aqui há três pontos sobre os quais devemos concentrar nossa atenção: a) não fazer o mal; b) trabalhar, na medida do possível, para fazer o bem ao próximo e c) ter como ajudar aqueles que se encontram na miséria. Aqui vemos, perfeitamente, até que ponto a observação generalizada tanto dos aspectos

negativos como positivos desse mandamento poderia perfeitamente substituir a benevolência administrativa, fria e desumana — e na realidade muito frágil — que é a bondade fictícia desse Estado Providência que atualmente toma o lugar que deveria ser do amor concreto e mútuo entre homens e mulheres na sociedade. O que chamamos de Estado social ou amor pseudoprovidencial da administração pública e dos serviços sociais é, na verdade, uma resposta defeituosa, frágil e perecível, às misérias de nosso mundo, que extrai toda sua força do desaparecimento daquele amor fraternal, que seria a obediência do coração dos cristãos e das Igrejas ao oitavo mandamento, *Não roubarás*. Isso não é acidental, mas uma substituição consciente, feita pelos homens, da Providência de Deus pelo Estado Providência: aquele paraíso revolucionário que não tem mais sua esperança no porvir.

Vamos, agora, dar sequência à nossa reflexão sobre este tema, isto é, discernir bem o que caracteriza o espírito do oitavo mandamento. Faremos isso, principalmente, utilizando textos normativos do Novo Testamento e, mais particularmente, recorrendo aos ensinos — notemos bem — extraordinariamente abundantes que nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo nos deixou sobre esse mandamento e pelo ensino que inspirou o apóstolo Paulo. De fato, o Novo Testamento nos fala abundantemente dessas questões materiais, que para ele são de extrema importância. Mas, hoje, não começaremos pelas palavras específicas de Cristo registradas nos Evangelhos sobre esse ensino, mas por um texto notável do apóstolo Paulo. Somente em seguida examinaremos, se Deus permitir, diversas passagens dos Evangelhos sobre esse assunto.

Nossa abordagem será diferente daquela que, no passado, frequentemente praticávamos, porque não somos obrigados a trabalhar da mesma maneira, ou seja, tudo depende das circunstâncias, mas também dos textos que estudamos. Em geral, antes começávamos pelo estudo do ensino do Antigo

Testamento e só depois disso voltávamos para o estudo do Novo Testamento. Mas tendo visto o caráter particular desse mandamento, me pareceu mais importante levar em conta o espírito que acompanha essa palavra de origem divina, *Não roubarás*. E esse espírito se manifesta de uma maneira particularmente clara no Novo Testamento e, sobretudo, no ensino de Paulo. Será, então, por ele que começaremos, para em seguida nos voltarmos às aplicações detalhadas e bastante precisas dessa oitava Palavra do Decálogo que encontramos na Lei de Deus, nos Profetas e nos livros de Sabedoria.

Eis, portanto, alguns textos que ocuparão nossa atenção nas próximas exposições.

Hoje, em primeiro lugar, vamos nos voltar para este adágio tão claro do apóstolo Paulo: “O amor ao dinheiro é a raiz de todos os males” (1 Timóteo 6.10). O texto para nossa meditação se encontra, então, em 1 Timóteo 6.1-20.

Em seguida, falaremos sobre Mateus 6.20, no qual Cristo nos exorta a *juntar tesouros no céu*.

Enfim, examinaremos a parábola do servo iníquo, Mateus 18.28: “Paga-me o que me deves”.

Em último lugar, falaremos sobre um texto, ao mesmo tempo extraordinário e terrível, que é o de Lucas 16.9: “Granjeai amigos com as riquezas da injustiça”.

Esse é o extenso programa dos próximos meses. Vamos descobrir, no decorrer do nosso trabalho, como se desenvolve a exposição deste mandamento “Não roubarás”. Somente então, voltaremos à explicação que a Torá, os livros de Sabedoria e os Profetas dão a esta oitava Palavra do Decálogo. O título de nosso estudo é, portanto, o seguinte:

> O amor ao dinheiro é a raiz de todos os males.[22]

Por que o apóstolo Paulo faz aqui um ataque tão veemente, tão forte ao que

chama de “o amor ao dinheiro”? Para compreender o conteúdo verdadeiro do pensamento de Paulo, precisamos considerar, rapidamente, o conjunto dessa passagem, isto é, os capítulos 5 e 6 de sua primeira epístola à Timóteo. Vejamos, brevemente, o capítulo 5 que, no capítulo seguinte, deságua nessa exortação tão vigorosa. Após ter dirigido duas exortações bastante genéricas a Timóteo sobre a atitude que devia ter para com os velhos e jovens, idosas e mulheres jovens (1 Timóteo 5.1-2), Paulo dá alguns conselhos morais precisos e concretos em primeiro lugar às viúvas (versos 3-16), depois aos homens idosos, responsáveis pela direção da Igreja (versos 17-22) e, concluindo suas exortações éticas, faz referência às relações entre escravos e senhores (1Tm 6.1-2). Foi assim que introduziu novas considerações por uma exortação dirigida àqueles que estão sob o jugo da escravidão — poderíamos dizer proletários — isto é, homens que não possuíam outro bem para sua sobrevivência senão sua própria mão e que, consequentemente, são totalmente dependentes de seus senhores.

Leiamos, então, nosso texto:

> Todos os servos que estão debaixo de jugo considerem dignos de toda honra o próprio senhor, para que o nome de Deus e a doutrina não sejam blasfemados. Também os que têm senhor fiel não o tratem com desrespeito, porque é irmão; pelo contrário, trabalhem ainda mais, pois ele, que partilha do seu bom serviço, é crente e amado.

“Ensina”, diz Paulo à Timóteo, “e recomenda estas coisas”.

Trata-se, então, da importância que Paulo dá à atitude dos subordinados para com seus superiores.

> Se alguém ensina outra doutrina e não concorda com as sãs palavras de nosso Senhor Jesus Cristo e com o ensino segundo a piedade, é enfatuado, nada entende, mas tem mania por questões e contendas de palavras, de que nascem inveja, provocação, difamações, suspeitas malignas, altercações sem fim, por homens cuja mente é pervertida e privados da verdade, supondo que a piedade é fonte de lucro. [Retira-te do meio deles.][23] De fato, grande fonte de lucro é a piedade com o contentamento. Porque nada temos trazido para o mundo, nem coisa alguma podemos levar dele. Tendo sustento e com que nos vestir, estejamos contentes. Ora, os que querem ficar ricos caem em tentação, e cilada, e em muitas concupiscências insensatas e perniciosas, as quais afogam os homens na ruína e perdição. Porque o amor do

> dinheiro é raiz de todos os males; e alguns, nessa cobiça, se desviaram da fé e a si mesmos se atormentaram com muitas dores.

Paulo prossegue nas instruções dirigidas a seu discípulo amado, Timóteo:

> Tu, porém, ó homem de Deus, foge destas coisas; antes, segue a justiça, a piedade, a fé, o amor, a constância, a mansidão. Combate o bom combate da fé. Toma posse da vida eterna, para a qual também foste chamado e de que fizeste a boa confissão perante muitas testemunhas. Exorto-te, perante Deus, que preserva a vida de todas as coisas, e perante Cristo Jesus, que, diante de Pôncio Pilatos, fez a boa confissão, que guardes o mandato imaculado, irrepreensível, até à manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo; a qual, em suas épocas determinadas, há de ser revelada pelo bendito e único Soberano, o Rei dos reis e Senhor dos senhores; o único que possui imortalidade, que habita em luz inacessível, a quem homem algum jamais viu, nem é capaz de ver. A ele honra e poder eterno. Amém!

E voltando ao tema sobre o perigo das riquezas, Paulo conclui:

> Exorta aos ricos do presente século que não sejam orgulhosos, nem depositem a sua esperança na instabilidade da riqueza, mas em Deus, que tudo nos proporciona ricamente para nosso aprazimento; que pratiquem o bem, sejam ricos de boas obras, generosos em dar e prontos a repartir; que acumulem para si mesmos tesouros, sólido fundamento para o futuro, a fim de se apoderarem da verdadeira vida. E tu, ó Timóteo, guarda o que te foi confiado, evitando os falatórios inúteis e profanos e as contradições do saber, como falsamente lhe chamam, pois alguns, professando-o, se desviaram da fé. A graça seja convosco. (1 Timóteo 6.1-21)

Que Deus nos abençoe na leitura de sua Palavra.

A análise, mais ou menos detalhada de nosso texto, será dividida em sete pontos, sendo que o primeiro será o mais longo.

Em primeiro lugar, faremos uma introdução, na qual examinaremos a atitude que devem ter os escravos em relação aos seus senhores, isto é, a grande importância que Paulo dá à hierarquia social. A hierarquia pertence à ordem do mundo que certamente foi atingida pelo pecado, mas que faz parte da Providência de Deus.

Num segundo ponto, falaremos do ganho verdadeiro e do ganho enganoso.

Em terceiro lugar, faremos algumas observações sobre o que é o dinheiro.

Em quarto lugar, examinaremos as ordens que Paulo dá a Timóteo.

Em quinto lugar, nos debruçaremos por um momento sobre a doxologia, aquele louvor magnífico dirigido a Deus, que acabamos de ler.

Em sexto lugar, veremos os conselhos que Paulo dá aos cristãos ricos.

E em sétimo lugar, finalizaremos pela exortação que Paulo faz a Timóteo e também a cada um de nós: “Guarda o depósito”.

Não estudaremos o texto em seu conjunto e nem mesmo em detalhes, porque isso nos levaria longe demais. Vamos nos ater à questão que tem relação central com o oitavo mandamento e que é o título desta pregação: “O amor ao dinheiro é a raiz de todos os males”.

1. A condição dos escravos e a importância do respeito às hierarquias sociais

> Todos os servos que estão debaixo de jugo considerem dignos de toda honra o próprio senhor, para que o nome de Deus e a doutrina não sejam blasfemados. (v. 1)

Não sei se você percebe, como eu percebo, o caráter extraordinário dessa afirmação para o nosso contexto. Citarei apenas um texto de um comentarista ortodoxo grego do começo do século 20, Apostolos Makrakis, que nos faz compreender o sentido verdadeiro desse versículo.

> Os servos, sob o jugo da escravidão, quando tornavam-se cristãos, isto é, filhos de Deus e irmãos em Cristo, em razão disso não ficavam livres dos seus deveres como escravos, mas lhes era ensinado a cumprir fiel e sinceramente seus deveres, como também a virtude da humildade e o respeito que deveriam ter pelo direito de seus senhores sobre eles. Eles deviam considerar seus donos como dignos de toda honra, ainda que esses fossem pagãos, para que o nome de Deus e o ensino de Cristo não fossem blasfemados, em razão de um comportamento que levasse à subversão da ordem social existente.[24]

Atualmente, quase que em todo lugar, reina o desejo de enriquecimento, a vontade de emancipação, de libertar-se do jugo conjugal, do jugo do

trabalho, do jugo eclesial, até do jugo da ordem natural criacional. Vemos apenas o desejo de lutar por sindicatos, por pressão política, através de toda sorte de intrigas para conseguir riquezas e para alcançar uma igualdade utópica, baseada na igualdade mítica dos números, a busca de uma identidade imaginária não criacional, considerada como o fundamento de toda justiça. O nivelamento social é próprio de todas as revoluções, porque a igualdade propalada pelo homem se revolta contra a desigualdade manifestada pela ação da Providência, que distribui seus dons aos homens de maneira distinta e desigual. Hoje só se tem uma preocupação: o desenvolvimento cada vez mais veloz de uma sociedade, já opulenta, para que todos possam igualmente enriquecer-se; nada mais é que o reino da cobiça universal!

Mas nosso texto nos fala de coisa totalmente diferente. Sabemos que o desejo dos homens de alcançar a riqueza, a abundância e a paz, não resultará em nada, porque o problema que se deve resolver não é econômico nem político, mas se encontra no coração do homem, em suas más motivações, em sua natureza pecaminosa. Nada será mudado de maneira útil e durável apenas modificando o exterior do homem, sua condição social, como preconizava Jean-Jacques Rousseau. Não se muda nada neste mundo apenas lavando o exterior do copo. Não será por manipulações psicológicas ou sociais e políticas que a realidade em que vivemos mudará.

O texto nos diz algo verdadeiramente extraordinário. Mas, quanto a uma transformação durável da vida social no curso da história aliancial da igreja no mundo, há alguma coisa que tem funcionado de maneira espetacular: as reais e duráveis transformações produzidas pela proclamação poderosa e eficaz da Lei bíblica e do Evangelho. O Império Romano foi derrubado e substituído pela cristandade medieval, do Ocidente e Oriente, época em que, em grande medida, milhares de cristãos respeitaram e aplicaram, ao menos localmente e de acordo com cada momento histórico, as leis divinas pelo

poder do Evangelho. Isso porque o coração dos homens, em todo o lugar e em todas as épocas, havia sido transformado pelo arrependimento e pela fé na proclamação do Evangelho. O mesmo ocorreu na época da Reforma do século 16, que foi um avivamento poderoso que mudou a cultura de grande parte da Europa. Os avivamentos dos séculos 18 e 19 na Inglaterra impediram ali a manifestação de uma revolução como a ocorrida na França. Por outro lado, esses mesmos avivamentos não puderam reprimir os efeitos nefastos da revolução política e econômica, por estarem cegos às necessidades de estabilidade e prosperidade da sociedade a longo prazo. Foram a Grã-Bretanha e os Estados Unidos que se tornaram os principais motores dessa prosperidade durável. E na Suíça, a paz do trabalho, que é fruto do cristianismo, manteve nosso país numa tranquila prosperidade. Ora, aqui falamos de outro caminho, sobre o qual Paulo exorta os homens mais pobres e miseráveis a seguir. É desse caminho que Paulo fala quando se dirige aos escravos, ou seja, o caminho da regeneração social pela reforma interior dos homens. Em primeiro lugar, é preciso uma reforma dos corações, seguida de uma mudança de comportamento, dos costumes e dos hábitos sociais e, enfim, as próprias instituições são regeneradas desde seu interior.

Foi através desse caminho, tanto espiritual como social, que os cristãos — por sua fidelidade à Lei de Deus e pela ação do Espírito Santo em seus corações, assim como por sua aliança com Jesus Cristo e a obediência fiel a seus mandamentos — reverteram o poder bestial do Império Romano. Mas, diríamos em seguida, que isso foi a custo do sangue derramado dos mártires. Queremos os frutos desse tipo de fidelidade? Ou procuramos simplesmente as mudanças que nada mudam, produzidas por manipulações psicológicas e espirituais, ou por manipulações sociais, políticas e revolucionárias. É aqui que constatamos o caráter extraordinário do nosso texto:

> Todos os servos que estão debaixo de jugo considerem dignos de toda honra o próprio

> senhor, [que na maioria das vezes não era nem um pouco amável, mas terrivelmente cruel] para que o nome de Deus e a doutrina não sejam blasfemados. (v. 1)

Mas há também a segunda parte, a dos senhores crentes. Sabemos que em Cristo não há mais homem ou mulher, nem judeu, grego ou bárbaro, nem mestre ou escravo, porque todos são um em Cristo e todas as distinções foram superadas e transformadas. No reino celeste em Jesus Cristo, já experimentado pelo cristão em certa medida, essas distinções não existem mais. Mas a constatação das últimas realidades não extingue, absolutamente, as distinções sociais, nacionais, sexuais, ou seja, as penúltimas realidades, porque é no âmbito das coisas terrestres que devemos obedecer aos mandamentos de Deus. A confusão das realidades últimas com as penúltimas manifesta uma pobre compreensão da ordem criacional atual e sua glorificação futura. O desejo de precipitar o fim do mundo não leva a sério a glória da aliança nesta dispensação. É assim que, de uma maneira concreta e prática, todas essas distinções criacionais são mantidas. Há a esfera que diz respeito à nossa relação celeste com Deus, na qual todos os que confiam em Jesus Cristo estão salvos (as últimas realidades). Há também a esfera em que atuamos nesta terra, numa obediência diária aos mandamentos de Deus (as penúltimas realidades). O homem regenerado em Cristo participa dos dois reinos ao mesmo tempo, ou seja, da esfera celeste e da esfera terrestre.

Os escravos cristãos que possuem senhores crentes não os menosprezem, porque esse é o caminho mais fácil e mortal dos desejos carnais! Os cristãos que têm pais crentes, não os menosprezem de forma alguma! Jovens cristãos que têm idosos crentes na igreja, também não os menosprezem! É tão fácil! Meu patrão é cristão, então posso fazer o que quero, pois, como é cristão, vai me perdoar! De forma alguma esse é o pensamento do apóstolo Paulo. Os que têm senhores crentes não devem menosprezá-los sob pretexto de que são irmãos! Ao contrário! Se nosso patrão é nosso irmão em Cristo, por isso

mesmo devemos ser trabalhadores ainda mais dedicados, que servem ainda melhor seus superiores cristãos, porque eles também são crentes e amados; então, que os senhores cristãos recebam um serviço exemplar dos cristãos que trabalham sob suas ordens!

Que bênção seria se os casais, as famílias, as empresas e até as igrejas compreendessem bem essa verdade. Especialmente se a pessoa que tiver autoridade sobre nós for cristã, menos ainda deverá ser alvo de abuso por parte de seus subordinados. Diante do mundo, esse mau comportamento faria com que o nome de Cristo fosse caluniado. Mas, se dentro da igreja um cristão mostrar-se insubordinado aos presbíteros, isso não faria com que Cristo fosse desonrado em sua própria casa? É isso que o apóstolo Paulo ensina. Esse é o primeiro ponto doutrinário que ele transmite ao seu fiel discípulo Timóteo.

Precisamos, então, começar pelo ensino doutrinário fiel: *Isto é o que você deve ensinar e recomendar*. Paulo afirma aqui que o cristianismo não veio, de forma alguma, para mudar a sociedade (ou mudar o mundo) por meios carnais, por manipulações revolucionárias, sociais, psicológicas ou outras. De maneira nenhuma. O cristianismo veio, em primeiro lugar, transformar os homens através da obra de Cristo na cruz e por sua aplicação em nossas vidas pela ação celestial do Espírito Santo. *Isto é o que você deve ensinar e recomendar*. Se alguém ensinar qualquer outra coisa sobre o respeito que os escravos devem ter pelos seus senhores, cristãos ou não, a igreja deve separar-se dele. Não se trata aqui, estritamente falando, de doutrinas fundamentais como a da Trindade, da Encarnação ou da salvação, mas de uma questão social, que diz respeito às justas relações entre escravos cristãos e seus senhores, cristãos ou pagãos. Se alguém pensar diferente disso, Paulo diz, não estará andando segundo as sãs palavras do Senhor Jesus Cristo, porque essas palavras de Paulo em nada diferem da doutrina ensinada pelo

próprio Cristo, a qual é conforme a piedade. Portanto, esse ensino é apoiado por toda a piedade autêntica que inspira uma vida cristã verdadeira. Se alguém se coloca contra essas palavras, que parecem tão insignificantes aos nossos olhos igualitaristas, essa pessoa se coloca contra o ensino do próprio Senhor Jesus Cristo. Paulo afirma, portanto, que seu ensino está na base de toda verdadeira piedade.

Então, como avaliar a atitude dessas pessoas que desrespeitam tanto as hierarquias criacionais? Não são somente adversárias do ensino das igrejas, não são apenas revolucionários ou agitadores políticos manipuladores, mas estão em oposição a Cristo, são pessoas infladas pelo orgulho. Não conhecem, de fato, nada das realidades da vida e da doutrina cristã testemunhadas na Bíblia. Acham que sabem alguma coisa, mas na verdade não sabem nada. São ignorantes, pessoas agitadas pela síndrome das discussões ociosas que não levam a nada, que não passam de disputas de palavras. Elas discutem, à maneira rabínica (tão nominalista quanto crítica), palavras tiradas do contexto, vazias de significado, das quais não compreendem o sentido nem o conteúdo. Tropeçam, aqui e ali, em palavras cujo significado bíblico não conseguem captar. São verdadeiros balões cheios de ar, mas vazios de sentido. Tais homens estão cheios de orgulho, mas de fato não são nada.

Paulo, então, energicamente volta-se às consequências de tal agitação totalmente tola. Desse raciocínio oco nasce a inveja e acabamos por invejar os outros; nasce a discórdia, pela qual um contende com o outro; a calúnia, pela qual falamos mal dos outros; as suspeitas malignas, pelas quais imaginamos o mal que não existe nos outros. Nesta época em que vivemos, todos somos tentados a entrar no círculo vicioso dessas discussões intelectualistas. Todo o mundo pode ser tentado dessa maneira e eu mesmo tenho de lutar contra esse espírito nocivo. A vitória, agora e sempre, está em

Cristo e não em nós. Depois das suspeitas malignas vêm a contestação e a ambição grosseira! A mente desses personagens, agitadas por toda sorte de pensamentos doentios, está profundamente corrompida. Desprezam todo respeito à verdade e consideram a piedade apenas como fonte de lucro. São materialistas, com mentes mercantilistas; em primeiro lugar, por ser mais lucrativo, está o seu interesse próprio. Procuram ascensão social, profissional e eclesiástica. Querem sempre os primeiros lugares. É necessário tomar distância de tais homens e tirá-los da igreja.

Gostaria de observar que o texto que temos, de maneira extraordinária, acrescenta aqui algumas palavras que foram retiradas da maior parte das edições gregas do Novo Testamento chamadas "ecléticas", e essa censura editorial não tem nada de inocente. Podemos compreender muito bem as razões. Paulo escreve a Timóteo sobre aqueles personagens tagarelas, ambiciosos e briguentos: "Aparta-te dos tais". Não tenha nada com eles. Podemos, então, sem nenhuma dificuldade, compreender por que alguns copistas retiraram essa parte do texto.

2. O LUCRO VERDADEIRO E O LUCRO ENGANOSO

Precisamos, agora, abordar a questão do lucro verdadeiro e do falso. Em primeiro lugar vejamos o lucro verdadeiro. Nosso texto nos diz: "De fato, grande fonte de lucro é a piedade" (v. 6). A piedade é colocada como uma fonte extraordinária de lucro, como sendo, de fato, a fonte de um grande benefício. Tal valorização da piedade está completamente fora da nossa mentalidade atual. Porque para nós, atualmente, o lucro é o que ganhamos nos negócios, é o lucro legítimo proveniente da venda um pouco mais cara de coisas que foram compradas com preço mais baixo. Como comparar esse tipo de lucro mercantil — transformado em cifras, em dinheiro vivo — com essa "grande fonte de lucro que é a piedade"? Essa declaração do apóstolo

Paulo pode ser bastante desagradável, se não estivermos contentes com o que temos.

A piedade nada mais é que o lucro da vida eterna, e nosso texto nos diz que é nossa grande fonte de lucro, desde que estejamos contentes com o que temos, isto é, se não nos tornarmos vítimas dessa paixão universal pela prosperidade (que atualmente, de maneira espetacular, invadiu o mundo inteiro) e pelo acúmulo, cada vez maior, de dinheiro. Essa mentalidade mercantilista, quase que totalmente generalizada, nos incita amar o dinheiro cada vez mais. Temos de ascender no plano social cada vez mais. A mesma lógica também se aplica na esfera econômica: uma empresa que não se desenvolve numa taxa de crescimento extraordinária é considerada moribunda. Porque, simplesmente, para o homem moderno, não é mais admissível contentar-se com o que tem! Vejamos este comentário sobre nosso texto:

> A piedade é grande fonte de lucro, porque é o meio pelo qual temos comunhão com Cristo; nela adquirimos bênçãos futuras eternas, bens duráveis que são acompanhados de bênçãos temporais, dadas pela Providência divina que é suficiente para prover nossas necessidades físicas.

Vejamos o significado da palavra *contentamento* em grego:

A palavra grega para *contentamento* significa a moderação de uma alma que permanece nos limites estreitos do que lhe é necessário e não deseja o que é supérfluo nem a abundância.

Essa é, claramente, a motivação essencial da nossa civilização mercantilista: adquirir sempre mais o que é “supérfluo e abundante”. É contrário a tudo o que Paulo nos diz em sua exortação, ou seja, que estejamos contentes com o que temos. Tal atitude de contentamento material conduz a uma grande estabilidade social. O contrário — entregar-se a todas as formas de cobiça e do que é “supérfluo e abundante” — conduz à desestabilização social. É o que vemos na agitação social de nosso tempo. Tudo muda, tudo se remove,

tudo se destrói! Contentar-se com o que tem, é não ser devorado pelos desejos estimulados por este mundo; é não ser tomado pela ambição, pela agitação profissional, pela vontade de uma ascensão social e material a qualquer preço, por esse câncer chamado consumismo como fonte de tranquilidade e paz!

Então, para nos colocarmos no mesmo diapasão atual, é preciso consumir cada vez mais e a qualquer preço. Até mesmo se fala que não há saída para nossa crise econômica permanente senão aumentar o consumo. Mas perguntamos: de que consumo se trata? Dessas coisas supérfluas que não são necessárias para nossa vida? Dessas distrações, dessas diversões sem fim que fazem somente com que nos desviemos de Deus e de toda a realidade? De fato, é o amor frenético por ser como todo mundo. Que a Igreja de Jesus Cristo se abstenha de seguir o espírito do mundo!

Terminamos esta seção por uma exortação vinda diretamente da boca do nosso Senhor:

> Portanto, não vos inquieteis, dizendo: Que comeremos? Que beberemos? Ou: Com que nos vestiremos? Porque os gentios é que procuram todas estas coisas; pois vosso Pai celeste sabe que necessitais de todas elas; buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas. Portanto, não vos inquieteis com o dia de amanhã, pois o amanhã trará os seus cuidados; basta ao dia o seu próprio mal. (Mateus 6.31-34)

3. O DINHEIRO E O AMOR AO DINHEIRO

Vejamos o que o apóstolo Paulo escreveu anteriormente, nesta mesma carta, no verso 8 do capítulo 4:

> Pois o exercício físico para pouco é proveitoso, mas a piedade para tudo é proveitosa, porque tem a promessa da vida que agora é e da que há de ser. (1 Timóteo 4.8)

A razão fundamental de tais promessas é simples. A presente vida é fugaz; ela é limitada e de curta duração. Ainda que a vida presente tenha importância, a vida eterna tem importância muito maior! Vejamos, ainda, o

que diz Paulo:

> Porque nada temos trazido para o mundo, nem coisa alguma podemos levar dele.

E insiste:

> Tendo sustento e com que nos vestir, estejamos contentes. (1 Timóteo 6.7-8)

Referindo-se à habitação, à vestimenta, à alimentação. A vestimenta inclui também esse "revestimento" que nos protege das intempéries, ou seja, uma casa para morar. Como viemos a este mundo, assim sairemos dele; nossa passagem neste mundo é bastante curta. Quando somos jovens, a vida nos parece longa; mas quando ficamos velhos, como ela parece curta! Citemos ainda um comentarista, David Martin, que escreveu em 1707:

> [...] tudo que estiver além da alimentação e da vestimenta são necessidades falsas e supérfluas, concebidas pelos homens para contentar seus desejos, sua ambição e avareza;[25]

Citemos, agora, Apostolos Makrakis:

> Tendo alimento e com o que nos vestir, estamos satisfeitos e não procuramos mais nada, porque o supérfluo para nós é inútil.[26]

Tomás de Aquino também pode nos ajudar nisso:

> O apóstolo, no que precede, explicou que tipo de lucro convém ao cristão, isto é, a piedade e a moderação, uma mente que se contenta com o que lhe basta. É ensinado aqui que os que procuram o lucro inútil das riquezas se expõem a numerosos perigos e, em primeiro lugar, indica aqueles perigos resultantes do desejo imoderado de riquezas [...] porque *o amor às riquezas é a raiz de todos os males* (1 Timóteo 6.10). [27]

Pensemos, então, no exemplo de Judas, tomado pelo amor ilícito ao dinheiro que o levou a trair seu Senhor:

> Ora, os que querem ficar ricos caem em tentação, e cilada, e em muitas concupiscências insensatas e perniciosas, as quais afogam os homens na ruína e perdição. (1 Timóteo 6.9)

Esse amor por um lucro espúrio, ilícito, supérfluo, não necessário, nos conduz à tentação, a armadilhas, a desejos insensatos e perniciosos. Os que a ele se entregam, são levados à ruína e à perdição. Até onde compreendemos a afirmação peremptória de Paulo de que o amor ao dinheiro está na raiz de todos os males? Mas notemos: ele não diz aqui que o dinheiro, em si mesmo, é a raiz de todos os males!

Podemos dar bons conselhos — como a Bíblia inteira e Paulo nos dão — sobre a justa utilização da riqueza. Porque ser rico não é um mal em si; a pobreza também não é uma virtude em si mesma. Além do mais, o dinheiro não é em si mesmo um mal! Trata-se de algo necessário, especialmente hoje; um bem absolutamente necessário para a vida em sociedade. Mas o amor ao dinheiro, a cobiça, a transgressão do oitavo e décimos mandamentos são a raiz de todos os males — como vimos num estudo anterior — a raiz de todas as nossas transgressões dos mandamentos.

Lembremos que vamos tratar em seguida do décimo mandamento.

> Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo. (Êxodo 20.17)

Aí está o pecado da nossa civilização! A cobiça promovida pela publicidade, pela propaganda generalizada, pelas mentiras dos chefes de Estado, como uma virtude universal, o vício elevado ao nível da virtude, considerado

saudável, que seria o responsável infalível por assegurar a vida e a prosperidade dos homens, pelo crescimento sem fim do amor às riquezas deste mundo. E essa mentalidade, infelizmente, pode ser encontrada até no interior da igreja. Mas a Igreja de Jesus Cristo tem outra coisa a nos dizer e a dizer ao mundo! David Martin nos diz por que o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males. Vejamos o comentário que faz sobre nosso texto:

> Em primeiro lugar, porque o amor às riquezas destrói o amor a Deus e é o ídolo ciumento que se eleva diante dos seus olhos e sobre o seu próprio altar [Colossenses 3.5]. A avareza é idolatria, o amor ao dinheiro é idolatria e os cristãos que se entregam a isso não são menos idólatras do que aqueles que foram condenados por Deus em Jerusalém nos tempos de Nabucodonosor. Em segundo lugar, porque quanto mais um coração estiver possuído e agitado pelo desejo de riquezas da terra, menos ardor terá pelas do céu. E em terceiro lugar, o que somos capazes de fazer para nos enriquecer? Mentimos, enganamos, damos falsos testemunhos, roubamos, oprimimos, até mesmo podemos matar.[28]

O que Martin afirma é evidente e salta aos olhos! Isso não quer dizer que o cristão, ou o não cristão, não possa ser rico! Mas não é permitido que ponha o seu coração nas riquezas deste mundo. Vejamos, agora, Apostolos Makrakis:

> O amor ao dinheiro é diametralmente oposto ao amor a Deus; e como o amor a Deus é a fonte e a causa de toda a felicidade, o amor ao dinheiro, seu contrário, é a fonte de todos os males. Por isso Cristo falou que é impossível servir a Deus e ao dinheiro.[29]

Que Deus nos livre desse ídolo tão poderoso em nosso tempo! E que Deus nos permita ver que este tempo, em sua organização mecanicamente mercantilista, está organizado de maneira diametralmente oposta ao Reino de Deus. O dinheiro e as riquezas não são maus em si mesmos, longe disso! Ao contrário, é muito bom que existam pessoas ricas, prontas a contribuir com a

obra de Deus, a ajudar os miseráveis, a sustentar a arte de bom gosto de forma inteligente, ou seja, uma cultura verdadeira. Porque não é papel do Estado ajudar os miseráveis ou favorecer a cultura; mas essa é a tarefa dos ricos, daqueles que possuem os bens deste mundo, ajudar os infelizes e as variadas artes dos homens, a fim de que a ajuda concedida não seja o resultado de uma simples e mecânica cifra administrativa, portanto desumana, mas seja pessoal, o fruto do amor ao próximo, e conduza ao amor mútuo, ao amor do pobre pelo rico, em gratidão aos seus benfeitores. Mas, hoje, a desordem mental é tão imensa que a maior parte das pessoas tem horror sagrado de receber favor, de ser alvo da ajuda de alguém! Esse é o tamanho do nosso orgulho, do nosso individualismo tão independente.

Mas precisamos acrescentar aqui que o dinheiro, como meio de troca, não é algo criado, como um cavalo, um carro ou uma propriedade! Mas é apenas um meio de troca! Nada mais natural que, em certa medida, gostarmos do que foi trocado, como por exemplo de uma bela pintura; mas como podemos amar o que não passa de um meio para adquiri-la? Se tenho dez francos suíços no bolso, posso dá-los ao dono da quitanda e receber algumas laranjas em troca. Isto é um meio de troca, uma medida reconhecida por todos, que corresponde ao valor do bem. Mas o bem legitimamente desejado são as laranjas, não os dez francos. Nosso amor desmedido por esse meio de troca é monstruoso! Por essa razão, o hábito atual, tão comum, de fazer multiplicar o dinheiro, de fazer com que o crédito cresça de forma quase mágica, é verdadeiramente um horror. Porque, dessa maneira se destrói o valor do dinheiro como meio de troca e isso arruína a sociedade inteiramente e reduz todo mundo à miséria mais terrível, salvo aqueles que emitem essa moeda fictícia, ou que estão próximos das fontes de sua emissão. Assim, destrói-se também a capacidade do dinheiro como meio de armazenamento de valor, isto é, de capitalização. O dinheiro não representa mais o capital, mas é

apenas um denominador flutuante, a serviço de uma especulação desnaturada. A especulação não é mais o capitalismo, porque o valor — o capital — não é mais estável. Em tais condições, a moeda fictícia torna-se tão acessível que não produz mais nenhum juros. Mas o desaparecimento do juros, maneira iníqua de enriquecimento proibido pela Lei de Deus, não é uma melhora moral, uma vez que é substituído pela especulação como de uma economia de cassino, pior que a usura, ou seja, nada mais do que o roubo em grande escala, pela falsificação da moeda, tanto pelos bancos centrais como pelos bancos comerciais, todos elevados a um grau de poder nunca antes visto no mundo!

O dinheiro, certamente, é um meio de troca muito útil, inventado pelo homem para facilitar as trocas e substituir o escambo. Portanto, a moeda é um simples meio de troca. É o meio pelo qual as coisas são medidas para se determinar seu valor monetário. No passado, só era possível fazer comércio através do escambo, isto é, pela troca de produtos que satisfaziam a todos. Se eu tinha ovos e o outro tinha carne, este me passava certa quantidade de carne e eu lhe fornecia os ovos. Era o escambo. Mas depois a situação tornou-se mais complexa. Hoje, se preciso comprar um livro nos Estados Unidos, como farei para pagá-lo? Não posso fazer escambo com alguma coisa que disponho em casa! É preciso, então, um meio de troca que nos permita fixar o valor desse livro. É o mercado que estabelece, principalmente, o valor comercial do objeto a ser comprado e os meios de troca que permitirão efetuar, por cartão de crédito, a troca entre francos suíços e dólares, para que o livro seja pago.

Mas cabe uma outra questão: qual é o valor desse dólar e do franco suíço? Antigamente existia uma unidade de medida que permitia dar um valor estável às moedas em papel ou moedas eletrônicas; era o ouro ou a prata, materiais preciosos que tinham qualidades próprias para manter o valor relativamente estável, isto é, fixar o valor verdadeiro das moedas. Isso porque

o ouro ou a prata são materiais raros, portanto preciosos e estáveis, ou seja, não se degradam e podem ser divididos em peças de prata ou lingotes de ouro, que podem ser facilmente pesados. Esses materiais serviam de referência para a compra e venda dos produtos em livre circulação no mercado. Eram, também, minerais raros, difíceis de ser produzidos e extraídos da terra. Por muito tempo o ouro e a prata foram bons meios de troca, desde que não tivessem seu conteúdo falsificado. Mais tarde, para simplificar as trocas e o pagamento dos produtos trocados, inventaram o título ou certificado de depósito e outros meios de troca. Finalmente, inventaram o papel moeda como novo meio de troca, que conhecemos ainda hoje, cujo valor era garantido por reservas de ouro ou prata depositados nos bancos. Quando eu apresentava meu papel moeda no guichê, o Banco era legalmente obrigado a me devolver o valor correspondente em ouro.

Mais tarde, a maior parte dos países abandonou a obrigação de reembolsar o papel moeda pelo ouro, porque, de fato, a partir dos acordos de Bretton Woods de 1944, o único país que tinha a obrigação de reembolsar em ouro era os Estados Unidos, tendo o dólar se tornado a reserva para o comércio mundial. Em última instância, no comércio internacional, tudo se pagava em dólares. Atualmente, desde a decisão tomada em 1973 pelo presidente americano Richard Nixon de cancelar a obrigação de reembolso em ouro dos diversos pagamentos em dólar, essa moeda começou a flutuar de acordo com o mercado de câmbio.

A consequência dessa decisão foi o desaparecimento de qualquer medida que estabelecesse limite às especulações monetárias. A última fronteira no mundo foi, de fato, a garantia constitucional do valor do franco suíço, obrigando o Banco Nacional a reter uma reserva em ouro de 49% da massa monetária em circulação, para garantir o valor de sua moeda. Essa garantia constitucional foi discretamente abolida por um artigo, sobre essa questão, na nova

constituição helvética de 1999, organizada para essa finalidade. Desde então, a desregulamentação do sistema financeiro mundial — como também da Suíça — não teve mais limite. Consequência lógica, visto que não existia mais nenhuma referência fixa para as diversas moedas do mundo.

Atualmente, países como a Rússia e a China procuram acumular grandes reservas em ouro, para fazer com que suas moedas voltem à estabilidade. O grande ganhador nesse sistema de moedas flutuantes foi o dólar americano que, mesmo não tendo mais garantia quanto ao seu valor, permaneceu o meio de troca internacional obrigatório. Isso lhe permitiu pagar todas as suas faturas, as mais extravagantes e assassinas, através de dólares virtuais, fabricados pela máquina de dinheiro, depois por meio de simples escrituras contábeis eletrônicas do sistema bancário (*fractional reserve banking*), que permitiu aos bancos multiplicar seus haveres fictícios por simples escritura contábil. Outros países, inclusive a Suíça, outrora tão conservadora nessa área, lançaram-se no cassino mundial das especulações monetárias e financeiras, alimentadas pela máquina de moedas insaciável dos bancos centrais.

O amor ao dinheiro, como dizia justamente o apóstolo Paulo, depois de seu Mestre Jesus Cristo, é certamente a raiz de todos os males. Isso acontece mesmo em termos de geopolítica. É evidente que não podemos servir a dois senhores, a Deus e a Mamon, a Jesus Cristo e ao dinheiro, a Deus e ao diabo!

4. Os conselhos de Paulo a Timóteo

Chegamos em nosso quarto ponto, que diz respeito às ordens que Paulo dá a Timóteo. Trata-se dos versos 11 a 14 do capítulo 6 de sua primeira epístola a Timóteo. Paulo dá aqui seis conselhos: 1) fuja das coisas más; 2) siga a justiça; 3) combata o bom combate; 4) apodere-se da vida eterna; 5) confesse

a fé; 6) guarde o mandamento.

“Mas tu, ó homem de Deus”, diz Paulo ao seu amado discípulo, “foge destas coisas, e segue a justiça, a piedade, a fé, o amor, a constância, a mansidão”. Não se trata, então, de procurar a autorrealização, nem a felicidade a qualquer preço; trata-se menos ainda de correr atrás da satisfação de todos os desejos, mas fugir de tais coisas, como quem foge da peste. Então, é preciso rejeitar o amor ao dinheiro, que é o instrumento para satisfazer todos os nossos desejos desordenados! É claro que o cristão pode prosperar cuidando bem dos seus negócios, com honestidade, submetendo-se aos mandamentos de Deus e esperando a bênção do alto. Não há nenhum mal nisso! Mas não deve pôr seu coração nas riquezas que Deus lhe deu como fruto do seu trabalho! Timóteo devia procurar a justiça, submetendo-se à lei de Deus, como também a piedade, o amor e o temor a Deus, tudo isso pela obediência da fé. Ele devia colocar sua esperança em Deus e não nas realidades terrestres que são boas, mas passageiras. Sua vida cristã devia manifestar o amor, a compaixão, a piedade, mas sobretudo aquela paciência que suporta as provações, disciplina que produz mansidão, esperança e grande domínio próprio.

5. Doxologia e louvor a Deus

E com tudo isso, diz Paulo a Timóteo, faça tudo o que puder para travar *o bom combate da fé, apodere-se da vida eterna*. Deus nos chama para a salvação, pura graça divina, mas devemos também nos apropriar da vida eterna, andando de maneira que agrade a Deus. Ele dará forças para isso e concederá a Timóteo a vida eterna, *à qual foi chamado*, mas agora é preciso apoderar-se dela, diz Paulo a Timóteo, *tendo já feito a boa confissão diante de muitas testemunhas*. Então Paulo lembra a confissão que Timóteo havia feito quando foi consagrado como servo de Deus, como bispo da igreja, como

pastor. Portanto, para cumprir a obra do ministério — serviço que pertence a cada cristão — é preciso pôr sua confiança em Deus, naquele que dá a vida a todos os seres. E Paulo escreve a Timóteo esta bela exortação sobre o bom combate da fé até o fim, esta magnífica doxologia de louvor a Deus:

> Diante de Deus, que todas as coisas vivifica, e de Cristo Jesus, que perante Pôncio Pilatos deu o testemunho da boa confissão, exorto-te a que guardes este mandamento sem mácula e irrepreensível até a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo; a qual, no tempo próprio, manifestará o bem-aventurado e único soberano, Rei dos reis e Senhor dos senhores; aquele que possui, ele só, a imortalidade, e habita em luz inacessível; a quem nenhum dos homens tem visto nem pode ver; ao qual seja honra e poder sempiterno. Amém. (1 Timóteo 6.13-16)

6. Conselhos de Paulo aos ricos

Este tópico diz respeito aos conselhos que Paulo dirige aos cristãos ricos, ao que ele *recomenda aos ricos do presente século*. Ele está numa igreja de pessoas ricas segundo o presente século. Não há nenhum mal se alcançaram a riqueza por uma atividade honesta ou se são ricos em razão de alguma herança. A inveja é coisa detestável, mais ainda para um cristão. Mas esses ricos, segundo as riquezas deste mundo, têm deveres especiais. Num certo sentido, diante da miséria que reina em grande parte do mundo, em nossa civilização tecnicista, somos quase todos ricos. Diante de um mundo que morre de fome, Paulo *recomenda aos ricos do presente século que não sejam orgulhosos*. Que diante da pobreza de países devastados pela miséria, nós mesmos não estejamos entre os orgulhosos, demasiadamente confiantes com nossa abundância. Com muita frequência, o dinheiro que acumulamos — nossos seguros de vida e de saúde, por exemplo — faz com que deixemos de pensar na vida eterna. O mau rico dizia pra si mesmo “construirei mais um celeiro”. Terei reservas para muitos anos. Conhecemos a história de Lázaro. Mais! Mais! Mil seguros. Tenho muitos seguros; tenho poupança para muitos

anos; não haverá nenhum problema e tudo vai ser o melhor dos mundos. Esse é o orgulho pelo qual os ricos deste mundo são tentados. *Recomenda aos ricos do presente século que não sejam altivos*, que não ponham sua confiança neles mesmos e sua esperança nas riquezas que perecem.

Hoje conhecemos bem essa insegurança de uma economia de cassino, da qual se aproveitam muitas pessoas. Todas que especularam nesse vazio (e mesmo as que não especularam) perderam tudo e essa loteria insensata não terminou. É a realidade das incertezas do nosso mundo, da qual fala o apóstolo. Aqui no Ocidente, essa exortação para nos contentarmos com o que temos, sem dúvida será ainda mais necessária nos próximos anos. Colocar nossa esperança somente em Deus, em quem não há sombra de mudança e nenhuma incerteza por menor que seja, é a resposta ao erro dos que confiam nas riquezas incertas, isto é, no dinheiro que capitalizamos. Ele é rico, já dizia Pierre Courthial a um irmão italiano: “Querido amigo, nosso Deus é rico. Muito mais rico é aquele que criou, a partir do nada, todos os tesouros deste mundo!”.

Se tudo pertence a Deus, por que então nos preocuparmos tanto? Apresentem suas necessidades e ele cuidará de vocês. Não são vocês filhos de Deus? Não são da família de Deus? Seu Deus é mesquinho, avarento? Ele é um Deus que esbanja e dilapida suas riquezas? Não! Ele administra bem tudo o que fez. Portanto, *temos de pôr nossa confiança em Deus que nos dá tudo com abundância*. Mas, como a falta de fé tem marcado toda a vida da nossa civilização! E por que ele nos dá *tudo com abundância*? A resposta é de uma beleza cristalina: *para o nosso gozo*. Note a maravilha que há nisso! Não é um Deus avarento, sem generosidade. De forma alguma! Ele nos dá tudo — em primeiro lugar seu Filho eterno — para que gozemos de forma sadia, segundo sua boa, justa e santa Lei, e o nosso prazer esteja nisso, isto é, primeiramente em Deus e depois em tudo que ele fez. Sim, um bom almoço,

a vida em família, um belo passeio na montanha, todas essas coisas nos foram dadas para que nelas tenhamos prazer, porque vêm de Deus. Ele é generoso conosco. Mas agora ele também nos diz: Sejam generosos! E aos ricos diz, *façam bem aos que sofrem*, através daquilo que possuem em abundância. *Que sejam ricos em boas obras*, na Igreja, para com os pobres e infelizes, que dependem da generosidade do povo de Deus. Aqui e acolá, mas em primeiro lugar aqui, porque não vamos começar pelo amor para com quem está longe, mas pelo amor ao nosso próximo, ao que está ao nosso lado e que tem necessidades. Não deixem a glória da generosidade cristã nas mãos de uma administração impessoal de um Estado sem coração e frio. *Que os ricos sejam liberais*, porque o próprio Deus é liberal. Eu posso dar a outros o que recebi de Deus, o qual é a própria liberalidade, e ele cuidará do nosso amanhã. Não podemos desperdiçar as riquezas que Deus nos dá! Que os ricos *sejam generosos e acumulem assim um belo e sólido tesouro para o futuro, a fim de possuir a verdadeira vida*.

7. Mantenha o depósito da fé

O que fazemos para Deus aqui embaixo está sendo investido no Banco Celeste, naquele céu no qual não há ferrugem nem traça que rói e menos ainda inflação. O que fizermos de bom, isso nos seguirá; as boas obras que temos realizado para Jesus Cristo e para os seus, nos precederão nos lugares celestes, e será então, no último dia, a medida de nossa recompensa. Leiamos com atenção o que nos diz o apóstolo Paulo: *a fim de tomar posse da verdadeira vida*. Ó Timóteo, é assim que você guardará bem o bom depósito. Vejam novamente esta surpreendente palavra: *depósito*. Um depósito é o que fazemos quando pomos dinheiro num lugar seguro, em princípio, no banco. Mas depositar nosso dinheiro no banco não nos livra de todo problema!

A gente se pergunta: mas o banco UBS vai se manter? O banco deveria ter uma reserva em ouro para cobrir o que depositei. Não é uma grande soma, mas essa cobertura o banco não tem! Os banqueiros têm medo, porque não dispõem de cobertura para os depósitos recebidos e isso por terem gasto, gananciosamente, mil vezes mais e talvez até mais do que possuem. Os banqueiros têm medo de emprestar a outros bancos, porque sabem muito bem que seu vizinho não tem melhor cobertura do que ele, e se perguntam: tal banco teria como garantir o empréstimo que eu lhe fizer? Porque os bancos fazem empréstimos e sustentam uns aos outros. Mas essa mutualidade nos empréstimos, sem cobertura por fundos verdadeiros, é como uma carreira de dominós. Se uma das peças cai, faz com que todas as outras caiam. Esse sistema faz com que os negócios funcionem bem; ele tem permitido que o dinheiro renda mais do que é depositado. E essa fraude universal perdura há muito tempo! Ela vai, certamente, se acelerar, mas quanto maior a velocidade, mais dura será a queda!

Tal incerteza deveria nos assustar, do mesmo modo que enche de pavor aqueles que não têm esperança? Vejamos mais uma vez o que diz o apóstolo a seu discípulo Timóteo:

> Guarda o depósito — o depósito da fé é a sã doutrina — evitando os falatórios inúteis e profanos e as contradições do saber, como falsamente lhe chamam, pois alguns, professando-o, se desviaram da fé.

Termino com as palavras do apóstolo Paulo:

> Que a graça seja convosco! Amém.

Capítulo IV: O roubo e o Natal

Ó Senhor nosso Deus, diante de ti — junto com os magos, com os pastores e com todos os que na história do mundo têm reconhecido que o menino nascido em Belém, concebido pelo Espírito Santo no ventre da virgem Maria, é o verdadeiro Filho eterno de Deus — queremos te adorar por tamanha bênção, te louvar e exprimir nossa gratidão e nossa alegria por termos sido alcançados pelos efeitos da vinda de Deus ao mundo. Obrigado, Senhor nosso Deus, pela salvação que nos deste por meio da vida e obra de Jesus Cristo, Jesus de Nazaré, o Filho eterno de Deus feito homem. E queremos, Senhor, pedir que por teu Espírito Santo nos ajudes a te adorar, como já nos ajudaste nesta manhã. Que nos permitas expor fielmente as maravilhas da tua salvação. Senhor, que também nos faças compreender a grandeza dessa obra. Pedimos todas essas coisas, e já te agradecemos, no nome do Senhor Jesus Cristo. Amém.[30]

Introdução

Dando sequência ao nosso estudo sobre o oitavo mandamento, *Não roubarás*, e à luz de diversos textos bíblicos, relacionados com o relato sobre o Natal, veremos que ligação pode haver entre o roubo e o nascimento de Jesus Cristo. Colocamos a seguinte questão, a qual haveremos de responder neste capítulo: de que maneira os homens podem roubar de Deus a glória que lhe pertence, quando deixam de reconhecer que esse menino, nascido em Belém, é verdadeiramente o Filho eterno de Deus? Sobretudo, vamos considerar o contrário, isto é, como não lhe roubamos quando damos a glória devida a Jesus Cristo, nascido em Belém! Tentaremos ver, como, por nossa fé e pela

adoração de nossos corações, podemos reconhecê-lo plenamente e dar-lhe a honra e a glória que lhe pertencem!

Algumas palavras de introdução.

No capítulo treze da epístola de Paulo aos romanos, lemos no versículo 7:

> Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra.

A quem devemos, sobretudo, temor e honra?

Em 1 Coríntios 8.6, lemos:

> Todavia, para nós há um só Deus, o Pai, de quem são todas as coisas e para quem existimos; e um só Senhor, Jesus Cristo, pelo qual são todas as coisas, e nós também, por ele.

É a ele que devemos a honra suprema. Ao único Deus, o Pai, Filho e Espírito Santo. De fato, não lhe dar a honra é o mesmo que roubar o que lhe pertence. E conhecemos a esse Deus Pai pelo seu Filho, nosso Mediador, por meio do Espírito Santo. Lemos na epístola de Paulo aos Colossenses 1.15 a 18:

> Este é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação [em sua encarnação]; pois, nele, foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele, tudo subsiste. Ele é a cabeça do corpo, da igreja. Ele é o princípio, o primogênito de entre os mortos [em sua ressurreição corporal], para em todas as coisas ter a primazia.

Como podem ver, trata-se aqui da Pessoa de Jesus Cristo, plenamente Deus e plenamente homem. É a essa Pessoa divina, o Filho eterno de Deus, que no tempo e no espaço de sua própria criação assumiu nossa humanidade, e a ele somente — com o Pai e o Espírito Santo, um único Deus — devemos dar toda a honra e toda a glória. Vejamos ainda 1 Timóteo 3.16:

> Evidentemente, grande é o mistério da piedade: Aquele que foi manifestado na

> carne foi justificado em espírito, contemplado por anjos, pregado entre os gentios, crido no mundo, recebido na glória.[31]

O Natal é isso! Deus manifestou-se em carne, o Deus todo-poderoso, Deus Filho, consubstancial, isto é, da mesma substância do Pai e do Espírito Santo, um único Deus em três pessoas divinas. Foi esse Filho do homem, Deus Filho, Criador, Sustentador e Governador de todas as coisas, que assumiu nossa humanidade. E ele fez assim, para que dessa maneira sua humanidade fosse eternamente unida a seu corpo. É assim que, por sua graça e por meio da fé, como diz Pedro em sua segunda carta, nos tornamos "participantes da natureza divina" (2 Pedro 1.3-4). Essa é a mensagem do Natal.

> Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído? (Romanos 11.33-35)

De fato, somente a Deus devemos dar honra, louvor e glória. Então, se recusarmos dar a Deus toda a honra e toda a glória, a ele roubamos, subtraímos o que só a ele pertence, o que lhe é de direito e somente dele, isto é, a glória e a honra! É assim que no Natal podemos nos comportar como ladrões. Nesta manhã, último domingo do advento, dia tão próximo da festa que comemora a vinda de Deus, do Filho de Deus entre os homens, queremos contemplar, numa adoração comum, esse ato da encarnação divina, esse gesto prodigioso e infinito do amor e da bondade da

> [...] graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, se fez pobre por amor de vós, para que, pela sua pobreza, vos tornásseis ricos. (2 Coríntios 8.9)
>
> [...] pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz. Pelo que também Deus o exaltou sobremaneira e lhe deu o nome que está acima de todo

nome. (Filipenses 2.6-9)

Mas quem foi exaltado? O Filho eterno de Deus! Mas como é possível que o Filho eterno de Deus tenha sido exaltado na glória? O fato de compartilhar na glória a mesma substância eterna com o Pai e com o Espírito Santo, um único Deus, bendito eternamente, não tornaria isso impossível? Trata-se aqui da sua humanidade; sua humanidade é que foi exaltada na glória, por ser inseparável do Filho de Deus. Deus, o Filho, por sua encarnação, baixou até nós; com sua ascensão foi exaltado, na sua própria humanidade, acima de todos os céus.

> [...] para que ao nome de Jesus [seu nome humano] se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor [pela união sem confusão das duas naturezas], para glória de Deus Pai. (Filipenses 2.10-11)

Portanto, o Natal não diz respeito apenas à vinda do Filho eterno de Deus à terra, mas (algo ainda mais misterioso!) também ao fato de que o Filho eterno de Deus, feito homem, cumpriu toda a vontade do Pai e subiu ao céu em sua própria humanidade, a fim de que todo joelho se dobre e toda boca confesse que esse Deus, feito homem, está plenamente cheio da glória de Deus, tanto no que concerne à sua humanidade como à sua divindade.

1. Aqueles que não roubaram do menino o reconhecimento de sua glória

Neste capítulo queremos contemplar esta riqueza infinita que é a encarnação do Filho de Deus. Porque o próprio Deus, na Pessoa do Filho eterno, foi graciosamente dado aos homens neste dia que celebramos. Então desejamos contemplar Cristo, que saiu do ventre da virgem Maria, sob um ângulo muito particular. Porque a humanidade desse menino, desde sua concepção pelo Espírito Santo, está sempre unida ao Filho eterno de Deus.

Queremos meditar sobre as reações daqueles que, na Galileia e na Judeia, foram as testemunhas desses eventos maravilhosos. Com efeito, houve dois tipos de reações. Como bem sabemos, a maior parte do povo não lhe deu importância. O povo de Israel foi predestinado por Deus e escolhido com o objetivo preciso de manifestar o Messias. Quando chegou o tempo dessa manifestação, a imensa maioria dos judeus a ignorou. Foi assim que roubaram o que lhe era devido: a honra e a glória de Deus, manifestadas no nascimento desse pequeno bebê.

Alguns, em muito menor número, reconheceram, com alegria, a riqueza divina que naquele instante se manifestava ao mundo. Deram a essa pequena criança, enfaixada e deitada numa manjedoura, a glória que lhe era devida. Então, vamos juntos, rapidamente, percorrer os textos dos Evangelhos que falam sobre o nascimento do Filho de Deus e, ao fazer isso, distinguiremos os que reconheceram e adoraram a riqueza divina dada ao mundo naquele dia, daqueles que não lhe deram honra e glória. Os primeiros obedeceram ao mandamento “Não roubarás”; os demais o transgrediram, roubando do Filho de Deus tudo o que lhe pertencia. Voltemo-nos, então, para os que deram justa homenagem ao pequeno menino.

Portanto, nesta manhã faremos muitas leituras. Passarão diante dos nossos olhos personagens que obedeceram ao oitavo mandamento. Em primeiro lugar Zacarias e Maria, e em terceiro, Isabel, como também o bebê que estava em seu ventre, João Batista; em seguida, José, que recebeu os pastores e os magos; e por último, Simeão e Ana. Numa segunda parte — que será muito breve — veremos alguns daqueles inumeráveis personagens que não foram à Belém, nesse primeiro Natal, para dar glória ao Filho de Deus feito homem. Entre aqueles que lhe roubaram a glória devida encontramos o rei Herodes, os habitantes de Jerusalém, os moradores de Belém, os sacerdotes e os escribas. Para concluir, leremos os cânticos de Maria e de Zacarias, como

também a oração de ação de graças de Simeão.

a) Zacarias

Em primeiro lugar leiamos em Lucas, capítulo 1, do verso 5 ao 25, um relato sobre Zacarias, que comentaremos no decorrer da leitura. Veremos aqui que Zacarias deu glória apenas parcial a Deus; por sua incredulidade, não confiou com inteireza de coração.

> Nos dias de Herodes, rei da Judeia, houve um sacerdote chamado Zacarias, do turno de Abias. Sua mulher era das filhas de Arão e se chamava Isabel [ele fazia parte da classe sacerdotal, da elite intelectual e da nobreza de Israel]. Ambos eram justos diante de Deus, vivendo irrepreensivelmente em todos os preceitos e mandamentos do Senhor.

De fato, ambos estavam entre aqueles justos como Natanael, mais tarde mencionado por Cristo e reconhecido como um israelita sem dolo, um homem íntegro, não hipócrita. Zacarias e Isabel faziam parte desses remanescentes fiéis da Antiga Aliança.

> E não tinham filhos, porque Isabel era estéril, sendo eles avançados em dias.

Diante dos desígnios de Deus surge novamente a impossibilidade humana, a dificuldade insuperável que fará Zacarias tropeçar.

> Ora, aconteceu que, exercendo ele diante de Deus o sacerdócio na ordem do seu turno, coube-lhe por sorte, segundo o costume sacerdotal, entrar no santuário do Senhor para queimar o incenso.

Cada sacerdote, segundo seu turno e em datas precisas, devia dirigir-se ao templo para ali oferecer sacrifícios. O Lugar Santíssimo lhes era proibido, porque esse privilégio pertencia ao Sumo Sacerdote que ali entrava uma vez por ano. Mas Zacarias foi chamado para oferecer incenso aromático no Lugar Santo. Cada sacerdote oferecia incenso segundo seu próprio turno. Estar

assim próximo a Deus, em nome de todo o povo, era para o sacerdote uma grande honra.

> e, durante esse tempo, toda a multidão do povo permanecia da parte de fora [isto é, no pátio exterior], orando.

O incenso, oferecido a Deus no templo, era o sinal visível da realidade das orações invisíveis dirigidas a Deus por todo o povo. Lembremo-nos que há quatro séculos — Malaquias tendo sido o último profeta do Antigo Testamento — e até esse momento preciso, não tinha mais havido comunicação profética canônica direta, da parte de Deus, com Israel. Esses quatro séculos de silêncio divino chegavam ao fim. Finalmente, Deus havia lembrado do seu povo. Em sua misericórdia e compaixão, ele se voltava para a nação de Israel para preparar ali a vinda de seu Messias, anunciado e esperado há tantos séculos.

> E eis que lhe apareceu um anjo do Senhor, em pé, à direita do altar do incenso. Vendo-o, Zacarias turbou-se [como Maria, mais tarde], e apoderou-se dele o temor.

Diante da aparição de um anjo poderoso, revestido da glória divina, é normal, para um ser humano, ter medo. Quem não teria medo diante de tal glória?

> Disse-lhe [acalmou-o], porém, o anjo: Zacarias, não temas, porque a tua oração foi ouvida.

Esse velho casal, durante muitos anos, orava por um filho; talvez a paciência de Zacarias tivesse se esgotado e deixado de orar; ou talvez não cresse mais na resposta às suas orações. O anjo prosseguiu:

> e Isabel, tua mulher, te dará à luz um filho, a quem darás o nome de João. Em ti haverá prazer e alegria, e muitos se regozijarão com o seu nascimento.

O nascimento daquele que mais tarde seria chamado João Batista, o precursor, que anunciaria a vinda eminente do Messias, Salvador de Israel, profetizado na Escritura.

> Pois ele será grande diante do Senhor, não beberá vinho nem bebida forte [será separado para servir somente a Deus, como os nazireus] e será cheio do Espírito Santo, já do ventre materno [o que veremos em seguida]. E converterá muitos dos filhos de Israel ao Senhor, seu Deus [isto é, ao Messias, a Jesus Cristo]. E irá adiante do Senhor no espírito e poder de Elias, para converter o coração dos pais aos filhos, converter os desobedientes à prudência dos justos e habilitar para o Senhor um povo preparado.

Foi assim que o anjo definiu o ministério de João Batista: preparar para esse Senhor um povo que estivesse bem-disposto. Mas Zacarias não cria mais nisso, o que infelizmente também acontece conosco! Nós cansamos, não cremos mais nas promessas e duvidamos das palavras infalíveis de Deus. Zacarias, tomado pela dúvida, não compreende que foi alvo de uma graça prodigiosa da parte de Deus. Quando somos invadidos pelo medo nossa adoração e a submissão que dela decorre desaparecem. Tenhamos, portanto, grande temor de Deus. Confiemos nele, mas não temamos este mundo. Esse temor confiante deve levar-nos ao louvor e à adoração do Senhor da glória.

> Então, perguntou Zacarias ao anjo: Como saberei isto? Pois eu sou velho, e minha mulher, avançada em dias.

O anjo não sabia disso? O anjo não tinha vindo de diante do trono de Deus para lhe dar essa notícia maravilhosa? Para Deus não é tudo possível? Até mesmo vencer nossa incredulidade e a esterilidade de Isabel?

> Respondeu-lhe o anjo: Eu sou Gabriel [um general do exército celeste], que assisto diante de Deus, e fui enviado para falar-te e trazer-te estas boas-novas.

Você não crê nisso? Você ainda crê na velha lei de uma natureza caída, nessa velhice estéril da sua mulher, em sua própria velhice, mais do que no Deus

que criou todas as coisas do nada e que pode recriar tudo? Esta velha árvore seca que sou, poderia em sua idade avançada gerar em Isabel aquele filho esperado há tantos anos? Você esqueceu de Abraão? Você esqueceu de Sara?

> Todavia, ficarás mudo e não poderás falar até ao dia em que estas coisas venham a realizar-se; porquanto não acreditaste nas minhas palavras, as quais, a seu tempo, se cumprirão.

Portanto, Zacarias não creu na palavra do anjo, naquela palavra divina eficaz que jamais volta ao seu Autor sem cumprir o que lhe apraz. Mas isso não significava indiferença ou revolta! Tratava-se de um medo totalmente humano e de pouca fé! E medos como esse, diante dos homens, da história e do mundo, fecham nossas bocas! Que Deus aumente nossa fé! Zacarias não deu glória a Deus! Ele não se revoltou contra Deus, mas não o adorou diante dos propósitos tão maravilhosos do Senhor para com ele. Dessa maneira, roubou de Deus a glória que lhe era devida, o qual, por algum tempo, lhe tirou a voz! Ficou mudo até que as promessas divinas sobre ele, sobre Israel e sobre todas as nações da terra se cumprissem.

Que possamos crer em Deus com base em sua Palavra, porque todas se cumprirão a seu tempo!

> O povo estava esperando a Zacarias e admirava-se de que tanto se demorasse no santuário. Mas, saindo ele, não lhes podia falar; então, entenderam que tivera uma visão no santuário. E expressava-se por acenos e permanecia mudo. Sucedeu que, terminados os dias de seu ministério, voltou para casa. Passados esses dias, Isabel, sua mulher, concebeu...

Isabel concebeu naturalmente, como tinha sido com Sara e Ana, mãe de Samuel. Mas essas concepções foram todas produto de milagre! Não foram milagres como o de Maria, sem a participação masculina. Maria ficou grávida, logo em seguida, de uma maneira totalmente sobrenatural, pois concebeu sob o poder direto do próprio Criador.

> e ocultou-se por cinco meses, dizendo: Assim me fez o Senhor, contemplando-me, para anular o meu opróbrio perante os homens.

b) Maria

Vamos, agora, ver o que se deu com Maria, nos versos 26 a 38 de Lucas capítulo primeiro.

> No sexto mês, foi o anjo Gabriel enviado, da parte de Deus, para uma cidade da Galileia, chamada Nazaré [o mesmo arcanjo que apareceu a Zacarias diante do altar de incenso], a uma virgem desposada com certo homem da casa de Davi [o Filho de Deus deveria vir da família de Davi], cujo nome era José; a virgem chamava-se Maria. E, entrando o anjo aonde ela estava, disse: Alegra-te, muito favorecida! O Senhor é contigo. Ela, porém, ao ouvir esta palavra, perturbou-se muito e pôs-se a pensar no que significaria esta saudação.

Mesmo tendo mostrado surpresa por essa aparição, Maria não manifestou incredulidade; apenas fez uma pergunta: o que isso significa? Sua fé foi mais viva que a de Zacarias.

> Mas o anjo lhe disse: Maria, não temas; porque achaste graça diante de Deus. Este será grande e será chamado Filho do Altíssimo; Deus, o Senhor, lhe dará o trono de Davi, seu pai; ele reinará para sempre sobre a casa de Jacó, e o seu reinado não terá fim.

Que exaltação ao nome de Jesus Cristo! Notemos os oito pontos desse anúncio maravilhoso: 1) Você vai engravidar; 2) Você é virgem, mas conceberá um filho; 3) Você lhe dará o nome Jesus, que significa Deus salva; 4) Esse filho será grande; 5) Ele será chamado Filho do Altíssimo, ou seja, o próprio Filho de Deus; 6) Deus lhe dará o trono de Davi, seu pai, isto é, seria o tão esperado Messias; 7) Ele reinará eternamente sobre a casa de Davi; 8) Seu reino não terá fim. Que promessa verdadeiramente incrível! Mas Maria não duvida; simplesmente crê na palavra do arcanjo Gabriel. Mas, no entanto, lhe faz uma pergunta:

> Então, disse Maria ao anjo: Como será isto, pois não tenho relação com homem algum?

Ou seja, eu sou virgem. O que você está me dizendo não é possível, visto que ainda não sou casada. Estou noiva de José e respeito a lei de Deus, que não permite relações sexuais antes do casamento. Então, como isso seria possível? Não se tratava de incredulidade, mas de uma questão simples. Que retidão numa mulher ainda tão jovem!

> Respondeu-lhe o anjo: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra.

Ou seja, o próprio Deus vai gerar em você um filho; o filho, que você levará no ventre e do qual será mãe, vai ser gerado pelo poder criador do próprio Espírito Santo.

> Por isso, também o ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus.

Sim, ele será o pequeno menino de Maria, sua mãe; então, herdará plenamente sua natureza humana; ela será sua mãe biológica; mas por sua paternidade divina milagrosa, ele será também o Filho de Deus, isto é, Deus e homem numa só pessoa. Para que nossa salvação fosse realizada, era preciso que o Messias fosse ao mesmo tempo — sem mistura e sem confusão, sem separação, sem transformação (Calcedônia 451) — Deus e homem! Ser somente Deus não bastaria; ser somente homem, menos ainda. Era necessário que Deus assumisse nossa natureza, a fim de levar sobre ela o nosso pecado, a pena pelo nosso pecado, sua condenação humana, seu castigo. Mas deveria também manifestar uma obediência humana perfeita — visando nossa justiça — aos mandamentos de Deus. Então, era necessário que Cristo tivesse uma dupla justiça, verdadeiramente humana, para realizar nossa salvação: a primeira, para pagar, como homem, o castigo que nos era devido; a segunda, para nos comunicar — *imputar*, é a melhor palavra — igualmente como homem, a plena justiça de sua obediência à lei de Deus. Portanto, é

necessário receber pela fé essa dupla justiça — tanto ativa como passiva, construtiva e punitiva — para que sejamos purificados dos nossos pecados e revestidos, diante de Deus, de uma justiça perfeita, proveniente da obediência de Jesus Cristo, homem.

O anjo Gabriel prossegue:

> E Isabel, tua parenta, igualmente concebeu um filho na sua velhice, sendo este já o sexto mês para aquela que diziam ser estéril.

Notem isso! Ninguém sabia. Isabel não havia contado; ela tinha guardado essa notícia extraordinária em seu coração somente para ela, isto é, que a estéril tinha, em sua velhice, concebido um filho de seu velho marido, já impotente pela natureza das coisas e estava agora no seu sexto mês de gravidez. Que encorajamento para a virgem Maria! O anjo prossegue com seus encorajamentos:

> Porque para Deus não haverá impossíveis em todas as suas promessas.

Essa deveria ser uma palavra de ordem para cada um de nós no curso deste ano que se inicia e também para os dias que Deus nos dará ainda de vida nesta terra:

> Porque para Deus não haverá impossíveis

Mas a resposta de Maria é simplesmente maravilhosa!

> Então, disse Maria: Aqui está a serva do Senhor.

Que também nós possamos dizer a cada dia: Aqui está o servo e a serva do Senhor.

> Que se cumpra em mim conforme a tua palavra.

Que possamos ter essa atitude de confiança e de fé em Deus e de segurança

de que o que Deus diz é verdadeiro, muito mais verdadeiro que todas as realidades deste mundo — *que se cumpra em mim conforme a tua palavra.*

E o anjo se ausentou dela.

Em nada disso Maria roubou a honra e a glória devidas a Deus. Que também não roubemos de Deus a sua glória, na preparação dessa festa que celebramos todos os anos!

c) Isabel

Voltemo-nos, agora, a Isabel, nos versos 39 a 45 e depois nos versículos 46 a 56 desse capítulo tão cheio de maravilhas — naturais como sobrenaturais — da Santa Escritura! Vocês também verão que ela em nada roubou a glória que devia dar a essa pequena criança no ventre virginal de sua parente Maria.

Naqueles dias, dispondo-se Maria...

Isabel estava em seu sexto mês de gravidez. O anjo deixou Maria, mas o próprio Espírito Santo veio até ela e a cobriu com sua sombra, fazendo com que concebesse o Filho de Deus feito homem. José não sabia nada sobre isso; estavam noivos e logo iriam casar-se. Ele era um homem justo. Ela uma jovem pura; como poderia estar grávida?

... foi apressadamente à região montanhosa, a uma cidade de Judá.

A cidade de Nazaré encontra-se ao norte de Israel, na Galileia, nas montanhas que dominam o oeste do lago de Genezaré. Isabel e Zacarias habitavam no sul do país, não muito longe de Jerusalém, nas montanhas da Judeia. Então Maria se dispôs; fez a pé esse longo caminho, da Galileia a Jerusalém, que mais tarde seu filho faria tantas vezes ao longo do seu ministério. Lá ele subiu uma última vez para realizar sobre a cruz o propósito para o qual veio ao mundo: sofrer sobre a cruz por nossos pecados, obedecendo em tudo a seu

Pai para nossa salvação — *eis o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo*.

O evangelista Lucas prossegue:

> Ela entrou na casa de Zacarias e saudou Isabel.

Isabel era sua parente, talvez sua tia, e elas se conheciam bem.

> Ouvindo esta a saudação de Maria,

Maria entrou na casa de Isabel e a saldou. Lembremos que Isabel tem em seu ventre um bebê de seis meses, alvo de um verdadeiro milagre, porque ela era estéril e de idade avançada. Além dessa família, ninguém mais sabia dessa boa notícia. Mas a criança que trazia em seu ventre estava alerta!

> a criança lhe estremeceu no ventre.

Esse pequeno menino, cheio do Espírito Santo, era João Batista — o precursor — que glorificava o Deus Filho feito homem, desde o ventre de sua mãe. Ele também não roubou a glória devida a esse bebê! O que vale também para sua mãe, Isabel. Naquele instante

> então, Isabel ficou possuída do Espírito Santo. E exclamou em alta voz: Bendita és tu entre as mulheres,

Vejam como Isabel dá glória a Deus; como ela não minimiza em nada a maior bênção que poderia ser dada ao mundo, isto é, alguém ter em seu ventre o próprio Filho de Deus. Não se tratava de uma bênção qualquer, mas era uma graça extraordinária de Deus para Maria, vaso puro do qual a graça de Deus se servia. Isabel, então, se voltou a esse pequeno bebê que Deus acabara de conceber no ventre dessa prima bendita, e diz:

> e bendito o fruto do teu ventre! E de onde me provém que me venha visitar a mãe do meu Senhor?

Vejam, escutem bem! Trata-se da “mãe do meu Senhor”! Em grego, a palavra senhor é *kurios*. Essa palavra significa o único Deus verdadeiro, aquele que é o Senhor sobre todas as coisas, Senhor dos senhores, Senhor do próprio César! Esse é o sentido exato da expressão “mãe de Deus” — *theotokos* em grego — que foi dirigida a Maria na Declaração sublime do Concílio de Calcedônia, organizado para definir a natureza desse menino e, por necessidade, a da sua mãe. Ele é o Filho de Deus feito homem e Maria é sua mãe, aquela que o carrega em seu ventre, tanto em sua divindade como em sua humanidade. Não que Maria pudesse, de alguma maneira, ser a mãe da divindade dessa criança! Ninguém jamais pensou em tal absurdo! Porque o Filho de Deus, aquele que foi eternamente gerado do Pai, não pode ter mãe. Não, esse pequeno menino é Deus Filho feito homem. Portanto, Maria é mãe da humanidade de Cristo, carne de sua carne, ossos de seus ossos, sangue do seu sangue! Mas como separar, no seio de Maria, a humanidade da divindade do nosso Senhor e Salvador, sem incorrer em impiedade e rejeição da nossa própria salvação? Como — erro pior ainda — confundir essas duas naturezas, ou seja, fazer de Deus um homem e fazer desse homem o próprio Deus? Essa humanidade está tão estreitamente ligada à divindade de Jesus Cristo que não se trata aqui de duas pessoas, uma humana e outra divina, mas de uma única Pessoa divina, o Senhor Jesus Cristo, Deus feito homem no ventre de Maria, para a salvação do mundo. A criança que Maria tem em seu ventre é o próprio Deus Filho em toda a sua glória, a qual, por algum tempo, ficou escondida!

Isabel explicou para Maria, como também para nós, essas maravilhas que acabara de compreender:

> Pois, logo que me chegou aos ouvidos a voz da tua saudação, a criança estremeceu de alegria dentro de mim.

O menino — lembremos que se tratava de João Batista em seu sexto mês de gestação — que no ventre de Isabel percebeu a voz de Maria, teve seu ânimo profético agitado e reconheceu que aquela era a mãe do seu Senhor! Vocês creem que uma criança possa ouvir, ainda no ventre, a voz de sua mãe? Conheço o caso de um chefe de orquestra que ao se preparar para reger um concerto para violoncelo, que nunca havia regido nem visto a partitura ou ouvido a música, confessou: conheço essa música, a conheço muito bem. Falou isso à sua mãe, violoncelista profissional, que lhe respondeu: "Meu querido, enquanto você estava em meu ventre eu estudava essa mesma partitura e você claramente a ouvia! Agora que se prepara para reger esse concerto você se lembrou. Nada mais normal! Você está se lembrando do que então ouvia". Notem como essas realidades naturais são maravilhosas! Isabel reconheceu a voz de Maria, sua prima. Essa voz, seu filho — João Batista — também ouviu e, por uma revelação do Espírito Santo, do qual estava cheio naquele instante, reconheceu que se tratava da mãe do seu Senhor — do Senhor da glória, do qual era o precursor — que se dirigia à sua mãe. Notem como João Batista, no seio de sua mãe, dá glória a Deus. Há três meses do seu nascimento, João Batista não roubou a glória que pertence a Deus, mas deu graças a seu Senhor ao exultar de alegria no ventre de sua mãe. E Isabel, em nada embaraçada pela incredulidade de seu marido Zacarias, também exulta de alegria.

> Bem-aventurada a que creu [felizes todos os que têm crido], porque serão cumpridas as palavras que lhe foram ditas da parte do Senhor.

Vimos que o próprio João Batista glorificou a Deus no ventre de sua mãe; Isabel, sua mãe, também glorificou a Deus. Nem um nem outro roubou do Filho de Deus, desse pequeno embrião, ao mesmo tempo divino e humano, a

glória que lhe era devida! Teríamos a ousadia de, nesta festa de sua natividade, recusar dar-lhe a glória?

Lemos, a partir do versículo 57, o que aconteceu depois a Isabel:

> A Isabel cumpriu-se o tempo de dar à luz, e teve um filho. Os vizinhos e parentes ouviram falar da grande bondade do Senhor para com Isabel, e todos ficaram alegres com ela. Sucedeu que, no oitavo dia, foram circuncidar o menino e queriam dar-lhe o nome de seu pai, Zacarias. De modo nenhum! Respondeu sua mãe. Pelo contrário, ele deve ser chamado João.

Seu marido não podia falar. Sem dúvida Deus revelou também a Isabel que o menino se chamaria João, como o anjo havia declarado a Zacarias no templo.

> Disseram-lhe: Ninguém há na tua parentela que tenha este nome. E perguntaram, por acenos, ao pai do menino que nome queria que lhe dessem.

Então Zacarias, renovado em sua fé, lembrando-se do que lhe havia sido revelado pelo anjo Gabriel, pediu que lhe trouxessem algo onde escrever.

> Então, pedindo ele uma tabuinha, escreveu: João é o seu nome. E todos se admiraram. Imediatamente, a boca se lhe abriu, e, desimpedida a língua, falava louvando a Deus.

Notem a prova, tão necessária para Zacarias como para nós! Quando duvidamos das promessas de Deus, ele nos faz também passar pela provação do silêncio para purificar nossos corações e renovar nossa fé. As provas têm esse papel em nossas vidas, ou seja, é aquele fogo divino que queima tudo o que é palha, para que possamos glorificar melhor a Deus e para nossa salvação.

d) José

Tendo percorrido o que o Evangelho de Lucas nos diz sobre Isabel e Zacarias, como também sobre João Batista e Maria, os quais não roubaram a

glória divina, vamos agora ao Evangelho de Mateus para considerarmos a fé de José. Teria José dado glória àquele menino, Deus Filho feito homem, que lhe foi dado como filho adotivo, pela visitação divina de sua esposa Maria? Em que José teria roubado a glória pertencente ao Deus Filho feito homem? Leiamos, então, Mateus 1, versículos de 18 a 24. Procuramos descobrir aqui se também deram glória a Deus essas pessoas que estavam diretamente ligadas aos eventos relacionados à vinda ao mundo desse menino. Em José, vemos que estamos diante de uma fé talvez mais forte que a de Maria.

> Ora, o nascimento de Jesus Cristo foi assim: estando Maria, sua mãe, desposada com José, sem que tivessem antes coabitado, achou-se grávida pelo Espírito Santo.

Vejamos os fatos. José e Maria, que viviam em Nazaré, nas montanhas da Galileia, eram noivos, portanto, ainda não casados. Os noivados em Israel eram um ato quase irrevogável; o prelúdio necessário antes do casamento. Maria havia voltado a Nazaré após sua viagem até Isabel. Um dia José se deu conta de que sua noiva estava grávida. Ele sabia que não era a causa dessa paternidade surpreendente, então isso só podia ter acontecido pela participação de outro homem. Esse era o drama. Em Israel, um caso como esse de infidelidade durante o noivado era quase tão grave quanto o próprio adultério e a pena era a mesma: morte por apedrejamento. De fato, essa era a lei em Israel, mandamento infalível dado por Deus a Moisés. Mas José não queria que a mulher que amava e que tinha um comportamento exemplar fosse apedrejada. Se ela lhe tivesse contado que um anjo havia aparecido e dito que a criança em seu ventre era obra do Espírito Santo, José teria crido? Ele não compreendia o que se passava. Ele mesmo vivia em grande proximidade com Deus e não podia fazer tal maldade, ainda que fosse uma ação justa segundo a letra da lei, mas que lhe parecia uma terrível injustiça. Como — devia questionar — essa jovem tão pura, essa moça correta, que

ama a Deus, poderia ter cometido tal ato? Como sabemos muito bem, Maria não havia feito nada disso!

> Mas José, seu esposo, sendo justo e não a querendo infamar, resolveu deixá-la secretamente.

José não queria difamá-la, ou denunciá-la, porque os habitantes de Nazaré a acusariam, a difamariam, zombariam dela antes de apedrejá-la. Em casos como esse, as pessoas — mesmo as pessoas de bem — são duras, sobretudo numa pequena cidade de bons costumes, na qual todos se conhecem. Hoje tudo é permitido. Mas apenas há alguns anos, era muito difícil, para uma jovem, engravidar fora do casamento. Aqui no Valais não eram apedrejadas, mas as tratavam de maneira rude. Então, José diz a si mesmo: vou conversar com ela e depois veremos o que fazer. Não vou casar com uma moça que teve um filho de outro, mas também não quero que a difamem para depois ser apedrejada. Romperei o noivado discretamente e assim ela poderá cuidar de si mesma.

> Enquanto ponderava nestas coisas, eis que lhe apareceu, em sonho, um anjo do Senhor [...]

Para Zacarias, o anjo apareceu diante dele; para Maria, aconteceu o mesmo. Mas para José, o anjo lhe apareceu em sonho. Quem vai crer num sonho?

> [...] dizendo: José, filho de Davi, não temas receber Maria, tua mulher, porque o que nela foi gerado é do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho e lhe porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos pecados deles.

Mas José creu! Ele creu perfeitamente nesse sonho e nas palavras do anjo. Um anjo lhe apareceu e lhe disse: Não tema receber essa moça como sua mulher; a criança que está em seu ventre não foi gerada por um homem, mas pelo Espírito Santo. Mas quem já tinha ouvido falar que o Espírito Santo gera

crianças? José creu, sem hesitar, na veracidade de seu sonho e na palavra que ouviu! A mensagem do anjo em si era ainda mais inverossímil: Maria, sua noiva, vai ter um filho que não será seu, porque provém de Deus; você deve dar a esse menino o nome de Jesus, que significa Deus salva! Ele salvará o seu povo dos seus pecados. Tratava-se, nada mais nada menos, do cumprimento de todas as profecias messiânicas de Israel. Que fé maravilhosa de José! Ele creu! José também não roubou a glória de Deus manifestada nesse pequeno menino, glória ainda escondida no ventre de sua noiva. Ele lhe deu toda a glória que lhe era devida e manifestou isso em sua pronta obediência. O evangelista Mateus comenta:

> Ora, tudo isto aconteceu para que se cumprisse o que fora dito pelo Senhor por intermédio do profeta: Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho, e ele será chamado pelo nome de Emanuel (que quer dizer: Deus conosco). Despertado José do sono, fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu sua mulher. (Mateus 1.18-24)

Vejam, esse homem, encorajado por uma fé tão simples, obedeceu ao que ouviu em sonho da parte de Deus. Que fé dócil, como de uma criança, mas num homem em plena maturidade! É a fé que todos nós devemos ter: crer na Palavra de Deus! José obedeceu sem nada perguntar; ele não perguntou como essas coisas poderiam acontecer. Nele não houve nenhuma daquelas dúvidas que perturbaram Zacarias; sua fé parece até mais forte que a de Maria. Ele deu a Deus a glória que lhe era devida; ele creu na palavra do anjo de Deus visto em sonho e em nada questionou! E na sequência desse extraordinário relato vemos um José sempre estável, que não questionou a Palavra de Deus ao ouvi-la! Ele creu e obedeceu. Façamos o mesmo. Quando duvidarmos, lembremos do exemplo de Zacarias, ou seja, voltemos a Deus em arrependimento. Consideremos o exemplo de Maria e nos submetamos a Deus sem vacilar. Tomemos o exemplo de José, isto é, creiamos e

pratiquemos a Palavra de Deus sem fraquejar, pois é nisso que se resume toda a vida do cristão.

Vejamos, brevemente, a sequência do texto.

Após a partida dos magos — que também tinham sido advertidos por Deus para evitar o rei Herodes — um anjo do Senhor apareceu novamente em sonho a José e lhe disse:

> Dispõe-te, toma o menino e sua mãe, foge para o Egito e permanece lá até que eu te avise; porque Herodes há de procurar o menino para o matar. (Mateus 2.20)

Se prestarmos atenção às datas desses eventos veremos que os magos chegaram a Belém depois da apresentação de Jesus no templo. Além disso, sabemos que Herodes morreu no mesmo ano do nascimento de Jesus Cristo, pouco depois de ter assassinado todas as crianças, com menos de dois anos, em toda a região de Belém. Vemos que a santa família era pobre, porque para o sacrifício de purificação de Maria foram oferecidos dois modestos pombinhos. Portanto, os presentes trazidos pelos magos permitiram à santa família refugiar-se no Egito.

e) Os pastores

Vejamos, ainda brevemente, o que nos diz Lucas 2.8 a 20. Os pastores ficaram tomados de pavor, por causa da visão que também tiveram de um anjo resplandecente que, de repente, durante a noite, apareceu nas campinas em que guardavam seus rebanhos. Então, ouviram o anjo anunciar-lhes uma boa notícia.

> E um anjo do Senhor desceu aonde eles estavam, e a glória do Senhor brilhou ao redor deles; e ficaram tomados de grande temor [Não ficaríamos também, diante de tal espetáculo?]. O anjo, porém, lhes disse: Não temais; eis aqui vos trago boa-nova de grande alegria, que o será para todo o povo: é que hoje vos nasceu, na cidade de Davi, o Salvador, que é Cristo, o Senhor.

O anjo, então, anunciou aos pastores — esses desprezados de Israel! — que um Salvador lhes havia nascido; e como poderiam conferir, nascera pobre entre os pobres, numa estrebaria em Belém, envolto em panos e deitado numa manjedoura. Era o próprio Cristo, o Senhor! Em seguida, com o anjo apareceu uma milícia celeste glorificando e louvando a Deus. Os pastores também glorificaram a Deus. Sem demora, responderam à boa nova e na mesma noite foram imediatamente à Belém, para ver o que havia sido dito sobre esse pequeno menino. Ao encontrá-lo, alegraram-se com José e Maria por aquele nascimento. Eles também não roubaram a glória que é devida a esse pequeno bebê.

f) Simeão

Depois disso, temos Simeão. Leiamos Lucas 2.21 a 28.

> Completados oito dias [após o nascimento] para ser circuncidado o menino, deram-lhe o nome de Jesus, como lhe chamara o anjo, antes de ser concebido. Passados os dias da purificação deles segundo a Lei de Moisés [após 40 dias, para um menino — Lv 12.1-8], levaram-no a Jerusalém para o apresentarem ao Senhor, conforme o que está escrito na Lei do Senhor: Todo primogênito ao Senhor será consagrado; e para oferecer um sacrifício, segundo o que está escrito na referida Lei: Um par de rolas ou dois pombinhos.

A família sendo pobre, não podia oferecer um cordeiro como sacrifício. Foi somente após esses acontecimentos — quarenta dias após o nascimento do Filho de Deus feito homem — que os magos chegaram a Belém trazendo os ricos presentes.

> Havia em Jerusalém um homem chamado Simeão; homem este justo e piedoso que esperava a consolação de Israel; e o Espírito Santo estava sobre ele. Revelara-lhe o Espírito Santo que não passaria pela morte antes de ver o Cristo do Senhor. Movido pelo Espírito, foi ao templo; e, quando os pais trouxeram o menino Jesus para fazerem com ele o que a Lei ordenava, Simeão o tomou nos

braços e louvou a Deus.

Notem a fé perseverante de Simeão ao dar glória a Deus pelo nascimento do menino. O mesmo aconteceu com Ana, que permanecia no templo dia e noite, onde jejuava e orava a Deus constantemente. Ela foi, como Simeão, conduzida pelo Espírito, a dar honra e glória a Deus por esse pequeno menino, que havia sido enviado ao mundo para a salvação do povo escolhido dentre todas as nações.

f) Os magos

Vamos agora aos magos. Que história impressionante. Vieram de tão longe e haviam crido no que Deus lhes revelara pela estrela que seguiram. Vieram, sem dúvida, da Babilônia onde talvez circulassem as profecias de Daniel. O que sabemos é que Deus lhes havia revelado que seguissem a estrela até Jerusalém e, lá chegando, descobrissem em que lugar deveria nascer o rei dos judeus, do qual haviam visto o sinal no Oriente. Essa estrela os havia conduzido até Jerusalém, onde os escribas e doutores da Lei certamente responderiam suas perguntas. As profecias diziam muito claramente: O Rei de Israel deveria nascer em Belém. Para lá deviam ir. Belém ainda estava longe? Não, somente dez quilômetros. Pouco mais de três horas de marcha. Vão, então. Vão para ver! Mas Herodes, muito preocupado, chamou-os à parte para lhes pedir que, em seu retorno, viessem até ele, para informá-lo sobre o lugar onde haviam encontrado a criança, pois também queria adorá-lo. Os magos, sempre conduzidos pela estrela, encontraram a casa — não era mais o estábulo — onde estava o menino, pois a estrela parou sobre aquele lugar. Eles entraram, adoraram o Filho de Deus feito homem e lhe ofereceram preciosos presentes. Ouro, um presente real; incenso, uma homenagem sacerdotal; e mirra, um presente que apontava para sua morte sacrificial e

sepultura. Depois, advertidos também em sonho, tomaram outro caminho para a longa viagem de volta.

Todos esses personagens que lembramos honraram e glorificaram a Deus com seus bens, com seu reconhecimento, mas sobretudo com seu louvor e adoração. Que neste Natal façamos o mesmo. Que não estejamos entre aqueles que roubam a glória de Deus, a glória que devemos dar a esse menino. Porque ele é o Deus Filho, encarnado nesse pequeno bebê que, sob o olhar amoroso de seus pais, se tornou homem e, em seus trinta anos completos, assumiu plenamente a vocação prodigiosa que seu Pai lhe deu, isto é, realizar a salvação de seu povo e de todas as nações da terra, expiando, em seu lugar, o pecado do mundo, operando a vitória definitiva sobre a corrupção e a morte, a carne e o mundo, destruindo assim, sobre a madeira da cruz, o diabo e todas suas obras.

2. Aqueles que roubaram, daquela pequena criança, a glória que lhe era devida

Para terminar, algumas palavras sobre aqueles que não creram, aqueles que neste primeiro Natal roubaram de Deus a glória que lhe era devida. Herodes, que não creu, embora, é preciso ser dito, tenha considerado seriamente a profecia por temer pela segurança do seu poder. Depois, os habitantes de Jerusalém; ninguém dentre eles fez o curto trajeto até Belém. Nem um sequer! No entanto, tinham compreendido muito bem que era ali que deveria nascer o Filho de Deus. Nenhum dos escribas e fariseus se deu ao trabalho de caminhar alguns quilômetros para adorar o Filho de Deus que acabara de nascer, o Messias de Israel, sobre o qual haviam sondado minuciosamente as Escrituras! Notem a apostasia de Israel! E os habitantes de Belém? Quem deles se deu conta desse acontecimento grandioso em sua pequena vila? Apenas alguns pobres pastores do campo se regozijaram nisso. Vejam os

sacerdotes, os escribas que conheciam a Bíblia, que a compreendiam e que, no entanto, não tiraram proveito dessa ocasião maravilhosa, ou seja, adorar o Deus Filho que, segundo as profecias, acabara de nascer em Belém. Poderíamos perguntar: seria diferente em nossos dias?

Vejam, fiquei feliz em revelar muitos traços positivos nesses belos relatos. Combatamos o lado negativo que temos em nossos corações. Não roubemos de Deus o que lhe pertence por direito, ou seja, a glória, o louvor, a honra! Vejam Herodes, os habitantes de Jerusalém, de Belém, os escribas, os sacerdotes, todos aqueles que conheciam a verdade bíblica, mas permaneceram indiferentes. Esses não deram a Deus o que lhe era devido. Eles roubaram desse pequeno menino — o próprio Deus revestido com nossa natureza — toda a glória que lhe deviam! Todos ali transgrediram o oitavo mandamento. Então, que não estejamos entre aqueles que vão transgredir esse mandamento "Não roubarás", por qualquer que seja a incredulidade em relação a Deus Pai, Filho e Espírito Santo. No tempo de Natal, particularmente, rendamos graças a Deus pela vinda de seu Filho ao nosso mundo, que em seu grande amor por nós, no primeiro Natal, se fez menino.

CONCLUSÃO

Vamos terminar lendo juntos alguns textos que poderão nos conduzir na adoração ao Deus feito homem, ao bebê recém-nascido, deitado na manjedoura daquele estábulo tão hospitaleiro de Belém.

Comecemos pelo cântico de Maria:

> Então, disse Maria: A minha alma engrandece ao Senhor, e o meu espírito se alegrou em Deus, meu Salvador, porque contemplou na humildade da sua serva. Pois, desde agora, todas as gerações me considerarão bem-aventurada, porque o Poderoso me fez grandes coisas. Santo é o seu nome. A sua misericórdia vai de geração em geração sobre os que o temem. Agiu com o seu braço valorosamente; dispersou os que, no coração, alimentavam pensamentos soberbos. Derribou do

> seu trono os poderosos e exaltou os humildes. Encheu de bens os famintos e despediu vazios os ricos. Amparou a Israel, seu servo, a fim de lembrar-se da sua misericórdia a favor de Abraão e de sua descendência, para sempre, como prometera aos nossos pais. (Lucas 1.46-55)

Acrescentemos à nossa leitura o cântico de Zacarias:

> Zacarias, seu pai, cheio do Espírito Santo, profetizou, dizendo: Bendito seja o Senhor, Deus de Israel, porque visitou e redimiu o seu povo, e nos suscitou plena e poderosa salvação na casa de Davi, seu servo, como prometera, desde a antiguidade, por boca dos seus santos profetas, para nos libertar dos nossos inimigos e das mãos de todos os que nos odeiam; para usar de misericórdia com os nossos pais e lembrar-se da sua santa aliança e do juramento que fez a Abraão, o nosso pai, de conceder-nos que, livres das mãos de inimigos, o adorássemos sem temor, em santidade e justiça perante ele, todos os nossos dias. Tu, menino [isto é, João Batista], serás chamado profeta do Altíssimo, porque precederás o Senhor, preparando-lhe os caminhos, para dar ao seu povo conhecimento da salvação, no redimi-lo dos seus pecados, graças à entranhável misericórdia de nosso Deus, pela qual nos visitará o sol nascente das alturas, para alumiar os que jazem nas trevas e na sombra da morte, e dirigir os nossos pés pelo caminho da paz. (Lucas 1.67-79)

E terminemos pelas ações de graças de Simeão:

> Simeão o tomou nos braços e louvou a Deus, dizendo: Agora, Senhor, podes despedir em paz o teu servo, segundo a tua palavra; porque os meus olhos já viram a tua salvação, a qual preparaste diante de todos os povos: luz para revelação aos gentios, e para glória do teu povo de Israel. (Lucas 2.28-32)

Notem que não falamos nesta manhã da comercialização e da paganização cada vez maior da festa de Natal. Não falamos desse gnomo horroroso chamado Papai Noel, que substitui atualmente o menino-Rei nas propagandas em nossas ruas.

Mas procuramos elevar nossos pensamentos para as alturas — com corações elevados! — a fim de contemplar a grandiosidade do dom que nos foi dado no primeiro Natal, ou seja, o próprio Deus que desceu dos céus até nós, o

próprio Filho de Deus que se fez homem para nossa redenção e para nos preparar para a glória que nos foi prometida em Jesus Cristo.

Temos motivos para cantar, juntos, com o coro dos anjos:

> Glória a Deus nas maiores alturas,
> Paz na terra
> E boa vontade para com os homens!
> Amém.

Capítulo V: O roubo antes do Decálogo

INTRODUÇÃO

Vejamos o caminho já percorrido até aqui em nosso estudo do oitavo mandamento, *Não roubarás*.

I. A excelência desse mandamento

Lembramos do papel dos mandamentos em todo o propósito aliancial de Deus no Antigo e Novo Testamentos, e mostramos a definição de roubo dada pela própria Bíblia.

II. Transgredir um mandamento é transgredir todos.

Vimos que esse mandamento tem relação com todas as Dez Palavras do Decálogo e como é transgredido pelos diversos sistemas econômicos — liberalismo, socialismo e comunismo.

III. O espírito do oitavo mandamento

Mostramos que esse mandamento deveria ser interpretado através dos ensinos de Cristo, nos Evangelhos, e pelas explicações dadas pelos Apóstolos.

IV. O roubo e o Natal

Aplicamos esses ensinos à vinda de Cristo no primeiro Natal, mostrando os que na Judeia daquela época lhe deram glória, como também os que não lhe deram, e assim roubaram de Cristo o que lhe era mais precioso: a honra e a glória como Deus feito homem. Neste capítulo veremos o seguinte assunto: O roubo antes do Decálogo.

O roubo antes do Decálogo

No longo percurso deste estudo, através de toda a Bíblia, sobre a aplicação dos Dez Mandamentos a todas as circunstâncias da vida humana, tanto em Israel como na vida dos homens de todas as tribos, clãs e nações, fizemos, regularmente, uma exposição sobre cada um dos mandamentos *antes* de terem sido formulados por Deus na Lei, no monte Sinai, pela mediação de seu servo Moisés. O mesmo faremos para este oitavo mandamento *Não roubarás*, ou seja, vamos considerar o Roubo antes do Decálogo.

1. O ROUBO NO TEMPO DOS PATRIARCAS

O ato de roubar começa com a queda. Incitados pela serpente, Eva e depois Adão roubam de Deus a honra que lhe era devida e roubam-lhe a glória. Deus havia dito a Adão:

> E o Senhor Deus lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás. (Gênesis 2.16-17)

Mas Eva ouviu a fala falsa e mentirosa da serpente-dragão-diabo, ao invés de ouvir a Palavra justa e verdadeira de Deus e, assim seduzida, caiu no laço do maligno e da morte.

> Vendo a mulher que a árvore era boa para se comer, agradável aos olhos e árvore desejável para dar entendimento, tomou-lhe do fruto e comeu e deu também ao marido, e ele comeu. (Gênesis 3.6)

Esse foi o primeiro roubo da história humana: o roubo do fruto proibido. Adão e Eva tomaram posse do que pertencia somente a Deus, ou seja, do discurso original e do estabelecimento das distinções primordiais, princípios que fundamentam a ordem da criação (a metafísica), a ordem moral (a ética) e a ordem dogmática (a teologia). Foi assim que, de um golpe, a humanidade

caiu no mundo da mentira, do roubo e da morte.[32]

O segundo roubo testemunhado pela Bíblia foi o de Caim que, antes de tudo, roubou de Deus a honra que lhe era devida, ao oferecer-lhe o fruto do seu trabalho como pagamento do pecado original, como o meio de vencer a morte e de agradar a Deus.

> Aconteceu que no fim de uns tempos trouxe Caim do fruto da terra uma oferta ao Senhor. (Gênesis 4.3)

Como se nós mesmos pudéssemos restabelecer a relação rompida com Deus e com a criação, através de obras feitas por nossas mãos pecaminosas. Essa é a visão pagã, ateia, pelagiana e arminiana que encontramos na expressão, tão comum, para descrever o trabalho dos homens: ganhar a vida, *Arbeit macht frei* "o trabalho liberta" (Marx, Hitler), como podemos ler em cima da porta de entrada do campo de concentração nazista de Auschwitz. Como se nossa vida, destruída pelo mal e pela morte, pudesse ser restabelecida por nosso trabalho. Não, a salvação não pode vir de nossas obras falíveis e pecaminosas; mas pela obra perfeita de Outro; pelo trabalho de outro perfeitamente inocente e todo-poderoso; pelo trabalho de sua alma e sofrimentos de seu corpo; pela obediência ativa e passiva de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos restabelece — nas engrenagens de nossa própria razão — numa justa e saudável relação com Deus e com o mundo. O que líamos, antigamente, em alguns sepulcros, como por exemplo "Viveu para o trabalho!", era um erro completo, porque nossa vida está oculta em Cristo. Somente o seu trabalho nos salva. É pela fé nele, pela graça misericordiosa de Deus, que recebemos a vida que vem da fonte divina, que deve transbordar em obras de verdade, de amor e de beleza. Abel compreendeu isso. Lemos que sua oferta, diferente da oferecida por Caim, agradou a Deus.

> Abel, por sua vez, trouxe das primícias do seu rebanho e da gordura deste.

Abel havia compreendido que para a sua salvação era necessário um sacrifício extrínseco ao homem pecador. Mais adiante, o texto nos mostra o julgamento de Deus, favorável a Abel e desfavorável a Caim:

> Agradou-se o Senhor de Abel e de sua oferta; ao passo que de Caim e de sua oferta não se agradou. (Gênesis 4.4-5)

Sabemos o que aconteceu depois. Caim ficou irado com Deus por ele ter rejeitado seu trabalho. Irou-se a ponto de roubar de seu irmão sua própria vida e o matou.

Podemos caminhar por todo o livro de Gênesis e encontraremos ali diferentes transgressões desse mandamento. Isso não deve nos surpreender, uma vez que os Dez Mandamentos refletem:

1. O próprio caráter de Deus, sua justiça, seu amor, sua santidade e sua verdade;

2. A ordem moral e religiosa da consciência de todos os homens criados à imagem de Deus;

3. Até mesmo, não tememos dizer — diante de uma ciência que se pretende objetiva, que define o objeto pela materialidade mensurável, unicamente quantitativa, portanto, sem nenhum valor qualitativo, moral e espiritual — a ordem do universo e do próprio cosmos.

Por diversas vezes vimos a que ponto a desordem moral dos homens acaba afetando a própria natureza. Por isso que o primeiro esforço ecológico dos homens devia ser lutar contra sua própria poluição moral e espiritual. Buscar primeiro o Reino dos céus e sua justiça (ou seja, Jesus Cristo e a obediência à sua lei), e todo o resto — o que inclui uma criação nova onde habitará a justiça — nos será acrescentado.

Por último, consideremos o exemplo de Cam, que roubou de seu pai sua honra, quando contemplou sua nudez e, sem o menor pudor, denunciou a seus irmãos a vergonha paterna:

> Sendo Noé lavrador, passou a plantar uma vinha. Bebendo do vinho, embriagou-se e se pôs nu dentro de sua tenda. Cam, pai de Canaã, vendo a nudez do pai, fê-lo saber, fora, a seus dois irmãos. (Gênesis 9.20-22)

Conhecemos a consequência funesta que teve a maldição proferida por Noé, em razão do roubo de sua honra, tanto para Cam como para toda a sua linhagem.

> Despertando Noé do seu vinho, soube o que lhe fizera o filho mais moço e disse: Maldito seja Canaã; seja servo dos servos a seus irmãos. (Gênesis 9.24-25)

2. O ROUBO NA FAMÍLIA DE JACÓ

Agora, queremos nos demorar um pouco mais sobre um incidente na história patriarcal, no qual vemos a questão do roubo mais explicitamente. Não vamos considerar o roubo, praticado por Jacó, do direito de primogenitura de Esaú, seu irmão, que, movido por uma mente profana, fez pouco caso e a desprezou, como também fazem nossos contemporâneos ao desprezar as bênçãos de sua herança cristã e da aliança divina. Em vez disso, queremos tratar das relações entre o clã de Jacó e Labão, seu sogro. Encontramos aqui a expressão hebraica *ganab,* que significa roubo de forma dissimulada e astuta, da qual demos, em nossa primeira exposição, a seguinte definição:

> Tomar o que pertence a outro sem seu conhecimento ou consentimento (TWOT, art. 364, Tomo I, p. 168).

No último período de sua vida na casa de Labão, após 14 anos de serviço gratuito, Jacó chegou a um acordo com seu sogro para determinar seu salário

para cuidar do rebanho de seu senhor.

> Labão lhe respondeu: Ache eu mercê diante de ti; fica comigo. Tenho experimentado que o Senhor me abençoou por amor de ti. E disse ainda: Fixa o teu salário, que te pagarei. Disse-lhe Jacó: Tu sabes como te venho servindo e como cuidei do teu gado. Porque o pouco que tinhas antes da minha vinda foi aumentado grandemente; e o Senhor te abençoou por meu trabalho. Agora, pois, quando hei de eu trabalhar também por minha casa? Então, Labão lhe perguntou: Que te darei? Respondeu Jacó: Nada me darás; tornarei a apascentar e a guardar o teu rebanho, se me fizeres isto: Passarei hoje por todo o teu rebanho, separando dele os salpicados e malhados, e todos os negros entre os cordeiros, e o que é malhado e salpicado entre as cabras; será isto o meu salário. Assim, responderá por mim a minha justiça [*tsedaqah*, meu caráter justo], no dia de amanhã, quando vieres ver o meu salário diante de ti; o que não for salpicado e malhado entre as cabras e negro entre as ovelhas, esse, se for achado comigo, será tido por furtado [em hebraico *ganab*, trapaça, roubo ardiloso, engano dissimulado]. (Gênesis 30.27-33)

O que vem depois já sabemos — como Labão tirou do rebanho todas as cabras e todas as ovelhas malhadas e salpicadas, procurando, de maneira astuta, privar Jacó de seu justo salário, e como, graças a um sonho e à bênção divina, Jacó enriqueceu.

Esta é a primeira vez que a palavra *ganab* é utilizada na Bíblia. No capítulo 31 a encontramos com frequência. Jacó, após ser enganado inúmeras vezes por seu sogro, decidiu fugir secretamente, levando consigo suas mulheres e filhos, todos da família de Labão. Então, lemos:

> Tendo ido Labão fazer a tosquia das ovelhas, Raquel furtou os ídolos do lar que pertenciam a seu pai. E Jacó logrou [*ganab*, lit.: roubou o coração] a Labão, o arameu, não lhe dando a saber que fugia. (Gênesis 31.19-20)

Labão, então, se deu conta de que Jacó e sua família haviam fugido e os perseguiu e alcançou. Mas Deus vela soberanamente pelo cumprimento de sua aliança. Essa aliança passa por Jacó e se situa, pela bondosa fidelidade de Deus, acima de todos os temores, trapaças e fraquezas dos homens. Foi então

que Deus advertiu Labão, através de um sonho, para que não fizesse nenhum mal ao seu genro Jacó. Labão, no entanto, com raiva, interpelou o fugitivo e o acusou de ser um ladrão trapaceiro [*ganab*]:

> E disse Labão a Jacó: Que fizeste, que me lograste [*ganab*] e levaste minhas filhas como cativas pela espada? Por que fugiste ocultamente, e me lograste [*ganab*], e nada me fizeste saber? (Gênesis 31.26-27)

Depois Labão acusou Jacó de ter roubado seus deuses:

> Há poder em minhas mãos para vos fazer mal, mas o Deus de vosso pai me falou, ontem à noite, e disse: Guarda-te, não fales a Jacó nem bem nem mal. E agora que partiste de vez, porque tens saudade da casa de teu pai, por que me furtaste [*ganab*] os meus deuses? (Gênesis 31.29-30)

Jacó, primeiramente, explica sua partida secreta:

> Respondeu-lhe Jacó: Porque tive medo; pois calculei: não suceda que me tome à força [*gazal*: raptar, com franca violência, pelo uso da força e não da trapaça] as suas filhas. (Gênesis 31.31)

Depois, de boa-fé, protesta sua inocência quanto ao roubo dos ídolos.

> Não viva aquele com quem achares os teus deuses [isso acontecerá pouco tempo depois com a morte de Raquel]; verifica diante de nossos irmãos o que te pertence e que está comigo e leva-o contigo. Pois Jacó não sabia que Raquel os havia furtado [*ganab*, secretamente, por trapaça, sem o conhecimento de seu pai]. (Gênesis 31.32)

Labão procurou em vão, porque sua filha havia aprendido numa boa escola e era ainda mais trapaceira e enganadora que seu pai.

> Labão, pois, entrou na tenda de Jacó, na de Lia e na das duas servas, porém não os achou. Tendo saído da tenda de Lia, entrou na de Raquel. Ora, Raquel havia tomado os ídolos do lar, e os pusera na sela de um camelo, e estava assentada sobre eles; apalpou Labão toda a tenda e não os achou. Então, disse ela a seu pai: Não te agastes, meu senhor, por não poder eu levantar-me na tua presença; pois me acho com as regras das mulheres. Ele procurou, contudo não achou os ídolos do lar. (Gênesis 31.33-35)

Diante da inspeção sem resultado, Jacó liberou sua ira contra o seu sogro há muito tempo recalcada:

> Vinte anos eu estive contigo, as tuas ovelhas e as tuas cabras nunca perderam as crias, e não comi os carneiros de teu rebanho. Nem te apresentei o que era despedaçado pelas feras; sofri o dano; da minha mão o requerias, tanto o furtado de dia como de noite. De maneira que eu andava, de dia consumido pelo calor, de noite, pela geada; e o meu sono me fugia dos olhos. Vinte anos permaneci em tua casa; catorze anos te servi por tuas duas filhas e seis anos por teu rebanho; dez vezes me mudaste o salário. (Gênesis 31.38-41)

Labão, confundido por Jacó, pede uma aliança com seu genro que fosse selada por duas testemunhas, por uma coluna de pedra, um monte de pedras, que eram sinais visíveis de sua palavra empenhada, visando socorro recíproco em caso de necessidade.

O que podemos aprender com esses relatos?

1) Não somente a realidade do roubo, mas também que sua reprovação moral e legal foi bem atestada no livro de Gênesis, muito tempo antes da entrega da Lei no Sinai.

2) A palavra *ganab* utilizada, significando roubo nas duas versões do oitavo mandamento — em Êxodo 20.15 e Deuteronômio 5.19 — já tinha esse sentido muito tempo antes de sua utilização por Deus nas Dez Palavras. Ela foi inscrita pelo próprio dedo de Deus sobre a pedra das Tábuas da Lei, dadas a Moisés, para Israel e mais tarde para todas as nações da terra.

3) Mais ainda, nosso texto atesta o uso da palavra *gazal* (roubar com violência) e a reprovação desse tipo de ação, considerada profundamente má.

4) Vemos nesse texto um contraste impressionante entre a retidão e honestidade de Jacó, que serviu seu senhor e sogro — astuto e ladrão — com total integridade, como também a atitude de Labão e Raquel, ambos

trapaceiros e ladrões. Aqui percebemos a diferença entre a fé de Abraão e o paganismo de sua família deixada por ele no outro lado do rio Eufrates.

5) Enfim, que contraste vemos entre a fé intransigente de Jacó em Deus, o único e verdadeiro Deus, que tem ciúme e não admite ao seu lado nenhuma divindade rival, e o politeísmo, como o de Labão e de sua filha Raquel, que é tolerante com tudo, até com o Deus de Israel, mas rouba e engana.

CONCLUSÃO

Três cerimônias fúnebres particulares foram celebradas, em Lausanne, numa mesma semana do mês de janeiro de 2009.

a) Na terça-feira, dia 13 de janeiro de 2009, aconteceu uma cerimônia cristã fiel, com uma vigorosa e clara pregação do Evangelho, a ponto de provocar a indignação de uma senhora de uma igreja evangélica, que considerou inadmissível que alguém pudesse chamar os cristãos à conversão num culto fúnebre, e mais inaceitável ainda afirmar que muitos cristãos nominais não eram regenerados.

b) Na sexta-feira, dia 14 de janeiro de 2009, uma segunda cerimônia fúnebre foi celebrada pelo pastor dessa igreja evangélica, na qual a Bíblia não foi aberta uma única vez, tendo sido substituída por poemas e músicas.

c) Na sexta-feira, dia 16 de janeiro de 2009, no centro funerário de nossa cidade, aconteceu uma celebração ecumênica durante mais de duas horas, um grande evento cultural, repleto de elogios e lembranças dirigidos ao falecido e à sua espiritualidade artística e filosófica. A Pessoa e obra de Jesus Cristo estavam ali totalmente ausentes. Essa celebração foi presidida por um pastor reformado. Foi dado o direito de participar a um rabino, um padre ortodoxo e um teólogo católico romano. Nessa celebração ecumênica assistimos ao culto, pretensamente cristão, mais pagão de toda a nossa experiência eclesiástica.

Segue abaixo comentário feito pelo judeu alemão Benno Jacob, grande adversário da crítica bíblica, em relação ao nosso texto sobre roubo:

> A palavra *roubar* tem um papel importante no relato que segue [a partir do roubo dos ídolos por Raquel, descrito no versículo 19], particularmente na disputa entre Jacó e Labão. Um servo que foge secretamente é sempre suspeito de ter roubado de seu senhor alguma coisa de maneira ilegal. Labão faz algumas buscas para ver se algo estava faltando. [...] A Bíblia chama de *roubo* a ação de Raquel de maneira muito direta, manifestando assim sua reprovação. A fuga secreta de Jacó é também tratada como um *roubo*, aqui como o roubo do coração de Labão. [...] Mas no relato vemos que Labão considerou a ação de Jacó como infundada e irracional. Diante de Labão, Jacó não tinha outra escolha, senão dissimular sua intenção e fugir secretamente.

Claramente, nesse texto não vemos somente a reprovação moral do roubo, mas também que os dois termos específicos que o caracterizam (*ganab* e *gazal*), já estavam no livro de Gênesis muito tempo antes da formulação mosaica da Lei e dos comentários contidos nos quatro últimos livros da Torá.

Capítulo VI: O Oitavo Mandamento e sua aplicação no Código da Aliança[33]

Introdução

Vejamos, em primeiro lugar, a aplicação do oitavo mandamento através da Torá. A formulação *Não roubarás* [*ganab* em hebraico], é idêntica nas duas versões dos Dez Mandamentos (Êxodo 20.15 e Deuteronômio 5.19).

No livro de Êxodo, a seção que vai do capítulo 20.22 a 23.19, texto chamado de Livro da Aliança, contém uma série de mandamentos que ilustram, através de casos concretos, a aplicação precisa das Dez Palavras do Decálogo. Essa seção termina de duas maneiras: em primeiro lugar ela culmina na promessa de conquista da terra de Canaã (Êxodo 23.20-33) e em seguida encerra com a conclusão da aliança com o povo (todo o capítulo 24.1-18).[34]

Encontramos, novamente, a palavra roubar (*ganab*) no versículo 16 do capítulo 21, sobre o roubo de seres humanos: aquele que raptar [*ganab*] alguém e o vender ou for achado em sua posse, será morto. Mas essa seção (21.12-36), intitulada na *Bible à la Colombe* [versão francesa da Escritura] como *Lois sur les coups et les blessures* [Lei sobre golpes e ferimentos], trata mais das diversas transgressões ao sexto mandamento *Não matarás*. Várias passagens tratam dos variados aspectos do roubo:

— 21.1-11, leis sobre os escravos;

— 21.37 a 22.14, leis sobre a compensação que deve ser paga à pessoa lesada (não ao Estado) por diferentes formas de roubo;

— 22.20-26, leis sobre a proteção do imigrante, da viúva e daquele que empobreceu.

Portanto, é possível demonstrar que certas passagens tratam mais especificamente de um ou de outro mandamento, mas essa caracterização é

delicada porque, como já vimos, a transgressão de um deles claramente implica a transgressão de outro. Assim, explorar o pobre pela usura ou por garantias abusivas, evidentemente é roubo (oitavo mandamento), mas tais ações levam ao assassinato, porque são na verdade um atentado à vida (sexto mandamento) e também à família, em razão do caráter essencialmente familiar das empresas em Israel (sétimo mandamento).

As referências ao oitavo mandamento se encontram, então, dispersas em diferentes partes da Torá ou, mais especificamente, nos seus quatro últimos livros. É, portanto, nesses quatro livros (Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio) que devemos procurar a aplicação exata das leis relacionadas ao oitavo mandamento. Para fazer isso, vamos seguir o comentário feito pelo livro de Deuteronômio sobre as Dez Palavras do Decálogo, nos capítulos 12 a 26, como já fizemos muitas vezes.

Para tanto, vamos utilizar o excelente artigo do comentarista judeu Stephen A. Kaufman, datado de 1977, intitulado *La structure de la Loi du Deutéronome* [A estrutura da Lei do Deuteronômio],[35] no qual, de maneira pioneira, desenvolve um estudo muito claro, coerente e sistemático desses quinze capítulos dos Dez Mandamentos.

Mas tudo isso será assunto para uma segunda exposição. Agora daremos início ao exame das aplicações do oitavo mandamento pelo estudo detalhado do Livro da Aliança nos textos de Êxodo (20.22 a 22.19 e até o verso 33, que diz respeito, particularmente, ao roubo e 21.1-11 e 21.37 a 22.14). Por fim, examinaremos o ensino de Deuteronômio sobre o oitavo mandamento, como também de Levítico e Números.

Mas antes de atacarmos nosso primeiro texto, que trata da escravidão entre os hebreus (Êxodo 21.1-11), é preciso dizer algumas palavras sobre o que chamamos de o *Código da Aliança*, inserido no livro de Êxodo após o

Decálogo. Seguiremos aqui o excelente comentário de John Durham.[36]

1) Em primeiro lugar é preciso constatar o caráter *inclusivo* desses capítulos, porque essa passagem constitui um todo, possui um só pensamento, centrado em Deus, explicitamente teocrático do começo ao fim do texto. Primeiramente lemos:

> Não fareis deuses de prata ao lado de mim, nem deuses de ouro fareis para vós outros. (Êxodo 20.23)

E no fim encontramos estas palavras:

> Não farás aliança nenhuma com eles, [os cananeus] nem com os seus deuses. Eles não habitarão na tua terra, para que te não façam pecar contra mim; se servires aos seus deuses, isso te será cilada. (Êxodo 23.32-33)

Toda esta seção de Êxodo constitui, então, uma unidade.

2) Assim John Durham caracteriza o *Livro da Aliança*:

> A conclusão e o início do *Livro da Aliança* resumem seu objetivo e orientação, ligando, de maneira indiscutível, toda essa parte do livro de Êxodo ao Decálogo, onde está sua raiz. Tal como o Decálogo, o *Livro da Aliança* se apresenta como expressão do que Deus espera de Israel (Êxodo 20.1-17). Os princípios diretivos, os mandamentos e as proibições que constituem essa coleção de ordenanças (Êxodo 20.23 a 23.19) têm como alvo manter a integridade da relação de Israel com Yawé, seu Deus.[37]

Portanto, o *Livro da Aliança* não é outra coisa senão a explicação e aplicação das Palavras do Decálogo.

3) Assim, vemos que toda essa seção de Êxodo (como também de Deuteronômio capítulos de 12 a 26, no que se refere à repetição do Decálogo em Deuteronômio 5:2-22) nada mais é que uma sequência de comentários sobre cada uma das Dez Palavras. Citamos ainda Durham:

> O *Livro da Aliança* é uma espécie de regra de vida teológica, para orientar o fiel a viver na presença de Yawé. É uma exposição e uma aplicação das Dez Palavras.[38]

4) Conclui-se que, de maneira nenhuma, esse texto foi colocado

acidentalmente, ou por simples acaso, nesse lugar do livro de Êxodo (como pretende a crítica moderna corrosiva da Torá). Como em Deuteronômio, a explicação dos Dez Mandamentos segue de perto sua proclamação. Durham afirma ainda:

> É também por essa razão que o *Livro da Aliança* não pode, de maneira nenhuma, ser considerado como uma interrupção desse relato.

E acrescenta:

> Trata-se da regra que mostra como se deve viver, para permanecer na presença de Yawé.[39]

5) Enfim, precisamos ver como se articulam as diferentes partes desse Livro da Aliança (Êxodo 20.23 a 23.33).

A. Leis sobre o culto (Êxodo 20.20-26), I e II Palavras (Deus único, proibição da fabricação de ídolos).

B. Leis sobre os direitos e deveres dos servos — cidadãos hebreus (ligados ao seu senhor, mas não escravos) (Êxodo 21.1-11), VII e VIII Palavras (defesa da família e proibição do roubo).

C. Leis sobre a proteção da vida humana (Êxodo 21.12-36), VI Palavra (proibição do assassinato e defesa da vida inocente).

D. Leis sobre o roubo e proteção da propriedade (Êxodo 21.37 a 22.17), VIII Palavra (proibição do roubo, defesa da propriedade individual e comunitária).

E. Leis sobre três abominações: feitiçaria, bestialidade, idolatria (Êxodo 22.17-19); rejeição absoluta de ações caracterizadas como “abomináveis”, VI e VII Palavras, e também as Palavras I à III (pena de morte para ações abomináveis, destruidoras de toda santidade e vida social sadia).

F. Leis sobre pessoas carentes (Êxodo 22.21-27), VI e VIII Palavras (danos causados à pessoa e seus bens, assassinato e roubo).

G. Leis diversas referentes a Deus, às autoridades, etc. (Êxodo 22.28-30).

H. Leis sobre o falso testemunho e proteção dos pobres (Êxodo 23.1-9), IX e VIII Palavras (condenação da mentira e do sofrimento que causa).

I. Regras que se referem ao culto (Êxodo 23.10-33), Palavras I a IV (como adorar a Deus corretamente).

Voltemo-nos, agora, aos textos que dizem respeito mais particularmente ao VIII mandamento nesse *Livro da Aliança*:

> Não roubarás. (Êxodo 20.15)

Como veremos, nosso texto não fala somente de questões relativas à propriedade, mas também trata do casamento. Vimos por várias vezes, no curso desta viagem através das Dez Palavras, até que ponto os mandamentos — como também a realidade — se interconectam. A realidade é uma e assim também é a Lei de Deus, cujas partes diversas se conectam umas com as outras.

I. Leis sobre os direitos e obrigações dos servos vassalos — cidadãos hebreus[40]

Leiamos nosso texto.

> São estes os estatutos que lhes proporás: Se comprares um escravo hebreu, seis anos servirá; mas, ao sétimo, sairá forro, de graça. Se entrou solteiro, sozinho sairá; se era homem casado, com ele sairá sua mulher. Se o seu senhor lhe der mulher, e ela der à luz filhos e filhas, a mulher e seus filhos serão do seu senhor, e ele sairá sozinho. Porém, se o escravo expressamente disser: Eu amo meu senhor, minha mulher e meus filhos, não quero sair forro. Então, o seu senhor o levará aos juízes, e o fará chegar à porta ou à ombreira, e o seu senhor lhe furará a orelha com uma sovela; e ele o servirá para sempre. Se um homem vender sua filha para ser escrava, esta não lhe sairá como saem os escravos. Se ela não agradar ao seu senhor, que se comprometeu a desposá-la, ele terá de permitir-lhe o resgate; não poderá vendê-la a um povo estranho, pois será isso deslealdade para com ela. Mas, se a casar com seu filho, tratá-la-á como se tratam as filhas. Se ele der ao filho outra mulher, não diminuirá o mantimento da primeira, nem os seus vestidos, nem os seus direitos conjugais. Se não lhe fizer estas três coisas, ela sairá sem retribuição, nem pagamento em dinheiro. (Êxodo 21.1-11)

A) Notemos, em primeiro lugar, a palavra do primeiro versículo que traduzimos por *estatutos*. O entendimento é de que se trata de estatutos *jurídicos*. A palavra hebraica é *mishpatim*. No pensamento hebraico, o tema da Lei (Torá) é tão rico que deu origem a uma grande variedade de termos, muito precisos, para dar significado a todas as suas nuanças. Dessa forma, no salmo 119, consagrado ao louvor de Deus, de sua graça e de sua Lei, encontramos algo próximo a uma dezena de expressões que giram em volta da ideia de Lei (Torá). Essa palavra *mishpatim*, que encontramos aqui, tem muito a ver com isso. A palavra *mishpatim* se refere mais particularmente ao aspecto jurídico da Lei, ou seja, ao direito público. Ela se relaciona, antes de tudo, com o direito civil, penal e com sua jurisprudência. Por contraste, quando a Bíblia deseja exprimir a ideia de uma justiça pessoal, quando se refere à qualidade própria do homem justo, à virtude da justiça, ao exercício do "direito de julgar", ao comportamento justo em relação ao próximo, ela emprega a palavra *tsedeq*.[41] Mas aqui se trata do direito público e por isso a palavra *mishpatim* é utilizada.

B) Uma segunda observação se impõe. Estamos lidando, aqui, com a aplicação de um princípio moral e jurídico a um caso específico, que tem ligação tanto com o 8º mandamento *Não roubarás*, como com o VII mandamento *Não adulterarás*. Estamos lidando com o que chamamos de jurisprudência "casuística", que é a ciência jurídica que trata da aplicação dos princípios justos do direito (as Dez Palavras do Decálogo) a um caso específico. Lembremos que o direito em sua aplicação concreta possui três níveis:

a) em primeiro lugar os princípios diretivos — as distinções criacionais estabelecidas pelo próprio Deus em Gênesis 1 e 2 e depois no Decálogo;

b) em seguida, a Torá nos fornece um certo número de casos normativos, que definem de maneira concreta a aplicação desses princípios (em particular os

mandamentos *Não roubarás* e *Não adulterarás*) a casos particulares, tais como, escravos, a possibilidade de casarem-se, roubo de animais, furto, perda de um bem, roubo de animais emprestados ou alugados, roubo salarial, destruição da moeda, empréstimo a juros, etc.;

c) enfim, a aplicação do princípio, normatizado pela jurisprudência casuística, deverá ser empregado com sabedoria, e aqui vemos a aplicação de Provérbios e dos ensinos da Sabedoria na decisão particular e concreta do Juiz sobre um caso, de certa maneira, único.

Notemos que não se trata, unicamente, da ação dos tribunais. Todas as vezes que queremos agir de forma justa na família, na empresa, no exército, no clube de futebol, numa associação qualquer e, sobretudo, na Igreja de Deus, devemos levar em conta estes três níveis: a) o princípio diretivo; b) a aplicação precisa a um caso típico; c) a aplicação às circunstâncias particulares individuais.

Tomemos um exemplo familiar.

Uma criança pega algum dinheiro da carteira de sua mãe sem sua autorização. 1) Trata-se de um caso de roubo? 2) Se sim, é da mesma natureza de um assalto a banco? 3) Como a criança vai reagir à punição que merece pelo seu crime contra a justiça familiar (ela é muito sensível ou é dura ou “não está nem aí”)? Somente levando em consideração todos esses aspectos, a ação jurídica familiar dos pais poderá ser justa.

Nosso texto vem, particularmente, em nossa ajuda. Quando encontramos, num texto hebraico, a partícula *ki* (que a Bíblia *la Colombe* traduz por *quando*), estamos lidando com um caso geral subordinado à palavra ou ao mandamento específico do Decálogo a ele relacionado. É o que vemos nos versos 2 e 7 de Êxodo 21:

> Quando (*ki*) comprares um escravo hebreu... (verso 2)

E no verso 7:

> Quando (*ki*) um homem vender sua filha...

Trata-se, portanto, de dois casos específicos que serão tratados.

Mas quando se trata de especificar as circunstâncias da aplicação desse caso geral (a compra de um escravo macho hebreu, ou a venda por um pai de sua filha), o texto hebraico não emprega a partícula *ki*, mas a partícula *im*, que a Bíblia *la Colombe* traduz corretamente por *se*. Então, temos:

> Se (*im*) entrar solteiro... (verso 3); se (*im*) tiver uma mulher (verso 3); se (*im*) seu senhor lhe der uma mulher (verso 4); se (*im*) o escravo afirmar que ama seu senhor (verso 5).

O mesmo ocorre na segunda parte do nosso texto que trata da venda de uma filha em casamento, como serva familiar.

Há uma escala de importância decrescente na formulação do mandamento: 1) o princípio, palavra do mandamento; 2) a formulação geral com *ki*, *quando*; 3) as aplicações particulares com *im*, *se*.

Aqui temos (1) o princípio, a palavra da lei... não roubarás (2) a norma geral — as condições que definem a compra de um servo vassalo hebreu; e (3) as condições particulares: a) se entra como escravo solteiro; b) se entra como escravo casado; c) se já era escravo antes de casar; d) se ama seu mestre a ponto de permanecer toda a vida como escravo, numa situação de dependência em relação à família do seu senhor.

Recapitulemos: 1) Primeiramente, o princípio moral e jurídico essencial é colocado (duas palavras do Decálogo); 2) em seguida, o problema geral da escravidão masculina é examinado; 3) enfim, analisa-se o caso particular da venda de uma filha a um senhor para que se torne sua esposa ou concubina. Isso nos faz compreender que as Dez Palavras do Decálogo são sempre o ponto culminante absoluto de uma hierarquia de leis. Por exemplo, o 9º mandamento não fala apenas de uma simples mentira em suas variadas

formas, mas destaca aquela que é a mais grave de toda mentira social, ou seja, o falso testemunho contra alguém diante de um tribunal. Esse pecado pode levar a que uma pessoa inocente seja injustamente condenada à morte ou destruída moralmente. A Torá ensina que o falso testemunho deve ser punido com a pena que seria aplicada àquele que foi falsamente acusado.

Enfim, para extrair o verdadeiro sentido desses 11 versículos que tratam dos direitos do escravo hebreu, precisamos compreender bem o sentido da palavra "EVED", que a Bíblia *La Colombe* traduz de maneira uniforme (e incorreta) por *escravo*. Vejamos o que escreveu Rousas Rushdoony sobre isso:

> A palavra hebraica EVED foi traduzida por *servo*, *criado*, *escravo*. Da mesma maneira, AMAH foi traduzida por *serva*, *doméstica*, ou ainda, *escrava*. Mas, nem a palavra *escravo*, ou *servo*, dá o sentido correto dessas palavras, porque nem EVED, nem AMAH correspondem exatamente às palavras *escravo* ou *servo*.[42]

Benno Jacob, comentarista judeu da Torá, escreveu:

> Uma pessoa cuja dependência de seu senhor é limitada [a seis anos] não pode ser considerada escrava.[43]

Vejamos o que podemos extrair das indicações que nosso texto nos fornece:

a) Trata-se aqui, unicamente, da servidão dos cidadãos de Israel, dos hebreus.

b) A palavra escravo não está no texto. Trata-se do que poderíamos chamar de servos vassalos, dedicados por um tempo a uma família.

c) É uma maneira de assistir pessoas necessitadas.

d) Um israelita podia, então, vender-se ou ser vendido e entrar numa situação de dependência temporária por ter perdido sua condição de homem livre, mas no entanto não era escravo permanente, como podia ser, por exemplo, um cananeu ou um simples operário, um mercenário ou um proletário que dependesse apenas do seu braço para viver.

e) Portanto, um israelita livre podia perder seu estado de liberdade de duas maneiras: (i) ele podia, em razão de seu empobrecimento durável, vender-se como trabalhador, temporariamente privado de sua liberdade; (ii) podia ser vendido, por exemplo, quando se mostrasse incapaz de pagar a reparação exigida por um roubo que tivesse cometido. Para um israelita, nenhum desses dois casos era, estritamente falando, escravidão permanente, como a praticada nas nações vizinhas.

Nosso texto se divide em duas partes:

1) O escravo hebreu homem (Êxodo 21.2-6)

2) A mulher hebreia escrava (Êxodo 21.7-11)

1) O escravo hebreu homem (Êxodo 21.2-6)

a) Um senhor hebreu compra um de seus irmãos como servo temporário. De fato, ele não o compra como quem adquire um objeto, mas tem direito a seis anos do seu trabalho não remunerado. O servo não será pago, mas alimentado e abrigado gratuitamente, como retorno pelo seu trabalho, juntamente com sua esposa e filhos. Isso configura uma situação assistencialista. Em razão do seu erro (negligência, preguiça, etc.) ou mesmo que não tenha culpa (por desastre natural ou social, incêndio, seca, inundação, crise econômica ou guerra) a sanção imposta pelo mercado é respeitada e ele cai em desgraça. Em vez de morrer de fome, o servo pode vender seis anos de sua vida de trabalho para sobreviver com sua família. Ainda assim, é melhor, mais humano e menos prejudicial que o desemprego. Entretanto, a sanção social e econômica pela negligência é mantida. A saúde econômica do país não é destruída, como acontece quando está sob o Estado Providência ou possui um Mercado sem disciplina moral e jurídica.

b) Vende seu serviço por seis anos apenas.

> [...] *seis anos servirá; mas no sétimo ano, sairá forro, de graça.* (verso 2).

Aqui não se trata do ano sabático, mas do princípio sabático. De maneira diversa às nossas economias impessoais e morais (totalmente desumanas), sejam liberais ou socialistas, no direito hebraico o infortúnio humano não é considerado absoluto. Após seis anos de trabalho servil, o servo pode retomar seu status de homem livre.

1) Primeiro caso:

> Sairá na condição que entrou; se entrou solteiro, sozinho sairá; se era homem casado, com ele sairá sua mulher. (verso 3).

Aqui há pleno respeito à família do homem que, temporariamente, caiu em desgraça.

2) Segundo caso:

> Quando o senhor dá uma mulher a seu servo, durante o período de sua servidão: Se o seu senhor lhe der mulher [dentre as servas da sua casa, a qual faz parte de seus bens num sentido mais amplo], e ela der à luz filhos e filhas, a mulher e seus filhos serão do seu senhor, e ele sairá sozinho. (verso 4).

O homem que entrou como servo não tem o status de homem livre. Ele não tem mais os direitos de homem livre. É um assistido temporário. Ele está consciente de que sua posição social e legal foi rebaixada e suas decisões decorrerão desse fato. Desejar o contrário seria como se um homem falido e processado quisesse ainda o direito de contratar livremente. Benno Jacob compreendeu bem essa situação:

> Durante o período de servidão, o escravo não pode entrar em nenhum contrato que exceda esse período de seis anos.[44]

O servo vassalo se submete ao seu senhor e não é mais dono de si mesmo. Não pode mais casar-se, com a pretensão de permanecer com sua esposa depois de libertado. Essa esposa e os filhos que lhe deu são propriedade do seu senhor. Mas se antes da servidão já era casado, sua esposa e filhos serão libertados com ele. Deve se acomodar à sua nova situação como servo

vassalo e evitar comprometer-se com qualquer coisa que tenha significado jurídico. Tem de levar em conta sua posição juridicamente diminuída e esperar até sua libertação, para depois contrair matrimônio, por exemplo.

3) Terceiro caso:

Em todas as épocas houve quem preferisse a situação de assistido à de homem livre. No tempo de Moisés também havia homens que se acomodavam perfeitamente à sua condição de protegidos socialmente, pelo Estado faraônico, e desejavam permanecer como tal. Um servo vassalo declara a seu dono:

> Eu amo meu senhor, minha mulher e meus filhos, não quero sair forro. (verso 5).

Tal homem mudou de condição após ter entrado na situação de servidão. Casou-se, mas sua esposa pertence a seu senhor. Ela lhe deu filhos; ele a ama, como também seus filhos, por isso não deseja deixá-los. Então, prefere permanecer nessa condição servil a voltar à situação de homem livre e ter de renunciar à sua família. Tal decisão de renúncia voluntária definitiva de sua condição de homem livre tem uma certa gravidade. Ela deve ser atestada pelos magistrados da cidade (identificados com Deus — Elohim) e marcada com um selo, ou seja, aquele que deseja perpetuar seu estado de servidão deve ter sua orelha perfurada (marca indelével) contra o batente da porta da casa de seu senhor.

> Então, o seu senhor o levará aos juízes, e o fará chegar à porta ou à ombreira, e o seu senhor lhe furará a orelha com uma sovela; e ele o servirá para sempre. (verso 6).

2) A mulher hebreia escrava (Êxodo 21.7-11)

Vamos, agora, ao segundo caso, ou seja, ao de uma filha vendida a uma família e colocada sob o senhorio de seu dono.

> Se um homem vender sua filha para ser escrava, esta não lhe sairá como saem os escravos. (verso 7).

Hoje esse texto nos parece chocante. Esse sentimento é acentuado pela tradução que temos (*la Colombe*), a qual utiliza a palavra *escrava* onde o texto hebreu poderia ser traduzido por *serva ligada à família de seu senhor*. De fato, o hebraico não parece conhecer a expressão equivalente que nomeamos *escravo*. Aqui o comentário de Gispen pode tornar isso mais claro:

> De nosso ponto de vista moderno não desejamos a sorte dessas servas-escravas hebreias, mas não devemos esquecer a intervenção de Deus através da instituição de normas jurídicas, que visavam eliminar os abusos e restaurar o valor do casamento monogâmico em Israel.[45]

O que quer que seja essa última afirmação, fica claro que, como em relação ao divórcio, a lei procura aqui regulamentar para melhor, uma situação completamente desastrosa. Vejamos o que é isso:

a) É claro que a situação da filha, vendida pelo pai para a família de um senhor, é diferente da situação do homem hebreu, obrigado a seis anos de trabalho servil. Ela agora faz parte dessa nova família e normalmente para sempre.

> [...] esta não lhe sairá como saem os escravos [servos vassalos]. (verso 7).

b) Ela foi claramente destinada a tornar-se a única esposa de seu senhor ou a mulher de seu filho. Se o senhor a rejeitar, deve então facilitar seu retorno à sua própria família.

> Se ela não agradar ao seu senhor, que se comprometeu a desposá-la, ele terá de permitir-lhe o resgate; não poderá vendê-la a um povo estranho, pois será isso

> deslealdade para com ela. (verso 8).

Ele não terá o direito de vendê-la a um povo estrangeiro.

c) Se for destinada a seu filho, será tratada como todas as moças casadas de Israel. Se for sua primeira esposa, de maneira nenhuma poderá ser lesada em seus direitos se o filho tomar uma segunda esposa.

> Mas, se a casar com seu filho, tratá-la-á como se tratam as filhas. Se ele der ao filho outra mulher, não diminuirá o mantimento da primeira, nem os seus vestidos, nem os seus direitos conjugais. (versos 9 e 10, veja Dt 21.15-17)

d) Se for lesada nesses três direitos — alimento, vestimentas, direitos conjugais — será livre, sem ter de pagar nada para sair de seu estado de servidão:

> Se não lhe fizer estas três coisas, ela sairá sem retribuição, nem pagamento em dinheiro. (verso 11)

Para terminar, vejamos o sentido dessas leis sobre o casamento através da compra de uma serva. Benno Jacob faz a seguinte observação que se aplica às meninas de Israel, vendidas para servir em outras famílias, antes do casamento:

> O princípio de toda essa passagem tem o casamento como vocação.[46]

E acrescenta que o pai não teria permitido a ida de sua filha para outra família se não fosse para contrair casamento. Essa situação era completamente diferente da situação dos escravos cananeus. Rousas Rushdoony faz as seguintes observações muito interessantes:

> Deus considerava a poligamia como uma forma inferior de casamento. A lei, rejeitando-a totalmente como norma, a tolerava e impunha regras à sua prática.[47]

Mais adiante, escreve:

> A lei de Deus dá sua proteção àqueles que carecem de quem os proteja. O casamento de

> uma moça pobre, ligada à família de seu senhor, ao filho da família, era cercada de salvaguardas legais.[48]

E acrescenta:

> A Bíblia associa o exercício do poder à responsabilidade e coloca as pessoas dependentes sob a proteção especial de Deus. [...] As disposições da lei de Deus vão até ao ponto de associar proteção à moça pobre, ligada pela servidão à família de seu senhor, contra todo ato abusivo da parte de seu marido. Essa moça, vendida a seu senhor, não é menos filha de Israel, tendo direito a todos os privilégios que essa posição lhe confere.[49]

Ao que nossas traduções chamam de status de “escravo”, a Torá, a lei de Deus, vê todo um sistema instituído para solucionar, de maneira humana e realista, as dificuldades que poderiam surgir, para esse ou aquele, na vida em sociedade. Um homem pode tornar-se pobre por seus próprios erros ou por circunstâncias que fogem ao seu controle. A penalidade por incompetência não foi removida e pode ser que ele tenha de se vender como servo. Mas essa servidão, ao contrário do que ocorre em nosso sistema econômico, não tem um caráter fatal, impessoal e implacável. Ele pode sair dessa situação após cumprir seis anos de serviço a seu senhor. A lei é humana, também, porque o empobrecimento da família que leva o pai a vender sua filha e colocá-la como doméstica, a livra de uma situação de miséria e lhe abre a porta para um casamento digno. Junto ao salmista também exclamamos:

> Admiráveis são os teus testemunhos; por isso, a minha alma os observa. A revelação das tuas palavras esclarece e dá entendimento aos simples […] A tua justiça é justiça eterna, e a tua lei é a própria verdade. Sobre mim vieram tribulação e angústia; todavia, os teus mandamentos são o meu prazer. Eterna é a justiça dos teus testemunhos; dá-me a inteligência deles, e viverei! (Salmo 119.129-130; 142-144)

Conclusão

Nossa conclusão terá por base algumas reflexões feitas por Rousas

Rushdoony sobre esses capítulos do livro de Êxodo que começamos a examinar. Ele compara a Lei de Deus às leis que produziram o Estado moderno, francamente sem Deus, acima de toda lei absoluta transcendente e imanente, acima até mesmo dos princípios que estabeleceram a ordem da criação:

> A Lei de Deus, em sua orientação, difere das leis do Estado. A lei puramente humana procura reformar o criminoso, enquanto que a Lei de Deus tem como objetivo a justiça, a restauração da ordem divina [o que inclui a restauração social do ladrão, depois de cumprida a pena, por exemplo].[50] Quando o objetivo da lei é simplesmente a reforma do criminoso, a justiça é substituída pelo bem-estar do homem. O resultado não pode ser outro, ou seja, uma deformação séria tanto da sociedade como do exercício da própria justiça [...] O direito deve visar a ordem divina e sua justiça. O alvo a ser buscado também não deve ser o interesse e o bem-estar de gente piedosa, mas a justiça divina. O que vemos na sociedade moderna é uma preocupação exagerada por direitos de uns e de outros, pelos direitos dos criminosos e até pelos direitos dos animais. O resultado desse abandono da justiça divina é o que Cornelius Van Til descrevia como: "Uma integração descendo para o nada".[51]

Rushdoony prossegue:

> Mas a justiça e a verdade são as aspirações normais dos homens. É o que se espera do templo e dos tribunais, da Igreja e do Estado. É difícil tirar do coração humano esse desejo. Entretanto, quando a justiça desaparece da vida da Igreja e das decisões dos tribunais, e a verdade torna-se pragmática, a própria sociedade é distorcida e o corpo social entra numa via suicida a longo prazo. Então, mais nenhuma direção sadia se manifesta no mundo e a morte que a sociedade carrega em seu seio torna-se iminente.[52]

Para combater tal vertigem da morte temos de voltar a Deus, ao seu Evangelho e à sua Lei, aos dois juntos e com suas distinções próprias, mas jamais separados. Esta é a razão das inúmeras exposições que fazemos sobre a imutável Lei divina.

Que Deus nos abençoe por sua Santa Palavra!

Amém.

Capítulo VII: O Código da Aliança e a reparação

Introdução

No último capítulo, iniciamos o estudo da aplicação que a própria Bíblia faz do oitavo mandamento às realidades da vida pessoal e social dos homens. Nesta manhã vamos prosseguir em nosso estudo do *Código da Aliança* no livro de Êxodo. Anteriormente examináramos a maneira pela qual a lei divina busca proteger a vida dos homens, até mesmo nas mais extremas situações sociais, tal como a necessidade de vender-se como escravo ou até mesmo vender sua filha em razão da pobreza, ou por falência, para assegurar seu futuro. Vimos que a solução proposta para esse problema econômico e humano dramático havia sido motivada por uma dupla preocupação: (1) Não ignorar as realidades econômicas difíceis, ou seja, um homem podia falir por negligência ou em consequência de circunstâncias que escapavam ao seu controle. A Bíblia considera que, em certa medida, ele deve arcar com as consequências e recusa também a ideia do Estado Providência moderno, que ignora as duras realidades econômicas e instaura um assistencialismo, quase sem controle, em relação às pessoas em dificuldade. (2) Mas a segunda preocupação do legislador bíblico foi descartar o fatalismo econômico e social, tão comum hoje em dia. Segundo o ensino bíblico, a penalidade por ineficácia econômica deve ter um limite e culminar na reinserção, após seis anos de "escravidão",[53] da pessoa socialmente sancionada, ou seja, a devolução de sua antiga liberdade ou sua integração definitiva, como escravo permanente, na comunidade familiar em que se encontra, com a perda de sua posição de cidadão livre; ou ainda, na reintegração social e familiar da menina israelita vendida como escrava, em razão de extrema necessidade,

pelo casamento com alguém da família que a acolheu.

Antes de caminharmos mais e começarmos o estudo e a aplicação atual do texto do Código da Aliança no livro de Êxodo, gostaríamos, brevemente, com a ajuda do excelente exegeta israelense de origem italiana, Umberto Cassuto, de considerar o caráter próprio das leis bíblicas que estamos estudando. Depois de examinar cuidadosamente as leis babilônicas, assírias e hititas correspondentes, Cassuto fez as seguintes observações:

> O exame desses códigos de leis e desses documentos mostra claramente que existia entre os povos do Oriente uma tradição legal unitária em seus elementos de base e nos seus princípios. Essa tradição tinha sua origem na Mesopotâmia e seus ramos se estendiam para o Norte e para o Oeste, em razão do dinamismo conquistador da cultura mesopotâmica.[54]

Cassuto continua:

> A tradição legal do antigo Oriente estava em todos os seus ramos, secular, laico e não religioso. As fontes da lei eram, de um lado, os costumes e, de outro, a vontade do rei. Em todos os códigos que mencionamos notamos que a lei não decorria da vontade dos deuses. [...] Além disso, e de uma maneira geral, os códigos não continham leis relativas aos rituais de culto ou outras questões religiosas; seu conteúdo era, de fato, inteiramente secular.[55]

A fonte de seu direito testemunha a orientação religiosa da nação que a adota. Assim, esses direitos *seculares* das civilizações, de inspiração sumeriana e babilônica, demonstram, na realidade, que juntos, os costumes e o rei eram seus verdadeiros deuses.[56] Isso é evidenciado pela divinização do poder real entre os povos do Oriente Médio antigo, ideologia religiosa e política que mais tarde foi adotada pelo próprio Império Romano. Foi em função dessa divinização imperial que os cristãos foram duramente perseguidos ao recusar o culto ao imperador. Hoje, quando afirmamos em nosso país que o povo é soberano (e não Deus), adoramos, como deus, aquele que é o nosso último ponto de referência política, o povo, ou seja, nós mesmos. É a religião

humanista “secular” (ou seja, sem Deus) do culto ao homem. Da mesma maneira, quando afirmamos a autocriação da natureza, do universo, por processos hipotéticos e imaginários de uma suposta evolução, proclamamos nosso próprio panteísmo, adoramos (como aliás faziam os povos de cultura babilônica) uma natureza ou uma matéria autocriadora.

Cassuto continua sua análise afirmando que até o direito hebraico padeceu de uma certa secularização, de certa independência das leis, feitas pelos reis, em relação à Torá, sistema de leis com caráter eminentemente religioso e admiravelmente adaptado às realidades criacionais da vida social e política. Esses indícios de secularização são sinais claros do distanciamento progressivo da monarquia em relação ao Deus da aliança. Essa secularização ou ateização vai resultar no julgamento de Deus sobre a monarquia que se tornou autossuficiente. Cassuto caracteriza a natureza profunda do direito hebraico, comparando-a com o direito de inspiração babilônica, como segue:

> Quando comparamos as leis do Pentateuco com as leis dos povos vizinhos não devemos esquecer, como têm feito os especialistas engajados nessas pesquisas, do caráter diverso desses dois sistemas: as leis dos povos vizinhos a Israel não foram promulgadas em nome dos deuses, mas editadas pelos reis. Por outro lado, as leis da Torá não foram promulgadas em nome da monarquia, e nem mesmo em nome de Moisés, como chefe de Israel, mas eram instruções religiosas e éticas que ordenavam o direito e que provinham do próprio Deus de Israel.[57]

Tomemos um exemplo, já antecipando o que vamos dizer sobre a passagem de Êxodo que examinaremos. Falando dessas leis específicas que examinamos, Cassuto escreveu:

> A Torá evoca essas leis para se opor ao sistema legal do código de Hamurabi, segundo o qual o ladrão seria condenado à morte se não tivesse com o que restituir (Hamurabi, p. 8) ou se havia roubado por arrombamento (p. 21). Por respeito à vida humana, a Torá manifestava compaixão pela vida do ladrão. Ela descartava a pena de morte no caso em que o ladrão fosse incapaz de restituir e a substituía pela escravidão [como vimos anteriormente]. A Torá protegia, também, a vida do ladrão pego (durante o dia) em flagrante delito, mas limitava

> essa proteção [durante a noite] em razão da importância maior que dava à proteção do proprietário [inocente].[58]

Vamos, agora, abordar um novo ensino da Bíblia sobre o roubo e a vida econômica, isto é, o da reparação e da restituição. Essas noções estão no coração de todo ensino bíblico sobre a transgressão do oitavo mandamento, *Não roubarás*. A Escritura procura restaurar a responsabilidade do criminoso quando, de maneira proporcional, o obriga a reparar seu erro em relação à vítima de seu crime, ao invés de mandá-lo para a prisão ou obrigá-lo a pagar uma multa ao Estado (penalidades que em geral apenas reforçam sua tendência criminosa). Dessa forma, o ladrão repara as consequências socialmente desastrosas, ocasionadas por sua má ação, e isso o leva à sua reintegração social.

Digamos algumas palavras sobre a estrutura desta seção referente ao Código da Aliança, que vai de Êxodo 21.1 a 22.14. Ela está dividida em quatro partes:

I. Os escravos-servos vassalos hebreus. Sete *Mishpatim* ou ordenanças legais (Êxodo 21.1-11) (8º mandamento).

II. Diversos casos de homicídio: Sete *Mishpatim* ou ordenanças legais (Êxodo 21.12-36) (6º mandamento).

III. Roubo e destruição de propriedade: Sete *Mishpatim* ou ordenanças legais (Êxodo 21.37 a 22.5) (8º mandamento).

IV. Perda da caução ou de empréstimo de propriedade ou de animais: Três *Mishpatim* ou ordenanças legais (Êxodo 22.6-14) (8º mandamento).[59]

O texto do Código da Aliança, que vai de Êxodo 22.15 a 23.19, contém diversas ordenanças, das quais algumas estão diretamente ligadas ao 8º Mandamento (22.20-26) e outras, referentes a diversos assuntos, que a ele

podem estar não diretamente ligados.

O roubo e a destruição de propriedades

Trataremos agora do terceiro ponto indicado acima, “O roubo e a destruição de propriedades”. Esse ponto está dividido em duas seções:

I. O roubo das propriedades de outro e sua restituição-reparação (Êxodo 21.37 a 22:3).

II. A destruição das propriedades de outro e sua restituição/reparação (Êxodo 22.4-5).[60]

I. O roubo das propriedades de outro e sua restituição/reparação (Êxodo 21.37 a 22.3)

O conjunto do nosso texto contém, então, duas seções distintas e possui um certo número de casos particulares. Em geral, as seções são introduzidas pela expressão *KI*, traduzida por *quando*; e os casos introduzidos por *IM*, que a Bíblia de *La Colombe* traduz por *se*. Leiamos, então, o texto da primeira seção:

> Se alguém furtar boi ou ovelha e o abater ou vender, por um boi pagará cinco bois, e quatro ovelhas por uma ovelha. Se um ladrão for achado arrombando uma casa e, sendo ferido, morrer, quem o feriu não será culpado do sangue. Se, porém, já havia sol quando tal se deu, quem o feriu será culpado do sangue; neste caso, o ladrão fará restituição total. Se não tiver com que pagar, será vendido por seu furto. Se aquilo que roubou for achado vivo em seu poder, seja boi, jumento ou ovelha, pagará o dobro. (Êxodo 22.1-4)

Esse texto suscita as seguintes observações:

1. Em primeiro lugar, a distinção entre a propriedade de um primeiro proprietário e a de outro proprietário é bem salientada. Aqui não se trata de

comunidade de bens e menos ainda de comunismo, isto é, de confisco geral pelo Estado.

2. Em segundo lugar, a pena pelo roubo não é a prisão (pena desconhecida pela legislação bíblica do Antigo Testamento, mas comum no Egito, como por exemplo, José), nem multa estatal, mas a restituição, a reparação da vítima do roubo e dela somente.[61] Vemos, então, que não está em questão aqui nem multa, nem reparação a favor do Estado ou da comunidade em geral, a qual chamamos de sociedade e que é representada pelos poderes públicos. A reparação tem a ver exclusivamente com a pessoa lesada, com aquela que sofreu efetivamente o dano. É a vítima do crime — frequentemente esquecida pela prática judiciária moderna e pela opinião pública — quem deve receber a reparação e não o Estado ou a administração judiciária.

3. Constatamos, em seguida, uma diferenciação na compensação que é dada, de acordo com cada caso. A regra normal é a reparação em dobro:

> […] Se aquilo que roubou for achado vivo em seu poder, seja boi, jumento ou ovelha, pagará o dobro. (verso 3)

Por que o dobro e não uma compensação simples? Porque se o ladrão devolvesse simplesmente o que roubou, não perderia nada e não sofreria nenhuma pena. A restituição em dobro inclui a pena legal. Mas, então, por que devolver em dobro à pessoa roubada e não ao Estado, como fazemos? Porque a desordem introduzida na sociedade pelo ato criminoso deve ser reparada pala ação judicial. Pagando ao Estado, não se repara o dano causado à pessoa roubada, que teve seus bens usurpados pelo malfeitor. A reparação em dobro não cobre apenas o dano material, mas também o dano moral sofrido. De fato, roubar a propriedade de outro não é somente subtrair um bem material, mas também causar-lhe um importante dano moral. Qualquer

pessoa roubada sente que foi pessoal e moralmente atingida. Por isso deve ser compensada.

4. Por que, então, uma compensação tão pesada (4 vezes ou 5 vezes) no caso em que o boi e a ovelha teriam sido abatidos ou vendidos? Porque a lei bíblica faz uma distinção entre roubo por necessidade vital e roubo por profissão. Se alguém mata e depois vende o animal no açougue, isso prova que faz do roubo sua profissão. A lei ataca duramente o roubo institucional e profissional. A restituição por uma ovelha é menor do que pelo boi, em razão de seu menor valor no mercado agrícola e de materiais. Um dos princípios da lei bíblica é fazer com que quanto maior for o crime, tanto maior seja a pena. É a lei da proporcionalidade de talião. Atualmente, parece que esse princípio foi revertido, pois quanto maior é o crime, mais o criminoso será compensado pelo Estado ou pelos Bancos Centrais. Zaqueu, o publicano de Jericó, compreendeu muito bem isso quando resolveu devolver quatro vezes mais o que tivesse roubado de alguém (Lucas 19.1-10).

5. Para a Bíblia, roubo é roubo, seja a pessoa pobre ou rica. Assim, quem não é capaz de restituir o que roubou não será posto na prisão (instituição na qual se aprende roubar melhor), mas será feito escravo numa família hebreia, por um período limitado a seis anos. Dessa maneira se buscava sua reabilitação moral e social, dentro de uma sociedade normal e ativa. Foi o que vimos na nossa última exposição.

6. Agora, como explicar os versos 2 e 3a, que parecem interromper o relato no qual é definido o roubo de animais e a compensação que se deve dar ao prejudicado, para tratar da diferença entre matar um ladrão de dia ou de noite? Leiamos novamente esta curta passagem:

> Se um ladrão for achado arrombando uma casa e, sendo ferido, morrer, quem o feriu não será culpado do sangue. Se, porém, já havia sol quando tal se deu, quem o feriu será culpado do sangue. (versos 2-3a)

Alguém poderia dizer que esse mandamento deveria estar na seção anterior (Êxodo 21.12-36), que trata das diferentes formas de homicídio. Mas, como já observamos, a realidade humana não se presta a categorizações tão estritas e às vezes um aspecto dessa realidade, o homicídio, invade outro aspecto, o roubo. Examinemos esse caso um pouco mais de perto.

Trata-se de um assalto noturno em que o ladrão foi pego com a mão na bolsa enquanto praticava o roubo após *ter perfurado o muro* da propriedade, feito evidentemente de barro. O proprietário o golpeia e o mata. Mas por que o proprietário seria inocente se o tivesse matado durante a noite, enquanto que se o matasse durante o dia teria de pagar com vida por vida, olho por olho, ou seja, proporcional ao dano causado? As duas ações homicidas não são as mesmas, tanto de noite como de dia? Porque o legislador hebreu, em sua maneira de pensar, recusa o raciocínio "igualitário", que não leva em conta as circunstâncias do ato. Para ele, as ações cometidas podem ter seu significado e conteúdo mudados conforme as circunstâncias. O ato material certamente é o mesmo, tanto de dia como de noite, ou seja, o ladrão foi morto. Mas a noite não era como o dia, sobretudo numa época em que não havia eletricidade! Durante a noite, o bandido, que penetrou pelos muros de uma fazenda, oferecia grande perigo de morte ao seu proprietário. Além disso, na escuridão o proprietário não conseguiria medir bem a potência de seus golpes e poderia golpeá-lo muito forte e matar o assaltante de maneira involuntária. Tratava-se, então, de um homicídio involuntário, cometido por descuido contra um homem que se mostrava claramente perigoso. Durante o dia, não era a mesma coisa. O proprietário estaria vendo o que fazia e podia muito bem mensurar o poder de seus golpes. Se matasse o ladrão, teria sido porque realmente quis e nesse caso era um assassino. É surpreendente ver como aqui a Bíblia nos mostra que a vida do ladrão é considerada como de muito maior

valor que a de um animal ou do que o bem material roubado de seu dono. Estamos longe das leis de um país como a Inglaterra do começo do século 19, país "cristão", no qual a pena de morte era prevista para mais de cem categorias de roubo.

O comentarista judeu do Êxodo, Umberto Cassuto, disse muito bem:

> A fim de proteger a vida do proprietário, a lei afirma que este não comete uma ofensa capital se matar o ladrão enquanto arromba sua propriedade à noite. A fim de proteger a vida do ladrão, a lei prescreve que se o proprietário o matar durante o dia será considerado assassino.[62]

Sobre a palavra hebraica *tabah*, abate para venda (crime vil e organizado), outro comentarista judeu, Benno Jacob, escreveu com muita propriedade:

> A Torá desejava proteger toda a vida, inclusive a do animal, porque sua *nephesh* [sua alma] era um dom de Deus.[63] O homem tinha recebido autorização para trabalhar a carne do animal e nutrir-se com ela, tal como o tribunal tinha o direito de executar um criminoso; mas o abate gratuito, fútil e violento dos animais era ilegal.[64]

O que excluía a matança gratuita de animais selvagens[65] e a criação de animais confinados. Jacob caracterizou bem essa lei, como segue:

> Tendo rompido o elo de confiança que existia entre ele e seu vizinho, o ladrão que dependia, para a preservação de sua própria vida, do temor geral a Deus e da honestidade dos homens, era obrigado a reparar seu erro. A perda material era compensada pela devolução do objeto roubado, mas o dano moral devia também ser reparado, e em razão disso tinha de ser indenizado pela mesma quantia.[66]

Por sua vez, Henri Cazelles comentou:

> É preciso devolver ao lesado sua propriedade ou algo equivalente. Como cada coisa é considerada não tanto por seu valor de mercado, mas em função da importância que tem para o proprietário, na impossibilidade de devolução,

> medidas muito pesadas eram aplicadas.[67]

Para concluir esta seção citaremos as palavras do comentarista da Torá, o pastor reformado Rousas John Rushdoony, que esclarecem bem esta questão:

> Portanto, o fundamento dessas leis é claro. O crime não deve compensar ao que o comete. O velho ditado: "O crime não compensa" tem sua origem na lei bíblica. Sob o sistema legislativo estatista moderno é evidente que o crime compensa. A lei de Deus tem como alvo penalizar o pecador e proteger o justo, devolvendo-lhe a restituição obrigatória.[68]

II. A destruição da propriedade de outro e sua restituição-reparação (Êxodo 22.4-5)

Examinemos, agora, a segunda maneira de roubar, a que destrói os bens do próximo voluntariamente ou por negligência. Leiamos nosso texto:

> Se alguém fizer pastar o seu animal num campo ou numa vinha e o largar para comer em campo de outrem, pagará com o melhor do seu próprio campo e o melhor da sua própria vinha. Se irromper fogo, e pegar nos espinheiros, e destruir as medas de cereais, ou a messe, ou o campo, aquele que acendeu o fogo pagará totalmente o queimado. (versos 4-5)

Esta seção contém duas partes: (1) animais que foram soltos no campo ou na vinha do próximo; (2) o fogo que tomou conta do campo de trigo do próximo. Examinemos separadamente.

De início notamos a hierarquia de infrações nas duas passagens. Em primeiro lugar (a) o homem que provoca os estragos; (b) depois, os animais; (c) e enfim, o fogo. Vemos aqui a ordem hierárquica da criação: matéria (o fogo); a vida animal (o gado); o homem (a imagem de Deus, portanto deve ser responsável).

Nosso texto nos mostra, claramente, que o roubo não consiste somente na

ação voluntária de roubar as propriedades de outro, mas que o fato de causar dano aos bens do outro, de maneira voluntária ou não, é também uma forma de roubo. Apropriar-se do carro de outra pessoa é roubo, mas também causar dano, por negligência ou descuido, ao veículo de outra pessoa também é uma forma de roubo. A grande vantagem de se fazer uma leitura atenta dos mandamentos de Deus é descobrir, nos detalhes dessas leis, como hoje podemos, de diversas maneiras, roubar ou enganar nosso próximo. Estudo como esse serve para revelar os pecados e os crimes camuflados de nossa própria época. Notemos, de passagem, que nos versos 4 e 5 as palavras hebraicas que traduzimos por *danos*, *gado*, *pastar*, *incêndio*, possuem a mesma raiz, BA'AR, que poderíamos traduzir pela expressão *devorar pelo fogo*.

1) Animais soltos no campo

Esta é a situação. Um pastor de ovelhas leva seu rebanho para pastar no campo de um vizinho, sem autorização, causando danos e devastando o campo ou a vinha. Para isso rompeu a cerca ou o muro que separava uma propriedade da outra. Esse pastor não tem nenhum respeito pela propriedade alheia. Trata-se, evidentemente, de uma infração da qual os animais não têm culpa; mas, por outro lado, o pastor do rebanho é responsável por isso, pouco importando se invadiu de forma voluntária ou involuntariamente. Os danos são dobrados, porque os animais comem e pisam em tudo. Se são ovelhas ou gado, os animais arrancam a erva que não pertence ao seu dono. Se são cabras, comem os arbustos e até mesmo a casca das árvores. Como será calculada a pena para isso? Uma vez que não é mais possível estimar o valor dos danos — tudo foi devastado — o nível de compensação a ser dado ao proprietário lesado é elevado:

> [...] pagará com o melhor do seu próprio campo e o melhor da sua própria vinha. (verso 5b).

Evidentemente que a referência aqui não é ao que havia de melhor no campo devastado do vizinho, mas do dono do rebanho que causou o dano. Como se trata de roubo, deve ser punido.

2) O fogo se propaga sobre a colheita (verso 6)

O segundo caso não tem o mesmo caráter voluntário, a menos que o incêndio tenha sido provocado por vingança. Mas o texto se refere, principalmente, ao fogo provocado para queimar as ervas daninhas e preparar a terra para uma nova cultura e, involuntariamente, o fogo invade outro campo e devasta o trigo vizinho prestes a ser colhido. Aqui não se trata de um rebanho que vai e pasta no campo vizinho, mas de uma força natural, do fogo que escapa ao controle daquele que o provocou. As observações de Benno Jacob a esse respeito são muito pertinentes:

> Aqui não é um ser vivo, um animal que foi solto no campo, mas a força da natureza, que uma vez desencadeada segue o seu próprio caminho. O fogo em si mesmo não é responsável pelo dano que causa, mas aquele que o provocou.

E mais adiante, acrescenta:

> Aquele que acendeu o fogo fez isso sem intenção de alastrá-lo, mas tinha a obrigação de monitorar essa força perigosa. Além de ser responsável pelos danos causados pelo fogo, também era responsável por uma fossa, sem cobertura, na qual seu vizinho caísse.[69]

De um lado, o texto nos fala de ervas daninhas, de arbustos espinhosos, consequências naturais da maldição provocada pela queda (Gênesis 3) e, de outro lado, de que são marcas que Deus produzirá quando trouxer seu julgamento sobre o seu povo infiel. Quando esse julgamento vem sobre uma nação, os cardos e espinhos tomam o lugar das culturas:

> Sobre a terra do meu povo virão espinheiros e abrolhos, como também sobre todas as casas onde há alegria, na cidade que exulta. (Isaías 32.13)

E invadem até mesmo os lugares de culto:

> E os altos de (Bet) Áven, pecado de Israel, serão destruídos; espinheiros e abrolhos crescerão sobre os seus altares; e aos montes se dirá: Cobri-nos! E aos outeiros: Caí sobre nós! (Oseias 10.8)

Que descrição encontramos também aqui do retorno ao caos ecológico e espiritual que assistimos hoje no nosso país e em todo o Ocidente!

Agora podemos nos perguntar, qual será a pena por tal negligência?

> [...] aquele que acendeu o fogo pagará totalmente o queimado. (verso 6).

É muito interessante notar que o texto descreve os três aspectos da colheita:

> as medas de cereais [cereais em montões], ou a messe [cereal ainda no caule], ou o campo [o campo de cereal pronto para a colheita]. (verso 6)

Trata-se do pão como resultado do trabalho — "com o suor do teu rosto" — do homem em sua luta diária contra os espinheiros e cardos resultantes da queda. E da negligência do vizinho ao destruir tudo o que foi tão penosamente conquistado! Como disse Rushdoony, citando um velho provérbio:

> Pão destruído, vidas destruídas.[70]

Isso nos lembra que precisamos lidar com as forças da natureza que Deus nos confiou, pelo mandato criacional, com muita prudência e sabedoria. É lamentável que, em geral, esse tipo de advertência — tão necessária atualmente, época em que a ciência e a técnica não têm freios sobre a terra — venha do panteísmo ecológico e, salvo alguma exceção, raramente das igrejas.[71] O homem deve agir com prudência e sabedoria. As consequências involuntárias de sua imprudência podem ser terríveis!

Conclusão

O primeiro texto, sobre os animais que pastam além das cercas do próximo,

nos lembra a que ponto devemos respeitar os limites estabelecidos por Deus, tanto na esfera criacional como no âmbito dos princípios primários da moral. No livro de Eclesiastes, lemos:

> Quem abre uma cova nela cairá, e quem rompe um muro, mordê-lo-á uma cobra. Quem arranca pedras será maltratado por elas, e o que racha lenha expõe-se ao perigo. (Eclesiastes 10.8-9)

Aquele que transgride a lei divina Deus o julgará e o entregará à antiga serpente, o diabo. Em seguida, com relação ao respeito que devemos ter para com os produtos da terra que nos fazem viver, lemos em Deuteronômio estas palavras cheias de sabedoria:

> Quando sitiares uma cidade por muito tempo, pelejando contra ela para a tomar, não destruirás o seu arvoredo, metendo nele o machado, porque dele comerás; pelo que não o cortarás, pois será a árvore do campo algum homem, para que fosse sitiada por ti? Mas as árvores cujos frutos souberes não se comem, destruí-las-ás, cortando-as; e, contra a cidade que guerrear contra ti, edificarás baluartes, até que seja derribada. (Deuteronômio 20.19-20)

Que equilíbrio e quanta sabedoria na lei divina! Ela nos exorta a não hipotecarmos o futuro (preservando as árvores frutíferas), mas também há lugar para as necessidades de ordem militar (utilizando as árvores que não servem como alimento).

Podemos extrair lições semelhantes do texto sobre incêndio no campo de trigo. O fogo pode provocar estragos terríveis quando foge ao controle de quem o provocou e não cuidou para que não se propagasse. É o que também nos ensina o apóstolo Tiago:

> Assim, também a língua, pequeno órgão, se gaba de grandes coisas. Vede como uma fagulha põe em brasas tão grande selva! Ora, a língua é fogo; é mundo de iniquidade; a língua está situada entre os membros de nosso corpo, e contamina o corpo inteiro, e não só põe em chamas toda a carreira da existência humana, como também é posta ela mesma em chamas pelo inferno. Pois toda espécie de feras, de aves, de répteis e de seres marinhos se doma e tem sido domada pelo

> gênero humano; a língua, porém, nenhum dos homens é capaz de domar; é mal incontido, carregado de veneno mortífero. Com ela, bendizemos ao Senhor e Pai; também, com ela, amaldiçoamos os homens, feitos à semelhança de Deus. De uma só boca procede bênção e maldição. Meus irmãos, não é conveniente que estas coisas sejam assim. (Tiago 3.5-10)

Se é assim na Igreja de Deus, certamente Deus mesmo vai produzir um grande incêndio para nos queimar a todos! Ouçamos, então, essa advertência vinda do Deus compassivo e fiel, misericordioso e tardio em irar-se, que não deseja que o pecador pereça, mas que se arrependa e viva eternamente. Essa advertência é mais uma vez dirigida à Igreja de Deus que, sobre toda a terra, se entrega a uma visão puramente mundana da fé cristã, vendo apenas as realidades deste mundo, excluindo as realidades celestes que devemos considerar:

> Agora, pois, vos farei saber o que pretendo fazer à minha vinha: tirarei a sua sebe, para que a vinha sirva de pasto; derribarei o seu muro, para que seja pisada; torná-la-ei em deserto. Não será podada, nem sachada, mas crescerão nela espinheiros e abrolhos; às nuvens darei ordem que não derramem chuva sobre ela. Porque a vinha do Senhor dos Exércitos é a casa de Israel, e os homens de Judá são a planta dileta do Senhor; este desejou que exercessem juízo, e eis aí quebrantamento da lei; justiça, e eis aí clamor. (Isaías 5.5-7)

Dessa maneira, Deus tirará — como fez com o Israel infiel, do qual a parcela que permaneceu fiel, por sua fé em Jesus Cristo, tornou-se o fundamento da Igreja — o candelabro de uma comunidade cristã local que, ao perseverar no mal, acaba por receber o julgamento de Deus. Então, dará aquela vela flamejante a outros, para que deem fruto para a glória de Deus.

Concluiremos com as palavras que o apóstolo Paulo dirigiu aos hebreus dispersos pelo mundo do Império Romano e que enfrentavam as mesmas tentações e seduções que hoje ainda sofremos, provações que já sofria o povo de Deus no tempo do profeta Isaías. Nos termos lembrados pelos textos que

acabamos de meditar, o Senhor ainda adverte seu povo sobre o perigo de afrouxar, de seguir a carne e conformar-se com o mundo. Que perigo manifestar em pleno dia a vaidade de sua fé efêmera quanto ao Reino de Deus, plantada numa terra improdutiva e estéril!

> Porque a terra que absorve a chuva que frequentemente cai sobre ela e produz erva útil para aqueles por quem é também cultivada recebe bênção da parte de Deus; mas, se produz espinhos e abrolhos, é rejeitada e perto está da maldição; e o seu fim é ser queimada. (Hebreus 6.7-8)

O apóstolo acrescenta estas palavras que devem ser, para cada um de nós, motivo para nos recompor, olharmos para Jesus Cristo e retomarmos o caminho de uma fé repleta de uma confiança vitoriosa:

> Quanto a vós outros, todavia, ó amados, estamos persuadidos das coisas que são melhores e pertencentes à salvação, ainda que falamos desta maneira. Porque Deus não é injusto para ficar esquecido do vosso trabalho e do amor que evidenciastes para com o seu nome, pois servistes e ainda servis aos santos. Desejamos, porém, continue cada um de vós mostrando, até ao fim, a mesma diligência para a plena certeza da esperança; para que não vos torneis indolentes, mas imitadores daqueles que, pela fé e pela longanimidade, herdam as promessas. (Hebreus 6.7-12)

Capítulo VIII: O Código da Aliança e as cauções

Introdução

Nossos dois últimos estudos sobre o oitavo mandamento foram dedicadas ao estudo do que chamamos de *Código da Aliança*, que é uma explicação divinamente inspirada do Decálogo que encontramos no livro do Êxodo. Essa explicação particular da Bíblia pela Bíblia vai de Êxodo 20.22 a 23.33. Nesta série de estudos, nos ocupamos unicamente dos textos ligados ao oitavo mandamento *Não roubarás* (Êxodo 20.15).

Em nosso primeiro estudo sobre o Código da Aliança, examinamos o que a Bíblia nos ensina sobre essas sanções econômicas, inevitáveis num mundo caído marcado pelo reino da escassez e do pecado. Depois vimos as respostas que a Bíblia oferece a um homem caído em desgraça financeira — por falha pessoal ou por circunstâncias fora do seu controle — que poderia levá-lo a vender-se como escravo vassalo, ou como servo, a um senhor. Vimos que essa condição servil era limitada no tempo: seis anos. Em seguida observamos que, numa comunidade familiar israelita, essa situação de dependência, após seis anos de "servidão" — verdadeira perda de liberdade para decidir — permitia a reabilitação social do homem caído em desgraça, ou o reduzia permanentemente a um estado de dependência.

No segundo estudo examinamos diversos casos de roubo e as penalidades impostas ao criminoso em razão de infrações mais ou menos graves. Vimos que os diversos casos considerados foram tratados de maneira diferenciada e a ênfase legal caía particularmente sobre a responsabilidade concreta daquele que, de forma voluntária ou por negligência, havia danificado ou privado seu próximo dos seus bens. Constatamos ali que a penalidade por roubo não tinha esse lado brutal — pena de morte ou mutilação — que havia no direito das

nações do Oriente Médio antigo (ou da Inglaterra “cristã” do século 19), mas consistia, essencialmente, numa reparação proporcional ao crime cometido, que não devia ser paga ao Estado — como ocorre entre nós—— mas à pessoa lesada.

Neste capítulo, vamos tratar do ensino contido no *Código da Aliança* do livro de Êxodo no que se refere ao desrespeito às propriedades cedidas, de boa-fé, a outra pessoa. Encontramos isso em Êxodo 22.7 a 15. Assim terminaremos o estudo dos comentários sobre esse mandamento que encontramos no “Código da Aliança” e, adiante, voltaremos ao ensino do oitavo mandamento em Deuteronômio.

O Código da Aliança e as cauções (Êxodo 22.7-15)

Como é costume na casuística — a ciência dos casos legais — contida na Torá, estamos aqui diante de diferentes situações típicas que interpretam a palavra do Decálogo. Temos quatro: 1. A caução em relação aos objetos (versos 7-8); 2. A caução em relação aos animais e objetos (verso 9); 3. A guarda de animais como caução (versos 10-13); 4. A guarda de animais emprestados ou alugados (versos 14-15).

1. A caução em relação aos objetos (versos 7-8)

> Se alguém der ao seu próximo dinheiro ou objetos a guardar, e isso for furtado àquele que o recebeu, se for achado o ladrão, este pagará o dobro. Se o ladrão não for achado, então, o dono da casa será levado perante os juízes, a ver se não meteu a mão nos bens do próximo.

Qual é o caso que regulamenta essa aplicação do oitavo mandamento? Trata-se de uma situação ou de um homem que parte em viagem seguindo seu rebanho (o deslocamento do gado para outro pasto, por exemplo), tendo deixado objetos de valor com seu vizinho para que cuide deles. Como diz Cazelles: “Em regime econômico pastoril, frequentemente o pastor é

obrigado a deixar seus pertences na vila. Durante sua ausência, os objetos deixados em consignação desaparecem". O caso geral é introduzido pela expressão hebraica *Ki, quando*. Dois casos particulares são apresentados: 1. O ladrão é encontrado. 2. O ladrão não é encontrado.

1. O ladrão é encontrado

No primeiro caso é encontrado o ladrão que roubou o dinheiro ou objetos que haviam sido deixados sob a guarda do dono da casa; de acordo com a regra geral uma compensação em dobro deverá ser dada ao dono dos bens roubados. A primeira parte da compensação é a restituição dos bens roubados ao seu proprietário. A segunda parte da compensação diz respeito aos danos sofridos. Seria interessante aplicar esse princípio aos bancos, às seguradoras, ou aos fundos de pensão dilapidados por uma especulação insensata, totalmente abusiva e criminosa, do dinheiro dos poupadores.

2. O ladrão não é encontrado

No segundo caso, o ladrão não é encontrado e a suspeita recai sobre o depositário dos bens ou dinheiro confiados. Então, a questão que se coloca é a seguinte: como saber se a própria pessoa encarregada dos bens não se apropriou deles? Está em questão a responsabilidade daquele a quem os bens foram confiados. O dono da casa tinha a obrigação de proteger a propriedade a ele confiada como se fosse sua. Então, nesse caso é impossível, ao contrário do caso precedente no qual o ladrão era conhecido, (a) devolver o bem ao proprietário que o confiou; e mais ainda, (b) dar uma compensação (em dobro) ao que sofreu a perda.

É aqui que surge o princípio transcendente do juramento solene pronunciado na presença de Deus. O que tinha a guarda dos bens se aproxima, ou mais literalmente, se deixa aproximar de Deus, para jurar formalmente diante dele

que não roubou o que havia sido deixado, por seu vizinho, sob sua responsabilidade. Estamos aqui diante de concepções muito fortes (a) da palavra empenhada; (b) do caráter sagrado do juramento; (c) e da pessoa do próprio Deus — o fiador supremo de toda justiça — no processo judiciário. O Deus transcendente de Israel intervém diretamente de maneira imanente no processo judiciário. Aqui seria útil lembrar que os juízes em Israel eram às vezes identificados como deuses, equiparados à própria divindade. Henri Cazelles nos mostra muito bem que esse temor de Deus, no plano jurídico, era próprio de todas as nações do Antigo Oriente Médio:

> A legislação, quanto ao juramento, se encontra determinada na Antiguidade por um *jus gentium* (direito dos povos), direito internacional utilizado em todo o Oriente e que fixava, em quase tudo, as mesmas modalidades de um ato religioso, possuindo valor sob o ponto de vista civil.[72]

Isso porque não se trata de um juramento que se possa pronunciar impunemente, uma vez que comporta maldições divinas precisas contra aquele que ouse perjurar. A realidade da ação imanente de Deus (dos deuses) estava presente em todas as mentes e a consciência disso era fortemente marcada. Essa concepção foi claramente expressa no salmo 82, de Asafe:

> Deus assiste na congregação divina;

Poderíamos dizer, no tribunal.

> no meio dos deuses[73] estabelece o seu julgamento. (Salmos 82.1)

Em seguida vem a condenação de Deus contra aqueles a quem delegou o direito de julgar — todo o poder vem de Deus — e que exercem a autoridade jurídica de maneira iníqua:

> Até quando julgareis injustamente e tomareis partido pela causa dos ímpios? (Salmos 82.2)

Depois Asafe acrescenta esta exortação, este apelo para que a justiça e o direito sejam respeitados:

> Fazei justiça ao fraco e ao órfão, procedei retamente para com o aflito e o desamparado. Socorrei o fraco e o necessitado; tirai-os das mãos dos ímpios. (Salmos 82.3-4)

Asafe se refere a um direito do qual a justiça teria sido excluída — o direito que prevalece em todo o Ocidente — no qual se toma a Lei de Deus em vão, do qual o Deus transcendente e justo foi banido.

Ele fala sobre os magistrados sem direito nem lei:

> Eles nada sabem, nem entendem; vagueiam em trevas; vacilam todos os fundamentos da terra. (Salmos 82.5)

Quando a Lei de Deus e o Deus de toda justiça são esquecidos.

> Eu disse: sois deuses, sois todos filhos do Altíssimo. (Salmos 82.6)

Sua autoridade foi delegada por Deus.

> Todavia, como homens, morrereis e, como qualquer dos príncipes, haveis de sucumbir. (Salmos 82.7)

Vocês que trocam o direito pela injustiça e que creem, como Eva, ser deuses com poder em si mesmos para estabelecer o bem e o mal, o justo e o injusto, não passam de homens mortais, que terão de prestar contas a Deus pelo exercício do seu cargo. Enfim, o salmista clama pelo julgamento de Deus, o Juiz supremo, o Senhor de seu povo eleito:

> Levanta-te, ó Deus, julga a terra, pois a ti compete a herança de todas as nações. (Salmos 82.8)

Como o direito moderno se distanciou de seu modelo bíblico divino! Isso salta aos olhos daqueles que querem ver. As observações de Rousas

Rushdoony sobre esse texto são muito claras:

> Vemos a menção do nome Elohim [os deuses], palavra que comumente refere-se a Deus, mas que às vezes é utilizada em relação aos juízes, que são os agentes de Deus na administração da justiça.

E, então, acrescenta:

> Para nós, o ponto importante é que a lei e o exercício do direito são de tal maneira considerados [por nosso texto] como pertencentes e reservados à esfera divina que o tribunal se torna um lugar de encontro com Deus tanto quanto o templo. Portanto, do ponto de vista bíblico, uma lei que não seja teísta não é uma lei, e nem mesmo uma anti-lei, porque somente Deus é a fonte legítima da lei e do direito. Segundo esse ponto de vista, a secularização [isto é, a exclusão de Deus] da lei e dos tribunais só pode ser fonte de injustiça.[74]

Nesse sistema, no qual a justiça de Deus intervinha direta e concretamente, o juramento que não fosse seguido de uma penalidade divina era uma prova suficiente da inocência daquele que jurava diante dos juízes (isto é, diante de Deus), ou seja, uma prova de que não havia roubado a propriedade ou o dinheiro colocado sob sua responsabilidade.

2. A caução em relação aos animais e aos objetos (verso 9)

Vejamos, agora, o segundo caso, no qual esse princípio do julgamento imanente (isto é, aqui embaixo, na terra) do Deus transcendente, se manifesta concretamente:

> Em todo negócio frauduloso. (Êxodo 22.9)

“Dabar”: ação judiciária, contestação, processo que trata de uma falha ou transgressão.

> [...] seja a respeito de boi, ou de jumento, ou de ovelhas, ou de roupas, ou de qualquer coisa perdida, de que uma das partes diz: Esta é a coisa!

Está aqui, meu amigo, este é o objeto!

> [...] a causa de ambas as partes se levará perante Deus.

As pretensões contraditórias do acusado e do reclamante serão julgadas por Deus.

> aquele a quem Deus condenar pagará o dobro ao seu próximo. (Êxodo 22.9)

Em primeiro lugar devemos notar a progressão hierárquica do caso, indo do mais importante (o boi), ao menos importante (o objeto perdido). Benno Jacob esclarece melhor o contexto dessa lei:

> O caso acontecia quando o acusado (o que guardou o objeto) afirmava alguma coisa que não podia ser provada por investigações ou por testemunhos. Então, devia demonstrar que era capaz de declarar sua inocência diante do tribunal. Lá, ele estaria diante daquele que tudo conhece, porque ele se coloca como testemunha invisível diante dos juízes. E ali o temor de Elohim devia trazer a verdade a lume. Porque o homem não pode, por si mesmo, sondar os corações.[75]

Neste caso o depositário nega ter recebido um bem sob sua guarda. O proprietário do objeto afirma: o objeto é este! O detentor do objeto responde: não é este! Como então decidir para que a justiça seja feita e o mentiroso ladrão seja penalizado e o lesado justamente recompensado pelo dano sofrido? Diante desse impasse jurídico era preciso ir ao Juiz supremo, ao Deus que desde o seu tribunal celeste devia julgar sobre a terra (por ordália, juízo de Deus) tanto o ladrão que negava seu crime como o que teria feito uma falsa acusação de roubo contra seu próximo.[76]

Para os habitantes do Oriente Médio, que tinham ainda temor a Deus, se entregar assim nas mãos do julgamento de Deus era um ato de extrema gravidade. Evidentemente isso se aplicava ainda mais a Israel, povo que

conhecia o único e verdadeiro Deus. Para concluir esta seção, citamos uma vez mais Benno Jacob:

> Os bens do próximo, deixados sob sua guarda [por exemplo, nossas economias nos bancos], são considerados como sagrados, intocáveis e não devem ser danificados; isso servia tanto para os que eram deixados na mão do próprio senhor [ou do banqueiro] ou na casa [ou no banco] em que exercia sua autoridade. Isso valia para qualquer espécie de propriedade. [...] Aquele que se apropria do bem de seu vizinho é chamado, em hebraico, de “rasha”.[77]

Que significa: “Aquele que errou”.

3. A guarda de animais como caução (Êxodo 22.10-12)

Estamos, agora, diante de um novo caso. Trata-se de animais — seres vivos que, portanto, podem ser feridos e vir a morrer — deixados sob os cuidados de um vizinho. São dois casos: a) o de força maior, em que o depositário é inocente; b) e aquele em que a culpa pelo dano seria do depositário. Comecemos pelo primeiro caso:

a) Em caso de força maior

> Se alguém der ao seu próximo a guardar jumento, ou boi, ou ovelha, ou outro animal qualquer, e este morrer, ou ficar aleijado, ou for afugentado, sem que ninguém o veja, então, haverá juramento do Senhor entre ambos, de que não meteu a mão nos bens do seu próximo; o dono aceitará o juramento, e o outro não fará restituição. (Êxodo 22.10-11)

Precisamos fazer aqui algumas observações:

1. Em primeiro lugar, note a distinção que a lei faz (seguindo o relato da criação no primeiro capítulo de Gênesis) entre matéria inanimada e seres vivos ou animais, ou ainda, entre objetos ou coisas e animais. Diferentes objetos exigem leis diferentes, específicas, de acordo com sua natureza. A

perda de um objeto — uma maleta, por exemplo — não tem o mesmo peso jurídico que o sofrimento de um animal, ou mais grave ainda, de um ser humano, nosso próximo, nosso semelhante. Muito mais grave ainda, do ponto de vista bíblico, são as ofensas dos homens contra Deus, seu Criador. Mas, atualmente, a isso não damos tanta importância!

2. Em segundo lugar, trata-se aqui de uma falha involuntária, *sem que ninguém tenha visto*. Seria o dano causado a animais deixados em confiança, sem que pudesse ser evitado. Como resultado o animal: a) morre; b) quebra um membro do corpo; ou c) foi levado por invasores, sem que o fazendeiro depositário tivesse como impedir. Como diz o provérbio: "Na impossibilidade, ninguém é obrigado". Como não havia testemunhas, presume-se a inocência. Note-se até que ponto o direito da Torá insiste sobre a distinção entre a falha involuntária (relativamente inocente) e o erro voluntário (claramente culpado). Mas nosso texto leva em conta também o mau coração do homem. Porque,

> Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto; quem o conhecerá? (Jeremias 17.9)

Portanto, não considera apenas a simples presunção de inocência.

3. Então, passa-se ao *juramento em nome do Eterno*. Para mostrar o caráter particularmente solene desse ato, o nome santo de Yawé é pronunciado. É o único caso no livro do Êxodo. O homem que guardou o animal presta juramento sobre sua inocência diante de Yawé. Ele não roubou o animal daquele que deixou o rebanho sob sua responsabilidade. É o tribunal presidido por Deus, de maneira invisível, mas bem real, que testemunha seu juramento solene e decide. Ninguém testemunhou o que aconteceu; entretanto, a Testemunha invisível, que tudo vê claramente, conhece tudo. A decisão é tomada e as penalidades são adotadas em seu nome.

4. Enfim, vemos como a palavra em Israel tinha um caráter sagrado. Neste tempo de universalidade da mentira, isso é algo inimaginável. Marcel Regamey, para ilustrar o caráter sagrado que a palavra dada tinha em nosso país, notava que o mercado de animais em Orbe, há não muito tempo (antes da Segunda Guerra), funcionava sem nenhum contrato escrito, unicamente sobre a palavra dada. Aquele que rompesse o acordo oral era excluído para sempre da comunidade dos comerciantes de animais. Henri Cazelles faz este interessante comentário, que permite mensurar nossa miséria atual:

> O perjúrio é raro nas sociedades primitivas; e, ainda em nossos dias, o juramento solene no deserto [árabes do deserto] é sempre aceito.[78]

Tais costumes antigos fazem com que compreendamos melhor por que o proprietário do animal aceitava de pronto o juramento de seu vizinho que, por isso, não dava nenhuma compensação pelo animal perdido (verso 11).

De sua parte, Rushdoony comenta:

> Aquele que guarda os animais jura que é inocente, então é perdoado por todo dano.

E acrescenta:

> O juramento então, e até recentemente, tinha um papel importante no processo. Quando o temor a Deus era generalizado, era possível que o juramento tivesse uma função jurídica significativa.[79]

b) A responsabilidade do depositário

Examinemos, agora, o segundo caso, ou seja, aquele em que o depositário pode ser considerado responsável por danos sofridos pelos animais sob sua guarda:

> Porém, se, de fato, lhe for furtado [não no campo], pagá-lo-á ao seu dono. Se for dilacerado [por um animal selvagem], trá-lo-á em testemunho disso [prova material de sua inocência] e não pagará o dilacerado. (Êxodo 22.12-13)

No campo, qualquer coisa pode acontecer e não se exige do pastor do rebanho a mesma atitude de Jacó, que pôs em sua própria conta as ovelhas que eram mortas pelos animais selvagens, quando pastoreava o rebanho de Labão:

> Vinte anos eu estive contigo, as tuas ovelhas e as tuas cabras nunca perderam as crias, e não comi os carneiros de teu rebanho. Nem te apresentei o que era despedaçado pelas feras; sofri o dano; da minha mão o requerias, tanto o furtado de dia como de noite. (Gênesis 31.38-39)

Também não é exigido que se aja com o mesmo heroísmo de Davi que declarou a Saul:

> Teu servo apascentava as ovelhas de seu pai; quando veio um leão ou um urso e tomou um cordeiro do rebanho, eu saí após ele, e o feri, e livrei o cordeiro da sua boca; levantando-se ele contra mim, agarrei-o pela barba, e o feri, e o matei. O teu servo matou tanto o leão como o urso; este incircunciso filisteu será como um deles, porquanto afrontou os exércitos do Deus vivo. Disse mais Davi: O Senhor me livrou das garras do leão e das do urso; ele me livrará das mãos deste filisteu. Então, disse Saul a Davi: Vai-te, e o Senhor seja contigo. (1 Samuel 17.34-37)

Mais ainda, a lei não exigia que o pastor morresse por seu rebanho, mas que apenas o guardasse dos ladrões e animais selvagens tanto quanto possível. Mas, para aquele que é o verdadeiro Pastor do rebanho, é bem diferente:

> Eu sou o bom pastor. O bom pastor dá a vida pelas ovelhas. O mercenário, que não é pastor, a quem não pertencem as ovelhas, vê vir o lobo, abandona as ovelhas e foge; então, o lobo as arrebata e dispersa. O mercenário foge, porque é mercenário e não tem cuidado com as ovelhas. Eu sou o bom pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem a mim, assim como o Pai me conhece a mim, e eu conheço o Pai; e dou a minha vida pelas ovelhas. Ainda tenho outras ovelhas, não deste aprisco; a mim me convém conduzi-las; elas ouvirão a minha voz; então, haverá um rebanho e um pastor. Por isso, o Pai me ama, porque eu dou a minha vida para a reassumir. Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou. Tenho autoridade para a entregar e também para reavê-la. Este mandato recebi de meu Pai. (João 10.11-18)

Nosso texto não exige esse espírito de sacrifício ao pastor ou ao proprietário a quem o vizinho confiou seus rebanhos; a questão aqui é saber se o pastor é responsável ou não pelo roubo ou dano causado aos animais. No campo aberto presume-se que não, ou seja, o pastor não é responsável. Mas próximo à fazenda presume-se que sim, isto é, o pastor é responsável e deveria tê-lo guardado melhor. Se conseguir provar que a ovelha desaparecida foi morta por um animal selvagem, então não pagará nada. Mas se não provar, terá de compensar pelo animal perdido, mas não em dobro.

4. A guarda de animais emprestados ou alugados (versos 13-14)

Examinemos, agora, o último caso particular, no qual o código da aliança, com precisão ainda mais refinada, destaca o grau de responsabilidade tanto do proprietário como do locatário.

> Se alguém [Ki, trata-se de uma nova seção] pedir emprestado a seu próximo um animal, e este ficar aleijado ou morrer, não estando presente o dono, pagá-lo-á. Se [Im, caso particular] o dono esteve presente, não o pagará; se [Im, novo caso particular] foi alugado, o preço do aluguel será o pagamento. (Êxodo 22.13-15)

Esta nova situação geral é introduzida pela palavra *Ki*, *quando*; depois, dois casos particulares são introduzidos por *Im*, *se*. Vejamos um e depois o outro.

Primeiro caso

Um homem do campo empresta ou aluga alguns animais a seu vizinho. O animal que está sob a responsabilidade daquele que o alugou é ferido ou morto na ausência do seu proprietário; nesse caso o locatário sofre as consequências dos danos causados ao animal. A ausência do proprietário faz com que o locatário seja o responsável pelo que aconteceu ao animal. Consideremos um exemplo. Os avós estão cuidando de seus netos. Enquanto

os pais estão ausentes, os avós são totalmente responsáveis. Mas, se os pais estão presentes, em primeiro lugar são os pais que têm de assumir a responsabilidade de cuidar dos seus próprios filhos. Aqui, o locatário do animal terá de dar uma compensação pela perda do animal, isto é, terá de substituí-lo. Neste caso não se trata — e nem no caso precedente — de dar uma compensação em dobro, porque não foi intencional e, portanto, não houve dano moral. Mas neste primeiro caso, se o proprietário do animal alugado veio ajudar seu vizinho (o locatário do animal), e ele mesmo conduz o rebanho que sofreu o dano, pelo fato de estar presente torna-se responsável, e não o locatário. A proximidade física do proprietário faz com que tenha a responsabilidade primeira.

Segundo caso

Trata-se de um animal alugado, isto é, que não foi apenas emprestado; então o preço da locação bastará como compensação pela perda do animal. Por quê? A razão disso é simples. Ao alugar seu animal, o proprietário obtém algum lucro nessa operação e corre, necessariamente, um risco. O que quer que aconteça ao animal, o aluguel deve ser pago pelo locatário. O proprietário aceita os riscos relativos ao ato comercial de locação. O proprietário aluga um animal pelo dinheiro da locação e, como ocorre no caso de acionários de uma empresa, tem também participação no risco. É por isso que a lei de Deus aceita investimentos com risco ou com benefício variável (como são as ações que capitalizam uma empresa, nas quais o acionário tem participação nos lucros e nas perdas) mas condena a usura, na qual os juros sendo fixos e as entradas automáticas, faz com que aquele que empresta não participe nos riscos sofridos pelo empreendedor. Mas veremos tudo isso, se Deus quiser, numa exposição futura.[80]

Facilmente podemos ver a sabedoria maravilhosa dessas leis quando nos dedicamos a meditar nelas. Era isso que as nações estrangeiras notavam

quando comtemplavam a Lei que Deus havia dado a Israel. Vejamos as palavras de Moisés sobre isso no quarto capítulo do Deuteronômio:

> Eis que vos tenho ensinado estatutos e juízos, como me mandou o SENHOR, meu Deus, para que assim façais no meio da terra que passais a possuir. Guardai-os, pois, e cumpri-os, porque isto será a vossa sabedoria e o vosso entendimento perante os olhos dos povos que, ouvindo todos estes estatutos, dirão: Certamente, este grande povo é gente sábia e inteligente. Pois que grande nação há que tenha deuses tão chegados a si como o SENHOR, nosso Deus, todas as vezes que o invocamos? E que grande nação há que tenha estatutos e juízos tão justos como toda esta lei que eu hoje vos proponho? (Deuteronômio 4.5-8)

Terminarei este estudo pela exortação feita por Moisés na sequência do texto acima, dirigido ao povo de Israel, que sem dúvida alguma também nos serve:

> Tão somente guarda-te a ti mesmo e guarda bem a tua alma, que te não esqueças daquelas coisas que os teus olhos têm visto, e se não apartem do teu coração todos os dias da tua vida, e as farás saber a teus filhos e aos filhos de teus filhos. (Deuteronômio 4.9)

Que isso aconteça conosco. Essa é minha oração. Amém!

Capítulo IX: O oitavo mandamento e sua aplicação em Deuteronômio

Introdução

Nas nossas últimas exposições sobre o oitavo mandamento *Não roubarás*, vimos que o texto que segue a formulação do Decálogo em Êxodo 20 possui uma série de casos que explicam de maneira pontual e progressiva o sentido e a esfera de aplicação das Dez Palavras da Lei de Deus. Vimos, também, que havia certa ordem nas explicações dadas sobre essas Dez Palavras. Assim, o que chamamos de *Código da Aliança* que está no livro de Êxodo, segundo livro da Torá, pode ser considerado como um breve comentário sobre os Dez Mandamentos. Notamos, também, que não podemos encontrar nesse *Código da Aliança* uma ordem consecutiva que reflita exatamente a sequência encontrada nas Dez Palavras. Isso, por duas razões.

Em primeiro lugar, se a lógica humana é um fenômeno universal, os princípios que ordenam especificamente o pensamento bíblico — de caráter semítico — não são os mesmos que conduzem o pensamento ocidental moderno, dependente da lógica grega e romana, como também do culto às "ideias claras e distintas" cartesianas e do pensamento científico moderno. O pensamento hebraico (como da maior parte das culturas pré-modernas), possuindo um caráter profundamente lógico, é ordenado muito mais pelas afinidades de pensamento, por ressonâncias verbais poéticas — analógicas, tipológicas, simbólicas e metafóricas — que por uma ordem essencialmente lógica, historicamente sucessiva, que é própria da nossa cultura ocidental moderna, de uma mentalidade que se manifesta, por exemplo, nos esforços legítimos para formular as teologias sistemáticas.

Em segundo lugar, essa versatilidade do pensamento hebraico na argumentação se deve ao respeito que tem pela realidade, certamente

ordenada por Deus de maneira racional, mas isso na perspectiva de uma diversidade de lógicas complementares, que permitem constatar que os elementos da criação foram ordenados de maneira diversa não somente entre eles mesmos, mas também em relação a seu Criador. Como já destacamos, para o pensamento hebraico, a realidade forma um todo, no qual as diferentes partes não apenas se complementam entre si, mas se conectam umas às outras. Podemos comparar essa forma de reflexão com o que encontramos numa grande obra musical, por exemplo numa sinfonia, na qual a harmonia da obra se faz pelo jogo entre os diferentes temas, que retornam por vezes através de diversas variações, mas que, em seu conjunto, formam um todo harmonioso, repleto de sentido musical. De uma certa maneira isso vale também para as explicações do Decálogo que descobrimos no *Código da Aliança* em Êxodo. Como constatamos por diversas vezes, é assim que cada uma das diferentes Palavras do Decálogo trata de diversos aspectos de uma mesma realidade moral e frequentemente essas Palavras se sobrepõem mutuamente.

Encontramos todos esses princípios do Código da Aliança do livro de Êxodo, no livro de Deuteronômio. A segunda formulação do Decálogo (Deuteronômio 5.1-22), como sua primeira versão em Êxodo 20, é também precedida por um relato histórico que descreve as circunstâncias nas quais Deus entregou, numa segunda vez e pela mediação de Moisés, as Dez Palavras para o povo de Israel. Depois disso, essa segunda formulação do Decálogo é também seguida de diversos capítulos, nos quais o sentido dos Dez Mandamentos é cuidadosamente explicado e situado no quadro amplo do pensamento jurídico, político, histórico, ético e teológico da Bíblia, revelada aos homens pelo divino Legislador e Ordenador do mundo, através de casos cuidadosamente escolhidos. Aqui também encontramos uma ordem certa, uma harmonia conceitual grandiosa, como numa bela e ampla partitura

musical. Mas, notemos que essa ordem não tem nenhuma relação com aquela lógica unívoca e binária, cartesiana ou científica que se tornou simplista, em razão de uma maior clareza racional. Porque não se trata de uma codificação legal puramente lógica, como é o caso dos códigos jurídicos dedutivos modernos, que respondem a critérios de uma coerência lógica, cuja tendência visa uma simplificação, própria do racionalismo, que afeta nossa modernidade. Esses sistemas jurídicos não levam em conta, como faz o direito casuístico hebraico, a complexidade jurisprudencial das realidades humanas e sociais de todos os tempos e lugares.

O primeiro a destacar a natureza particular dos capítulos 12 a 26 de Deuteronômio, como comentários sobre o Decálogo, foi o erudito judeu Stephen A. Kaufman, num importante artigo publicado em 1978 nos Estados Unidos.[81] Descobri esse estudo quando aprofundei minhas pesquisas para estas exposições sobre o oitavo mandamento. Mas já tinha conhecimento, há algum tempo, dessa relação do Decálogo com o comentário que o segue no livro de Deuteronômio, graças a um estudo que Daniel Arnold, então professor no Instituto Emaús de Saint-Légier,[82] deu no *Cercle de Réflexion Biblique* [Círculo de reflexão bíblica] de Vevey, quando fiquei muito impressionado com sua demonstração. Eu não conhecia ainda a fonte hebraica dessa análise tão esclarecedora. Essa maneira de interpretar a sequência disposta nos capítulos 12 a 26 de Deuteronômio se tornou relativamente corrente graças aos trabalhos que Walter Kaiser dedicou ao Antigo Testamento, particularmente em sua obra *Toward Old Testament Ethics* [Rumo a uma ética do Antigo Testamento].[83]

Devemos notar que a divisão das passagens em Deuteronômio, explicando cada um dos mandamentos, varia de acordo com o comentarista. Pelas razões expostas acima, consideramos tal diversidade na divisão dos capítulos como

normal.[84]

Se o esquema geral de interpretação de Kaufman, Kaiser e outros exegetas dos capítulos 12 a 26 de Deuteronômio nos parece totalmente apropriado, no entanto a ele não devemos aderir de maneira estrita, muito rígida, porque as aplicações práticas dos mandamentos são múltiplas e se sobrepõem com frequência umas às outras. Portanto, é preciso seguir o texto de maneira cuidadosa, extraindo de seu conjunto tudo que poderá nos ajudar para compreender melhor os mandamentos do Decálogo. Assim devemos proceder em relação ao *Código da Aliança* do livro de Êxodo; essa será também nossa abordagem no estudo da oitava Palavra do Decálogo, através da explicação que lhe dá o livro de Deuteronômio.

Este é o esquema para o conjunto do Decálogo proposto por Stephen Kaufman, para interpretar os capítulos 12 a 26 de Deuteronômio, que foram totalmente retomados por Walter C. Kaiser.

Deuteronômio 5.6-10 — 1ª e 2ª Palavras — Comentário: Deuteronômio 12.1-31: Culto.

Deuteronômio 5.11 — 3ª Palavra — Comentário 13.1 a 14.27: Nome de Deus.

Deuteronômio 5.12-15 — 4ª Palavra — Comentário 14.28 a 16.17: Sábado.

Deuteronômio 5.16 — 5ª Palavra — Comentário 16.18 a 18.22: Autoridade.

Deuteronômio 5.17 — 6ª Palavra — Comentário 19.1 a 22.8: Homicídio.

Deuteronômio 5.18 — 7ª Palavra — Comentário 22.19 a 23.18: Adultério.

Deuteronômio 5.19 — 8ª Palavra — Comentário 23.19 a 24.7: Roubo.

Deuteronômio 5.20 — 9ª Palavra — Comentário 24.8 a 25.4: Falso testemunho.

Deuteronômio 5.21 — 10ª Palavra — Comentário 25.5-16: Cobiça.

De nosso ponto de vista moderno — que claramente não é o mesmo daquele legislador do Oriente Médio chamado Moisés — um certo número de casos incluídos nesse esquema aparentemente não tem muita relação com o mandamento específico do Decálogo ao qual deveria referir-se. Stephen Kaufman nos explica como devemos proceder para integrá-los na estrutura desses capítulos de Deuteronômio, levando em conta os princípios que determinaram o surgimento do direito nas diversas civilizações do Oriente Médio Antigo e que encontramos, mais especificamente, na Torá, revelada por Deus a Moisés, por volta do ano 1400 antes de Jesus Cristo. Ele definiu cinco princípios gerais, próprios desse tipo de interpretação do direito:

Princípio 1: As leis, sem dúvida com origens variadas, foram agrupadas de acordo com os títulos gerais.

Princípio 2: Em cada seção que forma um todo, uma unidade, as leis foram ordenadas de acordo com princípios de prioridade bem definidos: em geral os casos mais importantes foram colocados primeiro.

Princípio 3: As leis particulares e as seções maiores nas quais se encontram foram ajustadas segundo um método particular do Oriente Médio Antigo, isto é, o de encadeamento de ideias, de palavras, de frases chave e de outros motivos semelhantes.[85] Isso tinha como alvo fornecer o que, aos olhos e ouvidos dos antigos, era visto como transições entre os subgrupos de leis e, frequentemente, entre os próprios grupos principais. Esse método, próprio do pensamento semítico, foi comumente considerado como sendo o da “livre associação de ideias”, mas tratava-se na realidade de um procedimento literário cuidadosamente pensado e que está longe de ser algo deixado ao sabor da livre fantasia do jurista.

Princípio 4: As unidades principais foram ordenadas segundo a ordem que

corresponde aos mandamentos do Decálogo que lhes dizem respeito.

Princípio 5: Consequentemente, os Mandamentos do Decálogo, estando já em vigor, não deviam ser necessariamente reproduzidos nas explicações da lei dadas em Deuteronômio,[86] o último livro do Pentateuco.

O excelente comentarista do Antigo Testamento, Walter Kaiser, em seguida a Kaufman, escreveu:

> Estou persuadido de que o Decálogo fornece a estrutura necessária para que esse trecho de Deuteronômio seja compreendido. Na verdade, o segundo discurso de Moisés inteiro (Deuteronômio 5 a 26) forma uma unidade literária que demonstra, de maneira convincente, que a lei moral divina [o Decálogo] estrutura os estatutos, as ordenanças (*mishpatim*) e os mandamentos de Deus.[87]

Agora é hora de considerarmos o ensino que nos dá o livro de Deuteronômio sobre o sentido jurídico e moral do oitavo mandamento.

A explicação de Deuteronômio capítulo 23.19 a 24.7 sobre o oitavo mandamento *Não roubarás* (Deuteronômio 5.19)

À medida que lemos o texto, vamos comentando. Vejamos como Stephen Kaufman resume as seis subseções da nossa passagem.

(A) (23.19-20) Ao estrangeiro emprestarás com juros, porém a teu irmão não emprestarás com juros, para que o SENHOR, teu Deus, te abençoe em todos os teus empreendimentos.

(B) (23.21-23) Os votos feitos a Deus devem ser sempre honrados.

(C) (23.24-25) A liberdade de ação dos homens tem um limite estrito que impede a apropriação da colheita de seu vizinho.

(D i) (24.1-4) A lei estabelece limites à prática do divórcio e novo casamento.

(D ii) (24.5) Quando um homem toma uma mulher em casamento, fica

dispensado do serviço militar durante um ano e de toda obrigação exterior à sua vida familiar para alegrar a mulher que desposou.

(E) (24.6) Jamais a mó do moinho pode ser tomada do pobre por garantia, pois isso seria apossar-se da vida do próximo.

(F) (24.7) Se um homem inutilizou seu irmão israelita e o reduziu à escravidão, o culpado será sentenciado à morte. O mal moral tem de ser eliminado da vida do povo tanto quanto a lepra (altamente contagiosa) tem de ser afastada da vida da comunidade (24.8-9).

Kaufman ressalta o caráter bastante diverso desse conjunto de leis. À primeira vista, essas leis pouco têm a ver com o roubo. Os parágrafos (A) sobre juros, (B) sobre os votos e (C) relativo à posse da colheita do próximo, correspondem claramente ao mandamento que proíbe o roubo. Os parágrafos relativos (E) à proibição de se tomar como garantia o que é essencial para a sobrevivência de um trabalhador e (F) à inutilização de um homem para fazê-lo escravo, podem igualmente ser vistos como uma transgressão do oitavo mandamento. Mas, o que dizer do (D i) divórcio e (D ii) do impedimento ao novo casal de gozar da alegria inicial do casamento? Que ligação há nisso com a proibição do roubo? Como explicar a introdução aqui de dispositivos legais que não têm nada a ver, aparentemente, com o roubo? Alguns têm visto nisso uma interpolação tardia. Kaufman rejeita essa crítica reducionista do texto e procura aplicar as regras formuladas por ele mesmo, as quais acabamos de descrever. Vejamos como elas procedem:

(C) Diz respeito ao fato de se tomar posse, de maneira abusiva, da colheita do vizinho. O divórcio tem também por efeito privar (por um roubo conjugal) a esposa da fonte de sua fecundidade humana.

Isso explicaria (D i), o qual regulamenta o resultado de tais infidelidades conjugais (formas de roubo), o divórcio.

(D ii) Trata da vida sexual de um casal recém-casado. Sua alegria não pode ser roubada pela convocação para o campo de batalha. O amor conjugal pode muito bem ser comparado à questão do ponto seguinte.

(E) Diz respeito às duas mós, absolutamente indispensáveis para moer grãos, o que simbolicamente corresponderia ao marido e à mulher — como as duas mós — indispensáveis também à alegria e fecundidade conjugais. As duas pedras de mós colocadas uma sobre a outra são uma imagem muito comum e descrevem a união conjugal.

Kaufman resume seu argumento assim:

> A estrutura única dessa seção agora torna-se clara. Trata-se, em primeiro lugar, do roubo da propriedade (parágrafos A, B, C); em seguida o roubo da vida em termos metafísicos (parágrafos D e E). O roubo da vida implica o fato de que o marido, pelo divórcio, priva sua esposa do dever conjugal que lhe deve, como também do respeito devido à mulher repudiada. Como vimos antes — acrescenta Kaufman — o parágrafo A está vinculado ao último parágrafo da seção precedente que trata do adultério (e mais especificamente da prostituição); o parágrafo B depende do parágrafo A no sentido de que os dois referem-se ao pagamento de obrigações financeiras. Os parágrafos C a E formam uma unidade, como acabamos de ver, e F (o roubo de pessoas) foi colocado no fim dessa seção por constituir uma transição para o parágrafo seguinte.[88]

Vamos, agora, brevemente examinar os diferentes pontos levantados por nossa passagem. São estes:

A. Empréstimo a juros (23.19-20)

B. Votos e contratos (23.21-23)

C. Respeito pela propriedade privada (23.24-25)

D (i) O divórcio — Respeito aos direitos da mulher divorciada (24.1-4)

D. (ii) O casamento — Respeito aos direitos da nova família (24.5)

E. Garantias mortais (24.6)

F. Roubo de pessoas (24.7)

A. Empréstimo a juros (23.19-20)

> A teu irmão não emprestarás com juros, seja dinheiro, seja comida ou qualquer coisa que é costume se emprestar com juros. (Deuteronômio 23.19)

O ensino é muito claro. Nenhum juro deve ser exigido nas relações comerciais entre irmãos israelitas. A lista é exaustiva e não permite nenhuma exceção. Na comunidade da aliança, a caridade deve responder às necessidades das pessoas com dificuldade financeira, ou seja, nenhuma relação comercial nem a assistência de um Estado pretensamente providencial. Encontramo-nos aqui no coração do pensamento divino sobre o propósito aliancial de Deus para com os homens. Em caso de necessidade os empréstimos são possíveis e têm duas características.

(a) No sétimo ano tornam-se nulos; portanto, têm um caráter muito limitado no tempo.

(b) Não devem ser concedidos a juros.

Portanto, abusar da fraqueza econômica temporária de um irmão, para disso fazer uma fonte de lucro para si, é terminantemente proibido.

Rushdoony faz o seguinte comentário sobre essa passagem:

> Os homens não estão normalmente dispostos a fazer caridade com seu dinheiro. Essa recusa em ser generosos os conduz a uma atitude de isolamento e a pensar somente em seus próprios interesses. Deus, aqui, combate duramente essa tendência ao individualismo quando ordena ao povo da aliança que seja generoso ao emprestar sem juros, a fim de responder às necessidades de seus irmãos na aliança que são necessitados.[89]

E acrescenta:

> O pensamento que anima a aliança leva a que todos se considerem como sendo membros uns dos outros. Um pensamento cristão que rejeitasse a importância que a aliança dá à vida dos fiéis, limitaria a religião a nada mais que uma simples

> relação pessoal individual com Deus. Mas o pensamento aliancial não separa nossa relação com Deus de nossos relacionamentos com os irmãos e dessa forma não isola nossa fé da comunidade da aliança.[90]

E conclui:

> Estando separados do Deus vivo, os homens pecadores [aqueles que estão fora da aliança da graça] se isolam cada vez mais uns dos outros. A via verdadeira é como uma avenida de mão dupla. Aquele que dá, encontra seu próximo no caminho da vida e toma consciência de suas necessidades; sua ajuda torna-se então um ato de graça, sinal de gratidão aliancial pelas bondades recebidas de Deus. Aquele que recebe, sabe bem que Deus é o senhor tanto daquele que dá como do dom recebido, o que particularmente exclui o empréstimo a juros. Ao aceitar essa graça, aquele que recebe a ajuda mostra seu reconhecimento.[91]

Mas quanto ao estrangeiro, a atitude do israelita é diferente:

> Ao estrangeiro emprestarás com juros. (Deuteronômio 23.20a)

Não vamos examinar aqui a questão geral da legitimidade ou não do empréstimo a juros — assunto que deixamos para um capítulo futuro — mas desejamos somente indicar que o texto faz uma distinção clara entre o "irmão" e o "estrangeiro". Essa distinção é frequentemente esquecida. Preferimos "o amor ao que está longe" (a caridade à distância) ao "amor ao que está perto", ao fato concreto de responder às necessidades reais do próximo, particularmente na família e na igreja. É disso que trata aquela frase lapidar dita pelo apóstolo Paulo a Timóteo:

> Se alguém não cuida dos seus, sobretudo de sua família, negou a fé e é pior que um incrédulo. (1 Timóteo 5.8)

É por se entregar a esse espírito de avareza que muitas igrejas — na França e em outros lugares — dão salários miseráveis a seus pastores, resumindo-se ao

salário mínimo do SMIC! Como Deus pode abençoar tal avareza? Moisés rejeitou esse espírito egoísta, individualista, avarento, quando disse,

> [...], porém a teu irmão não emprestarás com juros, para que o SENHOR, teu Deus, te abençoe em todos os teus empreendimentos [...]

A razão disso é clara. Se a taxa de juros, cobrada mecanicamente sobre uma dívida, é uma forma de assegurar para si mesmo um lucro sem produtividade real, que está fora da esfera viva das bênçãos divinas da aliança, o mesmo não vale para o exercício da generosidade, que é sinal de produtividade, criatividade, bondade e amor ao próximo, o espírito de caridade que provoca a ação abençoadora da graça de Deus tanto sobre o que é generoso como sobre o beneficiado por essa liberalidade.

> [...] para que o SENHOR, teu Deus, te abençoe em todos os teus empreendimentos na terra a qual passas a possuir. (v. 20)

Que o mesmo aconteça conosco. Sejamos, então, generosos através de nossos bens e dons, tanto naturais como sobrenaturais, que recebemos de Deus e provaremos sua benevolência e fidelidade de diversas formas. Bem-aventurados, nos fala o Sermão do Monte, os pobres de espírito — são aqueles, entre outras coisas, que distribuem constantemente ao próximo o que têm recebido — porque deles é o Reino de Deus, isto é, a presença constante do Espírito Santo. Em sua pobreza, renovada constantemente por Deus, permanecem cheios do Espírito Santo.[92]

Conclusão: é financeiramente (e espiritualmente) desastroso construir uma economia, seja coletiva ou pessoal, tendo como alvo unicamente a obtenção do máximo benefício! Notem como o rei Davi, o cantor de Israel, reúne maravilhosamente bem, no salmo 15, todas essas realidades morais e sociais, celestiais e terrestres, num belo buquê santo e harmonioso:

> Quem, SENHOR, habitará no teu tabernáculo? Quem há de morar no teu santo

> monte? O que vive com integridade, e pratica a justiça, e, de coração, fala a verdade; o que não difama com sua língua, não faz mal ao próximo, nem lança injúria contra o seu vizinho; o que, a seus olhos, tem por desprezível ao réprobo, mas honra aos que temem ao SENHOR; o que jura com dano próprio e não se retrata; o que não empresta o seu dinheiro com usura, nem aceita suborno contra o inocente. Quem deste modo procede não será jamais abalado.

E o príncipe dos apóstolos não diz outra coisa:

> Porque estas coisas [todas as virtudes que Pedro acabou de enumerar], existindo em vós e em vós aumentando, fazem com que não sejais nem inativos, nem infrutuosos no pleno conhecimento de nosso Senhor Jesus Cristo [o nosso conhecimento próprio e daqueles que nos escutam]. Pois aquele a quem estas coisas não estão presentes é cego, vendo só o que está perto, esquecido da purificação dos seus pecados de outrora. Por isso, irmãos, procurai, com diligência cada vez maior, confirmar a vossa vocação e eleição; porquanto, procedendo assim, não tropeçareis em tempo algum. Pois desta maneira é que vos será amplamente suprida a entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. (2 Pedro 1.8-11)

B. Votos e contratos (23.21-23)

Vamos, agora, ao segundo ponto de nosso texto, que trata da fidelidade aos votos pelos quais somos responsáveis diante de Deus e do nosso próximo. Como veremos, isso implica, primeiramente, nossa fidelidade tanto para com Deus como para conosco e nosso próximo, uma lealdade espiritual e humana que estabelecemos ao manter a palavra que empenhamos a outro.

> Quando fizeres algum voto ao SENHOR, teu Deus, não tardarás em cumpri-lo; porque o SENHOR, teu Deus, certamente, o requererá de ti, e em ti haverá pecado (verso 21).

Como vimos várias vezes em nosso estudo da lei, em geral ela nos apresenta, primeiramente, o caso mais importante. Foi o que vimos, por exemplo, em

nossas exposições sobre o terceiro mandamento, *Não tomarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão* (Êxodo 20.7). O compromisso mais elevado que um homem pode ter é com Deus. Através de um voto solene, ele se compromete com Deus a cumprir o prometido, como reconhecimento por uma libertação ou em razão de um pedido de oração ou de uma súplica. A prática desses votos e sua aplicação concreta é o sinal de que aqueles que se comprometem possuem um forte senso da proximidade imanente de Deus em suas vidas quotidianas. O distanciamento de nossa civilização em relação a Deus foi o que levou ao quase desaparecimento da prática desses votos. Para fazer tal voto é preciso crer verdadeiramente no Deus da Providência e não naquela necessidade sobre a qual a ciência e a técnica estão fundamentadas.

Então, como esse mandamento se relacionaria com as questões econômicas? Se o voto solene de um homem é a forma mais elevada de empenhar sua palavra diante de alguém, por outro lado há outras formas de "votos", de menor gravidade, que são de importância vital para a vida comum e, em particular, em nossas relações comerciais, ou seja, o respeito estrito aos contratos e às palavras empenhadas. Onde essas duas coisas faltam, as relações comerciais tornam-se difíceis e terminam frequentemente em litígios diante dos tribunais.

O texto indica, entretanto, que tais votos e contratos ou compromissos feitos através da palavra empenhada, em casos específicos, não são de maneira alguma obrigatórios. Podemos deles nos abster.

> Porém, abstendo-te de fazer o voto, não haverá pecado em ti. (v. 22)

Mas, se fizermos um voto, quando um contrato é estabelecido, quando damos nossa palavra e fazemos uma aliança com alguém — como no casamento — temos de honrar o voto e manter a palavra:

> O que proferiram os teus lábios, isso guardarás e o farás, porque votaste

> livremente ao Senhor, teu Deus, o que falaste com a tua boca. (v. 23)

Christopher Wright, em seu excelente comentário sobre Deuteronômio, escreveu:

> O princípio de honrar, ou seja, de cumprir o que seus lábios proferiram está restrito aos votos feitos explicitamente a Deus, em momentos de dificuldades ou por libertação. A falta de fidelidade em suas promessas é um pecado grave, em particular para aqueles que se dizem cristãos, porque isso transgride o terceiro e nono mandamentos.[93]

Trata-se de não tomar o nome de Deus em vão; de não dar falso testemunho; de abandonar o jogo duplo; de não fraudar seu próximo. A aplicação à vida dos negócios é evidente. Como os relacionamentos humanos (locais e internacionais) seriam mais fáceis e claros se cada pessoa se empenhasse em manter sua palavra! O Senhor Jesus Cristo a esse respeito é preciso:

> Seja, porém, a tua palavra: Sim, sim; não, não. O que disto passar vem do maligno. (Mateus 5.37)

Essa fidelidade do cristão à palavra empenhada nos negócios, em meio a tubarões e chacais que, de sua parte, não mantêm a palavra, exige que se espere, constantemente, na direção e proteção do Deus fiel e abençoador da aliança. Porque Deus se agrada em abençoar e a guardar os filhos que nele confiam, em obediência constante a seus mandamentos santos, justos e bons. Isso é particularmente verdade no que diz respeito às ações dos cristãos no mundo dos negócios.

C. O respeito à propriedade privada (23.24-25)

Uma das bases de uma economia sadia é o respeito aos contratos, o respeito à palavra empenhada, a garantia de segurança nos compromissos comerciais. Outra base, também importante, é a inviolabilidade da propriedade privada. Esse é o assunto do nosso próximo caso. A propriedade privada ou

comunitária, que é defendida firmemente no oitavo mandamento, é um dom divino que, como o sábado, foi ordenado para o bem dos homens. Cristo se dirige aqui aos fariseus, que reprovavam seus discípulos por colherem espigas para alimento no dia de descanso:

> E acrescentou: O sábado foi estabelecido por causa do homem, e não o homem por causa do sábado. De sorte que o Filho do homem é senhor do sábado. (Marcos 2.27)

Dito de outra forma: o homem é submetido, de maneira absoluta, ao direito do proprietário? Ou a administração da propriedade dada por Deus aos homens deve também servir ao bem comum, ao conjunto da comunidade. Vejamos a resposta que dá a lei divina:

> Quando entrares na vinha do teu próximo, comerás uvas segundo o teu desejo, até te fartares, porém não as levarás no cesto.
>
> Quando entrares na seara do teu próximo, com as mãos arrancarás as espigas; porém na seara não meterás a foice. (v. 24 e 25)

Notemos o que afirmam essas duas aplicações casuísticas do 8º mandamento:

1) A vida econômica pertence a Deus e deve ser administrada segundo suas leis, conforme a ordem criacional, moral e jurídica estabelecida por ele. Uma economia sem as leis divinas é uma economia sem regras, anárquica, fora de todo controle, estéril e finalmente autodestrutiva.

2) Todo crescimento verdadeiro (da vinha, do trigo), antes de ser o fruto de nosso trabalho, é uma bênção de Deus. O homem tem, então, de administrar os bens que recebeu de Deus, segundo as normas estabelecidas por ele.

3) As necessidades vitais — matar a fome, por exemplo — são uma prioridade, mas não se deve infringir nem lesar o direito do proprietário do campo de gozar plenamente do fruto de seu trabalho.

4) O proprietário não detém o direito absoluto sobre os bens que Deus lhe

confiou. Deus é o proprietário absoluto de sua própria criação. O homem apenas a administra. O que aqui a lei autoriza é uma transgressão aparente ao direito de propriedade sobre os produtos da terra; neste caso essa lei é violada para matar a fome dos viajantes. As necessidades dos homens são então colocadas, em certa medida, acima dos direitos “sagrados” da propriedade privada. Esse costume era conhecido, até pouco tempo, no meio rural do cantão de Vaud. Lá era possível colher os frutos que se conseguisse comer enquanto estivesse na propriedade. Os Evangelhos testemunham tal prática na Israel dos tempos de Jesus:

> Por aquele tempo, em dia de sábado, passou Jesus pelas searas. Ora, estando os seus discípulos com fome, entraram a colher espigas e a comer. (Mateus 12.1)

5) O texto de Deuteronômio é muito claro: o viajante pode colher os frutos ou pegar algumas espigas para matar sua fome, mas não tem o direito de recolher o fruto do trabalho de outro. Ele não pode levar seu sexto na vinha para carregar fraudulosamente o que colheu, isto é, vindimar o campo por sua própria conta; ele não pode meter a foice no campo de trigo e colher o que não é fruto do seu trabalho. Isso, nos diz Moisés, seria roubo.

Vemos, novamente, o equilíbrio extraordinário que há na Lei de Deus. Ela rejeita a doutrina “liberal” ou “capitalista” da propriedade absoluta fundiária de utilizar as terras para seu benefício exclusivo. Ela afirma que, num sentido, a colheita é uma provisão divina para todos aqueles que passam pelas vinhas, pelos pomares e campos de trigo. Esse princípio é retomado pelo direito dos pobres de colher. Mas a Torá atribui ao homem do campo, àquele que trabalhou com o suor de seu rosto para produzir a colheita, a propriedade primeira do fruto de seu trabalho. Ela legalmente protege esse direito e se opõe, de maneira absoluta, a todo confisco de terra por um Estado socialista ou comunista que se vê como a encarnação ideológica da

providência sobre a terra, visando uma equalização ilusória das riquezas. Rousas Rushdoony nos permite, novamente, perceber o espírito realista e benigno da Lei de Deus, ao escrever:

> Esta lei não dá a ninguém o direito de tomar o que se encontra no campo de seu próximo. Somente os viajantes famintos que passavam podiam tomar uma quantidade bastante limitada do que havia sido produzido nesse campo. Nada podia ser levado. O proprietário não devia ter sua colheita dilapidada por roubos. [...] Comer do campo de outro era, portanto, um privilégio [uma lei excepcional]. Não era um direito [...]. Essa lei, juntamente com outros estatutos de Êxodo e Deuteronômio, foi chamada, muito justamente, de "lei de misericórdia". Os que, insistentemente, consideram a lei de Deus dura e inflexível apenas mostram sua ignorância. Do começo ao fim, a lei de Deus inclui inúmeros mandamentos que exigem que pessoas muito diversas — membros da aliança ou estrangeiros — sejam tratadas com generosidade e que sejam assistidas em suas necessidades com benevolência.[94]

D (i) O divórcio — Respeito aos direitos da mulher divorciada (24.1-4)

> Se um homem tomar uma mulher e se casar com ela, e se ela não for agradável aos seus olhos, por ter ele achado coisa indecente nela, e se ele lhe lavrar um termo de divórcio, e lho der na mão, e a despedir de casa; e se ela, saindo da sua casa, for e se casar com outro homem; e se este a aborrecer, e lhe lavrar termo de divórcio, e lho der na mão, e a despedir da sua casa ou se este último homem, que a tomou para si por mulher, vier a morrer, então, seu primeiro marido, que a despediu, não poderá tornar a desposá-la para que seja sua mulher, depois que foi contaminada, pois é abominação perante o SENHOR; assim, não farás pecar a terra que o SENHOR, teu Deus, te dá por herança. (Deuteronômio 24.1-4)

Como já tratamos esse texto longamente em nossos estudos dedicados ao sétimo mandamento, não iremos agora considerá-lo em seus detalhes, mas faremos apenas algumas breves observações. Vimos que essa lei (e a seguinte) deveria, naturalmente, estar sob a tutela do sétimo mandamento

que, ao penalizar o adultério severamente, defende a família. Então, por que foram colocadas aqui na explicação do oitavo mandamento, que diz respeito ao roubo? Kaufman nos mostrou as ligações de encadeamento das ideias, das palavras, das frases chave e dos motivos que estruturam nosso texto. A seção precedente nos falava do roubo do produto da terra, do abuso de sua fecundidade. Este parágrafo fala do roubo da fecundidade de uma esposa perpetrado pelo marido que a rejeita. A lei sobre o divórcio procura regulamentar e limitar tais abusos por parte dos maridos egoístas e cruéis.

O ponto seguinte (D ii) trata da proteção divina da verdadeira riqueza do casamento, não permitindo que se roube do casal a intimidade no primeiro ano de vida conjugal, tão importante para a consolidação de uma família sadia, fértil, vigorosa e plenamente humana. Vemos assim, que a noção de roubo tem um sentido mais extenso no pensamento hebraico do que no nosso. De fato, nós, “os modernos”, temos apenas aquela maneira mecânica, mercantil e utilitária de ver as coisas.

A lei anterior nos mostrou como, de diversas maneiras, um casamento era destruído. Às vezes, por um problema na mulher, mas sobretudo pela atitude deplorável do marido que tratava sua esposa como um objeto, do qual podia descartar à vontade por “qualquer coisa inconveniente” que nela tivesse encontrado ou imaginado. Em seguida, a esposa era tratada como um objeto vulgar, por homens diversos, que desprezavam totalmente seus votos e o contrato devidamente firmado pela palavra dada e a própria aliança do casamento como sendo um monte de “pedaços de papel”. No entanto, a esposa devia ser protegida contra o risco de abusos mais graves ainda. Não era possível, ao primeiro marido, injuriá-la a ponto de novamente casar-se com ela depois de havê-la rejeitado, ainda que seu segundo marido tivesse morrido ou dela tivesse abusado tanto quanto o primeiro e em seguida a tivesse rejeitado. O último aspecto da nossa lei diz que há um limite não

somente para os abusos cometidos por maridos egoístas e irresponsáveis, mas também perpetrados contra a aliança divina, da qual o casamento é o sinal visível. Por essa atitude — retomar uma esposa que havia sido previamente rejeitada, ato pior que a primeira rejeição — a própria instituição do casamento teria sido totalmente aviltada.

D (ii) O matrimônio — Respeito aos direitos da nova família (24.5)

O ponto seguinte nos mostra um mandamento que apoia fortemente a consolidação da união entre marido e mulher desde os seus primeiros começos. Leiamos:

> Homem recém-casado não sairá à guerra, nem se lhe imporá qualquer encargo; por um ano ficará livre em casa e promoverá felicidade à mulher que tomou. (Deuteronômio 24.5)

O casal não pode ser roubado de sua maior riqueza, isto é, da fecundidade que está na base da consolidação de sua união conjugal enquanto família. Sabemos que os primeiros anos de uma criança são decisivos para a formação de seu caráter. O mesmo vale para um casal. No primeiro ano de vida conjugal, no qual as bases da futura família são assentadas, não é bom que (a) o serviço militar ou (b) qualquer encargo público roube da família o tempo que deve ser consagrado à construção dos fundamentos sólidos do casamento. E assim percebemos o alcance do oitavo mandamento. Portanto, a proibição do roubo inclui o impedimento de que o casal seja privado desse tempo precioso, na verdade insubstituível, reservado à sua constituição primeira. No texto há duas razões para essa isenção do marido de todo serviço militar e do exercício de qualquer encargo público em seu primeiro ano de casamento:

1) A primeira é “em razão da família”. A edificação da família, nas melhores condições possíveis, é considerada, pela lei de Deus, como uma riqueza —

um capital — inestimável. A família, no pensamento bíblico, tem prioridade sobre as responsabilidades militares e públicas.

2) A segunda razão mostra a profundidade e a delicadeza de sensibilidade afetiva e moral do legislador bíblico. Lemos aqui que, durante o primeiro ano do casamento, o marido deve permanecer em casa para "alegrar a mulher que tomou". Essa alegria, na qual se empenha e usa esse tempo para oferecê-la à esposa, redundará em bênçãos para o casal e para a família. Por outro lado, se essa alegria estiver ausente, males futuros sobrevirão.

E. Garantias mortais (24.6)

Nosso próximo caso não diz respeito mais à destruição da unidade conjugal e sua fecundidade, mas à destruição de seus meios de subsistência.

> Não se tomarão em penhor as duas mós, nem apenas a de cima, pois se penhoraria, assim, a vida. (Deuteronômio 24.6)

Trata-se aqui de pôr freio nas leis pretensamente "científicas" de uma economia amoral, fundamentada unicamente na luta entre interesses comerciais e financeiros, individualistas e reducionistas. Qual o pano de fundo dessa lei?

Uma família se empobrece e tem de emprestar algum dinheiro para sobreviver. Dela então se exige uma garantia que cubra essa dívida. Cada família possuía um pequeno moinho para moer os grãos necessários para fazer o "pão de cada dia" (Deuteronômio 24.6). Esse moinho doméstico era feito de duas peças de pedra sobrepostas. A mó inferior era fixa e a superior era móvel, para que no seu movimento os grãos fossem triturados. O credor não podia, em nenhum caso, tomar como garantia essa mó doméstica superior, instrumento absolutamente necessário para a sobrevivência da família. Porque ao tomar a mó superior, que era facilmente destacável, o

moinho ficava totalmente inutilizado.

As garantias por dívidas são legítimas, mas não em prejuízo da sobrevivência da família endividada. É exatamente isso que faz a política de ajuda aos pobres, cheia de interesses e hipocrisia, que encontramos num bom número de ONGs pelo mundo afora, que nada mais é que um disfarce para encobrir interesses políticos e econômicos internacionais tão detestáveis. Dá-se aos menos favorecidos uma ajuda temporária que os priva de sair da situação por si mesmos. Por exemplo, ao lhes fornecer sementes de cereais que não podem ser reproduzidas! Christopher Wright explica bem o significado dessa lei mosaica:

> Essa lei protege os pobres — obrigados a contrair empréstimos — de condições que agravariam sua situação mais do que a melhorariam.[95]

F. O roubo de pessoas (24.7)

Chegamos no ponto culminante de todas as transgressões possíveis do oitavo mandamento *Não roubarás*. Trata-se do roubo de seres humanos, em geral para escravizá-los. Hoje diríamos: “Para fazer deles escravos sexuais” ou “para retirar de seus corpos destruídos alguns órgãos aproveitáveis, para habitantes das regiões ricas do planeta”. Trata-se aqui do único gênero de roubo que a Torá pune com a pena de morte. A razão disso é que o objeto sob ataque — o homem, a mulher, a criança — foi criado à imagem de Deus. Vimos, em outras exposições, que a pena de morte era aplicada em Israel unicamente nos casos de ataques diretos ou indiretos contra Deus e contra sua imagem: o homem e a família.

> Se se achar alguém que, tendo roubado um dentre os seus irmãos, dos filhos de Israel, o trata como escravo ou o vende, esse ladrão morrerá. Assim, eliminarás o mal do meio de ti. (Deuteronômio 24.7)

Os irmãos de José foram culpados desse crime quando o venderam como

escravo ao Egito. Foi esse mesmo crime que mais tarde cometeram os judeus, quando compraram o Santo de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, pelo preço exato de um escravo, trinta peças de prata, dinheiro dado ao patrono dos ladrões, Judas Iscariotes, para levar o Messias de Israel à morte. Também é desse crime que todos nos tornamos culpados, fazendo com que fosse necessário — por causa dos nossos pecados e para realizar nossa salvação — a venda como um escravo vil, seguida do assassinato, de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. Lembremos que o roubo de pessoas era praticado pelo Estado monárquico, numa Inglaterra dita "cristã", para fornecer, por meio da força, marinheiros para a marinha de guerra que mantinha a força do Império Britânico. Os cristãos huguenotes sofreram na França algo parecido ao serem roubados pelas tropas do Rei — chamadas de "dragões" — para utilizar seus braços como remadores nas galés reais. Na Suíça, muitos batistas, nos séculos 17 e 18, foram presos e vendidos aos turcos pelas autoridades de Berna, nos mercados de escravos de Gênova e Veneza, para remarem nas galés otomanas. Os árabes, por muitos séculos, roubaram os negros, cativos das guerras entre tribos, por toda a África Central, para em seguida vendê-los na costa, aos comerciantes de escravos que forneciam mão de obra servil às colônias da América e outras. Hoje ainda, o roubo de pessoas (e até de crianças) alimenta o mercado de trabalho, o mercado sexual e de órgãos humanos, tão cobiçados por aqueles que desejam viver por mais tempo à custa da vida do próximo.

Terminamos com uma citação tirada do excelente comentário de Peter Craigie relativa ao livro de Deuteronômio:

> *Roubar a vida* — esse crime é um assassinato econômico e social, porque ainda que a vítima não morra literalmente, ao ser vendida como escrava ela é efetivamente cortada da família da aliança divina. Isso explica a severidade da pena: a morte! Arrancar um homem da comunidade da aliança era o mesmo que cortar sua parte da bênção de seu povo, na terra da promessa.[96]

Todos nós nos vendemos como escravos do diabo em razão do nosso pecado. Foi pela vitória poderosa e eterna do nosso grande libertador Jesus Cristo sobre o senhor de toda a escravidão, o diabo, que fomos comprados e feitos livres. Demos-lhe a glória por tal obra de libertação, marchando fielmente em todos os mandamentos que ele nos ensinou em sua Santa Lei-Palavra, por Jesus Cristo e pela força que nos dá o Espírito Santo.

> Jesus, aproximando-se, falou-lhes, dizendo: Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século. (Mateus 28.18-20)

Amém.

Capítulo X: A usura (1)

Introdução

Tentaremos ver agora a aplicação concreta do mandamento “Não roubarás” no âmbito dos negócios e das finanças. Mais especificamente, procuraremos, nos próximos capítulos, determinar o ensino da Lei divina sobre três pontos: (a) a usura ou o empréstimo a juros; (b) os pesos e balanças falsos, ou a falsificação da moeda; (c) os diversos dízimos bíblicos.

No meio cristão atual é bastante incomum procurar aplicar as injunções da lei de Deus na esfera pública.

Este é um aspecto da modernidade: a moral e a espiritualidade pertencem à esfera pessoal, privada; a esfera pública foi abandonada ao jogo das forças presentes, ou seja, foi privada da autoridade normativa da lei divina, lei transcendente — vinda de Deus e que reflete a ordem que ele deu à criação — e imanente, que nos revela também a própria ordem criacional, a ordem da natureza e das criaturas. Essa lei divina revelada é perfeita e normativa; a lei criacional, que dá ordem à natureza, agora imperfeita devido à desordem produzida pelos efeitos do pecado sobre toda a criação, é reflexo da lei divina.

Entretanto, no que concerne à prática do direito, hoje se afirma — no que costumamos chamar de *positivismo jurídico*, fruto de um longo processo histórico — que existe apenas uma lei legítima, ou seja, a lei editada pelo legislador humano. Portanto, é o legislador humano, o rei absoluto, o povo soberano, o ditador acima de toda a lei ou poder totalitário irresponsável, que sozinho decide, pelo consenso de sua própria vontade autônoma em relação à toda norma superior, o que deve ser considerado lei. A vontade soberana dos homens torna-se a norma *voluntarista* do direito público. Assim, na

Faculdade de Direito da Universidade de Lausanne — cidade em que habito — tornou-se um adágio, quase admitido por todos, que o direito positivo e a justiça moral pertencem a esferas totalmente distintas. A técnica jurídica científica, em tal perspectiva, não tem, portanto, nada a fazer com a moral nem com Deus.

Uma atitude moral como essa teria horrorizado nossos ancestrais cristãos. Para eles, o que chamavam de "direito natural" refletia necessariamente o pensamento do Autor da natureza na boa ordem da criação. Em consequência, toda lei positiva que se opusesse à justiça de Deus — imanente e transcendente — só podia ser inválida, nula e não merecia o nome de "direito". Portanto, tais leis não podiam exigir nenhuma obediência por parte daqueles sobre os quais esse poder tirânico procurava se impor. Tal atitude de resistência a toda lei iníqua podemos encontrar em muitos pagãos como Confúcio, na China, Aristóteles, na Grécia e Cícero, em Roma.

Um texto datado de 1949, redigido pelo papa Pio XII, descreve muito bem as implicações que procuramos aqui fazer com que sejam compreendidas:[97]

> É impossível observar com atenção o universo, tanto corporal como espiritual, físico e moral, sem ser tomado por uma admiração da ordem e da harmonia que reinam nos variados graus da escala dos seres vivos. No homem, até aquela linha que marca a fronteira em que cessa sua atividade inconsciente [instintiva] e começam suas ações conscientes e livres [responsáveis], essa ordem e harmonia são estritamente percebidas, segundo as leis colocadas pelo Criador em cada ser existente. Além dessa linha, a vontade ordenadora de Deus ainda continua; entretanto, sua atualização e seu desenvolvimento são deixados à livre determinação dos homens, às ações que podem se conformar ou se opor à Vontade divina.
>
> Nessa esfera da ação consciente dos homens, consciência do bem e do mal, da ordem, da autorização e da interdição, a vontade ordenadora do Criador se manifesta pelo mandamento moral de Deus inscrito na natureza e na revelação, como também através das ordens e leis editadas por uma autoridade humana legítima, seja na família, no Estado ou na Igreja. Se a atividade humana é pautada e dirigida segundo essas

> normas, ela naturalmente permanece em harmonia com a ordem universal desejada pelo Criador.
>
> Aqui se encontra a resposta à questão: o que distingue uma lei verdadeira da falsa? O simples fato de o poder legislativo declarar uma regra obrigatória no Estado, não faz dela, em si mesma, uma lei verdadeira. O critério do simples fato consumado vale somente para aquele que é o Autor e a Norma Suprema de toda lei: Deus.
>
> Aplicá-lo ao legislador humano, sem discriminação e de maneira definitiva, como se sua lei fosse a norma suprema do que é justo, esse é o erro do *positivismo jurídico* no sentido exato e técnico do termo. Esse erro está na raiz do absolutismo de Estado, que não é outra coisa senão a deificação do Estado em si mesmo.[98]

Uma contrapartida a esse direito positivista autônomo se encontra nas leis pretensamente científicas da economia, estas também substraídas das normas divinas, naturais, criacionais e bíblicas diversas. Nessa perspectiva, afirmamos que existem leis chamadas “científicas” ordenando a vida econômica, que, ao imitar as leis das ciências físicas modernas, são fundamentadas sobre o estudo estatístico dos mecanismos econômicos, expurgados de toda ingerência de normas éticas, naturais ou bíblicas. Trata-se da rejeição de toda e qualquer ordem criacional normativa determinante do caráter “bom” ou “mau” dos atos econômicos humanos. E aqueles que recusam dar à economia seu status de “ciência moral”, têm ainda a ingenuidade de admirar-se de que a aplicação de tal sistema mecânico, racionalista e amoral na economia, resulte não somente numa ordem social desumanizada, mas também, a longo prazo, radicalmente ineficaz no próprio plano econômico.

A queda recente do comunismo soviético demonstrou o absurdo de construir uma sociedade sobre a supressão voluntária de Deus, de suas leis e da ordem criacional. Além disso, a profunda crise econômica e social atual mostra muito bem a perfeita inanição, a terrível insensatez em suprimir Deus e

excluir suas leis da atividade humana, como se Deus não existisse e como se o homem não tivesse sido, por natureza, por sua própria criação, feito à imagem do Deus justo e moral; como se não vivêssemos todos numa criação, por todos os lados, numa ordem eminentemente moral!

Argumenta-se, por exemplo, que o acúmulo de todos os atos econômicos dos homens (sejam morais ou imorais, pouco importa!) produziria, de maneira automática, a felicidade econômica de todos. Trata-se da ação mecânica denominada por Adam Smith como a *mão invisível* de um universo profano — simulacro laico da Providência — que infalivelmente dirigiria ao bem comum todas as ações dos agentes econômicos.[99] Tais modelos — pedras de toque do orgulho – dos Iluminismos do século 18 tinham simplesmente esquecido que essa *mão invisível* não é outra senão a do Deus da Aliança divina e que ela não possui, de maneira nenhuma, um caráter amoral, porque o Deus justo abençoa os atos justos dos homens e amaldiçoa os seus atos iníquos. Não! É preciso que a ação econômica do homem, para que verdadeiramente favoreça o bem comum da sociedade, se conforme, tanto na vida privada dos homens como em sua vida pública, às normas eternas da justiça, se desejar produzir o bem, seja econômico ou não. Todo e qualquer outro pensamento não passa de loucura, porque esquece a unidade da criação e a necessária ordem moral da vida humana.

Tal pensamento político e econômico "amoral" — aquele dos homens no exercício desordenado de sua liberdade — que pretende ficar fora da esfera das leis divinas criacionais, não era o pensamento da Igreja dos nossos ancestrais. Foi o que pudemos ver claramente à medida que estudamos, detalhadamente, as lições sobre o Decálogo. Grandes teólogos do passado como João Calvino, Heinrich Bullinger, Pierre Viret, Lancelot Andrewes, Gisbertus Voetius, Benedito Pictet, cuja herança foi retomada por pensadores contemporâneos como E. L. Hebden Taylor, Rousas Rushdoony ou Pierre

Courthial, sempre consideraram a vida econômica sob o ângulo da vida moral dos homens. Esses homens viam as coisas da terra como sendo todas dependentes da Lei divina — a *Tota Scriptura* — que por proceder de Deus, ordena cada aspecto da criação para a honra e glória do Criador, como também para o bem comum de suas criaturas. Tal pensamento também era da Ortodoxia do Oriente e, mais próximo de nós, da Igreja Católica Romana do Ocidente, antes de sua capitulação diante do modernismo liberal subjetivista, cético e antinomiano.

Observemos as palavras que testemunham essa tradição ortodoxa e católica, que proclamava no século 19 o caráter necessariamente público das verdades da lei divina, ensino que, em nossos dias, não é mais proclamado em nosso meio cristão. Precisamos, uma vez mais, procurar julgar todas as coisas, reter o que é bom e rejeitar toda forma de mal. Deixemos, então, que a palavra do Monsenhor Édouard Pie, bispo da antiga vila romana de Poitiers, que no curso da segunda metade do século 19 provou ser um digno sucessor de Hilário de Poitiers, o corajoso e visionário doutor da Igreja que, com Atanásio, defendeu a divindade de Jesus Cristo contra as heresias arianas do século 4:

> O Senhor nos ensina que não podem trazer ao mundo nenhum elemento de salvação aqueles que, em plena era das luzes evangélicas, e depois da vinda plena de Jesus sobre a terra, descartam e se retiram da fé, como se Jesus estivesse ausente.

Mons. Pio continua:

> O grande perigo e o grande mal de nossas cidades, já dissemos cem vezes, é que na ordem das coisas públicas e sociais, os fiéis, e frequentemente os padres da nossa geração, creram que, mesmo em regiões cristãs, seria possível manter uma neutralidade ou isenção em relação à fé cristã, como se Jesus Cristo não tivesse vindo ou tivesse desaparecido do mundo.[100]

Seu comentarista, Étienne Cotta, explica:

> A confissão de nossa fé é nossa homenagem para com a realeza de Cristo. Ela não possui duas faces, uma pessoal e privada e outra pública — *Aquele que me confessar diante dos homens* [...] (Mateus 10.32; Marcos 8.38; Lucas 12.8); [também] *Jesus reconhecerá diante de seu Pai e diante de toda a corte celeste todo aquele que o confessar diante dos homens. De tal sorte* [...] *que na mesma medida que testemunhamos seu nome, seremos medidos por ele diante de Deus Pai.*[101]

Falando sobre a espada que é a Palavra de Deus, Mons. Pio escreveu:

> A espada é a mais aguda e mais afiada de todas as armas e a que tem como característica ser mais penetrante; [...] é a palavra de Deus, é a doutrina evangélica penetrando no coração dos homens e atingindo-os até na sua vida física e terrestre.

E acrescenta, quando

> [...] tomamos posse da nova vida, então, pela virtude do Verbo, somos separados das impurezas dos autores que nos deram origem. Cortados, separados pelo corte afiado da espada de Deus, discordamos daqueles sentimentos, se estes permanecerem nos laços da infidelidade. E quando a luta se trava entre nossa nova vida e a antiga, se não soubermos dar a preferência a Deus, se colocarmos o amor à família e à carne acima do amor àquele que divinamente nos adotou, nos tornaremos indignos da herança das bênçãos futuras.[102]

Falando da infidelidade geral de seu tempo, ele continua:

> Saibam: essa infidelidade geral que vocês usam como desculpa, mais agrava do que atenua seus erros. Diante dessa enorme apostasia, vocês deveriam declarar ainda mais alto sua fé e tornar-se assim um exemplo e um protesto [...]. Não são apenas as pessoas particularmente, mas os povos são chamados a prestar homenagem a Deus afirmando sua crença [...].[103]

Mas de onde nos virá a força para tal fidelidade?

> Nossa única força, nosso único apoio, é permanecermos firmes na fé, no temor a Deus, na esperança das bênçãos eternas, apoiados sobre a misericórdia divina, sabendo que é fiel aquele que disse: E eis que estarei convosco até a consumação dos séculos (Mateus 28.20); e porque sentimos que habita em nós, devemos a ele todas as nossas alegrias.[104]

Mons. Pio acrescenta:

> E não neguem que a prática ostensiva do cristianismo exige, às vezes, grande coragem. Por acaso Deus preparou seu céu para os tímidos, para os preguiçosos? Ao contrário, o Mestre não disse que "o Reino de Deus é tomado por violência", e que "os violentos dele se apossam com força"? (Mateus 11.12). E João, o discípulo do amor, sem detença não declara que "os que tremem", que não ousam confessar sua fé, terão a mesma sorte dos incrédulos, com os quais dividirão o lago de fogo? (Apocalipse 21.8; João 14.27).[105]

Mons. Eduardo Pio conclui descrevendo com a maior clareza qual era o combate de seu tempo, que hoje tornou-se ainda mais temível, em razão da presente dominação universal do espírito da Revolução, que se tornou mundial, contra Deus, contra sua Igreja e suas leis:

> A luta travada sob nossos olhos não é nada menos, e nos confessam, que o duelo entre a Revolução e a Igreja. A Revolução criou para a sociedade moderna um evangelho novo [expressão utilizada por Jules Ferry em seus discursos como ministro da Educação nacional quando apresentou o projeto de escola laica, escola sem Deus],[106] *nosso evangelho*, disse ele, incompatível com o Evangelho cristão.

Mons. Pio conclui:

> A Revolução, em sua essência, é a lei emanada das vontades humanas, colocada acima de qualquer lei, até mesmo daquela que teria descido do céu. Esse é o dogma fundamental da sociedade moderna qualquer que seja a forma política que assuma, mas sobretudo quando se apossa da forma democrática, que é sua forma adequada, a forma associada a seus princípios. Ora, um evangelho deve ter seus ministros: o ministro do evangelho moderno é o Estado, ou seja, a razão privilegiada desse ou

> daquele, encarregando-se do exercício do poder soberano em nome da razão coletiva, exercendo-o de uma forma imperial ainda mais irrecusável, por ser a razão eleita pela multidão. Diante dessa autoridade única, toda autoridade deve curvar-se; em todas as coisas a última palavra lhe pertence; e, se diante dela se apresenta um apostolado, mesmo que divino, que alega uma revelação divina em contradição com o dogma declarado do Estado, esse apostolado deve ser reduzido ao silêncio e despojado de seu poder. O povo, encarnado no Estado, tornou-se o *Imperator pontifex maximus* [título do Imperador romano] do mundo moderno [...].[107]

Para lutar contra esse pensamento único, sem Deus e contra Deus, é que nos próximos capítulos vamos nos voltar para o ensino bíblico sobre a usura, as balanças fraudulentas e sobre os dízimos.

A) A usura

Vamos ao primeiro caso que queremos tratar: a usura ou o empréstimo a juros. Esse assunto foi primeiramente desenvolvido no livro de Êxodo, naquela seção (o "Código da Aliança") que examinamos várias partes. Nosso texto, que se refere às leis relativas aos necessitados, se encontra em Êxodo 22.21-27. Quatro casos específicos são ali tratados: (1) a exploração do imigrante (verso 21); (2) a aflição da viúva e do órfão pela miséria (versos 22-24); (3) a importância de não aplicar juros sobre os empréstimos concedidos aos israelitas pobres (verso 25); e (4) não tomar como garantia os objetos necessários para a sobrevivência do pobre (versos 26 e 27).

Todos esses casos estão relacionados com pessoas economicamente vulneráveis. Este é o texto que nos interessa:

> Se emprestares dinheiro ao meu povo, ao pobre que está contigo, não te haverás com ele como credor que impõe juros. (Êxodo 22.25)

Vejamos os diversos aspectos desse texto: (a) O empréstimo é feito a um

israelita; (b) Trata-se de um infeliz que vive em Israel; (c) O comportamento aqui não deve ser como de um credor, isto é, que trata a questão simplesmente como um pagamento de uma dívida comercial; (d) A consequência: nenhum juro será exigido da pessoa.

Expliquemos melhor o sentido de algumas palavras.

Credor: em hebraico NO–SEH. Não se trata do usurário, daquele que exige juros sobre o empréstimo, mas de um simples credor que, por dureza de coração, exige o reembolso imediato de um empréstimo que uma pessoa pobre lhe deve. Trata-se de um empréstimo e não de um donativo ou esmola.

Juros: há uma palavra hebraica muito utilizada para juros, ME–SHEKI, que significa *mordida*. A distinção moderna entre *juros* (juros legítimo) e *usura* (juros ilegítimo) não existe no hebraico. A ideia aqui é aquela da mordida da serpente; no começo seu efeito parece mínimo, mas após um tempo, resulta em morte. Vale o mesmo para a cobrança de juros. À primeira vista pode parecer inócuo, mas com o tempo produz miséria, a bancarrota econômica e social daquele a quem foi exigido. O espírito desse mandamento é o mesmo que vemos no seguinte provérbio:

> Quem se compadece do pobre ao SENHOR empresta,
> e este lhe paga o seu benefício. (Provérbios 19.17)

Esse mesmo espírito encontramos nas palavras de nosso Senhor Jesus Cristo:

> Não andeis, pois, a indagar o que haveis de comer ou beber e não vos entregueis a inquietações. Porque os gentios de todo o mundo é que procuram estas coisas; mas vosso Pai sabe que necessitais delas. Buscai, antes de tudo, o seu reino, e estas coisas vos serão acrescentadas. Não temais, ó pequenino rebanho; porque vosso Pai se agradou em dar-vos o seu reino. Vendei os vossos bens e dai esmola; fazei para vós outros bolsas que não desgastem, tesouro inextinguível nos céus, onde não chega o ladrão, nem a traça consome, porque, onde está o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração. (Lc 12.29-34)

Esse espírito cristão também se reflete nestas palavras extraídas do Deuteronômio:

> Quando entre ti houver algum pobre de teus irmãos, em alguma das tuas cidades, na tua terra que o SENHOR, teu Deus, te dá, não endurecerás o teu coração, nem fecharás as mãos a teu irmão pobre; 8antes, lhe abrirás de todo a mão e lhe emprestarás o que lhe falta, quanto baste para a sua necessidade. (Deuteronômio 15.7-8)

E esta passagem acrescenta que no sétimo ano toda a dívida deveria ser perdoada:

> Guarda-te não haja pensamento vil no teu coração, nem digas: Está próximo o sétimo ano [ano em que todas as dívidas eram perdoadas], o ano da remissão, de sorte que os teus olhos sejam malignos para com teu irmão pobre, e não lhe dês nada, e ele clame contra ti ao Senhor, e haja em ti pecado. Livremente [doação e não empréstimo, porque em breve o empréstimo será perdoado], lhe darás, e não seja maligno o teu coração, quando lho deres; pois, por isso, te abençoará o Senhor, teu Deus, em toda a tua obra e em tudo o que empreenderes. Pois nunca deixará de haver pobres na terra [Mateus 26.11; João 12.8];[108] por isso, eu te ordeno: livremente, abrirás a mão para o teu irmão, para o necessitado, para o pobre na tua terra. (Deuteronômio 15.9-11)

Como é diferente esse espírito de amor ao próximo em comparação com aquele que anima o Estado Providência em que vivemos, que toma em nosso lugar, na frieza de sua ação burocrática, o amor concreto que todos nós, como cristãos, deveríamos manifestar para com o próximo que caiu na miséria. Um excelente exegeta judeu, Benno Jacob, comenta, com muita propriedade, essa passagem:

> A ajuda não deveria limitar-se às necessidades imediatas, mas, por meio de um empréstimo, proporcionar uma existência produtiva e independente.

E destaca a hierarquia no amor ao próximo assim:

> Se os israelitas e não israelitas [poderíamos dizer, os cristãos e os não cristãos] viessem até você para fazer um empréstimo, o israelita tinha a prioridade; se viessem um rico e um pobre, o pobre tinha a prioridade; um pobre de sua cidade ou da cidade

vizinha, o da sua cidade tinha a preferência.[109]

Isso porque nos é exigido o amor ao próximo, não ao que está distante. E até mesmo o Alcorão, quando ecoa a Torá e o Evangelho, nos devia corar de vergonha:

> Empreste a Deus [sejam caridosos e deem esmola] e Deus os recompensará.

E o apóstolo Paulo nos exorta no mesmo sentido:

> Não vos enganeis: de Deus não se zomba; pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará. Porque o que semeia para a sua própria carne da carne colherá corrupção; mas o que semeia para o Espírito do Espírito colherá vida eterna. E não nos cansemos de fazer o bem, porque a seu tempo ceifaremos, se não desfalecermos. Por isso, enquanto tivermos oportunidade, façamos o bem a todos, mas principalmente aos da família da fé. (Gálatas 6.7-10)

O livro de Levítico elucida bem o conteúdo do nosso mandamento:

> Se teu irmão empobrecer, e as suas forças decaírem, então, sustentá-lo-ás. Como [ainda que seja] estrangeiro [GER] e peregrino [TOSHAB] ele viverá contigo. Não receberás dele juros [ME-SHEKI (Neshek)] nem ganho [TARBITH]; teme, porém, ao teu Deus, para que teu irmão viva contigo. Não lhe darás teu dinheiro com juros [ME-SHEKI], nem lhe darás o teu mantimento por causa de lucro [TARBITH]. Eu sou o SENHOR, vosso Deus, que vos tirei da terra do Egito, para vos dar a terra de Canaã e para ser o vosso Deus. (Levítico 25.35-38)

Este capítulo de Levítico trata inteiramente do princípio de repouso dos anos sabáticos, como também do jubileu. Já examinamos essas questões quando tratamos do quarto mandamento, mas nos permitimos chamar sua atenção sobre o aspecto econômico dos três repousos sabáticos: a) O sábado, o repouso do sétimo dia da semana; b) O ano sabático, o sétimo ano, no qual

se fazia o reembolso das dívidas e o descanso da terra; c) O ano do jubileu, o quinquagésimo ano, no qual o escravo recobrava sua liberdade e a família, que havia vendido seus bens, retomava a posse sem pagamento.

O sistema sabático punha um freio moral e legal, religioso e social na acumulação incontrolada das riquezas. A economia de um mercado sem qualquer limite na aquisição de riquezas como conhecemos hoje (progressivamente implementado desde a Renascença dos séculos 15 e 16), simplesmente não seria possível na perspectiva do regime sabático preconizado na Bíblia. Nada no Novo Testamento nos indica que esse sistema, dado por Deus para a vida social e econômica dos homens, tenha sido anulado. Vejamos as consequências:

1. O sábado obrigava os senhores a respeitar semanalmente o repouso físico e espiritual da família, dos empregados domésticos e escravos temporários e até mesmo dos animais.

2. O ano sabático não permitia que as dívidas vigorassem perpetuamente, as quais eram perdoadas a cada sete anos. Essa lei também não permitia a exploração sem limite dos campos, que eram, igualmente, colocados para descansar no sétimo ano. 3. O jubileu tornava impossível a alienação definitiva da propriedade familiar em Israel e assegurava também, nesse período, o descanso em dobro das terras (49º e 50º anos), como também a libertação dos escravos.

4. Em Israel era impensável a existência de uma vida agrícola e econômica sem a intervenção e ação providencial de Deus, isso em função das estruturas imutáveis da aliança de graça e de juízo.

Consideremos mais de perto os versos 35 a 38:

a) Uma primeira observação. Os versos 36 e 37 utilizam, em nossa tradução (a Bíblia à la Colombe), as palavras *juros* e *usura*, que em nossa concepção

das coisas seriam entendidas como *juros razoável, portanto legítimo* e *usura exorbitante, portanto ilegítima*. Não é esse, absolutamente, o sentido das duas palavras, porque a gramática hebraica faz uso aqui de algo comum na retórica hebraica, isto é, divide em dois uma afirmação para permitir que seu significado seja mais preciso, mais exato e forte. De fato, a palavra que nossa Bíblia traduz por *juros* é a palavra que encontramos em Êxodo 24, ME-SHEKI (ou Neshek), que significa *mordida*. O juros calculado sobre o dinheiro emprestado é, portanto, uma mordida do capital emprestado, uma maneira de ferir o próximo, de destruí-lo. A segunda palavra utilizada nos versos 36 e 37 é TARBITH, que significa *aumento* ou *tornar numeroso*. Trata-se de todo o ganho, ilícito em si mesmo, sobre o capital ou sobre os produtos emprestados, através de juros cobrados em detrimento de outro. Veremos em nossa próxima exposição dos textos de Ezequiel (18.8,13,17 e 22.12), nos quais encontramos essas duas palavras estreitamente unidas, naquela que é a condenação mais veemente de toda a Bíblia a toda forma de empréstimo a juros, sejam moderados ou exorbitantes, pouco importa: que o juro seja cobrado de um pobre ou de um rico não muda em nada a repreensão feita pelo profeta.

b) O texto de Levítico é muito claro. A proibição não atinge apenas o irmão hebreu, *se teu irmão se tornar pobre*, mas também o *imigrante* ou o *residente temporário* (obrigatoriamente estrangeiro), a fim de que viva contigo (verso 35). O comentarista S. H. Kellogg — ainda que não veja claramente a maneira como esse texto reúne, de forma notável, *o irmão israelita*, o *imigrante estrangeiro* e *o residente temporário pobre* debaixo da mesma proteção, apesar disso explica muito bem o conteúdo jurídico do mandamento:

> O objetivo pretendido por essa lei é impedir, tanto quanto possível, o desenvolvimento daquela forma de pobreza que poderia levar um homem a se vender para sua

> sobrevivência. Toda a dívida é, necessariamente, um fardo, particularmente para os pobres. Mas uma dívida é um fardo mais pesado ainda quando juros são acrescentados à dívida original e, pior ainda, juros compostos. Assim, essa lei não proíbe somente a *usura*, no sentido moderno de juros excessivos, mas a cobrança do irmão israelita de qualquer que seja a forma de juro.[110]

c) O movimento do texto é claro. Trata-se i) de um irmão ou estrangeiro habitante do país e que se torna pobre; ii) a quem faltam recursos; iii) que deve ser sustentado; iv) ainda que se trate de um imigrante; v) a fim de que possa viver contigo. Em consequência, 1) não se deve exigir juro nem usura (a mesma coisa, trata-se de uma repetição hebraica); 2) e isso por temor a Deus.

> Portanto, nenhum pagamento com juros, nenhum aumento no preço dos alimentos, porque se trata de obedecer ao Deus abençoador, fiel, misericordioso e generoso, da aliança pela qual Israel saiu do Egito e recebeu como herança o belo país de Canaã. Deve-se ressaltar que Israel é o único povo do Oriente Médio Antigo a quem foi proibido, totalmente, emprestar aos pobres com juros.[111]

E tal mandamento não se aplicaria a nós que fomos libertados, pela Nova Aliança em Jesus Cristo, da escravidão de nossos pecados, para nos tornarmos cidadãos do Reino de Deus? Deus não permita!

Em seu comentário sobre Levítico, Andrew Bonar explica bem o alcance do nosso texto em relação ao Evangelho:

> Você não deve dizer: não importa que eu deixe meu irmão pobre em seu presente estado, porque logo vai receber uma ajuda melhor do que a que eu poderia lhe dar; porque o jubileu [para nós, o Reino de Deus] vai chegar logo. Não, diz o Senhor, nesse espaço de tempo você deve fazer tudo o que puder para ajudá-lo, ainda que não seja um parente ou um conhecido, mas um simples residente estrangeiro. Que ele viva com você, isto é, que prospere e possa assim viver de maneira conveniente. Seja generoso com ele! Mas, não o ajude simplesmente visando uma recompensa material futura (salvo aquela que receberemos na ressurreição dos justos, cf. Lucas 14.14); nenhum empréstimo com juros e menos ainda um aumento no preço dos alimentos fornecidos! Tema a Deus e faça tudo por amor a ele, por obediência à sua vontade. Que a realidade de sua própria

> redenção abra o seu coração para as necessidades dos outros, porque fiz você sair do Egito.[112]

É o que também diz o livro de Provérbios:

> O que guarda a lei é filho prudente, mas o companheiro de libertinos envergonha a seu pai. O que aumenta os seus bens com juros [*neshek*, mordida] e ganância [*tarbith*, ganho] ajunta-os para o que se compadece do pobre. O que desvia os ouvidos de ouvir a lei (a lei divina que o exorta a agir com misericórdia), até a sua oração será abominável. (Provérbios 28.7-9)

E o salmo 15, quando descreve o homem justo, rejeita categoricamente a prática do ganho ilícito através de qualquer tipo de juro:

> Quem, SENHOR, habitará no teu tabernáculo? Quem há de morar no teu santo monte? O que vive com integridade, e pratica a justiça, e, de coração, fala a verdade; o que não difama com sua língua, não faz mal ao próximo, nem lança injúria contra o seu vizinho; o que, a seus olhos, tem por desprezível ao réprobo, mas honra aos que temem ao SENHOR; o que jura com dano próprio e não se retrata; o que não empresta o seu dinheiro com usura, nem aceita suborno contra o inocente. Quem deste modo procede não será jamais abalado. (Salmos 15.1-5)

S. C. Mooney, em seu belo estudo, *Usura, a destruição das nações*,[113] após haver mostrado a que ponto os empréstimos são danosos para aqueles que os contraem, visto que

> O rico domina sobre o pobre, e o que toma emprestado é servo do que empresta. (Provérbios 22.7)

Demonstra em seguida que o ato de emprestar deveria ser a manifestação de uma caridade atuante e não a busca de um benefício ilícito. No próximo estudo veremos esse ponto de maneira mais detalhada. Vejamos o que escreveu Mooney:

> [...] do ponto de vista daquele que empresta, o empréstimo é um ato de caridade. A mais alta forma de caridade é a doação que nada exige daquele que a recebe, porque não lhe impõe nenhuma obrigação. O empréstimo é também uma forma de caridade, porque aquele que empresta não age por interesse. Um empréstimo

> pode ser descrito como o ato de prover alguma coisa a seu próximo, sob a condição de que lhe devolva após algum tempo. Aquele que empresta dá de sua abundância; se não tivesse nenhum bem disponível, não poderia emprestar. Se alguém tem algum bem que não usa e há outro que dele tem necessidade, emprestar livremente esse bem só pode ser definido como um ato de compaixão ou de caridade. A concepção bíblica sobre o empréstimo entre irmãos exclui toda ideia de lucro por parte de quem empresta. O empréstimo, segundo a Bíblia, não pode ser o ato de avançar sobre o bem de outro para aumentar os seus próprios bens. A compaixão pelo irmão em necessidade manifesta-se pela generosidade em emprestar. Essa compaixão é destruída pelo desejo de aumentar seus bens pela usura [e juros], ação que apenas aumenta a dependência, portanto, a escravidão eventual do devedor.[114]

Este é o ensino de Jesus Cristo:

> Se fizerdes o bem aos que vos fazem o bem, qual é a vossa recompensa? Até os pecadores fazem isso.
> E, se emprestais àqueles de quem esperais receber, qual é a vossa recompensa? Também os pecadores emprestam aos pecadores, para receberem outro tanto. Amai, porém, os vossos inimigos, fazei o bem e emprestai, sem esperar nenhuma paga; será grande o vosso galardão, e sereis filhos do Altíssimo. Pois ele é benigno até para com os ingratos e maus. Sede misericordiosos, como também é misericordioso vosso Pai. Não julgueis e não sereis julgados; não condeneis e não sereis condenados; perdoai e sereis perdoados; dai, e dar-se-vos-á; boa medida, recalcada, sacudida, transbordante, generosamente vos darão; porque com a medida com que tiverdes medido vos medirão também. (Lucas 6.33-38)
>
> Antes, dai esmola do que tiverdes, e tudo vos será limpo. (Lucas 11.41)
>
> Não temais, ó pequenino rebanho; porque vosso Pai se agradou em dar-vos o seu reino.
> Vendei os vossos bens e dai esmola; fazei para vós outros bolsas que não desgastem, tesouro inextinguível nos céus, onde não chega o ladrão, nem a traça consome, porque, onde está o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração. (Lucas 12.32-34)

Vemos aqui a preocupação em socorrer o próximo, o vizinho. Essa proximidade local, familiar, dos clãs, tribal, enfim, nacional, produz uma assistência de natureza orgânica ao mais fraco. Trata-se do amor ao próximo

e do reconhecimento do benfeitor por aquele que recebe a ajuda. Tal *caridade* e *dependência* e tal espírito de *reconhecimento* certamente seria um horror para a maior parte das pessoas da nossa sociedade, tão egoístas e orgulhosas, que preferem a assistência impessoal e abstrata do Estado Providência, que toma o lugar do temor a Deus e do amor ao próximo. Na visão bíblica não há lugar para uma assistência estatal, mas é a família e o clã local, que por amor, devem providenciar assistência ao próximo e aos necessitados. O comentário, como sempre tão sólido e prático de Rushdoony continua muito pertinente:

> Beneficiar-se da pobreza alheia é estritamente proibido. Os diferentes programas de Estado de ajuda social favorizam mais a burocracia que os próprios pobres. [...] Antigamente, o ministério em relação aos pobres era responsabilidade da Igreja do Novo Testamento, porque os cristãos de então se viam como o verdadeiro Israel de Deus. O diaconato foi instituído para tornar esse ministério eficaz (Atos 6.1-4). É interessante notar que o mesmo escritor que defende a cessação da lei, no entanto questiona se os crentes de hoje teriam o direito de fazer menos do que foi ordenado aos crentes da antiguidade.

E Rushdoony acrescenta:

> Cristo nos abriria a porta para uma obediência menor? Claro que não, mas para uma fidelidade e poder com eficácia ainda mais verdadeira em nossa vida de obediência.[115]

No capítulo 18 do livro de Ezequiel, encontramos a descrição de um filho que recusa andar nos caminhos iníquos e ímpios de seu pai:

> [...] não comer carne sacrificada nos altos, não levantar os olhos para os ídolos da casa de Israel e não contaminar a mulher de seu próximo; não oprimir a ninguém, não retiver o penhor, não roubar, der o seu pão ao faminto, cobrir ao nu com vestes; desviar do pobre a mão, não receber usura [*me-sheki*, mordida] e juros [*tabith*, ganho], fizer os meus juízos e andar nos meus estatutos, o tal não morrerá pela iniquidade de seu pai; certamente, viverá. (Ezequiel 18.15-17)

O rabino J. H. Hertz comenta assim nosso texto de Levítico:

> Que imenso contraste neste caso, em relação ao tratamento dado ao pobre

> endividado na Roma antiga! O credor romano tinha o direito de colocá-lo em cárcere privado, acorrentá-lo em uma viga, vendê-lo como escravo e até, se quisesse, matá-lo. Se o devedor tivesse dívidas com vários credores, a Lei romana das Doze Tábuas autorizava os credores a destrinchar seu corpo em pedaços; e se um dos credores tomasse uma parte de sua pessoa proporcionalmente maior do que teria direito, os outros credores não poderiam reclamar nenhuma compensação.[116]

Em contraste, como nos maravilhamos com a santa, boa e justa lei divina, e exclamamos com o salmista:

> Os preceitos do Senhor são retos e alegram o coração; o mandamento do Senhor é puro e ilumina os olhos. O temor do Senhor é límpido e permanece para sempre; os juízos do Senhor são verdadeiros e todos igualmente, justos. São mais desejáveis do que ouro, mais do que muito ouro depurado; e são mais doces do que o mel e o destilar dos favos. Além disso, por eles se admoesta o teu servo; em os guardar, há grande recompensa. (Salmo 19.8-11)

Leia também Salmos 15.5 e Provérbios 28.8.

Que o Deus misericordioso e fiel, da Aliança com seu povo Israel, nos capacite, a nós, fiéis da Nova Aliança, a sempre amar suas leis e colocá-las em prática e, de coração, obedecer ao nosso Salvador e Senhor Jesus Cristo.

Amém.

Capítulo XI: A usura (2)

Introdução

Neste capítulo terminaremos nossa exposição sobre a usura ou empréstimo a juros. Em nosso próximo estudo examinaremos a questão da fraude nos pesos e medidas, o que nos levará às nossas últimas exposições sobre o oitavo mandamento, nas quais examinaremos a questão fundamental sobre o ensino bíblico dos dízimos e sua aplicação atual.

No último capítulo tínhamos considerado o juízo negativo que o conjunto da Escritura faz sobre o empréstimo a juros. Agora, daremos sequência ao nosso estudo, examinando um texto muito controverso que deixamos de lado por demandar mais tempo. Trata-se de Deuteronômio 23.19-20. Deus às vezes autoriza o empréstimo a juros? Se sim, por quê? Leiamos nosso texto:

> A teu irmão não emprestarás com juros [*me-sheki*, mordida, usura; em inglês: usury], seja dinheiro, seja comida ou qualquer coisa que é costume se emprestar com juros [*me-sheki*, mordida, usura]. Ao estrangeiro emprestarás com juros, porém a teu irmão [*ach*] não emprestarás com juros, para que o Senhor, teu Deus, te abençoe em todos os teus empreendimentos na terra a qual passas a possuir. (Deuteronômio 23.19-20)

Esse foi o principal texto utilizado, particularmente a partir da Reforma, para justificar o empréstimo a juros no comércio e no sistema financeiro. Mas antes de vermos o aspecto histórico desse ponto da ética, examinemos o que diz exatamente nosso texto e qual é seu verdadeiro significado.

(1) Até aqui constatamos que todo o ensino da Bíblia apresenta a prática de juros (ou da usura) aplicados ao dinheiro ou sobre os alimentos — ou qualquer que seja o material emprestado — como sendo algo particularmente danoso. Nosso texto nos lembra também que nenhuma cobrança de juro era autorizada em relação ao irmão, seja em razão de *dinheiro* emprestado, ou

empréstimo de *alimento*, ou *qualquer outra coisa*. Vimos também que tal prática era proibida não somente entre judeus, mas também para com imigrantes e estrangeiros residentes temporários em Israel (Levítico 25.35-38).

(2) Em seguida vem a concessão:

> Ao estrangeiro [*nokri*] emprestarás com juros [*me-sheki*, mordida] porém a teu irmão [*ach*] não emprestarás com juros. (Deuteronômio 23.20)

Vimos que Êxodo 22.25 proíbe, absolutamente, toda forma de empréstimo a juros em Israel, particularmente *ao pobre que está contigo*. Em Levítico 25.35-37 também vimos que essa proibição incluía o estrangeiro [o *ger*] e o estrangeiro residente temporário [*toshab*, o trabalhador temporário ou o comerciante itinerante], ou seja, aqueles que se estabelecessem por algum tempo em Israel como imigrantes mais ou menos permanentes. Essa interdição havia sido confirmada pelas proibições, sem quaisquer limites, que encontramos nos Salmos e no livro dos Provérbios:

> O que aumenta os seus bens com juros [*me-sheki*] e ganância [*tarbith*, ganho injusto, aumento] ajunta-os para o que se compadece do pobre. (Provérbios 28.8)
>
> O que vive com integridade, e pratica a justiça, e, de coração, fala a verdade; [...] o que não empresta o seu dinheiro com usura [*me-sheki*, mordida], nem aceita suborno contra o inocente. Quem deste modo procede não será jamais abalado. (Salmos 15.2 e 5)

A injustiça vê, rapidamente, dissipar-se os bens mal adquiridos. Os bens adquiridos por meio de atos injustos, como o empréstimo a juros ou a usura, serão mais tarde recolhidos pelos justos. Sobretudo, vemos a reprovação dos juros expressa nas diversas leis, nas denúncias proferidas com veemência, em particular pelos profetas Ezequiel e Amós, mas também por Neemias. Em cada um desses textos vemos a condenação unânime e veemente dos autores bíblicos a toda forma de usura ou de empréstimo a juros.

Vejamos a descrição que Ezequiel nos dá dos traços morais do pecador endurecido, da cidade apóstata de Israel:

> Eis que os príncipes de Israel, cada um segundo o seu poder, nada mais intentam, senão derramar sangue [6º mandamento].
>
> No meio de ti, desprezam o pai e a mãe [5º mandamento], praticam extorsões contra o estrangeiro [6º e 8º mandamentos] e são injustos para com o órfão e a viúva [8º mandamento].
>
> Desprezaste as minhas coisas santas e profanaste os meus sábados [4º mandamento e 1º, 2º e 3º mandamentos].
>
> Homens caluniadores se acham no meio de ti, para derramarem sangue [6º e 9º mandamentos]; no meio de ti, comem carne sacrificada nos montes e cometem perversidade [coisas horrorosas, abominações = idolatrias]
>
> No teu meio, descobrem a vergonha de seu pai [5º e 7º mandamentos] e abusam da mulher no prazo da sua menstruação [7º mandamento].
>
> Um comete abominação [adultério] com a mulher do seu próximo, outro contamina torpemente a sua nora [7º mandamento], e outro humilha no meio de ti a sua irmã, filha de seu pai [7º mandamento].
>
> No meio de ti, aceitam subornos para se derramar sangue [6º e 9º mandamentos]; usura [ME-SHEKI, mordida] e lucros [TARBIT, crescimento, 8º mandamento] tomaste, extorquindo-o; exploraste o teu próximo com extorsão [8º mandamento]; mas de mim te esqueceste [o Decálogo inteiro], diz o Senhor Deus [Adonai Yawé]. (Ezequiel 22:6-12)

Isaías se expressa de forma semelhante:

> Eis que o Senhor vai devastar e desolar a terra, vai transtornar a sua superfície e lhe dispersar os moradores.
> O que suceder ao povo sucederá ao sacerdote; ao servo, como ao seu senhor; à serva, como à sua dona; ao comprador, como ao vendedor; ao que empresta, como ao que toma emprestado; ao credor [aquele que empresta a juros ou usura: ME-SHEKI, mordida], como ao devedor [aquele que empresta a juros ou usura ME-SHEKI, mordida].
>
> A terra será de todo devastada e totalmente saqueada, porque o Senhor é quem proferiu esta palavra. (Isaías 24.1-3)

E Jeremias também:

> Ai de mim, minha mãe! Pois me deste à luz homem de rixa e homem de

> contendas para toda a terra! Nunca lhes emprestei com usura [a juros, com mordida ME-SHEKI], nem eles me emprestaram a mim com usura [a juros, com mordida ME-SHEKI]; todavia, cada um deles me amaldiçoa. (Jeremias 15.10)

O profeta Amós resume nestes termos todo o horror que reina nesse povo que se considera povo de Deus, mas que, no entanto, é tão voraz, tão ávido por ganhar dinheiro de qualquer maneira:

> Porque sei serem muitas as vossas transgressões e graves os vossos pecados; afligis o justo, tomais suborno [corrompem-se com presentes, KOPHER, com tonéis de vinho] e rejeitais os necessitados na porta [onde se reúne o tribunal]. Portanto, o que for prudente guardará, então, silêncio, porque é tempo mau.
> Buscai o bem e não o mal, para que vivais; e, assim, o Senhor, o Deus dos Exércitos, estará convosco, como dizeis. Aborrecei o mal, e amai o bem, e estabelecei na porta o juízo; talvez o Senhor, o Deus dos Exércitos, se compadeça do restante de José. (Amós 5.12-15)

(3) Então, diante de uma condenação tão unânime a esse amor ao dinheiro, raiz de todos os males (1 Timóteo 6.10), dessa vontade de servir a Deus e a Mamon — as riquezas (Mateus 6.24; Lucas 16.13) — diante de tudo isso qual seria o significado da concessão colocada em Deuteronômio 23.20?

Leiamos mais uma vez nosso texto:

> A teu irmão não emprestarás com juros [usura, mordida ME-SHEKI], seja dinheiro, seja comida ou qualquer coisa que é costume se emprestar com juros. Ao estrangeiro [NOKRI] emprestarás com juros [usura, mordida ME-SHEKI], porém a teu irmão não emprestarás com juros, para que o Senhor, teu Deus, te abençoe em todos os teus empreendimentos na terra a qual passas a possuir. (Deuteronômio 23.19-20)

Em primeiro lugar podemos dizer que a palavra traduzida por estrangeiro [NOKRI, em hebraico] tem uma conotação muito negativa. Trata-se de um homem que é *estrangeiro* de fato, de uma pessoa *estranha* a Israel, um *desconhecido*, uma pessoa *não assimilada*, por assim dizer, alguém que trafega por Israel sem nenhum compromisso. Aqui não se trata de GER (o

estrangeiro estabelecido em Israel, quase um prosélito), nem de TOSHAB (o trabalhador temporário) de Levítico 25, mas do estrangeiro que era hostil à fé de Israel, um não israelita, um homem separado da cultura teocrática e teonômica de Israel. A palavra NOKRI poderia se aproximar das palavras francesas *métèque* [estrangeiro inassimilável] e *rastaquouère* [aventureiro suspeito]. Trata-se, decididamente, de uma pessoa "estrangeira", estranha aos costumes e mentalidade do povo em que vive. Destacamos que, no livro dos Provérbios, a palavra feminina NOKRIYA significa *prostituta* ou *mulher adúltera*.[117]

Portanto, poderia tratar-se de mercadores ou comerciantes malvistos em Israel porque eram realmente estrangeiros, tais como fenícios, sírios ou amorreus; comerciantes de passagem por Israel para ali fazer negócios. Então, poderíamos perguntar, por que seria permitido emprestar-lhes dinheiro a juros, coisa em si mesma iníqua e absolutamente proibida, ação totalmente contrária ao espírito da justiça bíblica aplicada às esferas financeira e comercial, de maneira justa e abençoadora, própria do oitavo mandamento?

Antes de responder a essa questão, citaremos ainda um caso no qual a Bíblia manifesta sua oposição radical a toda forma de empréstimo a juros. No livro de Neemias, vemos que os israelitas vindos da Babilônia se entregaram a esse tipo de comércio de dinheiro — o empréstimo a juros ou usura — com ganho ilícito e criminoso sobre o capital emprestado a seus próprios irmãos. O relato que citamos fala por si mesmo. Leiamos:

> Foi grande, porém, o clamor do povo e de suas mulheres contra os judeus, seus irmãos.
> Porque havia os que diziam:
> (a) Somos muitos, nós, nossos filhos e nossas filhas; que se nos dê trigo, para que comamos e vivamos.
> Também houve os que diziam:
> (b) As nossas terras, as nossas vinhas e as nossas casas hipotecamos para tomarmos trigo nesta fome.

> Houve ainda os que diziam:
>
> (c) Tomamos dinheiro emprestado até para o tributo do rei, sobre as nossas terras e as nossas vinhas. No entanto, nós somos da mesma carne como eles, e nossos filhos são tão bons como os deles; e eis que sujeitamos nossos filhos e nossas filhas para serem escravos, algumas de nossas filhas já estão reduzidas à escravidão. Não está em nosso poder evitá-lo; pois os nossos campos e as nossas vinhas já são de outros. (Neemias 5.1-5)

Essa era a situação de penúria do povo hebreu que retornou do exílio. Era particularmente difícil porque no primeiro ano, após seu retorno, seus campos e vinhas não tinham nenhuma produção, pois não tinham sido semeados no ano anterior. Estavam, portanto, reduzidos à miséria a ponto de serem obrigados a emprestar dinheiro a juros (mordida) de seus próprios irmãos, que dessa maneira os mordiam e os roubavam através de juros ilícitos (ganho fictício) sobre as quantias emprestadas. Agora, vejamos a reação de Neemias:

> Ouvindo eu, pois, o seu clamor e estas palavras, muito me aborreci.
> Depois de ter considerado comigo mesmo, repreendi os nobres e magistrados e lhes disse: Sois usurários [MASHAH = exigência, palavra próxima de ME-SHEKI = usura, mordida], cada um para com seu irmão; e convoquei contra eles um grande ajuntamento.
>
> Disse-lhes: nós resgatamos os judeus, nossos irmãos, que foram vendidos às gentes, segundo nossas posses; e vós outra vez negociaríeis vossos irmãos, para que sejam vendidos a nós?
> Então, se calaram e não acharam o que responder. Disse mais: não é bom o que fazeis; porventura não devíeis andar no temor do nosso Deus, por causa do opróbrio dos gentios, os nossos inimigos?
> Também eu, meus irmãos e meus moços lhes demos dinheiro emprestado e trigo. Demos de mão a esse empréstimo.
>
> Restituí-lhes hoje, vos peço, as suas terras, as suas vinhas, os seus olivais e as suas casas, como também o centésimo do dinheiro, do trigo, do vinho e do azeite, que exigistes deles [MASHAH = exigência, extorsão].
> Então, responderam: Restituir-lhes-emos e nada lhes pediremos; faremos assim como dizes [...]. E toda a congregação respondeu: Amém! (Neemias 5.1-13)

Voltemos agora à nossa questão: por que o mandamento de Deuteronômio

23.20 permite ao povo hebreu emprestar com juros [usura, mordida MESHEKI] ao estrangeiro, a um NOKRI, um estrangeiro hostil à Israel? Esta é a explicação dada por Calvino em seu comentário sobre Jeremias:

> Como os pagãos exigiam juros dos judeus, se isso não fosse recíproco, justo e mútuo [*mutuum*, em latim], como diz o ditado, a condição do povo de Deus seria pior que a dos pagãos. Assim, Deus permite a seu povo exigir juros, mas não entre eles mesmos.[118]

Notemos que a razão dada por Calvino não diz respeito à usura em si, ou seja, receber mais que o capital emprestado. Também não se reporta a outros textos da Escritura que condenam toda forma de empréstimo a juros. A razão invocada é a da necessária reciprocidade — mutualidade — em tais transações, para que fosse respeitada a equidade entre judeus e pagãos no exercício de ações de extorsão! Calvino aqui esqueceu completamente a aliança de Deus com seu povo. Uma ação iníqua — a usura, o empréstimo a juros — exercida por um povo apóstata sobre um povo cristão, de maneira alguma poderia justificar o fato deste mesmo povo entregar-se (de forma recíproca e em igualdade de condições) a tão grande iniquidade! Foi assim que o historiador católico, Michael Hoffman, após ter descrito a oposição radical de Martinho Lutero a todo empréstimo a juros,[119] descreveu a posição bem diferente de João Calvino:

> Outros pais fundadores do protestantismo foram, de sua parte, influenciados pelos argumentos nominalistas dos casuístas romanos. Entre eles, o mais importante foi o jurista reformado, tornado teólogo, Jean Cauvin [nome de origem]. João Calvino (1509-1564) nisso inspirou-se no pensamento do jurista católico francês, Charles du Moulin (1500-1556) e, particularmente no teólogo reformado que vulgarizou o ensino de Du Moulin, François Hottman (1524-1590). Por seu lado, o pensamento de Charles du Moulin sobre essa questão foi influenciado pelo teólogo alemão Konrad Summenhart (1450-1502) que não considerava que o empréstimo a juros fosse ilícito por natureza. Para ele cada empréstimo deveria ser julgado em função das circunstâncias próprias daquele que recebia o empréstimo. Enquanto a taxa de juros exigida fosse “razoável”, não havia nada de imoral em se exigir juro sobre empréstimo destinado ao aumento

> da produção. Assim, o católico Charles du Moulin revertia completamente o significado da antiga proibição, chegando a afirmar que o devedor que não pagasse juros sobre um capital produtivo, de fato roubava o credor![120]

Michael Hoffman continua:

> Foi desse meio católico romano que Calvino tirou sua doutrina sobre o empréstimo a juros. Esse defensor da autoridade única da Escritura, que não cessou de atacar e vilipendiar os católicos porque estes colocavam a tradição no mesmo plano da Escritura, fundamentou seu ensino econômico sobre as tradições teóricas de juristas a respeito da equidade, ensino casuístico romano, que anulava o que havia sido prescrito no Antigo Testamento sobre a usura. Calvino afirmou, então, que as leis do Antigo Testamento não tinham força para constranger os cristãos a obedecer a proibição absoluta de se exigir juros em empréstimos feitos entre os próprios crentes. Não seria possível fazer o mesmo com as palavras de Cristo quando tratou desse assunto no Evangelho de Lucas (6.35 e 16.11-12). Ele recorreu, então, à distinção nominalista que já evocamos entre um juro "moderado" e um juro "mordaz".[121]

Hoffman prossegue:

> Um mestre de Calvino, o teólogo protestante Martin Bucer (1491-1551), em seu *Tractatus de Usuris*, estendeu o argumento dos nominalistas quando afirmou que a palavra *neshek*, traduzida por "usura", significava simplesmente que alguns juros eram tão excessivos que constituíam verdadeiras "mordidas" sobre o devedor e que somente esse tipo de juro era proibido. Depois de Bucer, o teólogo protestante de Zurique, Heinrich Bullinger (1504-1575), escreveu: "A usura é proibida pela Palavra de Deus quando ela acaba por morder [*neshek*] o próximo".

Um crítico inglês de Bucer e de Bullinger debochava da originalidade teológica desses teólogos em termos bastante humorísticos:

> A rejeição a toda forma de juro foi julgamento geral da Igreja Cristã por aproximadamente 1500 anos e isso sem a menor dissensão. Como, então, era simplória essa Igreja de Jesus Cristo que nunca conseguiu enxergar a legitimidade de uma simples cobrança de juros antes de nossa era![122]

Mas devemos procurar a fonte desses erros exegéticos em momento anterior, na casuística talmúdica judaica. Vejamos o que escreveu, em 1713, o teólogo

inglês John Edwards sobre a maneira com que Bucer e Bullinger apenas repetiam, como papagaios, os argumentos dos rabinos:

> Os rabinos judeus distinguiam entre *neshek* e *tarbith*; o primeiro, diziam, vem de uma palavra que significa "morder"; [...] eles consideravam, consequentemente, que a palavra *neshek* se referia a uma usura abusiva que mordia e devorava o devedor, prática que sabiam ser proibida pela Lei. [...] Mas, diziam, a outra palavra, *tarbith*, que diz respeito apenas a um *ganho*, ou seja, a qualquer valor que sobrepasse o principal, se refere a um tipo de usura moderada e tolerável. [...] Mas, acrescenta John Edwards, trata-se aqui de pura fantasia, que não possui nenhum fundamento nas Santas Escrituras, porque elas não condenam somente *neshek*, mas também *tarbith*. No que concerne à palavra *neshek* é evidente que se trata de um termo geral que engloba toda a forma de usura e que é o termo hebraico usado para nomear essa prática e que mostra em si mesmo a gravidade do pecado e não somente uma distinção qualquer entre diversas formas de usura. [123]

Consideremos, agora, alguns aspectos da posição defendida por Tomás de Aquino. No artigo I da Pergunta 78, da segunda parte da Suma Teológica, que trata da questão da usura ou do empréstimo a juros, podemos constatar que seu procedimento é diferente dos três reformadores, Bucer, Calvino e Bullinger. Em primeiro lugar, vejamos a questão colocada, segundo o método escolástico então vigente:

É pecado receber juros sobre dinheiro emprestado?

Seguindo esse método, Tomás responde a uma série de seis objeções ou dificuldades. Mencionaremos somente as duas primeiras, que utilizam argumentos bíblicos:

> Não parece. De fato, não podemos pecar quando seguimos o exemplo de Jesus Cristo. Ora, Jesus Cristo fala sobre isso na parábola mencionada por São Lucas: "Na minha vinda o receberia com juros" (Lucas 19.23) se tratava de um empréstimo a juros. Então não é pecado receber juros sobre dinheiro emprestado. [124]

Vejamos a solução que ele dá a essa objeção:

> Os juros referidos pelo Evangelho devem ser entendidos num sentido metafórico; eles designam os bens espirituais exigidos por Deus e distribuídos a mais, para que deles sempre façamos o melhor uso; mas isso para o nosso benefício e não de Deus.[125]

Fica claro que o exemplo citado na parábola dos talentos é ilustrativo, metafórico, uma imagem que fala da necessidade de multiplicar os dons recebidos de Deus e não uma justificação do empréstimo a juros e da usura, que não multiplica (de fato) nada.

A segunda dificuldade é a seguinte:

> O salmista fala que a lei divina é perfeita (Sl 18.8), porque ela condena o pecado. Mas a legislação deutoronômica autoriza o empréstimo a juros: A teu irmão não emprestarás com juros, seja dinheiro, seja comida ou qualquer coisa que é costume se emprestar com juros. Ao estrangeiro emprestarás com juros (Deuteronômio 23.19-20). E mais, o mesmo livro inspirado faz disso uma recompensa para os que observaram a lei: emprestarás [LAVAH, Deuteronômio 28.12 e 44] recebendo juros a muitas gentes, porém tu não tomarás emprestado. Então, não é pecado receber juros.[126]

O domínio de Israel sobre as nações hostis não é aqui um benefício, mas um julgamento de Deus. Será assim também quando a maldição divina cair sobre o Israel infiel, e também cairá sobre o povo da Nova Aliança quando este tornar-se infiel. O domínio atual dos bancos — em sua maior parte israelitas — sobre as nações outrora cristãs, evidenciam isso claramente. É assim que Moisés descreve o julgamento de Deus por causa da infidelidade de Israel:

> O estrangeiro que está no meio de ti se elevará mais e mais, e tu mais e mais descerás.
> Ele te emprestará a ti, porém tu não lhe emprestarás a ele; ele será por cabeça, e tu serás por cauda.
> Todas estas maldições virão sobre ti, e te perseguirão, e te alcançarão, até que sejas destruído, porquanto não ouviste a voz do Senhor, teu Deus, para guardares os mandamentos e os estatutos que te ordenou. (Deuteronômio 28.43-45)

Notem que aqui Tomás apresenta dois dos argumentos bíblicos dos mais fortes a favor da legitimidade do empréstimo a juros. Vejamos a resposta que ele dá às dificuldades levantadas por esse texto de Deuteronômio:

> Era proibido aos judeus cobrar juros de *seus irmãos*, isto é, dos outros judeus; o que dá a entender que receber juros sobre um empréstimo, de qualquer pessoa que se receba, é absolutamente errado. De fato, devemos olhar todo o homem como nosso próximo e nosso irmão (Sl 35.13-14), sobretudo depois da lei evangélica que deve reger a humanidade. O salmista (Sl 15.5) e Ezequiel, quando falam do justo, afirmam sem restrição que o justo é aquele que *não recebe usura e juros* (Ezequiel 18.17). Os judeus não foram autorizados a receber juros dos estrangeiros porque era lícito, mas isso foi tolerado para evitar um mal maior, isto é, o receio de que incitados pela avareza da qual eram escravos, como diz Isaías (Is 56.11), recebessem juros dos próprios judeus [como em Neemias 5], adoradores do verdadeiro Deus.[127]

O mesmo vemos, em Deuteronômio, sobre a autorização do divórcio, que, como nos diz Cristo, tinha uma regulamentação contrária *no começo da criação* (Mateus 19.3-9; Deuteronômio 24.1). No entanto, tinha sido autorizado *por causa da dureza do vosso coração* (Mateus 19.8). Vale o mesmo para a autorização dada por Moisés para se cobrar juros dos estrangeiros. Tratava-se de uma acomodação bíblica ao pecado dos homens, contrária aos princípios essenciais da lei, resumidos no mandamento que sintetiza toda a lei: amar a Deus de todo o seu coração, de toda a sua alma e de toda a sua força, e ao próximo como a si mesmo. Vejamos a conclusão de Tomás de Aquino sobre essa segunda dificuldade:

> Quanto à recompensa prometida por Deuteronômio (28.12): *Emprestarás com juros* (*foenerabis*) *a muitas nações*, a palavra empréstimo (*foehns*) deve ser entendida aqui no sentido lato, por empréstimo puro e simples (*mutuum*) [ainda mais que a tradução da Vulgata nesse ponto está errada, pois o texto hebraico não menciona a palavra juro].[128] A recompensa que Deus promete aos judeus é uma abundância de riqueza tão grande que permitirá emprestar aos outros.[129]

Sua conclusão sobre esse ponto é a seguinte:

> Receber juro pelo uso de dinheiro emprestado é por si só injusto, porque é exigir o pagamento do que não existe; o que constitui, evidentemente, uma ilegalidade contrária à justiça. Para se convencer disso é preciso lembrar que a utilização de certos objetos se confunde com o seu consumo; assim, consumimos o vinho, do qual nos servimos como bebida, e o trigo, do qual nos servimos como alimento. Em trocas dessa natureza, não devemos considerar o uso do objeto à parte de sua própria realidade, mas pelo próprio fato de admitirmos seu uso a outro, o próprio objeto é cedido. Por isso que, para essa espécie de objetos, o empréstimo transfere a propriedade. Então, se alguém quisesse vender separadamente o vinho do seu uso, esse venderia duas vezes a mesma coisa, ou melhor, venderia o que não existe. Evidentemente, essa pessoa cometeria uma injustiça.
>
> Pela mesma razão, pecaria contra a justiça aquele que emprestasse vinho ou trigo e exigisse duas compensações, uma a título de restituição equivalente ao objeto em si, e outra como preço pelo seu uso (*usus*), daí o nome de usura (*usura*).
>
> Por outro lado, há objetos cujo uso não se confunde com seu consumo. Assim, o uso de uma casa consiste em habitá-la, não em destruí-la [como quando se come uma fruta ou se gasta dinheiro]; pode-se, então, fazer uma distinção entre uso e propriedade; por exemplo, vender uma casa da qual tivemos o direito de aproveitar por algum tempo ou, ao contrário, ceder o uso da casa [alugá-la], mas mantendo o direito à propriedade [usufruto potencial]. Por isso temos o direito de exigir pagamento pelo usufruto [aluguel] de uma casa e depois pedir de volta a casa cedida, como é o caso nos arrendamentos e nas locações de imóveis.

Tomás de Aquino conclui:

> Quanto ao dinheiro em moedas, Aristóteles observou que foram inventadas para facilitar as trocas; então, seu uso próprio e principal é no tocante ao consumo, isto é, para ser gasto, porque para isso é utilizado nas compras e vendas. Em consequência, por si só é injusto exigir pagamento pelo uso do dinheiro emprestado; é nisso que consiste a usura [o juro]. E assim como temos de devolver os bens adquiridos injustamente, também temos de restituir o dinheiro recebido a título de juros.[130]

O que se destaca nessas diversas considerações é que emprestar dinheiro a juros nunca é uma boa ação; aliás, é o que indicam as palavras hebraicas *mordida*, um *aumento* ilegítimo do capital emprestado. Trata-se, portanto, de um roubo efetuado por quem empresta sobre aquele que tomou emprestado, ou seja, um roubo do credor sobre o devedor. Se o credor é pobre ou rico, se

os juros são elevados ou baixos, em nada muda o verdadeiro conteúdo da lei. Permitir que Israel emprestasse dinheiro a juros (ou bens) aos estrangeiros que lhes eram hostis e que, de fato, eram seus inimigos, na verdade não era um benefício econômico, mas um ato hostil, um ato de guerra, porque é sempre prejudicial àquele que tomou o empréstimo e terá de pagar um juro ou juro composto — aumento progressivo da quantia devida — denominado em hebraico, devidamente, “mordida”.

É particularmente interessante notar que, na legislação da Torá, os estrangeiros amáveis em relação a Israel e que habitavam no meio do povo judeu eram poupados da mesma sorte dos estrangeiros inimigos de Israel, que podiam ser fraudados pelas medidas agressivas de extorsão econômica. Para tomar apenas um exemplo bem conhecido, que diz muito sobre a atualidade desse ensino da Torá que examinamos, podemos citar o domínio dos Rothschild sobre as nações do Ocidente, desde o final das guerras napoleônicas, que as reduziu cada vez mais — por causa da sua própria cobiça — a um estado de dependência financeira dessa família de banqueiros. Mas, infelizmente, essa não foi a leitura da casuística romana nominalista do fim da Idade Média, nem de alguns dos mais eminentes Reformadores do século 16 que, para nossa infelicidade, seguiram os erros dos casuístas de Roma, em detrimento de uma leitura bíblica, patrística e escolástica e até mesmo reformada da Lei de Deus.

Bucer, e depois dele Bullinger e Calvino, insistiram no fato — evidente nos textos bíblicos que citamos — de que a proibição dos juros/usura se aplica, em primeiro lugar, a toda a forma de exploração abusiva da miséria dos pobres, os quais seriam reduzidos, pelo empréstimo a juros (a mesma coisa que a usura), à pobreza mais terrível e à situação de escravidão. Depois, Calvino e seus colegas, deixando o ensino bíblico, imaginaram uma distinção (não bíblica, mas rabínica) entre o empréstimo usurário (a juro excessivo),

proibido aos pobres, e o empréstimo normal (a juro moderado), autorizado nas transações comerciais, industriais e financeiras. Não é doutrinário (não tem nenhum fundamento bíblico) e foi executado pelo próprio Calvino na esteira da casuística romana dos séculos 15 e 16. Essa casuística fraudulenta, aplicada à ética dos negócios, foi confirmada através de uma decisão fundamental do papa Medici, Leão X, que mais tarde excomungou Martinho Lutero[131]. Assim, o papa do banco dos Medici escancarou a porta para a legitimação — os Medici possuíam, antes do surgimento dos Fugger, o grande banco da época — da prática, universalmente aceita hoje (com exceção de alguns bancos islâmicos), do empréstimo bancário a juros. Citemos aqui, ainda, o historiador católico romano, Michel Hoffman:

> Giovanni di Lorenzo de Medici, o Papa Leão X, alterou o dogma solene, mantido em vigor pela Igreja Católica Romana desde sua fundação, e, como "pontífice soberano", declarou que a prática dos Bancos de Crédito de cobrar juros nos empréstimos, de maneira alguma era uma ação pecaminosa, mas a fonte, de fato, dos méritos. Toda pessoa que declarasse isso como pecado seria, declarava o papa Medici, excomungada.[132]

Até então a usura (ou o juro), isto é, o ato de num empréstimo receber de volta uma quantia em dinheiro a mais ou em forma de objetos, havia sido considerada pelo cristianismo em toda parte — tanto o ortodoxo como o católico romano — como um pecado grave e até mesmo um crime que resultava em pesadas sanções religiosas e jurídicas. A oposição da cristandade — desde os Pais dos primeiros séculos aos escolásticos da alta Idade Média — eram unânimes em condenar o princípio do aumento da quantia emprestada quando de seu reembolso. A razão disso era a distinção (que Tomás de Aquino havia simplesmente resgatado) entre bens de consumo (dizia-se *fungíveis*) e bens não consumíveis (dizia-se *não fungíveis*). Um bem fungível, consumível, automaticamente se extinguiria pelo seu uso. É o caso do dinheiro ou da comida; e era considerado que reclamar um acréscimo à

quantia emprestada seria como inventar um bem — o juro — que não tinha nenhuma relação com o objeto da troca, o dinheiro, que era inteiramente consumido por toda transação monetária. Todos esses desenvolvimentos nos trazem à memória as palavras de Cristo:

> Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um e amar ao outro, ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas. (Mateus 6.24)

Há um ditado popular que expressa bem isso: “Você não pode ter [ao mesmo tempo] a manteiga e o dinheiro da manteiga”. Por quê? Porque se você tiver a manteiga, você já consumiu — gastou — o dinheiro (bem fungível, consumível); se você tem o dinheiro porque não o gastou, você não pode ter a manteiga, que também se extingue a partir do momento que você a consome. Assim, é irracional e irreal querer possuir a manteiga, e além da manteiga, o dinheiro, e além do dinheiro, o juro, isto é, a quantia emprestada e o valor a mais, fictício, acrescentado a essa quantia. Porém, seria totalmente diferente para os bens não fungíveis, não consumíveis, tais como os animais de carga, o arado, uma casa, um apartamento, um campo, cujo empréstimo ou locação poderia ser rentável, por um aluguel ou algo de benefício legítimo. Foi por isso que com o desenvolvimento do comércio e das transações comerciais desde o século 12 na Europa, algumas regras foram formuladas pelos moralistas escolásticos, que permitiam estabelecer distinções entre bens consumíveis e não consumíveis, entre empréstimo a juros (estritamente proibido) e investimentos comerciais e industriais de risco, dos quais o investidor podia esperar por ganhos, benefícios ou perdas, ligadas à prosperidade (ou às dificuldades) da empresa, alvo de seus investimentos.

Havia quatro casos nos quais uma compensação — e não juro — podia ser, legitimamente, esperada quando de um empréstimo. Vejamos como o historiador belga Raymond de Roover esclarece essa questão difícil. Em seu

excelente livrinho *O pensamento econômico dos escolásticos*, ele escreveu o seguinte:

> Sejamos, então, precisos e comecemos fazendo a nós mesmos a pergunta primordial: o que é usura? Atualmente entende-se por usura um juro exorbitante e opressivo que ultrapasse de longe a taxa legal ou a exigida pelos bancos e outras instituições de crédito. Mas NÃO era esse o significado que os escolásticos davam à palavra usura. Segundo eles, era considerado usura [e, portanto, condenável como um pecado ou mordida] todo o ganho derivado de um empréstimo em razão do próprio empréstimo, ou ainda todo ganho recebido com a intenção principal de tirar proveito de um empréstimo ou de um *mutuum*.[133] O direito canônico definiu a usura como aquilo que ultrapassava a quantia principal de um empréstimo.[134]

De Roover continua:

> No fundo, todas essas definições davam na mesma e resultavam numa mesma conclusão: a usura está relacionada somente ao empréstimo. Onde não há empréstimo, explícito ou implícito, não pode haver usura. Dizemos *explícito ou implícito*, porque é preciso distinguir entre a usura praticada abertamente (*aperta*), exigida sem dissimulação no empréstimo, e a usura oculta sob a forma de um outro contrato, que se torna então um contrato *in fraudum usurarum*.[135]

Assim, escreve de Roover:

> Na doutrina escolástica, o caráter usurário de um contrato não depende da taxa de juros, isto é, seja excessivo, moderado ou módico, isso não tem a menor importância. Todo ganho [sobre um empréstimo], ainda que seja mínimo, é usurário, uma vez que tenha sua origem no empréstimo. A utilização dada ao dinheiro por aquele que recebeu o empréstimo também não merece nenhuma consideração maior. Pouco importa se é emprestado ao rico ou ao pobre, a um comerciante que o multiplique ou a um filho pródigo que o desperdice.[136]

De Roover destaca, então, que:

> Foi João Calvino (1509-1564), o reformador, o primeiro [com Bucer e Bullinger] a separar os empréstimos comerciais, sobre os quais [segundo ele] era permitido receber juro, dos empréstimos feitos para socorrer as pessoas em dificuldade. Estes empréstimos deviam ser gratuitos ou, melhor ainda, substituídos por

> donativos, a fundo perdido. Segundo Calvino, é sobretudo neste último tipo de empréstimo que se aplica, com toda a sua força, o preceito evangélico, *Mutuum dote nihil inde sperantes*: Emprestai sem nada esperar (Lucas 6.35).[137]

Como acabamos de ver, essa distinção feita por Calvino e seus colegas Reformadores era falsa, porque distinguia uma usura legítima nos negócios comerciais, de uma usura ilegítima nas obras de caridade aos pobres. Eles faziam essa distinção também nos empréstimos comerciais, isto é, distinguiam uma usura legítima, com taxa moderada, de uma usura ilegítima, com taxa excessiva. A distinção bíblica e eclesiástica, até então em vigor na Igreja, distinguia de forma diferente, ou seja, fazia distinção entre a usura ou empréstimo a juros — sempre ilegítimo — e o investimento com risco — perfeitamente legítimo.

O pensamento de Tomás de Aquino tendia a deixar mais clara essa distinção, como também o de João Calvino, três séculos mais tarde. Mas, enquanto o primeiro mantinha a natureza, a essência intrínseca (isto é, *ontológica*) ilícita de todo empréstimo a juros, Calvino abria a porta para uma legitimação moral e teológica do sistema econômico moderno, que legitima o empréstimo comercial e financeiro a juros *legítimos* que, segundo ele, devem ser moderados. Calvino não via que a prática de se cobrar juros, *em si mesma*, era errada, mas condenava apenas *algumas de suas aplicações*. Ele confundia a *essência* do empréstimo com seus *acidentes*. De Roover explica isso assim:

> A doutrina escolástica [mas também patrística e bíblica, como também de alguns reformadores como Martinho Lutero e muitos outros reformados de confissão anglicana] repousa sobre o princípio de que o dinheiro, sendo uma coisa fungível, é estéril. *Pecunia pecuniam non partit* (dinheiro não gera dinheiro). Estritamente falando, isso é correto, porque é certo que uma nota de dez dólares deixada no fundo de uma gaveta não é como um casal de ratos e não produz filhotes.[138]

Para concluir, devemos então fazer a pergunta decisiva: Mas pode-se dizer o

mesmo do dinheiro investido nos negócios? Calvino afirmava que era ilegítimo extorquir os pobres através dos juros, mas legitimava os juros comerciais moderados. Tomás de Aquino, mais próximo do pensamento bíblico e patrístico, afirmava (com Aristóteles) que o dinheiro — em si mesmo — era um bem fungível, consumível, como o alimento e, portanto, desaparecia em seu consumo e não era produtivo. Assim, todo juro cobrado num empréstimo era uma realidade fictícia — como, num outro plano, o dinheiro virtual criado do nada por nossos bancos centrais — e se constituía num roubo. Porém, ainda assim, Tomás de Aquino reserva um lugar para os benefícios provenientes de investimentos comerciais e industriais *com riscos*.

> [...] ele o compara [o dinheiro investido na indústria e no comércio com risco] a uma semente que, enfiada no solo, vai germinar e produzir uma colheita.[139]

De Roover pensa que nisso Tomás de Aquino se contradiz. Mas esse não é o caso! O pensamento escolástico já havia desenvolvido uma distinção essencial — que Calvino procura retomar de maneira muito infeliz e com consequências desastrosas incalculáveis — entre empréstimo a juros, claro roubo ilegítimo, e os benefícios (ou perdas) vindos de investimentos a risco numa empresa, isto é, benefícios legítimos, que são uma participação do investidor nos lucros e perdas da empresa; ao contrário disso, o empréstimo a juros é um benefício imaginário, automático e sem nenhum limite no tempo — uma verdadeira usurpação do bem do outro — sobre o dinheiro emprestado, sem relação nenhuma com a prosperidade ou perdas daquele que recebe o empréstimo — empreendedor ou comerciante.

S. C. Mooney resume bem toda a questão, quando cita o teólogo católico romano, Patrick Cleary:

> Se um excedente pudesse ser cobrado [num empréstimo], sua legalidade não teria como base o contrato de *mutuum* [empréstimo de um bem fungível, consumível], mas um contrato paralelo, explícito ou implícito, que permitiria ao credor uma

> compensação por perdas ocasionadas por circunstâncias extrínsecas [isto é, exteriores, como por exemplo a inflação da moeda] à natureza do contrato principal [de empréstimo].[140]

Mooney explica:

> Havia, principalmente, quatro razões que autorizavam essas compensações: (1) *Damnum emergens* (perda decorrente de danos importantes); (2) *Lucrum cessans* (benefício perdido); (3) *Poena coventienalis* (penalidade estabelecida por acordo mútuo, essencialmente uma multa por atraso no reembolso do empréstimo); (4) *Periculum sortis* (compensação pelo risco). Os teólogos tinham debatido a questão desses *títulos extrínsecos* no empréstimo durante séculos, mas foi somente no fim da Idade Média que eles encontraram aceitação geral na Igreja e passaram a fazer parte da prática comum dos negócios.[141]

As primeiras duas formas de compensação (por danos importantes e o benefício potencial perdido em consequência do empréstimo) eram conhecidas sob o nome de *interess*, palavra latina que significa “juro” ou pagamento compensatório. Ela está na raiz da palavra francesa *intérêt*, a qual hoje tem sentido positivo e foi substituída por usura (mordida), para descrever o pecado de se cobrar mais do que foi emprestado (= roubo). Mooney diz muito bem:

> Pagamentos compensatórios em favor de emprestadores, em princípio não são errados, mas tornam-se errados quando retorna ao credor quantia maior do que a emprestada.[142]

Por exemplo, quando da desvalorização da quantia emprestada pela inflação da moeda.

A terceira forma de compensação, a penalidade por *atraso de reembolso*, deixava uma grande porta aberta aos usurários. O credor estipulava que a quantia emprestada devia ser reembolsada no dia seguinte e, como isso não era possível, ele impunha multa por todo atraso de pagamento. Isso era um

abuso da lei pela introdução, de forma legal, mas injusta, do empréstimo a juros. O atraso no pagamento da dívida não justifica, de maneira nenhuma, a exigência de um acréscimo sobre o principal, isto é, sobre o dinheiro emprestado. Se aquele que empresta sofreu outros danos em razão do atraso do reembolso — por exemplo uma incapacidade de comprar sementes para a semeadura — isso é outra questão.

A quarta forma de compensação é o risco incorrido. O risco incorrido por empréstimos comerciais e industriais — participação no capital de risco (nos lucros e nas perdas de uma empresa) — era totalmente diferente do risco considerado pelos usurários nos empréstimos ordinários. Dessa maneira, sob pretextos quase sempre de aparência legítima e por abusos casuísticos, cada vez mais foi sendo liberada a prática fraudulenta de uma usura que tinha aparência de legitimidade (ao menos, desde o século 15), mas que não passava de uma forma de extorsão ilegal.

O catecismo de Heidelberg é nisso particularmente claro. Na questão 110: “O que Deus proíbe no oitavo mandamento?”. Resposta:

> Deus proíbe não somente o roubo e a pilhagem punidos pelo magistrado, mas também todas as intenções e meios errados pelos quais tentamos tomar os bens do nosso próximo, seja por violência ou trapaça, como por pesos e medidas falsos, falsas mercadorias, moedas falsas, pela usura [ou seja, por empréstimo a juros] ou por qualquer outro meio proibido por Deus. Ele nos proíbe também toda avareza e todo desperdício desses dons.[143]

Mooney opõe a Cidade de Deus à cidade dos homens, Jerusalém à Babilônia. Vale a pena citá-lo aqui:

> De longe, o fator mais importante na liberalização e generalização da prática da usura foi o crescimento do comércio, desde o final da Idade Média, e a demanda incessante, pelo financista, do aumento do crédito. [...] Foi assim que os ganhos legítimos provenientes das trocas e do comércio se tornaram uma tentação para se obter, ilegalmente, ainda maiores lucros. Animados por um sentimento novo de poder, os homens tornaram-se obcecados ao imaginar tudo que poderiam realizar se apenas tivessem capital suficientemente disponível. Assim, perderam

de vista o que tinha sido feito dentro dos limites estabelecidos, de uma vez por todas, pela lei de Deus.[144]

Mooney, evocando a Cidade de Deus, continua:

Na *Cidade de Deus*, os homens procuram, de fato, ter domínio sobre a criação, porque essa foi a vocação que receberam de Deus. É por ele e para sua glória que agem assim. Os corações que têm esse firme objetivo, que são instruídos por sua lei e sustentados por sua graça, podem superar a tentação de querer agir para obter tudo o que podem desejar, disciplinando-se em fazer apenas o que devem. Eles julgam todas as coisas segundo um padrão justo. Se a usura [isto é, o empréstimo a juros] lhes parecer necessária para empreender certa forma de comércio, não são obrigados a ceder a essa necessidade econômica, porque não podem tornar legítimo o que o próprio Deus condenou; antes disso, o caráter ilegítimo da usura tem como efeito eliminar toda forma de ação comercial e industrial que exija a prática do empréstimo a juros.[145]

Os habitantes da Cidade celeste sabem agir economicamente no âmbito das bênçãos materiais e espirituais resultantes da obediência às condições da aliança divina escritas na Lei de Deus.

Depois, Mooney examina o comportamento dos que aderem à *Cidade de Deus*, oposto ao comportamento dos partidários da *Cidade terrestre*:

Entretanto, na cidade terrestre não ocorre o mesmo. Os habitantes da Babilônia se sentem sós no mundo e têm de construir um nome, uma glória para si mesmos.[146] Precisam edificar um grande monumento à sua própria honra, porque não conhecem lei e atribuem unicamente a si próprios a glória do que são. [O humanismo amoral e puramente "economista", mundial.] Então, podem decidir por si mesmos o gênero de atividade comercial que deve prevalecer e se para isso a usura e os juros são necessários. Se for o caso, não lhes virá à mente condenar sua escolha, mas, ao contrário, fariam tudo o que pudessem para tornar legítima a usura, o empréstimo a juros.

Em primeiro lugar, moralmente; em seguida, legalmente.

[...] Mas a peste da usura permanece sempre conosco. Nossa era é terrivelmente cega e fraca. Se a igreja de hoje tivesse de procurar aqui um alvo preciso, esse

seria, sem dúvida, o de erradicar de seu seio a prática do empréstimo a juros.[147]

Conclusão

Para concluir, vamos resumir nossas observações.

O principal sentido das palavras hebraicas para juro ou usura são *mordida* e *aumento*. Aristóteles, como Moisés, há muito tempo havia condenado esse aumento do principal (do capital investido) como sendo uma ilusão fraudulenta, porque, na realidade deste mundo, o dinheiro é incapaz de aumentar, ao contrário das colheitas, do gado ou do trabalho produtivo dos homens. O aumento do dinheiro por essa forma de especulação chamada juros é, portanto, a sua cobrança sobre um empréstimo, que é uma ficção mentirosa, uma ilusão, uma ação fraudulenta e criminosa. Trata-se da criação de riquezas virtuais (isto é, não reais) a partir do NADA. Aqui o homem assume a posição do Deus que criou todas as coisas *ex nihilo*, ou seja, do nada. Portanto, os juros cobrados de empréstimos não produtivos não é outra coisa senão pura fraude, uma extorsão, um furto, um roubo. É por essa razão que os juros cobrados num empréstimo que, como tal, não podem produzir nenhum aumento de capital, devem ser considerados como roubo, rapinagem que acabará por reduzir ao estado de escravidão aquele que tomou emprestado. Isso é particularmente evidente no que se refere aos pobres, mas também para as nações empobrecidas; mas esse princípio se aplica igualmente aos ricos que emprestam a juros. Os juros compostos só fazem aumentar o roubo.

A razão disso é o caráter mecânico (sem risco), como também a duração indeterminada do lucro proveniente do juro cobrado sobre os empréstimos de capitais ou de bens fungíveis (consumíveis). Isso leva ao enriquecimento contínuo do credor e ao empobrecimento progressivo daquele que empresta.

Em Israel, a Torá determinava que a dívida — sem juros — não podia durar mais que seis anos; no sétimo ano eram todas revogadas. Toda a possibilidade de perda definitiva da propriedade familiar era também abolida no ano do jubileu, o quinquagésimo ano, no qual as propriedades vendidas revertiam a seus antigos donos. A aplicação dessas leis em Israel tornava impossível todo enriquecimento excessivo permanente no tempo. O que fazia com que o empobrecimento não fosse eterno, irreversível, que não pudesse ser enfrentado por aquele que tivesse caído em desgraça nem por sua família ou sua descendência. Por um lado, aceitava-se que a vida econômica tinha em si riscos e que os que administravam irresponsavelmente os bens que Deus lhes havia confiado deviam ser sancionados, mas isso por um período de tempo de cinquenta anos, que terminava no Jubileu. Portanto, o ano do jubileu era uma realidade religiosa e econômica, que constituía um tipo da libertação dos homens pela fé na obra redentora e histórica de Jesus Cristo. [148]

O problema fundamental suscitado pelo empréstimo a juros é o seguinte: o credor, quando empresta a juros — a um empresário, por exemplo — não participa de maneira orgânica do risco da empresa. Enquanto o endividamento persistir, o usurário será beneficiado pelos juros que, sendo compostos e acrescentados à dívida, farão com que essa aumente constantemente. Portanto, o credor participa apenas dos benefícios *automáticos* de seu empréstimo e não dos riscos e benefícios, lucros e perdas reais, sofridos por aqueles aos quais o dinheiro foi emprestado. É muito diferente do acionista de uma empresa que, por seu investimento, participa — de maneira orgânica, viva — tanto dos riscos de perda como da esperança nos lucros do empreendedor.

A orientação essencial desse ensino contido na Torá abrange todos os juros, todo aumento do principal, que traz o nome negativo de *mordida* e que nada

mais é que um roubo de um ganho imaginário a mais, acima da dívida, que o devedor deverá reembolsar. Porque, como acabamos de ver, tanto para Moisés como para Aristóteles, o dinheiro, como todo bem fungível, cuja natureza é ser consumido, não é produtivo em si mesmo. Para que uma ação seja produtiva, é necessário que envolva seres vivos, vegetais, animais ou seres humanos criativos e capazes de empreender. Nenhum ganho pode vir do próprio dinheiro, porque o ouro, o papel moeda ou o crédito eletrônico não produzirão nada se os deixarmos inativos. Somente os agentes "empreendedores" permitirão que o capital produza e o empréstimo a juros, automático e cumulativo, não faz parte desses agentes.

Por essas razões, Cristo afirmou, muito enfaticamente, que não se pode amar a Deus e ao dinheiro ao mesmo tempo (Mamon, as riquezas). Foi por isso que o apóstolo Paulo tratou a cobiça, o amor ao dinheiro, como idolatria (Colossenses 3.5) e disse, aliás, que esse amor é a raiz de todos os males (1 Timóteo 6.10). A avareza, pecado mais comum do que imaginamos, deve ser banida do coração de todo cristão! Podemos amar os bens, como uma casa, uma empresa, animais, cavalos, etc., sem necessariamente pecar, mas o amor ao dinheiro — que é a medida monetariamente quantificada de todas as outras riquezas — é o máximo da perversão espiritual, moral e econômica. Como diz a Escritura, a cobiça equivale à idolatria, porque é como colocar a moeda, que é a medida do valor de tudo que pode ser trocado comercialmente, no lugar do Deus da Aliança, o único que faz crescer e diminuir. Uma economia baseada no enriquecimento pelo juro automático pode materialmente produzir muito, mas edificará uma civilização intrinsecamente estéril! A razão disso é que constitui uma ruptura radical, no plano econômico, da aliança criacional de Deus com os homens. Além disso, a moeda, o dinheiro como meio de troca, essa pura criação humana — simples meio de troca pelo qual se mede o valor monetário dos objetos

trocados — tornou-se, pela especulação financeira, o instrumento idólatra apto a satisfazer todas as cobiças dos homens das coisas criadas por Deus. Tal idolatria é condenada totalmente pelo ensino bíblico. Pedro também se opôs com toda a força de sua autoridade apostólica a esse espírito de cobiça (2 Pedro 2.12-14).

É o amor a Deus e a adoração santificada pela divindade, Pai, Filho e Espírito Santo que suscita em nós uma mentalidade produtiva e que nos permite renovar o mandato criacional, ser fecundos e dominar a criação com bondade e justiça. Somente tal atitude, em relação a Deus e para com as condições de sua aliança, pode dar um justo lugar aos bens tão diversos deste mundo. Isso é verdade no que concerne ao seu valor hierárquico próprio tanto em nossa mente como em nossa ação.

Portanto, o amor ao dinheiro acima de Deus e dos outros bens criados por ele, os quais nos deu de forma tão liberal, é idolatria. Colocar a medida monetária das coisas acima de tudo, conduz à construção de uma sociedade totalmente materialista e, dessa maneira, à exclusão progressiva das normas reais, ou seja, de tudo que possa escapar dessa medida puramente quantitativa, mercantilista, monetária e comercial, atitude que fossiliza e que petrifica a vida social moderna. Antes de tudo, isso exclui Deus — o bem supremo por excelência e, por sua natureza, não mensurável — e sua aliança que abençoa toda a realidade econômica social e política. É nessa sociedade, moldada por uma sede de lucro e de um espírito de opulência ateia, que vivemos na Suíça atual.

Tal mentalidade, que idolatra as riquezas e os bens sensuais e hedonistas que Mamon nos dá, tendo por isso excluído Deus, de forma inevitável e para preencher seus desejos, voltou-se para o acaso, próprio das especulações financeiras. Essa mesma mentalidade, que busca um ganho fortuito como nos cassinos, foi introduzida, desde alguns anos, em nosso país. Foi ela que nos

conduziu aos solavancos financeiros e comerciais destes últimos anos, em particular a derrocada da Swiss-Air e o desmoronamento da UBS.[149] É o culto ao dinheiro que, atualmente (2017), leva o Banco Nacional Suíço a buscar uma estabilização do franco suíço, produzindo, eletronicamente ou em papel, bilhões de francos suíços virtuais e meramente imaginários.

Trata-se da universalização do espírito de fraude, pelo efeito dominó à Madoff. O desaparecimento virtual do empréstimo a juros pagos pelos bancos àqueles que ali depositaram e a aquisição injusta de riquezas pela especulação na bolsa é, de fato, uma situação moralmente ainda pior do que a que reinava no reino da usura/juros.

Na raiz dessas catástrofes estava o descolamento progressivo das operações bancárias de todo fundamento baseado numa realidade de valor objetivo, o padrão ouro, por exemplo, ou a limitação rigorosa da inadimplência pela cobertura parcial e obrigatória dos empréstimos, o que antes tinha sido a grande força do centro financeiro suíço. No plano mundial, isso fez com que a especulação financeira (uma forma gigantesca de jogos de azar dos cassinos, adaptada ao sistema bancário) substituísse as funções normais dos bancos, baseados no acúmulo das economias de seus clientes, que conduziam a investimentos com risco, verdadeiramente produtivos.

Abordaremos, se Deus quiser, alguns aspectos desse tema no próximo mês, quando examinarmos o ensino bíblico sobre os pesos e medidas, que, poderemos constatar, têm o que dizer sobre a prática vergonhosa dos bancos centrais que acabam criando dinheiro do nada, tanto para o funcionamento do sistema de reserva fracionária bancária como pelo que chamamos de máquina de fazer dinheiro, ou seja, pela invenção, por simples assinatura, de riquezas tão imaginárias quanto virtuais, antes nunca concebidas.

Até a Reforma, toda a tradição cristã — com exceção da casuística da Idade Média que findava — havia proibido cobrar qualquer juro sobre os

empréstimos. É verdade que, desde os últimos séculos da Idade Média, diversos subterfúgios haviam sido inventados para permitir tais práticas, mas que mantinham a proibição formal da igreja romana contra o juro. As autoridades da igreja de Roma, por seu insaciável desejo de lucro, tiveram um papel importante no desenvolvimento sorrateiro dessas práticas ilícitas. Como vimos, o próprio João Calvino cometeu um erro exegético, teológico e ético fundamental ao confundir o investimento com risco — no comércio e na indústria — com o empréstimo a juros. O investimento capital-risco (que podia produzir benefício, como também perdas) fazia com que o investidor participasse, de maneira orgânica e criativa, da empresa industrial e comercial. A usura, o empréstimo a juros, que sempre é uma mordida pelo aumento ilícito do capital, ganho fictício que fornece benefícios automáticos e sem limites no tempo, tornou-se desde então a realidade econômica dominante.

O fato de Calvino ter procurado limitar (mais do que impedir) os juros nos empréstimos, não muda em nada o alcance dessa mudança de perspectiva a longo prazo. Em relação ao princípio em si, a brecha estava aberta e a economia moderna muito rapidamente mergulhou no espaço agora liberado das proibições normativas cristãs e bíblicas tradicionais. O sistema bancário ocidental conseguiu ignorar, até o presente, com toda boa consciência, a diferença fundamental entre a especulação financeira e os investimentos produtivos com risco. Foi essa apostasia cristã em relação às normas éticas comerciais e financeiras que abriu a porta para o desastre mundial da perversão da administração do dinheiro que assistimos neste começo do século 21. Que Deus mesmo venha em nossa ajuda, porque está mais que provado que do homem não devemos esperar socorro!

Terminaremos citando o que o apóstolo Paulo escreveu na forma de provérbios endereçados aos cristãos da Galácia:

Guarda-te para que não sejas também tentado. Levai as cargas uns dos outros e, assim, cumprireis a lei de Cristo. Porque, se alguém julga ser alguma coisa, não sendo nada, a si mesmo se engana. Mas prove cada um o seu labor e, então, terá motivo de gloriar-se unicamente em si e não em outro. Porque cada um levará o seu próprio fardo. Mas aquele que está sendo instruído na palavra faça participante de todas as coisas boas aquele que o instrui. Não vos enganeis: de Deus não se zomba; pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará. Porque o que semeia para a sua própria carne da carne colherá corrupção; mas o que semeia para o Espírito do Espírito colherá vida eterna. E não nos cansemos de fazer o bem, porque a seu tempo ceifaremos, se não desfalecermos. Por isso, enquanto tivermos oportunidade, façamos o bem a todos, mas principalmente aos da família da fé. (Gálatas 6.1-10)

Capítulo XII: O ensino bíblico sobre balanças falsas

INTRODUÇÃO

Nossas duas últimas exposições foram dedicadas ao ensino bíblico sobre a usura ou o empréstimo a juros. Neste capítulo daremos sequência ao nosso exame, através da Bíblia e da Lei de Deus, dedicado às implicações atuais relacionadas com o oitavo mandamento. Examinaremos o que diz a Palavra de Deus sobre a utilização de balanças falsas pelos homens, com o objetivo de roubar melhor seu próximo e, mais grave ainda, ofender seu Criador. Veremos o que a Bíblia nos diz sobre o uso das falsas balanças e sobre a falsificação dos pesos e medidas. Em seguida, tentaremos compreender como essas regras, tão antigas, se aplicam às situações presentes:

1. O ensino bíblico sobre as falsas balanças e medidas na: a) Lei; b) Nos provérbios; c) Nos profetas. 2. A aplicação atual dessas leis antigas sobre as falsas balanças e medidas. Conclusão.

Portanto, veremos a aplicação desse ensino, sobretudo, com a ajuda dos reformadores João Calvino, Pierre Viret e Heinrich Bullinger, como também dos trabalhos de Rousas J. Rushdoony e de outros estudos modernos. Essa segunda parte será, portanto, eminentemente prática.

1. O ensino bíblico sobre balanças e medidas falsas

(1) O ensino da Lei

Temos dois textos na Torá que tratam, especificamente, da questão das falsas balanças e falsos pesos e medidas.

(a) No livro de Levítico

> Não cometereis injustiça no juízo, nem na vara, nem no peso, nem na

> medida. Balanças justas, pesos justos, efa justo e justo him tereis. Eu sou o Senhor, vosso Deus, que vos tirei da terra do Egito. Guardareis todos os meus estatutos e todos os meus juízos e os cumprireis. Eu sou o Senhor. (Levítico 19.35-37)

Esse é o texto normativo fundamental da Lei, para toda questão concernente a balanças e medidas falsificadas. Como é costume na Torá, ele começa de maneira negativa — *Não cometereis injustiça* (verso 35a) — em seguida declara o mandamento de maneira positiva — *Balanças justas, pesos justos, efa justo e justo him tereis.* Notemos que ele integra diretamente essas prescrições comerciais e financeiras nas ordenanças da justiça civil e criminal, ou seja, os julgamentos devem ser justos (verso 35). Aqui a palavra traduzida por "julgamento", *mishpat* em hebraico, diz respeito, particularmente, ao aspecto público do exercício da justiça, isto é, à ação dos tribunais. Para a justiça pessoal, o que podemos chamar de virtude da justiça, do hábito de ser justo em todas as suas ações, a Bíblia hebraica emprega a palavra *tsedek.*

Essa ordenança tem um caráter completo. Trata-se de impor a obrigação de ser justo em todas as suas transações comerciais; de fugir da injustiça em todas os seus empreendimentos, no que se refere aos *julgamentos* e *medidas*. Trata-se da dimensão, do peso e da capacidade. Em seguida, o texto afirma que são os próprios objetos que têm de ser justos, isto é, *balanças justas, pesos justos, efa e him justos*. Mais completo que isso não poderia ser.

Portanto, essa lei diz respeito: a. Às medidas de tamanho; b. Aos pesos; c. Às medidas de capacidade.

Ela confirma essa proibição quando ordena, de maneira positiva, que o israelita seja justo: a. Na utilização das *balanças;* b. Dos *pesos*; c. Do *efa* (medida dos materiais sólidos); d. Do *him* (medida dos materiais líquidos).

A conclusão, aqui, é perfeitamente evidente: deve-se rejeitar toda injustiça e,

em consequência, ser justo em toda ação relacionada a medidas. Todas as transações comerciais têm de ser marcadas com o selo da justiça do próprio Deus.

O texto da lei termina com a afirmação da autoridade soberana daquele que a editou sobre todas as ações financeiras e comerciais dos homens:

> Eu sou o Senhor.

Em seguida esse Deus soberano afirma que ele mesmo é o autor da aliança da graça que fundamenta a prática de seus mandamentos, ou seja, foi exatamente ele quem fez Israel sair do Egito e sua Igreja da escravidão do pecado.

> Eu sou o Senhor, vosso Deus, que vos tirei da terra do Egito.

Nosso texto termina com a afirmação forte sobre a obrigação absoluta, para os israelitas, de colocar em prática todas as ordenanças de Deus e, em particular, de ser perfeitamente justo em seus negócios, nas suas relações comerciais e financeiras. A fé cristã também começa pelo Deus soberano; ela se manifesta pela salvação que ele operou por nós em Jesus Cristo e que resulta, necessariamente, em nossa vida de obediência aos mandamentos de Deus. Deus assina essa lei com o selo de sua divina autoridade: Eu sou o Senhor. Essa é a exposição desse primeiro texto da lei.

Agora, façamos algumas observações:

(a) Notaremos que esse texto é o ponto culminante do que chamamos a *lei de santidade* contida no livro de Levítico. A santidade na Bíblia não diz respeito apenas à nossa piedade pessoal, ao culto que damos a Deus, à nossa vida *religiosa* interior, mas a toda nossa vida pública e privada, inclusive a todos os aspectos da vida dos negócios. Para simplificar, a santificação não é unicamente um negócio de domingo — a religião — mas diz respeito a toda nossa vida, a todos os nossos pensamentos, os nossos sentimentos e todas as

nossas ações mais quotidianas, mais corriqueiras, mais ordinárias. Não somos cristãos *gnósticos* ou *pietistas*, super espirituais, que fazem separação (isso é dualismo *gnóstico* e *pietista*) entre a vida religiosa e profana. Nosso Senhor é o Senhor de toda a realidade criada, preservada e salva por ele, e nossa obediência de fé a seus mandamentos, cumprida em Jesus Cristo e pelo poder do Espírito Santo, diz respeito a todos os ângulos da nossa vida, tanto público como privado.

Em seu belo comentário sobre Levítico, Samuel Kellogg diz muito bem:

> Todos os que professam a fé devem, particularmente, lembrar que sem santificação ninguém verá o Senhor e que hoje essa santidade é a mesma referida por Deus quando deu a Israel o livro de Levítico. Essa santidade, se de um lado é inspirada pelo temor a Deus, de outro exige do fiel que ame seu próximo como a si mesmo.

Acrescentamos, até nos negócios. Kellogg continua:

> É uma completa contradição, por exemplo, respeitar o Dia do Senhor [...] e durante a semana misturar água no leite que se vende, falsificar medicamentos ou guloseimas, diminuir o tamanho do metro quando se mede, apertar a balança quando se pesa alguma coisa [e acrescentamos hoje, traficar a venda ou compra de ações na bolsa ou jogar com dívidas hipotecárias!].

Ele comenta:

> Deus detesta e até os ateus desprezam esse tipo de religião. Os que pensam assim da religião têm uma noção muito estranha do cristianismo. Imaginam [como gnósticos miseráveis que são] que a fé cristã não toca nos aspectos práticos da vida ordinária dos cristãos. Não entendem que, na verdade, uma religião de domingo não mostra o menor traço de santidade do Criador e Salvador.

O resultado:

> Quando chegar o dia do julgamento de Deus — e virá sem dúvida para cada pessoa — ele passará pela peneira de fogo todas as ações dos homens. Na fornalha ardente do juízo de Deus, todas essas obras religiosas [pietistas e gnósticas] serão reduzidas a pó, como o fogo faria com uma teia de aranha.[150]

Tal homem passará pela peneira e todas as suas obras religiosas juntamente

perecerão. O apóstolo Paulo escreveu aos coríntios exatamente sobre isso:

> Segundo a graça de Deus que me foi dada, lancei o fundamento como prudente construtor; e outro edifica sobre ele. Porém cada um veja como edifica. Porque ninguém pode lançar outro fundamento, além do que foi posto, o qual é Jesus Cristo. Contudo, se o que alguém edifica sobre o fundamento é ouro, prata, pedras preciosas, madeira, feno, palha, manifesta se tornará a obra de cada um; pois o Dia a demonstrará, porque está sendo revelada pelo fogo; e qual seja a obra de cada um o próprio fogo o provará. Se permanecer a obra de alguém que sobre o fundamento edificou, esse receberá galardão; se a obra de alguém se queimar, sofrerá ele dano; mas esse mesmo será salvo, todavia, como que através do fogo. (1 Coríntios 3.10-15)

(b) A segunda coisa que devemos notar aqui é que as balanças — os pesos e as medidas justas — na época não serviam apenas para pesar ou verificar a qualidade das mercadorias comercializadas, mas também serviam para pesar (mensurar) dinheiro, porque as peças de moeda, longe de serem uniformes, necessitavam que seu peso exato, em prata ou ouro, fosse aferido para determinar o valor verdadeiro. Então, fraudar balanças e pesos implicava, necessariamente, falsear também a moeda e, consequentemente, fraudar o valor das mercadorias comercializadas.

Vejamos alguns textos que revelam o aspecto financeiro e monetário do uso correto das balanças e dos pesos. Em primeiro lugar vejamos em Gênesis:

> Tendo os camelos acabado de beber, tomou o homem [tratava-se do servo de Abraão envia além do rio para procurar uma esposa para o filho de seu mestre, Isaque] um pendente de ouro de meio siclo de peso e duas pulseiras para as mãos dela [de Rebeca], do peso de dez siclos de ouro. (Gênesis 24.22)

Em nosso segundo exemplo trata-se de Acã que, após a derrota de Israel contra Ai, causada por ter desobedecido a ordem absoluta dada por Deus para não lançar mão do despojo, respondeu a Josué desta maneira:

> Quando vi entre os despojos uma boa capa babilônica, e duzentos siclos de prata, e uma barra de ouro do peso de cinquenta siclos, cobicei-os e tomei-os [...]. (Josué 7.21)

Mas onde se achará a sabedoria?

> E onde está o lugar do entendimento?
> O homem não conhece o valor dela,
> nem se acha ela na terra dos viventes.
> O abismo diz: Ela não está em mim;
> e o mar diz: Não está comigo.
> Não se dá por ela ouro fino,
> nem se pesa prata em câmbio dela. (Jó 28.12-15)

Em cada um desses textos (e poderíamos citar muitos outros, como 1 Samuel 17.5; 43.21; 1 Reis 10.14; 1 Crônicas 28.14-18; Números 7.7-79 ; 2 Crônicas 9.13; Esdras 8.30-34, etc.), vemos que as peças de prata ou ouro — por causa de suas formas irregulares — tinham de ser pesadas antes que se pudesse saber seu verdadeiro valor. Assim, ao falsificar balanças ou pesos, falsificava-se ao mesmo tempo o valor da moeda que era, no fim das contas, determinado por balanças e pesos corretos. Veremos, na segunda parte do nosso estudo sobre esse assunto, as implicações atuais do ensino bíblico sobre a utilização das balanças na determinação do valor da moeda em circulação.

(b) Deuteronômio 25.13-17

Vamos ao nosso segundo texto, que está em Deuteronômio.

> Na tua bolsa, não terás pesos diversos, um grande e um pequeno. Na tua casa, não terás duas sortes de efa, um grande e um pequeno. Terás peso integral e justo, efa integral e justo; para que se prolonguem os teus dias na terra que te dá o Senhor, teu Deus. Porque é abominação ao Senhor, teu Deus, todo aquele que pratica tal injustiça. (Deuteronômio 25.13-16)

Constatamos aqui um progresso na formulação da lei. Trata-se simplesmente de proibir a falsificação das balanças (ou pesos e medidas), com o objetivo de

fraudar o próximo, mas também impedir uma trapaça ainda maior, isto é, usar dois tipos de medidas, dois pesos diferentes em sua bolsa, com o objetivo de ganhar ilicitamente duas vezes, ou seja, na compra e depois na venda.

O texto exorta, em primeiro lugar, o fiel a não ter em sua bolsa dois tipos de pesos, um pequeno e outro grande. A palavra hebraica, que traduzimos por *peso*, significa *pedra*. Numa bolsa, o comerciante tinha pedras com pesos específicos e fixos. Esse peso, colocado sobre um dos pratos da balança, permitia pesar a mercadoria na compra e na venda. Mas aqui se trata de dois pesos ou pedras que têm o mesmo valor nominal, mas um é mais pesado que o outro. Trata-se não somente de um roubo premeditado, mas também materialmente organizado, segundo o princípio do antigo provérbio — aplicável a todas as nossas relações humanas — *ter dois pesos e duas medidas*. Rushdoony explica a natureza da manobra desonesta, desta maneira:

> A utilização de diferentes pesos faz referência às antigas práticas de fazer uso de pequenos ou grandes pesos conforme as circunstâncias. O fato de utilizar um peso mais pesado para comprar uma mercadoria — uma galinha ou um bezerro — significava receber mais do que efetivamente havia sido pago. Utilizar um peso mais leve na venda resultava num benefício não merecido.[151]

Se duas pedras fossem marcadas com o mesmo peso, mas tivessem, de fato, pesos diferentes, a pedra mais pesada daria a impressão de que o objeto comprado seria mais leve do que na realidade. O peso da mercadoria seria fraudado, porque indicaria ser mais leve do que realmente era e seria uma fraude na compra. Se a pedra utilizada na venda fosse mais leve, a impressão dada ao comprador seria que a mercadoria vendida era mais pesada do que era de fato. Seria, portanto, uma fraude na venda. Tratava-se de uma ação criminosa organizada, cuidadosamente engendrada, portanto, um crime abominável. É o que vemos nas manobras desonestas e sofisticadas de nossos

corretores — esses verdadeiros banksters, ladrões de estrada, traficando sobre as diversas bolsas do mundo, que fazem subir ou baixar à vontade o preço das ações nas bolsas ou a taxa de câmbio das moedas, através de compras ou vendas massivas. Compram para fazer subir o preço; vendem para fazê-lo baixar. Uma vez atingido o preço desejado, vende-se (ou compra-se massivamente) para maximizar os lucros. É a vilania financeira em larga escala.

O mesmo valia para o uso em casa de um grande efa (uma cesta, por exemplo, para medir a quantidade de cereais comercializados) ou de um efa pequeno. Usava-se a cesta grande de medir se fosse compra, recebendo assim mais do que era oficialmente indicado. Ao usar o menor efa para a venda, vendia-se ao cliente menos do que havia oficialmente comprado. Tratava-se também de um crime vil, pensado e organizado.

Aqui temos a última (Deuteronômio 25.13-16) da grande série das leis dedicadas a comentários sistemáticos sobre o Decálogo. Trata-se, também, de um comentário sobre a aplicação do décimo mandamento, que proíbe a cobiça. Essa dupla proibição sobre pesos e medidas é seguida da ordem para se ter pesos e efas justos e exatos. A consequência de se preservar a justiça nos negócios é claramente indicada, isto é, a preservação de uma vida longa no país que Deus dava a seu povo. Essa feliz consequência é natural, uma vez que as exigências da lei de Deus correspondem à própria natureza humana, a uma vida social justa, como também à ordem estabelecida por Deus na criação. Agir de maneira contrária a essa lei leva à maldição, porque o Deus de Israel, que é também dos cristãos, tem como abominável tal comportamento e o coloca no mesmo plano da idolatria, das piores perversões sexuais ou da desonra aos pais ou do desprezo às autoridades de sua Igreja.

Vejamos o comentário de Lutero sobre essa lei:

> Peso e medida justos têm de ser preservados na comunidade, a fim de que seu vizinho, e mais especificamente os pobres, não sejam alvo de trapaça. Essa lei se aplica de maneira geral a todos os negócios e contratos, a fim de que o vendedor forneça mercadorias justas que correspondam ao dinheiro recebido. A cobiça humana tem a capacidade de inventar abusos dos mais inimagináveis, modificando, diminuindo, imitando e adulterando as mercadorias. Tarefa importante do governo é velar por suprimir tais abusos e assim defender o bem comum.[152]

De sua parte, Christopher Wright escreveu:

> As práticas comerciais justas são uma das marcas essenciais de toda sociedade humana que procura proteger os interesses de todos [...] As sanções teológicas particulares que estudamos [as bênçãos e as maldições próprias da aliança] chamam nossa atenção para a hierarquia dos valores, característicos do Antigo Testamento. A mesma expressão "ser abominável ao Senhor" é aplicada às fraudes comerciais e monetárias, à idolatria, às perversões sexuais e aos cultos pagãos.[153]

E para concluir esta seção sobre os textos da Torá, citemos uma vez mais aquele que é, sem dúvida, o melhor comentarista moderno da lei divina, Rousas Rushdoony:

> Pesos e medidas falsos têm por efeito deformar o tecido social. Empobrecem os pobres e colocam numa posição social mais alta uma classe dominante desonesta. Quando essas medidas falsas prevalecem, geralmente levam à eliminação da classe média. As vítimas dessas injustiças comerciais, financeiras e monetárias são, em geral, incapazes de se defender contra tais costumes iníquos. A justiça nas transações comerciais também diz respeito a todo mundo, porque uma moeda sadia é o sangue vivificante de todo comércio útil.[154]

(2) O ensino do livro de Provérbios

Examinaremos agora quatro textos curtos do livro de Provérbios que trazem luz sobre a questão das falsas balanças e falsificação de medidas. Se a lei nos dá as normas — os primeiros princípios — imutáveis que ordenam todas as

dimensões do comportamento humano, por sua vez os Provérbios nos apresentam a sabedoria que devemos ter na aplicação das leis do Decálogo.

(a) Provérbios 11.1

> Balança enganosa é abominação para o Senhor, mas o peso justo é o seu prazer.

Estamos diante de dois caminhos colocados para o homem, isto é, o caminho da justiça e o da falsidade. Trata-se do conflito entre o caminho estreito que, em Cristo e pela graça do Espírito Santo, nos leva à vida eterna, e o caminho largo do nosso pensamento autônomo em relação a Deus e suas leis, ao darmos livre curso à nossa vontade contaminada pelo pecado — a carne — e que conduz à morte eterna. Trata-se, então, de uma escolha colocada diante de nós todos os dias de nossa vida, isto é, queremos agradar os homens ou a Deus? Para nós, o primeiro a ser servido é Deus? Ou somos daqueles que aceitam *dois pesos e duas medidas*, uma para nós mesmos e nossos amigos e outra para aqueles — na família, nos negócios e até mesmo na Igreja de Deus — com os quais não concordamos?

Examinemos, brevemente, alguns detalhes próprios desse verso do livro de Provérbios. Notemos, em primeiro lugar,

que no texto, a *balança falsa*, com seu funcionamento alterado — eixo viciado que equilibra os pratos — é colocada em paralelo aos *pesos justos*. Pode-se, então, trapacear de duas maneiras: nossa lógica pode estar viciada, distorcida por nossas paixões e cobiças — é a balança falsa, um raciocínio torto que resulta em nossas más ações. Ou podemos seguir o caminho largo e espaçoso de nossas cobiças e pendores carnais, mudando as normas do verdadeiro e falso, do bem e do mal, da medida certa e da falsificada, ao falsificar pesos e pedras, cujos valores para medição deveriam permanecer imutáveis. Aqui se trata da modificação das exigências da Lei de Deus, conforme nossa conveniência.

> Ai dos que ao mal chamam bem e ao bem, mal; que fazem da escuridade luz e da luz, escuridade; põem o amargo por doce e o doce, por amargo! Ai dos que são sábios a seus próprios olhos e prudentes em seu próprio conceito! (Isaías 5.20-21)

Um segundo ponto que merece nossa atenção é o uso que nosso texto faz de duas expressões que caracterizam a atitude de Deus para com a *balança falsa* e *peso justo*. Balança falsa é um "horror ao Senhor", diz nossa tradução. O termo hebraico para "horror", *toebah*, é mais forte do que a expressão francesa. Essa palavra é frequentemente usada pelo profeta Ezequiel para exprimir o desprazer total, absoluto e irremediável de Deus pela conduta apóstata do seu povo, Israel. *Toebah* tem, portanto, o sentido de detestar,

aborrecer, ter horror, de ser abominável. Aplica-se de maneira bastante uniforme aos pecados seguintes: idolatria, homossexualidade, sacrifícios humanos (inclusive aborto), ocultismo, consumo de animais impuros, prostituição e desonestidade nos negócios. Por outro lado, o *peso justo* recebe o "favor" (conforme nossa tradução) de Deus. Aqui ainda, o termo hebraico *ratsum* é muito mais forte que a palavra francesa traduzida, que significa: prazer, delícias, favor, bênção, ter acesso, ser aceito por Deus ou pelo rei. Deus ama a retidão; nela ele encontra o seu maior prazer e detesta, com todo o seu ser, as balanças falsas, os pesos adulterados, a falsidade e a hipocrisia. Nada deixa Deus mais horrorizado que a duplicidade nos *pesos* e *medidas* praticados pelos cristãos. Deus quer a integridade do coração e de ação, a retidão, a sinceridade em querer o bem e não a complacência carnal com seus próprios pendores e disposições pecaminosas.

> Seja, porém, a tua palavra: Sim, sim; não, não. O que disto passar vem do maligno. (Mateus 5.37)
>
> Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles; porque esta é a Lei e os Profetas. (Mateus 7.12)
>
> Finalmente, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é respeitável, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se alguma virtude há e se algum louvor existe, seja isso o que ocupe o vosso pensamento. O que também aprendestes, e recebestes, e ouvistes, e vistes em mim, isso praticai; e o Deus da paz será convosco. (Filipenses 4.8-9)

(b) Provérbios 16.11-12

> Peso e balança justos pertencem ao SENHOR; obra sua são todos os pesos da bolsa. A prática da impiedade é abominável para os reis, porque com justiça se estabelece o trono.

O sábio aqui faz referência a todos os elementos próprios dos pesos e medidas: a balança, os pratos, e os próprios pesos. Esses equipamentos de medir devem ser todos justos, porque pertencem a Deus. Como o magistrado representa a Deus, assim as medidas das coisas também pertencem a Deus,

como também sua Palavra, sua Lei, seu Tabernáculo, o templo e seus altares. Daí compreendermos que a falsificação de medidas é tão grave quanto um ato de sacrilégio. Deus é colocado aqui como a fonte e o ordenador de um comércio que o honre por sua retidão, integridade e justiça. É interessante constatar que os judeus guardavam o protótipo normativo de todas as suas medidas no santuário. A palavra para *peso*, como já destacamos, em hebraico significa *pedra*. Trata-se de pedras de peso fixo e que não podiam, como o ferro por exemplo, estar sujeitas à ferrugem, à deterioração no decorrer do tempo. A balança, corretamente construída e que pesa de maneira justa e exata, pertence também a Deus, como também as pedras-pesos que medem com exatidão as mercadorias. Esses instrumentos de medir são alvo de uma ordem divina particular, porque Deus olha de perto seu bom ou mau uso. George Lawson, em seu admirável comentário sobre o livro dos Provérbios, acrescenta esta nota interessante:

> Como antigamente se pesava o dinheiro, a desvalorização da moeda é aqui considerada. Mas não somente isso. Toda forma de fraude é aqui condenada, sobretudo aquela que se comete sob uma capa de justiça.[155]

Lembremos que no hebraico a palavra "glória", *kabod*, significa literalmente "aquilo que tem peso". É a fraude universal de todos os tipos que faz dos homens de nosso tempo seres tão levianos, inconsequentes, de pouco peso, sem nenhuma solidez. A glória, o peso de glória (*kabod*) à qual Deus nos destina, exige integridade e retidão em todas as nossas ações.

(c) Provérbios 20.10

> Dois pesos e duas medidas, uns e outras são abomináveis ao SENHOR.

Aqui, o autor de Provérbios destaca um caso particular de fraude que anteriormente consideramos, que se trata de usar dois pesos e duas medidas.

Essa espécie de trapaça (que no plano pessoal chamamos “hipocrisia”) para Deus é uma abominação. George Lawson explica:

> Aqui é condenado aquele que pretende observar a letra da lei, mas se opõe a seu espírito. Se um homem guarda uma medida ou um peso para vender e outro para comprar, ou se guarda um para vender àqueles que são mais espertos e difíceis de ser enganados e um outro para os ingênuos e imprudentes, esse homem se expõe ao fogo devorador da ira de Deus, como também à vingança daquele que odeia toda injustiça, particularmente aquela que perverte os próprios instrumentos [a balança e pesos exatos] da justiça.[156]

(d) Provérbios 20.23

> Dois pesos são coisa abominável ao SENHOR, e balança enganosa não é boa.

Por quatro vezes o pecado de trapaça nos negócios é referido no livro de Provérbios. Isso mostra até que ponto tal injustiça *não é boa* e como ela *é abominável ao Senhor*! A vida em sociedade exige confiança mútua. A falsificação de pesos e medidas, assim como os instrumentos que lhes são próprios, a longo prazo torna a vida social muito difícil. Vale o mesmo para palavras falsas por meio de manipulação hipócrita, tão corrente hoje em dia, não somente nos negócios (as técnicas de venda forçada), mas nas relações pessoais e até na vida da Igreja. Lembro-me de um presbítero numa igreja, grande manipulador do pai da mentira, que friamente me disse: “A manipulação é um dom do Espírito Santo”. Que Deus nos livre de lobos disfarçados em cordeiros melosos!

Vamos, agora, ao ensino dos profetas.

(3) O ensino dos profetas

A Lei — os Dez Mandamentos e suas aplicações casuísticas registradas nos livros da Torá — nos fornece a estrutura da moral ou da ética cristã. Ela deve ser estudada à luz de toda Bíblia, Antigo e Novo Testamentos. Sua estrutura

específica se encontra nas leis casuísticas contidas nos livros da Lei, como vimos. Ela deve ser aplicada com sabedoria e é essa a tarefa do livro de Provérbios que acabamos de estudar. Mas, isso não é tudo. O povo de Deus, em todas as épocas, foi seduzido pela cobiça e se afastou das leis-palavras salvadoras de Deus. Portanto, é dever dos profetas trazê-lo de volta aos caminhos antigos, tão claramente traçados por ele nos mandamentos da Lei-Evangelho de Deus. É o que vamos agora fazer nesta terceira (e última) parte de nossa exposição, com a ajuda dos profetas do Antigo Testamento.

(a) Isaías 1.21-23

> Como se fez prostituta a cidade fiel! Ela, que estava cheia de justiça! Nela, habitava a retidão, mas, agora, homicidas. A tua prata se tornou em escórias, o teu licor se misturou com água. Os teus príncipes são rebeldes e companheiros de ladrões; cada um deles ama o suborno e corre atrás de recompensas. Não defendem o direito do órfão, e não chega perante eles a causa das viúvas.

Isaías continua sua profecia reportando-se ao julgamento inflexível, decidido por Deus, contra essa cidade apóstata, a esposa do Deus da aliança, que se tornou prostituta. Não posso aqui fazer o estudo desse capítulo, de atualidade tão flagrante, pelo qual Isaías começa sua magnífica profecia,[157] mas destaquemos alguns pontos que têm a ver com nosso assunto.

(1) A cidade fiel se prostituiu.

(2) A cidade cheia de justiça e retidão, onde as regras divinas eram respeitadas — balanças íntegras e pesos exatos — tornou-se uma cidade de assassinos, na qual o bem foi substituído pelo mal.

(3) As normas adulteradas são sintoma de desordem radical: o dinheiro é transformado em escória, perde todo seu valor e o vinho é misturado com água; as normas monetárias e alimentares, naturais e divinas, não são mais respeitadas.

(4) As autoridades da cidade, antes tão fiéis, tornaram-se rebeldes a Deus e às suas leis; rejeitaram sua aliança. Sua cobiça perdeu todos os freios e buscam a riqueza, não importando por que meio, isto é, presentes e recompensas que pervertem o exercício da justiça e corrompem o funcionamento normal dos negócios. Por outro lado, não dão nenhuma importância ao sofrimento dos miseráveis, das classes desfavorecidas, aqui simbolizadas pela viúva e pelo órfão.[158]

(5) Tal sociedade, como nosso país, fiel até poucos anos (apesar de imperfeito), só pode esperar pelo julgamento de Deus.

Vejamos, agora, a profecia de Ezequiel.

(b) Ezequiel 45.9-12

> Assim diz o SENHOR Deus: Basta, ó príncipes de Israel; afastai a violência e a opressão e praticai juízo e justiça: tirai as vossas desapropriações do meu povo, diz o SENHOR Deus. Tereis balanças justas, efa justo e bato justo. O efa e o bato serão da mesma capacidade, de maneira que o bato contenha a décima parte do ômer, e o efa, a décima parte do ômer; segundo o ômer, será a sua medida. O siclo será de vinte geras. Vinte siclos, mais vinte e cinco siclos, mais quinze siclos serão iguais a uma mina para vós.[159]

Vemos o mesmo movimento feito por Isaías, mas com recomendações precisas quanto ao restabelecimento da ordem primária de medidas (a ordem definida acima). Aqui o profeta ataca as desordens das classes dominantes de Israel, ou seja, a violência e a pilhagem — lembramos da violência imperial americana e da pilhagem das riquezas do mundo pela manipulação monetária e financeira do clã Goldman Sachs no poder nos Estados Unidos, como também da colaboração ativa atual do nosso país nesse sistema iníquo.[160]

Em seguida o profeta apela ao retorno para Deus, à justiça e à reparação, ou seja, livrar o povo das expropriações obtidas pela manipulação das balanças e

instrumentos de medida comerciais e ao restabelecimento da ordem nas medidas. As que foram adulteradas devem ser restabelecidas, e consequentemente respeitadas, em conformidade com as normas antigas de pesos e de volume. O último verso torna-se mais compreensível se o traduzirmos literalmente do grego da Septuaginta:

> Que cinco ciclos sejam mesmo cinco ciclos e dez ciclos sejam realmente dez e que cinquenta correspondam mesmo a uma mina.

Confúcio disse muito bem quando falou que a tarefa principal do homem de Estado era recompor as palavras e dar o seu verdadeiro sentido. Ele podia ter acrescentado que o mesmo deveria valer para os pesos e medidas. Depois, os versos 13 a 17 mostram que uma das consequências mais importantes do restabelecimento da ordem estável e exata das medidas será permitir que a troca dos bens seja justa, o que fará com que o povo de Judá volte a ser capaz de entregar corretamente os dízimos que pertencem a Deus. Não dar a Deus e à sua Igreja o que lhe é devido, nos diz Malaquias (1.6-2.9), é fraudá-lo, é roubá-lo no que lhe pertence! Nós também, gravemos em nossos corações essas palavras de Malaquias:

> Se o não ouvirdes e se não propuserdes no vosso coração dar honra ao meu nome, diz o SENHOR dos Exércitos, enviarei sobre vós a maldição e amaldiçoarei as vossas bênçãos; já as tenho amaldiçoado, porque vós não propondes isso no coração. (Malaquias 2.2)

Vamos, agora, ao profeta Oseias.

(c) Oseias 12.6-8

> O SENHOR, o Deus dos Exércitos, o SENHOR é o seu nome; converte-te a teu Deus, guarda o amor e o juízo e no teu Deus espera sempre. Efraim,[161] mercador, tem nas mãos balança enganosa e ama a opressão.

Esse texto começa lembrando a Israel (e a Igreja) que o Senhor dos exércitos

é soberano e que só ele é Deus; ele é quem comanda e a ele o povo deve submeter-se. Ele é a lembrança e a memória verdadeira do povo de Deus, de seu povo, a quem faz lembrar a realidade soberana de um passado aliancial sempre presente! Portanto, ainda há esperança para Israel. Ela poderá voltar-se para Deus. Mas, como isso será feito? Guardando "a lealdade e o direito". Assim se volta a Deus. Seja nos negócios ou no tribunal; na vida privada ou na vida pública; na família ou na Igreja. Israel deve sempre esperar em Deus e não nos truques, nos estratagemas, nos esquemas que tenta fabricar para se dar bem, essa arte diabólica da manipulação de pessoas, da linguagem e dos acontecimentos. Do contrário, se não retornar à aliança, Israel será para Deus como Canaã, povo de mercadores sem escrúpulos, praticantes da manipulação de balanças falsificadas — como aquelas fabricadas *ex nihilo*, do nada, de riquezas virtuais, imaginárias — gatunagem que serve apenas para oprimir e pilhar o mundo inteiro!

Vejamos, agora, a ameaça que Amós, porta-voz de Deus, faz contra essa nação infiel de negociantes sem escrúpulos.

(d) Amós 8.1-8

> O SENHOR Deus me fez ver isto: eis aqui um cesto de frutos de verão. E perguntou: Que vês, Amós? E eu respondi: Um cesto de frutos de verão. Então, o SENHOR me disse: Chegou o fim para o meu povo de Israel; e jamais passarei por ele. Mas os cânticos do templo, naquele dia, serão uivos, diz o SENHOR Deus; multiplicar-se-ão os cadáveres; em todos os lugares, serão lançados fora. Silêncio! Ouvi isto, vós que tendes gana contra o necessitado e destruís os miseráveis da terra, dizendo: Quando passará a Festa da Lua Nova, para vendermos os cereais? E o sábado, para abrirmos os celeiros de trigo, diminuindo o efa, e aumentando o siclo, e procedendo dolosamente com balanças enganadoras, para comprarmos os pobres por dinheiro e os necessitados por um par de sandálias e vendermos o refugo do trigo? Jurou o SENHOR pela glória de Jacó: Eu não me esquecerei de todas as suas obras, para sempre! Por causa disto, não estremecerá a terra? E não se enlutará todo aquele que habita nela? Certamente, levantar-se-á toda como o Nilo, será agitada e abaixará como o rio do Egito.

Deus adverte Amós, seu profeta, por uma visão do fim definitivo, final, irremediável de Israel, das dez tribos do reino de Samaria. Como uma cesta de frutos maduros, Israel está madura para o julgamento. Deus não tem mais nada para ela! Os cantos no palácio se transformarão em gemidos; os gemidos, em silêncio de morte. Os cadáveres incontáveis não terão sepultura. Por que tamanha infelicidade? Por que um julgamento tão terrível caiu sobre Samaria, sobre o reino das dez tribos do Norte?

A razão é simples. O país, em sua corrida frenética por riquezas (e pelos prazeres que elas dão), engoliu o pobre, excluiu o necessitado. O amor ao dinheiro, a sede de riquezas, a paixão pela acumulação e o prazer nos bens deste mundo tornam-se uma obsessão irresistível, incontrolável, destruidora de todo sentimento de humanidade, de retidão, de justiça e misericórdia.

1. As festas de Israel são um obstáculo insuportável à corrida frenética por lucro.

2. O sábado não é mais guardado porque tornou-se um impedimento inadmissível à circulação dos negócios.

3. Sua sede por lucro os estimula a ir ainda mais longe. Eles trabalham para destruir os fundamentos morais de uma economia sadia quando falsificam balanças (hoje seria a falsificação da moeda no jogo do crédito imaginário); exploram os pobres sem pena; reduzem os necessitados à escravidão; vendem mercadorias avariadas e alimentos vencidos.

4. Isso provoca a justa ira de Deus. Ele jamais esquecerá seu comportamento injusto, ímpio e desumano.

5. As consequências? O país será sacudido; seus habitantes cairão em depressão, a própria terra sofrerá consequências desses crimes, pois se elevará e cairá, açoitada por tremores políticos e sociais terríveis.

Vemos, assim, a relação aliancial entre os atos econômicos imorais — a falsificação das normas econômicas que conduzem a esse materialismo universal em que o ganho se torna deus — e a decomposição social; mas também sua relação com as desordens terríveis na própria ordem da natureza, que não suporta tais iniquidades.[162]

(e) Miqueias 6.9-16

> A voz do Senhor clama à cidade (e é verdadeira sabedoria temer-lhe o nome): Ouvi, ó tribos, aquele que a cita. Ainda há, na casa do ímpio, os tesouros da impiedade e o detestável efa minguado? Poderei eu inocentar balanças falsas e bolsas de pesos enganosos? Porque os ricos da cidade estão cheios de violência, e os seus habitantes falam mentiras, e a língua deles é enganosa na sua boca. Assim, também passarei eu a ferir-te e te deixarei desolada por causa dos teus pecados. Comerás e não te fartarás; a fome estará nas tuas entranhas; removerás os teus bens, mas não os livrarás; e aquilo que livrares, eu o entregarei à espada. Semearás; contudo, não segarás; pisarás a azeitona, porém não te ungirás com azeite; pisarás a vindima; no entanto, não lhe beberás o vinho, porque observaste os estatutos de Onri e todas as obras da casa de Acabe e andaste nos conselhos deles. Por isso, eu farei de ti uma desolação e dos habitantes da tua cidade, um alvo de vaias; assim, trareis sobre vós o opróbrio dos povos.

Com esse texto do profeta Miqueias, chegamos à última referência, no Antigo Testamento, sobre a falsificação das medidas comerciais e financeiras. O castigo tornou-se inevitável, porque o mal chegou no seu apogeu. Que mal é esse que provoca a ira de Deus? Nas casas há: 1. Tesouros mal adquiridos; 2. Efa adulterado; 3. Balanças falsas; 4. Pesos enganosos; 5. Ricos cheios de violência; 6. Língua cheia de engano.

Quais serão as consequências de tantas injustiças acumuladas, de pecados tão habituais, de hábitos criminosos que se tornaram a norma, o modo de vida? Há dez consequências; um número completo.

a) A comida não mais saciará e consumirá as entranhas daquele que comer.

b) Os alimentos guardados não poderão ser preservados, mas estragarão e ficarão podres.

c) A espada devastará o país sem proteção divina.

d) Os campos serão semeados, mas não haverá colheitas.

e) A azeitona será prensada, mas o azeite não poderá ser vendido.

f) A uva será colhida, mas dela não será possível beber o vinho.

g) Seguindo o caminho iníquo dos reis de Israel, Omri e Acabe, seu filho — associado que era aos sortilégios de Jezabel, sua esposa, adoradora de Baal e assassina dos profetas de Deus — Israel será entregue à destruição.

h) Os habitantes de Samaria se tornarão a zombaria das nações.

j) Serão a vergonha do povo de Deus.

Esse é, exatamente, o caminho atualmente seguido por nossa civilização e nosso país e as igrejas que nela se encontram não têm nada a dizer a essa cultura criminosamente opulenta, que não tem Lei nem Deus.

> Aquele que tem ouvidos ouça o que o Espírito diz às Igrejas. (Apocalipse 2.7,11,17,29; 3.6,13,22)

Que reconheça sua iniquidade, que se arrependa de seu pecado e que se volte para Deus com todo o seu coração para ser salvo!

Amém.

Capítulo XIII: Pierre Viret e uma economia sensata[163]

Introdução

Tenho o prazer de dedicar este breve memorial sobre o reformador suíço de língua francesa Pierre Viret (Orbe, Vaud 1509 – Nérac, Navarra 1571) ao eminente historiador protestante francês Pierre Chaunu (1923-2009) que, juntamente com sua esposa Huguette, passou vários anos nesta cidade, fazendo pesquisas inéditas para sua gigantesca tese de doutorado intitulada *Séville et l'Atlantique, 1504-1650* [Sevilha e o Atlântico].[164] Ele não somente aplicou as técnicas quantitativas da escola dos *Annales* à história do Império espanhol na América, mas fez mais que isso. Porque suas pesquisas constituíram um passo fundamental na desconstrução da *lenda negra* de triste memória,[165] mistificação ideológica e histórica que tornou a cultura hispânica e sua história tão incompreensível ao povo reformado do norte da Europa e da América de língua inglesa. Mas essa desinformação religiosa e cultural em nenhum outro lugar foi tão notável como na história da Reforma espanhola. Não somente a Inquisição espanhola fez tudo que estava ao seu alcance — e seu poder era então imenso — para erradicar da consciência deste grande país o menor traço daquele movimento de retorno à Bíblia — a Reforma nascente que entre vocês marcou tão fortemente o Renascimento das Letras antigas na primeira parte do século 16 — mas também conseguiu apagar da herança Reformada europeia a memória histórica desses fatos gloriosos de seu passado cristão.

Mas essa amnésia histórica, infelizmente, não afetou apenas seus ancestrais reformados da Espanha. Permitam-me fazer uma pergunta: Quem, atualmente, conhece Pierre Viret? Mesmo em Lausanne, em sua própria pátria, país em que exerceu um ministério tão frutífero durante mais de vinte

anos, Viret foi amplamente esquecido.

1. Breve biografia de Pierre Viret

Pierre Viret nasceu em 1509 em Orbe,[166] antiga cidade romana e burgúndia[167] situada aos pés do Jura, região hoje compreendida pelo cantão de Vaud. Seu pai era um modesto tecelão, que junto à sua esposa, compunha um piedoso casal católico romano. Tendo terminado sua formação básica em sua pequena cidade, em 1527 foi para Paris, com a idade de 18 anos, para prosseguir seus estudos objetivando o sacerdócio. Foi em Paris que cursou no rigoroso Colégio Montaigu, fundado pelos Irmãos da Vida Comum e famoso por alguns de seus estudantes como João Calvino e Ignácio de Loyola. Foi nesse contexto de estudos rigorosos, iluminados pelas fogueiras dos primeiros mártires franceses, que Pierre Viret veio a descobrir os erros mortais da religião romana na qual havia sido ensinado, como também a necessidade, para si mesmo, de encontrar um Salvador pessoal capaz de libertá-lo da maldição decretada sobre o pecador, por um Deus ao mesmo tempo justo e misericordioso.

A perseguição levou Viret a buscar refúgio em Orbe, sua cidade natal. Foi ali que foi confrontado por sua vocação. Na primavera de 1531, Guilherme Farel, pregador intrépido do Evangelho e agente político de Suas Excelências de Berna, recentemente ingressado na Reforma, chamou Viret (como fez com Calvino cinco anos mais tarde) da tranquilidade de seus estudos, fazendo com que entrasse no campo de batalha da Reforma da Igreja, pela implantação, em seu próprio país, do Reino de Deus. Foi assim que, com a idade de vinte e dois anos, Viret tornou-se o pastor da pequena paróquia de Orbe, na qual teve o privilégio de ser o instrumento da conversão de seus pais. Durante vários anos Viret exerceu um ministério itinerante na Suíça Romanda [de língua francesa], ao lado de Guilherme Farel (dois anos antes da chegada de Calvino), pregando o Evangelho na cidade de Genebra.

Em 1536, o cantão de Vaud foi invadido, ostensivamente, pelo exército de Berna, para defender Genebra das reais ameaças da Savoia. Mas essa ofensiva era uma nova manifestação da pressão constante de Berna para estender seu domínio territorial para o oeste. É interessante notar que por meio dessas ambições políticas, Deus abriu diversas regiões da Confederação Helvética à mensagem do Evangelho. Após a célebre Disputa de Lausanne, de outubro desse mesmo ano, debate público no qual o jovem pregador de vinte e sete anos teve um papel fundamental, Viret tornou-se o pastor principal dessa cidade. Com exceção de curto período (1541-1542), no qual assistiu Calvino em Genebra quando este retornou de seu exílio em Estrasburgo, Viret exerceu durante vinte e três anos a função de pastor principal da igreja reformada do cantão de Vaud, no qual assumiu o cargo de pregador da Palavra de Deus, sob a mão pesada das autoridades políticas e eclesiásticas da República de Berna. No auge de uma grande luta contra o poder de Berna, para que a igreja tivesse a liberdade de exercer por si mesma a disciplina sobre seu próprio rebanho, Viret, em fevereiro de 1559, foi expulso de seu país, encontrando refúgio na cidade vizinha de Genebra.

Entre 1559 e 1561, Viret exerceu um ministério muito admirado em Genebra, ao lado de seu grande amigo Calvino,[168] mas sua saúde frágil forçou-o a procurar um clima mais ameno no sul da França. Tendo melhorado seu estado de saúde, pôde retomar seu ministério e foi o instrumento de um notável avivamento espiritual, primeiramente em Nimes e Montpellier, depois na segunda cidade do Reino, Lyon, onde exerceu um ministério altamente abençoado durante os primeiros anos das guerras civis. Presidiu vários Sínodos nacionais que reuniam as igrejas reformadas da França.[169] Terminou sua frutífera e movimentada vida como Pastor principal e Superintendente acadêmico da Igreja Reformada do Reino de Navarra, onde morreu em abril de 1571, com a idade de sessenta e dois anos, tendo sido

sepultado em Nérac.[170] A Rainha de Navarra, Jeanne d'Albret, escreveu estas emocionantes palavras sobre sua morte:

> Entre as grandes perdas que tive, durante e desde as últimas Guerras, a primeira delas foi a perda do Senhor Viret, que Deus levou para si.[171]

2. O lugar de Pierre Viret na Reforma

Pierre Viret, denominado *o anjo da reforma*, amigo íntimo de João Calvino, de Guilherme Farel e de Teodoro de Beza,[172] de maneira nenhuma foi um personagem menor ou insignificante como a maior parte das histórias desse período pode nos fazer crer. Em primeiro lugar, foi ele quem fundou, com o apoio das autoridades de Berna, a primeira Academia Reformada. Viret dedicou uma parte importante do seu tempo ao ensino da teologia para os estudantes que ali ingressavam, provenientes de todos os cantos da Europa.[173] Essa Academia de Lausanne — e não a de Genebra como erradamente se crê, porque esta instituição só foi criada em 1559 — foi o modelo para todas as futuras Academias Reformadas. Quando Viret foi expulso, grande número de estudantes nela estavam inscritos.[174]

Mas Pierre Viret, esse cristão tão doce e amável, movido por um profundo fervor espiritual, também foi um dos grandes pregadores da Reforma. Sobre Calvino, Teodoro de Beza escreveu: "Ninguém ensinou com maior autoridade". Sobre Farel, escreveu: "Ninguém trovejou mais alto do que ele". Mas de Viret ele disse: "Ninguém tem maior elegância quando fala".[175]

Mas não é tudo. Além de seu imenso talento para pregar, Viret foi também um grande e fecundo escritor. Escreveu mais de quarenta obras, algumas delas chegando a ter quase mil páginas.[176] Viret escreveu um pequeno número de tratados em latim, mas suas obras foram, em sua maior parte, escritas em francês, numa linguagem familiar e compreensível a todos,

frequentemente sob a forma popular de diálogos entre personagens claramente diferenciados e simpáticos, de modo a atingir um público de educação escolar bastante reduzida.[177] Mas, se o estilo é agradável, o conteúdo é profundo, o conhecimento bíblico sem falha e de uma erudição imensa. Tudo ali transmite uma segurança notável. Sua teologia tem a marca da solidez, com uma precisão e equilíbrio raros. A maneira com que os diálogos são construídos — afirmações, objeções, refutações — e a síntese doutrinária clara, sempre bíblica, bem equilibrada e expressa com autoridade, sob uma forma popular e livre de todo jargão filosófico, lembra o método escolástico de discussão formal absorvido aos pés de seu mestre de Filosofia e Teologia, no Colégio de Montaigu, o escocês Jean Mair (John Major).

Pierre Viret era, indubitavelmente, com Martinho Lutero, um dos melhores propagadores da fé cristã no século dezesseis. Mas sua profunda preocupação em responder às necessidades espirituais do povo, jamais fez com que rebaixasse o nível de seu ensino teológico e espiritual, como, infelizmente, acontece hoje em dia. É impossível, no âmbito deste estudo, fazer real justiça às notáveis realizações desse cristão extraordinário. Se seu bom amigo João Calvino era o mestre da dogmática por excelência e príncipe dos exegetas, devemos considerar Pierre Viret o melhor apologista e mestre da ética, de imensa penetração do século 16. Sua obra monumental *Instruction chrétienne en la doctrine de la Loi et de l'Évangile et en la vraie philosophie et théologie, tant naturelle que supernaturelle des chrétiens*[178] [Instrução cristã na doutrina da Lei e do Evangelho e na verdadeira filosofia e teologia, tanto natural como sobrenatural dos cristãos] é, sem dúvida nenhuma, sua obra teológica mais importante. Pode ser facilmente comparada, em sua mesma categoria, à *Instituição* de Calvino.

3. Pierre Viret economista

Nesta breve exposição sobre a vida e obra de um dos grandes personagens da história da Igreja (no entanto, desconhecido daqueles que se consideram, com razão, herdeiros da Reforma), gostaria de mostrar, ainda, a extraordinária lucidez e notável discernimento que Viret possuía, em razão do respeito que nutria pela Lei de Deus. Num livro consagrado ao estudo do relato histórico dos últimos anos do século 16, o erudito francês Claude-Gilbert Dubois diligentemente se debruçou sobre a visão bíblica que Viret tinha do papel da economia no processo histórico.[179] Ao fazer isso, trouxe à luz o notável discernimento econômico do nosso reformador do cantão de Vaud. A análise de Dubois se concentra sobre o estudo de uma obra prima da apologética de Viret, *Le monde à l'empire et le monde démoniacle*[180] [O mundo imperial e o mundo demoníaco]. Segundo Dubois, esse livro poderia muito bem ser considerado como o esboço de um tratado moderno de economia, uma obra duzentos anos antecipada no tempo. Ainda que Dubois não esteja de acordo com o conservadorismo teocêntrico de Viret, entretanto não disfarça sua admiração pela percepção que nosso autor possuía em relação às correntes econômicas de sua época. Pois Viret havia constatado, com indignação, uma oposição crescente à Lei de Deus no capitalismo monopolista anárquico que se desenvolvia sob seus olhos, como também o desenvolvimento de uma sociedade profundamente anticristã. No apego progressivo de muitos de seus contemporâneos às riquezas materiais, ele compreendeu que se tratava de uma fascinação desprovida de todo senso de mordomia e responsabilidade para com Deus na utilização de seus próprios bens. Viret reconheceu uma forma particularmente vil do pecado de idolatria, no qual a velocidade de crescimento na opulência — sob uma forma extrema de *liberalismo desenfreado* — era diretamente proporcional à perda de moralidade, de sentimento religioso e, consequentemente, de todo senso de responsabilidade social. Vejamos como Dubois exprime as preocupações de Viret sobre as

origens camufladas desses vícios públicos:

> Por trás das leis escritas, supostamente criadas para governar as sociedades, essas leis naturais, pervertidas, ocultas, acabam prevalecendo no direito e impondo, como regras morais, as regras pervertidas de uma natureza caótica.[181]

Viret polemizou incessantemente contra as heresias da igreja de Roma e os abusos sociais que ela criava. Mas aqui sua polêmica não é somente dirigida contra a acumulação improdutiva de riquezas pela igreja católica, mas também contra os evangélicos inconsistentes de sua época (os pseudo-calvinistas) que viam no processo da *reforma*[182] uma libertação das imposições históricas (morais e legais) de uma sociedade católica parcialmente cristianizada. Os quais, tendo-se tornado protestantes muito interessados, recusavam submeter-se a toda espécie de disciplina social e econômica decorrente da Lei de Deus. Foi esse antinomismo sem Deus que Viret constatou entre aqueles que chamava de cristãos *disformados* (em vez de *reformados*), que combatia com uma ironia ácida. Ele via esse comportamento antissocial se manifestar, muito particularmente, entre os novos ricos, que rapidamente haviam esquecido suas origens modestas e se gloriavam, de maneira arrogante, em sua nova prosperidade. Essa riqueza era frequentemente adquirida em detrimento das classes menos favorecidas, que tinham sido empobrecidas pela nova ordem econômica, largamente fundamentada sobre a especulação monopolista. Dubois escreveu:

> A indignação moral [de Viret] desemboca numa crítica perspicaz da concentração capitalista e da dominação de classe. A aplicação imediata às comunidades religiosas, ou seja, o ataque às riquezas da igreja, cúmplice do sistema, se torna mais preciso; ele mira as riquezas do clero. A indignação [de Viret] tem uma base teológica, isto é, eles traíram a pobreza dos primeiros apóstolos; mas ela é também de ordem social, porque eles criaram a miséria e a escravidão em torno deles. O que esse economista, apegado à teologia, reprova na igreja é o "congelamento" de suas riquezas, ao invés de colocá-las no circuito econômico no qual os pobres seriam beneficiados. Esse sistema egoísta vai de encontro aos imperativos religiosos fixados para a Igreja.[183]

Leiamos o próprio Viret:

> Nós lamentamos o tempo em que a Igreja era pobre, frágil, perseguida, pilhada e devastada pelos tiranos, pelos infiéis e por seus inimigos [no Império Romano], e governada por pobre pecadores, mas que alimentava os pobres e ninguém passava fome. Agora ela é tão rica que ultrapassa os tesouros e a glória dos Reis e Imperadores mundanos e é governada por esses grandes prelados, grandes deuses terrenos que não têm mais nenhum cuidado com os pobres membros de Jesus Cristo, sua esposa, sob qual título conseguiu essas grandes riquezas. Agora, ao contrário, ela os pilha, come e devora.[184]

E Dubois coloca a questão:

> Qual a verdadeira natureza dessa degradação que Viret percebe na história? Suas origens profundas são de ordem teológica e estão ligadas ao pecado; suas manifestações são de ordem moral — perversão da natureza que toma a forma moderna de um escândalo econômico. Uma má economia, uma má divisão de riquezas, com circuitos de mão única — no sentido da concentração — são esses os sinais da corrupção que reina atualmente no mundo.[185]

Viret responde:

> O grande mal nisso é quando a bolsa pública é pobre e os particulares são ricos. Esse é um sinal evidente de que o regime é mau e a gestão pública é ruim e é governada por ladrões e bandidos que fazem dela sua presa.[186]

Para Pierre Viret, tal procura por riquezas estéreis não passava de um pacto iníquo com o Príncipe deste mundo caído, de uma idolatria, do culto à criatura e desprezo ao Criador. Tal concentração e acumulação egoísta de riquezas são contrárias às doutrinas bíblicas da produtividade, da mordomia, da caridade e do sacrifício pessoal. É em si mesma um indício claro da decadência da sociedade que aponta para um futuro de desastres sociais, acompanhados de julgamentos divinos. Porque os mecanismos econômicos que têm como resultado tal concentração de riqueza nas mãos de uma

oligarquia financeira, de fato prepara o caminho que leva a catástrofes de ordem social e política que destruirão, inevitavelmente, uma classe dirigente amoral e irresponsável.

De fato, para Viret, esse círculo vicioso de injustiça econômica resulta, necessariamente, na revolução.[187] A opressão econômica tem sua origem direta no desejo desordenado de acumulação de riquezas e, a longo prazo, certamente produzirá distúrbios sociais; tal sentimento de frustração social, quando dele se toma consciência, acaba na revolta. Entretanto, com grande lucidez, Viret percebeu o caráter dramático desse processo negativo (e é aí que o historiador moderno Claude-Gilbert Dubois toma um outro caminho), pois em sua visão cristã do mundo, a sedição e a revolução não são, de forma alguma, forças construtivas. Viret percebeu muito bem que essa nova oligarquia se servia generosamente de sua dominação monopolista do aparelho de Estado, para trazer para si os bens da nação inteira, perturbando (ela também) a circulação natural das riquezas, ao desviá-las dos canais habituais de produção e comércio. Para Viret, esse sufocamento do fluxo econômico da produção industrial e das trocas comerciais por uma oligarquia parasitária, devia ser combatido se quiséssemos restabelecer uma distribuição natural e equilibrada das riquezas e dar à sociedade uma saúde econômica verdadeira.

Portanto, Viret não era, de forma alguma, um adversário da função econômica do mercado como regulador dos negócios e distribuidor dos bens. Ele se oporia fortemente a toda espécie de planificação socialista da economia ou de qualquer redistribuição comunista, pelo Estado, das riquezas da nação. Ele teria reivindicado, apenas, que o mercado estivesse legal e judicialmente sujeito às exigências econômicas e financeiras da Lei de Deus e que os “ladrões e bandidos” de sua época — como aqueles que reinam atualmente e não têm quem os freie nos sistemas bancários e nos governos de

nossas nações — fossem levados aos tribunais para ali prestar contas de suas pilhagens e crimes econômicos. Aproveitamos a ocasião para indicar um estudo econômico e moral contemporâneo que em muitos aspectos se assemelha à análise feita por Viret dos problemas econômicos de seu tempo. Trata-se de um pequeno livro de Maurice Allais, físico de renome mundial e prêmio Nobel em economia, obra que rapidamente foi esquecida, intitulada: *La crise mondiale d'aujourd'hui: pour de profondes réformes des institutions financières et monétaires*[188] [A crise mundial atual: por profundas reformas das instituições financeiras e monetárias]. O pensamento ético de Viret sobre questões sociais, econômicas e políticas também, em muitos aspectos, se assemelha ao de Alexandre Soljenitsin.[189] Seguem dois textos desse autor que mostram a semelhança de suas preocupações com as de Pierre Viret. O primeiro se chama "Esgotamento da cultura?". O segundo se chama "Uma oração":

> Tudo o que atualmente enche as ondas de um barulho lamentável e estéril, e de suas caricaturas, de todos esses exageros que invadem nossas telas de televisão – tudo isso passará, desaparecerá, se perderá na história como poeira esquecida. Se o povo vai sobreviver ou perecer, isso dependerá daqueles que terão de atravessar esta época sombria, contribuindo com seu próprio trabalho ou com a ajuda material trazida pelo trabalho de outros, para salvar da destruição, recuperar, consolidar e desenvolver nossa vida interior, vida do pensamento e da alma, que é a cultura. Como me alegra viver contigo, Senhor! Como é leve crer em ti! Quando meu espírito enfraquece ou se perde no incompreensível, quando os mais inteligentes não veem além da noite que cai e ignoram o que terão de fazer amanhã, tu me envias do alto a certeza clara de que tu és e agirás, de sorte que todos os caminhos do bem não serão fechados. No auge da glória terrena, me encontro nesse caminho que jamais teria encontrado sozinho e que, além do desespero, me conduziste para ali, onde pude transmitir à humanidade os raios da tua luz. E enquanto puder refleti-la, tu me darás o poder para fazê-lo. E tudo aquilo para o que me faltou tempo, foi porque tu o confiaste a outro.

Essa afinidade de pensamento também houve entre Pierre Viret e o grande filósofo e moralista católico belga, Marcel De Corte.[190]

Apesar de sua aberta oposição ao conservadorismo social e político de Viret, como ao seu pessimismo cristão e também quanto aos benefícios da ação revolucionária, Dubois, ao concluir sua análise do diagnóstico de Viret sobre os males econômicos de seu tempo (e do nosso!), escreveu:

> Entretanto, é admirável que partindo de dados teológicos bastante vagos e de sentimentos difusos, inspirados por um complexo de frustração social mais do que por uma reflexão objetiva sobre a teoria das quatro idades, Viret, com tanta exatidão, precisão e perspicácia, seja para nós uma testemunha engajada — daí seu interesse suplementar — dos novos mecanismos econômicos que regiam a sociedade do século 16.[191]

Mas as "vagas proposições teológicas" de Viret não são tão estéreis como Dubois imagina. Vemos nelas a maravilhosa sabedoria prática e intelectual que muitos anos de meditação sobre a Lei de Deus podem dar, em particular no que diz respeito às implicações econômicas da Torá. E se Viret, de um lado, via tão bem os julgamentos de Deus contra um mundo rebelde e ingrato como resposta às destruições produzidas pela prática do mal, por outro lado demonstrou, de modo ainda mais claro, as bênçãos que decorrem da obediência fiel aos mandamentos de Deus. Falando das bênçãos e julgamentos que aconteciam diante dos seus olhos atentos, Viret escreveu:

> Se considerarmos a graça que Deus nos deu pela revelação de seu Santo Evangelho e a restauração de todo bom ensino e disciplina, podemos chamar isso, justamente, de idade do ouro e dizer que somos os mais felizes desde a época dos Apóstolos. Mas, ao contrário, se opusermos nossa malícia e ingratidão à bondade de Deus, e à graça que nos apresenta, podemos dizer que estamos numa época pior que a idade do ferro e nos julgar os mais infelizes dos homens e que jamais estivemos sob o manto dos céus.[192]

Considerando o pensamento ético de Pierre Viret, tomamos, por exemplo, a aplicação que ele fez da Lei de Deus às questões econômicas quotidianas, tanto para sua época como para a nossa; e, mais particularmente, em relação à questão da responsabilidade monetária das instituições financeiras. Para

concluir esta seção utilizaremos dois outros exemplos extraídos de seu pensamento econômico: 1) Da criação pelo Estado de uma moeda virtual *ex nihilo*, do nada e 2) Da voracidade financeira do Estado e sua ânsia em taxar todos os aspectos da atividade humana.

Então, consideremos o que Viret tem a nos dizer sobre a criação, pelo Estado, de uma moeda virtual e depois, numa segunda etapa, veremos sua análise sobre a invenção e desenvolvimento, pelo Estado, desse imposto universal sobre toda transação comercial, chamada de imposto sobre valor agregado, conhecido pela sigla I.V.A.

4. A fabricação pelo Estado da moeda virtual, *ex nihilo*, criada a partir do nada

A grande amizade de Pierre Viret com João Calvino (seu contemporâneo) não o impediu que revelasse seus pontos de vista diferentes, ao mesmo tempo em que dividia com Calvino as mesmas convicções sobre os pontos essenciais da doutrina reformada.[193] Assim, a Reforma nos dá um exemplo flagrante de como a unidade na doutrina fundamental não exclui certa diversidade teológica. Mas o conformismo automático de uma época afeminada não suporta, na Igreja, o desacordo sobre questões de ordem secundária. Assim, sobre a questão de como detalhes da Lei mosaica poderiam ser aplicadas ao nosso tempo, Viret defendia uma posição diferente da de Calvino. Robert Linder descreve essa diferença como segue:

> Ao contrário de Calvino, Viret estava totalmente disposto a estender a autoridade da Bíblia sobre o Estado.[194]

A comparação da exegese de Viret com a de Calvino sobre textos específicos é bastante esclarecedora. Nos seus *Sermões sobre o Deuteronômio*, por exemplo, vemos que Calvino, ainda que não ignorasse as implicações práticas detalhadas da Lei mosaica, no entanto prestava menos atenção do

que Viret a esse aspecto da Lei. Viret era, particularmente, atento ao sentido imediato do texto e da aplicação da Lei aos problemas políticos, econômicos e sociais de sua época. Contrastemos, brevemente, essas duas abordagens do mesmo texto bíblico.

> Na tua bolsa, não terás pesos diversos, um grande e um pequeno. Na tua casa, não terás duas sortes de efa, um grande e um pequeno. Terás peso integral e justo, efa integral e justo; para que se prolonguem os teus dias na terra que te dá o SENHOR, teu Deus. Porque é abominação ao SENHOR, teu Deus, todo aquele que pratica tal injustiça. (Deuteronômio 25.13-16)

Em primeiro lugar, consideremos as observações de Calvino no texto de seus *Sermões sobre o Deuteronômio*.

> Há duas coisas nas quais, sobretudo, ofendemos nosso próximo. Porque uns são dados às fraudes e malícias para enganar e corromper; e outros aos ultrajes e injúrias. Ora, quando se trata de malícia dissimulada, se devo escolher, a pior delas é a falsificação de pesos e medidas. Porque é um meio para que os homens negociem entre si sem discussão e sem barulho. Se não tivermos dinheiro para comprar, que confusão haverá? Ora, as mercadorias são distribuídas, frequentemente, por pesos e medidas. Portanto, quando forem falsos o dinheiro, o peso e a medida, o elo de comunicação é rompido entre os homens; serão como cachorros e gatos, pois não haverá mais como aproximá-los; por isso não é preciso ficar surpreso quando nosso Senhor considera como algo detestável os pesos e medidas falsos e quando mostra que isso é o pior e o mais detestável roubo que alguém possa cometer. Quando um ladrão propõe em seu coração praticar algum crime, ele se dirige apenas a um homem; é verdade que de um ele vai para outro. Mas, sabemos que o ladrão não pode fazer tanto, pois não consegue roubar todo mundo de uma só vez. Ora, aquele que se utiliza de pesos e medidas falsos, ele não tem nenhuma relação com quem ele quer roubar; mas para perverter a ordem comum, ele engana a todo o mundo de forma generalizada, de tal maneira que isso se torna uma desumanidade. O que será da lei? O que fará a justiça quando não houver mais integridade e lealdade naquilo que devia auxiliar os homens a manter-se em seu estado? Portanto, temos aqui uma lei muito necessária quando se trata de pesos e medidas.[195]

Calvino passa, então, à aplicação dessa lei ao que chama de *a doutrina geral*. Por essa expressão ele se refere à aplicação às diferentes áreas da vida cristã do princípio de integridade, que surge como pano de fundo dessa lei. As

relações comerciais são chamadas à lealdade, ao preço justo no comércio, à compaixão pelos pobres; denuncia a hipocrisia do nosso pretenso cristianismo, ao mesmo tempo que negligenciamos nossas obrigações para com o próximo; denuncia a corrupção inata do homem e a necessidade de um comportamento leal em nossas relações com as pessoas. Calvino conclui com a seguinte nota:

> Mas temamos o que aqui nos é demonstrado e cada um caminhe lealmente com seu próximo; que aqueles que fazem comércio cuidem para ter balanças e medidas justas, como também mercadorias pesadas honestamente e de forma alguma falsificadas; que tudo seja feito com tal fidelidade que se saiba que há uma lei dominando nossos corações; que não estejamos debaixo das ameaças e punições que foram ordenadas, mas que a vontade declarada por Deus nos baste. Que, então, isso nos valha e tenha força sobre nós para nos conduzir e corrigir. Além disso, quando diz: *Todos os que assim procedem são abominação ao Senhor*, diz assim para que os homens não se enganem com seus sofismas e sutilezas, como sempre fazemos quando nos utilizamos de subterfúgios; aqueles que querem astutamente enganar seu próximo, sempre farão uso de alguma cor para maquiar seu caso. Mas ainda que os homens nos desculpem, isso de nada valerá, pois teremos de comparecer diante do Juiz celeste.[196]

Pierre Viret procede de forma bastante diferente. Ele consagra nada menos que cinquenta e cinco grandes páginas impressas com pequenos caracteres em uma exposição detalhada somente do oitavo mandamento.[197] Sobre o texto que aqui nos interessa, seus comentários cobrem seis páginas (p. 551 a 556 do Primeiro volume da edição de 1564 de sua *Instrução Cristã*). Em vez de extrair lições morais desse estatuto particular, Viret se põe a estudar as aplicações específicas desse mandamento da Lei aos diversos aspectos das relações comerciais, isto é, ele desenvolve as aplicações casuísticas, próprias desse estatuto bíblico. E ele faz isso de tal maneira que mesmo sendo cuidadosamente adaptadas às condições de seu tempo e de sua cultura, suas observações permanecem válidas para nossa época. Entretanto, suas explicações não constituem, de forma alguma, uma deformação do

significado mosaico da lei em consideração. Notemos, em primeiro lugar, as divisões que estabeleceu, para entender melhor o escopo dessa lei.[198] Estes são os subtítulos que foram dados ao seu comentário: roubos cometidos no volume, nos pesos e nas medidas das coisas vendidas ou fornecidas e como essa forma de roubo é considerada detestável nas Santas Escrituras (p. 619); a invenção e o uso da moeda e os falsificadores; a dimensão desse crime e o roubo cometido por esse meio (p. 620); os ladrões e falsificadores da Palavra de Deus e os roubos dos homens e dos seus bens por esse meio (p. 621); aqueles que raspam as moedas e que usam moedas sabendo que são falsas e, principalmente, aqueles que cuidam do dinheiro público (p. 622); corrupção através de doações e comerciantes que vendem e compram o governo e os pobres (p. 623); roubos cometidos por vendedores de mantimentos e os perigos que representam sua alteração (p. 624); o cuidado que os magistrados devem ter quanto aos víveres e o grande desrespeito pelos juramentos prestados em razão disso (p. 625); o erro dos magistrados e oficiais nessa área, pelo qual se tornam culpados de roubo e impiedades cometidas nessas coisas (p. 626); o perigo, nessa matéria, no que diz respeito aos médicos e farmacêuticos e a lei dada por Deus sobre pesos e medidas e suas ameaças contra aqueles que os falsificam (p. 627).

Em seu diálogo entre Daniel e Timóteo, tratando da falsificação de pesos e medidas, Viret escreveu:

> *Daniel*. O roubo ali acontece quando os pesos e medidas são falsos. Porque ainda que a essência e a matéria devam ser o que se espera e na quantidade e qualidade requeridas, no entanto é diminuída. Porque não contém o que deveria. Segue-se, portanto, que o que falta foi roubado daquele que recebeu a coisa. Essa espécie de roubo é, por muitas vezes, totalmente condenada nas Santas Escrituras.
>
> *Timóteo*. Ela é também muito mais frequente e comum por ser mais fácil roubar os homens dessa maneira do que mudar a essência e o conteúdo corrompendo-os; também porque é mais fácil perceber a adulteração, nesse tipo de corrupção, do que o roubo nos pesos e medidas. Isso porque, quando compramos ou vendemos, temos de confiar na maior parte dos pesos e medidas dos comerciantes com os

quais fazemos negócio, uma vez que não temos como levar pesos sempre conosco.

Daniel. Iniquidade maior é daqueles que os falsificam, porque enganam da maneira mais iníqua aqueles que confiam neles. Nisso eles são ladrões e roubadores do povo.[199]

Viret aplica acertadamente essa lei aos falsificadores de moedas, uma vez que na Antiguidade a falta de uniformidade nos pesos das moedas exigia que as transações fossem efetuadas pesando-se o dinheiro para determinar seu valor exato.

Daniel. Em primeiro lugar, os falsificadores de moeda são muito perigosos e perniciosos. Porque a moeda e sua fabricação em ouro, prata e outros metais, proporcionou aos homens fazer negócios mais facilmente e em conjunto, como também se tornou um meio mais fácil para trocar entre si os bens que Deus lhes deu. Porque o trânsito de mercadorias não é outra coisa senão uma troca feita entre os homens, pela qual uns transferem aos outros o que cada um tem, tomando do outro alguma coisa como recompensa, segundo o valor pelo qual as coisas são negociadas. Ora, como seria ruim transportar para regiões distantes as coisas que poderiam ser trocadas, a moeda foi colocada em seu lugar, segundo o valor do bem, pois ela é mais fácil de ser transportada e mais apropriada do que qualquer outra coisa para o trânsito de mercadorias. Como foi Deus quem deu aos homens esse instrumento de troca, a fim de tornar mais fácil para uns e para outros, aqueles que o pervertem e confundem essa ordem, ferem o bem público e toda a sociedade humana e por isso são dignos de forte punição, tanto mais porque provocam grande confusão entre os homens. Porque estes não podem viver sem negociar uns com os outros. Portanto, aquele que lhes tira esse instrumento de troca torna-se um bandido público, por cortar a garganta de toda a comunidade dos homens e retirar, por esse meio, a confiança e a lealdade, sem a qual a sociedade humana não pode se desenvolver nem se conservar. E assim os homens ficam com um grande problema e numa desordem sem paralelo.

E Timóteo continua:

Ora, não há ninguém nisso que provoque maior desordem do que os falsificadores de moeda; porque além de serem ladrões do povo, que roubam toda a comunidade dos homens, também confundem a ordem pública, afrontando a autoridade dos príncipes, aos quais é dado o poder para cunhar a moeda e fixar-lhe o valor com a finalidade de manter essa ordem, a qual não poderia ser mantida com justiça e equidade se fosse possível a cada um cunhar moeda a seu bel prazer.[200]

Atualmente, a falsificação massiva de dinheiro tornou-se a prática corrente do sistema bancário, conhecida pelo nome de “reserva bancária fracionária” que permite, a cada empréstimo concedido pelo banco, acrescentar, para simples efeito de escritura e a crédito do próprio banco, o dobro da soma emprestada. No que concerne aos bancos centrais — a maior parte deles como se fossem bancos privados — lhes foi dado o poder de emitir moeda quando quiserem, apenas para efeito de escritura, criando assim montanhas de dinheiro por simples *fiat*, isto é, a partir do nada, *ex nihilo*. Tal poder, até então, era reservado apenas ao Criador do mundo! É dessa maneira que os bancos emprestam aos Estados, mediante pagamento de juros, quantias virtuais astronômicas, produzindo dívidas que alcançam somas inimagináveis! A longo prazo, tais práticas dão origem a uma inflação destruidora.[201] A consequência dessa expansão do crédito não é outra senão a expansão de todas as formas de endividamento, tanto público como privado, o aumento artificial e sem fim do crédito sem a menor cobertura, como também a destruição do poder produtivo industrial da sociedade, pela concentração desse capital virtual em transações puramente especulativas; enfim, ciclos de explosão e ruína, de desenvolvimento e queda, particularmente destrutivos. [202]

Viret teria, de um ponto de vista bíblico e criacional, muita coisa a dizer sobre tal sistema especulativo de assalto monetário e financeiro. Vejamos sua crítica, com aquela expressividade satírica muito atraente, peculiar de alguns de seus escritos, aos abusos flagrantes do poder público de seu tempo, neste pequeno, mas brilhante diálogo:

> *Timóteo*. Parece-me que poderia ser acrescentado, entre os falsificadores de moeda, todos os que raspam as moedas em benefício próprio, diminuindo seu peso e devolvendo-as ao mercado, sabendo, e não por ignorância, que tiveram seu peso diminuído e, portanto, são falsas, como é comum acontecer. Porque, ainda que façam uso de meios diferentes daqueles utilizados pelos “falsificadores de moedas”, no entanto seu ato resulta no mesmo fim e essencialmente é a

mesma coisa, ainda que os meios, de alguma maneira, sejam diferentes.

Daniel. Você toca num ponto no qual aqueles que manuseiam a fazenda pública se deixam fortemente contaminar uns com os outros. Quando recebem, tomam cuidado para não se enganar e receber moeda e outra coisa ilegítima que não seja boa; mas quando têm de desembolsar e pagar os salários daqueles que os servem, e à Igreja ou para o bem público, ou distribuir qualquer coisa aos pobres, Deus sabe com que lealdade e fidelidade eles trabalham.

Timóteo. Conheci alguém que, conscientemente (penso eu), nunca fez um pagamento inteiro àqueles a quem devia e principalmente aos pobres, sem toda vez roubar alguma parte do salário que lhes era devido, ou da esmola que lhes tinha sido ordenada; e isso por moeda inteiramente falsa, ou por pesos alterados e mal colocados, sem que os pobres pudessem reclamar, mesmo sendo manifestamente roubados e pilhados.

Daniel. Esses não são somente vigaristas e falsários, mas ladrões e assaltantes da coisa pública, piores do que aqueles que assaltam os homens pelos bosques. Porque o que poderiam lhes fazer de pior, senão tirar-lhes a vida?

Timóteo. No entanto, ai daqueles que não lhes paguem o que é devido sem que seja bem contado, pesado e aprovado, diferentemente do que fazem aos outros que não têm a coragem de resistir à sua tirania e vilania.

Daniel. Certamente.[203]

Vamos ao nosso segundo ponto, isto é, à tributação universal dos bens colocados em circulação.

5. A invenção, pelo Estado, de um imposto universal sobre todos os objetos colocados à venda: o Imposto sobre Valor Agregado, conhecido pela sigla I.V.A.

Agora vamos considerar brevemente as reflexões feitas por Viret sobre o caráter intrinsecamente predador do Estado moderno e, em particular, seu desejo de fazer de toda atividade industrial e comercial a fonte de suas riquezas irresponsáveis. Sua análise alia uma estrutura estritamente bíblica (seu "pressuposicionalismo") a uma compreensão profunda do funcionamento da sociedade de seu tempo, como também do desenvolvimento histórico que levou as nações da Europa, do fim da Idade

Média, à situação que se encontravam em meados do século 16 (seu "evidencialismo"). Isso se constata por duas premissas que estão sempre presentes em sua mente: 1) Toda realidade deve ser compreendida à luz de uma perspectiva bíblica consequente; 2) Toda a realidade (ainda que caída), enquanto criação divina e manifestação dos propósitos providenciais do Criador, foi naturalmente estruturada por princípios teológicos e filosóficos que se encontram na Bíblia.

É essa posição, tanto teonômica (no sentido amplo da expressão) como natural (segundo a ordem imutável estabelecida por Deus desde a criação), que permitiu a Viret analisar as estruturas econômicas e a dinâmica sociológica e temporal da sociedade de seu tempo. Foi assim que Viret manteve unida, com enorme habilidade e sucesso, uma análise que é, ao mesmo tempo, teológica, espiritual, moral, filosófica, sociológica, econômica, literária e histórica, tudo isso numa estrutura de pensamento admiravelmente unificada e diversificada. Viret recusou toda espécie de dualismo gnóstico, toda a oposição binária — hoje tão comum no pensamento cristão como também no secular — entre criação e redenção, teologia e filosofia, doutrina e história, natureza e cultura, moral e economia, graça e lei, fé e obras e assim por diante. Onde frequentemente pensamos em termos de oposições dualistas, seu pensamento funciona sobre o plano da antítese justa (o bem contra o mal, a verdade contra o erro), mas também de maneira complementar (todos os aspectos da realidade criada e da ação providencial de Deus na história estão interligados e se relacionam reciprocamente). É esse equilíbrio no seu pensamento — que podemos chamar de "trinitário" — entre a unidade e a diversidade que faz com que seus escritos, após quatro séculos, sejam tão atuais e estimulantes.

Pierre Viret apontou o instrumento fundamental através do qual o Estado explora seus cidadãos: o "imposto sobre o sal" ou a aplicação de um tributo

universal sobre o valor agregado a todos os bens negociados no mercado. O “imposto sobre o sal”, instituído em 1341 pelo rei da França Filipe VI de Valois (1328-1350), em sua origem era aplicado apenas sobre o sal. Numa análise histórica, brilhante e cheia de humor, Viret demonstra que esse imposto sobre a venda do sal foi sendo, pouco a pouco, estendido a quase todas as mercadorias negociadas no reino. Portanto, pode ser considerado como o precursor do que chamamos hoje de I.V.A. O imposto sobre o valor agregado tornou-se um instrumento flexível e particularmente eficaz nas mãos do Estado voraz moderno, sempre e cada vez mais determinado a tirar do cidadão.

Por “tirania”, Viret compreendia a tendência ao absolutismo das monarquias modernas, a começar com o Santo Império Romano Germânico dos Hohenstaufen, seguido pelas monarquias francesa, inglesa e espanhola. Nisso elas imitavam a centralização burocrática absoluta do Império Romano. Esse modelo político e econômico foi restabelecido no Ocidente pelas práticas da igreja romana que, enquanto Papado imperial, governou efetivamente durante três séculos aproximadamente a cristandade ocidental como um todo. Esse período se estendeu, a grosso modo, dos pontificados de Gregório VII (1021-1085) a Bonifácio VIII (1234-1303). A tendência absolutista que, desde o século 12, atravessou toda a história da Europa ocidental, resultou na constituição do Estado nacional revolucionário dos tempos modernos, que culminaria nas tiranias totalitárias atuais, Estados providenciais todo-poderosos e onipresentes, caracterizados pela socialdemocracia e oligarquia.

Mas Viret, na crítica que dirige aos abusos fiscais dos vorazes Estados absolutistas do começo da era moderna, em nenhum instante coloca em dúvida a ordem divina do governo institucional (Romanos 12.17 a 13.7; 1 Pedro 2.11-25), autoridade pública instituída por Deus para o bem dos homens. Essa autoridade é limitada, no exercício de suas prerrogativas, pelas

normas soberanas da Lei bíblica, como também pelas instituições existentes e pela legislação e jurisprudência em vigor, ainda que imperfeitas, mas protetoras das liberdades humanas. Viret também não tirava do Estado o direito de cobrar impostos e taxas legítimos. Sob o título de "As taxas devidas aos príncipes e a necessária moderação em sua cobrança", Viret concede a palavra a Jerônimo — historiador, sociólogo, economista e teólogo de seus Diálogos — em sua conversa com Tobias:

> *Jerônimo*. É correto que os reis e os príncipes tenham direito a tributos e renda para manter os seus súditos e distribuir justiça a cada cidadão, porque Deus assim ordenou.[204]

Depois descreve a justificação bíblica das imposições feitas pelo Estado:

> *Jerônimo*. Por essa razão ele ordena expressamente por meio do apóstolo Paulo que se paguem impostos e tributos com boa consciência, sem nada defraudar. (Romanos 13). E para nos dar exemplo, Jesus Cristo mesmo pagou tributo a Cesar e ordenou que lhe fosse pago.

Em seguida advertiu seus leitores sobre o perigo de abuso por parte dos magistrados:

> Mas é preciso também que sejam sempre advertidos para que não passem da medida. Porque, se não se contentam com o que é razoável, não sei o que poderão alegar, senão seu próprio desejo e que lhes falta dinheiro e desejam coletá-lo.[205] E para que não sejam obrigados a devolvê-lo, não querem que lhes seja emprestado, mas que lhes seja dado, de bom grado ou não, por aqueles de quem querem obter. Pois, uma vez que aqueles têm os bens em seu poder, se quiserem deles usufruir e ser seus donos, é preciso que façam o que agrada aos que são mais fortes do que eles e que podem extorqui-los a seu bel prazer. [...] Mas quer emprestem ou não, esse meio de tributar os súditos e estrangeiros lhes parece mais conveniente e mais rentável.[206]

Assim, para Viret, o direito que o magistrado tem de tributar seus súditos não justifica, de forma alguma, uma tributação arbitrária e abusiva dos

cidadãos pelos poderes públicos. Anteriormente, Jerônimo, em resposta a uma questão que ele mesmo havia feito a Tobias, personagem que representa a posição sensata de um leigo católico romano atraído pelo Evangelho, lhe perguntou:

> *Jérôme.* Mas você sabe qual é a principal causa da tirania e extorsões feitas pelos príncipes a seus súditos?
>
> *Tobias.* Penso que são os pecados tanto de uns como de outros.

Jerônimo dá uma resposta mais completa:

> *Jerônimo*. Se olharmos para Deus, não podemos duvidar que os pecados são a primeira e principal causa. Mas se olharmos para os homens, são os hipócritas, saqueadores e ladrões ao redor dos príncipes, os cortesãos que fazem com que creiam que tudo o que desejam lhes é permitido[207] e que os corpos e bens dos seus súditos são de sua propriedade e deles podem dispor quando desejarem, como disporiam de um animal. Falam como se não tivessem nenhum dever para com seus súditos e como se não tivessem prometido governá-los bem, fazendo justiça como bons príncipes e pastores.[208]

A descrição eloquente, feita por Jerônimo, dos efeitos perversos da bajulação de pessoas da corte provoca uma resposta brilhante de Tobias numa seção que tem como título: “Se tudo o que é do agrado dos príncipes fosse lícito. Taxas e impostos[209] dia a dia aumentados”. Vejamos sua réplica enérgica, mas profundamente sensata:

> *Tobias*. É perfeitamente certo que se é permitido a alguns é também permitido a outros. Mas, em primeiro lugar, deve-se discutir se não é permitido a uns e nem a outros; isso não somente em relação à Lei de Deus, mas até mesmo segundo as leis humanas. Porque creio que não há lei humana, digna desse nome, que torne os príncipes isentos de toda lei e lhes permita fazer tudo o que desejam e impor a seus súditos todos os encargos que, para proveito próprio, gostariam de impor. Porque se seus súditos fossem feitos escravos, ainda seria necessária alguma lei entre o senhor e o servo, algum equilíbrio que moderasse todas as leis. E, por outro lado, após um príncipe ter começado a sobrecarregar seus súditos, mais do que o razoável, seria melhor se vivesse contente, sem ir além, e se os que viessem depois dele, permanecessem dentro dos limites, sem agravar o que fizeram seus

> predecessores. Mas, a partir do momento que começaram, não pensam mais em aliviar o povo naquilo em que já estão por demais sobrecarregados, mas de sobrecarregá-los ainda mais, até dominá-los totalmente.[210]

Isso leva Viret a fazer uma análise histórica detalhada do aumento do imposto e das taxas que a monarquia francesa impunha sobre a venda de quase tudo que era produzido. Tobias manifesta aqui a indignação do próprio Viret:

> *Tobias*. Porque a partir do momento que a tirania começa, ela jamais diminui, mas cresce cada vez mais. E por essa razão há príncipes e senhores que não se contentam mais com seus tributos e rendas comuns, no sentido de limitar seu plano e alcance, seus projetos e empreendimentos, mas apenas têm como alvo a soma que almejam e os negócios que pretendem fazer, sem considerar se suportam ou não e se sua renda poderá honrá-los. Mas após serem convencidos de que são grandes príncipes, ou queiram tornar-se, considerando-se como iguais àqueles que são maiores que eles, fazendo-se maiores do que jamais serão, e tendo colocado tudo isso na cabeça, então consideram como poderão aumentar seus tributos e rendas para alcançar essa grande posição que pretendem e bancar o gasto que dela decorre.[211]

Jerônimo comenta:

> *Jerônimo*. E em consequência disso fazem o contrário do que deveriam fazer. Porque ao invés de limitar seu plano e projetos de acordo com a quantidade de seus tributos e rendas ordinárias, ao contrário, querem aumentá-los fazendo com que cheguem à altura dos planos que querem implementar e dos negócios que querem fazer. E a partir do momento que conseguem, frequentemente acrescentam mais coisas, tão grandes e difíceis que seu poder não pode suportar. Por essa razão e posto que os tributos e rendas ordinárias têm limite e não conseguem honrar somas tão altas, precisam ser obrigatoriamente aumentados até a altura que desejam alcançar. Mas o pobre povo sabe muito bem a que custo isso é feito.[212]

E segue uma minuciosa e rocambolesca colocação feita por Tobias — magistral e ousada sátira econômica e social — de todos os bens visados pelos coletores do Rei.

> *Tobias*. Porque há vários lugares onde os pobres súditos não podem ter coisas valendo mais que três centavos nem vender uma mercadoria insignificante, que não seja tributada. E aqueles que inventaram isso, se mostram tão bons administradores que não esquecem absolutamente de nada. Porque, em primeiro lugar, se é caso de animais de criação, nada é omitido, desde os maiores, passando pelos médios, chegando aos menores, até mesmo a um pintinho. E há

> também um outro mercado, além de couros e peles, lãs e plumas e artigos que são utilizados como vestimenta. Também é o caso das frutas, como de toda sorte de laticínios, leite, manteiga, queijos de todos os tipos e coisas que tais, até mesmo um ovo. Por essa razão, podemos dizer de alguns, que seriam capazes de tosar um ovo. E porque os animais não podem viver sem comer, é preciso tributar também o que eles comem, seja feno, palha, aveia, ou qualquer outra coisa. Suas forragens não ficam de fora. Depois dos animais terrestres, vão aos aquáticos e segundo a quantidade, qualidade e natureza dos peixes, o tributo é calculado. Quanto ao fruto da terra, não são apenas o trigo e legumes de toda espécie, ao contrário, vão dos pequenos até às peras, batatas, ameixas, cerejas, até ao repolho, rabanete e alho-poró. Em suma, não há alho ou cebola que se possa comprar sem que seja colocado nessa conta. Depois, ainda há a madeira, tanto para o aquecimento e queima como para construção, segundo as espécies e qualidades, e a juta, preparada ou não preparada. E saindo das coisas da terra, se vai aos metais, que são extraídos do seu interior, de todos os tipos, entre os quais as ferragens [instrumentos e armaduras de ferro] que não são deixadas para trás. Sem contar as especiarias e as lonas de todo o tipo. Para ser completo, é preciso dizer, tudo. Porque não há nada que possa ser considerado tão pequeno que esteja isento de tributo. Mas sobretudo, não se come nada salgado que não se saiba o preço.[213]

Dois séculos e meio mais tarde, no início do século 19, o inglês, grande defensor dos pobres de seu país, William Cobbett (1763-1835), adversário feroz da usura em todas as suas formas e da fabricação *ex nihilo* da moeda pelo Banco central da Inglaterra (o Bank of England), ecoava as propostas clarividentes, tão eloquentes e robustas de Pierre Viret. Protestando contra os gastos abusivos do governo britânico e os altos impostos que os alimentavam, Cobbett escreveu numa carta aos trabalhadores ingleses:

> Há poucos artigos que ao comprá-los vocês não paguem imposto; sobre seus sapatos, o sal, sua cerveja, sobre o lúpulo, o trigo, o açúcar, as velas, o sabão, o papel, o café, o álcool, o tabaco, sobre os vidros de suas janelas, sobre as telhas e tijolos. Sobre tudo isso e muitos outros objetos vocês pagam imposto; até sobre o seu pão, porque tudo que entra em sua fabricação é tributado; em vários casos o imposto é mais da metade do que vocês pagam pelo próprio objeto comprado; e esse imposto serve, em parte, para sustentar pensionistas e parasitas, e os bandidos da imprensa vendida tratam vocês como escória da sociedade.[214]

Viret (como William Cobbett, em relação ao governo de seu país) discernia muito claramente as consequências do caráter irrealista das ambições pessoais, econômicas e políticas da monarquia francesa. O resultado disso seria uma instabilidade social, uma cólera persistente do povo pobre contra as classes dominantes e, enfim, a revolução. Claro, ele desaprovava tais reações, mas percebia perfeitamente seu caráter inevitável. O mal produziria seus efeitos, porque a manifestação dos julgamentos de Deus não poderia ser freada. Esse transbordamento desmesurado de ambição, um dia teria sua queda. Mas, no decorrer desses acontecimentos, a nação seria irremediavelmente penalizada. É Teofrasto, o porta-voz historiador e teólogo de Viret que, aqui, ao responder Eustáquio, o defensor da hierarquia romana corrompida, exprime melhor seu pensamento:

> *Teofrasto.* Quando ele quiser dizê-lo, o contradirei com são Bernardo, que no seu tempo já havia dado este testemunho [sobre a hipocrisia do clero] que segue: “Todos são amigos e todos inimigos; todos familiares queridos e todos adversários; todos íntimos, mas nenhum deles é pacífico; todos próximos, mas todos procuram o que serve ao seu próprio interesse. Eles são de Cristo, mas servem ao Anticristo. Eles seguem se sentindo honrados pelos bens do Senhor, quando eles mesmos não honram ao Senhor. Daí procede essa vestimenta de puta que você vê todos os dias, esse hábito de malabarista de feira; a pompa e o preparo real. Daí procede o ouro dos freios, das selas e esporas. Daí procedem as mesas suntuosas, cheias de iguarias e bem guarnecidas, as carnes, as taças e xícaras. Daí vêm as glutonarias e bebedeiras. Daí as harpas e clavicórdios, as rabecas, alaúdes, cornetas e trompetes. Daí as prensas para os vinhos em abundância e as adegas e celeiros cheios, escoando e escorregando de um para outro. Daí os tonéis de vinhos finíssimos. Daí as sacolas cheias e recheadas. Para essas coisas que eles querem ser os prelados das Igrejas, Diáconos, Arcediáconos, Bispos e Arcebispos”. E, de novo, no sermão que são Bernardo pronunciou no Sínodo dos Pastores, por um acaso não disse: “Vocês não entregam o patrimônio da cruz de Cristo às Igrejas, mas apascentam as putas em seus leitos. Vocês engordam os cães. Vocês não adornam os cavalos com belas rédeas, dourando seus peitos e cabeças?”.[215]

Teofrasto, voltando sua atenção para os Príncipes, Imperadores e Reis, assim se expressa:

> *Teofrasto.* Porque não se importava com o povo, nem com a República, nem com as leis, com o governo, com a justiça, nem com a salvação do reino. Toda sua preocupação era arrecadar impostos, tirar dinheiro e encontrar um jeito de obtê-lo para gastá-lo em seus prazeres e delícias. E atualmente, que diferença há entre ele e nossos pastores e quase todos os príncipes da Europa, tanto seculares como espirituais? São eles, outra coisa, senão coletores e tesoureiros que não cessam de impor novas cargas sobre o povo pobre, que já foi comido até os ossos? Do que se preocupam senão em sempre cobrar e recolher, sem jamais acharem que basta, e depois gastar em todo o tipo de vaidades tanto privadas como públicas?[216]

O meio para alcançar tal objetivo? Aumentar constantemente a imposição universal do Estado sobre tudo o que é vendido. O bom senso de Tobias mostra claramente o lamento de um povo esmagado pelas extorsões fiscais de seus dirigentes. Ele encontra consolo na certeza que um Deus justo e fiel derramará, seguramente, sua terrível vingança contra as autoridades egoístas e iníquas.

> *Tobias*. Além disso, confesso a você que sempre devemos honrar e reverenciar os príncipes e obedecê-los em todas as coisas que dizem respeito ao corpo e aos bens, e que podemos fazer isso sem ir de encontro à salvação e à glória de Deus, ainda que sejam tiranos e submetam seus súditos a grandes extorsões e violências. Mas, isso não quer dizer que estejam cuidando bem do seu ofício e não ofendam gravemente a Deus, e que finalmente sua terrível vingança seja derramada sobre eles, se tratarem seus súditos não como bons príncipes, mas como cruéis tiranos; porque como já disse sobre Jó, eles devem ter em mente que seus súditos são homens como eles, e que todos têm o mesmo Senhor, o qual não quer que o forte coma os fracos, e que os reis e príncipes estejam entre os súditos como leões e lobos entre os cordeiros ou como as grandes baleias e grandes peixes do mar que comem e devoram os peixes pequenos.[217]

Foi assim que cresceu o poder da monarquia absoluta, como também enriqueceram os dirigentes sanguessugas, declarados ou invisíveis. Por meio do espírito visionário e profético de Pierre Viret, nos encontramos aqui diante de uma crítica teológica social e política digna da mais alta tradição da herança literária da Europa cristã, tanto satírica como moral.

Conclusão: Uma economia sensata, porque bíblica e criacional

Viret percebe, com grande lucidez, as consequências das ambições econômicas e políticas da monarquia francesa, tanto pessoais como totalmente irrealistas, que resultaria em convulsões sociais, num ódio persistente contra a aristocracia dominante por parte do povo empobrecido, enfim, na própria revolução. Ele não aprovava, é claro, tais reações violentas, mas percebia claramente seu caráter inevitável. O mal certamente um dia iria explodir e os julgamentos justos de Deus não poderiam ser freados. A *hubris* de uma ambição desmesurada, necessariamente verá, no tempo de Deus, sua queda irremediável. Mas no curso desse desastre, a própria nação será dramática e talvez irremediavelmente devastada. O diagnóstico de Viret é terrível! Vamos resumi-lo.

Tais líderes não passam de vulgares coletores de impostos. Não são movidos por nenhuma preocupação com o bem do seu próprio povo ou com a propriedade pública. Eles não têm nenhum respeito pelas leis do reino e não se importam em dar uma direção sadia à sociedade pela qual foram encarregados. Não se preocupam com a justiça, e nem com a segurança do reino. Sua única preocupação é trazer para si mesmos todas as riquezas da nação, a fim de sustentar seu prazer e usufruir das delícias desta vida.

E quais são os meios para alcançar esse objetivo tremendamente egoísta? Aumentar constantemente a carga universal de impostos, recolhidos pelo Estado, sobre a venda de todo e qualquer bem. O bom senso de Tobias exprime o lamento universal de um povo sobrecarregado pelas extorsões fiscais de seus governantes. Ele encontra o seu consolo na convicção de que um Deus justo exercerá, necessariamente e a seu tempo, sua vingança terrível

sobre tais autoridades iníquas. A queixa de Tobias contra esses príncipes tiranos foi exposta desta maneira:

> [...] eles devem ter em mente que seus súditos são homens como eles, e que todos têm o mesmo Senhor, o qual não quer que os fortes comam os fracos, e que os reis e príncipes estejam entre os súditos como leões e lobos entre os cordeiros, ou como as grandes baleias e grandes peixes do mar que comem e devoram os peixes pequenos.[218]

Como concluir esta breve recordação do pensamento econômico de Pierre Viret? Como referir-se, de maneira apropriada, ao seu bom senso econômico e político? Como ele pôde desenvolver uma análise dos problemas econômicos e políticos de seu tempo de maneira tão precisa e completa? Porque sua análise possui uma precisão tão grande, seus escritos conseguem trazer luz a muitas das dificuldades que perturbam nosso próprio tempo. Farei algumas sugestões como resposta provisória a essas questões:

1. Viret constantemente considerava todos os ângulos da realidade sob o ponto de vista de Deus e de acordo com a sabedoria contida em sua Palavra infalível.

2. Essa atitude teonômica e pressuposicional provinha de sua perspectiva profundamente bíblica. Ela era movida por um espírito plenamente católico, ou seja, no qual eram considerados todos os aspectos da Palavra revelada de Deus.

3. Nisso, seu pensamento teológico era muito diferente daquele que dá suporte a essa gnose dualista moderna que sela o pensamento da igreja contemporânea. Entre os nossos contemporâneos que se dizem cristãos há dois polos: de um lado, uma teologia bíblica para a igreja e de outro, um pensamento científico, autônomo em relação à Bíblia, para a realidade criada.

4. Ele compreendeu que a ordem manifestada pela Palavra escrita de Deus revelava a mesma ordem que encontramos tanto no cosmos criado por ele

como na direção aliancial, que a providência divina dá à história humana, pelo Senhor Jesus Cristo.

5. Ele não se opôs, mas distinguiu a natureza da graça, a criação da redenção, a revelação geral da revelação especial, porque, para Viret, tanto a criação como a redenção vêm do próprio Deus único, Pai, Filho e Espírito Santo. Tal teologia, tão única quanto diversa, fez com que ele, qualquer que fosse a deformação ou pecaminosidade nela ainda contida, considerasse cada um dos aspectos da realidade como testemunhos caídos da bondade da ordem criacional original, todos capazes de ser iluminados pela revelação sobrenatural de Deus e plenamente restaurados em Jesus Cristo, pela graça poderosa e abençoadora de seu Espírito.

6. Consequentemente, para falar a seus contemporâneos sobre Deus e seus decretos justos e misericordiosos, Viret não se limitava, simplesmente, à exposição fiel das Escrituras — para ele esses escritos divinos eram absolutamente normativos — mas utilizava, em sua pregação e obras escritas, cada aspecto da realidade criada e providencial. Assim, julgou justamente que o conjunto da atividade cultural lhe estava disponível como um trampolim a partir do qual o Evangelho poderia atingir a mente e o coração de seus ouvintes. Seu ponto de partida podia ir dos provérbios e ditados populares à toda filosofia; da poesia aos anais dos historiadores; da análise econômica à descrição detalhada da anatomia humana e animal. Ele teve o privilégio de ter vivido antes destes tempos “modernos”, no qual a nova ciência conseguiu eliminar as causas finais e formais do funcionamento da própria inteligência. Como toda coisa — sem exceção alguma (mesmo em sua condição caída!) — tinha seu fim e sentido em Deus e era ordenada para Deus e sustentada por ele, tudo podia ser levado cativo à verdade, para que ela mesma falasse de Deus, desde que fosse contemplada à luz da sua Palavra inspirada e infalível. Assim, seu pressuposicionalismo fundamental, bíblico e criacional, era a base

inabalável sobre a qual repousava sua utilização evidencialista, não importando qual fosse o fato da criação e da história, para falar de Deus e da imutável ordenança divina de sua criação, assim como do sentido providencial de cada acontecimento de sua história.

7. Portanto, mesmo utilizando uma linguagem que lhe era estranha, Viret era ao mesmo tempo profundamente "pressuposicionalista" e plenamente "evidencialista" em seu pensamento apologético, como também em sua pregação do Evangelho. Foi dessa maneira que trabalhou para levar cativos à obediência de Cristo todos os pensamentos desordenados e deformados dos homens. Tal catolicidade — a totalidade da Escritura iluminando a totalidade da realidade criada e providencial — foi certamente a razão primeira do sucesso imenso de sua pregação. Foi assim que pôde atingir as preocupações de seus contemporâneos e isso numa linguagem que podiam facilmente compreender.

8. Seu pensamento econômico era então, ao mesmo tempo, teológico e moral, tanto histórico como sociológico, estrutural e humano. Dessa forma pôde perceber e descrever os mecanismos das realidades econômicas e, ao mesmo tempo, relacionar essas realidades econômicas estruturais com as responsabilidades imediatas e a longo prazo (tanto boas como más) de todos os agentes humanos. Esses atores humanos do processo econômico podiam ser considerados como instrumentos morais e responsáveis, aptos a produzir um bom fruto ou um fruto podre no seio do desenvolvimento contínuo (ou na desintegração) da ordem social. Viret teria considerado, tanto a "mão invisível" de Adam Smith como as "leis de ferro da ciência econômica", como realidades imaginárias virtuais, porque as duas ignoram o impacto econômico aliancial das ações responsáveis, morais (ou imorais), dos agentes humanos criados à imagem de Deus.

9. Enfim, esta reflexão teológica, inspirada, plenamente católica, que Pierre

Viret desenvolveu em tantas áreas do pensamento e dos empreendimentos humanos, provém não somente do fato de que é intrínseca e inteiramente bíblica, mas também porque está totalmente aberta a todas as realidades da ordem criada e providencial de Deus. Nisso, sua forma de pensar se opunha absolutamente ao dualismo desse pensamento binário que, desde o nascimento da ciência moderna, no início do século 17 (e mesmo até antes, com o nominalismo de Ockham), tornou-se o flagelo, ou melhor, o destino funesto, em suma, a destruição da ordem criada e de toda possibilidade de uma teologia cristã eclesial plenamente católica, que pudesse ser levantada como uma tocha celestial no seio do que poderíamos chamar, com certa ironia, de “civilização moderna”.

10. Na minha modesta opinião já está mais do que na hora da Igreja (e através de seu ensino, todas as nações) finalmente escutar o que Pierre Viret tem a nos dizer sobre os propósitos imutáveis, misericordiosos e justos de Deus para com os homens deste tempo, tempo de grande angústia.

Capítulo XIV: A generosidade de Deus

Introdução

Prosseguimos com nossa peregrinação através dos mandamentos de Deus, o que significa que procuramos definir, através do estudo de toda a Bíblia, qual deve ser o comportamento, em todas as áreas da vida, do homem sob as bênçãos da aliança criacional de Deus em relação a todos os homens e com aqueles que pertencem à aliança da graça que Deus estabeleceu com seu povo eleito.

Neste capítulo, retomamos nossa longa meditação sobre a Lei de Deus. Mas, em razão da proximidade do Natal,[219] nos pareceu bom meditarmos sobre um aspecto do oitavo mandamento, *Não roubarás*, que raramente é examinado pelos comentaristas, isto é, *a generosidade de Deus*.

Sabemos que o nosso Deus exige obediência do seu povo aos mandamentos da aliança e que ele é um Deus benigno e fiel, magnânimo e generoso, tardio em irar-se e rico em bondade; um Deus compassivo, cuja vontade primeira jamais foi a morte do pecador, mas seu arrependimento, seu retorno a Deus, para que viva eternamente. Como diz Isaías, ele é um Deus para o qual a obra de julgamento e de condenação é estranha à sua benignidade.

Essa obra de condenação, necessária e justa, é o fruto inevitável do pecado de suas criaturas, primeiro dos anjos e depois dos homens. Essa benignidade, essa generosidade, essa magnanimidade divina, repetimos, são antecedentes, porque a bondade de Deus, como sua Palavra, dura eternamente. É por causa de sua natureza generosa — não esqueçamos o amor imenso de Deus por suas criaturas — que ele tem horror à avareza, ao roubo, ao espírito egoísta e interesseiro do homem. É por causa da sua misericórdia e compaixão que ele condena tão fortemente a recusa de perdão mútuo entre os homens, aquela

vontade de manter a trave nos olhos para condenar o cisco que se encontra no olho do outro. Por isso, como vimos anteriormente, ele abomina tanto as falsas balanças, os pesos duplos, as medidas duplas — a perversão dos dois pesos e duas medidas — pelos quais procuramos diminuir nossos pecados graves, ao mesmo tempo que aumentamos e denunciamos os pecadinhos dos nossos irmãos.

Voltemos, agora, ao nosso tema: a generosidade de Deus. Nosso estudo terá duas partes: I. A generosidade Deus através da Bíblia. II. A generosidade de Deus no Evangelho do Natal.

Nossa conclusão consistirá em extrair, para nós mesmos, algumas aplicações práticas.

1. A generosidade de Deus através da Bíblia

(a) O amor de Deus

Toda a Bíblia ensina que um dos principais atributos de Deus é o amor. Vejamos como o apóstolo João nos fala sobre esse amor divino:

> Amados, amemo-nos uns aos outros, porque o amor procede de Deus; e todo aquele que ama é nascido de Deus e conhece a Deus. Aquele que não ama não conhece a Deus, pois Deus é amor. Nisto se manifestou o amor de Deus em nós: em haver Deus enviado o seu Filho unigênito ao mundo, para vivermos por meio dele. Nisto consiste o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados. Amados, se Deus de tal maneira nos amou, devemos nós também amar uns aos outros. Ninguém jamais viu a Deus; se amarmos uns aos outros, Deus permanece em nós, e o seu amor é, em nós, aperfeiçoado. Nisto conhecemos que permanecemos nele, e ele, em nós: em que nos deu do seu Espírito. E nós temos visto e testemunhamos que o Pai enviou o seu Filho como Salvador do mundo. Aquele que confessar que Jesus é o Filho de Deus, Deus permanece nele, e ele, em Deus. E nós conhecemos e cremos no amor que Deus tem por nós. Deus é amor, e aquele que permanece no amor permanece em Deus, e Deus, nele. (1 João 4.7-16)

Por duas vezes nosso texto nos fala que Deus é amor. E fala também que esse

amor é trinitário: o amor de Deus Pai, Filho e Espírito Santo. Sem a Trindade seria inconcebível que Deus fosse amor. Como alguém pode ser amor sozinho, num amor estéril, narcisista, voltado para si mesmo, amor do tipo, digamos, homossexual? Porque as emoções homossexuais e de lesbianismo não conhecem propriamente o outro, o relacionamento complementar, o amor do outro sexo, que é ao mesmo tempo diferente e semelhante.

Se Deus é amor, seu amor se irradia primeiro no interior do Deus trino, entre as Pessoas eternas, de uma só Essência, mas não idênticas, nas Pessoas da Trindade divina. O Pai ama o Filho; o Filho ama o Pai. O Pai ama o Espírito e o Espírito ama o Pai. O Filho ama o Espírito e o Espírito ama o Filho. E tudo isso, sem nenhuma inferioridade entre as Pessoas divinas, sem começo nem fim, desde toda a eternidade e por todas as eras futuras. É assim que Deus é amor. Mais ainda, um Deus não 6rinitário, puramente monoteísta, como o deus do judaísmo após a vinda de Cristo, como também do islã, religiões apóstatas do Deus da Bíblia, de nenhuma maneira podem ser Deus de amor. Porque nessas duas falsas divindades monoteístas há somente um Deus solitário que só pode amar a si mesmo.

Mas, para nós, a maravilha das maravilhas é que esse amor divino não ficou enclausurado no interior da divina Trindade. Em sua magnanimidade, em sua imensa generosidade, esse Deus de amor, único em Três Pessoas divinas, derramou seu amor externamente. Ele manifestou esse amor *ad extra*, para com outro. Como ele fez isso? Esse amor que extravasou para além das Três Pessoas da divina Trindade, e que é a trama dessa generosidade divina, é o amor que estava em seu ato criador quando criou todas as coisas e que percorre toda a Bíblia. Vejamos algumas das grandes etapas pelas quais esse amor divino foi extravasado aos outros.

(b) A aliança da criação

Toda a obra da criação descrita nos dois primeiros capítulos de Gênesis (à qual inúmeras passagens bíblicas se referem) é uma manifestação grandiosa e sublime do amor exteriorizado, *ad extra*, da Santa Trindade. É um transbordamento majestoso da graça divina. Leiamos o começo desse texto, no qual brilha a glória do nosso Deus generoso:

> No princípio criou [bará, verbo no singular] Deus [Elohim, plural] o céu e a terra. (Gênesis 1.1)

Essa anomalia gramatical e lógica, *os Deuses*, o sujeito no plural, e *criou*, o verbo no singular, indica a obra do Deus ao mesmo tempo Uno e Trino, o Deus único em Três Pessoas. É a obra de amor criador das Três pessoas divinas.

Os dois próximos versículos confirmam nosso argumento:

> A terra, porém, estava sem forma e vazia; havia trevas sobre a face do abismo, e o Espírito de Deus [o *ruah*, o vento do sopro, do Espírito de Deus] pairava por sobre as águas. (Gênesis 1.2)

Nesse sopro, nesse vento, nesse Espírito, vemos a ação criadora e ordenadora da Terceira Pessoa da Trindade. Enfim, surge em plena luz a obra do amor do Filho de Deus, o Verbo eterno, a Palavra. Deus o Pai diz, é a Palavra divina; o Filho eterno de Deus então fala:

> Disse Deus: Haja luz; e houve luz. (Gênesis 1.3)

É a Palavra de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, que por um *fiat* divino criou a luz, uma luz boa, manifestação do amor criador de Deus:

> E viu Deus que a luz era boa; e fez separação entre a luz e as trevas. Chamou Deus à luz Dia e às trevas, Noite. Houve tarde e manhã, o primeiro dia. (Gênesis 1.4-5)

O mesmo para a criação do homem. Vejamos nosso texto inspirado por Deus

em seus menores detalhes:

> Também disse Deus [o Pai fala para o Filho, a Palavra]: Façamos [plural trinitário, Pai, Filho e Espírito Santo] o homem à nossa [de novo, plural] imagem [trinitária e una], conforme a nossa [plural] semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra [antes da entrada brutal do pecado, o homem é criado, o vice-rei abençoado de toda a criação]. Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus [singular, para marcar a unidade de Deus de quem o homem é a imagem] o criou; homem e mulher os criou [plural, para marcar a pluralidade trinitária da divindade e a unidade na diversidade do casal humano e da família]. (Gênesis 1.26-27)

O mesmo para a criação da mulher. No domínio, no homem como vice regente sobre a criação, vemos um reflexo dessa soberania benfazeja da Trindade sobre todas as obras de suas mãos. Não se trata da brutalidade baconiana e cartesiana do homem tecnológico, mestre despótico dominador da natureza, que esmaga as boas criaturas de Deus. Maldito aquele que destruir a criação, nos diz Apocalipse 11.18. *Deus virá para destruir os que destroem a terra*!

(c) A aliança da graça: a salvação

No terceiro capítulo de Gênesis, que nos traz o relato da queda do homem e da maldição que caiu sobre a criação em consequência disso, vemos de novo o amor, a generosidade do Deus triúno para com o homem, agora separado dele. Deus, com efeito, não abandona o homem em seu pecado nem por um instante, e nem a criação em sua recente corrupção. Desde a queda de sua criatura bem-amada, Deus vai em busca do homem perdido.

> Quando ouviram a voz do Senhor Deus, que andava no jardim pela viração do dia, esconderam-se da presença do Senhor Deus, o homem e sua mulher, por entre as árvores do jardim. E chamou o Senhor Deus ao homem e lhe perguntou: Onde estás? (Gênesis 3.8-9)

Sabemos o que aconteceu depois. A maldição da serpente, da mulher, do homem e, por causa dele, de toda a criação. Mas mesmo nesses julgamentos terríveis, Deus manifesta seu amor, sua bondade superabundante e sua generosidade. E anunciou, ao primeiro casal, a salvação futura do gênero humano nas palavras que dirigiu à serpente:

> Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar. (Gênesis 3.15)

Nesse texto, que se costuma chamar de protoevangelho se encontra, resumidamente, toda a história de nossa salvação. Nos diz o texto que haverá duas linhagens: a linhagem da mulher (da salvação culminando em Jesus Cristo) e a linhagem da serpente (que resultou naqueles que levaram Jesus Cristo à morte). A linhagem da serpente crucificará Cristo; a linhagem da mulher resultará no filho de Maria, o Messias de Israel, Jesus de Nazaré, Filho de Deus feito homem, que destruirá sobre a cruz do Gólgota todo o poder do diabo tanto na terra como nos céus. Podemos ver, nas entrelinhas desses versos de Gênesis 3, toda a generosidade Deus — da Trindade como um todo — para com o gênero humano, ou seja, o Pai enviará o Filho sobre a terra para assumir nossa natureza humana pecaminosa. O Espírito gerará o Messias de Israel no ventre da virgem Maria. O Filho se oferecerá para pagar o preço dos pecados de todas as nações do mundo (não mais somente do Israel da aliança antiga) sobre o madeiro da cruz. No terceiro dia, ele manifestará ao universo inteiro sua vitória sobre todas as forças do mal e da morte, ressuscitando-o dentre os mortos pelo poder do todo-poderoso Deus, Pai, Filho e Espírito Santo.

d) Toda a história da aliança de Deus testemunha essa generosidade divina para com os homens

Apesar do endurecimento dos homens pelo pecado, Deus suscitará sempre, entre o gênero humano, um remanescente pelo qual dará continuidade à sua

obra e preservará a linhagem da salvação. Quando do dilúvio, lemos ainda:

> Disse o Senhor: Farei desaparecer da face da terra o homem que criei, o homem e o animal, os répteis e as aves dos céus; porque me arrependo de os haver feito. (Gênesis 6.7)

Mas a misericórdia de Deus se manifesta logo:

> Porém Noé achou graça diante do Senhor. (Gênesis 6.8)

E mais adiante lemos:

> Eis a história de Noé. Noé era homem justo e íntegro entre os seus contemporâneos; Noé andava com Deus. (Gênesis 6.9)

O dilúvio tendo terminado, Deus renovou com Noé a aliança da criação e da redenção. Mas os homens, de novo, se desviaram dele.

Foi então que Deus chamou Abrão para sair de Ur, na Caldeia, para inaugurar uma nova etapa no desenvolvimento da aliança. Aqui, ainda, vemos a generosidade divina operando. Vejamos o que diz Gênesis 17:

> Quando atingiu Abrão a idade de noventa e nove anos, apareceu-lhe o Senhor e disse-lhe: Eu sou o Deus Todo-Poderoso; anda na minha presença e sê perfeito. Farei uma aliança entre mim e ti e te multiplicarei extraordinariamente. (Gn 17.1-2)

Vejam a extraordinária generosidade do Deus da aliança. Moisés continua:

> Prostrou-se Abrão, rosto em terra, e Deus lhe falou: Quanto a mim, será contigo a minha aliança; serás pai de numerosas nações. Abrão já não será o teu nome, e sim Abraão; porque por pai de numerosas nações te constituí. Far-te-ei fecundo extraordinariamente, de ti farei nações, e reis procederão de ti. Estabelecerei a minha aliança entre mim e ti e a tua descendência no decurso das suas gerações, aliança perpétua, para ser o teu Deus e da tua descendência. (Gênesis 17.2-7)

Deus prossegue, em seu plano generoso, com a descendência de Abraão,

Isaque e Jacó. Fez descer seu povo ao Egito onde se multiplicaram extraordinariamente e depois libertou-os da servidão ao Faraó, pela mão de Moisés. Mas Deus coloca sempre sua generosidade diante dos nossos olhos. Vejamos o relato que nos dá o livro de Êxodo:

> Decorridos muitos dias, morreu o rei do Egito; os filhos de Israel gemiam sob a servidão e por causa dela clamaram, e o seu clamor subiu a Deus. Ouvindo Deus o seu gemido, lembrou-se da sua aliança com Abraão, com Isaque e com Jacó. E viu Deus os filhos de Israel e atentou para a sua condição. (Êxodo 2.23-25)

Foi então que o Senhor apareceu a Moisés na sarça ardente e o chamou para ser o libertador de seu povo entregue à escravidão no Egito. Ao criar esse povo, separado por ele, Deus fez com que o plano redentivo novamente progredisse nessa aliança cujo alvo não seria outro senão a manifestação na carne de seu Filho amado, nosso Senhor Jesus Cristo. Por sua obediência passiva (o julgamento sofrido por nós) e ativa (sua justiça perfeita cumprida por nós), ele realizou a salvação do mundo para manifestar uma terra nova e novos céus no último dia, onde todo o pecado e todo sofrimento serão para sempre abolidos e nos quais habitará a justiça.

Deus, então, chamou seu povo do Egito para a conquista da terra prometida, como também chama a Igreja, pelo poder do testemunho de Jesus, que é o espírito da profecia — Lei e Evangelho (Apocalipse 19.10) — para a conquista espiritual e cultural de todas as nações da terra e para a fidelidade à sua aliança nos países dos seus inimigos e inimigos de Deus. Estas são as palavras que Moisés dirige a seu povo Israel e à sua Igreja (1 Pedro 2.4-10):

> Porque tu és povo santo ao Senhor, teu Deus; o Senhor, teu Deus, te escolheu, para que lhe fosses o seu povo próprio, de todos os povos que há sobre a terra. Não vos teve o Senhor afeição, nem vos escolheu porque fôsseis mais numerosos do que qualquer povo, pois éreis o menor de todos os povos, mas porque o Senhor vos amava e, para guardar o juramento que fizera a vossos pais, o Senhor vos tirou com mão poderosa e vos resgatou da casa da servidão, do poder de Faraó, rei do Egito. Saberás, pois, que o Senhor, teu Deus, é Deus, o

> Deus fiel, que guarda a aliança e a misericórdia até mil gerações aos que o amam e cumprem os seus mandamentos. (Deuteronômio 7.6-9)

Depois as advertências da aliança são solenemente anunciadas:

> E dá o pago diretamente aos que o odeiam, fazendo-os perecer; não será demorado para com o que o odeia; prontamente, lho retribuirá. Guarda, pois, os mandamentos, e os estatutos, e os juízos que hoje te mando cumprir. (Deuteronômio 7.10-11)

Vemos esses dois elementos da aliança operando ao longo de toda a Bíblia: a generosidade ilimitada de Deus para com seu povo enquanto caminha, e sua severidade cheia de paciência, contenção e amor fiel, quando seus filhos obstinados se desviam. Vejamos ainda o salmista cantar as bênçãos maravilhosas do seu Deus, que também é o nosso Deus:

> Amo o Senhor, porque ele ouve
> a minha voz e as minhas súplicas.
> Porque inclinou para mim os seus ouvidos,
> invocá-lo-ei enquanto eu viver.
> Laços de morte me cercaram,
> e angústias do inferno se apoderaram de mim;
> caí em tribulação e tristeza.
> Então, invoquei o nome do Senhor:
> ó Senhor, livra-me a alma.
> Compassivo e justo é o Senhor;
> o nosso Deus é misericordioso.
> O Senhor vela pelos simples;
> achava-me prostrado, e ele me salvou.
> Volta, minha alma, ao teu sossego,
> pois o Senhor tem sido generoso para contigo.
> Pois livraste da morte a minha alma,
> das lágrimas, os meus olhos,
> da queda, os meus pés.
> Andarei na presença do Senhor,

na terra dos viventes.
Eu cria, ainda que disse:
estive sobremodo aflito.
Eu disse na minha perturbação:
todo homem é mentiroso.
Que darei ao Senhor
por todos os seus benefícios para comigo?
Tomarei o cálice da salvação
e invocarei o nome do Senhor.
Cumprirei os meus votos ao Senhor,
na presença de todo o seu povo.
Preciosa é aos olhos do Senhor
a morte dos seus santos.
Senhor, deveras sou teu servo,
teu servo, filho da tua serva;
quebraste as minhas cadeias.
Oferecer-te-ei sacrifícios de ações de graças
e invocarei o nome do Senhor.
Cumprirei os meus votos ao Senhor,
na presença de todo o seu povo,
nos átrios da Casa do Senhor,
no meio de ti, ó Jerusalém.
Aleluia! (Salmos 116.1-19)

Há vários pontos nesse salmo que apontam para a vinda do Filho de Deus, que foi o exemplo maior da generosidade sem limite de Deus em nosso favor. Vejamos:

> Preciosa é aos olhos do Senhor a morte dos seus santos. (Salmos 116.15)

Além da morte do seu Filho amado, qual morte poderia ter tido maior preço aos olhos do Pai e ser o sinal maior da sua generosidade maravilhosa para conosco?

> Senhor, deveras sou teu servo, teu servo, filho da tua serva. (Salmos 116.16)

Quem, além de Jesus Cristo, seria o Servo por excelência do Senhor? Quem, além dele, na sua humanidade, teria sido Filho daquela que, antes de todos, foi a serva do Senhor, Maria? Vejamos sua resposta às palavras do anjo Gabriel:

> Disse, então, Maria: Eis aqui a serva do Senhor; cumpra-se em mim segundo a tua palavra. E o anjo ausentou-se dela. (Lucas 1.38)

Depois lemos esse verso surpreendente:

> Quebraste as minhas cadeias. (v. 16)

Dessa maneira podemos, com e por seu Filho, oferecer ao Senhor um sacrifício constante de gratidão por seus dons maravilhosos e, em todo tempo, por Jesus Cristo, invocar o nome do Senhor (verso 17).

Falando da generosidade que os coríntios deviam manifestar para com seus irmãos pobres, Paulo refere-se a Cristo como nosso exemplo divino:

> Pois conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, se fez pobre por amor de vós, para que, pela sua pobreza, vos tornásseis ricos. (2 Coríntios 8.9)

Sim, temos sido plenamente beneficiados pelas riquezas do nosso Deus, Pai, Filho e Espírito Santo. Porque, no sacrifício sem mácula de Cristo na cruz, ele reconciliou sua bondade com a verdade do nosso pecado:

> Próxima está a sua salvação dos que o temem,
> para que a glória assista em nossa terra.
> Encontraram-se a graça e a verdade,
> a justiça e a paz se beijaram.
> Da terra brota a verdade,
> dos céus a justiça baixa o seu olhar.

> Também o Senhor dará o que é bom,
> e a nossa terra produzirá o seu fruto.
> A justiça irá adiante dele,
> cujas pegadas ela transforma em caminhos. (Salmos 85.9-13)

Podemos nos perguntar: quando, então, o sol da justiça se levantará para aqueles que temem o nome do Senhor?

> Pois eis que vem o dia e arde como fornalha; todos os soberbos e todos os que cometem perversidade serão como o restolho; o dia que vem os abrasará, diz o Senhor dos Exércitos, de sorte que não lhes deixará nem raiz nem ramo. (Malaquias 4.1)

Mas, para os amados de Deus, para aqueles que se beneficiam das riquezas de sua generosidade divina, será totalmente diferente:

> Mas para vós outros que temeis o meu nome nascerá o sol da justiça, trazendo salvação nas suas asas; saireis e saltareis como bezerros soltos da estrebaria. Pisareis os perversos, porque se farão cinzas debaixo das plantas de vossos pés, naquele dia que prepararei, diz o Senhor dos Exércitos. (Malaquias 4.2-3)

Neste mundo de angústia e aflição, de tristeza e trevas, é tempo de nos voltarmos para aquele sobre o qual Isaías já dizia em sua profecia tão prodigiosamente evangélica. Vejamos como o profeta proclama, de maneira efusiva, a imensa generosidade do nosso Senhor:

> Eis aqui o meu servo, a quem sustenho; o meu escolhido, em quem a minha alma se compraz; pus sobre ele o meu Espírito, e ele promulgará o direito para os gentios. Não clamará, nem gritará, nem fará ouvir a sua voz na praça. Não esmagará a cana quebrada, nem apagará a torcida que fumega; em verdade, promulgará o direito. Não desanimará, nem se quebrará até que ponha na terra o direito; e as terras do mar aguardarão a sua doutrina. Assim diz Deus, o SENHOR, que criou os céus e os estendeu, formou a terra e a tudo quanto produz; que dá fôlego de vida ao povo que nela está e o espírito aos que andam nela. (Isaías 42.1-5)

Então se dirige ao seu Filho amado, que se fez homem:

> Eu, o Senhor, te chamei em justiça, tomar-te-ei pela mão, e te guardarei, e te farei mediador da aliança com o povo e luz para os gentios; para abrires os olhos aos cegos, para tirares da prisão o cativo e do cárcere, os que jazem em trevas. Eu sou o Senhor, este é o meu nome; a minha glória, pois, não a darei a outrem, nem a minha honra, às imagens de escultura. Eis que as primeiras predições já se cumpriram, e novas coisas eu vos anuncio; e, antes que sucedam, eu vo-las farei ouvir. (Isaías 42.6-9)

Vejamos, agora, como floresceu a semente do Senhor. É o Evangelho do Natal.

2. A generosidade de Deus no Evangelho do Natal

Voltemos agora para a revelação do tesouro de Deus, seu único Filho, manifestado na carne da nossa humanidade. Deus amou seus filhos até o fim (João 13.1) quando enviou seu Filho ao mundo, o Salvador, para que assumisse nossa natureza humana e na cruz pagasse o preço do nosso pecado. Notemos as novas expressões da generosidade divina nos relatos do Evangelho segundo Lucas, no qual anunciava a vinda de nosso Senhor e Salvador.

(a) Vejamos, em primeiro lugar, o sacerdote Zacarias (Lucas 1.5-17)

> Nos dias de Herodes, rei da Judeia, houve um sacerdote chamado Zacarias, do turno de Abias. Sua mulher era das filhas de Arão e se chamava Isabel. Ambos eram justos diante de Deus, vivendo irrepreensivelmente em todos os preceitos e mandamentos do Senhor. E não tinham filhos, porque Isabel era estéril, sendo eles avançados em dias. (Lucas 1.5-7)

O Evangelho de Lucas começa com uma cena na qual o incenso remete às cenas mais tocantes da Antiga Aliança. Dois israelitas fiéis (como foi mais tarde Natanael, israelita em quem não havia dolo, também chamado Bartolomeu, um dos doze apóstolos), que andavam de forma íntegra diante

de Deus, membros do remanescente fiel da nação judaica. Mas tinham sido privados de filhos, os quais eram considerados na Bíblia como uma bênção particular de Deus, ou seja, eram árvores secas, sem fruto, sem descendência. Nesse deserto de uma vida sem esperança na terra, em sua imensa generosidade Deus intervém e lhes dá um filho. Não seria um filho qualquer e deveria ser chamado João Batista; ele seria a trombeta de Deus, seu arauto poderoso para preparar a vinda do Messias de Israel, o Rei da Glória, o Deus Todo-poderoso. Mas o relato continua:

> Ora, aconteceu que, exercendo ele diante de Deus o sacerdócio na ordem do seu turno, coube-lhe por sorte, segundo o costume sacerdotal, entrar no santuário do Senhor para queimar o incenso e, durante esse tempo, toda a multidão do povo permanecia na parte de fora, orando. (Lucas 1.8-10)

Deus, em sua generosidade, após quatro séculos de silêncio profético, se lembra de sua aliança com Israel. O tempo, então, se cumpriu. A história entrou em sua última era. Trata-se, portanto, do verdadeiro ponto de virada das eras. O Senhor da glória vai entrar no mundo por Ele criado e o anjo Gabriel é enviado a Zacarias para lhe anunciar que, como o patriarca Abraão, ele terá um filho na sua velhice.

> E eis que lhe apareceu um anjo do Senhor, em pé, à direita do altar do incenso. (Lucas 1.11)

O céu irrompeu sobre a terra. O momento, há muito tempo preparado por Deus para a vinda do seu Messias, está às portas:

> Vendo-o, Zacarias turbou-se, e apoderou-se dele o temor. Disse-lhe, porém, o anjo: Zacarias, não temas, porque a tua oração foi ouvida; e Isabel, tua mulher, te dará à luz um filho, a quem darás o nome de João. Em ti haverá prazer e alegria, e muitos se regozijarão com o seu nascimento. Pois ele será grande diante do Senhor, não beberá vinho nem bebida forte e será cheio do Espírito Santo, já do ventre materno. E converterá muitos dos filhos de Israel ao Senhor, seu Deus. E irá adiante do Senhor no espírito e poder de Elias, para converter o coração dos pais aos filhos, converter os desobedientes à prudência dos justos e habilitar para

> o Senhor um povo preparado. (Lucas 1.12-17)

A plenitude da generosidade de Deus vai logo brilhar na face do mundo. O precursor está para surgir, aquele a quem Malaquias anunciou com estas palavras:

> Eis que eu vos enviarei o profeta Elias, antes que venha o grande e terrível Dia do Senhor; ele converterá o coração dos pais aos filhos e o coração dos filhos a seus pais, para que eu não venha e fira a terra com maldição. (Malaquias 4.5-6)

Assim, o tempo da benignidade suprema de Deus havia chegado. Mas, como sempre, a promessa da aliança foi acompanhada de ameaças. Promessas para aqueles que reconhecessem a vinda do Filho de Deus, preparado pelo Elias da Nova Aliança, João Batista. Ameaças para aqueles que recusassem a visitação do próprio Filho de Deus. Essa promessa se encerrará perfeitamente com a vinda do Espírito Santo em Pentecoste. As ameaças tiveram cumprimento imediato, terrível, com a destruição do templo e da cidade de Sião, Jerusalém, pelas legiões romanas no ano 70 da era cristã.

(b) Vejamos Maria (Lucas 1.26-45)

O anjo Gabriel, seis meses depois de sua aparição a Zacarias no templo, se revela a Maria, na casa de seus pais, em Nazaré da Galileia. Vejamos, ainda, as palavras do anjo dirigidas desta vez à humilde serva do Senhor. Vemos aqui uma maravilhosa progressão da manifestação da generosidade divina, em primeiro lugar a Maria, depois para com seu povo e para conosco também, que ainda hoje nos reunimos para louvar, honrar e adorar o Senhor.

> No sexto mês, foi o anjo Gabriel enviado, da parte de Deus, para uma cidade da Galileia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com certo homem da casa de Davi, cujo nome era José; a virgem chamava-se Maria. E, entrando o anjo aonde ela estava, disse: Alegra-te, muito favorecida! O Senhor é contigo. Ela, porém, ao ouvir esta palavra, perturbou-se muito e pôs-se a pensar no que significaria esta

> saudação.

É admirável ver a generosidade divina vir sobre essa humilde e jovem menina, uma virgem, pura e com uma confiança plena e singela no Deus de seus pais. Mesmo tendo ficado impressionada com aquela saudação, contrastando com Zacarias, não se deixou tomar pelo medo. O anjo percebe sua preocupação e procura tranquilizá-la. E como a tranquilizou! Ela compreende que foi eleita por Deus para que se realizasse nela toda a história da aliança divina com seus pais, ou seja, levar em seu ventre nada mais nada menos que Deus, o Filho, feito homem. Vejamos de novo as palavras do anjo Gabriel:

> Mas o anjo lhe disse: Maria, não temas; porque achaste graça diante de Deus. Eis que conceberás e darás à luz um filho, a quem chamarás pelo nome de Jesus.

O anjo anuncia aqui três coisas maravilhosas que são manifestações de uma generosidade incrível da parte de Deus: i) Ela ficará grávida, mesmo ainda virgem; ii) Ela dará à luz um filho; iii) Esse filho se chamará Jesus, que significa em hebraico, Deus Salvador.

> Este será grande e será chamado Filho do Altíssimo; Deus, o Senhor, lhe dará o trono de Davi, seu pai; ele reinará para sempre sobre a casa de Jacó, e o seu reinado não terá fim.

Aqui tocamos no ponto culminante de toda a história da aliança de Deus com seu povo. O que contém nesses dois versos é qualquer coisa absolutamente incrível. Essa jovem menina virgem ficaria grávida; ela daria à luz um filho; esse filho se chamará Jesus. Mas o que tudo isso significa? O anjo Gabriel dá à Maria uma resposta completa, em cinco pontos. Esse Jesus, filho de Maria, a humilde e fiel virgem de Nazaré: a) Será grande; b) Mais que isso, ele será chamado o Filho de Deus; c) Deus lhe dará o trono de Davi; d) Ele reinará

eternamente sobre a casa de Jacó; e) Seu reino não terá fim.

Nesse instante se vê toda a plenitude da generosidade de Deus para com os homens. O Todo-poderoso, unindo-se pelo Espírito Santo a uma jovem modesta da casa de Davi, vem ao mundo para realizar todas as promessas da aliança divina com os homens. Assim se manifesta a Israel o Messias, anunciado desde a queda e esperado por todas as gerações, da descendência de Abraão. Os tempos se completaram; a promessa se realizou; esse é o ponto em que toda a história do homem tomba no Reino de Deus. É o ponto de inflexão da história.

Conhecemos bem o que vem em seguida. O anjo responde à questão simples de Maria "Como será isto, pois não tenho relação com homem algum?", e lhe explica que o próprio Altíssimo a cobriria com sua sombra, como fazia o marido em Israel, quando cobria sua esposa com seu manto. Assim, a santa criança que ia nascer teria o nome que está acima de todo nome, o nome de Filho de Deus. Em seguida, o anjo revela a Maria a condição de sua prima. Isabel, que sempre havia sido estéril, verá o nascimento próximo, em sua família, de um filho que será o precursor do Messias de Israel. Então, Maria deixa a Galileia para ir até sua parente Isabel, que já estava no sexto mês de sua surpreendente gravidez. Em seguida, quando Maria chega onde estava Isabel, esta exclama em alta voz, num movimento de adoração à divina criança gerada há pouco, por Deus, no ventre de sua jovem prima:

> Bendita és tu entre as mulheres, e bendito o fruto do teu ventre! (v. 42)

E acrescenta esta exclamação maravilhosa:

> E de onde me provém que me venha visitar a mãe do meu Senhor ["theotokos", em grego, mãe ou portadora de Deus]? (Verso 43)

(c) O cântico de Maria (Lucas 1.47-55)

Chegamos, agora, a um dos pontos mais altos da adoração humana diante da generosidade incomensurável do Deus da aliança, benigno e fiel: o cântico de Maria.

> Então, disse Maria:
> A minha alma engrandece ao Senhor,
> e o meu espírito se alegrou em Deus, meu Salvador,
> porque contemplou na humildade da sua serva.
> Pois, desde agora, todas as gerações me considerarão bem-aventurada,
> porque o Poderoso me fez grandes coisas.
> Santo é o seu nome.
> A sua misericórdia vai de geração em geração
> sobre os que o temem.
> Agiu com o seu braço valorosamente;
> dispersou os que, no coração, alimentavam pensamentos soberbos.
> Derribou do seu trono os poderosos
> e exaltou os humildes.
> Encheu de bens os famintos
> e despediu vazios os ricos.
> Amparou a Israel, seu servo,
> a fim de lembrar-se da sua misericórdia
> a favor de Abraão e de sua descendência, para sempre,
> como prometera aos nossos pais. (Lucas 1.47-55)

Notemos que esse cântico é totalmente dedicado ao louvor da Trindade e, em particular, do Filho de Deus feito homem, isto é, da encarnação, da vinda ao mundo do Deus o Filho, na Pessoa divina e humana dessa pequena criança sobre a qual sua mãe biológica e seu pai adotivo receberam ordem de chamar pelo nome de Jesus, “Deus Salvador”. Em primeiro lugar, Maria canta a generosidade abundante do Deus da aliança para com sua serva, bendita entre as mulheres, porque o Senhor da glória se dignou descer, a ponto de habitar durante os nove meses de sua gravidez no ventre maternal dessa jovem

virgem. Mas, ao contrário da prática tão frequente entre muitos crentes, Maria de maneira nenhuma se exalta. Seu espírito, cheio de alegria por causa de Deus, seu Salvador, e da salvação que lhe deu ao rebaixar-se a ponto de habitar nela, explode em louvores a Deus, porque ele fez por ela grandes coisas: escolheu sua pequenez para se glorificar; salvou sua serva — e com ela toda a Igreja — dos efeitos eternos do nosso pecado. Foi essa misericórdia, que se estende de geração em geração sobre aqueles que o temem, que fez Maria dar a Deus todo o louvor. Esse será o louvor de todos aqueles que crerão nele, que obedecerão a sua Palavra e que manifestarão assim seu amor por Deus e pelo próximo.

Depois, Maria evoca, com grande respeito, a obra de justiça do Filho de Deus feito homem, que logo vai habitar em sua frágil natureza de mulher: i) Ele agiu com o seu braço valorosamente; ii) Ele dispersou os orgulhosos; iii) Ele derribou o trono dos poderosos; iv) Ele despediu vazios os ricos.

Isso em relação a sua obra de julgamento. Mas o louvor de Maria não termina aí. Esse Deus todo poderoso que, para a nossa salvação, nascerá revestido de fraqueza e carregará, em sua humanidade, o pecado de seu povo, realizou uma maravilhosa obra de justiça para os seus filhos e sua generosidade para conosco é sem medida: a) Ele exaltou os humildes; b) Ele alimentou os famintos; c) Ele amparou Israel, seu servo; d) Ele lembrou de sua misericórdia; e) Ele foi fiel à sua aliança com Abraão e sua descendência, isto é, para com todos os que tiveram e terão a mesma fé de Abraão e sua fidelidade durará para sempre.

Como é grande, majestosa e benigna essa generosidade de Deus para com seu povo!

Poderíamos, se nos limitássemos somente ao Evangelho de Lucas, meditar ainda sobre a generosidade do nosso Deus, nos debruçando sobre o cântico de Zacarias, ou sobre o cântico dos exércitos celestiais, os anjos de Belém, e

sobre os louvores a Deus do velho Simeão. Este, ao receber o bebê (e nele a Pessoa divina e humana do Filho de Deus feito homem) em seus braços, exclamou:

> Agora, Senhor, podes despedir em paz o teu servo,
> segundo a tua palavra;
> porque os meus olhos já viram a tua salvação,
> a qual preparaste diante de todos os povos:
> luz para revelação aos gentios,
> e para glória do teu povo de Israel. (Lucas 2.29-32)

Para terminar, são esses louvores que vemos da profetiza Ana que

> [...] louvava a Deus e falava de Jesus a todos os que aguardavam a redenção de Jerusalém. (Lucas 2.38)

CONCLUSÃO

Tal generosidade de Deus para conosco — aquele que enviou seu único Filho sobre a terra para nossa salvação – deve suscitar uma resposta generosa da parte daqueles que foram alvo desse amor que provém do Deus de toda misericórdia. Nossa resposta generosa deve:

(a) em primeiro lugar, manifestar-se em ações de graças e louvores a Deus, autor de tão grande salvação;

(b) suscitar generosidade em nós, oferecendo a Deus nossos corações e nosso tempo, nossas forças, nossos bens e nosso dinheiro para Deus e em favor de sua Igreja, a esposa do Senhor;

(c) renovar nossa generosidade para com nossos irmãos, nosso próximo em sua angústia, e em relação àqueles que Deus colocou acima de nós, em sua Igreja;

(d) enfim e sobretudo, deve criar em nós uma generosidade sem limites — setenta vezes sete exigiu Jesus ao apóstolo Pedro — no perdão que devemos

a nossos irmãos e na misericórdia que devemos a eles, porque Deus, primeiramente, exerceu sobre nós sua misericórdia sem limites. Porque a advertência do Senhor é solene e terrível. Se não perdoarmos os pecados de nossos irmãos contra nós, Deus, que pagou todos os nossos pecados na cruz, não perdoará também nossa ingratidão.

Que Deus não permita que estejamos entre esses ingratos, avarentos, mesquinhos e egoístas que guardam tudo para si mesmos, mas que sejamos daqueles que perseveram nessa generosidade de coração, que deve animar nossa vocação como filhos de Deus. Sejamos daqueles que, em resposta à infinita misericórdia do Deus Triúno para conosco, servem a Deus, dia após dia, como pobres e miseráveis pecadores e tratemos com generosa misericórdia nosso próximo, em gratidão a esse Deus que, tendo sido bom para com todos os homens, nos chamou a amar não somente aqueles que nos amam, mas até os nossos inimigos, os que nos odeiam, que nos detestam e procuram nos destruir.

O primeiro grande doutor da Igreja dos Gauleses, Ireneu de Lião, ao contemplar o amor de Cristo por aqueles que o crucificavam, em seu admirável *Tratado contra as heresias*, escreveu estas palavras tão belas e comoventes, pelas quais terminamos esta meditação sobre a generosidade de Deus, o dom maravilhoso do primeiro Natal:

> A longanimidade, a paciência, a misericórdia e a bondade de Cristo foram manifestadas na Palavra do Senhor sobre a cruz: Pai, perdoa-os, porque não sabem o que fazem (Lucas 23.34), pelas quais vemos o quanto sofreu e perdoou aqueles que o maltratavam. Porque o Verbo de Deus nos disse *Amai vossos inimigos e orai por aqueles que vos odeiam* (Mateus 5:44), ele mesmo cumpriu essa palavra sobre a cruz quando orou pelo homem e amou aqueles que o matavam.[220]

Que Deus nos dê a graça de fazermos o mesmo.

Capítulo XV: Abraão, o pai do dízimo

INTRODUÇÃO

Há algum tempo, quando estávamos fazendo nosso culto doméstico, eu e Rose-Marie lemos uma passagem do profeta Jeremias e em seguida uma curta meditação de Hilário de Poitiers sobre a exposição do salmo 119 [118]. Hilário, que, junto com Atanásio, no século 4º de nossa era, foi um extraordinário defensor da doutrina da natureza divina de Jesus Cristo diante da heresia ariana, era também um homem de alta espiritualidade e um pastor muito dedicado à condução do seu rebanho na alegria que vem da obediência a Jesus Cristo, isto é, no caminho de uma santa obediência que procura conformar seus pensamentos, sentimentos e sua ação aos ensinos da Lei-Palavra de Deus. Como introdução desta nova exposição sobre o oitavo mandamento, gostaria de citar uma passagem extraída desse comentário de Hilário, texto que nos permite melhor compreender por que devemos constantemente meditar na lei de Deus. Exatamente isso nos ensina o salmo primeiro:

> Feliz o homem [...] que tem prazer na lei do Senhor e nela medita dia e noite! (Salmos 1.1-2)

Vejamos o que Hilário nos diz:

> O salmista sabe o quanto é útil e necessário para ele colocar-se a cada dia nas mãos de Deus, em suas ações e em sua conduta, e isso por uma indefectível recordação de sua lei. De fato, ele diz: *Puseram um laço diante de mim, contudo não me desviei dos teus preceitos*. Ele sabe que em meio à floresta deste mundo, muitos laços são estendidos, várias armadilhas contra sua vida são preparadas. Nossas palavras, nossos pensamentos, nossos atos passam sempre perto dessas redes quando surge um motivo para a cólera, um sentimento de dor, a necessidade de uma recriminação, algum mau desejo. É dessa forma que o *diabo e seus anjos*, que *desde o princípio* transgrediram a lei de Deus e que desde o início são *pecadores*, estendem sempre as redes. Mas aquele cuja *alma está nas*

> *mãos de Deus* e que jamais se esquece da *sua lei*, ainda que laços tenham sido jogados ao redor dele e por todo lugar, no entanto não se desvia dos seus preceitos. De fato, aquele que sempre pensa em Deus escapa das redes, como é dito em outro salmo: *como um pássaro libertado do laço do passarinheiro* (Salmos 124.7). E o próprio Senhor diz, pela boca do profeta: *pois ele te livrará do laço do passarinheiro e da peste perniciosa* (Salmos 91.3).[221]

O assunto geral das próximas exposições, neste capítulo e nos que seguirão, é o seguinte: Os dízimos na Bíblia. Agora trataremos de Abraão, o pai do dízimo. Com esse tema terminaremos nossa longa investigação sobre o oitavo mandamento e sua aplicação prática em todos os aspectos de nossa vida pessoal, familiar, eclesiástica e social.

1. O PAI DO DÍZIMO: ABRAÃO

Prossigamos em nossa meditação sobre as implicações diversas do oitavo mandamento, *Não roubarás*. Vamos, agora, considerar o que devemos, não a nosso próximo, mas ao próprio Deus, pondo em prática esse mandamento que nos ordena não roubar.

Como esse mandamento — *Não roubarás* — se aplica ao nosso relacionamento, como cristãos, com nosso Criador e Salvador? Como devemos nos submeter ao nosso Senhor, que é Senhor não somente da Igreja, mas de toda a terra, ao obedecer a esse mandamento? A resposta está na compreensão que desenvolveremos sobre o que devemos materialmente a Deus, não como uma doação de nossa parte, mas por direito, como testemunho visível de nossa fé e de nossa gratidão a ele. Tal estudo tem de ser acompanhado de uma aplicação séria, consequente e alegre do ensino da Bíblia sobre o dízimo, literalmente a décima parte do que ganhamos.

Logo de início, pensei começar este estudo imediatamente pelo exame do ensino da Torá, pelo que ensinam os livros da lei sobre essa questão (Levítico

27; Números 18; Deuteronômio 12 e 14) e em seguida considerar as advertências dadas pelos profetas sobre aqueles que negligenciam o que devem a Deus de direito. Para terminar, examinaremos o ensino do Novo Testamento sobre essa questão. O dízimo diz respeito à nossa piedade e santificação, ao bem do nosso próximo, da sociedade e da Igreja, mas sobretudo — e antes de tudo — a honra e a gratidão que devemos a Deus, em resposta alegre às incontáveis bênçãos que nos dá. Mas, refletindo melhor, me pareceu que, abordando a questão dessa maneira, entraria muito rápido na matéria. Seria melhor começar por Gênesis, porque primeiro é preciso levar em conta o exemplo normativo primário que a Bíblia nos dá sobre esse ponto fundamental e delicado de nossa piedade e obediência cristã. Trata-se do exemplo dado por nosso Pai Abraão a todos nós que estamos na fé.

De fato, como sabemos, Abraão é o pai na fé de todo verdadeiro judeu e cristão. É o que Paulo nos mostra com detalhes em sua carta aos Gálatas. Vejamos o que ele diz:

> É o caso de Abraão, que creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça. Sabei, pois, que os da fé é que são filhos de Abraão. Ora, tendo a Escritura previsto que Deus justificaria pela fé os gentios, preanunciou o evangelho a Abraão: Em ti, serão abençoados todos os povos. De modo que os da fé são abençoados com o crente Abraão. (Gálatas 3.6-9)

Assim, como nos mostra o exemplo de Abraão, a salvação é obtida pela fé somente. Portanto, somos justificados unicamente pela fé! Mas a fé permanece sozinha? Podemos ser justificados sem as obras produzidas pela fé? Somos justificados por uma fé que permanece estéril, sem o fruto das obras, sem os atos de amor a Deus e ao próximo que testemunham, aqui na terra, a realidade celeste de nossa fé? Sobre isso ainda, Abraão nos fala com a maior clareza. Sem que as obras produzidas por nossa fé se manifestem em nossa vida de crente, não é possível ser salvo! Leiamos o testemunho

impactante do irmão de Jesus Cristo, Tiago, a esse respeito:

> Queres, pois, ficar certo, ó homem insensato, de que a fé sem as obras é inoperante? Não foi por obras que Abraão, o nosso pai, foi justificado, quando ofereceu sobre o altar o próprio filho, Isaque? Vês como a fé operava juntamente com as suas obras; com efeito, foi pelas obras que a fé se consumou, e se cumpriu a Escritura, a qual diz: Ora, Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça; e: Foi chamado amigo de Deus. Verificais que uma pessoa é justificada por obras e não por fé somente. (Tiago 2:20-24)

O autor da carta aos Hebreus, por sua vez, confirma tanto a posição de Paulo como a de Tiago. Vejamos, para nossa instrução:

> Pela fé, Abraão, quando chamado, obedeceu, a fim de ir para um lugar que devia receber por herança; e partiu sem saber aonde ia. Pela fé, peregrinou na terra da promessa como em terra alheia, habitando em tendas com Isaque e Jacó, herdeiros com ele da mesma promessa; porque aguardava a cidade que tem fundamentos, da qual Deus é o arquiteto e edificador. (Hebreus 11.8-10)

É isso o que ele diz sobre a fé. Então, o que são essas obras da fé, dessa fé que se manifesta por nossa ação, essa fé que age pelo amor a Deus e ao próximo? Vejamos uma vez mais o ensino da carta aos Hebreus:

> Pela fé, Abraão, quando posto à prova, ofereceu Isaque; estava mesmo para sacrificar o seu unigênito aquele que acolheu alegremente as promessas, a quem se tinha dito: Em Isaque será chamada a tua descendência; porque considerou que Deus era poderoso até para ressuscitá-lo dentre os mortos, de onde também, figuradamente, o recobrou. (Hebreus 11.17-19)

Devemos parar por aí? Temos de nos contentar em ver Abraão apenas como nosso pai na fé e não também como nosso pai nas obras da fé? Abraão não tem mais nada a nos ensinar e instruir? Novamente a carta aos Hebreus nos mostra o caminho. Abraão foi, será e continua sendo ainda hoje nosso guia, nosso instrutor. Ele é quem vai nos instruir sobre o lugar que deve ter, na vida do cristão, a gratidão da fé, ou seja, esse reconhecimento dirigido a Deus pela fé, em razão de incontáveis e tão diversas bênçãos. E essa gratidão da fé,

entre outros, tem o nome de *dízimo*.

Vejamos, mais uma vez, o ensino maravilhoso da carta aos Hebreus, que mostra a passagem sublime da Antiga dispensação da Aliança, para a Nova, com uma exatidão, perfeição e beleza incomparáveis:

> Porque este Melquisedeque, rei de Salém, sacerdote do Deus Altíssimo, que saiu ao encontro de Abraão, quando voltava da matança dos reis, e o abençoou, para o qual também Abraão separou o dízimo de tudo (primeiramente se interpreta rei de justiça, depois também é rei de Salém, ou seja, rei de paz; sem pai, sem mãe, sem genealogia; que não teve princípio de dias, nem fim de existência, entretanto, feito semelhante ao Filho de Deus), permanece sacerdote perpetuamente. Considerai, pois, como era grande esse a quem Abraão, o patriarca, pagou o dízimo tirado dos melhores despojos. Ora, os que dentre os filhos de Levi recebem o sacerdócio têm mandamento de recolher, de acordo com a lei, os dízimos do povo, ou seja, dos seus irmãos, embora tenham estes descendido de Abraão; entretanto, aquele cuja genealogia não se inclui entre eles recebeu dízimos de Abraão e abençoou o que tinha as promessas. Evidentemente, é fora de qualquer dúvida que o inferior é abençoado pelo superior. Aliás, aqui são homens mortais os que recebem dízimos, porém ali, aquele de quem se testifica que vive. E, por assim dizer, também Levi, que recebe dízimos, pagou-os na pessoa de Abraão. Porque aquele ainda não tinha sido gerado por seu pai, quando Melquisedeque saiu ao encontro deste. (Hebreus 7.1-10)

Como sabem muito bem — e o texto de Hebreus nos diz mais adiante — esse Melquisedeque era uma figura, talvez mesmo uma teofania, uma manifestação visível do próprio Senhor Jesus Cristo. É exatamente o que explica nossa epístola, citando o versículo quatro do salmo 110:

> E isto é ainda muito mais evidente, quando, à semelhança de Melquisedeque, se levanta outro sacerdote, constituído não conforme a lei de mandamento carnal, mas segundo o poder de vida indissolúvel. Porquanto se testifica: Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque.

E nosso autor acrescenta:

> Portanto, por um lado, se revoga a anterior ordenança, por causa de sua fraqueza e inutilidade (pois a lei nunca aperfeiçoou coisa alguma), e, por outro lado, se introduz esperança superior, pela qual nos chegamos a Deus. (Hebreus 7.18-19)

Então, agora, vamos ao relato de Gênesis, o qual a carta aos Hebreus acabou de nos apresentar: Abraão, vitorioso sobre os reis do Oriente, libertador de Ló, alvo da bênção de Melquisedeque e, enfim, pai de todos os que dão, por gratidão e com alegria, o dízimo a Deus, sustentando, por uma grata e alegre obediência, a obra de Deus neste mundo de avareza e de trevas.

2. Abraão, o pai do dízimo

Para compreender melhor o texto que vamos estudar juntos nesta manhã, precisamos recapitular, brevemente, a história de Abraão, até o momento de seu encontro com Melquisedeque, rei de Salém, após a derrota que infligiu aos quatro reis da Mesopotâmia, que haviam levado Ló para o cativeiro.

Pouco tempo depois do Dilúvio, os descendentes de Noé, milagrosamente poupados desse julgamento universal pelas águas, se desviaram novamente de Deus. Essa foi a história de Ninrode, rei que deu origem ao primeiro império, antes daquela aventura louca que resultou na construção da Torre de Babel. Ao multiplicar a língua, Deus colocou fim nessa nova rebelião dos homens contra sua autoridade soberana, criando diferentes linguagens e tornando-as mutuamente incompreensíveis. Foi assim que ele dispersou os homens de Babel para a formação de nações, que tomaram toda a face da terra. Entretanto, foi pelo chamado feito a Abraão para sair da Caldeia e, assim, deixar o mundo ímpio e idólatra de Babel, na Mesopotâmia, que Deus abriu uma nova e decisiva fase no seu plano aliancial de salvação para os homens e nações, colocado em prática desde a queda de Adão. Esse primeiro chamado em Gênesis 3.15 é o que chamamos de Proto-Evangelho, porque por ele Deus, dirigindo-se então à antiga serpente, sedutora da raça humana, anunciou essa fé antiga,[222] da salvação através da cruz de Jesus Cristo, que infalivelmente se cumpriria nos séculos que viriam:

> Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás [no francês “esmagará”][223] o calcanhar. (Gn 3.15)

O plano de salvação para os homens e para a criação de Deus está totalmente delineado nessas breves palavras.

Deus assim chamou Abraão e seu pai Tera para que deixassem Ur dos caldeus. Eles pararam em Harã, onde Tera morreu com a idade de 205 anos. Depois disso lemos o chamado que Deus fez a Abraão:

> Ora, disse o SENHOR a Abrão: Sai da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai e vai para a terra que te mostrarei; de ti farei uma grande nação, e te abençoarei, e te engrandecerei o nome. Sê tu uma bênção! Abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; em ti serão benditas todas as famílias da terra. (Gênesis 12.1-3)

Abraão então vai, sustentado pela fé nas promessas de Deus, para o país de Canaã, o qual, desde Harã, na Caldeia, Deus lhe havia prometido. Ele percorreu a terra de cima a baixo e finalmente se estabeleceu no meio dela. Foi quando sobreveio uma fome que fez com que se refugiasse, acompanhado de seu clã já numeroso, no Egito, outra grande civilização daquela época, tão ímpia e idólatra quanto a Mesopotâmia da qual havia saído. Ali no Egito, cedendo ao medo, Abraão mentiu sobre sua mulher que havia sido entregue a Faraó e introduzida em seu harém real. Mas Deus, que olha além das fraquezas dos seus servos, graciosamente libertou Abraão e Sara da armadilha na qual nosso patriarca havia caído e lhe devolveu Sara, abençoando-o, enriquecendo-o e conduzindo-o na terra que lhe havia prometido.

Retornando a Canaã, uma discussão aconteceu entre os pastores de Abraão e de seu sobrinho Ló por causa da multiplicação dos seus rebanhos. Abraão compreendeu então os perigos que lhe apresentavam as civilizações

sofisticadas e perversas da época e deixou Ló livre para escolher onde se estabelecer. Ló escolheu a planície fértil onde estavam as cinco cidades dominadas por Sodoma e Gomorra. Leiamos, ainda, o resumo que fez Moisés sobre a separação entre Abraão e Ló, seu sobrinho:

> Habitou Abrão na terra de Canaã; e Ló, nas cidades da campina e ia armando as suas tendas até Sodoma. Ora, os homens de Sodoma eram maus e grandes pecadores contra o SENHOR. (Gênesis 13.12-13)

Foi quando Deus renovou suas promessas a Abraão:

> Disse o SENHOR a Abrão, depois que Ló se separou dele: Ergue os olhos e olha desde onde estás para o norte, para o sul, para o oriente e para o ocidente; porque toda essa terra que vês, eu ta darei, a ti e à tua descendência, para sempre. Farei a tua descendência como o pó da terra; de maneira que, se alguém puder contar o pó da terra, então se contará também a tua descendência.

Depois, Deus lhe deu a ordem para ocupar fisicamente o país:

> Levanta-te, percorre essa terra no seu comprimento e na sua largura; porque eu ta darei. E Abrão, mudando as suas tendas, foi habitar nos carvalhais de Manre, que estão junto a Hebrom; e levantou ali um altar ao SENHOR. (Gênesis 13.14-18)

Isso fez com que o comentarista judeu do livro de Gênesis, Benno Jacob, destacasse corretamente o seguinte:

> Todas as revelações divinas feitas a Abraão ocorreram após uma separação, uma renúncia ou um sacrifício e servem de consolação e recompensa.[224]

Como se vê por toda a Bíblia, a separação das linhagens — a linhagem de Abel separada de Caim, Sete dos descendentes de Caim, Noé sendo separado do primeiro mundo coberto pelo dilúvio, Abrão separado dos Caldeus — aqui também Abraão foi colocado de um lado e Ló, de outro, juntamente com as cidades perversas da planície. Como veremos, por uma potente invasão dos caldeus, a antiga serpente, o diabo, parece que nesse momento da história

tinha como alvo recuperar o chefe da aliança divina, esse hebreu — palavra que significa “aquele que vem dalém do rio”, isto é, do Eufrates — que tinha escapado da civilização idólatra e corrompida de Ur dos Caldeus. Mas, pela graça providencial de Deus, o diabo não conseguiu. Quatorze anos antes — aproximadamente 1880 anos antes de Cristo — Kedorlaomer, rei do Elão (reino a sudeste da Babilônia) havia feito uma primeira incursão militar na região do Jordão. Esse rei submeteu as cinco cidades da planície situadas à sudeste do Mar Morto — entre elas Sodoma e Gomorra — e lhes impôs um tributo de vassalagem. Treze anos mais tarde, essas cinco cidades se revoltaram, recusando pagar o tributo exigido pelo rei de Elão. No ano seguinte, com outros três reis da Mesopotâmia, Kedorlaomer invadiu toda a região.

Num movimento de virada, vindo do norte, contornando o país de Canaã[225] pelo leste e subindo mais a oeste, esses quatro reis caldeus derrotaram seis reinos, nesta ordem: os refaim, os zuzim, os emim, os horeus e enfim, do outro lado do Jordão, os amalequitas e amorreus. Depois disso, atacaram as cinco cidades da planície, das quais tomaram o despojo como também a Ló, o sobrinho de Abraão, de quem fizeram prisioneiro. Citamos o relato que nos dá o livro de Gênesis sobre essa invasão:

> Tomaram, pois, todos os bens de Sodoma e de Gomorra e todo o seu mantimento e se foram. Apossaram-se também de Ló, filho do irmão de Abrão, que morava em Sodoma, e dos seus bens e partiram. Porém veio um, que escapara, e o contou a Abrão, o hebreu; este habitava junto dos carvalhais de Manre, o amorreu, irmão de Escol e de Aner, os quais eram aliados de Abrão. Ouvindo Abrão que seu sobrinho estava preso, fez sair trezentos e dezoito homens dos mais capazes, nascidos em sua casa, e os perseguiu até Dã. E, repartidos contra eles de noite, ele e os seus homens, feriu-os e os perseguiu até Hobá, que fica à esquerda de Damasco. Trouxe de novo todos os bens, e também a Ló, seu sobrinho, os bens dele, e ainda as mulheres, e o povo. (Gênesis 14.11-16)

Não é o momento de estudarmos em detalhe esse relato, instrutivo sob todos

os aspectos, mas destaquemos alguns pontos concernentes, particularmente, a Abrão.

1. Depois de sua passagem pelo Egito, que havia sido marcada pelo medo, pela falta de fé e uma certa pusilanimidade, a atitude do patriarca então muda radicalmente. Agora ele é audacioso, cheio de coragem e de confiança em Deus.

2. Com uma tropa bem modesta, consegue derrotar o exército da potência mais importante — tal qual o Egito — de seu tempo.

3. Foi assim que provou as magníficas promessas que acabara de receber nos carvalhais de Manre: Deus estava com ele e isso era tudo que importava. Como disse um escritor cristão, “Numa verdadeira democracia, um cidadão com Deus constitui-se na maioria!”.

4. Se a linha de separação entre Abrão e Ló agora estava clara e, mais que isso, se era notória a oposição espiritual e cultural entre aqueles que habitavam os carvalhais de Manre e os cidadãos das cidades da planície, contudo, Abrão não tinha esquecido suas obrigações para com seu parente Ló e sua família.

5. Enfim, foi como um vitorioso que ele agora, mais uma vez, vai atravessar, do sul ao norte, o país que Deus lhe havia prometido como herança. E assim também vai vencer essa potência militar caldeia, força de ataque da civilização ímpia e idólatra, da qual havia se separado sob a ordem de Deus e que agora procurava (de maneira instintiva) trazer de volta esse clã, liberto da sua dominação, para o seu domínio, procurando estender a influência de seu império até o país de Canaã.

Voltemos, então, ao encontro decisivo de Abrão com Melquisedeque. Leiamos o texto que descreve esse encontro memorável:

> Após voltar Abrão de ferir a Quedorlaomer e aos reis que estavam com ele, saiu-lhe ao encontro o rei de Sodoma no vale de Savé, que é o vale do Rei.

> Melquisedeque, rei de Salém, trouxe pão e vinho; era sacerdote do Deus Altíssimo; abençoou ele a Abrão e disse: Bendito seja Abrão pelo Deus Altíssimo, que possui [Qana/Bará: Criador] os céus e a terra; e bendito seja o Deus Altíssimo, que entregou os teus adversários nas tuas mãos. E de tudo lhe deu Abrão o dízimo. (Gênesis 14.17-20)

Esse é Melquisedeque, sacerdote do Deus Altíssimo. Vejamos, agora, a reação do rei de Sodoma, servo do deus de baixo, de Satanás. O rei de Sodoma disse a Abrão:

> Então, disse o rei de Sodoma a Abrão: Dá-me as pessoas, e os bens ficarão contigo. Mas Abrão lhe respondeu: Levanto a mão ao SENHOR, o Deus Altíssimo, o que possui [Criador: Qana, no lugar de Bará, mais comum] os céus e a terra, e juro que nada tomarei de tudo o que te pertence, nem um fio, nem uma correia de sandália, para que não digas: Eu enriqueci a Abrão; nada quero para mim, senão o que os rapazes comeram e a parte que toca aos homens Aner, Escol e Manre, que foram comigo; estes que tomem o seu quinhão. (Gênesis 14.21-24)

Algumas observações nos permitirão comparar, de um lado, a atitude de Melquisedeque e Abrão, e do outro, a do rei de Sodoma, Bera.

1. Melquisedeque, rei de Salém, chega diante das tropas vitoriosas de Abrão para reconfortá-los fisicamente: pão e vinho. Bera, rei de Sodoma, vem também diante de Abrão, para reclamar o que considerava sua parte no despojo: as pessoas.

2. Melquisedeque tem uma atitude generosa, hospitaleira. Bera manifesta seu espírito de avareza, seu amor aos bens, reclamando o que supõe ser sua parte no despojo de Abrão, mesmo que não tivesse nenhum direito por ter sido totalmente derrotado pelas tropas mesopotâmicas.

3. Percebe-se aqui uma verdadeira comunhão de espírito entre Abrão e Melquisedeque. Os dois invocam juntos o mesmo Deus Altíssimo, sinal de que compartilhavam a mesma herança espiritual de culto ao verdadeiro Deus, Criador dos céus e da terra, Senhor soberano dos acontecimentos neste

mundo. Longe de querer tocar, de alguma maneira, nos despojos dessa cidade corrompida, recuperados por sua vitória, ele não quer nada com essas riquezas malditas. Para ele, tais objetos e mesmo as pessoas, tinham um caráter proibido.

4. Melquisedeque reconhecia que Deus havia dado aquela vitória a Abrão — a vitória dos seus 318 valentes guerreiros com seus aliados amorreus, Aner, Escol e Manre — sobre o imenso exército aparentemente irresistível da Mesopotâmia.

Abrão teria compreendido esta exortação do apóstolo Paulo:

> Não vos ponhais em jugo desigual com os incrédulos; porquanto que sociedade pode haver entre a justiça e a iniquidade? Ou que comunhão, da luz com as trevas? Que harmonia, entre Cristo e o Maligno? Ou que união, do crente com o incrédulo? Que ligação há entre o santuário de Deus e os ídolos? (2 Coríntios 6.14-16)

Lembremos aqui que o apóstolo Paulo escreveu ao Colossenses que *a avareza é idolatria* (Colossenses 3.5). Ló e Bera, com Sodoma e Gomorra e as outras cidades da planície, estavam do lado da idolatria e da avareza. Melquisedeque e Abrão se colocaram do lado da fé no Deus Altíssimo, da generosidade e, mais ainda, da gratidão para com Deus. O rei de Sodoma vê somente a Abrão e não a mão de Deus. Ele deseja obter um acordo lucrativo, totalmente imerecido, com o vencedor dos quatro reis vindos do Oriente.

Depois dessa comparação entre as duas linhagens, a de Salém e a de Sodoma, voltemos agora nossos olhos, mais especificamente, para Abrão, pai desse dízimo que todos devemos a Deus. Então nos é dito:

> E Abrão lhe deu [a Melquisedeque] o dízimo de tudo. (v. 20)

Destaquemos algumas coisas nessa ação surpreendente de Abrão. Melquisedeque, a) deixou Abrão, após honrar aquele que havia libertado o

país do invasor mesopotâmico; b) tinha trazido um reconforto material — o pão e o vinho — às tropas de Abrão; c) enquanto sacerdote do Altíssimo, abençoou Abrão; d) bendisse esse Deus Altíssimo, que juntamente com Abrão ele também servia, por ter dado uma vitória tão extraordinária e milagrosa sobre aquele exército mesopotâmico imenso que, aos olhos humanos, era invencível.

Então, Abrão lhe [a Melquisedeque] deu o dízimo de tudo. Essa foi a resposta de Abrão em razão da bênção e das palavras de Melquisedeque. O que, propriamente, significa essa resposta de Abrão?[226]

1. Abrão reconhece em Melquisedeque o enviado de Deus. A carta aos Hebreus nos faz compreender que Abrão entendeu que essa figura misteriosa era um tipo, uma imagem de Cristo. A oferta de pão e vinho, desse sacerdote misterioso, tem para nós o sentido claro de uma prefiguração da ceia do Senhor.

2. A resposta de Abrão não foi somente a expressão de um reconhecimento de natureza puramente espiritual, mas também tinha um aspecto material: Abrão lhe deu o dízimo de tudo (v. 20).

3. Abrão fez isso de maneira livre e voluntária, sem constrangimento. A lei divina relativa ao dízimo, que devia ser calculado sobre todos os bens dados aos israelitas pelo Deus Altíssimo, Criador e Senhor dos céus e da terra, só foi dada a Israel no monte Sinai, mais de quatrocentos anos depois. Como Abrão, devemos obedecer a Deus nessa área da nossa vida — o dízimo — como também em todos os outros aspectos da obediência à Lei de Deus.

4. O texto não nos dá nenhuma indicação que nos permita acreditar que Abrão deu o dízimo de tudo a Melquisedeque em troca de uma nova bênção. Ele já tinha recebido de Deus a bênção, quando teve uma vitória completa e milagrosa sobre seus inimigos. Nessa campanha contra os reis da

Mesopotâmia, Abrão conquistou todo o território que Deus lhe havia prometido, como uma espécie de adiantamento (Gênesis 13.14-17). Essa bênção concreta, prática e militar, tinha sido confirmada a Abrão através da bênção dada por Melquisedeque.

> Bendito seja Abrão pelo Deus Altíssimo, que possui os céus e a terra.

Essa bênção já foi realizada por Deus:

> e bendito seja o Deus Altíssimo, que entregou os teus adversários nas tuas mãos.

5. Abrão deu o dízimo de tudo, não por obrigação ou constrangimento, mas num movimento natural (e sobrenatural) de gratidão a Deus. Foi por um simples sentimento de profunda e sincera gratidão que Abrão ofereceu a Melquisedeque, alegremente e de todo o coração, a décima parte de todo o seu despojo.

6. Não somente Abrão ofereceu a décima parte do despojo voluntariamente e num espírito de gratidão, mas o fez (nos diz Kendall) de maneira coerente e *sistemática*. O que ele quis dizer por esta palavra? Citemos esse autor:

> Entretanto, Abrão não deu apenas voluntariamente, mas sistematicamente. Ele deu a décima parte de tudo. Um décimo. O dízimo. Isso exigia alguns cálculos. Ele devia fazer isso com cuidado. Tinha de examinar cuidadosamente tudo o que Deus lhe havia dado e calcular com precisão qual era a décima parte. [...] Não podia ser apenas uma estimativa. Devia ser precisamente um décimo de tudo.[227]

Ele explica,

> Abrão era escrupuloso e suficientemente cuidadoso para dar a décima parte de tudo. Ele é exemplo para nós. Se seguirmos a fé de Abrão para sermos chamados seus filhos (Gálatas 3.29), e imitarmos sua obediência para sermos chamados amigos de Deus (Tiago 2.23), que possamos também imitar seu espírito de gratidão para darmos com alegria (2 Coríntios 9.7). O dízimo, que devemos a Deus, é muito diferente de uma impulsão fantasiosa ocasional.

7. Enfim, em sétimo lugar, devemos seguir Abraão quanto à finalidade para que doamos. Ele deu o dízimo sobretudo a Melquisedeque, o sacerdote do Deus Altíssimo, Criador e Senhor dos céus e da terra. Vimos que Melquisedeque é, pelo menos, uma figura notável de Cristo e também o representante de sua Igreja. Como rei de Salém, ele também prefigura Cristo. A realeza soberana e universal de Jesus Cristo. Não podemos dar de qualquer maneira, para qualquer lugar, para qualquer pessoa, mas com cuidado, prudência, reflexão e oração. Ao dar nossas ofertas, devemos dá-las primeiro à Igreja de Deus e em seguida a toda obra, em comunhão com a Igreja, que contribua para o crescimento do Reino de Deus. Porque Cristo não é somente Senhor soberano da nova criação, da qual a Igreja é o primeiro fruto. Mas ele é o Rei do Reino de Deus, Rei dos céus e da terra, Rei também de todas as nações da terra.

Conclusão

Como acabamos de ver, a instituição do dízimo entre o povo de Deus precede a entrega da Lei no monte Sinai em aproximadamente quatrocentos anos. A ação de Abraão diante de Melquisedeque é um exemplo que devemos seguir, nós que vivemos pela mesma fé que tinha Abraão e que praticamos, como fez Abraão, as obras da fé preparadas por Deus desde a criação do mundo. Vimos também que devemos seguir o exemplo de Melquisedeque e Abraão — em sua generosidade, gratidão e louvores que dirigiram a Deus — e não o exemplo de Ló e Bera, rei de Sodoma, marcado pelo amor ao mundo, pela avareza, pelo egocentrismo e pelo amor a si mesmos. Se Deus permitir, veremos em nossa próxima exposição de que maneira a lei divina, revelada no Sinai, se conforma exatamente ao modelo que Abraão nos oferece no que diz respeito à nossa gratidão obediente a Deus e à Igreja de nosso Senhor Jesus Cristo, através da entrega do dízimo, como também às obras aprovadas

por Deus.

Capítulo XVI : Os três dízimos da Lei

Introdução

No último capítulo, introduzimos nossa reflexão sobre o dízimo na Bíblia por meio de Abraão e o dízimo que pagou a Melquisedeque sobre todo o despojo tomado dos reis da mesopotâmia. Havíamos mostrado que, como a fé de Abraão (Gálatas) e as obras da fé de Abraão (Tiago) são modelos para os cristãos da Nova Aliança, o mesmo vale para a gratidão da fé — que exerceu Abraão e sobre a qual também fala a epístola aos Hebreus — relacionada ao dízimo que pagou a Melquisedeque, rei de Salem. Porque, como nos explicam essas três epístolas, é essa fé de Abraão, acompanhada de suas obras de obediência aos mandamentos e o reconhecimento das bênçãos de Deus, que constituem os modelos para nossa vida cristã atual, para nós que pertencemos à Nova Aliança.

Neste capítulo temos como tema “Os três dízimos da Lei”. Vamos considerar o ensino sobre o dízimo contido em Levítico, Números e Deuteronômio. Na exposição seguinte, dedicada ao oitavo mandamento, veremos o ensino do Novo Testamento sobre essa questão. A exposição deste capítulo terá, então, três partes que correspondem aos três dízimos ordenados na Torá.

I. O primeiro dízimo: o dízimo do Senhor ou o dízimo dos Levitas (Levítico 27.30-33; Números 18.20-24).

II. O segundo dízimo: o dízimo das festas (Deuteronômio 12.1-19).

III. O terceiro dízimo: o dízimo dos pobres (Deuteronômio 14.28-29).

Nossa conclusão mostrará a maneira pela qual nosso Senhor Jesus Cristo considerou esses três dízimos, os quais ele mesmo havia ordenado a Israel para observá-los, conforme a Lei dada a seu servo Moisés.

I. O primeiro dízimo — O dízimo do Senhor ou o dízimo dos Levitas (Levítico 27.30-33; Números 18.20-24)

Citamos, explicitamente, o texto de Levítico:

> Também todas as dízimas da terra, tanto dos cereais do campo como dos frutos das árvores, são do Senhor; santas são ao Senhor. Se alguém, das suas dízimas, quiser resgatar alguma coisa, acrescentará a sua quinta parte sobre ela. No tocante às dízimas do gado e do rebanho, de tudo o que passar debaixo do bordão do pastor, o dízimo será santo ao Senhor. Não se investigará se é bom ou mau, nem o trocará; mas, se dalgum modo o trocar, um e outro serão santos; não serão resgatados. (Levítico 27.30-33)

A primeira coisa que notamos é o caráter bastante lacônico, quase acidental, da introdução dessa lei sobre os dízimos bem no final do livro de Levítico. Ela surge aqui quase que como uma reflexão tardia, depois das considerações detalhadas sobre um certo número de proibições, bem como seu possível resgate. De fato, o versículo que segue o texto citado acima põe um ponto final no livro de Levítico. Ele se refere ao ensino contido no livro de Levítico como um todo:

> São estes os mandamentos que o Senhor ordenou a Moisés, para os filhos de Israel, no monte Sinai. (Levítico 27.34)

Em seguida, a revelação da Lei de Deus prossegue no livro de Números.

Como explicar esse caráter aparentemente anódino que encontramos na introdução dessa lei no fim do livro de Levítico? Por ter esse caráter um pouco velado, a lei do dízimo lembra aquela que instituiu o sábado. Lembremos o que vimos sobre a lei do sábado. O dízimo, como o sábado, de maneira alguma foi algo inventado pelos israelitas. Examinamos longamente o incidente descrito em Gênesis, no qual Abrão oferece o dízimo a Melquisedeque, tipo de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, de todo o despojo adquirido na guerra travada contra os quatro reis. Em Gênesis 28,

quando de sua partida de Canaã para a casa de seu tio Labão, no norte da Mesopotâmia, Jacó fez um voto ao Senhor:

> Fez também Jacó um voto, dizendo: Se Deus for comigo, e me guardar nesta jornada que empreendo, e me der pão para comer e roupa que me vista, de maneira que eu volte em paz para a casa de meu pai, então, o SENHOR será o meu Deus; e a pedra, que erigi por coluna, será a Casa de Deus; e, de tudo quanto me concederes, certamente eu te darei o dízimo. (Gênesis 28.20-22)

O dízimo, como os sacrifícios, a oração e a observância do sábado, a consciência sobre os alimentos impuros e muitas outras práticas religiosas, era um costume universalmente praticado no mundo de Abraão, de Jacó e Moisés. Como tal, podia ser mencionado de passagem, pois era algo bem conhecido por todos. Por isso que sua regulamentação definitiva só será introduzida no fim do livro de Levítico. De fato, o dízimo era praticado universalmente em todo o Oriente Médio Antigo, muito tempo antes da chamada de Abrão para sair de Ur da Caldeia, ou seja, antes da lei ser dada por Deus a Moisés no monte Sinai. Era, portanto, uma prática comum — tanto no Egito e Mesopotâmia como, mais tarde, em Roma e na Grécia (e também em muitas outras regiões do mundo) — dar o dízimo de tudo aos deuses, para que por meio dele o culto e a remuneração dos sacerdotes fossem garantidos.

Vejamos, agora, o que nos ensina esse texto de Levítico, que introduz nos mandamentos da Torá de Israel a legislação sobre os dízimos. Henry Lansdell, que escreveu o que sem dúvida é o melhor estudo sobre essa questão, resumiu assim o conteúdo desse mandamento. Segundo ele, ali se afirma o seguinte: (i) Um décimo do produto da terra, fosse grão ou fruta, era devido a Deus e devia ser considerado santo (ou separado) para ele; (ii) Se aquele que fizesse a oferenda quisesse guardar para si essa décima parte do grão ou da fruta, podia fazê-lo pagando seu valor em dinheiro e

acrescentando um quinto ao valor pago; (iii) Um décimo dos bezerros ou um décimo dos cordeiros (retirados do crescimento do rebanho) devia ser colocado à parte para o Senhor; (iv) Esse dízimo de animal não podia ser resgatado nem os animais podiam ser trocados. Mas se o proprietário, apesar dessa proibição, tivesse a presunção de trocar o animal primogênito, consagrado como dízimo a Deus, por outro animal em pior estado, então ambos pertenceriam ao Senhor.[228]

Façamos agora algumas observações sobre essa lei de instituição do dízimo: (a) Ela incidia sobre todo o crescimento natural e biológico dos bens da terra, colocados nas mãos do agricultor. De fato, o fazendeiro trabalha duro e firme na terra, mas é Deus quem faz crescer e prosperar a vida vegetal e animal tratada pelo proprietário da terra. A vida da natureza biológica não consiste, então, em um simples determinismo biológico submetido mecanicamente às leis da natureza, da qual Deus seria metodologicamente descartado. A imanência do mundo natural não passa de uma ficção mentirosa da ciência moderna sem Deus. O Deus criador transcendente age constantemente de maneira imanente — segundo os princípios da aliança divina — no interior do mundo natural e, por sua providência, no interior da própria história, em geral fazendo uso das leis estabelecidas por ele mesmo — e às vezes a despeito delas — pelas quais Deus vai manifestar o funcionamento imanente das bênçãos e das maldições de sua Aliança; (b) O homem não é dono absoluto dos bens que lhe foram confiados por Deus, mas apenas o administrador, e é como despenseiro da criação divina que ele deverá prestar contas de suas obras ao seu Criador; (c) Portanto, ao proprietário — o Criador divino — pertence, por direito, a décima parte do produto das colheitas ou do rebanho. De maneira alguma se tratava de uma oferta facultativa feita a Deus pelo agricultor, mas de uma dívida, de uma obrigação. Recusar o pagamento do dízimo era nada mais que roubar a Deus,

privá-lo do que lhe pertence por direito. Ao contrário dos votos e das ofertas, os dízimos não eram facultativos, mas obrigatórios. Portanto, negá-los a Deus constituía uma transgressão grave do oitavo mandamento, “Não roubarás”; (d) O desejo de transformar seu dízimo em produto comercial significava um acréscimo de 20% sobre o valor do dízimo; (e) Trocar o dízimo de um animal melhor por outro pior era uma forma de fraudar o que é devido a Deus e resultava em pagamento dobrado — trapaça cometida, por exemplo, por Ananias e Safira no livro de Atos; (f) Como a vida pertence a Deus e é ele quem faz crescer ou perecer, multiplicando suas bênçãos para com os homens, segundo a boa vontade de sua aliança, então ele pode abençoar, multiplicando de forma generosa o crescimento animal ou vegetal nos campos dos seus filhos fiéis, ou amaldiçoar, diminuindo as colheitas, enviando a seca ou outros males da natureza ou, ainda, provocando a esterilidade das plantas e dos animais ou a miséria da guerra; (g) Trata-se, aqui, do dízimo diante de uma manifestação da vida em crescimento, esse poder da criação que absolutamente se contrapõe ao empréstimo a juros, que nada mais é que um lucro *inexistente* extraído de maneira mecânica e automática, *fraudulenta* e *ilusória,* sobre o dinheiro emprestado a juro fixo, portanto sem risco. Vemos nisso a gravidade do empréstimo a juro automático em relação à ação vivificante da providência divina que faz crescer (ou diminuir!) em função das bênçãos e das maldições *morais* e *espirituais* da aliança divina. Trata-se, então, da fabricação de uma riqueza fictícia, ou seja, de um lucro roubado do devedor a partir de uma mercadoria que inexiste por si mesma — isto é, sem a contribuição do trabalho e da criatividade ativa e dinâmica do homem — portanto, intrinsecamente estéril. Aquele que empresta não faz crescer, portanto não deve, fingindo ser Deus, receber juros inexistentes. Como também vimos, a fabricação mágica *ex nihilo* — eletrônica ou por meio da emissão de moeda — de produtos

financeiros também inexistentes, é um crime de autodivinização humana, pior ainda que o empréstimo a juros. Vemos aqui o aspecto prático da doutrina da soberania de Deus sobre a natureza e sobre a história; nem uma, nem outra funciona em compartimento fechado, longe do olhar atento de Deus e de sua ação aliancial direta sobre o mundo. O poder técnico ou financeiro do homem apóstata moderno apenas mascara por um tempo os efeitos inevitáveis, em bênçãos ou maldições da Aliança divina, que dará a última palavra sobre as loucuras do pecado do homem que se toma por Deus; (h) De fato, trata-se aqui de uma legislação sobre os dízimos dentro de um contexto agrícola, mas, por analogia, pode ser aplicada a toda forma de lucro ou benefício legítimos.

O segundo texto que trata do primeiro dízimo, aquele consagrado explicitamente ao Senhor (o dízimo devido aos levitas), se encontra no livro de Números. Esse texto trata do salário justo a ser pago aos levitas e sacerdotes, ou seja, de sua renda.

> Disse também o SENHOR a Arão: Na sua terra, herança nenhuma terás e, no meio deles, nenhuma porção terás. Eu sou a tua porção e a tua herança no meio dos filhos de Israel. Aos filhos de Levi dei todos os dízimos em Israel por herança, pelo serviço que prestam, serviço da tenda da congregação. E nunca mais os filhos de Israel se chegarão à tenda da congregação, para que não levem sobre si o pecado e morram. Mas os levitas farão o serviço da tenda da congregação e responderão por suas faltas; estatuto perpétuo é este para todas as vossas gerações. E não terão eles nenhuma herança no meio dos filhos de Israel. Porque os dízimos dos filhos de Israel, que apresentam ao SENHOR em oferta, dei-os por herança aos levitas; porquanto eu lhes disse: No meio dos filhos de Israel, nenhuma herança tereis. (Números 18.20-24)

Todo o capítulo dezoito do livro de Números trata das funções, dos deveres, dos privilégios e das rendas do levitas e, em particular, dos sacerdotes escolhidos entre suas *classes*, para servir primeiro no Tabernáculo e depois no Templo, em Jerusalém, construído por Salomão. Lembremos que, no período de conquista do país de Canaã, todas as tribos de Israel tinham

recebido como herança uma porção do território nacional, com exceção da tribo de Levi, à qual havia sido dada quarenta e oito cidades, distribuídas através de todo o país, para ser seu lugar de residência. É o que nos mostra o capítulo trinta e cinco do livro de Números. O Senhor ali fala a Moisés, nestes termos:

> Dá ordem aos filhos de Israel que, da herança da sua possessão, deem cidades aos levitas, em que habitem; e também, em torno delas, dareis aos levitas arredores para o seu gado. Terão eles estas cidades para habitá-las; porém os seus arredores serão para o gado, para os rebanhos e para todos os seus animais. Os arredores das cidades que dareis aos levitas, desde o muro da cidade para fora, serão de mil côvados em redor. Fora da cidade, do lado oriental, medireis dois mil côvados; do lado sul, dois mil côvados; do lado ocidental, dois mil côvados e do lado norte, dois mil côvados, ficando a cidade no meio; estes lhes serão os arredores das cidades. Das cidades, pois, que dareis aos levitas, seis haverá de refúgio, as quais dareis para que, nelas, se acolha o homicida; além destas, lhes dareis quarenta e duas cidades. Todas as cidades que dareis aos levitas serão quarenta e oito cidades, juntamente com os seus arredores. Quanto às cidades que derdes da herança dos filhos de Israel, se for numerosa a tribo, tomareis muitas; se for pequena, tomareis poucas; cada um dará das suas cidades aos levitas, na proporção da herança que lhe tocar. (Números 35.2-8)

Quarenta e oito cidades foram dadas ao conjunto da tribo de Levi como lugar de residência, distribuídas de maneira proporcional entre o povo de Israel, para que ali exercessem uma autoridade tanto cultual como cultural, jurídica, educativa e religiosa, em favor da nação como um todo. Podemos dizer que exerciam uma função de ordem intelectual e cultural, em submissão total à lei divina. Essas funções eram ao mesmo tempo: (a) Educativas: eles ensinavam a Torá, primeiro aos filhos e depois a todo o povo; (b) Jurídicas: aplicavam os mandamentos e a jurisprudência da Torá nos julgamentos das infrações públicas da lei de Deus; (c) Culturais: eram o motor da vida intelectual, educativa e artística da nação, que não podia, como ocorre em nossa sociedade ímpia, ser considerada laica, secularizada, ou seja, “sem Deus e sem Lei!”. Destacando apenas um exemplo, tornou-se quase impossível, até

mesmo nos meios tradicionalmente bíblicos, considerar que possa existir relação das catástrofes naturais como furacões, secas, incêndios de florestas, inundações, proliferação dramática de doenças que afetam os seres vivos, com os julgamentos históricos pontuais de Deus sobre o crescimento da maldade neste mundo; (d) Cultuais: os sacerdotes que oficiavam no Tabernáculo e depois no Templo eram sorteados segundo suas famílias na tribo de Levi. Consequentemente, o dízimo ofertado a Deus pelo povo servia para a manutenção de toda a elite cultural e cultual da nação, porque, evidentemente, as cidades e o pequeno território que as circundava (dois mil côvados, aproximadamente um quilômetro, em qualquer direção) não era suficiente para satisfazer as necessidades vitais essenciais dos levitas.

Além disso, os dízimos serviam para prover o sustento daqueles que oficiavam exclusivamente no serviço do Tabernáculo e depois no Templo. Trata-se aqui do sustento destinado especificamente ao que hoje chamaríamos de “clero”, os pastores e sacerdotes que trabalham a serviço das igrejas locais em tempo integral. Esse clero recebia do conjunto dos levitas o que o livro de Números chama de o dízimo dos dízimos.

> Disse o SENHOR a Moisés: Também falarás aos levitas e lhes dirás: Quando receberdes os dízimos da parte dos filhos de Israel, que vos dei por vossa herança, deles apresentareis uma oferta ao SENHOR: o dízimo dos dízimos. Atribuir-se-vos-á a vossa oferta como se fosse cereal da eira e plenitude do lagar. Assim, também apresentareis ao SENHOR uma oferta de todos os vossos dízimos que receberdes dos filhos de Israel e deles dareis a oferta do SENHOR a Arão, o sacerdote. De todas as vossas dádivas apresentareis toda oferta do SENHOR: do melhor delas, a parte que lhe é sagrada. Portanto, lhes dirás: Quando oferecerdes o melhor que há nos dízimos, o restante destes, como se fosse produto da eira e produto do lagar, se contará aos levitas. Comê-lo-eis em todo lugar, vós e a vossa casa, porque é vossa recompensa pelo vosso serviço na tenda da congregação. Pelo que não levareis sobre vós o pecado, quando deles oferecerdes o melhor; e não profanareis as coisas sagradas dos filhos de Israel, para que não morrais. (Números 18.25-32)

Acabamos de citar o conjunto de textos da lei que trata da maneira como Deus proveu, por meio dos dízimos que lhe eram consagrados, o salário da classe eclesiástica dos levitas e, mais especificamente, as necessidades materiais daqueles que dentre eles oficiavam no Tabernáculo e depois no Templo. Henry Lansdell comenta Números 18.21-24 desta maneira: (i) Nenhum produto da terra nem o menor crescimento dos rebanhos estava isento desse dízimo universal; (ii) Aquele que ofertava, não escolhia o destino de sua doação; (iii) Ainda que o dízimo tivesse o nome de oferta, o ofertante não tinha direito a nenhuma recompensa; (iv) Esse dízimo era constituído de uma quantidade fixa que não podia ser reduzida nem ofertada de qualquer maneira. Retê-lo seria considerado por Deus como um ato de desonestidade, um roubo (Malaquias 3.8).[229]

Podemos acrescentar as seguintes observações: (a) Tratava-se da renda da classe levítica como um todo. Deixar de pagar o dízimo não significava apenas privar Deus do que lhe era devido por direito, mas também privar tanto aqueles que Deus havia colocado no serviço direto do culto em Israel, como aqueles que promoviam — em todos os níveis e em todas as esferas — a cultura bíblica da nação e que eram mantidos por esse meio. Não pagar o dízimo aos levitas era o mesmo que privá-los de todo o meio de ação em favor do bem espiritual e cultural do povo; (b) O dízimo do Senhor dado à tribo sacerdotal cultual e cultural dos levitas era definido como pertencente a Deus. A lei afirma a respeito dos levitas: “Aos filhos de Levi dei todos os dízimos em Israel por herança”. Privar os levitas do dízimo era um ataque direto a Deus, contra o serviço do culto e contra a cultura bíblica da nação: educação, direito, herança histórica e literária, etc.; (c) Somente aqueles que se consagravam a isso podiam se aproximar de Deus no Tabernáculo e no Templo. De fato, o véu do Santo dos Santos foi rasgado de alto a baixo em razão do sacrifício de Cristo sobre a cruz, e todos agora, por meio do Espírito,

têm livre acesso ao trono da graça pelo único Mediador celeste, Jesus Cristo. Entretanto, somente os responsáveis pela Igreja Cristã dispõem de certos privilégios espirituais — dons de Deus dados pelo Espírito Santo e próprios dessas funções — que lhes permitem exercer sua vocação espiritual e eclesiástica, à qual os cristãos comuns não têm acesso; (d) Aqueles que se consagravam — os levitas e os sacerdotes — a essa vocação cultual e cultural eram privados de terras, de rendas agrícolas, industriais ou comerciais, próprias do ganho diário do resto da nação. Eles tinham de viver do que o povo ofertava a Deus através do dízimo. Isso permitia aos levitas consagrar-se inteiramente à sua vocação. De fato, Deus era sua herança. Por isso nosso texto nos diz: "eles não receberão herança no meio dos filhos de Israel". O mesmo vale para o novo povo de Deus que é a Igreja. Os servos de Deus e suas famílias e aqueles que trabalham para promover a cultura cristã da nação, não precisam ser vítimas da avareza e da impiedade material, monetária, financeira dos cristãos que recusam pagar os dízimos; (e)
Notemos, enfim, que se o culto e a cultura da nação, que deve promover o clericalismo cultual e cultural do povo, não são de inspiração bíblica, necessariamente serão antibíblicos e anticristãos, isto é, se Deus não é servido na cultura de maneira cristã, certamente sofreremos a oposição de uma cultura anticristã. Porque se não servirmos Jesus Cristo na esfera cultural, seremos inevitavelmente submetidos à tirania mortal de uma cultura anticristã e anti-humana.[230]

Vejamos, agora, como era a vida daqueles cuja vocação sacerdotal específica os conduzia ao serviço de Deus no Tabernáculo ou no Templo. Podemos extrair alguns ensinos do texto do livro de Números 18.25 a 32 que acabamos de examinar: (i) O princípio geral do dízimo se aplicava também à tribo de Levi. Do total do dízimo que recebiam do povo, os próprios levitas deviam retirar um décimo, quantia que permitiria à classe dos sacerdotes

(principalmente os descendentes da família de Arão) sustentar o serviço sacerdotal no Tabernáculo e depois no Templo. Vemos aqui que o ministério pastoral, consagrado ao culto espiritual oferecido a Deus no Templo, representava, em número, algo próximo a um décimo daqueles envolvidos na tarefa espiritual e cultural de toda a tribo de Levi. Um décimo dos levitas — falando em termos atuais — eram *pastores* ou *sacerdotes em tempo integral*. Os levitas que não fossem pastores ou sacerdotes do Templo, exerciam a função de juízes, professores, historiadores, teólogos, músicos, escritores, artistas, etc., e todas essas funções eram, certamente, exercidas à luz e sob a autoridade da Palavra de Deus, em conformidade com a ordem da criação e somente para a glória de Deus. Trata-se aqui do princípio apologético invocado pelo apóstolo Paulo em sua segunda carta ao coríntios: "Porque as armas da nossa milícia não são carnais, e sim poderosas em Deus, para destruir fortalezas, anulando sofismas e toda altivez que se levante contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo pensamento à obediência de Cristo" (2 Coríntios 10.5); (ii) No que diz respeito ao dízimo dos dízimos, tratava-se exatamente de aplicar o mesmo princípio de retirada normal, como era feito com *o cereal da eira e plenitude do lagar* [vinho]. Um décimo de tudo que era recebido pelos levitas devia ser consagrado à manutenção daqueles que serviam no Templo: como dizemos hoje, esse décimo dos dízimos devia ser dado pelos levitas àqueles que foram consagrados, em tempo integral, ao serviço de Deus na Igreja. O texto acrescenta que os sacerdotes deviam receber a melhor parte dos dízimos recebidos pelos levitas, o que nos faz pensar em Paulo quando se referiu à honra dobrada (honorários) reservada aos presbíteros que serviam a Igreja em tempo integral; (iii) Aqui não era o caso de estabelecer as mesmas restrições que se aplicavam aos sacrifícios e às ofertas feitas no Templo, sobre os quais os sacerdotes legitimamente tinham parte e não podiam ser vendidas no açougue

(como era o caso dos sacrifícios pagãos), mas consumidos no próprio lugar do sacrifício por aqueles que oficiavam no Templo, porque essas ofertas imoladas tinham um caráter sagrado. No que concerne ao *dízimo dos dízimos*, o texto que se refere aos sacerdotes é particularmente claro: “esse é o vosso salário” (Números 18.31). Tratava-se, de fato, da remuneração normal do sacerdote ou do pastor atual; (iv) Enfim, nosso texto distingue bem o caráter “profano”, por assim dizer, desse salário constituído pelo *dízimo dos dízimos*, ao separá-lo das ofertas e dos sacrifícios oferecidos no Templo, considerados “santos”. Era preciso distinguir bem um do outro *a fim de que*, diz nosso texto, *não profaneis as ofertas santas dos filhos de Israel e por isso não morram* ao vendê-las no açougue, por exemplo (verso 32). Isso não nos faz lembrar a distinção que o apóstolo Paulo faz em 1 Coríntios 11.17-34, entre as refeições comuns dos cristãos e a ceia do Senhor?

Conclusão: essas passagens de Levítico e Números, que acabamos de estudar, nos mostram que era questão de *justiça* para os fiéis filhos de Israel, consagrar a Deus e a seu serviço, cultual e cultural, a décima parte sobre o aumento concedido pelo Senhor do fruto do seu trabalho. Era assim que Deus sustentava, através dos dízimos a ele ofertados, aqueles que haviam sido separados — os levitas — para trabalhar particularmente pelo progresso da obra de Deus em todas as áreas da vida da nação de Israel.

Mas o dízimo levítico, o primeiro dízimo, o dízimo do Senhor, não era o único dízimo em Israel. Voltemos agora nossa atenção para o segundo dízimo, o dízimo das festas.

II. O SEGUNDO DÍZIMO — O DÍZIMO DAS FESTAS (DEUTERONÔMIO 12.1-14)

Vamos direto às duas passagens de Deuteronômio que falam

explicitamente desse segundo dízimo. Consideremos também seus contextos precisos. Vejamos primeiro Deuteronômio 12:1-14:

> São estes os estatutos e os juízos que cuidareis de cumprir na terra que vos deu o SENHOR, Deus de vossos pais, para a possuirdes todos os dias que viverdes sobre a terra. Destruireis por completo todos os lugares onde as nações que ides desapossar serviram aos seus deuses, sobre as altas montanhas, sobre os outeiros e debaixo de toda árvore frondosa; deitareis abaixo os seus altares, e despedaçareis as suas colunas, e os seus postes-ídolos queimareis, e despedaçareis as imagens esculpidas dos seus deuses, e apagareis o seu nome daquele lugar. Não fareis assim para com o SENHOR, vosso Deus, mas buscareis o lugar que o SENHOR, vosso Deus, escolher de todas as vossas tribos, para ali pôr o seu nome e sua habitação; e para lá ireis. A esse lugar fareis chegar os vossos holocaustos, e os vossos sacrifícios, e os vossos dízimos, e a oferta das vossas mãos, e as ofertas votivas, e as ofertas voluntárias, e os primogênitos das vossas vacas e das vossas ovelhas. Lá, comereis perante o SENHOR, vosso Deus, e vos alegrareis em tudo o que fizerdes, vós e as vossas casas, no que vos tiver abençoado o SENHOR, vosso Deus. Não procedereis em nada segundo estamos fazendo aqui, cada qual tudo o que bem parece aos seus olhos, porque, até agora, não entrastes no descanso e na herança que vos dá o SENHOR, vosso Deus. Mas passareis o Jordão e habitareis na terra que vos fará herdar o SENHOR, vosso Deus; e vos dará descanso de todos os vossos inimigos em redor, e morareis seguros. Então, haverá um lugar que escolherá o SENHOR, vosso Deus, para ali fazer habitar o seu nome; a esse lugar fareis chegar tudo o que vos ordeno: os vossos holocaustos, e os vossos sacrifícios, e os vossos dízimos, e a oferta das vossas mãos, e toda escolha dos vossos votos feitos ao SENHOR, e vos alegrareis perante o SENHOR, vosso Deus, vós, os vossos filhos, as vossas filhas, os vossos servos, as vossas servas e o levita que mora dentro das vossas cidades e que não tem porção nem herança convosco. Guarda-te, não ofereças os teus holocaustos em todo lugar que vires; mas, no lugar que o SENHOR escolher numa das tuas tribos, ali oferecerás os teus holocaustos e ali farás tudo o que te ordeno. (Deuteronômio 12.1-14)

Estudamos bem essa passagem quando da nossa meditação sobre o sentido e a aplicação do primeiro mandamento, na qual vimos de forma detalhada a maneira como Israel devia adorar a Deus. Não faremos isso de novo neste capítulo. Destaquemos, no entanto, alguns pontos dessa longa passagem.

(a) Tratava-se, em primeiro lugar, de fazer desaparecer todos os lugares em

que os habitantes idólatras do país de Canaã celebravam seus cultos ímpios. De fato, existiam incontáveis santuários privados — como hoje ainda é o caso, por exemplo, na Índia — em todo o país de Canaã. Todos esses lugares de culto idólatra privados e os objetos a ele associados deviam ser rigorosa e sistematicamente destruídos. Até os nomes dos lugares ligados a essas práticas religiosas pagãs deviam ser banidos da linguagem dos israelitas e da geografia de Israel; (b) O comportamento dos filhos de Israel, após sua entrada em Canaã, devia ser rigorosamente diferente (versos 4-7) do comportamento dos cananeus. Deus mesmo escolheria um lugar central de culto no meio de uma das tribos e somente ali poderiam celebrar o culto e oferecer seus sacrifícios, dízimos e ofertas. Ao pluralismo pagão refletido pela pluralidade de divindades e seus incontáveis lugares de culto, sucederia o culto ao único Deus e verdadeiro (a unicidade do culto sendo confirmada pela unicidade do lugar de culto único), onde todos deveriam ir com suas ofertas e sacrifícios. Deus mesmo escolheria esse lugar. Primeiro foi em Siló e mais tarde, sob o reinado de Salomão, em Jerusalém; (c) No deserto, no qual o povo de Israel estava sempre se deslocando, não era assim (versos 8-9). Mas seria totalmente diferente quando entrassem na terra prometida. Ali haveria apenas um único lugar para oferecer os sacrifícios, os dízimos e as ofertas voluntárias, local em que se alegrariam juntos, em família, diante do Senhor seu Deus (versos 10-12); (d) Os versos 13-14 são para ser lembrados: os filhos de Israel não deviam prestar culto a Deus em todos os lugares que vissem, mas no lugar escolhido pelo Senhor.

O ensino sobre o primeiro dízimo dava ênfase às pessoas às quais o dízimo deveria ser pago. Como vemos, o segundo dízimo tinha outra finalidade, qual seja:

> Vos alegrareis perante o SENHOR, vosso Deus, vós, os vossos filhos, as vossas filhas, os vossos servos, as vossas servas e o levita que mora dentro das vossas cidades e que não tem porção nem herança convosco. (Deuteronômio 12:12)

Esse texto diz respeito à maneira e ao lugar em que o israelita devia adorar ao Senhor, lhe oferecer corretamente seus dízimos, suas ofertas e sacrifícios. Aqui não se tratava de *justiça* (dar a cada um segundo o que lhe era devido) como no primeiro dízimo, mas de *fidelidade*, ou seja, tratava-se de santificar o nome de Deus, oferecer-lhe um culto de acordo com a sua vontade, como requer expressamente do seu povo. O terceiro dízimo, para os pobres, diz respeito à *misericórdia*.

Vejamos, agora, o capítulo 14 de Deuteronômio, texto que trata mais explicitamente ainda das festas religiosas de Israel:

> Certamente, darás os dízimos de todo o fruto das tuas sementes, que ano após ano se recolher do campo. E, perante o SENHOR, teu Deus, no lugar que escolher para ali fazer habitar o seu nome, comerás os dízimos do teu cereal, do teu vinho, do teu azeite e os primogênitos das tuas vacas e das tuas ovelhas; para que aprendas a temer o SENHOR, teu Deus, todos os dias. Quando o caminho te for comprido demais, que os não possas levar, por estar longe de ti o lugar que o SENHOR, teu Deus, escolher para ali pôr o seu nome, quando o SENHOR, teu Deus, te tiver abençoado, então, vende-os, e leva o dinheiro na tua mão, e vai ao lugar que o SENHOR, teu Deus, escolher. Esse dinheiro, dá-lo-ás por tudo o que deseja a tua alma, por vacas, ou ovelhas, ou vinho, ou bebida forte, ou qualquer coisa que te pedir a tua alma; come-o ali perante o Senhor, teu Deus, e te alegrarás, tu e a tua casa; porém não desampararás o levita que está dentro da tua cidade, pois não tem parte nem herança contigo. (Deuteronômio 14.22-27)

À pergunta: o que deveria estar sujeito ao dízimo? A lei respondia: todo o aumento de bens do israelita, culturas e rebanhos. À pergunta: a quem deveria ser dado o dízimo? Vimos que o primeiro dízimo devia ser consagrado a Deus, por intermédio dos seus servos os levitas. À pergunta: onde os dízimos deveriam ser pagos? O texto de Deuteronômio, que já lemos, responde:

> Então, haverá um lugar que escolherá o SENHOR, vosso Deus, para ali fazer habitar o seu nome; a esse lugar fareis chegar tudo o que vos ordeno: os vossos holocaustos, e os vossos sacrifícios, e os vossos dízimos, e a oferta das vossas

> mãos, e toda escolha dos vossos votos feitos ao SENHOR. (Deuteronômio 12:11)

Henry Lansdell tira algumas lições desse segundo dízimo: (i) Ele provinha da produção anual da terra; (ii) Ele devia ser consagrado pelo ofertante, sua família, como também pelo vizinho levita, com as primícias dos rebanhos, mas somente no lugar escolhido por Deus para lhe celebrar um culto; (iii) O objetivo era fazer com que o povo de Israel sempre temesse ao Senhor e se alegrasse nele; (iv) O produto do dízimo — cereais, frutos, animais — podia ser trocado por dinheiro, para ser utilizado no lugar central de culto, na compra de animais para oferecer em sacrifício a Deus e alegrar-se nele; (v) Aquele que pagava esse segundo dízimo não devia dá-lo ao tesouro, mas comer do fruto e se alegrar diante de Deus; (vi) O pagamento desse segundo dízimo implicava a passagem do ofertante pelo menos uma semana durante a Páscoa, na Festa dos Tabernáculos, ou num período mais curto, na Festa das Semanas, no lugar escolhido por Deus onde as cerimônias deviam acontecer. [231]

Esse mesmo esquema encontramos no capítulo 16 de Deuteronômio, no qual se descreve a celebração das três grandes festas de Israel. No que diz respeito à Páscoa, lemos:

> Nela, não comerás levedado; sete dias, nela, comerás pães asmos, pão de aflição (porquanto, apressadamente, saíste da terra do Egito), para que te lembres, todos os dias da tua vida, do dia [da celebração da primeira Páscoa[232]] em que saíste da terra do Egito. (Deuteronômio 16.3)

Sobre a Festa das Cabanas ou dos Tabernáculos, no outono, a festa das colheitas, lemos:

> A Festa dos Tabernáculos, celebrá-la-ás por sete dias, quando houveres recolhido da tua eira e do teu lagar. Alegrar-te-ás, na tua festa, tu, e o teu filho, e a tua filha, e o teu servo, e a tua serva, e o levita, e o estrangeiro, e o órfão, e a viúva que estão dentro das tuas cidades. Sete dias celebrarás a festa ao Senhor, teu Deus, no lugar que o SENHOR escolher, porque o SENHOR, teu Deus, há de abençoar-te em toda a tua colheita e em toda obra das tuas mãos, pelo que de todo te alegrarás.

(Deuteronômio 16.13-15)

Sobre a Festa das Semanas, também chamada de Pentecoste, celebrada no começo do verão, lemos ainda nesse mesmo capítulo de Deuteronômio:

> Três vezes no ano, todo varão entre ti aparecerá perante o SENHOR, teu Deus, no lugar que escolher, na Festa dos Pães Asmos, e na Festa das Semanas, e na Festa dos Tabernáculos; porém não aparecerá de mãos vazias perante o Senhor; cada um oferecerá na proporção em que possa dar, segundo a bênção que o Senhor, seu Deus, lhe houver concedido. (Deuteronômio 16.16-17)

Que ensinos podemos tirar desse segundo dízimo, o dízimo das festas?

(a) O objetivo desse dízimo tinha um caráter também religioso. Para celebrar um culto que agradasse ao Senhor, o fiel israelita devia, três vezes por ano, se dirigir ao lugar central de culto da nação. Esse dízimo das festas servia para financiar, tornar materialmente possível, a peregrinação;

(b) Alguém poderia dizer que essas três peregrinações anuais eram os períodos de férias do povo de Deus. Mas, ao contrário das férias modernas, puramente profanas, esses períodos de férias do povo de Israel tinham como objetivo honrar, glorificar e celebrar a Deus. Era a alegria do povo de Deus. Elas lembravam as peregrinações religiosas que davam ritmo a toda vida cristã da Europa na Idade Média;

(c) Se a Páscoa judaica era também caracterizada pela lembrança da libertação da escravidão no Egito — daí vem o fato de alimentar-se do pão da aflição, dos pães sem fermento e das ervas amargas (Deuteronômio 16.3) (como para os cristãos a Páscoa é a lembrança da crucificação de Cristo como lugar de libertação de nossos pecados), as outras festas — à exceção do Dia da Expiação, o Yom Kippur, festa judaica de arrependimento, na qual o jejum era obrigatório e que é um tipo particularmente forte da expiação do Messias, do nosso Senhor Jesus Cristo, no Gólgota[233] — eram alegres, de grande alegria, nas quais o povo se reunia no lugar central do culto de Israel para ali

louvar a Deus, se alegrar nele e celebrá-lo por todos os seus benefícios tão numerosos e incomparáveis. O verso 15 desse capítulo diz isso enfaticamente:

> Sete dias celebrarás a festa ao Senhor, teu Deus, no lugar que o SENHOR escolher, porque o SENHOR, teu Deus, há de abençoar-te em toda a tua colheita e em toda obra das tuas mãos, pelo que de todo te alegrarás.(Deuteronômio 16.15)

Assim — exceto a lembrança dos sofrimentos enquanto eram escravos no Egito — as festividades de Israel eram marcadas por uma alegria intensa.

(d) A obediência de Israel aos mandamentos do Deus da aliança conduzia à bênção material e espiritual da nação, o que levava o povo do Senhor ao louvor e a uma alegria transbordante. Contrariamente à visão moderna de um cosmos puramente "material", isto é, de um universo concebido unicamente como um modelo unicamente quantitativo, físico e matemático, do qual toda a intervenção divina direta estaria *a priori* excluída, a visão da ordem criada que nos dá a Bíblia, e por consequência o cristianismo, consiste numa realidade cósmica ao mesmo tempo estável e dinâmica; estável, porque a ordem que Deus estabeleceu não muda, desde que Deus descansou no sétimo dia da criação; e dinâmica, porque esse descanso está aberto, por um lado, à bênção divina (fruto da obediência aliancial do seu povo) e, por outro lado, à sua maldição (resultado da desobediência, também aliancial, do povo). De fato, é essa dinâmica das bênçãos e maldições da aliança que nos permite dar nosso dízimo a Deus sem medo de consequências prejudiciais futuras da penúria e falta de tudo;

(e) Essas festas de contrição (a Páscoa e Yom Kippur) e de alegria (Pentecoste e Cabanas), são figuras judaicas (tipos) dos grandes momentos de tristeza (Sexta-feira santa) e de alegria (o Natal, a ressurreição no dia da Páscoa, Pentecoste e Ascensão) que também dão ritmo ao ano litúrgico cristão;

(f) Enfim, além da oferta dos dízimos e dos sacrifícios, essas três festas nacionais de Israel davam ao israelita ocasião de fazer donativos voluntários à Deus para exprimir de maneira mais pessoal, de forma material e alegre, sua imensa gratidão para com Deus pelos seus benefícios inumeráveis. Essas doações voluntárias incluíam a colheita, legalmente instituída, do que sobrava no campo, cuja liberalidade era deixada à decisão, mais ou menos generosa, do proprietário (por exemplo a generosidade de Boaz para com Rute, que colhia as sobras em seu campo). Essas ofertas voluntárias incluíam toda a amplitude de doações que podiam ser acrescentadas às primícias das colheitas, toda a sorte de doações voluntárias, às ofertas ligadas aos votos, ao perdão de dívidas do sétimo ano sabático, ao retorno às suas próprias terras do escravo tornado livre no ano do jubileu. Henry Lansdell calculou que a soma dos dízimos e dessas ofertas obrigatórias podem oscilar entre um quarto e um terço das rendas do israelita,[234] quantia que cobria todos os custos eclesiásticos, custos com o deslocamento para as festas, custos sociais — AVS[235] incluído — custos jurídicos, educativos e culturais. Porque todos esses serviços — que em nosso afastamento das leis divinas atribuímos a um Estado Providencial, ao mesmo tempo impessoal, cego, ineficaz e indiferente, pretensamente vestido de todo um poder de onisciência – eram cobertos pelos dízimos e ofertas exigidos pela Torá.

Henry Lansdell descreveu assim o objetivo de todas essas ofertas:

> O principal objetivo de todas essas festas era, consequentemente, promover princípios religiosos e fornecer um momento e um lugar para a observação das regras sociais e ofertas de sacrifícios, tudo sendo feito em gratidão a Deus por todas as suas bênçãos, num espírito de lealdade e adoração para com ele.

Lansdell continua:

> Assim, quando um israelita caía em pecado, o meio estabelecido para o perdão era o sacrifício; se ele quisesse resgatar seus votos ou exprimir sua gratidão, isso implicava oferecer sacrifícios. Mas todos esses sacrifícios não deviam ser oferecidos pelo ofertante num lugar qualquer, mas na capital eclesiástica de

> Israel, lugar escolhido como local onde repousava a arca da aliança, primeiro em Siló e depois em Jerusalém.

Henry Lansdell conclui:

> Dessa maneira, o israelita podia comer e se alegrar diante de Deus e festejar com toda sua casa; o segundo dízimo, o dízimo das festas, tinha como objetivo dar os meios para cumprir todos esses deveres.[236]

O segundo dízimo, como mostra muito bem Dennis Wretlind,[237] tinha como objetivo inculcar no israelita a *fidelidade*. Vamos agora ao terceiro dízimo, o dízimo dos pobres, o dízimo de *misericórdia*.

3. O TERCEIRO DÍZIMO — O DÍZIMO DOS POBRES (DEUTERONÔMIO 14:28-29)

Lemos, ainda, no livro de Deuteronômio, a instituição de um terceiro dízimo, o dízimo dos pobres:

> Ao fim de cada três anos, tirarás todos os dízimos do fruto do terceiro ano e os recolherás na tua cidade. Então, virão o levita (pois não tem parte nem herança contigo), o estrangeiro, o órfão e a viúva que estão dentro da tua cidade, e comerão, e se fartarão, para que o Senhor, teu Deus, te abençoe em todas as obras que as tuas mãos fizerem. (Deuteronômio 14:28-29)

Os comentários da *Bíblia Martin* de 1707 como também os da *Bíblia Anotada* de 1889 são muito esclarecedores. David Martin explica:

> A cada três anos, depois de pagar aos levitas os dízimos ordinários [o primeiro dízimo, ao qual acrescentavam o segundo dízimo das festas que acabamos de estudar], eles separavam a décima parte de tudo que tinham colhido nesse último ano. Essa décima parte da renda do terceiro ano era doada às viúvas, aos órfãos e a outras pessoas necessitadas.[238]

Frédéric Godet explica esse texto da seguinte maneira:

> No fim de três anos, isto é, no quarto ano depois de terminada a terceira colheita, esse dízimo devia ser tomado dos produtos do ano anterior e comido pelo israelita e sua família, não no santuário, mas na cidade onde habitava. O que distingue ainda este dízimo do anterior é que para a refeição na qual era consumido eram convidados os estrangeiros e os indigentes.[239]

Henry Lansdell, conforme seu hábito, explica claramente o significado desse

terceiro dízimo, o dízimo dos pobres, que era renovado a cada três anos: (i) Um décimo da produção do ano devia ser separado em casa; (ii) Esse dízimo devia ser compartilhado com o levita, o estrangeiro, o órfão e a viúva; (iii) O propósito desse dízimo era a bênção do Senhor sobre a obra das mãos daquele que dava a oferta.[240]

Wretlind, por sua vez, comenta essa lei assim:

> Outro problema que existia no país de Canaã era a estratificação social, algo corrente numa sociedade agrícola. Os pobres, os estrangeiros, os órfãos, as viúvas e os levitas, que habitavam nas cidades de Israel, frequentemente tinham necessidade de um socorro econômico. Através desse terceiro dízimo, Deus dava uma solução a esse problema. A cada três anos, todo israelita dava o dízimo sobre a produção do terceiro ano, colocando-o num depósito público onde os pobres poderiam retirar segundo suas necessidades. O propósito de Deus era socorrer os necessitados através dos cidadãos mais prósperos, generosidade social que era acompanhada da bênção divina.[241]

Vemos, então, que se o primeiro dízimo tinha como alvo a *justiça e* o segundo a *fidelidade*, o terceiro visava a *misericórdia*.

Alguns, por diversas razões, têm negado a existência desses três dízimos, alegando que os últimos teriam sido substituídos pelo primeiro, ou que um sistema de dízimos como esse teria sido muito oneroso para a cultura agrícola dos israelitas daquela época. Esquecem que hoje, com os encargos sociais, as taxações indiretas como o Imposto de Valor Agregado (IVA) e os abusos da administração Estatal, aquilo que é extraído pelas garras ficais do poder público (área que era amplamente coberta pelos dízimos em Israel) ultrapassa facilmente, em nosso país a caminho da socialização (senão da comunicação), os 50% da renda dos contribuintes.

Vemos, também, a que ponto os problemas sociais recebiam, da parte do Legislador divino de Israel, soluções institucionais de imensa sabedoria. Pensemos na instituição da colheita do que sobrava no campo, por exemplo,

que mantinha ao mesmo tempo a relação pessoal entre o pobre e os ricos, mas também a sanção prática e econômica necessária à manutenção de uma economia saudável, uma vez que a colheita da sobra era uma atividade mais árdua e bem menos remuneradora que o trabalho mais exigente das colheitas. Além disso, tais leis sociais possibilitavam a bênção divina sobre aqueles que, segundo o mandamento de Deus, exerciam a caridade social de forma voluntária e institucional. Como aqui estamos longe das soluções modernas de humanitarismo sentimental ou do Estado Providência, humanismo ligado à especulação financeira, ao acúmulo de capitais através de juros compostos, da taxação abusiva da produção e da desumanidade do funcionário público dos serviços da administração do Estado! Através de atos de misericórdia, o sistema hebraico, de forma alguma um simples exercício de *caridade* pessoal, mantinha entre as diversas classes da sociedade ligações vivas de generosidade, estruturalmente impostas pela lei, e de reconhecimento dos pobres pelas classes mais abastadas.

Conclusão — Os três dízimos bíblicos

Alguns, triturando os documentos bíblicos, têm negado a existência desses três dízimos. Parece-nos que a análise que acabamos de fazer, prova, ao contrário, que esse triplo sistema de dízimos está exposto claramente no conjunto dos dados bíblicos. Essa é também a conclusão de comentaristas da grande *Bíblia Elzevier* de 1669:

> Há intérpretes que, comparando o que aqui e acima é dito [Deuteronômio 14] nos versos 22-23, e no capítulo 26:12 com o que foi ordenado sobre os dízimos em Levítico 27:30 e Números 18:24, concluem que havia três espécies de dízimos: o primeiro era ordinário, de ano a ano, para o sustento dos Levitas. O segundo, também anual, que era levantado a cada ano, após o pagamento do primeiro, para servir às festas sagradas, que o povo celebrava na presença do Senhor. O terceiro, de três em três anos, que era destinado aos pobres.[242]

Para concluir, veremos que esses três dízimos — relativos ao *direito* (ou à *justiça*), à *fidelidade* e à *misericórdia* — foram confirmados pelas palavras do próprio Senhor Jesus Cristo. Mas dispomos, igualmente, de provas externas à Bíblia canônica, que indicam claramente a existência desses três dízimos. Vejamos esses textos extraídos do livro de *Tobias* (livro apócrifo do Antigo Testamento), em seguida os escritos provenientes da história judaica do primeiro século de nossa era, textos extraídos das obras de Flávio Josefo e, enfim, do testemunho do grande comentarista patrístico da Bíblia, Jerônimo, escrevendo no fim do século 4º.

Vejamos, em primeiro lugar, o que diz o livro de *Tobias*, texto escrito sem dúvida por volta do segundo século antes de Cristo:

> E eu, sozinho, ia com frequência a Jerusalém para as festas, segundo o que está prescrito para todo o Israel, como preceito perpétuo. Com as primícias, os primogênitos, o dízimo do gado e o resultado da primeira tosquia, corria a Jerusalém. Dava tudo aos sacerdotes, aos filhos de Arão, para o altar, e dava o dízimo do trigo, do vinho, do óleo, das romãs e dos figos e de outros frutos, aos filhos de Levi que oficiam em Jerusalém [o primeiro dízimo].
>
> Eu levava em dinheiro o segundo dízimo, seis anos seguidos, e ia gastá-lo em Jerusalém a cada ano; dava [o terceiro dízimo] aos órfãos, às viúvas e aos prosélitos agregados aos filhos de Israel; eu o levava e dava-lhes no terceiro ano, e comíamos, conforme o mandamento a esse respeito na lei de Moisés e segundo as ordens dadas por Débora, a mãe de Ananiel, nosso pai; porque meu pai tinha morrido, deixando-me órfão.[243]

Essa obra, datada do 2º século antes de Cristo, mostra claramente a existência dos três dízimos testemunhados na Torá.

Vejamos, agora, o que nos diz Flávio Josefo em suas obras históricas, escritas no primeiro século da era cristã. Em suas *Antiguidades judaicas*, escreveu:

> Na repreensão feita por Moisés à tribo de Levi, que por estar isenta de ir à guerra (Números 35.1-8) só se ocupou com as coisas necessárias à vida e negligenciou o serviço de Deus, ele ordenou que após a conquista do país de Canaã, deveriam ser dadas a essa tribo quarenta e oito das melhores cidades, com todas as suas terras, encontradas não mais distantes que dois mil côvados; e que o povo lhe

> pagaria todos os anos e aos sacerdotes a décima parte dos frutos que recolhessem, o que sempre foi fielmente observado.
>
> É necessário falar dos sacerdotes. Moisés ordenou que dessas quarenta e oito cidades dadas aos levitas, treze seriam dadas aos sacerdotes, como também a décima parte dos décimos [ou seja, como vimos, o décimo dos dízimos].[244]

Mais adiante, Flávio Josefo escreveu:

> Além dos dois dízimos que eram obrigados a pagar cada ano, um aos levitas e outro para as festas sagradas, deviam pagar um terceiro, para ser distribuído aos pobres e órfãos.[245]

Em relação a Jerônimo, Henry Lansdell escreveu:

> Depois de Josefo, temos o testemunho de Jerônimo que, como as duas testemunhas anteriores, vivia também na Palestina. Ele diz que um dízimo era dado aos levitas, do qual um décimo ia para os sacerdotes; um segundo dízimo servia as celebrações das festas e um terceiro era dado aos pobres.[246]

E acrescenta:

> Assim também entendia Crisóstomo [em sua 64ª pregação sobre Mateus 20.27], quando disse: “Então, o que davam os judeus? Um décimo de seus bens, depois um outro décimo e, depois desse, um terceiro décimo” [...][247]

Para concluir, citamos as palavras do próprio Cristo, que mostram que ele também contava três dízimos e compreendia, no que diz respeito aos dízimos, que as coisas mais importantes da Lei deviam ser entendidas da maneira como expusemos, porque tanto quanto Moisés, Cristo dividia os dízimos em três. Vejamos, então, o que Cristo diz sobre *os três dízimos da lei* — que ele chama *as coisas mais importantes desta lei* — e nos maravilhemos juntos com a defesa feita pelo nosso Senhor das belas distinções da lei divina, diante das astúcias hipócritas de seus interlocutores fariseus:

> Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque dais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho e tendes negligenciado os preceitos mais importantes da Lei: a justiça, a misericórdia e a fé; devíeis, porém, fazer estas coisas, sem omitir aquelas! Guias cegos, que coais o mosquito e engolis o camelo! (Mateus 23.23-24)

Como longamente vimos neste artigo, o *direito* (ou a *justiça*) representa o

primeiro dízimo, devido a Deus, destinado aos levitas; a *fidelidade*, o segundo dízimo, consagrado às festas; e a *misericórdia*, o terceiro dízimo, devido aos pobres. Como cristãos, cidadãos da nova aliança, poderíamos fazer menos que isso?

Amém.

Capítulo XVII: Os três dízimos na Nova Aliança: A prática do dízimo na Igreja de Jerusalém

Introdução

Nos últimos capítulos tratamos de dois temas: (1) O pai do dízimo, Abraão; (2) Os três dízimos da Lei.

Ali aprendemos, entre muitas outras coisas, dois pontos essenciais:

1. Que a prática do dízimo existia antes da revelação da Lei; que essa prática tem seu fundamento no dízimo que Abraão pagou a Melquisedeque quando de seu retorno vitorioso da campanha contra os reis do Oriente — para recuperar seu sobrinho Ló — que tinham conquistado as cidades da planície vizinha ao Mar Morto. Ali constatamos que se Abraão era o pai da fé (Gálatas) e o pai das obras da fé (Tiago), era também o pai dessa gratidão da fé, cuja marca visível é a prática do dízimo (Hebreus).

2. Considerando os três dízimos descritos na Torá, pudemos ver que os dízimos normativos, ofertados pelo povo como um reconhecimento pelas bênçãos recebidas de Deus, eram de três espécies: (i) O dízimo do Senhor, consagrado aos levitas, que lhes fazia justiça, o dízimo de *direito*; (ii) O dízimo das Festas, consagrado à celebração fiel do culto divino, o dízimo de *fidelidade* e; (iii) O dízimo dos pobres, reservado para obras de caridade, o dízimo de *misericórdia*. Cristo, longe de abolir esses três dízimos, confirmou sua validade para os israelitas de seu tempo.

Esses três dízimos ordenados pela Torá são, então, mencionados — e explicitamente confirmados por nosso Senhor Jesus Cristo — em meio ao discurso de reprovação que dirigiu aos escribas e fariseus, registrado em Mateus 23. Esses israelitas eram exageradamente escrupulosos, a ponto de

pagar o dízimo sobre o menor objeto que pudesse resultar em ganho, mas esqueciam o essencial da lei divina. Vejamos de novo as palavras de Cristo:

> Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque dais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho e tendes negligenciado os preceitos mais importantes da Lei: a justiça, a misericórdia e a fé; devíeis, porém, fazer estas coisas, sem omitir aquelas! Guias cegos, que coais o mosquito e engolis o camelo! (Mateus 23:23-24)

Explicávamos:

> O *direito* [ou a justiça], representa o primeiro dízimo, devido a Deus para sustento dos levitas; a *fidelidade*, representa o segundo dízimo, consagrado às festas; e a *misericórdia*, o terceiro dízimo, dado aos pobres.

E terminávamos questionando o seguinte:

Como cristãos, cidadãos da Nova Aliança, poderíamos fazer menos que isso?

Antes de responder a essa questão, façamos duas últimas observações, atentando ao ensino do Novo Testamento sobre as doações de reconhecimento que devemos consagrar a Deus: (a) O dízimo instituído por Abraão se refere ao sacerdócio neotestamentário de Melquisedeque, reassumido por Jesus Cristo para a Nova Aliança; (b) Os três dízimos prescritos pela Torá dão plena continuidade a esse ato de reconhecimento solene que teve sua origem com Abraão. Esses três dízimos definidos pela lei mosaica não fazem mais que expressar o que o próprio Abraão havia instituído quando ofereceu o dízimo a Melquisedeque de todo o despojo.

Vamos, agora, ver como a Nova Aliança — inaugurada pela obediência plena de Cristo à lei de Moisés — retoma, e mais ainda, leva à sua plenitude todo o ensino abraâmico e mosaico no que concerne ao que devemos a Deus na forma de dons que manifestem nosso reconhecimento pelas bênçãos inumeráveis que derrama do céu sobre nós. Nosso estudo será dividido em três partes que serão tratadas sucessivamente no curso desses três próximos

capítulo.

I. A prática do dízimo na Igreja de Jerusalém.

II. Os três dízimos na Igreja apostólica: as necessidades da Igreja local e da Igreja universal.

III. Os dízimos na Igreja pós-apostólica. Algumas considerações práticas.

A prática do dízimo na Igreja de Jerusalém

Observações preliminares

A questão do dízimo (ou melhor, como já vimos, a questão *dos três dízimos*), no testemunho e ensino apostólico do Novo Testamento, nos coloca diante de uma questão que já consideramos diversas vezes, ou seja, a passagem da antiga para a nova dispensação da aliança. De fato, há muitos anos examinamos essa questão de maneira precisa, quando de uma exposição consagrada ao 4º mandamento intitulado *Do sábado ao domingo*, estudo que, pela graça soberana de Deus, foi dado num domingo pela manhã na Igreja Adventista de Sion, que havia emprestado seu lugar de culto à nossa Igreja.

Assim, de novo nos encontramos necessariamente diante dessa questão essencial e temos de enfrentá-la, ou seja, o estudo das diversas áreas da teologia bíblica que trata da passagem da antiga aliança para a nova. Trata-se, em particular, da passagem da Páscoa judia para a santa ceia; da circuncisão para o batismo; da substituição do sábado pelo domingo; e enfim, o pleno cumprimento na Igreja, corpo de Jesus Cristo entre as nações, das promessas da aliança antiga dadas à nação de Israel.

Isso nos leva a fazer algumas observações preliminares:

1) Não se trata aqui de abolir qualquer que sejam as ordenanças da Lei de Deus. Cristo mesmo disse explicitamente no Sermão do Monte que não tinha

vindo para *abolir*, mas para *cumprir* a lei e os profetas, isto é, levar a cabo e a seu clímax bíblico definitivo, todo o ensino do Antigo Testamento.

2) Também não se trata de que a Igreja tenha vindo para *suplantar* ou *substituir* Israel, como certa vez afirmou o ensino católico romano tradicional sobre o povo de Israel. A Igreja é, claramente, o clímax, o cumprimento em Jesus Cristo, o Messias de Israel e Chefe de sua Igreja, de todas as promessas da Antiga Aliança dirigidas a Israel. A razão de ser de Israel não foi outra, senão a manifestação do Messias e, por ele, de seu corpo, a Igreja de Jesus Cristo, na qual judeus e gentios foram reconciliados. O muro que os separava foi derrubado, como explicou claramente o apóstolo Paulo aos cristãos de Éfeso, de origem pagã.

> Portanto, lembrai-vos de que, outrora, vós, gentios na carne, chamados incircuncisão por aqueles que se intitulam circuncisos, na carne, por mãos humanas, naquele tempo, estáveis sem Cristo, separados da comunidade de Israel e estranhos às alianças da promessa, não tendo esperança e sem Deus no mundo. Mas, agora, em Cristo Jesus, vós, que antes estáveis longe, fostes aproximados pelo sangue de Cristo. Porque ele é a nossa paz, o qual de ambos fez um; e, tendo derribado a parede da separação que estava no meio, a inimizade, aboliu, na sua carne, a lei dos mandamentos [que separavam judeus e gentios, mas agora todos reunidos na Pessoa de Cristo] na forma de ordenanças, para que dos dois criasse, em si mesmo, um novo homem, fazendo a paz, e reconciliasse ambos em um só corpo com Deus, por intermédio da cruz, destruindo por ela a inimizade. E, vindo, evangelizou paz a vós outros que estáveis longe e paz também aos que estavam perto; porque, por ele, ambos temos acesso ao Pai em um Espírito. Assim, já não sois estrangeiros e peregrinos, mas concidadãos dos santos, e sois da família de Deus, edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular; no qual todo o edifício, bem-ajustado, cresce para santuário dedicado ao Senhor, no qual também vós juntamente estais sendo edificados para habitação de Deus no Espírito. (Efésios 2.11-22)

Fora de Jesus Cristo, Israel apenas negou-se a si mesma e rejeitou o Deus de seus pais, ou seja, apostatou. Courthial justamente intitulou um sermão, no qual chamava a nação infiel de Israel à conversão: “A solução divina final”.

De fato, a conversão final de todos os judeus destinados à salvação em Jesus Cristo e sua integração plena na Igreja resultaria no desaparecimento da identidade religiosa de Israel como tal e na renovação de todas as coisas em Cristo. Como nos diz a epístola aos Romanos, sua reintegração será, de fato, vida entre os mortos, isto é, a ressurreição dos mortos e a restauração de todas as coisas, o fim deste mundo que perece (Romanos 11.15 e 25-27).

3) Se a Nova Aliança é, antes de tudo, o *clímax*, o *cumprimento*, a *plenitude da antiga* — e não sua abolição — certamente ela é também sua *substituição*. Na Antiga Aliança, o Reino de Deus tinha sido iniciado; com a vinda do Rei, nosso Senhor Jesus Cristo, o Reino se manifestou; com a vinda do Espírito Santo em Pentecoste, esse Reino divino se incorporou na Igreja de Jesus Cristo, que recebeu, então, a plenitude prometida do Espírito Santo. No retorno de Cristo, o Senhor da Glória entrará, com sua Igreja, na plenitude do seu reino. Seu cumprimento também levará à plena integração na Igreja, estabelecida por Cristo, de todos os santos da antiga dispensação da aliança com Israel. Mas, de imediato acrescentamos, o Reino presente está ainda na condição de primícias, de promessa. Ele se manifestará em sua plenitude quando Jesus Cristo retornar em glória.

O mesmo vale para o batismo que é superior à circuncisão, porque é a plena circuncisão do coração pelo batismo do Espírito Santo que nos inclui, pela fé, na morte e na ressurreição de Jesus Cristo; vale para a ceia do Senhor, que é muito mais que a Páscoa judia, porque passamos da libertação da servidão no Egito para a libertação da escravidão do pecado; vale para o domingo que substitui o sábado, porque passamos do último dia da antiga criação para o primeiro dia da nova, dia que não terá mais fim; enfim, vale para a Igreja de Jesus Cristo que é também maior que a nação de Israel, porque em Jesus Cristo a Igreja engloba todas as nações da terra. Agora, a única nação eleita, da antiga dispensação da Aliança de Deus com Israel, foi multiplicada

prodigiosamente pela salvação dada aos santos de todas as nações do mundo.

Como vamos ver, vale também o mesmo para a generosidade material que devemos exercer na Nova Aliança. Ela deve ser maior, muito mais generosa, gloriosa, mais criativa em bens espirituais (e mesmo materiais) do que foram os dízimos e ofertas da antiga Aliança de Deus com os homens. Com a substituição da Antiga pela Nova Aliança, os propósitos de Deus, cumpridos em Jesus Cristo e pela obra do Espírito Santo, chegaram a seu clímax, à plenitude das intenções salvadoras de Deus para com seu povo agora chamado — com o Israel de Deus — de todas as nações da terra.

4) Enfim, essa substituição, que não anula o conteúdo das disposições antigas da aliança, mas a conduz para sua finalização, se manifesta, no entanto, com uma mudança nas formas, nos ritos, nos sinais próprios da nova aliança: a circuncisão é substituída pelo batismo; a páscoa judaica, pela santa ceia; o sábado é substituído pelo domingo; Israel, única nação eleita, torna-se ela mesma a Igreja, na qual todas as nações serão reunidas; os sacrifícios repetidos no Templo tornam-se o sacrifício único do Cordeiro de Deus; enfim, o próprio Templo torna-se o corpo de Jesus Cristo, que é sua natureza humana completa e sua Igreja "corpo de Jesus Cristo", constituído por essas pedras vivas que são os filhos de Deus e que, chamados de todos os lugares e em todos os tempos, edificam, pouco a pouco, no decorrer dos anos, a nova Jerusalém que descerá perfeita do céu para reunir a Jesus Cristo os eleitos que estiverem sobre a terra, quando soar a última trombeta no último dia.

O que são, então, esses três dízimos da Torá? Foram abolidos pelo Novo Testamento ou foram cumpridos, transformados e chegaram à sua plenitude perfeita, completa? É isso que vamos ver agora, em primeiro lugar no que se refere à Igreja de Jerusalém, fundada no dia de Pentecoste. Depois, veremos essa questão em relação à Igreja apostólica e, para terminar, em relação à Igreja de nosso tempo.

Vamos desenvolver, aqui, dois pontos:

1) A grata generosidade dos primeiros cristãos, que se manifestava pelas contribuições consagradas a Deus, à sua obra e aos pobres. A generosidade manifestada pelos membros da Igreja de Jerusalém no Pentecoste, atingindo um alegre clímax de liberalidade que jamais ocorreu na história posterior da Igreja.

2) A Igreja de Jerusalém, composta inteiramente de judeus de nascimento ou de judeus prosélitos, continuará por um tempo praticando as ordenanças da Torá, da lei de Israel (entre elas os dízimos) — é o chamado período intermediário, que vai durar até o ano 67, aproximadamente, após Jesus Cristo.

Vejamos, em primeiro lugar, a extraordinária e alegre manifestação, plena de amor e de generosidade material, de uns para com os outros e para com a obra de Deus em seu início, dos judeus convertidos a Cristo em Pentecoste. O livro dos Atos descreve essa eclosão de amor celeste que caracterizou toda a Igreja cristã em seu início:

> Então, os que lhe aceitaram a palavra [o sermão de Pedro] foram batizados, havendo um acréscimo naquele dia [no dia de Pentecoste] de quase três mil pessoas. E perseveravam na doutrina dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações. Em cada alma havia temor; e muitos prodígios e sinais eram feitos por intermédio dos apóstolos.

Depois, Lucas acrescenta:

> Todos os que creram estavam juntos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e bens, distribuindo o produto entre todos, à medida que alguém tinha necessidade. Diariamente perseveravam unânimes no templo [participavam sempre das cerimônias do Templo e punham em prática as disposições da Torá], partiam pão de casa em casa [onde também celebravam a liturgia cristã] e tomavam as suas refeições com alegria e singeleza de coração, louvando a Deus e contando com a simpatia de todo o povo. Enquanto isso, acrescentava-lhes o Senhor, dia a dia, os que iam sendo salvos. (Atos 2.41-47)

Era como se o céu tivesse descido sobre a terra. O Reino de Deus eclodiu entre os homens. A vontade divina se cumpria sobre a terra como no céu.

Notemos que essa generosidade sem limite, completamente diferente do comunismo ou do igualitarismo socialista, tinha um caráter voluntário e era a expressão alegre de uma imensa gratidão a Deus pela salvação.

Notemos, também, como essa generosidade satisfazia as exigências da Torá quanto aos três dízimos, pois foram colocados em prática num só movimento. Eles cumpriam o que Jesus definiu como o propósito dos dízimos: [...] *o direito* [ou a justiça], *a misericórdia e a fidelidade* (Mateus 23.24).

Em primeiro lugar o *direito*, isto é, dar a cada um o que é devido, provia as necessidades dos apóstolos (primeiro dízimo).

Em segundo lugar, a *misericórdia* tinha seu cumprimento, isto é, os ricos compartilhavam seus bens com os pobres (terceiro dízimo).

Por fim, a *fidelidade* (o segundo dízimo) que permitia celebrar corretamente o culto no lugar desejado por Deus. Eles prestavam-lhe culto a cada dia no Templo (não mais somente três vezes por ano!), para ali louvar e adorar a Deus, como exigiam as prescrições cerimoniais da Torá.

Uma segunda passagem, que encontramos em Atos capítulo quatro, nos mostra bem a grandeza dessa generosidade em ação:

> Da multidão dos que creram era um o coração e a alma. Ninguém considerava exclusivamente sua nem uma das coisas que possuía; tudo, porém, lhes era comum. Com grande poder, os apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor Jesus, e em todos eles havia abundante graça. Pois nenhum necessitado havia entre eles, porquanto os que possuíam terras ou casas, vendendo-as, traziam os valores correspondentes e depositavam aos pés dos apóstolos; então, se distribuía a qualquer um à medida que alguém tinha necessidade.

Depois, o relato de Lucas nos mostra dois casos concretos: o de um homem íntegro e justo, Barnabé, que:

> [...] tendo vendido um campo que possuía, trouxe o preço e o depositou aos pés

> dos apóstolos. (Atos 4.32-37)

E o de Ananias e Safira que, em sua hipocrisia, procuravam parecer mais generosos do que realmente eram. Ananias:

> Entretanto, certo homem, chamado Ananias, com sua mulher Safira, vendeu uma propriedade, mas, em acordo com sua mulher, reteve parte do preço e, levando o restante, depositou-o aos pés dos apóstolos. Então, disse Pedro: Ananias, por que encheu Satanás teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo, reservando parte do valor do campo? Conservando-o, porventura, não seria teu? E, vendido, não estaria em teu poder? Como, pois, assentaste no coração este desígnio? Não mentiste aos homens, mas a Deus. Ouvindo estas palavras, Ananias caiu e expirou, sobrevindo grande temor a todos os ouvintes. (Atos 5.1-5)

A Igreja crescia dia a dia. As necessidades dos fiéis aumentavam e os apóstolos eram obrigados a se ocupar mais e mais com tarefas diaconais, deixando de se ocupar com sua tarefa principal de pregar a Palavra de Deus. Em Atos 6, vemos como as tarefas, até então indistintas, relativas ao primeiro dízimo (o *direito* — sustento dos levitas-apóstolos) e ao terceiro dízimo (a *misericórdia*) começaram a se diferenciar.

> Ora, naqueles dias, multiplicando-se o número dos discípulos, houve murmuração dos helenistas contra os hebreus, porque as viúvas deles estavam sendo esquecidas na distribuição diária. Então, os doze convocaram a comunidade dos discípulos e disseram: Não é razoável que nós abandonemos a palavra de Deus para servir às mesas. Mas, irmãos, escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, aos quais encarregaremos deste serviço; e, quanto a nós, nos consagraremos à oração e ao ministério da palavra. (Atos 6.1-4)

Foi assim que os dízimos começaram a se diferenciar, em particular o primeiro dízimo (o dos levitas-apóstolos) do terceiro (o da misericórdia em relação aos pobres). Mesmo que aqui não seja feita explicitamente nenhuma menção aos dízimos, vemos que a estrutura das ofertas retomava naturalmente a forma que tinha sob a lei. Assim constatamos que na primeira

Igreja havia uma verdadeira continuidade nas práticas da Antiga Aliança quanto à expressão de reconhecimento material dos fiéis para com Deus, por todos os seus benefícios. Essa continuidade vai de Abraão a Moisés, depois de Moisés a Jesus Cristo e, enfim, de Cristo a seus apóstolos. Mas constatamos, igualmente, um desenvolvimento que passa do único dízimo de todo o despojo oferecido por Abraão a Melquisedeque, aos três dízimos da Torá.

Tratava-se do dízimo dos levitas, que cobria não somente o serviço do tabernáculo e do templo (o dízimo dos dízimos levítico), mas que tinha também o propósito de financiar os atos jurídicos, administrativos e educativos que faziam parte das atividades da tribo de Levi; em seguida, o dízimo das festas, consagrado ao correto culto divino; e, finalmente, o dízimo dos pobres, dízimo da misericórdia. Com a vinda da nova aliança, esses três dízimos adquirem uma amplitude desconhecida em Israel, em razão de uma poderosa expressão de gratidão do povo de Jesus Cristo por sua salvação, lhe respondendo com uma generosidade sem limites. É o que claramente vemos nos ensinos do próprio Senhor Jesus Cristo:

> Bem-aventurados os pobres de espírito [em Lucas, lemos: Bem-aventurados os pobres], porque deles é o reino dos céus. (Mateus 5.3 e Lucas 6.20)

Jesus mesmo explica o sentido dessa bem-aventurança:

> Não podeis servir a Deus e às riquezas. Por isso, vos digo: não andeis ansiosos pela vossa vida, quanto ao que haveis de comer ou beber; nem pelo vosso corpo, quanto ao que haveis de vestir. Não é a vida mais do que o alimento, e o corpo, mais do que as vestes? [...] Portanto, não vos inquieteis, dizendo: Que comeremos? Que beberemos? Ou: Com que nos vestiremos? Porque os gentios é que procuram todas estas coisas; pois vosso Pai celeste sabe que necessitais de todas elas; buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas. Portanto, não vos inquieteis com o dia de amanhã, pois o amanhã trará os seus cuidados; basta ao dia o seu próprio mal. (Mateus 6.24-34)

E ao jovem rico que perguntou a Jesus o que precisava fazer para herdar a vida eterna, Cristo respondeu:

> E Jesus, fitando-o, o amou e disse: Só uma coisa te falta: Vai, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; então, vem e segue-me. Ele, porém, contrariado com esta palavra, retirou-se triste, porque era dono de muitas propriedades. Então, Jesus, olhando ao redor, disse aos seus discípulos: Quão dificilmente entrarão no reino de Deus os que têm riquezas! (Marcos 10.21-23)

Mas para Zaqueu foi diferente. Estando em cima de uma árvore para ver Jesus passar, o Senhor o viu e ocorreu o que segue:

> Quando Jesus chegou àquele lugar, olhando para cima, disse-lhe: Zaqueu, desce depressa, pois me convém ficar hoje em tua casa. Ele desceu a toda a pressa e o recebeu com alegria. Todos os que viram isto murmuravam, dizendo que ele se hospedara com homem pecador. Entrementes, Zaqueu se levantou e disse ao Senhor: Senhor, resolvo dar aos pobres a metade dos meus bens; e, se nalguma coisa tenho defraudado alguém, restituo quatro vezes mais. Então, Jesus lhe disse: Hoje, houve salvação nesta casa, pois que também este é filho de Abraão. Porque o Filho do Homem veio buscar e salvar o perdido. (Lucas 19.5-10)

Conclusão

Paulo, no capítulo 12 da epístola aos Romanos, recapitula a exigência evangélica feita ao cristão para que se ofereça inteiramente a Deus, nestes termos:

> Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus, que apresenteis o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional. E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus. (Romanos 12.1-2)

Capítulo XVIII: Os três dízimos na Igreja apostólica: As necessidades da igreja local e da Igreja Universal

INTRODUÇÃO

É impressionante notar que se nos Evangelhos Cristo fala duas vezes sobre o dízimo (Mateus 23.23, registrado também por Lucas 11.42 e 18.12), o mesmo não ocorre nas epístolas, nos Atos dos Apóstolos ou no Apocalipse, com exceção apenas de uma passagem (Hebreus 7.2-9) que estudamos em nossa primeira exposição e que tratou do dízimo ofertado por Abraão a Melquisedeque. Fora isso, não temos mais nada. Mas isso significa que o Novo Testamento não tem nada a nos dizer sobre os dízimos, como os vemos nos livros da antiga disposição da Aliança?

Por exemplo, o texto de Malaquias, relacionado ao nosso assunto, não teria mais nada a ensinar ao cristão da Nova Aliança? Vejamos, no entanto, a exortação do último profeta do Antigo Testamento:

> Porque eu, o Senhor, não mudo; por isso, vós, ó filhos de Jacó, não sois consumidos. Desde os dias de vossos pais, vos desviastes dos meus estatutos e não os guardastes; tornai-vos para mim, e eu me tornarei para vós outros, diz o Senhor dos Exércitos; mas vós dizeis: Em que havemos de tornar? Roubará o homem a Deus? Todavia, vós me roubais e dizeis: Em que te roubamos? Nos dízimos e nas ofertas. Com maldição sois amaldiçoados, porque a mim me roubais, vós, a nação toda.

Na sua bondade fiel, o Deus da Aliança exorta, incansavelmente, seu povo rebelde a voltar para ele:

> Trazei todos os dízimos à casa do Tesouro, para que haja mantimento na minha casa.

Trata-se aqui de três dízimos: o do *direito*, o da *fidelidade* e o da *misericórdia*. As promessas e as ameaças da Aliança de Deus teriam sido abolidas por aqueles que hoje não veem continuidade aliancial através de toda a Bíblia?

> E provai-me nisto, diz o SENHOR dos Exércitos, se eu não vos abrir as janelas do céu e não derramar sobre vós bênção sem medida. (Malaquias 3:7-10)

Tal texto não teria mais nada a dizer ao povo de Deus, à Igreja de Jesus Cristo, simplesmente porque o Novo Testamento não fala explicitamente, isto é, expressamente, nominalmente, sobre os nossos três dízimos, do *direito*, da *fidelidade* e da *misericórdia*? (Mateus 23.23). As promessas e as ameaças da Aliança de Deus teriam sido abolidas? Paulo, então, teria perdido tempo e escrito em vão essa exortação à Timóteo sobre o valor eterno e atual de toda a Escritura (*Tota Scriptura*)?:

> Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça. (2 Timóteo 3.16)

Que Deus nos livre!

Aqui é preciso, de novo, refutar os erros, muito comuns na leitura da BíbliA, [248] de cristãos que há muito tempo deveriam saber que: 1. Toda a Bíblia — isto é, toda em suas partes, *Tota Scriptura* — É igualmente inspirada por Deus. Toda a Bíblia é útil para a instrução dos cristãos e da Igreja, a fim de que a obedeçam inteiramente; 2. De maneira alguma é necessário que um ensino do Antigo Testamento seja explicitamente (ou mesmo implicitamente) repetido no Novo Testamento para ser aplicável ao cristão e à Igreja da Nova Aliança; 3. Se um texto da Bíblia não foi modificado, adaptado, abolido pelo próprio Deus, num lugar ou noutro das Escrituras canônicas, é temerário, para o homem, ali tocar! Falando do livro da profecia (isto é, da Bíblia

inteira, Palavra do próprio Deus), João, no seu Apocalipse, escreveu:

> Eu, a todo aquele que ouve as palavras da profecia deste livro, testifico: Se alguém lhes fizer qualquer acréscimo, Deus lhe acrescentará os flagelos escritos neste livro.

E acrescentou:

> E, se alguém tirar qualquer coisa das palavras do livro desta profecia, Deus tirará a sua parte da árvore da vida, da cidade santa e das coisas que se acham escritas neste livro. (Apocalipse 22.18-19)

Lembremos que a palavra *heresia* significa *escolha* e, consequentemente, o herege é aquele que escolhe o que lhe agrada na Bíblia, descartando o que não lhe agrada. Queremos ser, verdadeiramente, hereges, ou seja, queremos fazer parte daqueles que escolhem nas Escrituras, para sua eterna perdição, o que lhes agrada?

4. Vimos, enfim, que mesmo havendo uma progressão aliancial na revelação, isso não significa um desenvolvimento redutivo, mas cumulativo, crescente em força, em luz e sabedoria.

A Revelação sempre nos traz algo a mais e melhor à medida que se desenvolve progressivamente através da Escritura. Ela não recua e não dá meia volta! Jamais ela vai do mais para o menos! A Cruz é maior que o sacrifício de animais, a Igreja é maior que o Templo, a ceia é maior que a Páscoa judaica, o batismo é maior que a circuncisão, o primeiro dia da semana é mais que o sábado, Jesus Cristo é bem maior que Abraão e Moisés.

É isso que constatamos no ensino bíblico sobre os dízimos, desde Abraão até Moisés, de Moisés aos Evangelhos e, enfim, dos Evangelhos à Igreja de Jerusalém. Houve algum recuo quando passamos da Igreja de Jerusalém para a Igreja apostólica? Deus não permita!

Vejamos, agora, o ensino sobre os três dízimos que está nas epístolas apostólicas. Ali também vemos não um recuo ou empobrecimento, mas um

desenvolvimento de maior amplitude e com uma precisão ainda maior. Vamos seguir aqui o ensino de um autor recente, Dennis Wretlind que, apesar de uma certa orientação teológica dispensacionalista, mesmo assim percebeu perfeitamente o fiel ensino apostólico[249] sobre os três dízimos da Torá. Esse autor dividiu sua análise sobre os dons e sobre a generosidade cristã, contidos nas epístolas apostólicas, em três categorias que coincidem exatamente com os três dízimos!

1) Os cristãos doam para aliviar as necessidades sociais da comunidade dos crentes, isto é, praticam o dízimo de *misericórdia* (Mateus 23.23).

2) Os cristãos doam para manter o culto comunitário, que equivale à prática do dízimo de *justiça*, do direito levítico (Mateus 23.23), ou seja, para sustentar os apóstolos, pastores e doutores, os presbíteros ou bispos. Trata-se do dízimo dos levitas.

3) Os cristãos doam para exprimir sua consagração pessoal a Deus. Equivale à prática do dízimo de *fidelidade*, o dízimo das festas (Mateus 23.23).

Examinemos os pontos seguintes na ordem colocada por Wretlind: A. A responsabilidade dos cristãos em relação às necessidades da Igreja local; B. A responsabilidade dos cristãos pelo desenvolvimento da obra missionária.

A. A RESPONSABILIDADE DOS CRISTÃOS EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES DA IGREJA LOCAL

1) O dízimo de misericórdia

> *O amor seja sem hipocrisia.* [...] compartilhai as necessidades dos santos; praticai a hospitalidade. (Romanos 12.9 e 13)

Os cristãos devem carregar os fardos uns dos outros, ou seja, entre outras coisas, devem estar atentos às necessidades práticas de seus irmãos na comunidade local. Assim John Murray (um comentarista calvinista escocês) comentou esse texto (verso 13):

> O sentido disso é que devemos nos identificar com as necessidades dos santos e fazer de sua privação como se fosse nossa.[250]

Ou seja, devemos amar nosso próximo como a nós mesmos, sofrer com os que sofrem. Por sua vez, R. C. H. Lenski (um comentarista luterano confessional americano de origem alemã) escreveu:

> Manifestar sua comunhão com os santos em suas necessidades não é outra coisa senão compartilhar suas necessidades e contribuir para que sua situação melhore. [251]

Na sua primeira carta a Timóteo, Paulo faz a seguinte exortação aos ricos, pela qual os estimula a manifestar caridade para com os pobres:

> Exorta aos ricos do presente século que não sejam orgulhosos [crendo ser superior aos outros], nem depositem a sua esperança na instabilidade da riqueza [seu capital, seus seguros, sua conta bancária, seus imóveis e propriedades], mas em Deus, que tudo nos proporciona ricamente para nosso aprazimento; que pratiquem o (1) bem, sejam (2) ricos de boas obras, (3) generosos em dar e prontos a (4) repartir; que (5) acumulem para si mesmos tesouros, sólido fundamento para o futuro [sem risco de crise bancária nem inflação], a fim de se apoderarem da verdadeira vida [não a nossa pretensa qualidade de vida pouco fiel à Bíblia, frágil e medíocre]. (1Tm 6.17-19)

Paulo exorta os ricos (e quem hoje no Ocidente não é *rico*, em comparação com a miséria de grande parte do planeta?): (1) para que não sejam orgulhosos; (2) para que não ponham sua esperança na instabilidade das riquezas, por exemplo, nas especulações do mercado de risco, como a Bolsa de Valores; (3) mas que, nas próprias coisas materiais, esperem em Deus; (4) porque Deus é generoso e nos dá todas as coisas com abundância para o nosso prazer; (5) para que essa generosidade de Deus seja, então, nosso modelo; (6) e ela nos leve à prática das boas obras; (7) à liberalidade e à generosidade; (8) a acumular tesouros nos céus, onde está nossa vida verdadeira, da qual, desde já, devemos nos apropriar pela prática da

generosidade e bondade.

Essa bela exortação ecoa as palavras de Jesus Cristo, dirigidas a todos nós que participamos desse pequeno rebanho de Deus:

> Não temais, ó pequenino rebanho; porque vosso Pai se agradou em dar-vos o seu reino. Vendei os vossos bens e dai esmola; fazei para vós outros bolsas que não desgastem, tesouro inextinguível nos céus, onde não chega o ladrão, nem a traça consome, porque, onde está o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração. (Lucas 12.32-34)

Vemos aqui, de um lado, o caráter efêmero das riquezas deste mundo — inflação, crises econômicas e financeiras, produção de trilhões em dinheiro imaginário, virtual, manipulação de mercados, todo o tipo de especulação, fraudes de toda espécie, roubos legais, loterias e cassinos, usura e empréstimos a juros, roubos e corrupção, etc., e, de outro lado, a relação, como de causa e efeito, entre nossa generosidade aqui na terra e a recompensa para nós preparada nos céus. Ao contrário do que pensa a nossa civilização, o terceiro céu, no qual Deus reina em sua glória — o *númeno* de Emmanuel Kant ou de Karl Barth, por exemplo — não está longe da terra para aqueles que temem a Deus.

Muitos outros textos poderiam ser citados, os quais encorajam os crentes a exercer uma misericórdia prática, em primeiro lugar para com seus irmãos em necessidade, como também para com seu próximo carente qualquer que seja. A própria existência do Exército de Salvação e do Estado Providência são indicações da falência nas Igrejas — hoje como antigamente — desse amor generoso e lúcido aos pobres, que foi uma das marcas mais fortes da Igreja apostólica.

2) O dízimo aplicado na manutenção do culto comunitário

Trata-se aqui, lembremos, do dízimo de *direito* (ou de justiça) — que consistia em dar aos levitas o que lhes era de direito. O texto chave se

encontra no sexto capítulo de Gálatas:

> Mas aquele que está sendo instruído na palavra [lit. o catecúmeno] faça participante de todas as coisas boas aquele que o instrui.

Depois dessa ordem formal vêm as advertências:

> Não vos enganeis: de Deus não se zomba; pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará. Porque o que semeia para a sua própria carne [isto é, para sua satisfação pessoal egoísta ou familiar] da carne colherá corrupção [isto é, destruição, a morte]; mas o que semeia para o Espírito [trata-se aqui dos três dízimos — misericórdia, justiça e fidelidade] do Espírito colherá vida eterna.

Vemos Paulo, aqui, juntando-se a Tiago: sem as obras da fé, que de maneira visível fazem tocar nossa fé invisível e oculta, não há nenhuma esperança de salvação. A segurança da salvação, sem a manifestação das obras decorrentes da salvação, não passa de ilusão enganosa!

> E não nos cansemos de fazer o bem, porque a seu tempo ceifaremos, se não desfalecermos. Por isso, enquanto tivermos oportunidade, façamos o bem a todos, mas principalmente aos da família da fé. (Gálatas 6.6-10)

A estrutura do texto é fácil de discernir. Em primeiro lugar vem a exortação dirigida aos cristãos da Galácia para que atendam às necessidades de seus pastores, doutores e apóstolos. Depois, uma advertência é dada, a qual lembra o texto de Malaquias que acabamos de ler. Enfim, o ensino é estendido à provisão feita aos necessitados, primeiro aos cristãos e, em seguida, também aos pagãos. Lightfoot, em seu comentário sobre a carta aos Gálatas, mostra isso muito bem:

> Falei da necessidade de carregar os fardos uns dos outros [Gálatas 5.13-14]. Mas há uma aplicação especial dessa regra. Prover as necessidades práticas, temporais, daqueles que os instruem em Cristo.[252]

Encontramos, novamente, essa mesma preocupação na Primeira Carta de

Paulo a Timóteo:

> Devem ser considerados merecedores de dobrados honorários [nota da bíblia La Colombe: uma “remuneração em dobro, honorários em dobro”] os presbíteros que presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino. Pois a Escritura declara: Não amordaces o boi, quando pisa o trigo [Deuteronômio 25.4]. E ainda: O trabalhador é digno do seu salário [Lucas 10.7]. (1Tm 5.17-18)

Isso condena as Igrejas que não pagam corretamente (ou nem mesmo pagam!) seus pastores.[253] A exigência aqui não é simplesmente de um salário mínimo, mas de um tratamento honroso, que permita ao pastor assumir todos os seus inúmeros e variados compromissos do ministério pastoral, sem estar constantemente preocupado com suas finanças.

3) O dízimo manifesta a consagração do fiel a Deus

Em Hebreus 13, lemos ainda esta importante exortação para que a igreja local caminhe bem, fruto de uma consagração real dos fiéis:

> Por meio de Jesus, pois, ofereçamos a Deus, sempre, sacrifício de louvor, que é o fruto de lábios que confessam o seu nome.

Em seguida o autor (sem dúvida o apóstolo Paulo) faz uma aplicação prática dessa gratidão que o cristão deve ter a Deus:

> Não negligencieis, igualmente, a prática do bem e a mútua cooperação; pois, com tais sacrifícios, Deus se compraz.

E o apóstolo passa diretamente aos deveres morais dos fiéis para com os pastores:

> Obedecei aos vossos guias e sede submissos para com eles; pois velam por vossa alma, como quem deve prestar contas, para que façam isto com alegria e não gemendo; porque isto não aproveita a vós outros. (Hebreus 13.15-17)

B. A RESPONSABILIDADE DAS IGREJAS LOCAIS PARA COM AS NECESSIDADES DA IGREJA UNIVERSAL

Passemos, agora, da responsabilidade dos cristãos para com a igreja local, para os seus deveres em relação à obra missionária da Igreja como um todo. Vemos, particularmente, esse senso de responsabilidade das igrejas locais em relação à Igreja universal, na prática da Igreja de Antioquia.

1) O dízimo de misericórdia entre as igrejas

Durante todo um ano, Barnabé e Paulo exerceram um ministério particularmente frutífero em Antioquia. A generosidade missionária desses cristãos testemunha isso abundantemente. Leiamos o relato que Lucas nos dá:

> Naqueles dias, desceram alguns profetas de Jerusalém para Antioquia, e, apresentando-se um deles, chamado Ágabo, dava a entender, pelo Espírito, que estava para vir grande fome por todo o mundo, a qual sobreveio nos dias de Cláudio. Os discípulos, cada um conforme as suas posses, resolveram enviar socorro aos irmãos que moravam na Judeia; o que eles, com efeito, fizeram, enviando-o aos presbíteros por intermédio de Barnabé e de Saulo. (Atos 11.27-30)

Esse texto narrativo, extraído do livro de Atos, nos mostra algumas coisas sobre a vida prática da Igreja apostólica.

(a) Eles estavam atentos às necessidades concretas das igrejas irmãs.

(b) Os discípulos, isto é, os membros da igreja, decidiram fazer alguma coisa em resposta àquelas necessidades.

(c) O amor os motivava. O amor, nós sabemos, é a obediência aos mandamentos de Deus. Trata-se aqui mais precisamente do dízimo de misericórdia. Mas não simplesmente de um dízimo separado todos os anos, como ordenava a Torá, em um fundo comum destinado aos pobres, mas de um movimento de amor que ia além do simples dízimo trienal. Cada um dava *conforme suas posses,* diz o texto. O que comanda aqui é o amor ao próximo. Mas, notemos, não ao preço do empobrecimento de si mesmo, do prejuízo de sua própria vida material. Menos, ainda, do endividamento por ter socorrido

as necessidades dos outros! Trata-se de amar seu próximo como a si mesmo e não mais do que a si mesmo. O amor sacrificial vai muito além desse exemplo.

(d) Não se trata, unicamente, de simples intenções. Os cristãos de Antioquia põem imediatamente em prática sua generosidade.

(e) Essa obra de caridade intereclesial era o resultado das inciativas pessoais dos discípulos, dos membros da Igreja de Antioquia, mas, no entanto, tem um caráter oficial. Dois doutores, Barnabé e Paulo, são encarregados de levar esses donativos aos presbíteros da Igreja de Jerusalém. Portanto, não se trata de uma caridade de pessoa a pessoa simplesmente, mas tem um caráter eclesial, institucional.

Vemos um segundo exemplo dessa caridade entre igrejas no capítulo 15 da epístola aos Romanos. Paulo escreve de maneira urgente aos cristãos de Roma sobre as necessidades dos cristãos da Judeia e os exorta, como segue:

> Mas, agora, estou de partida para Jerusalém, a serviço dos santos. Porque aprouve à Macedônia e à Acaia levantar uma coleta em benefício dos pobres dentre os santos que vivem em Jerusalém.

Veja como os novos convertidos da Macedônia e da Acaia foram tocados pela pobreza de seus irmãos de Jerusalém, os quais tinham doado tudo para que, após Pentecoste, a obra de Deus na Judeia tivesse um início poderoso. Mas agora estão na miséria. Paulo, então, faz uma justificação teológica sobre essa caridade cristã para com a Igreja de Jerusalém, a mãe de todas as igrejas:

> Isto lhes pareceu bem, e mesmo lhes são devedores; porque, se os gentios têm sido participantes dos valores espirituais dos judeus, devem também servi-los com bens materiais. Tendo, pois, concluído isto e havendo-lhes consignado este fruto, passando por vós, irei à Espanha. (Romanos 15.25-28)

R. C. H. Lenski comenta o caráter dessa caridade que ligava entre si os cristãos das diversas igrejas:

> A Igreja mãe e todas as igrejas filhas nos longínquos países pagãos — em sua maior parte vindas do paganismo – eram intimamente unidas por uma estreita comunhão. Por esse ato de caridade fraternal, sua unidade seria fortalecida. O fato que aqui esses cristãos tenham sido voluntários nessa ação faz todo sentido. O aspecto mais honroso desses donativos era a manifestação e o exercício de uma verdadeira comunhão espiritual.[254]

Enquadrando-se nos dízimos abraâmicos e mosaicos, essa generosidade dos cristãos na Nova Aliança não podia ser *menor* que a dos crentes da Antiga Aliança. Eles não somente tinham sido beneficiados, em Jesus Cristo, por uma generosidade divina ainda maior que a dos seus predecessores, mas também pelo dom do Espírito Santo em Pentecoste. A generosidade de sua resposta, às necessidades das outras igrejas, devia ser tão expressiva quanto à obra de salvação realizada a seu favor pelo imenso trabalho missionário dessas igrejas.

Na primeira carta de Paulo aos Coríntios (1 Coríntios 16.1-4), ele novamente lembra essa oferta em favor dos cristãos de Jerusalém. Entretanto, foi na sua segunda carta, nos capítulos 8 e 9, que ele fez menção a isso de maneira mais ampla. Depois de dar várias instruções sobre essa coleta — detalhes que no momento não temos tempo de examinar — Paulo outra vez justifica a generosidade cristã daqueles que se consagram a honrar os três dízimos da Nova Aliança, ou seja, o dízimo para as obras de misericórdia, o dízimo consagrado ao sustento ministerial e o dízimo cristão de consagração pessoal. De fato, escreveu Paulo aos coríntios, aquele que semeia pouco, pouco colherá e o que semeia com abundância, colherá com abundância.

Esse é o princípio: muito semear (certamente não menos que o dízimo!) resulta em colheita abundante! Mas Paulo deixa a decisão, sobre o que o discípulo de Jesus deve doar, à liberdade do amor cristão, porque aqui não se tratava apenas do dízimo como obrigação, mas também dessa generosidade associada ao que se deve doar além do dízimo, realidade que já existia no

Antigo Testamento:

> Cada um contribua segundo tiver proposto no coração, não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama a quem dá com alegria.

Podemos, agora, nos perguntar por que os cristãos deviam separar seus bens com alegria? Porque consideramos o valor imenso da bondade de Deus para conosco, reconciliando-nos consigo mesmo por seu amor incompreensível e salvando-nos do castigo eterno que merecíamos, por causa dos nossos pecados.

Paulo, então, evoca a generosidade do Deus da aliança para com aqueles que, de bom coração, doam à obra de Deus e ao próximo em sua aflição. Precisamos lembrar, constantemente, que não fomos colocados por Deus num universo fechado, no qual as leis mecânicas, pretensamente "científicas" de uma economia impulsionada por um rigor implacável, reinariam como mestre absoluto. Mas muito ao contrário, nos encontramos num universo plenamente aberto à transcendência divina, no qual Deus, em sua fidelidade à aliança, intervém constantemente, de maneira imanente, para que os ímpios lhe prestem conta, mas, sobretudo, para agir, em sua misericórdia infinita, em favor dos seus, como vemos:

> Deus pode fazer-vos abundar em toda graça [também bênçãos materiais!], a fim de que, tendo sempre, em tudo, ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra, como está escrito: Distribuiu [suas doações], deu aos pobres, a sua justiça permanece para sempre. Ora, aquele que dá semente ao que semeia e pão para alimento também suprirá e aumentará a vossa sementeira e multiplicará os frutos da vossa justiça.

Paulo concluiu essa passagem surpreendente mostrando o fruto espiritual de tal generosidade material:

> [...] enriquecendo-vos, em tudo [pelo exercício alegre de sua grata liberalidade], para toda generosidade, a qual faz que, por nosso intermédio, sejam tributadas graças a Deus. Porque o serviço desta assistência não só supre a necessidade dos

> santos, mas também redunda em muitas graças a Deus.

E mais, essa generosidade fará com que Deus seja ainda mais glorificado em sua Igreja por todos os seus santos. Paulo concluiu com um magnífico cântico de ação de graças:

> Visto como, na prova desta ministração, glorificam a Deus pela obediência da vossa confissão quanto ao evangelho de Cristo e pela liberalidade com que contribuís para eles e para todos, enquanto oram eles a vosso favor, com grande afeto, em virtude da superabundante graça de Deus que há em vós. Graças a Deus pelo seu dom inefável! (2 Coríntios 9.8-15)

Concluímos esta seção sobre a caridade entre as igrejas com um belo comentário do teólogo calvinista anglicano, Philip Edgcumbe Hughes:

> Por suas ações, os coríntios manifestaram a verdadeira unidade e a verdadeira catolicidade da Igreja. É verdade, eles exercem seu serviço de misericórdia para com os crentes de Jerusalém, mas ao fazer isso, servem aos crentes em todos os lugares. Não há cisma, ruptura no corpo de Cristo, a Igreja. Aquele que serve um membro, com isso serve todo o corpo (veja 1 Coríntios 12.25 ss.). As relações entre uma igreja local e outra igreja são sempre relações dentro da Igreja universal. Essa bela noção é, aqui, parte integrante do pensamento do Apóstolo. Isso explica a grande importância que ele dá a essa coleta, como que manifestando um verdadeiro espírito ecumênico, espírito cristão que não conhece mais nenhum muro de separação, seja de raça, de língua, de cor ou de cultura entre aqueles que, pela fé em Jesus Cristo, foram feitos membros da casa de Deus e coerdeiros da glória celeste (veja Efésios 2.11 ss.).[255]

2) O dízimo em favor do desenvolvimento missionário do culto cristão

Não era apenas a ação de misericórdia entre as igrejas que preocupava os apóstolos, em seu ensino sobre a aplicação dos três dízimos da Torá na vida das igrejas da Nova Aliança. Havia o dever de atender às necessidades materiais dos trabalhadores da seara, em razão da expansão missionária da obra de Deus. De fato, foi por essa participação dos Filipenses na expansão do cristianismo que Paulo deu graças a Deus:

> Dou graças ao meu Deus por tudo que recordo de vós, fazendo sempre, com alegria, súplicas por todos vós, em todas as minhas orações, pela vossa cooperação no evangelho, desde o primeiro dia até agora. (Filipenses 1.3-5)

Mais adiante e na mesma epístola Paulo explica melhor essa cooperação no evangelho. Tratava-se, em primeiro lugar, do sustento material em favor do apóstolo, por seu trabalho:

> Alegrei-me, sobremaneira, no Senhor porque, agora, uma vez mais, renovastes a meu favor o vosso cuidado; o qual também já tínheis antes, mas vos faltava oportunidade. (Filipenses 4.10)

Paulo referia-se a um interesse já antigo dos filipenses por sua obra missionária, como em seguida podemos ver nesse capítulo. Numa manifestação de gratidão, ele traz à lembrança dos filipenses:

> E sabeis também vós, ó filipenses, que, no início do evangelho, quando parti da Macedônia, nenhuma igreja se associou comigo no tocante a dar e receber, senão unicamente vós outros; porque até para Tessalônica mandastes não somente uma vez, mas duas, o bastante para as minhas necessidades. (Filipenses 4.15-16)

Em Filipenses, capítulo 1, a expressão *vossa cooperação no evangelho* se refere explicitamente à participação financeira que os filipenses tinham na pregação de Paulo através de seu sustento material e espiritual. O comentarista inglês J. B. Lightfoot exprime isso muito bem:

> Aqui, como o texto mostra, essa expressão [vossa cooperação no evangelho] se refere à cooperação dos Filipenses no sentido mais amplo, ou seja, na sua participação na obra do apóstolo, fosse pela simpatia ou pelo sofrimento ou pela atividade prática. Ao mesmo tempo, os donativos em dinheiro, que constituíam um aspecto notável dessa cooperação, parecem estar muito presentes na mente do apóstolo.[256]

Os filipenses tinham compreendido bem a importância da igreja local no sustento daqueles que tinham a tarefa de fazer avançar a proclamação do

Evangelho pela obra missionária pioneira. Como disse Wretlind:

> Filipenses, capítulo 4, nos mostra que a Igreja universal, composta de inúmeras igrejas locais, recebeu de Deus a responsabilidade e o mandato de prover as necessidades financeiras daqueles que trabalhavam para fazer avançar a proclamação do Evangelho.[257]

3) O dízimo como manifestação da consagração do fiel a Deus na evangelização

Falando do recolhimento de ofertas para a evangelização, Paulo escreveu aos coríntios:

> Como, porém, em tudo, manifestais superabundância, tanto na fé e na palavra como no saber, e em todo cuidado, e em nosso amor para convosco, assim também abundeis nesta graça [a coleta].

Paulo acrescenta que isso era um sinal de consagração da igreja à obra de Deus. De fato, tratava-se do culto racional do cristão, que não é outro senão oferecer-se a si mesmo (com seus bens) para o avanço da obra de Deus. E para mostrar o caráter de amor voluntário dessa obra de gratidão a Deus, Paulo acrescenta:

> Não vos falo na forma de mandamento, mas para provar, pela diligência de outros, a sinceridade do vosso amor.

E coloca a razão que fundamenta o amor dos que estão engajados na obra de Deus, no próprio amor de Jesus Cristo por nós.

> Pois conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, se fez pobre por amor de vós, para que, pela sua pobreza, vos tornásseis ricos. (2 Coríntios 8.7-9)
>
> Manifestai, pois, perante as igrejas, a prova do vosso amor e da nossa exultação a vosso respeito na presença destes homens. (2 Coríntios 8.24)

Os cristãos de Corinto, por sua generosidade em exercer a misericórdia para

com os pobres de Jerusalém, longe de ser empobrecidos por isso, haveriam de ter abundância. Buscando em primeiro lugar o reino de Deus, receberiam tudo que precisavam. E Paulo, evocando o profundo sentido espiritual do sustento material que recebeu para fazer progredir a proclamação vitoriosa do Evangelho, escreveu a seus colaboradores filipenses na obra de Deus:

> [...] porque até para Tessalônica mandastes não somente uma vez, mas duas, o bastante para as minhas necessidades.

E afirma:

> Não que eu procure o donativo, mas o que realmente me interessa é o fruto que aumente o vosso crédito. Recebi tudo e tenho abundância; estou suprido, desde que Epafrodito me passou às mãos o que me veio de vossa parte como aroma suave, como sacrifício aceitável e aprazível a Deus. E o meu Deus, segundo a sua riqueza em glória, há de suprir, em Cristo Jesus, cada uma de vossas necessidades. Ora, a nosso Deus e Pai seja a glória pelos séculos dos séculos. Amém! (Filipenses 4.16-20)
>
> Portanto, não vos inquieteis, dizendo: Que comeremos? Que beberemos? Ou: Com que nos vestiremos? Porque os gentios é que procuram todas estas coisas; pois vosso Pai celeste sabe que necessitais de todas elas; buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas. Portanto, não vos inquieteis com o dia de amanhã, pois o amanhã trará os seus cuidados; basta ao dia o seu próprio mal. (Mateus 6.31-34)

Capítulo XIX: Os dízimos na Igreja pós-apostólica: Algumas considerações práticas

INTRODUÇÃO

No último capítulo tratamos do seguinte tema: *Os três dízimos na Igreja apostólica*. Primeiramente nos referimos aos três dízimos na vida interna das igrejas; depois, consideramos um segundo aspecto: *a responsabilidade das igrejas locais pelas necessidades da Igreja universal*. Então, tratamos destes três pontos:

1) *Do dízimo de misericórdia entre as igrejas*, quando examinamos bem a questão da célebre coleta organizada pelo apóstolo Paulo em favor das igrejas da Judeia, particularmente a de Jerusalém, que passavam grande necessidade.

2) *Do dízimo em favor do desenvolvimento missionário do culto cristão.*

3) *Do dízimo como manifestação de consagração do fiel a Deus na evangelização.*

Agora, vamos considerar os dois pontos seguintes que permitirão concluir esta série dedicada aos dízimos bíblicos:

A. O ensino da Igreja, dos primeiros séculos, sobre a prática dos dízimos e da generosidade cristã.

B. Considerações práticas sobre a generosidade cristã, sobre os dízimos e sobre a expressão concreta de nossa gratidão para com Deus por sua graça inefável.

A. O ensino da Igreja dos primeiros séculos sobre a prática do dízimo e da generosidade cristã[258]

(1) O ensino de Lukas Vischer

Queremos agora examinar a maneira pela qual esse ensino que, como abundantemente constatamos, permeia toda a Bíblia e que foi recebido como norma pela Igreja Cristã após o fechamento do Cânon das Escrituras Apostólicas.

Lukas Vischer, teólogo liberal de Basileia, que por muito tempo trabalhou para o Conselho Ecumênico das Igrejas, escreveu um pequeno livro intitulado *O dízimo na Igreja Primitiva*, no qual defende uma posição teológica sobre esse assunto, combatida em todas as nossas exposições. Ali ele ensina que a graça do Novo Testamento teria abolido a Lei do Antigo e que o ensino da Bíblia sobre os dízimos não teria mais lugar na prática da Igreja Cristã pós-apostólica e, em particular, na vida das igrejas contemporâneas. Entretanto, utilizaremos amplamente esse texto de Lukas Vischer, em razão da documentação cuidadosa que traz, relacionada com a prática do dízimo (ou dos dízimos) na vida da Igreja Cristã dos primeiros séculos. Esses fatos históricos contradizem completamente a orientação errada do seu próprio ensino. Assim, podemos imitar os israelitas do tempo de Moisés, que partiram do Egito levando o despojo dos egípcios! Então, pilhemos os tesouros patrísticos recolhidos com tanto cuidado por nosso teólogo neo-ortodoxo.

A posição francamente "comunista" de Lukas Vischer serve de antídoto teológico a seus erros. Por lealdade ao nosso autor, citemos, em primeiro lugar, a posição aberrante defendida por Vischer. Vejamos o que escreveu quanto à prática do dízimo no Novo Testamento:

> No Novo Testamento, o pagamento do dízimo não tem nenhum verdadeiro significado. Ele é mencionado de maneira ocasional, como fazendo parte da piedade legalista judaica.

Vischer acrescenta:

> Jesus acusou os fariseus de pagar o dízimo com uma exatidão cheia de escrúpulos [de fato, Jesus os acusou por não compreenderem nada, nem o dízimo, nem a fé

> bíblica em si mesma!] enquanto ignoravam os elementos importantes da lei. O fariseu em pé, no Templo, afirmava em sua oração: Dou o dízimo de tudo que ganho (Lucas 18.12). Além dessas duas passagens, há alguns comentários sobre esse assunto a propósito de Gênesis 14.17-20, em Hebreus 7. Em nenhuma outra parte o Novo Testamento trata de um dízimo anual; nem Cristo, nem seus discípulos tinham o menor conhecimento de tal exigência.[259]

Vischer justifica sua cegueira, tanto no que diz respeito ao sentido dos textos aos quais se refere, como em relação à oposição perversa que levanta entre o Antigo e o Novo Testamento, a lei e a graça, nos seguintes termos:

> Esse silêncio não é acidental, mas está na própria raiz da mensagem do Evangelho. Tudo o que Cristo disse sobre possuir e dar se fundamenta em pressupostos que tornam totalmente impossível para ele a adoção do mandamento sobre o dízimo.

Então, Vischer revela o caráter ideológico, político e socialmente "comunista" de seu próprio pensamento, como segue:

> De fato, Cristo põe em dúvida a possibilidade, para o cristão, de guardar para si o que possui materialmente, por menor que seja. Consequentemente, Cristo não podia permitir que regras precisas fossem estabelecidas que determinassem o uso que faríamos de nossos bens.[260]

E acrescenta, como justificação bíblica e teológica dessa estranha posição, estas palavras surpreendentes:

> Ele [Cristo] mostra que as riquezas [não a cobiça das riquezas] são, elas mesmas, um perigo para a fé. Um homem pode tornar-se tão dependente de seus bens que não conseguirá mais confiar em Deus com todo seu coração. Ele se sente, então, seguro, e dessa maneira passa a crer que tem poder sobre os outros, e torna-se egoísta e dominador. Ao mesmo tempo que as riquezas perturbam o amor que devemos ter pelo próximo, elas separam os homens uns dos outros e são uma barreira à comunhão plena. Na perspectiva de Jesus, os bens têm em si mesmos o caráter próprio de um ídolo. Portanto, podem tornar-se objetos de fé para os homens. Podem transformar a liberdade em inquietude e ser um obstáculo para o amor. Portanto, isso tem a ver com nossa obediência ao primeiro mandamento [*Não terás outros deuses diante de mim*, Êxodo 20.3 e Deuteronômio 5.7] que nos liberta totalmente de todo espírito de escravidão em relação às nossas posses.

> Em certas circunstâncias, Jesus pode até exigir que abandonemos totalmente o que temos. Por essa razão, ele enviou seus discípulos sem nada. Eles deviam pregar o Evangelho num espírito de total confiança em Deus, sem se apoiar em nenhuma daquelas coisas que trazem segurança aos homens. Sua pobreza devia, então, manifestar a todos que eles viviam inteiramente daquilo que Deus lhes proporcionava.[261]

Haveria muito o que dizer sobre esse texto que mistura habilmente o que é verdadeiro e o que é falso. Como é o caso de toda heresia, do conjunto do testemunho bíblico, Vischer faz escolhas muito convenientes, extraindo textos que convêm e excluindo tudo que seja contrário à sua tese sobre a fé comunitária (comunista!) e super espiritual, que procura impor. A essência do seu pensamento tem um caráter especificamente gnóstico. Ele procura demonizar os bens materiais, as riquezas e, dessa maneira, deificar a pobreza, [262] como se os bens que Deus nos dá não fossem, na realidade, coisas boas, de origem divina, dos quais não pudéssemos fazer uso legítimo, como ofertar a Deus e à sua obra, por exemplo, conforme o ensino bíblico sobre os três dízimos; ou, ao contrário, fazer mau uso deles, utilizando-os para a nossa própria satisfação egoísta; ou ainda, dilapidando vergonhosamente os bens que o Senhor nos confiou. Porque Deus nos dá esses bens para que, em primeiro lugar, façamos uso deles de forma legítima; depois, para que os utilizemos para o bem do nosso próximo; e, por fim, para o bem da Igreja e do Reino de Deus. Cada um desses usos legítimos dos nossos bens terá, de diversas maneiras e por fim último, a glória de Deus. Lukas Vischer, como bom gnóstico que parece ser, nega ao mesmo tempo a bondade da criação (os bens, as riquezas), sua boa origem criacional e a perfeita atualidade dos ensinos do Antigo Testamento e, em particular, os da Lei de Deus, da Torá, especificamente aqueles relacionados com os dízimos bíblicos.

Esse ponto de vista, tanto dualista como gnóstico — ensino que o autor atribui, de maneira blasfema e totalmente imprópria, ao nosso Senhor Jesus

Cristo —, o conduz a conclusões concretas e práticas e ao mesmo tempo utópicas e nefastas. Vejamos, de acordo com os escritos do próprio Lukas Vischer, o ensino que foi, por vários anos, o mesmo ensino do Conselho Ecumênico das Igrejas, organismo eclesiástico no qual ele teve uma atuação importante: 1) Esse ponto de vista não deixa nenhum espaço para qualquer dízimo cristão; 2) Mais ainda, exigir o dízimo aos cristãos é considerado perigoso; 3) Isso nos leva a concluir que o problema com Mamon estaria resolvido se o cristão não desse o dízimo; 4) Jesus teria aprofundado de tal maneira o problema relacionado à posse de "bens" — note o termo *bens*! — que não devemos considerar favoravelmente qualquer que seja o ensino do Antigo Testamento sobre os dízimos; 5) Enfim, e para concluir, Vischer afirma que [...] *a vontade de Deus não pode ser cumprida pelo pagamento do dízimo*.[263]

Não há o que possa ser mais contrário à lei de Deus e ao espírito de toda a revelação bíblica. Podemos concluir — com um Jacques Ellul por exemplo, eminente e falso doutor protestante, se de fato for! — que a obediência à Lei de Deus pelos cristãos os levaria a tomar sobre si a marca do Anticristo.[264]

Para nós é evidente que Jesus Cristo (e toda a Bíblia, que é sua Palavra infalível) vê as coisas de forma totalmente diferente. Não são *as riquezas* que seriam más em si mesmas, mas *o amor às riquezas*, a dependência das riquezas, *a idolatria dos bens deste mundo*, em resumo, o fato de colocar a criatura — aqui as riquezas — no lugar do Criador. Portanto, o problema não está na matéria, nas riquezas, nos bens, mas no coração do homem, em sua cobiça (a transgressão do Décimo Mandamento). No Evangelho segundo Marcos lemos estas palavras que elucidam muito bem nosso assunto:

> Então, lhes disse: Assim vós também não entendeis? Não compreendeis que tudo o que de fora entra no homem não o pode contaminar, porque não lhe entra no coração, mas no ventre, e sai para lugar escuso? E, assim, considerou ele puros todos os alimentos. E dizia: O que sai do homem, isso é o que o contamina.

> Porque de dentro, do coração dos homens, é que procedem os maus desígnios, a prostituição, os furtos, os homicídios, os adultérios, a avareza, as malícias, o dolo, a lascívia, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a loucura. Ora, todos estes males vêm de dentro e contaminam o homem. (Marcos 7.18-23)

(2) Os dízimos na Igreja pós-apostólica

Não nos demoremos muito nas deficiências teológicas e bíblicas do livrinho de Lukas Vischer, mas vejamos o que contém de mais positivo. Ele apresenta inúmeras citações dos Pais dos primeiros séculos da Igreja, que atestam claramente a prática dos diferentes dízimos pelos discípulos de Cristo, introduzidos na vida cristã pela pregação dos apóstolos e seus sucessores.

Como foi o caso na Igreja de Jerusalém — e isso desde seus primeiros dias — os cristãos consagraram seus bens para o serviço do Senhor e amor ao próximo, o que para eles era como doar-se a si mesmos a Deus. Exatamente o que Cristo havia pedido ao jovem rico (Marcos 10.21). Portanto, o sacrifício exigido do jovem rico não era único nem exclusivo a esse texto. Mas o que nos interessa aqui é o fato de que Lukas Vischer reconhece claramente a adoção, pela primeira igreja, do ensino da Bíblia sobre os dízimos, quando escreveu:

> Por outro lado, é preciso notar que a igreja antiga tinha também adotado o mandamento do dízimo. Várias normas da Igreja do Oriente mencionam a obrigação de dar o dízimo, quantia constituída de uma taxa paga aos profetas, aos padres e ao clero em geral [trata-se do dízimo do *direito* e da *fidelidade*], e outra quantia que representava um capital destinado ao sustento dos pobres, miseráveis, viúvas e órfãos [tratava-se do dízimo de *misericórdia*].[265]

Em seguida, Lukas Vischer mencionou várias citações dos Pais da Igreja que refutam suas próprias teorias não bíblicas, sobre a prática dos dízimos no Antigo Testamento pela primeira igreja. Sigamos passo a passo. Vejamos o que escreveu Ireneu (130-200 d.C.):

> Portanto, o *gênero* de obrigações não foi abolido: havia obrigações lá [entre os judeus], havia aqui também [na igreja]. Somente a *espécie* foi alterada: não é mais por escravos, mas por homens livres que é feita a oferta. Se, de fato, há

> somente um único e mesmo Senhor, menos ainda a oferta teria um caráter próprio dos escravos [judeus] e um caráter próprio dos homens livres [cristãos], para que até nas ofertas se manifestasse a marca distintiva da liberdade, porque nada é supérfluo ou carente de significado para com ele. Por isso, aqueles queriam consagrar o dízimo [literalmente, "os dízimos"][266] dos seus bens, enquanto estes, que compartilham da liberdade, põem tudo que têm para a obra do Senhor, dando alegre e generosamente os menores bens, porque têm maior esperança; a viúva pobre lançando aqui toda a sua subsistência no tesouro de Deus.[267]

Assim, Ireneu não via nenhuma ruptura entre as exigências da Torá e as do Evangelho, mas (como vimos muitas vezes) o Evangelho não é outro senão o fruto alegre, último e completo de toda a antiga Aliança da graça.

Vejamos, agora, Cipriano (200-258 d.C.):

> Então [na Igreja de Jerusalém], vendiam suas casas e suas propriedades, acumulavam um tesouro no céu, ofertavam aos apóstolos o produto da venda para ser distribuído aos pobres. Mas hoje, não damos nem mesmo um décimo do nosso patrimônio e ainda que o Senhor nos ordene vender, mais compramos e aumentamos nossos bens.[268]

Vejamos, agora, João Crisóstomo:

> Ah, que infelicidade! Infeliz aquele que não exerce a prática de dar esmola! A esmola era um dever na antiga lei. Tornou-se ainda maior sob a nova lei. De fato, se no tempo em que se permitiam as posses temporais era natural e desejável que se tomasse todo o cuidado para que a esmola e o socorro dos pobres fosse um preceito rigoroso, esse dever deve ser julgado como uma obrigação ainda mais estreita, no tempo em que ser pobre é uma das virtudes fundamentais. É necessário que eu detalhe a amplitude das coisas rigorosamente impostas aos judeus? Eles davam a décima parte de seus bens e depois disso um segundo dízimo para as obras de misericórdia, como socorro aos órfãos, às viúvas e aos prosélitos. Não faz muito tempo me falaram da generosidade de alguém que, prodigiosamente, havia dado a décima parte de seus bens. Na verdade, é uma vergonha que o fato de alguém ofertar mais que o décimo, algo que não era nem notado entre os judeus, seja considerado extraordinário entre os cristãos! Havia muito temor, entre os judeus, de omitir o pagamento do dízimo! Que não tenhamos nada a temer sob o Evangelho! Acrescentaria que a desordem da bebedeira o exclui do céu para sempre.[269]

Agostinho de Hipona (354-430 d.C.) escreveu:

> Cristo disse: se sua justiça não exceder a justiça dos escribas e fariseus vocês não entrarão no reino dos céus (Mateus 5.20). [...] Eu dou o dízimo de toda a minha renda (Lucas 18.12). Entretanto, quando vocês me dão somente um por cento, vocês se vangloriam como se tivessem feito alguma coisa formidável.[270]

Agostinho se pergunta: Quanto é preciso dar aos pobres? Ele reconhece que podemos guardar tudo que precisamos e até mesmo além do necessário para prover nossas necessidades. Mas acrescenta:

> Então, doemos uma porção precisa. Mas que porção? Um décimo. Os escribas e os fariseus davam os dízimos. Irmãos, precisamos corar de vergonha, pois esses homens pelos quais Cristo não tinha ainda derramado seu sangue, davam o dízimo. Os escribas e fariseus davam seus dízimos. Portanto, vocês não deviam imaginar que levar pão aos pobres seja uma obra extraordinária, pois isso representa apenas um milésimo de seus bens. Não condeno isso, mas ao menos façam o mesmo que eles.[271]

Jerônimo (342-420 d.C.), comentando Mateus 22.21, escreveu:

> Deem a Cesar as coisas que pertencem a Cesar, isto é, os dízimos, as primícias, as contribuições e os sacrifícios, como Cristo pagou o imposto por Ele mesmo e por Pedro e deu a Deus o que lhe pertence, cumprindo a vontade do Pai.[272]

Vischer termina citando Crisóstomo, quando comentava Gênesis 14.20:

> E Abrão lhe deu [a Melquisedeque] o dízimo de tudo. Então, Abrão se tornou o mestre de todos; ele nos ensinou que devemos manifestar generosidade e trazer os primeiros frutos do que Deus nos dá.[273]

B. Algumas considerações práticas sobre a generosidade cristã, sobre os dízimos e sobre a expressão real de nossa gratidão para com Deus por sua graça inefável

(1) As primícias pertencem a Deus

> As primícias dos frutos da tua terra trarás à Casa do Senhor, teu Deus. (Êxodo

23.19)

> Consagra-me todo primogênito; todo que abre a madre de sua mãe entre os filhos de Israel, tanto de homens como de animais, é meu. (Êxodo 13.2)
>
> Não tardarás em trazer ofertas do melhor das tuas ceifas e das tuas vinhas; o primogênito de teus filhos me darás. Da mesma sorte, farás com os teus bois e com as tuas ovelhas. (Êxodo 22.28-29)

As primícias das colheitas, os primogênitos dos animais e o filho primogênito pertencem a Deus. Esse princípio da vida cultual de Israel também deve ser aplicado aos dízimos cristãos. O que isso quer dizer? Que ao consagrarmos nossos dízimos a Deus para a obra de seu Reino (que, como vimos, ultrapassa em muito o simples serviço do culto cristão), para os que estão em penúria e para o ministério da Igreja, esses donativos não devem estar em último lugar na lista de nossas faturas a serem pagas, mas no primeiro! Quando pagamos primeiro todas as outras contas, e só depois damos para Deus o que restou, a parte de Deus sempre será a mais magra. A regra, então, é clara: primeiro pagar o que devemos a Deus e ele proverá o resto. Deus deve ser o primeiro a ser servido. “Buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas!” (Mateus 6.33). Reparem bem o sentido espiritual desse texto e o que dele decorre: “Quem é fiel no pouco também é fiel no muito; e quem é injusto no pouco também é injusto no muito” (Lucas 16.10).

Colocar Deus em primeiro lugar, de acordo com o mandamento “não terás outros deuses diante de mim” (Êxodo 20.3), fará com que naturalmente também coloquemos cada um dos outros aspectos da nossa vida em seu devido lugar. No início, poderá parecer que, ao consagrarmos ao menos dez por centos de nossas rendas a Deus, nunca cumpriremos esses dois objetivos. Mas descobriremos o contrário. Muitas despesas supérfluas deixarão de existir em nosso orçamento e, mais importante ainda, descobriremos que nossa vida estará escancarada, dali para frente, para receber as bênçãos

divinas. Em primeiro lugar na área espiritual, mas veremos que a esfera material de nossas vidas também não escapará das bênçãos imerecidas de Deus para conosco.

(2) Contar com a bênção de Deus

Uma segunda coisa a observar é que, num cosmos plenamente aberto à ação e à intervenção aliancial de Deus, podemos ali esperar o derramamento da bênção divina — ainda que essa bênção seja às vezes acompanhada de sofrimento e de provas. Essa bênção é consequência de nossa obediência fiel às cláusulas da aliança, em particular no que diz respeito ao que devemos dar a Deus. Isso é particularmente verdadeiro no que se refere a nossos dízimos e ofertas. Vejamos o ensino de sabedoria que o livro de Provérbios nos dá:

> Confia no SENHOR de todo o teu coração e não te estribes no teu próprio entendimento. Reconhece-o em todos os teus caminhos, e ele endireitará as tuas veredas. Não sejas sábio aos teus próprios olhos; teme ao SENHOR e aparta-te do mal; será isto saúde para o teu corpo e refrigério, para os teus ossos. Honra ao SENHOR com os teus bens e com as primícias de toda a tua renda; e se encherão fartamente os teus celeiros, e transbordarão de vinho os teus lagares. (Provérbios 3.5-10)

A Torá não fala outra coisa. Referindo-se ao ano sabático, o sétimo ano e ano do perdão das dívidas em Israel, Moisés escreveu em Deuteronômio:

> Quando entre ti houver algum pobre de teus irmãos, em alguma das tuas cidades, na tua terra que o Senhor, teu Deus, te dá, não endurecerás o teu coração, nem fecharás as mãos a teu irmão pobre; antes, lhe abrirás de todo a mão e lhe emprestarás o que lhe falta, quanto baste para a sua necessidade. Guarda-te não haja pensamento vil no teu coração, nem digas: Está próximo o sétimo ano, o ano da remissão, de sorte que os teus olhos sejam malignos para com teu irmão pobre, e não lhe dês nada, e ele clame contra ti ao Senhor, e haja em ti pecado. Livremente, lhe darás, e não seja maligno o teu coração, quando lho deres; pois, por isso, te abençoará o Senhor, teu Deus, em toda a tua obra e em tudo o que empreenderes. Pois nunca deixará de haver pobres na terra; por isso, eu te ordeno: livremente, abrirás a mão para o teu irmão, para o necessitado, para o pobre na tua terra. (Deuteronômio 15.7-11)

3) Dar com alegria

Acabamos de ler no livro da Antiga Aliança: “Livremente, lhe darás, e não seja maligno o teu coração, quando lho deres!”. Além disso, toda a Bíblia nos ensina que precisamos ser generosos, de coração e na prática, como Deus é generoso; temos de dar com alegria. No Sermão da Montanha, Jesus Cristo nos exorta assim:

> Dá a quem te pede e não voltes as costas ao que deseja que lhe emprestes. (Mateus 5.42)

Que é um eco do salmo 37:

> O ímpio pede emprestado e não paga;
> o justo, porém, se compadece e dá.
> Aqueles a quem o SENHOR abençoa possuirão a terra;
> e serão exterminados aqueles a quem amaldiçoa.
> O SENHOR firma os passos do homem bom
> e no seu caminho se compraz. (Salmos 37.21-23)

E o salmista acrescenta:

> Fui moço e já, agora, sou velho,
> porém jamais vi o justo desamparado,
> nem a sua descendência a mendigar o pão.
> É sempre compassivo e empresta,
> e a sua descendência será uma bênção. (Salmos 37.25-26)

Vejamos ainda, no livro da Nova Aliança, o apóstolo Paulo se dirigindo aos presbíteros da Igreja de Éfeso:

> Agora, pois, encomendo-vos ao Senhor e à palavra da sua graça, que tem poder para vos edificar e dar herança entre todos os que são santificados. De ninguém cobicei prata, nem ouro, nem vestes; vós mesmos sabeis que estas mãos serviram para o que me era necessário a mim e aos que estavam comigo. Tenho-vos mostrado em tudo que, trabalhando assim, é mister socorrer os necessitados e

> recordar as palavras do próprio Senhor Jesus: Mais bem-aventurado é dar que receber. (Atos 20.32-35)

E o mesmo Paulo escreveu aos Coríntios, que sob a influência de falsos doutores contestavam violentamente seu ministério, estas palavras cheias de encorajamento:

> E isto afirmo: aquele que semeia pouco, pouco também ceifará; e o que semeia com fartura com abundância também ceifará. Cada um contribua segundo tiver proposto no coração, não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama a quem dá com alegria. Deus pode fazer-vos abundar em toda graça, a fim de que, tendo sempre, em tudo, ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra, como está escrito: Distribuiu, deu aos pobres, a sua justiça permanece para sempre. Ora, aquele que dá semente ao que semeia e pão para alimento também suprirá e aumentará a vossa sementeira e multiplicará os frutos da vossa justiça. (2 Coríntios 9.6-10)

(4) Uma generosidade proporcional à renda

Os cristãos da Macedônia haviam doado, na coleta para Jerusalém, além do que era possível. Paulo exorta os cristãos de Corinto à generosidade, citando o exemplo dos macedônios:

> Também, irmãos, vos fazemos conhecer a graça de Deus concedida às igrejas da Macedônia; porque, no meio de muita prova de tribulação, manifestaram abundância de alegria, e a profunda pobreza deles superabundou em grande riqueza da sua generosidade. Porque eles, testemunho eu, na medida de suas posses e mesmo acima delas, se mostraram voluntários, pedindo-nos, com muitos rogos, a graça de participarem da assistência aos santos. E não somente fizeram como nós esperávamos, mas também deram-se a si mesmos primeiro ao Senhor, depois a nós, pela vontade de Deus. (2 Coríntios 8.1-5)

Paulo coloca os cristãos da Macedônia como exemplo e modelo de zelo e generosidade para os coríntios. Vejamos rapidamente os aspectos elogiáveis e motivadores que o apóstolo destaca desses novos cristãos tão consagrados, fiéis e generosos.

(1) Em primeiro lugar, Paulo indica que toda ação generosa desses cristãos é uma manifestação da soberana graça de Deus neles. O Espírito Santo agiu com grande poder nessas igrejas.

(2) Não se tratava de cristãos, poderíamos dizer, burgueses, que viviam com todo conforto, que davam o que havia sobrado de supérfluo. Mas ao contrário, eram crentes que haviam passado por grandes tribulações. Essa palavra grega *tripalium*, que traduzimos por "tribulação", refere-se à tortura cruel da perseguição pelo uso de instrumentos que arrebentavam as juntas do corpo, puxando-as em várias direções até rasgá-lo. Portanto, em sua profunda pobreza, tinham manifestado uma alegria transbordante, que se derramava em rica liberalidade.

(3) Davam segundo suas possibilidades; não constrangidos, mas voluntariamente e com manifesta boa vontade. De forma alguma sua generosidade era a expressão de uma obrigação "legalista" forçada. Mas vinha de um coração alegre e grato a Deus, muito além do esperado. Esses cristãos da Macedônia davam além de suas possibilidades, porque contavam com o Deus que proveria todas as suas necessidades. Eles mesmos haviam insistido com Paulo para que lhes fosse permitido participar do socorro aos santos de Jerusalém.

(4) Enfim, e isto é essencial, o que levou a todo esse impulso de amor para com irmãos desconhecidos foi o fato deles mesmos, pela vontade de Deus, antes de tudo, darem-se ao Senhor. Depois, então, manifestaram seu amor para com o apóstolo Paulo, que foi para eles o instrumento abençoado, escolhido por Deus para sua salvação.

Paulo, em seguida, voltou-se para os coríntios que, após mostrarem grande desejo e entusiasmo por essa obra de misericórdia, haviam relaxado seu zelo. Vejam com que tato Paulo exorta cada um dos cristãos da igreja de Corinto.

> [...] recomendar a Tito que, como começou, assim também complete esta graça

entre vós. (2 Coríntios 8.6)

Paulo prosseguiu com muito cuidado e delicadeza, mas, notemos também, com uma extraordinária firmeza:

> Como, porém, em tudo, manifestais superabundância, tanto na fé e na palavra como no saber, e em todo cuidado, e em nosso amor para convosco, assim também abundeis nesta graça. (2 Coríntios 8.7)

Em seguida Paulo se contém, a fim de não lhes dar a impressão de que está abusando de sua autoridade apostólica para impor sua vontade. E continua:

> Não vos falo na forma de mandamento, mas para provar, pela diligência de outros, a sinceridade do vosso amor. (2 Coríntios 8.8)

Ele os encoraja a perseverar no bem; a levar a termo a coleta que haviam começado com tanta disposição:

> Completai, agora, a obra começada, para que, assim como revelastes prontidão no querer, assim a leveis a termo, segundo as vossas posses. (2 Coríntios 8.11)

Em seguida ele os exorta a ter uma atitude pensada, a não agir por impulso, como talvez tivessem agido em seu primeiro entusiasmo. Então, Paulo os leva a fazer considerações com bom senso:

> Porque, se há boa vontade, será aceita conforme o que o homem tem e não segundo o que ele não tem. (2 Coríntios 8.12)

Ele termina manifestando aos cristãos de Corinto que não se trata aqui de exercer uma generosidade impensada, mas de agir com sabedoria, não para sua própria ruína, mas para que certa igualdade espiritual e material possa se manifestar entre os cristãos com experiências diferentes:

> Porque não é para que os outros tenham alívio, e vós, sobrecarga; mas para que haja igualdade, suprindo a vossa abundância, no presente, a falta daqueles, de modo que a abundância daqueles venha a suprir a vossa falta, e, assim, haja

> igualdade, como está escrito: O que muito colheu não teve demais; e o que pouco, não teve falta. (2 Coríntios 8.13-15)

(5) Dar com discernimento

Mas não basta dar: (a) as primícias de nossas rendas; (b) contar com as bênçãos de Deus; (c) dar com alegria e; (d) dar de forma proporcional a nossos recursos.

Em primeiro lugar, notemos que seria inútil dar, se não dermos com discernimento. O que isso quer dizer? Não se deve dar sem avaliar para quem, onde, ou para que obra. Se a pessoa a quem se dá, se a obra que apoiamos não agrada a Deus, o que dermos se perderá totalmente, porque de maneira nenhuma demos a Deus. Portanto, antes de doarmos o que quer que seja, devemos nos assegurar de que a pessoa ou a obra que desejamos apoiar glorifique, verdadeiramente, a Deus. Por falta de discernimento, por entusiasmo impulsivo, com frequência e de maneira escandalosa desperdiçamos dinheiro e bens que dispomos (que Deus nos confiou), doando sem discernir. Então, devemos refletir bem e orar muito antes de doar. Temos de nos informar, cuidadosamente, sobre as convicções e orientações espirituais da obra que desejamos apoiar. Administrar os bens que Deus nos deu é coisa muito séria, como nos ensina a parábola dos talentos e das minas.

Devemos fazer a nós mesmos a pergunta fundamental: Onde doar? A Bíblia, por seu ensino sobre a importância dos três dízimos, nos explica de maneira precisa. Atentando para o ensino de Moisés, de Jesus Cristo, da igreja de Jerusalém, da igreja apostólica e da igreja dos primeiros séculos, devemos consagrar essas doações às coisas mais importantes, indicadas pelo ensino da lei bíblica sobre os dízimos: (1) a justiça, (2) a misericórdia, e (3) a fidelidade, sem, é claro, esquecer o resto (Mateus 23.23).

(1) Assim, as ofertas do cristão devem estar relacionadas com as necessidades dos levitas, isto é, com aqueles da igreja local e com a obra

missionária dessa igreja. Lembremos que a obra dos levitas, tanto em Israel como hoje, é muito mais que a celebração do culto no Tabernáculo e em Jerusalém. Todas as obras educativas, jurídicas, culturais dos cristãos estão também cobertas, tanto na Nova como na Antiga Aliança, pelo dízimo levítico. Somente o dízimo dos dízimos dos levitas era pago por eles para sustentar as necessidades dos sacerdotes e do culto em Jerusalém ou no tabernáculo. Esse primeiro dízimo não cobria somente, e a priori, as necessidades da igreja local e de seus mestres, mas todas as obras falsamente chamadas de “paracristãs” ou “para-eclesiásticas” e que glorificam também a Deus ao proclamar, por seu engajamento prático, o testemunho de Jesus que é o espírito da profecia (Apocalipse 19.10).

(2) Em seguida, há o dízimo de misericórdia que era separado a cada três anos e que sustentava toda a obra de caridade cristã, isto é, o socorro às viúvas abandonadas, aos órfãos, aos estrangeiros, aos infelizes, aos doentes e às pessoas sem recursos.

(3) Enfim, o cristão deve pensar, em seu tempo de férias, nas festas judaicas celebradas em Jerusalém. Mas hoje, esse tempo de repouso do cristão não deve ser reservado apenas ao seu legítimo descanso e diversão, mas também à renovação de sua fé, segundo o ensino dado na Palavra de Deus. Isso inclui o sustento de acampamentos cristãos, de conferências cristãs, de obras missionárias cristãs, de obras em favor da juventude e de outras faixas etárias que podem acrescentar muito nas férias dos filhos de Deus. Tudo isso diz respeito ao dízimo da fidelidade.

Conclusão: Confiar num Deus generoso, sábio e todo-poderoso

Como em todas as coisas, o centro de nossa obediência na questão do que devemos a Deus e às suas obras aqui na terra — como também ao nosso próximo vulnerável — repousa, antes de tudo, sobre nossa fé, sobre nossa

confiança em Deus. Porque Deus, na ação de sua providência, é grande em sua generosidade para com toda a sua criação, e para com todas as suas criaturas, especialmente para com seus filhos, membros do corpo que é a Igreja, participantes da Nova Aliança que estabeleceu na cruz do Gólgota com seu povo eleito e por sua ressurreição dentre os mortos.

Como deve ser, terminaremos esta série de exposições sobre o oitavo mandamento *Não roubarás*, e mais particularmente sobre o ensino da Escritura quanto aos dízimos bíblicos, pelas palavras do próprio Senhor e Salvador Jesus Cristo. Porque ele é o fundador dessa Aliança e quem a aperfeiçoa em nós pelo seu Espírito, até seu cumprimento perfeito no último dia. Portanto, estas são as palavras do Deus feito homem, dirigidas a todos os que se dizem dele e querem andar em sua comunhão:

> Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um e amar ao outro, ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas. Por isso, vos digo: não andeis ansiosos pela vossa vida, quanto ao que haveis de comer ou beber; nem pelo vosso corpo, quanto ao que haveis de vestir. Não é a vida mais do que o alimento, e o corpo, mais do que as vestes? Observai as aves do céu: não semeiam, não colhem, nem ajuntam em celeiros; contudo, vosso Pai celeste as sustenta. Porventura, não valeis vós muito mais do que as aves? Qual de vós, por ansioso que esteja, pode acrescentar um côvado ao curso da sua vida? E por que andais ansiosos quanto ao vestuário? Considerai como crescem os lírios do campo: eles não trabalham, nem fiam. Eu, contudo, vos afirmo que nem Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles. Ora, se Deus veste assim a erva do campo, que hoje existe e amanhã é lançada no forno, quanto mais a vós outros, homens de pequena fé? Portanto, não vos inquieteis, dizendo: Que comeremos? Que beberemos? Ou: Com que nos vestiremos? Porque os gentios é que procuram todas estas coisas; pois vosso Pai celeste sabe que necessitais de todas elas; buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas. Portanto, não vos inquieteis com o dia de amanhã, pois o amanhã trará os seus cuidados; basta ao dia o seu próprio mal. (Mateus 6.24-34)

Conclusão

Onde nos situamos?

Uma abordagem mais ampla [274]

Adam Smith (1723-1790), o pai da economia moderna sem Deus, era um presbiteriano escocês, um expoente do Iluminismo do século XVIII, que era a expressão de uma civilização que apostatou do cristianismo. Ele foi grande amigo do filósofo David Hume (1711-1776)[275] que não temia declarar publicamente seu ateísmo numa Escócia ainda profundamente calvinista. Por sua teoria da "mão invisível", Adam Smith colocou o bem e o mal econômico em nível de igualdade (Gênesis 2.15-17). Ele afirmava que, nas transações econômicas, o fato de uma ação ser boa (honesta) ou má (desonesta), não produziria nenhum efeito negativo sobre o bem econômico que proporcionaria à sociedade e aos atores econômicos. A destruição da sociedade por tais atos econômicos nefastos não poderiam ter, segundo ele, nenhuma consequência *economicamente negativa.* Assim, para Adam Smith todos os atores econômicos se beneficiariam naturalmente dessa confusão maléfica entre o bem e o mal, porque a riqueza das nações não mais aumentaria em consequência das bênçãos da aliança divina, mas pela ação livre desse pretenso "mecanismo científico", chamado de "mercado", que neutralizaria as consequências nefastas das ações econômicas moralmente más. Dessa forma, Adam Smith substituía a ação aliancial oculta da providência moral de Deus, por um mecanismo "científico" automático, de caráter inteiramente amoral. O mesmo aconteceu com as ciências biológicas. A Palavra, que é nosso Senhor Jesus Cristo — com o Pai e o Espírito Santo — Criador, Ordenador e Sustentador de todas as coisas na esfera das ciências da vida, foi substituída por um processo semelhante à "mão invisível" de

Adam Smith, pretensamente científico, chamado “evolução”. Mas essa suposta evolução, tanto quanto a “mão invisível” de Adam Smith, não possui existência objetiva.

(1) Nenhuma água pura pode vir de uma fonte impura

Tanto Eugen Böhm von Bawerk (1851-1914) quanto Karl Marx (1818-1883) foram discípulos de David Ricardo (1772-1823) que também seguiu os passos de Adam Smith. Cada um desses economistas (como ocorreu na esfera biológica com Charles Darwin [1809-1882]) afirmava que a economia devia ser estudada segundo os métodos das ciências físicas, considerados como o modelo redutor por excelência, apropriado a todas as disciplinas “científicas”. Notemos que essas ciências foram constituídas a partir de Francis Bacon (1561-1626), René Descartes (1596-1650) e Galileo Galilei (1564-1642), tendo como base a exclusão de Deus, enquanto causa final do universo, e da Palavra de Deus (a Bíblia), substituída pela linguagem das matemáticas como sua causa formal.[276]

Essa opção metodológica produziu uma nova visão do cosmos, também pretensamente “científica”, privada da presença de Deus e de qualquer outro significado senão o da quantidade, daquilo que é mensurável. Charles Darwin fez um passeio semelhante pela biologia. Adam Smith e seus sucessores fizeram o mesmo na esfera econômica. Citemos o exemplo do célebre físico francês, Pierre-Simon de Laplace (1749-1827) que, à pergunta feita por Napoleão (1769-1821) “Que lugar Deus possui em seu sistema?”, respondeu: “Senhor, não tenho necessidade dessa hipótese”. E por seu lado, Galileu foi condenado pelo Cardeal Robert Bellarmin (1542-1621) e pelo Santo Ofício não por suas hipóteses científicas tão audaciosas, mas por ter afirmado, referindo-se às ciências físicas, que os matemáticos entendiam que elas eram superiores à Bíblia.

As ciências econômicas, como estudo da ação humana na esfera da produção

e da troca de bens, necessariamente são colocadas entre as ciências *morais*, portanto responsáveis diante de Deus e das leis criacionais imutáveis e éticas, estabelecidas por ele. Esses apóstatas do cristianismo que acabamos de destacar, ou seja, Galileu, Hume, Adam Smith, Ricardo, Darwin, Bawerk e *tutti quanti*, excluíram Deus de sua visão de criação e lançaram sua lei para fora do nosso universo, desta natureza criada, ordenada e sustentada por ele! Essa mudança não foi outra coisa senão a multiplicação ao infinito do pecado de Adão, do pecado original, isto é, o desejo de estabelecer por si mesmo a diferença entre o bem e o mal; o desejo de fundamentar, por si mesmo, de maneira autônoma em relação ao Criador e à ordem imutável de sua criação, os primeiros princípios do universo.

Foi em relação a essa ordem da criação que Herman Dooyeweerd (1894-1977), filósofo holandês de convicções reformadas e seu discípulo anglicano E. L. Hebden Taylor (1925-2006) trabalharam pelo restabelecimento do ensino cristão, segundo o qual existe, de fato, uma ordem criada para a ciência econômica e essa ordem estável da natureza foi infalivelmente confirmada pela Lei moral e jurídica de Deus.

(2) Considerações sobre a propriedade privada, a usura e o mercado

Ambos, Eugen Böhm von Bawerk (1851-1914) e Karl Marx (1818-1883) foram discípulos de David Ricardo (1772-1823). Este último, por sua vez, andou nos passos de Adam Smith. Esses economistas — com Charles Darwin [1809-1882] na esfera da biologia — estavam convencidos de que o estudo da economia devia ser conduzido segundo os métodos das ciências físicas e matemáticas, único modelo apropriado a todas as disciplinas aceitas como "científicas". Essas ciências foram constituídas — isso a partir de Francis Bacon (1561-1626), de René Descartes (1596-1650) e de Galileo Galilei (1564-1642) — sobre a exclusão metodológica tanto da causa final, Deus, como da Palavra escrita e infalível de Deus que é a causa formal — o sentido

— do estudo do universo. Foi esse método único que resultou na visão "científica" de um cosmos hipotético, do qual Deus e todo o sentido expresso pela linguagem das palavras havia desaparecido. Charles Darwin fez isso na biologia e Adam Smith, com sua escola, fez o mesmo nas ciências econômicas.

A ciência econômica, enquanto estudo da ação humana na produção e na troca de bens, é, necessariamente, uma ciência moral que deve sua existência a Deus e às suas leis éticas e criacionais. Foi em relação a essa ordem da criação que Herman Dooyeweerd e E. L. Hebden Taylor felizmente nos lembraram que existe uma ordem criada para a economia (como para todas as ciências) e que essa ordem pode ser conhecida pela inteligência humana — como pudemos constatar ao longo deste livro — e é constantemente confirmada pela Lei de Deus.

(3) Considerações relacionadas com a propriedade privada, a usura e o mercado

Tendo exposto a premissa criacional e moral da ciência econômica, é bom prosseguirmos com nossa reflexão, examinando alguns exemplos de fenômenos econômicos (positivos ou negativos) como a propriedade privada, o empréstimo a juro e o mercado. Todos esses encontram-se no âmbito das instituições criadas por Deus, como também a moeda estabelecida sobre a base de um valor estável e real. De fato, a moeda como meio de troca é também uma instituição da ordem criacional. Mas, como vimos claramente, o uso da moeda requer meios e bases estáveis para funcionar, de forma que não seja prejudicial à própria economia. Sem tal base e restrições (por exemplo, a possibilidade de ser trocada por ouro ou ter como garantia a apreciação correta da riqueza econômica nacional), a moeda produzirá desordens com consequências desastrosas para a sociedade como um todo. De fato, a ausência de limites ao crédito, sempre crescente, disponível aos agentes

econômicos, só fará com que aumente a riqueza dos mais ricos, através de uma especulação delinquente, como de cassinos transformados em bancos centrais. Isso levará, também, à destruição do nível de vida da população em geral (os pobres muito particularmente, mas também a classe média), produzindo inflação, que corre o risco de tornar-se, ao longo do tempo, incontrolável, apesar das medidas profiláticas virtuais dos bancos centrais.

Consideremos a proibição bíblica de se cobrar juros sobre os variados tipos de empréstimos. Até o Renascimento, toda a tradição cristã sobre a usura imprimia sobre esse ponto (junto com uma parcela importante do pensamento pagão antigo) o selo da ordem criacional, isto é, o dinheiro não criava dinheiro. Essa interdição era um reflexo da lei moral, ou seja, a cobrança de juros, sob qualquer aspecto, não passava de uma forma de delinquência e o juro composto era considerado, em muitos casos, como uma forma de homicídio.

A existência da propriedade privada — uma instituição tão antiga quanto a família — e sua utilização devem ser regidas de acordo com o conteúdo da ordem criacional, isto é, pelas normas da Lei de Deus. Para destacar apenas um exemplo, a lei do jubileu tornava muito difícil a acumulação ilimitada de terras. De fato, a legislação sabática sobre a posse de terras — sem a qual teriam sido alienadas definitivamente — ordenava sua restituição às famílias no ano do jubileu a cada cinquenta anos, pois essas terras eram consideradas como heranças intocáveis.[277] Assim, a perda, por uma família, de sua herança de terras, não podia ir além do limite temporal de cinquenta anos ou duas gerações. O pecado (ou a infelicidade) dos pais, não podia cair automaticamente sobre os filhos de maneira permanente! A lei era um instrumento jurídico que permitia a restauração social.

Além disso, é preciso notar que depois da Lei de Moisés, a propriedade privada individual não era absoluta em si mesma, porque trazia, para a

sociedade, algumas obrigações mais amplas como, por exemplo, o direito aos pobres de colher as sobras após a colheita ou o filho mais velho ter sua parte dobrada na herança, vantagem que era acompanhada de obrigações específicas. Entre elas estava a responsabilidade que o primogênito devia assumir de cuidar dos pais em sua velhice, como também de outros membros vulneráveis do grupo familiar.

Nesse sentido, a propriedade familiar (e não simplesmente “individual”) não tinha apenas um caráter “privado”, mas trazia consigo certa responsabilidade em relação ao bem comum, ou seja, para com o conjunto da comunidade.

O mercado era, também, uma instituição de ordem criacional, porque era ele que tornava possível a distribuição das riquezas, tanto pela troca de mercadorias e bens como através de pagamento. Porém, nessa perspectiva bíblica, o mercado não pode ficar isento de toda e qualquer forma de regulamentação normativa. Mas deve ser governado pelas leis formuladas explicitamente na Torá, que foram fixadas com precisão, pela Bíblia, em todo o seu ensino. Assim, o mercado também deve ser governado por regras que impeçam a penetração de produtos lesivos, como, por exemplo, os narcóticos e medicamentos defeituosos e prejudiciais; ou ainda, a utilização do mercado por redes criminosas de pornografia e pedofilia, deveria ser fortemente fiscalizada e reprimida. Os produtos no mercado devem ter também uma regulamentação apropriada quanto à qualidade, sobretudo na área da alimentação e de medicamentos.

A liberdade para enriquecer-se através de uma especulação estéril, porque não produz nenhum bem — mentalidade de cassino universalmente aceita — devia ser proibida por lei. A qualidade da fonte monetária (e a quantidade das emissões!) também deveria ser controlada, a fim de manter estável a moeda em circulação. Na Bíblia, a falsificação de balanças e pesos é considerada como um grave crime, porque implica não somente o roubo sofrido pelo

vendedor ou comprador extorquido, mas tem também por efeito falsificar a qualidade da moeda colocada em circulação, cujo valor, originalmente, era determinado pelo peso. A utilização de uma moeda assim falsificada tinha consequências desastrosas para a economia como um todo.

A livre impressão de papel moeda pelos bancos centrais nacionais deve também ser vista como uma atividade criminosa maior, condenação que incide também sobre a multiplicação dos bens das instituições bancárias pela prática do sistema de reserva fracionária. Por trás de todas essas restrições se encontra a noção de um crescimento legítimo limitado, marcado pela própria natureza do mundo biológico. A ideia de um progresso constante e ilimitado da produção econômica em todas as esferas é contrária ao próprio bem e é a fonte de todos os tipos de instabilidade. O crescimento do bem estar material, como finalidade absoluta da atividade humana, é uma miragem autodestruidora.

(4) A verdadeira liberdade em oposição à falsa

A afirmação bíblica de que "a verdade vos libertará" exclui a afirmação corrente segundo a qual é "o exercício da liberdade intelectual que vos conduzirá à verdade". De forma totalmente contrária, o *culto à liberdade* (o "liberalismo" sob todas suas formas), leva os homens, a longo prazo, a tornarem-se escravos de suas "livres paixões" e das mentiras inevitavelmente criadas pelo desejo de justificá-las racionalmente.

Sobre todas essas questões, recomendamos vivamente o estudo notável de E. L. Hebden Taylor sobre a economia do ponto de vista bíblico: *A economia, o dinheiro e os bancos.*[278] Devemos acrescentar aqui uma referência ao trabalho de Francis Nigel Lee (1934-2011), cuja obra maior, *A escatologia comunista*,[279] examina com atenção, à luz da Lei-Palavra de Deus, a tradição

revolucionária moderna. Enfim, a economia não deve ser entendida de maneira isolada das mais variadas necessidades da sociedade. Ela não pode ser encarada adequadamente a partir de um ponto de vista econômico único e estrito como o da eficácia e do rendimento máximo.[280]

Wilhelm Röpke (1899-1966),[281] o célebre economista alemão, que passou parte importante de sua vida adulta na Suíça, refere-se a esse tema utilizando-se de uma conversa muito instrutiva que teve, no começo da Segunda Guerra mundial, com seu colega, Ludwig von Mises (1881-1973), na época o chefe da famosa "escola austríaca" de pensamento econômico. Ambos, então, ensinavam no *Institut Universitaire de Hautes Études Internationales de Genève* [Instituto Universitário de Estudos Internacionais Avançados de Genebra].

Numa tarde, esses dois eminentes economistas caminhavam na periferia de Genebra e se encontraram próximos a um conjunto de hortas familiares. Von Mises, imediatamente, levantou a questão do valor econômico de uma atividade tão pouco rentável, demonstrando, através de estatísticas que tinha em mãos, a produtividade bem maior de uma cultura de legumes em grande escala.

Röpke protestou energicamente: Em seus cálculos você considerou apenas (disse a seu colega) os custos *diretos* de produção, assim como aqueles referentes à venda e à distribuição desses produtos do campo. Você ignorou, completamente, tanto os benefícios como os custos *ocultos*. Você não compreende como a vida levada nas fábricas, pela maior parte dos operários, nas quais praticam uma forma mecanicamente repetitiva de trabalho industrial, os debilita e também os destrói? Não percebe que isso não passa de uma forma moderna de escravidão? Essas hortas familiares não produzem apenas uma alimentação sadia para esses trabalhadores e suas famílias, mas funcionam também como um efeito estabilizador para esses trabalhadores da

indústria, tanto no plano físico como no psíquico. E isso, compensando a tristeza de sua vida profissional, produz consequências benéficas e positivas sobre sua saúde, prevenindo com isso a depressão, doenças e o absenteísmo. Trabalhadores com boas condições de saúde física e moral reduzem consideravelmente os gastos *ocultos* de nossas sociedades complexas. Tudo isso leva a uma importante diminuição dos gastos públicos *invisíveis* nos seus cálculos. Esses custos e benefícios substanciais são completamente esquecidos em cálculos puramente econômicos.

Röpke duvidava ter convencido nosso grande economista, patrono incontestável da Escola Austríaca, não somente sobre o caráter humanamente benéfico dessas hortas familiares, mas também no que se referia às reduções de custos sociais importantes que implicavam o conjunto da sociedade.

(5) A necessidade de uma aplicação bíblica bem informada

Talvez seja interessante que o leitor saiba que esta série de estudos sobre o oitavo mandamento faz parte de cento e vinte pregações, aproximadamente, que tratam do Decálogo como um todo. Os Dez Mandamentos são examinados sistematicamente:

(1) através da explicação de seu contexto legal, tal como se encontra nas leis casuísticas que a eles se referem no conjunto da Torá;

(2) através da prudência de sua aplicação a casos particulares, como nos ensina a literatura sapiencial bíblica;

(3) por sua aplicação prática, como nos indica o ensino dos profetas, como também a sabedoria divina de nosso Senhor Jesus Cristo;

(4) e enfim, através do ensino moral dos Apóstolos.

Todos esses dados bíblicos foram aplicados com cuidado a inúmeras realidades morais e jurídicas, próprias da nossa vida atual, tanto no plano

individual como social.

O princípio fundamental por trás dessa vasta pesquisa é a aliança de Deus com Adão antes da queda. Essa é a base do desenvolvimento da aliança através da Bíblia, a aliança antiga que culminou

(a) no sangue derramado por nosso Salvador na cruz;

(b) na vinda de seu reino com sua ressurreição, sua ascensão, sua entronização à mão direita do Pai;

(c) e no envio, por Jesus Cristo, do Espírito Santo à Igreja no dia de Pentecoste, um ato soberano do Pai e do Filho de Deus, que marcou a vinda do Reino de Deus sobre a terra.

Esse é o tema central de minha obra, *A aliança de Deus através da santa Escritura: Uma teologia bíblica*.[282]

Assim, na obra central da reconstrução cristã — tal como indicava claramente John Knox (1514-1572) no século XVI — no que se refere a toda bendita influência que a Igreja exerce sobre a sociedade, o lugar de destaque deve ser dado a Jesus Cristo. Esse ponto crucial foi reconhecido e muito bem destacado na obra de Pierre Courthial (1914-2009), como também por Rousas John Rushdoony (1916-2001). A imputação ao cristão da justiça da Lei de Deus, perfeitamente realizada por nós pela obediência, tanto ativa (seu cumprimento) como passiva (sua expiação) de Jesus Cristo, nos abre o caminho para nossa própria obediência, em Cristo e por Cristo e pela ação do Espírito Santo em nós, a todos os mandamentos de Deus, tais como devem ser compreendidos à luz da Escritura como um todo (*Tota Scriptura*).

Portanto, não é correto falar de uma “visão cristã do mundo” ou até mesmo de uma “visão do mundo”, porque este *mundo* está sob a autoridade do Maligno e como tal não pode submeter-se a Deus. No entanto, existe uma grande possibilidade de bênção para este mundo caído, através da obediência

aliancial fiel de cada Igreja local à toda Lei de Deus. Esse também foi o ensino do grande teólogo calvinista holandês, Klaas Schilder (1890-1952).

Por outro lado, em certa medida, Rushdoony acabou perdendo a esperança numa Igreja que se tornou infiel e, a seus olhos, quase irreformável, e passou a enfatizar a restauração da família cristã, algo certamente de importância vital, como também a essa outra realidade essencial que é a educação e a instrução cristã das crianças, em conformidade com a lei divina e com a ordem da criação, tanto nos lares cristãos — educação em casa — como nas escolas confessionais fiéis. Mas devemos, sobretudo, nos lembrar do papel central que, em seu ensino, a Bíblia dá à Igreja na instauração do Reino de Deus. Para atingir esse objetivo, a Igreja tem de retornar à catolicidade verdadeira (a palavra grega *katholikos* significa "segundo o todo").[283] Aqui, *catolicidade* diz respeito à Escritura, à Lei e ao Evangelho, juntos e unidos, mas sem confusão. O papel central da igreja local é muito claro no livro do Apocalipse, em particular no que concerne a seu papel central nas cartas às sete Igrejas. Os capítulos dois e três têm importância fundamental em todo esse livro. A vitória na batalha contra este mundo mau, que oprime toda a criação, se fundamenta na fidelidade de cada igreja local à regra *católica* da fé. Assim, em seu testemunho, a Igreja será vitoriosa em sua aplicação de todo o conselho de Deus — Lei e Evangelho — às realidades deste mundo. Esse fiel testemunho terá como resultado final manifestar a vinda do Reino de Deus neste mundo, através dos sofrimentos da perseguição. A vinda de Jesus Cristo no último dia libertará todos os aspectos da presente criação de sua servidão à vaidade e à corrupção do pecado, para inaugurar então os novos céus e a nova terra, onde a justiça habitará para sempre.

(6) O princípio do *Tota Scriptura*

A Igreja tem de retornar ao princípio esquecido do *Tota Scriptura*. Isso é o que nos ensina Apocalipse 19.10, quando nos fala do "testemunho de Jesus

Cristo que é o Espírito da profecia". Esse "Espírito da profecia" é a aplicação profética da Lei de Deus aos pecados da Igreja (Apocalipse 2 e 3) e do mundo — os capítulos 10 e 11 de Apocalipse nos descrevem, simbolicamente, esse combate. Isso se vê, de maneira particularmente clara nesses capítulos, no ministério das duas testemunhas que representam a Igreja através de toda a história, como "a coluna e baluarte da Verdade".

É o que procuram explicar meus sermões dedicados ao estudo bíblico dos mandamentos de Deus. Um dos objetivos desses trabalhos, desenvolvidos ao longo de doze anos, foi demonstrar que Lei e o Evangelho, ainda que realidades bem distintas, não são opostos entre si na Escritura. Devemos discernir (a partir do testemunho detalhado da Bíblia) o que na Lei — contida no Novo e no Antigo Testamentos — permanece aplicável diretamente à era da Igreja (a era da vinda do Reino de Deus). Por outro lado, temos de descartar dessa aplicação direta aquilo que corresponde exclusivamente ao Israel étnico-histórico, em particular os elementos da lei cerimonial que, sendo figuras da obra redentora de Jesus Cristo, são aplicados apenas indiretamente (tipologicamente) à Igreja. Devemos fazer o mesmo quanto à chamada lei "civil" que dizia respeito apenas à Israel histórica, antes do cumprimento da salvação por Jesus Cristo, como por exemplo, a proibição de se casar fora dos limites étnicos da nação santa.

Para citar um exemplo extraído da lei civil, consideremos a proibição do casamento fora das fronteiras religiosas e geográficas da nação de Israel. O objetivo dessa lei era preservar a identidade aliancial da nação judaica até o cumprimento da Antiga Aliança pela vinda do Messias e seu sacrifício sobre a cruz e, depois disso — com o início da pregação da Lei e do Evangelho pelo resto fiel de Israel, a primeira Igreja — a todas as nações da terra. Nesse caso, a transposição para a Igreja dessa ordenança da Lei civil de Israel — que proibia todo casamento fora das fronteiras religiosas da nação — levou à

proibição aos cristãos, pela Nova Aliança, do casamento fora da fé.

Na tarefa de discernir na Lei civil o que é aplicável às nações levadas a Jesus Cristo do que antigamente era aplicado à Israel histórica — enquanto esperava a vinda do Messias — o *Tratado da Lei* da *Suma teológica* de Tomás de Aquino (1225-1274) constitui uma contribuição surpreendente. Isso é particularmente o caso no que diz respeito ao tratamento — de um entendimento bíblico surpreendente e quase sempre negligenciado — que deu em seu *Tratado da lei antiga*, totalmente dedicado à lei civil da Torá.[284]

O que devemos fazer é mostrar como a Lei, em sua aplicação, progride paralelamente ao desenvolvimento da própria Aliança. Essa progressão da Aliança resultou na manifestação do Messias de Israel e, no presente, na soberania crescente de Cristo sobre as nações no curso da História. Pouco a pouco essa dominação se realizou, ao longo das eras, através do ministério espiritual e da prática de sua Igreja na pregação do Evangelho-Lei de Deus — tanto a Lei como o Evangelho — a todas as nações. De fato, cada uma em seu tempo, todas as nações da terra devem assumir, em sua própria vida cultural e histórico-religiosa, os efeitos do anúncio da Lei e do Evangelho. Foi essa dupla mensagem que a Igreja proclamou às nações ao longo dos séculos. Assim, todas as nações serão levadas — como foi Israel no passado — cativas à obediência de Jesus Cristo, que se manifestará então como seu Rei celeste e terrestre. Mas, infelizmente, devemos reconhecer que essas nações, tendo uma vez conhecido seu Senhor — como primeiro fez Israel — o negarão, o rejeitarão e apostatarão da fé cristã. No retorno de Jesus Cristo, o que restou da Igreja viva — o que o Apocalipse chama de “acampamento dos santos” ou a “cidade bem-amada de Deus”, dispersa como está sobre toda a terra — será confrontado pelo apogeu do mal, os exércitos de Gogue e Magogue, da Grande Babilônia (Apocalipse, capítulos 18 e 20). São esses que o Senhor destruirá para sempre pela glória — terrível para os ímpios e

gloriosa para os fiéis — do seu aparecimento.

(7) Como a verdade ultrapassa a barreira das línguas

Uma jovem cristã americana chamada Rebekah A. Sheats, descobriu Pierre Viret (1509-1571) através do entusiasmo de Tom Ertl por esse Reformador. Tom Ertl era diretor do *Zurich Publishing*, em Tallahassee, na Flórida. Essa paixão foi suscitada pela visita de Tom Ertl à La Proue, livraria que dirigi por muito tempo em Lausanne. Rebekah, então, tomou a decisão de aprender francês e tornou-se rapidamente uma das melhores especialistas, de língua inglesa, desse maravilhoso Reformador do cantão de Vaud. Ela chegou a escrever uma bela biografia de Pierre Viret (atualmente traduzida para o francês[285]) e traduziu várias de suas obras, inclusive seu comentário detalhado sobre os Dez Mandamentos, um dos melhores entre as obras com herança cristã. Esse último acaba de ser publicado, juntamente com pregações de João Calvino sobre o mesmo tema, nas Edições *Psalm 78 Ministries*, numa série de pequenos fascículos.

Aqui também devemos destacar Friedrich Julius Stahl (1802-1861) e seu ensino notável sobre a Lei, tanto do ponto de vista bíblico e histórico como jurídico, cujas obras foram editadas pelas Edições WordBridge. Essas obras vão fazer com que se descubra o trabalho realizado por Ruben Alvarado, em sua tradução do alemão para o inglês, de alguns escritos jurídicos de Stahl.

Enfim, Lancelot Andrewes (1555-1626), que podemos chamar de pai da *Versão Autorizada* de 1611 da Bíblia inglesa “King James”, escreveu, quando jovem (1593), um comentário também notável sobre o Decálogo. Há alguns anos atrás, pude obter a edição original (1642) dessa obra. É uma bênção que esse livro esteja atualmente disponível numa edição não muito cara.[286]

(8) O Islão, a apostasia e os caminhos do monismo e do sincretismo

Isso nos leva a considerar uma outra questão essencial, que é o islã e seu pensamento unívoco. Sem a menor dúvida, o islã é uma manifestação do anticristo, como é também o judaísmo da cabala, do talmude e do sionismo. Todos eles se erguem contra o Messias, contra a Bíblia e contra a ordem da criação. O que vale também para essas manifestações de ódio a Deus e a Cristo que são as formas diversas de apostasia cristã, em particular da igreja romana, papista e modernista, do liberalismo protestante, como também de certos aspectos do dispensacionalismo israelófilo, do iluminismo carismático pentecostal e do antinomismo nominalista evangélico. Todos se caracterizam por uma rejeição à normas doutrinárias dos Símbolos da Igreja antiga e suas Confissões de Fé provenientes da Reforma, isto é, dos Universais — a doutrina e os dogmas — sobre os quais foram estruturados a revelação especial, que é a Bíblia, como também a revelação geral da ordem criacional. Esse caráter profundamente anticristão do islã, do judaísmo talmúdico e da Roma papal era muito claro para os Reformadores do século XVI e seus sucessores do século XVII.[287]

A apostasia sempre confunde o poder espiritual com o temporal.[288] Esse é claramente o que ocorre hoje no que diz respeito a essa tirania política e cultural "consensual" — uma religiosidade política secularizada com caráter socio democrático e oligárquico, sob o qual vivemos.[289] Tal mistura entre o espiritual e o temporal está no coração de toda a forma de totalitarismo, que pode ser doce (*Admirável mundo novo* de Aldous Huxley) ou violento (o livro *1984* de George Orwell). Foi por essa razão que o notável historiador e sociólogo francês Jules Monnerot (1909-1995)[290] comparou o comunismo e o socialismo, o nazismo e o fascismo — essas ideologias modernas das

“religiões laicas” — ao monismo político-religioso unívoco do islã.

Essa mesma lucidez vemos nos escritos do grande pensador político-filosófico italiano, Augusto del Noce (1910-1989), em particular na sua obra póstuma, *A crise da modernidade*, publicada em 2015 no Canadá.[291] Então, não devemos imitar o monismo do islã em nossa tarefa de reconstrução, como quase sempre é o caso do messianismo utopista mundano — os fanáticos “espirituais” de todas as épocas. No que nos concerne, pensemos nos chamados dominionistas, que esquecem o caráter próprio do cristianismo quando, por sua tendência pelagiana unívoca, aplicam, por meios carnais, políticos e diretos,[292] as leis do Reino de Deus à vida atual de nossas sociedades. Mas o dominionismo está longe de ser o único movimento protestante seduzido pela tentação de aplicar a Bíblia de maneira direta — binária e unívoca — aos acontecimentos públicos. Pensemos na teologia da libertação; na teologia feminista; nas diversas teologias étnicas e racistas, negras, brancas ou amarelas! Elas não são nada mais que ilustrações da herança terrivelmente nociva do pensamento do patriarca dessa forma de pensamento binário, Pierre de la Ramée (1515-1572) — ilustrada pelo “Vocês estão conosco ou contra nós” do segundo presidente Bush. O mesmo De la Ramée que no século XVII tornou-se tão popular junto aos Puritanos e cujos métodos simplificadores e simplistas foram prolongados por essa mentalidade dita “fundamentalista”, muito particularmente nos Estados Unidos.

Está claro que onde quer que a Bíblia e, particularmente a Lei de Deus, afirme o que podemos chamar de “oposições binárias e dualistas legítimas”, como aquelas que opõem o bem contra o mal ou a verdade contra o erro, tais mandamentos têm de ser estritamente seguidos. Mas isso não significa, de maneira nenhuma, que seja legítimo impor a tais contraposições noéticas (relacionadas ao conhecimento do que é verdadeiro) e morais (do que é justo

e injusto) um quadro filosófico simplista, falsificado por sua orientação unívoca ou equivocada, que culmina na visão totalmente errada de um monismo ou de um dualismo absolutos.

(9) A resposta bíblica ao monismo e ao dualismo

Não podemos jamais esquecer que a ótica apropriada para que os homens recebam o pensamento divino (em particular no que se refere à ordem da criação, tanto no plano bíblico como filosófico) é aquela da *acomodação divina* de João Calvino [1509-1564] e Klaas Schilder [1890-1952]), da *analogia entre o céu e a terra* (de Tomás de Aquino [1225-1274]) e *da condescendência de Deus para com nossa fraqueza* (do pensamento Patrístico e Ortodoxo).[293] O entendimento bíblico do modelo trinitário, quer se trate *do um* e *do múltiplo*, do *universal* e do *particular*, afirma que cada um desses dois termos possui igualmente, no Deus Trinitário, um caráter definitivo. O *um* e o *múltiplo* são ambos distintos e igualmente absolutos. Portanto, de forma alguma são opostos entre si e nem se confundem mutuamente. Então, não há oposição (nem confusão) entre os dois, mas complementaridade, como Cornelius Van Til e Rousas Rushdoony corretamente ensinaram.[294]

No contexto do nosso pensamento teológico e filosófico humano, isso indica que, se as diversas realidades do mundo criado e da revelação divina devem ser *diferenciadas*, entretanto não são *opostas* à maneira do dualismo binário gnóstico. Assim, por exemplo, o Antigo Testamento não deve ser colocado em oposição ao Novo, a Igreja ao Estado, os universais aos particulares, a forma à matéria, a graça à lei, a divindade de Cristo à sua humanidade, os homens às mulheres, o intelecto às emoções, os operários aos patrões, o corpo à alma, a matéria à vida biológica e assim por diante. Cada um desses elementos criados tem seu papel a desempenhar; ele é ao mesmo tempo *particular* e *diferenciado* na *ordem que engloba* toda a criação. Mas,

enfatizemos mais uma vez, essa aplicação do *um* e do *múltiplo* a todas as coisas, não nega, de maneira nenhuma, a oposição fundamental do bem contra o mal ou da verdade contra o erro e à mentira.

Consideremos um exemplo recente, que é um exercício extraordinário de lógica racionalista, tão binária quanto unívoca, que mostra os perigos de tais simplificações intelectuais e bíblicas. Trata-se de uma declaração pública de Robert Jeffress, pastor titular da Primeira Igreja Batista ("Batistas do Sul") em Dallas. Qualquer que seja a prudente sabedoria desse discurso político (ou falta de sabedoria!) e a importância da questão que será aqui tratada (ou de sua inutilidade!), o argumento do pastor Jesffress não é somente falso logicamente, mas traz em si implicações políticas extremamente perigosas.

Robert Jeffress, pastor de uma mega igreja no Texas, é um dos conselheiros evangélicos do Presidente Trump. Foi quem pregou no dia de sua posse. Esse pastor publicou, em agosto de 2017, uma declaração na qual afirmava que o Presidente dos Estados Unidos detém a autoridade moral necessária para eliminar, segundo sua própria vontade, um tirano como o chefe da Coreia do Norte, Kim Jong-un. Citamos aqui as palavras do próprio pastor Jeffress:

> Quando a Bíblia levanta a questão da maneira pela qual devemos tratar os malfeitores, em particular na epístola de Paulo aos Romanos, ela é clara: Deus dotou os dirigentes políticos de todo poder, do qual podem fazer uso livremente onde quer que lhes pareça necessário – inclusive o de fazer a guerra – a fim de cessar o mal.

Jeffress acrescentou: "No caso da Coreia do Norte, Deus deu a Trump toda a autoridade necessária para eliminar Kim Jong-um".

Numa conversa telefônica, Jeffress afirmou que foi levado a fazer essa declaração após Trump ter declarado que, se as ameaças da Coreia do Norte contra os Estados Unidos persistissem, Pyongyang "conheceria um fogo e um furor jamais visto pelo mundo."

A passagem bíblica referida por Jeffress — Romanos 13.1-7 — segundo ele dá ao governo a autoridade necessária para impedir que os malfeitores causem destruição. Jeffress interpretou esse texto desta maneira:

> Isso dá ao governo [...] o poder de fazer tudo o que for necessário – o que inclui o assassinato, a pena capital ou qualquer que seja o duro castigo, para impedir as ações de malfeitores como Kim Jong-un.[295]

Façamos, aqui, uma observação complementar. Jamais devemos esquecer a distinção entre *discernimento* e *julgamento*. Somente Deus julga os homens e devemos deixar que sua ira se manifeste no tempo determinado por ele e pelos meios que escolher, seja por sua ação soberana direta ou por meio da autoridade a quem delegar tal poder. Esse poder, estabelecido por Deus para essa tarefa, deve ser exercido dentro dos limites da jurisdição que ele mesmo explicitamente estabeleceu. Além disso, é preciso notar que a segunda parte de Romanos 12 não pode ser separada do início de Romanos 13, porque elas se complementam.

Devemos também lembrar, como fazia Pierre Courthial, que há uma diferença importante entre o senso moral pessoal do cristão e a moralidade que deve prevalecer *no ambiente público*. O exercício da autoridade exige, em alto grau daquele que a exerce, um senso do bem moral comum, isto é, da comunidade como um todo. Não se trata então, no exercício do poder, de uma simples extrapolação direta (unívoca e binária), no âmbito público, do pensamento moral pessoal do cristão como simples indivíduo. Alguns grupos cristãos chegam mesmo, em sua impaciência escatológica, a confundir todas essas distinções, usurpando assim a autoridade do próprio Senhor, tomando seu lugar como Juiz supremo. É o que, manifestamente, ocorre aqui no que concerne ao pastor Robert Jeffress. O apóstolo Paulo nunca recomendou tal transformação radical das estruturas sociais e políticas, porque, como John Knox compreendia muito bem, o Reino de Deus é o fermento na massa e não

a explosão da própria massa![296]

Toda a noção de respeito aos detalhes da Lei de Deus e à esfera de jurisdição política, própria de cada magistrado, desapareceu inteiramente da citação que acabamos de fazer de Robert Jeffress. Entretanto, não podemos, sem incorrer em grande perigo, ignorar as mediações bíblicas e criacionais, ou seja, (1) da ordem criacional, que inclui a política; (2) das Escrituras, Lei e Evangelho; (3) e, antes de tudo, da encarnação de Cristo, sem a qual, no que se refere à sua justiça, é perfeitamente impossível fazer o bem; (4) e finalmente, a mediação da Igreja, que reside no poder e na vida de seus membros regenerados, como em seu ensino verdadeiramente bíblico. Ao fazer a escolha por uma aplicação política direta, imediata e unívoca, totalmente simplista e sem verdadeira sabedoria, apenas manifestamos nossa incompreensão flagrante das leis de Deus e de sua aplicação aos problemas políticos da sociedade, pondo de lado todas as inúmeras mediações que inspiram a sabedoria e a prudência.

Tal ação, por sua aplicação "direta" ("fundamentalista" e "rameana" [de Ramée]) dos textos bíblicos aos problemas políticos, passa ao largo da natureza ordenada, limitada e hierárquica do exercício aliancial da autoridade humana e da maneira com que o próprio Deus age na sociedade, a qual está, ao mesmo tempo, sob Seu julgamento e os efeitos de suas bênçãos, de sua paciência e de sua misericórdia. Segue um resumo dos sábios argumentos que John Knox dirigiu à Regente do Reino da Escócia:

> Sem a ação mediadora de homens espiritualmente transformados pela regeneração divina, realizada pela Palavra e aplicada pelo Espírito Santo, nada de efetivo se cumprirá no que se refere ao crescimento do Reino de Deus sobre a terra.

Em outras palavras, não devemos de maneira alguma imitar "esses islâmicos fanáticos", ainda que se apresentem diante de nós sob disfarces evangélicos

ou reformados.

Entretanto, John Knox não hesitou em se engajar com vigor e de maneira prática na tarefa de edificar o Reino, utilizando para isso o que restava da herança feudal cristã em sua pátria escocesa, que ainda se encontrava mergulhada nos fundamentos culturais saudáveis, presentes no coração da sociedade de sua época.[297]

(10) O fim do totalitarismo

O totalitarismo (em contradição com as afirmações do Concílio de Calcedônia de 451) é sempre a manifestação de uma confusão do temporal com o espiritual, do criacional com o divino, como vemos na mistura (ou na separação) herética das duas naturezas de Jesus Cristo, divina e humana, distintas e unidas em uma só Pessoa divina. Por isso que homens como Hitler, Lênin, Stalin, Mao e Pol Pot (e semelhantes a eles, inclusive os socio-democratas de hoje), todos trabalharam para destruir as instituições da nação, a fim de se apropriar de um Estado tornado indefeso, para exercer o poder sem restrições e limitações, absolutamente livre de todo obstáculo institucional. Numa escala maior, trata-se do "Estado sou eu" do Rei Luís XIV e de sua visão de um Reino da França perfeitamente unido, ambição que se resume numa palavra de ordem imperial muito conhecida: "Um Rei, uma Fé, uma Lei".

Aqui, Dietrich Bonhoeffer nos propõe uma distinção muito útil entre *último* e *penúltimo*, que também encontramos em John Knox. Reformar a Igreja (coluna e baluarte da verdade) e restaurar o cristão, pessoalmente e em família, sobre uma Fé sólida, ancorada na autoridade da *Tota Scriptura*, a Lei e o Evangelho, essa foi a tarefa prioritária do Reformador escocês, John Knox. Essa foi sua preocupação "última". Para ele, o resto — as realidades "penúltimas", o restabelecimento da ordem divina na vida da cidade, por

exemplo — viria naturalmente, uma vez que as coisas “últimas” fossem estabelecidas no coração e na vida dos cristãos.

Nessa perspectiva, a seus olhos era importante respeitar a herança cristã e feudal de sua pátria escocesa, manifestada historicamente nos frutos permanentes de vidas autenticamente cristãs de homens e mulheres santificados da Escócia medieval. Isso também fazia parte das realidades “penúltimas”. “Se não são contra nós são por nós”,[298] diz o Evangelho. Mas Knox não tinha nenhuma paciência com os erros mortais da igreja de Roma, para quem todos deviam ser inteiramente extirpados. Tratava-se, aqui, das realidades “últimas”: “Quem não é por mim é contra mim”, disse Jesus Cristo.[299]

Para Knox, os cristãos que permanecessem fiéis à Lei e ao Evangelho nos diversos aspectos de suas vidas, em alguma medida e por sua própria presença, acabariam por santificar a sociedade em que viviam. Isso seria feito pelo exercício constante das virtudes cristãs. Estas, lembremos, não correspondem a uma moral da vontade humana, autônoma em relação a Deus, mas ao caráter justo de cristãos levados à maturidade, que conseguem obedecer aos mandamentos de Deus de forma — poderíamos dizer — cada vez mais “natural”, à medida que crescem na santificação (2 Pedro 1.3-11). No fim, vencerão o mundo. Não por sua própria força (*virtus*, força), mas pela fé e pela manifestação, neles mesmos, dessa força divina que é de Cristo e do Espírito de Deus, a qual age em seus corações em meio à fraqueza humana. Não pode restar nenhuma dúvida que tal vitória prática e espiritual dos cristãos terá um efeito desestabilizador sobre os poderes demoníacos invisíveis, cuja influência sobre a sociedade será, dessa maneira, consideravelmente reduzida.

Mas Knox sabia muito bem que a vitória do fiel neste vale de lágrimas seria sempre a vitória da fé e da esperança (não da vista e nem do sucesso imediato

e constante), e que essa batalha seria persistente, face a uma oposição sempre crescente e cada vez mais presente até o fim. Assim, o reino de Deus aumentará de maneira cumulativa, exponencial, tanto na terra como no céu, em todos os lugares onde pedras vivas sejam colocadas nas muralhas gloriosas da Jerusalém celestial. Com cada geração sobre esta terra, o poder crescente do mundo mau desaparece no esquecimento desse *sheol* reservado aos condenados, na espera terrível que levará, no final de todas as coisas, à completa destruição de toda espécie de mal, porque aí então terá sido atingido — como Sodoma e Gomorra — o clímax de sua perversidade. No fim de tudo, Cristo virá com todos os seus santos, tanto eleitos como os anjos, para destruir totalmente o Dragão, as duas bestas, o *sheol* e a própria morte. Com eles perecerão todos aqueles que não receberam o selo da vida eterna dado a todos que creem no Senhor Jesus Cristo e que, em consequência, obedecem aos mandamentos de Deus.

No entanto, não devemos exagerar a separação entre a Igreja militante (que está ainda sobre a terra) e a Igreja triunfante (que já está no céu). Como nos mostra o livro de Apocalipse, todos, na terra e nos céus, participarão dessa batalha. A Igreja é una, no céu e na terra, e as orações dos santos são de todos os fiéis, tanto no céu como aqui embaixo (Apocalipse 6.9-11; 7.13-17; 8.1-6). Ainda hoje, essas orações piedosas fazem o braço do julgamento de Deus mover-se sobre a terra. É esse o caso neste instante — não podemos disso ter a menor dúvida — das calamidades naturais (da aliança divina) que caem repetidamente sobre a República tirânica americana, de forma terrível e feroz, que só pode vir da mão de um Deus justo que, por sua ação retributiva, chama ainda os homens ao arrependimento e à vida.

Tais orações, elevadas ao céu pelos eleitos — que louvam o Deus vivo, Senhor de justiça e de misericórdia — no passado arrasaram, totalmente, impérios possuídos por uma crueldade inominável! Essa intercessão da

Igreja, tanto no céu como na terra, dirigida a Deus Pai, pelo Espírito — por meio do nosso único Intercessor celeste, Jesus Cristo — sempre cumpre, no tempo próprio, o propósito de Deus, até o dia em que a oração fervorosa da Igreja introduzirá na terra o julgamento final de Deus sobre um mundo que vai alcançar, como no tempo de Noé e no apogeu das perversões das cidades da planície, o ápice da maldade, da impiedade e da iniquidade. Essa iniquidade universal conhecerá a exceção maravilhosa desse "acampamento dos santos", dessa "cidade amada por Deus", esse remanescente que se encontra hoje ainda sobre a terra, na espera de ser recolhido na arca eterna de Deus, a Jerusalém que virá do alto com Jesus Cristo.

NOTA FINAL, de Martin Selbrede (Chalcedon Foundation)

O eminente pensador reconstrucionista suíço, Jean-Marc Berthoud, com toda razão é considerado "o Rushdoony suíço". A Chalcedon Foundation está preparando um número da *Faith for All of Life*, que deverá ser publicado em 2018 e que será dedicado à sua contribuição na defesa da fé.[300]

Ver a América e a teologia americana pelos olhos de um cristão europeu pode, às vezes, chocar. Berthoud considera certas questões de um jeito que os leitores americanos lúcidos não estão muito habituados. Berthoud não está automaticamente de acordo com Dr. R. J. Rushdoony sobre todos os elementos de seu pensamento (por exemplo, sobre a usura, sobre certos aspectos da escatologia, etc.). Por exemplo, sua defesa da teonomia é matizada para não minar o princípio do *um* e do *múltiplo* (isso em resposta à questão: Como conseguir uma sociedade governada pela lei de Deus?). Berthoud se dá conta que os fins não podem justificar os meios. Isso significa que os meios que utilizamos devem ser submetidos a todo o conselho de Deus e escolhidos em consequência disso. Ao permitir que façamos tais perguntas, tendo como pano de fundo suas vastas e diversificadas pesquisas,

Berthoud trabalha para que haja uma melhor compreensão e aplicação da nossa fé. Algumas das suas ideias podem suscitar controvérsia e devem encorajar nossos leitores a utilizar sua sabedoria ao considerá-las. Ideias importantes precisam ser publicadas e seus autores ouvidos, apesar das discordâncias que possamos ter sobre detalhes pontuais. As ideias de Jean-Marc Berthoud estão inseridas nos critérios que o próprio Dr. R. J. Rushdoony colocava em ação, ao considerar Jean-Marc Berthoud tanto um amigo como um guerreiro de Cristo e irmão.

---

[1] Michel Zink, "Le Moulin mystique. À propos d'un chapiteau de Vézelay: figures allégoriques dans la prédication et dans l'iconographie romanes", *Annales*, 1976, XXXI, 3, p. 481. Vézelay vit naître Théodore de Bèze (1519-1605). Ce chapiteau exprime admirablement sa théologie du salut.

[2] A primeira dessas exposições sobre o oitavo mandamento foi feita em 21 de setembro de 2008 e a última em 20 de junho de 2010.

[3] *Os perigos totalitários do Ocidente: Uma tentativa de se identificar e analisar as causas e os processos que podem conduzir as sociedades ocidentais ao totalitarismo*, La Pensée Universelle, Paris, 1983.

[4] A antiga doutrina social católica romana, anterior ao Vaticano II, ainda tinha a forte marca dos ensinos bíblicos da Lei de Deus. Desde então, os Direitos do Homem reinam sem obstáculo nos ensinos sociais e políticos dessa comunidade religiosa.

[5] Em geral usamos a *Bible à la Colombe*. Além da *Bíblia à la Colombe*, outras traduções serão assinaladas quando necessário. Outras versões traduzem "astúcias" por: "razões" (Osty) ; "dicursos" (Martin); "cálculos" (Jerusalém); "complicações" (TOB); "artimanhas" (Rabbinat).

[6] Veja a utilização desse texto pelo apóstolo Paulo em Romanos 10.5-11.

[7] Pierre Viret, *Instruction chrétienne en la Doctrine de la Loi et de l'Evangile*, Volume I, Jean Rivery, Genebra, 1564, p. 569. Nova edição, L'Age d'Homme, Lausanne, 2009, Tomo Segundo, p. 596.

[8] Ibidem.

[9] Tomás de Aquino, *Os mandamentos*, Nouvelles Éditions Latines, Paris, 1970, p. 195.

[10] Lancelot Andrewes, *An Exposition of the Ten Commandments*, Richard Cotes, London, 1642, pp. 786-787. Esse notável comentário foi redigido por Lancelot Andrewes no fim do século XVI, mas só foi publicado após a morte do autor. Está novamente disponível na Amazon.com: Lancelot Andrewes, *The Moral Law Expounded*, EEBO Éditions Proquest, 2010. Lancelot Andrewes foi um dos mais notáveis dirigentes da Comissão real encarregada por James I para traduzir a Bíblia para o inglês que resultou na *Authorised King James Version* de 1611.

[11] R. Laird Harris, Gleason L. Archer, Bruce K. Waltke, *Theological Wordbook of the Old Testament*, Moody Press, Chicago, 1980, Article 64, p. 168. Os dados lexicográficos acima provêm desse excelente dicionário.

[12] Lancelot Andrewes, *op. cit.*, p. 787. Veja a respeito dessa divisão do mundo entre Sem, Cão e Jafé na obra pioneira de Bill Cooper, *After the Flood*, New Wine Press, Norwich, 1995, como também na de Arthur C. Custance, *Genesis and Early Man*, Zondervan, Grand Rapids MA, 1975 et *Noah's Three Sons. Human History in Three Dimensions*, Zondervan, Grand Rapids MA, 1975.

[13] Ibidem.

[14] Andrewes, Ibidem.

[15] Julio Meinvielle, *Critique de la conception de Maritain sur la personne humaine*, Éditions Iris, Librairie Française, 1993 [Buenos Aires, 1948]

[16] Pierre Viret, *Instruction chrétienne en la Loi et l'Évangile*, *op. cit.* [edição de 1564], Tomo I, p. 567.

[17] Viret, *op. cit.*, p. 567.

[18] Viret, *op. cit.*, p. 570.

[19] Viret, *op. cit.*, p. 573.

[20] Viret, *op. cit.*, p. 574-575.

[21] Pierre Viret, *Instruction chrétienne*, Tome Segundo, *Exposition sur les Dix Commandements de la Loi donnée de Dieu par Moïse*, L'Âge d'Homme, Lausanne, 2009, [1564], 846 p.

[22] Alguns traduzem "uma raiz de todos os males". Segue a tradução feita pela *Bible Martin*: "Porque a raiz de todos os males não é outra senão a cobiça das riquezas".

[23] O Texto Recebido mantém aqui um elemento que foi retirado de nossas Bíblias: *retira-te do meio deles.*

[24] Apostolos Makrakis, *Interpretation of the Entire New Testament*, Orthodox Christian Educational Society, Chicago, 1950, Volume Two, p. 1735-1736.

[25] David Martin, *Bible*, *op. cit.*, 1707, Tome II, p. 377c.

[26] Apostolos Makrakis, *op. cit.*, Tome II, p. 1737.

[27] Tomás de Aquino, *Os Mandamentos*, Nouvelles Éditons Latines, Paris, 1970, p. 195-207.

[28] David Martin, *Bible*, *op. cit.*, 1707, Tomo II, p. 377c.

[29] Apostolos Makrakis, *op. cit.*, Tomo II, p. 1737.

[30] Oração proferida antes da pregação do dia 21 de dezembro de 2008. Texto revisado em julho-agosto de 2018.

[31] Versão de Louis Segond, 1910 [no texto francês original].

[32] Recomendamos a leitura das obras do filósofo existencialista russo Léon Chestov (1866-1938), que

constantemente lembra como foi importante para o homem comer do fruto proibido do conhecimento autônomo (tanto de Deus como da ordem criada) do bem e do mal.

[33] Veja Henri Cazelles, *Études sur le Code de l'alliance*, Letouzey et Ané, Paris, 1946.

[34] James B. Jordan, *The Law of the Covenant. An Exposition of Exodus 21-25*, Institute for Christian Economics, Tyler TX, 1984.

[35] *Stephen* A. *Kaufman*, "The *Structure* of the Deuteronomic Law", Maarav, 1, 2, 1979, pp. 105-158. http://www.maarav.com/issue1_2.shtml ; Daniel Arnold, "Le génie de la Loi Mosaïque". Capítulo 4 de *Vivre l'éthique de Dieu*, Edição Emmaüs, Saint-Légier, 2010, p. 31-40. Enfim o capítulo 8 de Walter C. Kaiser, "The Law of Deuteronomy", em *Toward Old Testament Ethics*, Zondervan, Grand Rapids, 1991, p. 127-137.

[36] John I. Durham, *Exodus*, Word Book Publisher, Waco TX, 1987, p. 336-337.

[37] Ibid., p. 336.

[38] Ibid., p. 337.

[39] Ibid.

[40] Ao contrário do que faz entender a tradução *La Colombe* que utilizamos, não se trata aqui de escravos, mas de uma servidão do tipo feudal, na qual o servo prometia fidelidade sem restrição ao seu Senhor, recebendo em contrapartida sustento e proteção. Portanto, guardadas as proporções, em lugar de escravidão, mais apropriado seria chamar de servidão.

[41] Veja os belos estudos de Henri Baruk, *Tsedek, Droit hébraïque et Science de la Paix*, Zikarone, Paris, 1970 ; *Tsedek : where modern science is examined and where it is attempted to save man from physical and spiritual enslavement*, Swan House Publications, 1972 ; Henri Baruk e Maurice Bachet, *Le Test Tsedek. Le jugement moral et la délinquance*, Presses Universitaires de France, Paris, 1950.

[42] Rousas John Rushdoony, *Exodus*, Ross House Books, Vallecito CA, 2004, p. 291.

[43] Benno Jacob, *The Second Book of the Bible, Exodus*, KTAV Publishing House, Hoboken NJ, 1992, p. 611.

[44] Benno Jacob, *The Second Book of the Bible, Exodus*, KTAV Publishing House, Hoboken NJ, 1992, p. 615.

[45] W. H. Gispen, *Exodus*, Zondervan, Grand Rapids MI, 1982, p. 209.

[46] Benno Jacob, *op. cit.*, p. 621.

[47] Rousas J. Rushdoony, *Exodus*, *op. cit.*, p. 292.

[48] Ibid., p. 293.

[49] Ibid., p. 293-294.

[50] Segundo nosso costume, os colchetes indicam uma intervenção da redação.

[51] Rousas J. Rushdoony, *Exodus*, *op. cit.*, p. 311.

[52] Ibid., p. 313.

[53] Como vimos, trata-se de um vassalo, de uma relação quase familiar.

[54] Umberto Cassuto, *A Commentary on the Book of Exodus*, The Magnes Press, The Hebrew University, Jerusalem, 1967 [1961], p. 259.

[55] Umberto Cassuto, *Exodus*, *op. cit.*, p. 260.

[56] Eugene Combs and Kenneth Post, *The Foundations of Political Order in Genesis and the Chandogya Upanisad*, The Edwin Mellen Press, Lewiston/Queenston, 1987. Esses autores nessa obra fazem uma abordagem parecida, mas utilizando-se do pensamento hindu. Veja o estudo bem

documentado do economista muito conhecido, Michael Hudson, sobre o perdão pontual de dívidas nas legislações do Oriente Médio antigo e, em particular, na prática do Jubileu em Israel. Michael Hudson, *…and forgive them their debts. Lending, Foreclosure and Redemption from Bronze Age Finance to the Jubilee Year*, ISLET Verlag, Dresden, 2018.

[57] Cassuto, p. 262.

[58] *Ibidem*, p. 281-282.

[59] Esse último ponto será objeto de nossa próxima exposição.

[60] A perda da caução ou de bens emprestados ou de animais (Êxodo 22.6-17) será examinada, se Deus quiser, numa próxima vez.

[61] Veja a obra fundamental (editada recentemente) de Jean La Placette, *Traité de la Restitution. Où l'on trouvera la résolution des cas de conscience qui ont du rapport à cette matière*, Éditions Pierre Thierry Benoit, Genève 2012 [1696] (Podendo ser encomendada em Lulu.com).

[62] Umberto Cassuto, *Exodus*, *op. cit.*, p. 283.

[63] Veja Gênesis 9.3-4: "Tudo o que se move e vive ser-vos-á para alimento; como vos dei a erva verde, tudo vos dou agora. Carne, porém, com sua vida [nephesh -alma], isto é, com seu sangue, não comereis".

[64] Benno Jacob, *Exodus*, *op. cit.*, p. 679.

[65] A. A. Pienaar, *Histoire d'une famille de lions*, Stock, Paris, 1941.

[66] Benno Jacob, *Exodus*, *op. cit.*, p. 679.

[67] H. Cazelles, *Le code de l'alliance*, *op. cit.*, p. 64.

[68] Rousas Rushdoony, *Exodus*, *op. cit*., p. 308.

[69] Benno Jacob, *Exodus*, *op. cit.*, p. 686.

[70] Rushdoony, *Exodus*, *op. cit.*, p. 309.

[71] Exceção notável, o site ecológico cristão de Calvin Beisner, Cornwall Alliance, https://cornwallalliance.org/about/who-we-are/

[72] Henri Cazelles, *Études sur le Code de l'Alliance*, *op. cit.*, p. 68. Veja também a página 69.

[73] *Elohim* aqui; trata-se de magistrados, daqueles que exercem a justiça.

[74] Rousas J. Rushdoony, *Exodus*, *op. cit.*, p. 311.

[75] Benno Jacob, *Exodus*, *op. cit.*, p. 691.

[76] Examinaremos esse último ponto quando considerarmos o 9º Mandamento: *Não dirás falso testemunho* (Êxodo 20.16), numa futura publicação.

[77] Benno Jacob, *Exodus*, *op. cit.*, p. 692.

[78] Henri Cazelles, *op. cit*., p. 71.

[79] Rousas Rushdoony, *Exodus*, *op. cit.*, p. 312.

[80] Na verdade é mesmo o contrário, porque o empréstimo a juros é sempre ilícito, uma vez que aquele que empresta sempre cobra um juro fixo (automático e mecânico), seja o resultado financeiro positivo ou negativo para quem emprestou. O empréstimo a juros, sendo um ganho imutável, assegurado mecanicamente e sem risco, é a nagação da história, da Providência divina — bênção ou maldição — e, em consequência, da própria Aliança de Deus.

[81] Stephen *A* Kaufman, "The Structure of the Deuteronomic Law", *Maarav*, 1, 2, 1979, pp. 105-158. http://www.maarav.com/issue1_2.shtml Voyez: Stephen A. Kaufman, *The Structure of the Deuteronomic Law*, Western Academic Press, Santa Monica CA, 1979.

[82] Daniel Arnold, “Le génie de la Loi Mosaïque”. Capítulo 4 de *Vivre l’éthique de Dieu*, Éditions Emmaüs, Saint-Légier, 2010, p. 31-40.

[83] Walter C. Kaiser, “The Law of Deuteronomy:, *Toward Old Testament Ethics*, Zondervan, Academie Books, Grand Rapids MI, 1983, Capítulo 8, p. 127-137

[84] Veja também John H. Walton, “Deuteronomy. An Exposition of the Spirit of the Law”, *Grace Theological Journal* 8.2, 1987, p. 213-25. http://faculty.gordon.edu/hu/bi/ted_hildebrandt/OTeSources/05-Deuteronomy/Text/Articles/Walton-Deut-GTJ.htmBruce Baugus, “Deuteronomy and the Decalogue”, Reformation 21, http://www.reformation21.org/blog/2015/02/deuteronomy-and-the-decalogue.php

[85] Shalom M. Paul, *Studies in the Book of the Covenant in the Light of Cuneiform and Biblical Law*, Wipf and Stock, Eugene OR, 2006 [1970], p. 106.

[86] Stephen Kaufman, *op. cit.*, p. 115.

[87] Walter Kaiser, *Toward Old Testament Ethics*, *op. cit.*, p. 129.

[88] Parágrafo que trata da lepra. Stephen Kaufman, *op.cit.*, p. 116.

[89] Rousas J. Rushdoony, *Deuteronomy*, Ross House Books, Vallecito CA, 2008, p. 355.

[90] Rousas J. Rushdoony, *op. cit.*, p. 356.

[91] Rousas J. Rushdoony, *op. cit.*, p. 358.

[92] Alexandre Soljenitsyn, respondendo a um cristão evangélico que lhe perguntou: “Senhor Soljenitsyne, você ora?”. Ele, muito supreso, levantou os braços e depois respondeu: “Você quer dizer, falar com Deus? Mas ele está continuamente presente!”.

[93] Christopher Wright, *Deuteronomy*, Paternoster Press, Leicester, 1996, p. 253.

[94] Rousas J. Rushdoony, *Deuteronomy*, *op. cit.*, p. 363-364.

[95] Rousas J. Rushdoony, *Deuteronomy*, *op. cit.*, p. 363-364.

[96] Peter C. Craigie, *The Book of Deuteronomy*, Eerdmans, Grand Rapids MI, 1976, p. 307.

[97] A propósito de Pio XII, sigamos o conselho de Paulo: “[…] examinai todas as coisas, retende o que é bom ; abstenhai-vos de toda forma de mal” (1 Tessalonissenses 5.21; seguindo o exemplo dos Bereanos que *examinavam as Escrituras todos os dias, para ver se as coisas eram, de fato, assim* (Atos 17.11).

[98] John C. H. Wu, *Fountain of Justice*. *A Study in the Natural Law*, Sheed and Word, New York, 1955, p. 15-16. Sobre uma visão protestante dessas realidades, veja (entre outras) as obras de E. L. Hebden Taylor e de Rousas John Rushdoony.

[99] Trata-se aqui do pensamento do célebre economista liberal, Adam Smith e do seu amigo ateu, David Hume.

[100] Étienne Catta, *Saint Hilaire et le Cardinal Pie*, Éditons du Cèdre, Paris, 1970, p. 138.

[101] Catta, Hilaire et Pie, *op. cit*., p. 139.

[102] Catta, *op. cit.*, p. 140.

[103] Catta, *op. cit.*, p. 158.

[104] Catta, *op. cit.*, p. 158.

[105] Mgr Pie, *Œuvres*, Tome 10, Oudin, Paris, 1887, pp. 78-79.

[106] Vejamos, ainda, o cônego Étienne Catta citando o Monsenhor Pio que comenta aqui os discursos de Jules Ferry, o qual afirmou peremptoriamente que: “… toda consciência deve concordar com o

ensino indiscutível desse regulador soberano [que é o Estado laico, sem Deus], toda a manifestação doutrinária em desacordo com o evangelho do Estado [sem Deus], todo o católico que escuta e segue a Igreja é um faccioso [para Jules Ferry, o porta-voz infalível do Estado laico]. Ele escreveu que ninguém pode servir a dois senhores, porque amará um e desprezará o outro. Ora, segundo *nosso evangelho* [sem Deus, de Jules Ferry], o Estado é o único senhor, aos olhos de quem tudo mais deve ficar cego". E o Monsenhor Pio escreveu sobre as palavras que citou: "Nenhuma dessas palavras me pertence, Senhores […]; todas elas podem ser justificadas por citações extraídas das discussões destes últimos dias" (Étienne Catta, *Saint Hilaire et le cardinal Pie*, p., 173, citando Monsenhor Pio, *Œuvres*, Tome 10, Oudin, Paris, 1887, p. 26-27).

[107] Catta, *Saint Hilaire et le cardinal Pie, op. cit.*, p. 172-173.

[108] Jesus: *os pobres, sempre os tendes convosco, mas a mim nem sempre me tendes.*

[109] Benno Jacob, *The Second Book of the Bible. Exodus*, Kav Publishing, Hoboken, 1992, p. 706.

[110] S. H. Kellogg, *The Book of Leviticus*, Hodder and Stoughton, London, s. d., p. 496. Como indicamos acima, essa lei não se aplica apenas ao irmão israelita !

[111] G. J. Wenham, *The Book of Leviticus*, Eerdmans, Grand Rapids, 1979, p. 321-322.

[112] Andrew Bonar, *Leviticus*, Banner of Truth, Edinburgh, 1972 [1846], p. 463-463.

[113] S. C. Mooney, *Usury. Destroyer of Nations*, Theopolis, Warsaw, 1988, p. 13-14.

[114] Mooney, *op. cit.*, p. 13-14.

[115] Rousas Rushdoony, *Leviticus*, Ross House Books, Vallecito, 2005, p. 363-364.

[116] J. H. Hertz, *The Pentateuch and Haftorahs*, Soncino Press, London, 1962, p. 534.

[117] *Theological Word Book of the Old Testament* (TWOT), *op. cit.*, p. 590. Veja Provérbios 2.16; 5.20; 6.24.

[118] João Calvino, *Leçons sur les livres des Prophètes Jérémie et Ezéchiel*, Amsterdam, 1567, p. 170. Citado por Eric Kerridge, *Usury, Interest and the Reformation*, Ashgate, Aldershot, 2002, p. 16. Sobre uma defesa da posição de João Calvino veja, André Biéler, *La pensée économique et sociale de Calvin*, Georg, Genève, Capítulo V. "As atividades econômicas", Seção 6, "Os banqueiros e o empréstimo a juros", p. 453-476. 1961. Sobre as fontes, na casuística escolástica católica romana tardiva, da justificação relativa por João Calvino de algumas formas de empréstimo a juros, veja a obra fundamental de Michael Hoffman, *Usury in Christendom. The Mortal Sin that Was and Now is Not*, Independent History and Research, Cœur d'Alene, 2013. Michael Hoffman mostra também a que ponto a perspectiva Tomista e Aristoteliana estava sempre presente em Martinho Lutero e em alguns teólogos anglicanos de convicções reformadas.

[119] Veja a obra de Michael Hoffman citada acima (páginas 183-186) sobre a oposição bíblica intransigente – de inspiração largamente tomista e aristoteliana – de Martinho Lutero sobre toda a forma de empréstimo a juros. "Trade and Usury" (1524), *Luther's Works*, Muhlenberg Press, Volume 45, 1962. Martin Luther, "Du commerce et de l'usure" (1524), *Œuvres*, Tome IV, Labor et Fides, Genève, 1958, p. 119-144.

[120] Charles du Moulin, *Tractatus contractum et usurarum* de 1547.

[121] Michael Hoffman, *op. cit.*, p 186-187.

[122] Michael Hoffman, *op. cit.*, p 189.

[123] John Edwards, *Theologia Reformata*, Londres 1713, Volume II, p. 547-548. Reprint Gale ECCO, 2010. Texto citado por Michael Hoffman, *op. cit.*, p 188.

[124] Tomás de Aquino, *Suma Teológica, A Justiça*, Tome III, 2a-2ac, Questões 67-79, Desclée et Cie,

Paris, 1935, p. 208. Veja Tomás de Aquino, *Opuscules de saint Thomas d'Aquin*, Sete volumes, Opúsculo LXXII, "Sobre as usuras em geral e os contratos usurários", Volume sete, Louis Vivès, Paris, 1858, p. 566-661.

[125] Tomás de Aquino, *La Justice*, *op. cit.*, p. 213.

[126] Thomas d'Aquin, *Somme Théologique, La Justice*, *op. cit.*, p. 208-209.

[127] Thomas d'Aquin, *La Justice*, *op. cit.*, p. 213-214.

[128] "Em Deuteronômio 28.12 e 44, a palavra hebraica para emprestar é LAVAH, que pode significar estar bem junto à, ou se converter espiritualmente, ou emprestar. O desejo de emprestar é sinal de uma generosidade cheia de graça (Sl 112 .5). Emprestar é sinônimo de dar. 'As carências ou o estado de pobreza, que levam ao dever de emprestar, indicam a ausência da bênção divina (Deuteronômio 28.44), enquanto que a capacidade para emprestar caracteriza uma prosperidade que vem de Deus' (Deuteronômio 28,12)", *Theological Wordbook of the Old Testament*, *op. cit.*, p. 1087/1088.

[129] Thomas d'Aquin, *La Justice*, *op. cit.*, p. 213-214.

[130] Thomas d'Aquin, *La Justice*, *op. cit.*, p. 211-212.

[131] Sobre isso veja as páginas escritas pelo lúcido historiador católico romano, Michael Hoffman, "The Protestant Reformation Pro and Contra Usury" em *Usury in Christendom. The Mortal Sin that Was and Now is Not. A Study of the Rise of the Money Power in the West*, Independent History and Research, Cœur d'Alene ID, 2013, p. 183-161.

[132] Leão X na Bula de 4 de maio de 1515, *Concilli in décima sessione super materia Montis Pietatis*, na décima sessão do Quinto Concílio de Latrão, acontecido em Roma de 1512 a 1517, Michael Hoffman, *Usury in Christendom*, *op. cit.*, p. 141.

[133] *Mutuum* : Empréstimo de consumo. Contrato pelo qual uma pessoa (o credor) confia (*credere*) certa quantidade de dinheiro ou de outra coisa consumível a outra pessoa (o devedor), que promete restituir, em data fixa, uma mesma quantidade, natureza e qualidade da coisa emprestada. Ou ainda, *Mutuum*, simples empréstimo de um objeto consumível, de dinheiro (um capital, por exemplo), que será reembolsado pelo devedor na quantidade exata.

[134] Raymond de Roover, *La pensée économique des scolastiques, Doctrines et méthodes*, Vrin, Paris, 1971.

[135] *Ibidem*, p. 77-78.

[136] De Roover, *op. cit.*, p. 78.

[137] *Ibidem*, p. 78-79. Como mostra, de maneira decisiva, Michael Hoffman, apesar dos erros dos Reformadores, a pessoa que foi o verdadeiro precursor moderno do empréstimo a juros foi o Papa, banqueiro da Renascença italiana, Leão X de Médicis.

[138] De Roover *op. cit.*, p. 80.

[139] De Roover, *op. cit.*, p. 80-81.

[140] S. C. Mooney, *op. cit.*, p. 47, citando Patrick Cleary, *The Church and Usury*, The Christian Book Club of America, Hawthorne, 1972, p. 114.

[141] S. C. Mooney, *op. cit.*, p. 47.

[142] *Ibidem*, p. 48.

[143] *Catéchisme de Heidelberg*, Kerygma, Aix-en-Provence, 1986, Question 110, p. 113.

[144] Mooney, *op. cit.*, p. 51.

[145] Mooney, *op. cit.*, p. 51.

[146] Os construtores da torre de Babel (Gn 11.1-9). Veja a queda de Babilônia descrita em Apocalipse

18.

[147] Mooney, p, 51. Mooney aqui nos dirige um apelo à moderação diante da visão totalmente dominadora e utilitária pregada por Francis Bacon e René Descartes, de onde veio a tecnocracia moderna devoradora do próprio cosmos. Para conseguir isso, Bacon desviou o ensino da Bíblia relativo ao mandato criacional de seu alvo próprio — cultivar, ordenar e manter a criação — para liberá-la à cobiça mais desenfreada e destruidora dos homens, ao esquecer de Deus e de sua boa Lei. Veja a obra notável de Cameron Wybrow, *The Bible, Baconianism, and Mastery over Nature. The Old Testament and its Modern Misreading*, Peter Lang, Berne, 1991. Veja também o ensaio notável de Alexandre Soljénitsyne, "Do arrependimento e da moderação", na coleção atualíssima: *Des voix sous les décombres*, Seuil, Paris, 1975, p. 110-148.

[148] Sobre uma aplicação atualizada desses perdões pontuais de dívidas, princípios sabáticos e do jubileu, veja o livro notável de Michael Hudson, *…and forgive them their debts. Lending, Foreclosure and Redemption from Bronze Age Finance to the Jubilee Year*, ISLET Verlag, Dresden, 2018.

[149] Pregação feita em 2009, texto revisado em 2017. As duas obras seguintes nos permitem fazer um balanço da situação em novembro de 2018. Vincent Held, *Le crépuscule de la Banque Nationale Suisse. La déroute financière annoncée d'une institution en faillite morale*, Xenia, Sion, 2017; Liliane Held-Khawam, *Dépossession. Comment l'hyperpuissance d'une élite financière met États et citoyens à genoux*, Editions Réorganisation du Monde, 2018.

[150] Samuel H. Kellogg, *The Book of Leviticus*, London, s. d., p. 415-416.

[151] Rousas John Rushdoony, *Deuteronomy*, Ross House Books, Vallecito, 2008, p. 432.

[152] Martin Luther, *Lectures and Deuteronomy*, Concordia, St. Louis, 1960, p. 249.

[153] Christopher Wright, *Deuteronomy*, Paternoster, 1996, p. 267.

[154] Rousas Rushdoony, *Deuteronomy*, *op. cit.*, p. 433.

[155] George Lawson, *Exposition of Proverbs*, Kregel, Grand Rapids MI, 1980 [1829], p. 192.

[156] George Lawson, *Exposition of Proverbs*, *op. cit.*, p. 507-508.

[157] Veja a exposição que fizemos sobre Isaías, capítulo I, na abertura do livro de Jean-Marc Berthoud, *L'Église au pied du mur: le diagnostic toujours actuel du Prophète Ésaïe*, Éditions Messages, Lausanne, 2018.

[158] Liliane Held-Kwaham, *Dépossession. Comment l'hyperpuissance d'une élite financière met États et citoyens à genoux*, Éditions Réorganisation du Monde, 2018.

[159] Veja: Êxodo 30.13; Levítico 27.25; Números 3.37.

[160] Texto escrito em março de 2009.

[161] Nome irônico, segundo o profeta, para Israel e para a Igreja que se tornaram apóstatas.

[162] Os cataclismas naturais repetidos que vieram sobre os Estados Unidos em 2018 e 2019 deveriam fazer com que seus cidadões, outrora tão cristãos, refletissem. Os seguintes versos de Eustache Deschamps (1340-1404), que com grande compreensão testemunham a maneira pela qual se desenvolve na história a Aliança divina, nos vêm à mente :

> Príncipes, certamente os males que fazemos
> Diminuem os benefícios que falamos
> Para nos punir, é justo o julgamento.
> Doravante, para fazer o bem, entendamos;
> Amemos e sirvamos a Deus de coração:
> Tudo se destrói e não se sabe como.

André Chastel, *Trésors de la poésie médiévale*, Club français du livre, Paris, 1959, p. 938.

[163] Conferência proferida no *I Congresso Internacional. Reforma Protestante y Libertades en Europa*, Facultad de Comunicacion, Universidad de Sevilla, numa terça-feira, 31 de março de 2009, no mesmo dia em que foi aberta em Londres a conferência dos países do G 20 dedicada à crise econômica e financeira. Pierre Chaunu morreu no mesmo ano, em 22 de outubro de 2009, com a idade de 86 anos.

[164] Pierre et Huguette Chaunu, *Séville et l'Atlantique 1504-1650*, Armand Colin-SEVPEN, Paris, 1955-1959, Doze volumes.

[165] Veja Philip Wayne Powell, *Tree of Hate. Propaganda and Prejudice Affecting United States Relations with the Hispanic World*, Ross House Books, Vallecito, 1985.

[166] Pesquisas recentes desmonstraram que Pierre Viret nasceu em 1509 e não, como sempre foi dito, em 1511. Sobre a vida de Pierre Viret veja a obra recente de Rebekah Sheats, *Pierre Viret The Angel of the Reformation*, Zurich Publishing, Tallahassee, 2013, traduzida para o francês sob o título *Pierre Viret l'Ange de la Réformation*, Association Pierre Viret, Lausanne 2017. Veja igualmente, Jean-Marc Berthoud, *Pierre Viret. Un géant oublié de la Réformation*, Kerygma, Aix-en-Provence, 2009.

[167] Relativo à Borgonh. [N. do T.]

[168] Veja algumas pregações que pronunciou na Catedral de São Pedro, em Genebra, substituindo Calvino, que estava doente: *Quatre sermons français sur Esaïe 65*, Payot, Lausanne, 1961, 110 páginas.

[169] Sobre algumas discussões eclesiásticas nesses Sínodos, das quais Pierre Viret participou, veja Philippe Denis e Jean Rott, *Jean Morély (ca. 1524 – ca. 1594) et l'utopie d'une démocratie dans l'Église*, Droz, Genebra, 1993, 406 páginas.

[170] Philippe Chareyre, *La construction d'un État protestant, le Béarn au XVIe siècle*, CEPB, Pau, 2010.

[171] Jean Barnaud, *Pierre Viret, sa vie et son œuvre*, G. Carayol Imprimeur, Saint-Amans, p. 647.

[172] Henri Meylan, "Une amitié au XVIe siècle: Farel, Viret, Calvin", dans *Silhouettes du XVIe siècle*, Edições da Igreja nacional do cantão de Vaud, Lausanne, 1943, p. 27-50.

[173] Karine Crousaz, *L'Académie de Lausanne entre Humanisme et Réforme (ca. 1537-1560)*, Tese de Doutorado, Universidade de Lausanne, 2010, Brill, Leiden, 2011, 610 páginas. Veja também: Henri Meylan, *La Haute Ecole de Lausanne, 1537-1937*, F. Rouge, Lausanne, 1937, 122 páginas; Louis Junod et Henri Meylan, *L'Académie de Lausanne au XVIe siècle*, Livraria da Universidade, Lausanne, 1947, 149 páginas. Sobre a Academia de Genebra: Charles Borgeaud, *Histoire de l'Université de Genève.* Tome I, *L'Académie de Calvin 1559-1798*, Georg, Genebra, 1900, 664 grandes páginas. A Academia fundada por Pierre Viret, mais tarde transformada em Faculdade de Teologia, fechou suas portas no outono de 2010 por falta de estudantes, para ser substituída por um Instituto de Ciência das Religiões, sem conteúdo especificamente cristão, cuja tarefa não é mais formar pastores.

[174] Karine Crousaz, citando uma carta de Teodoro de Beza a Guilherme Farel, datando de abril de 1558, registra o número de 700 estudantes, dos quais 110 bolsistas. Karine Crousaz, *op. cit.* p. 291.

[175] Henri Vuilleumier, *Notre Pierre Viret*, *op. cit.*, p. 142.

[176] Uma pequena parte da imensa obra de Pierre Viret foi reeditada no século XX. Charles Schnetzler, Henri Vuilleumier e Alfred Schroeder, *Pierre Viret par lui-même*, Georges Bridel, Lausanne, 1911, 342 páginas, antologia; Jean Barnaud (Editor), *Quelques lettres inédites de Pierre Viret*, G. Carayol, Saint-Amans, 1911, 156 páginas; Pierre Viret, *Quatre sermons français sur Esaïe 65*, Payot, Lausanne, 1961, 108 páginas; *Deux dialogues. L'Alcumie du Purgatoire* ; *L'Homme naturel*, Biblioteca romanda, Lausanne, 1971, 200 páginas, extratos; *L'interim fait par dialogues*, Peter Lang, Berne, 1985, 365 páginas; *La cosmographie infernale*, Éditions de la Différence, Paris, 1991, 96 páginas, extratos. Veja a publicação maior de Pierre Viret reeditada pela Association Pierre Viret,

Pierre Viret, *Instruction Chrétienne*, Tome I, 2003; Tome II, 2009; Tome III, 2013, L'Âge d'Homme, Lausanne. O Tome IV deveria ter sido publicado em 2019.

[177] Veja a *Bibliographie de l'œuvre de Pierre Viret* no final do Segundo Volume da *Histoire alliancielle de l'Église dans le monde.*

[178] Volume I, 674 páginas ; Volume II, 903 páginas, Genebra, 1564. Uma parte de um terceiro volume projetado por Viret foi publicado à parte sob o título : *De la providence divine*, Lyon 1565, 803 páginas. Veja esta publicação maior de Pierre Viret republicada pela Association Pierre Viret: Pierre Viret, *Instruction Chrétienne*, Tome I, 2004; Tome II, 2009; Tome III, 2013, L'Âge d'Homme, Lausanne. Le Tome IV deveria ter sido publicado em 2019.

[179] Claude-Gilbert Dubois, *La conception de l'histoire en France au XVIe siècle (1560-1610)*, Nizet, Paris, 1977, 668 páginas.

[180] *Le monde à l'empire et le monde démoniacle fait par dialogues*, Genève, 1561, 373 páginas.

[181] Claude-Gilbert Dubois, *La conception de l'histoire en France au XVIe siècle (1560-1610)*, p. 449.

[182] Viret escreveu em francês *reformation* (sem acento agúdo), como se fazia em seu tempo e não *réformation* como fazemos hoje. Porque não se tratava simplesmente de "*réformer*" a Igreja e a sociedade, mas de « *re-former* », formá-las de novo totalmente e sobre o modelo antigo da primeira Igreja e do ensino da Bíblia..

[183] Claude-Gilbert Dubois, *op. cit.*, p. 453.

[184] Ibidem, citant Pierre Viret, *Le monde à l'empire*, 1580, *op. cit.*, p. 150.

[185] Claude-Gilbert Dubois, *op. cit.*, p. 453.

[186] Veja *Le monde à l'empire op. cit.*, p. 156. Eu observei na época:
Que compreensão acurada e surpreendente do que se passa atualmente (setembro de 2008) nos Estados Unidos relativo aos abusos do governo desse país em relação aos que Viret chamou justamente de "ladrões e bandidos", os Rothschilds, os Soros e os Goldman Sachs de sua época. Veja: E. L. Hebden Taylor (1925-2006), *Economics, Money and Banking: Christian Principles*, The Craig Press, Nutley, 1978. Veja também os escritos do célebre economista germano-suíço Wilhelm Röpke (1899-1966). Sobre uma análise do desenvolvimento ao longo dos últimos quatro séculos do fenômeno que atrai aqui a atenção de Pierre Viret, veja a obra que se tornou um clássimo de George Knupffer, *The Struggle for World Power*, Londres, 1971. Sobre uma atualização do controle da política americana por uma máfia financeira amoral, veja de G. Edward Griffin, *The Creature from Jekyll Island*, American Opinion, Appleton, 1994. Sobre uma descrição da maneira em que a Suíça entrou nesse sistema de especulação financeira mundial, veja : Vincent Held, *Le crépuscule de la Banque Nationale Suisse. La déroute financière annoncée d'une institution en faillite morale*, Xenia, Sion 2017. Veja também: Liliane Held-Khawam, *Dépossession. Comment l'hyperpuissance d'une élite financière met États et citoyens à genoux*, Éditions Réorganisation du Monde, 2018.

[187] Viret de longe previa o cataclisma social e político que seria o desencadeamento inevitável de desordens, a Revolução Francesa.

[188] Maurice Allais, *La crise mondiale d'aujourd'hui: pour de profondes réformes des institutions financières et monétaires*, Clément Juglar, Paris, 1999.

[189] É surpreendente que não exista em francês e nem em inglês nenhuma coleção dedicada aos principais escritos de Alexandre Soljenitsyn sobre essas questões políticas e sociais. Veja indicadas na *Bibliographie II*, no fim deste volume, algumas obras políticas do grande escritor russo.

[190] Entre muitas outras obras primas, veja muito particularmente as duas coleções de cursos de Marcel De Corte, *Économie et Morale* et *Principes d'un Humanisme Économique*, Université de Liège, 1958 et 1965. A edição em livro desses fascículos, de grande atualidade, seria muito desejável. Veja sobre Marcel

De Corte: Danilo Castellano, *L'Aristotelismo critstiano di Marcel De Corte*, Pucci Cipriani – Editore, Firenze, 1975.

[191] Claude-Gilbert Dubois, *La conception de l'histoire en France au XVIe siècle (1560-1610)*, p. 459.

[192] Pierre Viret *Le monde à l'empire op. cit.*, 1580, p. 271. Citado por Claude-Gilbert Dubois, *op. cit.*, p. 461.

[193] É surpreendente notar que tal colaboração – uma verdadeira comunhão de pensamento – pudesse ir tão longe. Rebekah Sheats pôde constatar, em seu trabalho de publicação paralela sobre cada um dos mandamentos do Decálogo expostos por Pierre Viret e que encontramos nos Sermões de João Calvino dedicados ao Decálogo em Deuteronômio, até que ponto este último dependia dos ensinos éticos de seu colega de Lausanne. Ela escreveu: "Interessantemente, enquanto examinava os sermões de Calvino fiquei maravilhada ao ver que ele parece ter empregado o texto de Viret como base para os seus sermões sobre o Decálogo em Deuteronômio. As similaridades entre seus sermões e os comentários de Viret são bem impressionantes, frequentemente acompanhando pensamento após pensamento (e quase palavra por palavra ocasionalmente). Como você sabe, Calvino pregou suas palestras em Deuteronômio no ano seguinte à publicação original do comentário de Viret" (Carta pessoal, 6 de junho de 2018).

[194] Robert T. Linder, *The Political Ideas of Pierre Viret*, p. 63.

[195] João Calvino, Sermão CXLIV da sexta-feira, 14 de fevereiro de 1556, Deuteronômio 25, 13-19, *Opera Omnia*, Volume XXVIII, p. 236.

[196] João Calvino, Sermão CXLIV da sexta-feira, 14 de fevereiro de 1556, Deuteronômio 25, 13-19, *Opera Omnia*, Volume XXVIII, p. 237.

[197] Pierre Viret, *Instruction Chrétienne en la Doctrine de la Loi et de l'Évangile*, Volume I, 1564, p. 586-611. O Comentário de Viret sobre os Dez Mandamentos foi primeiro publicado em 1554 sob o título de *Exposition familière des Dix Commandements de la Loi*. Uma comparação atenta dos *Sermons sur le Deutéronome* proferidos por Calvino em 1556, com a *Exposition familière* de Pierre Viret de 1554, mostra como Calvino beneficiou-se (ainda que maneira seletiva) dos trabalhos de seu colega e amigo de Lausanne.

[198] Citamos aqui a edição nova feita por Arthur-Louis Hofer do Tomo Segundo de l'*Instruction chrétienne* de Pierre Viret, L'Âge d'Homme, Lausanne, 2009 [1564].

[199] Pierre Viret, *Instruction Chrétienne*, *op. cit.*, Tome II, 2009, p. 619. Edição original, *Instruction Chrétienne en la Doctrine de la Loi et de l'Évangile*, Volume I, 1564, p. 581.

[200] Pierre Viret, *Instruction Chrétienne*, *op. cit.*, Tome II, 2009, p. 620-621. Edição original, *Instruction Chrétienne en la Doctrine de la Loi et de l'Évangile*, 1564, Volume I, p. 581-582.

[201] Sobre toda essa questão, veja as obras citadas acima de Maurice Allais e de E. L. Hebden Taylor.

[202] Como já observamos, o pensamento de Pierre Viret sobre essas questões sociais e políticas se parece muito com o de Alexandre Soljenitsyn. Veja também de Marcel De Corte, *Économie et Morale* (1958) e *Principes d'un Humanisme Économique* (1965), Universidade de Liège. Numa perspectiva parecida, recomendamos vivamente o comentário do Oitavo Mandamento feito por Rousas John Rushdoony em seu *Institutes of Biblical Law*, Volume I, Presbyterian and Reformed, Nutley, 1973, p. 448-541. Veja também os comentários de Gary North sobre Levítico 19.35-36 em seu *Commentary on Leviticus*, ICE, Tyler, 1994, e o estudo de G. Edward Griffin sobre essas questões, *The Creature from Jekyll Island. A Second Look at the Federal Reserve*, American Opinion, Appleton, 1995. A fonte essencial dessa análise, que se tornou clássica, sobre o papel deletério dos Bancos Centrais na vida econômica das nações, se encontra nos trabalhos pioneiros de Eustace Mullins, *Secrets of the Federal Reserve*, 1952 seguido de, *The London Connection*, Bankers Research Institute, Staunton, 1993, cujo primeiro impulso veio do poeta Ezra Pound, por muito tempo encarcerado – sem processo – depois da Segunda Guerra, na *Saint Elizabeth Mental Hospital* em Washington, pelas autoridades americanas, por

sua língua particularmente perigosa quando falou à radio italiana.

[203] Pierre Viret, *Instruction Chrétienne*, *op. cit.*, Tome II, 2009, p. 622-623.

[204] Pierre Viret, *Le Monde à l'Empire*, 1580 [1561], *op. cit.*, p. 283.

[205] Aqui está expressa a justificação do poder absoluto dos Príncipes, o *potestas absoluta* que a filosofia da Idade Média tardia contrastava com o *potestas ordonata*, a autoridade ordenada e limitada pela Lei de Deus e os costumes, que defende aqui Pierre Viret.

[206] Pierre Viret *Le monde à l'empire*, 1580, *op. cit.*, p. 283.

[207] Voici que pointe ici la pensée de Machiavel.

[208] Pierre Viret *Le monde à l'empire*, 1580, *op. cit.*, p. 277.

[209] *Tailles et gabelles* [em francês], taxas sobre a venda de todos os bens.

[210] Pierre Viret *Le monde à l'empire*, 1580, *op. cit.*, p. 279-280.

[211] Pierre Viret, *Le Monde à l'Empire*, 1580 [1561], *op. cit.*, p. 280.

[212] Pierre Viret *Le monde à l'empire*, 1580, *op. cit.*, p. 280-281.

[213] Pierre Viret *Le monde à l'empire*, 1580, *op. cit.*, p. 281-282.

[214] William Cobbett, "Address to the journeymen and labourers", *Political Register*, 3 November 1816. Hilary Clinton, por sua vez, não hesitou muito em considerar "deploráveis"! Testo citado por Marie de Kergaradec em seu belo estudo, *William Cobbett. L'inflation et la déflation. Contribution aux controverses monétaires du premier quart de XIXe siècle*, Tese para doutorado, Société française d'Imprimerie et de Librairie, Poitiers, 1935, p. 17-18.

[215] Pierre Viret *Le monde à l'empire*, 1580, *op. cit.*, p. 272-273, citando são Bernardo, Sermão 33º do Cântico dos Cânticos. Veja as *Œuvres Mystiques de Saint Bernard*, Prefácio e tradução de Albert Béguin, Seuil, Paris, 1953, Sermão 33º, p. 409-410. O parágrafo que cita Viret começa assim: "Chegaram os tempos libertos, pela misericórdia de Deus, dessa dupla malícia [a perseguição e as heresias], mas ainda sujos pelos *negócios tramados à noite*. Infeliz geração contaminada pelo levedo dos Fariseus, isto é, pela hipocrisia – se é que ainda devemos chamá-la hipocrisia quando está tão alastrada que não consegue mais se esconder e tão descarada que nem mais se preocupa. Atualmente essa doença infecciosa ganha todo o corpo da Igreja e quanto mais se alastra, tanto menos esperança deixa. Quanto mais penetra seu interior, tanto mais sua ação é nociva. [...] Todos são seus amigos e seus inimigos, etc..." (página 409).

[216] Pierre Viret *Le monde à l'empire*, 1580, *op. cit.*, p. 274.

[217] Pierre Viret *Le monde à l'empire*, 1580, *op. cit.*, p. 275-276.

[218] Pierre Viret, *Le Monde à l'Empire*, 1580 [1561], *op. cit.*, p. 275.

[219] Na época da pregação. [N. do R]

[220] A. Housiaux, *La Christologie de Saint Irénée*, Presses Universitaires de Louvain, Louvain 1955, p. 189, citando Ireneu, *Contre les Hérésies*, III, 18, 5a.

[221] Tradução de Hilário. A mesma da *Bible à la Colombe*: "É ele quem te livra da rede do passarinheiro".

[222] É o que admiravelmente mostra Heinrich Bullinger em sua obra *La vieille foi*, *Der alte Glaube* (1537), na qual mostra que a fé redescoberta na Reforma de forma alguma é uma novidade, mas a fé bíblica de sempre. Veja Heinrich Bullinger, *Writings and Translations of Myles Coverdale: Containing the Old Faith. A Spiritual and Most Precious Pearl. Fruitful Lessons. A Treatise on the Lord's Supper. Order of the Church in Denmark. Abridgement of the Enchiridion of Erasmus*, Andesite Press, 2017.

[223] A Bíblia Segond 21 traduz *ferirás*.

[224] Benno Jacob, *The First Book of Genesis*. Augmented Edition, KATAV Publishing House, Jersey City, 2007 [1974], p. 93.

[225] Região mais tarde chamada Palestina.

[226] Por esta seção, devemos muito ao estudo de R. T. Kendall, *Tithing: A Call to Serious, Biblical Giving*, Zondervan, Grand Rapids, 1982, p. 47-51.

[227] Kendall, *op. cit.*, p. 49.

[228] Henry Lansdell, *The Tithe in Scripture* (Grand Rapids: Baker, 1963).

[229] Henry Lansdell, *op. cit.*, p. 26.

[230] Sobre a importância fundamental da cultura na vida de uma cidade cristã e na própria Igreja, veja de Klaas Schilder, *Christ and Culture*, Premier, Winnipeg, 1977 [1947] e Henry R. Van Til, *The Calvinistic Concept of Culture*, Presbyterian and Reformed, Philadelphia, 1972. Veja também o admirável estudo do Cardeal Cardinal Giuseppe Siri, *La Culture – Orthodoxie, erreurs et dangers: Orthodoxie, fléchissements, compromis*, Office International, Sion, 1962. Disponível no site Calvinisme.ch. http://calvinisme.ch/index.php/CARDINAL_Siri_-_La_Culture

[231] Henry Lansdell, *op. cit.*, p. 27.

[232] O mesmo para a santa ceia, que é a celebração da Páscoa cristã – refeição sacramental que, na Nova Aliança, tomou o lugar da Páscoa judaica – em cada vez que a celebramos devemos nos lembrar da morte do Senhor, até que ele venha, e não da libertação do Egito, como ainda fazem os judeus.

[233] Scott McCarty escreveu sobre o Yom Kippour em *Promesses*, N° 166, fim de 2008, o que segue: A Escritura define essa cerimônia de expiação anual pela palavra hebraica “kippourim” (Êxodo 30.10; Levítico 16.1-34; 23.27-32; 25.9; Números 29.7-11) que significa “expiações”. A expiação é, ao mesmo tempo, a eliminação da ofensa contra o santo Deus e a purificação do ofensor (cf. Salmos 32.1; 99.8; Oseias 14.2; Neemias 9.17). Essa doutrina veterotestamentária da expiação dos pecados é retomada e explicada no Novo Testamento. A “ propiciação” é uma outra faceta da salvação, que designa *o apaziguamento, a pacificação com Deus através de um sacrifício* (Romanos 3.24-25; 1 João 4.10). Essa pacificação (Romanos 5.1) desvia [para o seu próprio Filho amado, Jesus Cristo] sua justa ira contra o pecador e contra o seu pecado (1 João 2.2). Assim, os dois Testamentos ensinam que a expiação (a supressão da ofensa) e a propiciação (a supressão da cólera divina) são partes integrantes da salvação.

[234] Henry Lansdell, *op. cit.*, p. 44.

[235] Seguro de velhice e de vida, mais conhecido sob a abreviação AVS, que é a coluna principal da previdência social suíça. Visa compensar, ao menos parcialmente, a diminuição ou perda do salário em razão da idade ou de morte. [N. do T.]

[236] Henry Lansdell, *op. cit.*, p. 28-29.

[237] Dennis Wretlind, *Shekels, Dollars and Sense. A Biblical Theology of Financial Stewardship*, Trafford Publishing, Victoria, 2006, p. 10-21. Trata-se de uma obra muito útil da qual devem ser corrigidos alguns desvios dispensacionalistas.

[238] David Martin, notas da página 117, isto é, em *La Sainte Bible qui contient le Vieux et le Nouveaux Testament expliqués par des Notes de Théologie et de Critique sur la Version Ordinaire des Églises Réformées, revues sur les Originaux, et retouchées dans le langage*, Desbordes, Mortier, Brunel, Amsterdam, 1707.

[239] *La Bible Annotée par une société de théologie et de pasteurs. Ancien Testament, Les Livres Historiques*, I, Attinger Frères, Neuchâtel, 1889, p. 345.

[240] Henry Lansdell, *op. cit.*, p. 30.

[241] Dennis Wretlind, *op. cit.*, p. 21.

[242] Samuel e Henry Des Marets, *La Sainte Bible qui contient le Vieux et le Nouveau Testament. Édition nouvelle, faite sur la Version de Genève, revue, et corrigée, enrichie outre les anciennes Notes, de toutes celles de la Bible Flamande, de la plus-part de celle de M. Diodati, et de beaucoup d'autres.* Editora de Louys et Daniel Elzevier, Amsterdam, 1669, p. 96, segunda coluna, nota 26 sobre Deuteronômio 14.28.

[243] Livro de Tobias 1:6-9. Citado em, *La Bible*, tradução francesa dos textos originais por Émile Osty com a colaboração de Joseph Trinquet, Seuil, Paris, 1973, p. 929-930.

[244] Flavius Josèphe, *Histoire ancienne des Juifs. La guerre des Juifs contre les Romains*, Lidis, Paris, 1968, p. 108.

[245] Flavius Josèphe, *op. cit.*, p. 125.

[246] Henry Lansdell, *op. cit.*, p. 33. Citando Jerônimo, *Commentaire sur Ézéchiel*, XLV, i.

[247] Henry Lansdell, *op. cit.*, p. 33.

[248] São erros antigos do dualismo marcionita e gnóstico, hoje amplamente retomado por seus sucessores darbystas e scofieldianos, como também pelo idealismo sentimental tão corrente em todos os meios que, implicita ou explicitamente, descartam o Antigo Testamento de sua meditação na Bíblia.

[249] Dennis O. Wretlind, *Shekels, Dollars and Sense. A Biblical Theology of Financial Stewardship*, Traffard Publishing, Victoria, 2006. Veja, particularmente, o quinto capítulo deste livro: "Financial Stewardship in the Expanded Church of the New Testament", p. 64-90.

[250] John Murray, *The Epistle to the Romans*, Eerdmans, Grand Rapids, 1965, p. 133.

[251] R. C. H. Lenski, *The Interpretation of St. Paul's Epistle to the Romans*, Augsburg, Minneapolis, 1936, p. 772.

[252] J. B. Lightfoot, *Saint Paul's Epistle to the Galatians*, MacMillan, London, 1887, p. 217.

[253] Essa condenação toca também as ordens católicas ditas "mendicantes", como os franciscanos e os dominicanos. Os servos de Deus devem ter relações com uma igreja local que atenda suas necessidades. Veja o belo livro de Penn R. Szittya, *The Antifraternal Tradition in Medieval Literature*, Princeton University Press, Princeton NJ, 1986.

[254] R. C. H. Lenski, *Romans*, *op. cit.*, p. 892. Wretlind, *op. cit.*, p. 78.

[255] Philip E. Hughes, *Paul's Second Epistle to the Corinthians*, Eerdmans, Grand Rapids, 1962, p. 306. Citado por Wretlind, *op. cit.*, p. 81-82. Nossa tradução.

[256] J. B. Lightfoot, *St. Paul's Epistle to the Philippiens*, Zondervan, Grand Rapids, 1953, p. 83.

[257] Wretlind, *op. cit.*, p. 89.

[258] Seguimos a segunda parte da pequena brochura de Lukas Vischer, *Tithing in the Early Church*, Fortress Press, Philadelphia, 1966, p. 11-30. A primeira parte dessa pequena obra, útil em razão de sua documentação, em regra é um ataque antinomiano (do tipo barthiano) contra toda prática atual do dízimo, como sendo uma coisa perigosa (p. 10), porque se trataria, segundo o autor, de um compromisso cristão com o espírito de Mamon. O antinomismo barthiano de Lukas Vischer se alia, em muitos aspectos, ao de Jacques Ellul.

[259] Lukas Vischer, *Tithing in the Early Church*, Fortress Press, Philadelphia, 1966 [1959], p. 9.

[260] L. Vischer, *op. cit.*, p. 9-10.

[261] Lukas Vischer, *op. cit.*, p. 10. Essa atitude "existencialista" (como a de Jacques Ellul) repousa

sobre uma tendência gnóstica em diabolizar a matéria, neste caso os bens materiais, como também rejeitar (de maneira barthiana) o caráter normativo por toda a Bíblia – Novo como Antigo Testamento – da Lei divina. Veja as refutações muito cuidadosas a tais posições, totalmente heterodoxas, em diversos estudos contidos na obra essencial de Pierre Courthial, *Fondements pour l'avenir*, Kerygma, Aix-en-Provence, 1981.

[262] Encontramo-nos próximos da utopia espiritualista, que defende um tipo de "pobreza totalmente voluntária" própria dos franciscanos, os mais fanáticos.

[263] L. Vischer, *op. cit.*, p. 10-11.

[264] É o que explicitamente ensina Jacques Ellul em sua *Éthique de la liberté.* Três volumes, Labor et Fides, Genève, 1973-1989.

[265] L. Vischer, *op. cit.*, p. 12. As referências estão em Matthieu 23.23. Podemos ver práticas parecidas no seio da Igreja de Genebra do tempo de Calvino. Elsie Anne McKee, *John Calvin on the Diaconate and Liturgical Almsgiving*, Droz, Genebra, 1984 ; *Elders and the Plural Ministry. The Role of Exegetical History in Illuminating John Calvin's Theology*, Droz, Genebra, 1988.

[266] Vischer comenta aqui: "É surpeendente constatar que a maior parte dos textos provenientes da primeira igreja não contenham referências ao dízimo, palavra no singular, mas falem sempre de dízimos no plural. Os Pais, aparentemente, compartilhavam a convicção do judaismo tardio [?], segundo o qual as regras concernentes ao dízimo, contidas no Antigo Testamento, deviam ser acrescentadas umas às outras" (L. Vischer, *op. cit.*, p. 14, nota 28).

[267] Lucas 21:1-4. Ireneu de Lião, *Contre les hérésies*, Cerf, Paris 2001, IV, 18, 2, p. 461-462. Citado por L. Vischer, *op. cit.*, p. 13-14.

[268] São Cipriano, *L'unité de l'Église*, citado por L. Vischer, *op. cit.*, p. 15. Trata-se, neste caso, de nossa tradução a partir do inglês.

[269] João Crisóstomo, *Œuvres complètes de S. Jean Chrysostome*, Tomo quinto, Bardes, Pont-à-Mousson, 1866, p. 313 (sobre Efésios 2.1-3). Texto citado em parte por L. Vischer, *op. cit.*, p. 15-16.

[270] Agostinho de Hipona, *Sermons*, X, 19, citado por L. Vischer, *op. cit.*, p. 16.

[271] Agostinho de Hipona, *Sermons*, LXXXV, 5. Citado por L.Vischer.

[272] Jerônimo, *Commentaire sur l'Évangile selon Matthieu*, capítulo 2, verso 22. Citado por L. Vischer, *op. cit.*, p. 19.

[273] João Crisóstomo, *Homélies sur la Genèse*, capítulo 35. Citado por L. Vischer, *op. cit.*, p. 19.

[274] *Faith for All of Life*, Vallecito, November-December 2017.

[275] Dennis C. Rasmussen, *The Infidel and the Professor: David Hume, Adam Smith, and the Friendship that Shaped Modern Thought*, Princeton University Press, Princeton, NJ, 2017.

[276] Lembremos que a descrição de toda a realidade baseava-se no pensamento de Aristóteles e, mais tarde, no pensamento da escolástica tomista e reformada, sobre as quatro causas : a final, a formal, a material e a eficiente.

[277] Veja o apego de Nabote à sua vinha, herança de seus pais, diante das exigências tirânicas do rei Acabe em 1 Reis, capítulo 21. Sobre a legislação concernente ao perdão de dívidas no Oriente Médio antigo, assim como no ano do jubileu em Israel, veja Michael Hudson, *... and forgive them their debts. Lending, Foreclosure and Redemption from Bronze Age Finance to the Jubilee Year*, ISLET Verlag, Dresden, 2018.

[278] E. L. Hebden Taylor, *Economics, Money, and Banking*, The Craig Press, Nutley, NJ, 1978; *The Origin and Nature of Modern Capitalism*, Christian Studies Center, Dordt College, 1975.

[279] Francis Nigel Lee, *Communist Eschatology. A Christian Philosophical Analysis of the Post-*

Capitalist Views of Marx, Engels and Lenin, The Craig Press, Nutley, NJ, 1974.

[280] Simon Ligier, *L'adulte des milieux ouvriers*, Dois Volumes. Tomo I, *Essai de psychologie sociale* ; Tome II, *Essai de psychologie pastorale*, Les Éditions Ouvrières, 1950-1951.

[281] As obras de Wilhelm Röpke disponíveis em francês e inglês podem ser encontradas Amazon.fr e Amazon.com.

[282] Jean-Marc Berthoud, *L'Alliance de Dieu à travers l'Écriture sainte. Une théologie biblique*, L'Âge d'Homme, Lausanne, 2012.

[283] Veja as obras de Pierre Courthial sobre esse assunto: *Le jour des petits recommencements*, Éditions Messages, Lausanne, 2019 [1996] e *De Bible en Bible*, L'Âge d'Homme et Kerygma, Lausanne e Aix-en-Provence, 2003, como também a do pastor, Richard Paquier.

[284] Tomás de Aquino, *Somme théologique, La Loi ancienne*, Deux volumes, $I^{a}II^{ae}$ Qu 98-105, Desclée et Cie, Paris, 1971.

[285] Rebekah A. Sheats, *Pierre Viret. L'Ange de la Réformation*, Association Pierre Viret, Lausanne, 2017.

[286] Lancelot Andrewes, *The morall law expounded ... that is, the long-expected, and much-desired worke of Bishop Andrewes upon the Ten commandments : being his lectures many yeares since in Pembroch-Hall Chappell, in Cambridge*, London, 1642.

[287] Veja sobre Martinho Lutero, "Jésus est né Juif" [1523], *Œuvres*, Tome IV, Labor et Fides, Genève, 1958, p. 51-76 ; e sobre João Calvino, *Réponses aux questions et objections d'un certain Juif*, Labor et Fides, Genève, 2010 [1575].

[288] Veja a obra sempre tão atual de Alphonse Morel, *Messianisme temporel et Messianisme spirituel. Réflexions sur les idéologies contemporaines*, Cahiers de la Renaissance vaudoise, Lausanne, 1988 e a de Marcel Regamey, *Évangile et politique*, Cahiers de la Renaissance Vaudoise, Lausanne, 1973.

[289] Esse consenso imanente, hoje presente em todo lugar, esteve também na alma do conceito de "soviete" comunista. Tratava-se, originalmente, de um conselho de operários, fechado em si mesmo, movidos por ideias progressistas. Ele tornou-se o centro do poder "soviético". Qualquer desacordo com o "soviete" levava, como em toda forma dinâmica de grupo, à exclusão de quem perturbasse a unidade consensual do grupo. Essa noção está no centro do "pensamento único" ou do pensamento "politicamente correto", ou ainda, da *novilíngua* do totalitarismo de estado absoluto descrito no livro de cunho político e altamente realista de Georges Orwell, *1984*.

[290] Jules Monnerot, *Sociologie du communisme. Echec d'une tentative religieuse au XXe siècle*, Hallier, Paris, 1979 1963]; *Sociologie de la Révolution. Mythologies politiques du XXe siècle. Marxistes-léninistes et fascistes. La nouvelle stratégie révolutionnaire*, Fayard, Paris, 1969.

[291] Augusto del Noce, *The Crisis of Modernity*, McGill-Queen's University Press, Montreal, 2015. Veja também: *L'irréligion occidentale*, Fac-éditions, Paris, 1995 e *L'époque de la sécularisation*, Syrtes, Paris, 2001.

[292] Sobre isso veja (entre muitas obras desse autor) os dois livros clássicos de Thomas Molnar (1921-2010), *L'Utopie. Éternelle Hérésie*, Beauchesne, Paris, 1967 e *Twin Powers. Politics and the Sacred*, Eerdmans, Grand Rapids MI, 1988.

[293] Veja o estudo fundamental de William C. Placher, *The Domestication of Transcendance. How Modern Thinking about God Went Wrong*, Westminster John Knox Press, Louisville, KY, 1996.

[294] Veja Cornelius Van Til, *Christian Theory of Knowledge*, Presbyterian and Reformed, Philadelphia, PA, 1969 e Rousas John Rushdoony, *The One and the Many. Studies in the Philosophy of Order and Ultimacy*, Ross House Books, Vallecito, CA, 2007 [1978].

[295] "God has given Trump authority to take out Kim Jong-um", Declaração do conselheiro evangélico do Presidente, *Information Clearing House*, 8 de outubro de 2017. Extraído de um artigo primeiramente publicado pelo *Washington Post* em 9 de agosto de 2017.

[296] Agradeço ao professor Paul Wells por suas observações que facilitaram a redação deste parágrafo.

[297] Sobre John Knox veja, particularmente, o belo estudo de Pierre Janton, *John Knox (ca. 1513-1572). L'homme et l'œuvre*, Didier, Paris, 1967 e, mais particularmente, a seção intitulada "A Igreja e a sociedade", p. 287-358. No que diz respeito ao pensamenteo político e ético de John Knox, Pierre Janton escreveu: "Numa sociedade na qual cada um se define por sua condição imutável, toda ruptura da ordem instituída por Deus leva ao caos, figura da ira divina. A harmonia do mundo, como aquela harmonia do casal, só subsiste se cada um tiver o seu devido lugar. Tanto o homem como a mulher podem degenerar, isto é, sair de seu gênero e tornar-se "inferior aos brutos", quando ele se afeminiza". Cf. Pierre Janton, *John Knox* (v. 1513-1572). *Réformateur écossais*, Cerf, Paris, 2013, p. 191. Acrescentamos que a ordem criacional, em nossos dias ridicularizada por todos, é, verdadeiramente, "a ordem instituída por Deus", cuja ruptura, hoje como ontem, "leva ao caos", que não é outra coisa senão uma "figura da cólera divina".

[298] *Quem não é contra nós é por nós* (Marcos 9.40).

[299] *Quem não é por mim é contra mim; e que comigo não ajunta espalha* (Mateus 12.30).

[300] Esses textos foram publicados no número de maio-junho de 2018 de *Faith for All of Life*, Vallecito.